

## Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia

Conhecimento para sociedades abertas e inclusivas



Postos à prova:

Um olhar sociológico sobre as práticas familiares de pessoas idosas em tempos de Crise e de Austeridade

Patrícia Marina Paulo Correia Calças Severino Coelho

Orientador: Prof. Doutor José Manuel Sousa de São José  
Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Coorientador: Prof. Doutor João Eduardo Rodrigues Martins  
Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia

|2019|

## Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia

Conhecimento para sociedades abertas e inclusivas



Postos à prova:

Um olhar sociológico sobre as práticas familiares de pessoas idosas em tempos de Crise e de  
Austeridade

Patrícia Marina Paulo Correia Calças Severino Coelho

Orientador: Prof. Doutor José Manuel Sousa de São José  
Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Coorientador: Prof. Doutor João Eduardo Rodrigues Martins  
Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia

|2019|

## **Declaração de Autoria do Trabalho**

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

(Patrícia Marina Paulo Correia Calças Severino Coelho)

---

(assinatura)

## **Direitos de cópia ou Copyright**

©Copyright: (Patrícia Marina Paulo Correia Calças Severino Coelho)

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

O fim deste ciclo é dedicado, em particular, à minha mãe Maria Batista, à memória do meu pai Renato Rodrigues Correia Calças (1940-2015) e dos meus avós, Francisco Filipe Paulo (1911-2006), Maria Juvência do Rosário (1915-2004), Natália da Luz Correia (1914-2016) e Eduardo Rodrigues Calças (1906-1992).

Aos meus filhos, Bernardo e Martim, e ao Assis, pelo apoio manifestado nos momentos mais difíceis e exigentes deste longo percurso.

Ao meu orientador, Professor Doutor José de São José, quero deixar um registo especial de agradecimento e de estima por todas as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional proporcionadas ao longo dos últimos anos e pela confiança depositada. Agradeço a amizade, os comentários, as reflexões conjuntas e a partilha de conhecimento. Foi um prazer ter sido sua aluna na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve e de ter contado sempre com o seu rigor e disponibilidade na realização desta investigação académica.

Ao meu coorientador, Professor Doutor João Eduardo Martins, agradeço a sabedoria dos seus conselhos científicos e de ter representado um estímulo constante à minha vontade de fazer mais e melhor, em termos sociológicos.

As minhas últimas palavras de reconhecimento são dirigidas a todos os homens e mulheres que decidiram falar, de forma tão aberta e descomprometida, sobre as suas vidas familiares. Sem o seu contributo, esta investigação não teria sido possível.

## **RESUMO**

O combate à crise introduziu a austeridade em Portugal e em vários países da União Europeia (UE). O objetivo desta investigação é compreender, aprofundadamente, como a “sociedade de austeridade” (Ferreira, 2011; Ferreira 2012a, 2012b) se tem manifestado nas vidas das pessoas idosas, em especial nas suas práticas familiares e perceber até que ponto estas manifestações, os seus significados e as suas consequências são moldadas pelo curso de vida e pela interseção do género, da idade e da classe social. A expressão generalizada dos efeitos da crise e da austeridade faz pensar que se tenham manifestado nas vidas das pessoas idosas, não só um rol de mudanças nas práticas familiares, mas também na saúde, no bem-estar e na qualidade de vida. Ainda se sabe muito pouco sobre esta problemática e, em Portugal, o conhecimento é muito escasso.

Em termos metodológicos, é seguida uma abordagem biográfica/narrativa e a amostra é composta por vinte e oito entrevistas em profundidade a pessoas idosas, com idades entre os 69 e os 92 anos de idade, residentes em Faro e inseridas em diferentes estruturas sociais, por forma a captar a maior diversidade possível de experiências biográficas marcadas pela crise e austeridade.

Os resultados concluem que, apesar do carácter transversal das mudanças nas práticas familiares, os contornos destas mudanças variam em função dos perfis sociológicos das pessoas idosas, encontrando-se os contornos mais graves entre as pessoas idosas com um perfil socialmente desvantajoso. Também as práticas familiares das pessoas idosas registaram mudanças significativas, e na saúde e no bem-estar, os efeitos da crise e da austeridade foram particularmente negativos.

**Palavras-chave:** Crise, Austeridade, Pessoas Idosas, Práticas Familiares, Mudanças, Prova, Interseccionalidade, Curso de Vida

## **ABSTRACT**

The imposition of austerity policies in Portugal and in many of European Union countries has been a consequence of the economic crisis and its responses. The main purpose of this qualitative study is an in-depth understanding of how the “austerity society” (Ferreira, 2011; Ferreira 2012a, 2012b), has impacted the life of elderly people, particularly within their family practices. Moreover, to understand to what extent such changes, meanings and their consequences have been modelled by their life course, gender, age and social class. The widespread of crisis effects and austerity measures has led us to consider that not only a set of changes have been expressed in everyday life and family practices of elderly people, but also in their health conditions, well-being and living standards. There is currently poor knowledge, regarding this linkage, from a sociological perspective.

In order to capture a wide range of lived experiences in times of crisis and austerity measures, our study used a biographical/narrative approach. Twenty-eight interviews were conducted to elderly adults, of both sexes, age 69 to 92 years old, living in Faro municipality and belonging to different social classes and family structures.

Despite the cross-sector nature of the changes within the family practices, our key findings revealed that these changes varied accordingly to the sociological profile of the elderly. The most severe changes were registered among elderly with a social disadvantaged profile. Furthermore, the research has also revealed that crisis and austerity negatively impact elderly people leading to significant changes on their family practices, health and wellbeing.

**Keywords:** Crisis, Austerity, Elderly People, Family Practices, Changes, Challenge, Intersectionality, Life course

## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>II</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>III</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>IV</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS .....</b>	<b>X</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>XI</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>- 1 -</b>
<b>I PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO, CONTEXTUAL E EMPÍRICO .....</b>	<b>- 8 -</b>
<b>CAPÍTULO 1- ESTADOS PROVIDÊNCIA EUROPEUS EM TEMPOS DE CRISE.....</b>	<b>- 8 -</b>
ESTADO-PROVIDÊNCIA: DE QUE FALAMOS? .....	- 9 -
OS MODELOS DE ESTADO-PROVIDÊNCIA.....	- 10 -
ESTADO-PROVIDÊNCIA NA EUROPA DO SUL: MODELO OU MODELOS?.....	- 13 -
<i>A origem do Estado-Providência em Portugal.....</i>	- 15 -
AS METAMORFOSES DOS ESTADOS-PROVIDÊNCIA .....	- 17 -
<i>A “Era Dourada” e a consolidação dos modelos .....</i>	- 17 -
A CRISE DO ESTADO-PROVIDÊNCIA.....	- 18 -
<i>O Estado-Providência, os desafios económicos e a fragmentação social.....</i>	- 20 -
<i>O Estado-Providência e os novos desafios demográficos.....</i>	- 23 -
<i>O Estado-Providência e a Individualização da vida social.....</i>	- 24 -
O PÓS-CRISE E AS REFORMAS DO ESTADO-PROVIDÊNCIA .....	- 26 -
<i>O Pós-Crise e as Reformas do Estado-Providência na Europa do Sul.....</i>	- 27 -
O ESTADO SOCIAL ATIVO - O NOVO PARADIGMA DA REGULAÇÃO ESTATAL .....	- 28 -
<i>Os Novos Riscos Sociais.....</i>	- 29 -
<i>Os Estados-Providência e a Austeridade na Europa do Sul .....</i>	- 31 -
<b>CAPÍTULO 2 - PRÁTICAS FAMILIARES NAS FASES AVANÇADAS DA VIDA: CONTINUIDADES E MUDANÇAS .....</b>	<b>- 33 -</b>
AS MUDANÇAS AO NÍVEL DAS ESTRUTURAS E DAS DINÂMICAS FAMILIARES.....	- 33 -
<i>As tendências de mudança no caso português.....</i>	- 34 -
<i>A participação feminina no mercado de trabalho e as mudanças na organização da vida familiar em Portugal.....</i>	- 37 -
O FABRICO DA MODERNIZAÇÃO DA VIDA FAMILIAR .....	- 38 -
AS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS E AS SOLIDARIEDADES FAMILIARES NAS FASES AVANÇADAS DA VIDA... - 40 -	
<i>Os padrões de trocas intergeracionais.....</i>	- 42 -
<i>A complexidade das relações familiares nas fases adiantadas da vida: Solidariedade e Ambivalência - 43 -</i>	
<b>NOTAS CONCLUSIVAS.....</b>	<b>- 46 -</b>
<b>CAPÍTULO 3 - PORTUGAL: DA MODERNIZAÇÃO À CRISE E À AUSTERIDADE .....</b>	<b>- 47 -</b>
MUDANÇAS E CONTINUIDADES NA ESTRUTURA SOCIAL PORTUGUESA .....	- 47 -
A CRISE EM PORTUGAL E A AUSTERIDADE COMO RESPOSTA À CRISE.....	- 51 -
O MEMORANDO DE ENTENDIMENTO (MdE) E A ATUAÇÃO DO XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL .....	- 54 -
A GERINGONÇA: HAVERÁ OU NÃO ALTERNATIVA À AUSTERIDADE?.....	- 59 -
<b>CAPÍTULO 4 - A POPULAÇÃO IDOSA E A AUSTERIDADE EM PORTUGAL .....</b>	<b>- 61 -</b>
PORTUGAL E AS TENDÊNCIAS DE ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO .....	- 61 -
A POPULAÇÃO IDOSA EM PORTUGAL: RENDIMENTOS, PENSÕES E RISCO DE POBREZA .....	- 66 -
AS MEDIDAS DE AUSTERIDADE EM PORTUGAL SOBRE PENSIONISTAS E REFORMADOS .....	- 69 -
<b>NOTAS CONCLUSIVAS.....</b>	<b>- 74 -</b>

**CAPÍTULO 5 - A INVESTIGAÇÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE E DA AUSTERIDADE NAS VIDAS DAS PESSOAS IDOSAS..... - 74 -**

OS CONTRIBUTOS E EVIDÊNCIAS A NÍVEL INTERNACIONAL ..... - 74 -  
OS CONTRIBUTOS E EVIDÊNCIAS A NÍVEL NACIONAL..... - 77 -  
AS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE E NO BEM-ESTAR: CONTRIBUTOS E EVIDÊNCIAS A NÍVEL INTERNACIONAL E NACIONAL ..... - 79 -

**NOTAS CONCLUSIVAS..... - 84 -**

**II PARTE – OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO, ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E TRABALHO DE CAMPO ..... - 86 -**

**CAPÍTULO 6- DO PROBLEMA, À FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO ..... - 86 -**

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO..... - 86 -  
DOS OBJETIVOS ÀS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO ..... - 91 -  
COORDENADAS TEÓRICAS, CONCEITOS E DIMENSÕES DE ANÁLISE ..... - 92 -  
*Resgatar a história recente para o centro da análise sociológica: a “sociedade de austeridade” ..... - 93 -*  
*Olhar para a crise e as medidas de austeridade em Portugal como uma provação para as pessoas idosas: os contributos da Sociologia da Individuação ..... - 94 -*  
*Conceptualizando o quotidiano das pessoas idosas enquanto Práticas Familiares ..... - 97 -*  
*Olhar para as consequências da austeridade nas práticas familiares numa perspetiva diacrónica: o contributo da “Perspetiva do Curso de Vida” ..... - 98 -*  
*Olhar para as consequências da austeridade nas práticas familiares numa perspetiva de “interseccionalidade” ..... - 100 -*

**CAPÍTULO 7- ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E TRABALHO DE CAMPO ..... - 103 -**

ADOTANDO UMA ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA ..... - 103 -  
PRIVILEGIANDO A ABORDAGEM BIOGRÁFICA/NARRATIVA ..... - 104 -  
POPULAÇÃO-ALVO E ESTRATÉGIAS DE AMOSTRAGEM..... - 107 -  
*A construção da amostra, a seleção e recrutamento das unidades de observação ..... - 107 -*  
OS PROCEDIMENTOS E AS TÉCNICAS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS ..... - 113 -  
*A Entrevista Biográfica/Narrativa como técnica de recolha de dados ..... - 113 -*  
*A Framework Analysis: procedimentos e tratamento dos dados qualitativos ..... - 115 -*  
*A organização dos dados: da familiarização à construção da matriz temática..... - 115 -*  
*Da descrição à identificação de elementos e dimensões e desenvolvimento de categorias ..... - 118 -*  
O DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO ..... - 119 -  
EM TORNO DAS QUESTÕES ÉTICAS E DEONTOLÓGICAS ..... - 122 -

**III PARTE- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS ..... - 124 -**

**CAPÍTULO 8- A CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES ..... - 124 -**

CONSTRUINDO UMA TIPOLOGIA DE CURSOS DE VIDA ..... - 129 -

**CAPÍTULO 9 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS ..... - 131 -**

**CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA CRISE E DA AUSTERIDADE EM PORTUGAL ..... - 131 -**

AS CAUSAS DA CRISE ..... - 131 -  
*Os governantes pisaram a linha vermelha ..... - 133 -*  
*A corrupção ..... - 133 -*  
*O défice e o endividamento excessivo..... - 133 -*  
*A crise de valores..... - 134 -*  
*Portugal subjugou-se a interesses externos..... - 135 -*  
*A adesão ao Euro ..... - 135 -*

A crise provocada .....	- 135 -
<b>O PAPEL DO PODER POLÍTICO E DAS INSTITUIÇÕES NUM CONTEXTO DE CRISE E DE AUSTERIDADE .....</b>	<b>- 136 -</b>
NÃO SE PODE ACREDITAR NOS POLÍTICOS, NEM NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS .....	- 136 -
<b>CRISE SENTIDA OU NÃO SENTIDA? .....</b>	<b>- 138 -</b>
NEM TODOS SENTIRAM A CRISE .....	- 138 -
A CRISE FOI SENTIDA .....	- 139 -
<i>Foi tudo afetado pela Crise</i> .....	- 139 -
<i>“Senti a Crise” e “como estava aqui sozinha senti-me muito desprotegida”</i> .....	- 140 -
<i>“Um objetivo que não se alcançou” e “uma alteração na possibilidade de compra e poupança”</i> .....	- 140 -
<i>“Isso foi a coisa que mais me custou”: a quebra contratual e a perda de confiança nas instituições</i> .....	- 141 -
<i>“Dançar conforme a música”</i> .....	- 142 -
<i>“Deu para viver”, mas a minha Família foi afetada pela Crise</i> .....	- 143 -
<i>A minha Família sim, foi afetada pela Crise</i> .....	- 144 -
<b>A AUSTERIDADE EM PORTUGAL ENQUANTO RESPOSTA À CRISE: APLICAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS.....</b>	<b>- 145 -</b>
A APLICAÇÃO DA AUSTERIDADE.....	- 145 -
<i>A Austeridade como uma política económica mal aplicada</i> .....	- 145 -
<i>A Austeridade “injustamente aplicada”</i> .....	- 146 -
<i>A Austeridade, “uma terapia de choque”</i> .....	- 147 -
<i>A Austeridade, “um erro”</i> .....	- 147 -
<i>A Austeridade como uma política económica bem aplicada</i> .....	- 147 -
<b>AS CONSEQUÊNCIAS DA AUSTERIDADE .....</b>	<b>- 148 -</b>
<i>O agravamento da pobreza</i> .....	- 148 -
<i>A perda da identidade nacional</i> .....	- 148 -
<i>O agravamento dos conflitos intergeracionais</i> .....	- 149 -
<b>AS MEDIDAS DE AUSTERIDADE: SENTIDAS OU NÃO SENTIDAS? .....</b>	<b>- 150 -</b>
AS MEDIDAS DE AUSTERIDADE SENTIDAS .....	- 150 -
<i>Os cortes nas pensões de reforma e nos subsídios</i> .....	- 150 -
<i>A introdução dos duodécimos do subsídio de Natal</i> .....	- 151 -
<i>As “alcabalas todas dos descontos” na reforma</i> .....	- 152 -
<i>O aumento da ADSE</i> .....	- 152 -
<i>O aumento do IRS</i> .....	- 152 -
<i>O aumento no IMI</i> .....	- 153 -
<i>O aumento no IVA</i> .....	- 153 -
<i>O aumento na tributação das mais-valias</i> .....	- 153 -
<i>O aumento das propinas</i> .....	- 154 -
<i>As restrições no acesso aos benefícios sociais</i> .....	- 154 -
QUANDO A AUSTERIDADE NÃO SE FEZ SENTIR .....	- 154 -
<i>“A reforma é baixa, não sofri cortes” e impostos e consultas “também não pago”</i> .....	- 154 -
<i>Outros é que gerem dinheiros e se teve cortes não sabe</i> .....	- 155 -
<b>OS SIGNIFICADOS DA CRISE E DA AUSTERIDADE.....</b>	<b>- 156 -</b>
A INSENSIBILIDADE SOCIAL DO GOVERNO .....	- 156 -
<i>Traição do Estado</i> .....	- 156 -
<i>Injustiça social</i> .....	- 156 -
UM FUTURO COMPROMETIDO .....	- 157 -
<i>Insegurança, incerteza e revolta</i> .....	- 157 -
<i>Fim dos sonhos</i> .....	- 158 -
<b>O ESTADO ATUAL DO PAÍS .....</b>	<b>- 158 -</b>

PERSPETIVAS DE MUDANÇAS SOBRE O ESTADO DO PAÍS .....	- 159 -
<i>“As coisas agora estão um bocadinho cor-de-rosa”</i> : os otimistas moderados.....	- 159 -
<i>“As coisas têm vindo a piorar”</i> : os pessimistas .....	- 159 -
<i>O mundo visto de “dentro para fora”</i> .....	- 161 -
<i>O presente percecionado à luz do passado</i> .....	- 161 -
<b>OS CONTORNOS DAS MUDANÇAS INTRODUZIDAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES .....</b>	<b>- 161 -</b>
AS MUDANÇAS NO LAZER .....	- 162 -
<i>Os cortes na restauração</i> .....	- 162 -
<i>Os cortes nas viagens e nas férias</i> .....	- 163 -
AS MUDANÇAS NO CONSUMO DE BENS .....	- 164 -
<i>Consumo de bens não duráveis</i> .....	- 164 -
<i>Consumo de bens semi-duráveis</i> .....	- 166 -
<i>Consumo de bens duráveis</i> .....	- 167 -
AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS .....	- 168 -
<i>A prestação de apoio financeiro aos filhos e netos</i> .....	- 168 -
<i>A receção de apoio financeiro da parte dos filhos</i> .....	- 169 -
<i>Deixar de ter contactos face-a-face por causa da emigração dos familiares</i> .....	- 170 -
AS DIFICULDADES DOS DESCENDENTES NO PRESENTE E NO FUTURO .....	- 170 -
<i>As vidas incertas e o sofrimento dos familiares</i> .....	- 171 -
<i>O Futuro dos filhos e dos netos</i> .....	- 172 -
A DELEGAÇÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS.....	- 173 -
O PAGAMENTO DE MEDICAMENTOS.....	- 173 -
<b>OS SIGNIFICADOS ASSOCIADOS ÀS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES .....</b>	<b>- 174 -</b>
CONTRADIÇÕES ENTRE O ESPERADO E A REALIDADE .....	- 174 -
<i>Uma velhice diferente da esperada</i> .....	- 174 -
<i>Uma vida dos familiares diferente da esperada</i> .....	- 175 -
<b>AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES NOS DOMÍNIOS DA SAÚDE DAS PESSOAS IDOSAS.....</b>	<b>- 176 -</b>
AS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES PASSAM AO LADO DA SAÚDE .....	- 178 -
AS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES: QUANDO A SAÚDE FICA A PERDER .....	- 179 -
<i>Rostos tristes, tempos difíceis</i> .....	- 179 -
<i>“Preocupa-me o futuro dos meus!”</i> : quem tem filhos (ou netos) tem cadilhos!.....	- 180 -
<i>“Sofro porque os meus sofrem”</i> : quem tem familiares sofre e não é pouco .....	- 181 -
<i>“Má disposição e ansiedade, isso sim!”</i> .....	- 183 -
<i>“SINTO-ME MUITO MELHOR AQUI”</i> : QUANDO A SAÚDE FICA A GANHAR COM A INSTITUCIONALIZAÇÃO .....	- 183 -
<i>“ESTE PROBLEMA DE SAÚDE SURTIU ANTES DA CRISE”</i> : QUANDO A SAÚDE ERA UM PROBLEMA E DEPOIS VEIO A TROIKA .....	- 184 -
<b>AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS DAS PRÁTICAS FAMILIARES NOS DOMÍNIOS DO BEM-ESTAR INDIVIDUAL E DA QUALIDADE DE VIDA (QDV).....</b>	<b>- 185 -</b>
AS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES PASSAM AO LADO DO BEM-ESTAR E DA QDV .....	- 186 -
<i>“Vivo praticamente igual”</i> .....	- 186 -
AS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES: QUANDO O BEM-ESTAR E A QDV FICAM A PERDER.....	- 187 -
<i>A Soma de todas as perdas</i> .....	- 187 -
<i>“Não foi só o dinheiro, havia planos para o futuro”</i> .....	- 188 -
<i>“Afetaram, mas eu já tive anos piores”</i> .....	- 188 -
<i>“AQUI PASSO BEM”</i> : A QDV DAS PESSOAS IDOSAS INSTITUCIONALIZADAS .....	- 189 -
<b>AS LIGAÇÕES ENTRE CATEGORIAS E ENTRE CATEGORIAS E PERFIS SOCIODEMOGRÁFICOS .....</b>	<b>- 190 -</b>
<b>OS PERFIS SOCIOLÓGICOS DAS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE E DA AUSTERIDADE NAS VIDAS E PRÁTICAS FAMILIARES DAS PESSOAS IDOSAS.....</b>	<b>- 195 -</b>
PERFIL 1 “SOCIALMENTE DESVANTAJOSO” .....	- 196 -
PERFIL 2 “MISTO/INTERMÉDIO” .....	- 198 -
PERFIL 3 “SOCIALMENTE VANTAJOSO” .....	- 200 -

PERFIL 4 “Os INSTITUCIONALIZADOS” .....	- 201 -
<b>A “PROVA” DA CRISE E DA AUSTERIDADE: AS CONTRADIÇÕES ENTRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOMINANTE DA VELHICE E A REALIDADE VIVENCIADA .....</b>	<b>- 202 -</b>
<b>IV PARTE - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>- 207 -</b>
DAS CAUSAS DA CRISE AO ESTADO ATUAL DO PAÍS .....	- 208 -
AS VÁRIAS DIMENSÕES DAS PRÁTICAS FAMILIARES EM QUE AS PESSOAS INTRODUZIRAM MUDANÇAS E OS CONTORNOS DESTAS MUDANÇAS .....	- 209 -
OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS ÀS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES .....	- 211 -
AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES NA SAÚDE, NO BEM-ESTAR E NA QUALIDADE DE VIDA INDIVIDUAIS .....	- 212 -
O PAPEL DO CURSO DE VIDA E DA INTERSECÇÃO DO GÊNERO COM A IDADE E A CLASSE SOCIAL .....	- 213 -
POSTOS À PROVA DA CRISE E DA AUSTERIDADE .....	- 214 -
LIMITAÇÕES, IMPLICAÇÕES E SUGESTÕES .....	- 217 -
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>- 219 -</b>
<b>APÊNDICE 1- PEDIDO DE COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>- 269 -</b>
<b>APÊNDICE 2- GUIÃO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>- 270 -</b>
<b>APÊNDICE 3 - BREVE SÍNTESE DAS BIOGRAFIAS (OU HISTÓRIAS DE VIDA) DOS ENTREVISTADOS .....</b>	<b>- 275 -</b>
<b>APÊNDICE 4 – MAPA DE CATEGORIAS.....</b>	<b>- 281 -</b>
<b>APÊNDICE 5 - OPERACIONALIZAÇÃO DA <i>FRAMEWORK ANALYSIS</i> .....</b>	<b>- 314 -</b>
<b>APÊNDICE 6 - MATRIZ DE LUGARES DE CLASSE (TIPOLOGIA ACM) .....</b>	<b>- 318 -</b>
<b>APÊNDICE 7- MAPA CENTRAL DE CATEGORIAS E PERFIS SOCIOLÓGICOS.....</b>	<b>- 319 -</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

<b>Figura 1-</b> Pirâmide Etária 2001-2013.....	- 65 -
<b>Figura 2-</b> Divisão territorial da região NUTS II Algarve: NUTS III e municípios .....	- 108 -
<b>Figura 3-</b> Lógica da Framework Analysis (São José, 2017) .....	- 119 -
<b>Quadro 1</b> - Medidas de austeridade e de reversão da austeridade destinadas especificamente aos rendimentos da população reformada/pensionista e respetiva evolução (2011-2018).....	- 72 -
<b>Quadro 2</b> - Medidas de austeridade e de reversão da austeridade no acesso à reforma da população e respetiva evolução .....	- 73 -
<b>Quadro 3-</b> Medidas de austeridade e de reversão de austeridade nos apoios sociais e respetiva evolução (2011-2018) .....	- 73 -
<b>Quadro 4-</b> População segundo grandes grupos etários em 2001 e 2011 (Concelho de Faro).....	- 109 -
<b>Quadro 5-</b> Variação dos grupos etários a nível intraconcelhio de 2001 a 2011 .....	- 110 -
<b>Quadro 6-</b> Índice de Envelhecimento intraconcelhio de 2001 a 2011 .....	- 111 -
<b>Quadro 7-</b> Estrutura Temática.....	- 117 -
<b>Quadro 8-</b> Faixa Etária e Sexo.....	- 124 -
<b>Quadro 9-</b> Origem Geográfica .....	- 125 -
<b>Quadro 10-</b> Estado Civil .....	- 125 -
<b>Quadro 11-</b> Morfologia Familiar .....	- 125 -
<b>Quadro 12</b> - N.º Filhos.....	- 126 -
<b>Quadro 13-</b> Nível de Escolaridade.....	- 126 -
<b>Quadro 14-</b> Grupo Socioprofissional .....	- 127 -
<b>Quadro 15-</b> Caracterização Síntese da Amostra .....	- 129 -
<b>Quadro 16-</b> Tipologia dos Cursos de Vida .....	- 130 -
<b>Quadro 17-</b> Síntese do perfil 1 “Socialmente desvantajoso” .....	- 196 -
<b>Quadro 18-</b> Síntese do perfil 2- “Misto/Intermédio” .....	- 198 -
<b>Quadro 19-</b> Síntese do perfil 3 - “Socialmente vantajoso” .....	- 200 -
<b>Quadro 20-</b> Síntese do perfil 4- “Os Institucionalizados” .....	- 201 -

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>AML</b>	Área Metropolitana de Lisboa
<b>BCE</b>	Banco Central Europeu
<b>CE</b>	Comissão Europeia
<b>CES</b>	Centro de Estudos Sociais
<b>CEE</b>	Comunidade Económica Europeia
<b>CEC</b>	Contribuição Extraordinária de Solidariedade
<b>CGA</b>	Caixa Geral de Aposentações
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>CSI</b>	Complemento Solidário do Idoso
<b>EDL</b>	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais
<b>EE</b>	Empregados Executantes
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IMI</b>	Imposto Municipal sobre os Imóveis
<b>ICS</b>	Instituto de Ciências Sociais
<b>IPSS</b>	Instituição Particular de Solidariedade Social
<b>IRS</b>	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
<b>IVA</b>	Imposto sobre o Valor Acrescentado
<b>MdE</b>	Memorando de Entendimento
<b>MRI</b>	Movimento dos Reformados Indignados
<b>MURPI</b>	Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>OE</b>	Orçamento de Estado
<b>O</b>	Operariado
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>ONG</b>	Organização não-governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPSS</b>	Observatório Português dos Sistemas de Saúde
<b>PAEF</b>	Programa de Assistência Económica e Financeira
<b>PEC</b>	Programa de Estabilidade de Crescimento
<b>PES</b>	Programa de Emergência Social
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PTE</b>	Profissionais Técnicos e de Enquadramento
<b>QdV</b>	Qualidade de Vida
<b>RMG</b>	Rendimento Mínimo Garantido
<b>RSI</b>	Rendimento Social de Inserção
<b>SMN</b>	Salário Mínimo Nacional
<b>SNS</b>	Serviço Nacional de Saúde
<b>STD</b>	Segunda Transição Demográfica
<b>TSU</b>	Taxa Social Única
<b>UE</b>	União Europeia

## INTRODUÇÃO

Esta investigação insere-se no quadro das mudanças estruturais mais recentes que têm tido lugar na sociedade portuguesa. A crise global, iniciada em meados de 2008, associada à crise da dívida pública nacional, em 2010, levou Portugal a uma situação financeira particularmente grave. Contudo, desde a adesão à União Monetária que já se verificava uma situação marcada por um crescimento económico muito débil, de deterioração do mercado de trabalho e das condições de emprego (Ribeiro *et al.*, 2015). Portugal foi abalado por uma grave crise económica e social, que se destacou pelo recuo das políticas sociais, pelo aumento do desemprego e da emigração, pela diminuição do poder de compra das famílias, bem como pelo crescimento da pobreza e da desigualdade social (Pedroso, 2014).

O combate à crise económica e financeira levou à adoção da austeridade, não só em Portugal, como em vários países da União Europeia (UE). Os programas de austeridade, como políticas económicas, levaram à instauração do modelo da precariedade como regime normal de existência social (Carmo & Barata, 2017) e quase sempre eram anunciados à opinião pública como inevitáveis e, na maior parte dos casos, prometidos como se fossem os últimos. A estratégia do ajustamento, seguida pelo XIX Governo Constitucional, distinguiu-se pelo “custe o que custar”<sup>1</sup>, através da consolidação orçamental, combinada com a desvalorização interna (salários e trabalho) e com o fortalecimento da liquidez e a solvência dos bancos portugueses (Costa & Caldas, 2013). No caso de Portugal, a lógica de austeridade marcadamente neoliberal (Reis, 2013), “alguma vez vista e sentida em Portugal” (Sarabiego & Matos, 2017:377), foi levada ainda mais longe do que o programa de ajustamento inicialmente negociado com a *Troika* “a reboque do qual se aplicou um outro programa, este de carácter vincadamente ideológico e com particular interesse na retração do Estado Social e na desregulação dos mercados de trabalho (Capucha, 2014).

As medidas de austeridade tiveram consequências económicas negativas, não resolveram o problema das elevadas dívidas soberanas, antes pelo contrário. No caso de Portugal, as famílias tiveram de usar uma grande fatia do seu rendimento disponível para pagar a enorme dívida, o que levou à queda do consumo privado, e o corte da despesa pública e o aumento de impostos acabaram por amplificar os efeitos recessivos sobre a economia (Engler & Klein, 2017). Os custos sociais foram elevados e, por essa razão, a austeridade no Sul da Europa

---

<sup>1</sup> Expressão utilizada pelo Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, a 31 de janeiro de 2012, para garantir o cumprimento do programa de assistência financeira.

pode ter consequências negativas a longo prazo, e que ainda não são totalmente visíveis, tanto para a proteção social como para o crescimento económico (Pérez & Matsaganis, 2017), mas também profundas e dificilmente reversíveis, tanto no mundo do trabalho, como nas estruturas sociais e de classe (Carmo & Barata, 2017).

A presente investigação “Postos à prova: um olhar sociológico sobre as práticas familiares de pessoas idosas em tempos de crise e de austeridade”, que conduziu à tese de Doutoramento em Sociologia, foi desenvolvida entre 2014 e 2019, tendo o trabalho de campo decorrido entre 2016 e 2017, e visa constituir uma primeira aproximação sociológica às consequências da crise e da austeridade nas vidas e nas práticas familiares das pessoas idosas em Portugal. Pensa-se que as consequências penalizantes da austeridade, que se pressupõem diferenciadas e complexas, se tenham manifestado no quotidiano das pessoas idosas, pelo que é de esperar que tenham ocorrido um rol de mudanças nas suas práticas familiares, mas também nos domínios da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida. Espera-se que esta investigação contribua para a compreensão de um contexto socio-histórico particular da sociedade portuguesa a partir dos olhares de um conjunto diversificado de pessoas idosas. Estas tendem a ser normalmente invisibilizadas não tendo lugar para produzir os seus próprios discursos, sendo substituídas pelas vozes dos mais jovens.

É o mais recente relatório *Global AgeWatch 2015* da organização não-governamental Helpage International que destaca o impacto significativo da austeridade na população idosa portuguesa, em particular no corte de pensões e reformas, nos cortes nos subsídios para os passes sociais e na redução dos serviços de transportes públicos. O que é significativo se tivermos em atenção que Portugal é dos países mais envelhecidos do espaço europeu e do mundo, onde quase um quinto da população tem 65 ou mais anos e que nesse mesmo relatório é avaliado como o terceiro pior país da Europa Ocidental em termos de bem-estar social e económico das pessoas idosas, entre dezanove países avaliados, só à frente de Malta e da Grécia. Rodrigues e Andrade sustentam mesmo que a população idosa em Portugal é um “grupo de alta vulnerabilidade económica e social a necessitar de atenção social específica” (2016:228).

Tanto quanto sabemos, esta investigação será das primeiras no que se refere a este objeto de estudo, uma vez que na revisão de literatura não foram encontrados, a nível nacional e internacional, quaisquer outros estudos sobre as consequências da crise e das medidas de austeridade nas vidas e nas práticas familiares das pessoas idosas. Os trabalhos até agora encontrados focam-se noutras realidades ou noutras categorias vulneráveis da população.

Contudo, os efeitos da crise e da austeridade na população idosa já têm despertado o interesse de alguma da comunidade científica, mas fora de Portugal. É o caso da obra “*Ageing through Austerity: Critical Perspectives from Ireland*” (Walsh *et al.*, 2015), na qual os autores fazem uma chamada de atenção para o facto deste objeto de estudo não estar a merecer a devida atenção por parte das ciências sociais e políticas públicas, em geral.

Espera-se que esta investigação permita ultrapassar este vazio na literatura científica nacional e também internacional. A sua relevância parece residir não só na originalidade, mas também na atualidade do tema. É importante notar que, no caso específico de Portugal, ainda se observa um conjunto limitado de pesquisas empíricas sobre os impactos das políticas de austeridade no contexto da crise económico-financeira. Pese embora o caráter estrutural dos fenómenos da pobreza e de exclusão social na sociedade portuguesa, também não se identifica um conjunto de trabalhos que se tenha debruçado de forma sistemática sobre estas problemáticas (Diogo *et al.*, 2015).

Sobre o caso português, sabe-se pouco como foi executado o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) e quais os seus reais impactos, apesar destes serem considerados por muitos como devastadores (Santos, 2012; Jorge, 2014; Reis, 2014), quer pela perspetiva da degradação das condições materiais de vida das pessoas (Rodrigues, 2012), quer pela tendência de imprevisibilidade das novas regras e da conseqüente quebra de confiança nas instituições (Novais, 2014). A avaliação dos impactos do programa de ajustamento - que se concretizou na realização de uma série de vinte estudos setoriais que abrangeram desde a política orçamental, às políticas com impacto no controlo da despesa pública e às políticas de regulação - é globalmente negativa (Rodrigues & Silva, 2015).

No que refere à produção sociológica, Alain Touraine é um dos poucos autores que se tem dedicado a analisar os custos sociais da crise, embora reconheça que, apesar de ser um campo científico dominado pelos economistas, a crise carece de um olhar sociológico, isto é, “the only one capable of throwing light on certain aspects of the crisis” (2014: 36). Wieworka (2009) é um dos autores que expressa o seu lamento pelo facto de não existir um livro de Sociologia que se debruce efetivamente sobre a crise, pois a maior parte deles têm sido escritos ou por economistas ou por jornalistas.

Quanto ao nosso interesse pela problemática da crise e da austeridade nas vidas das pessoas idosas teve origem num conjunto de fatores. Em primeiro lugar, teve início num percurso de investigação que conduziu à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, em 2013, e que nos levou à nossa primeira incursão ao domínio do envelhecimento, bem como à utilização das

abordagens compreensivas, que são aquelas que consideramos estarem em linha com a nossa forma de compreender o ser Humano, como um ser ativo, integrado, em interação e em constante mutação e cuja profundidade das experiências vividas tem uma riqueza de significado muito grande por revelar. Em segundo lugar, tem por base os anos de experiência profissional exercidos em contexto autárquico, na área da ação social e da habitação, que foram de uma inquestionável utilidade analítica para esta investigação. Não é ao acaso que Wright Mills (1959) defende que o investigador deve procurar entrecruzar a sua “experiência de vida” com o seu “ofício de investigador”, de modo a fazer enriquecer o seu trabalho científico, embora Bourdieu (2004) faça sublinhar que esta mesma experiência de vida deve ser submetida à crítica sociológica para que, deste modo, se possa revestir de valor científico. Isto porque o exercício destas funções permitiu-nos, em particular, uma maior aproximação às pessoas idosas, bem como ter alguma ideia das realidades sociais em que viviam. Ainda antes da crise de 2008 e do agravamento generalizado do custo de vida era muito significativo o número de idosos utentes dos serviços municipais que nos relatavam experiências de vida muito complicadas, quer em termos financeiros (sobretudo, as pensões baixas), habitacionais (em particular, residindo em casas muito degradadas, com rendas mínimas), como familiares (falta de suporte familiar, trajetórias profissionais dos filhos muito irregulares, entre outros), acrescidas das vulnerabilidades próprias da idade, em termos de saúde. Tivemos a oportunidade de acompanhar estas experiências de vida até meados de 2010. Nesta altura, já eram evidentes os sinais da crise económica, em particular nas camadas mais jovens da população e que começaram a entrar em sérias dificuldades, quer pelos empregos precários, quer pelas situações de desemprego, em pagar os empréstimos à habitação. Em última instância, após as ações de despejo acabam por ter de regressar à casa dos pais, muitos deles já reformados e com rendimentos baixos, gerando, por vezes, situações de sobrelotação habitacional. Pareceu-nos importante, então, compreender como as pessoas idosas e as suas famílias, não só as pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas, teriam experimentado o agravamento da crise económica e social e a implementação do programa de ajustamento, à luz das nossas preocupações de natureza ontológica e epistemológica.

É a partir de tais motivações pessoais que derivam, então, os objetivos desta investigação. Um destes objetivos passa por compreender, de forma aprofundada, como a “sociedade de austeridade” (Ferreira, 2011; Ferreira 2012a, 2012b), se tem manifestado ao longo dos anos nas vidas quotidianas das pessoas idosas, sobretudo nas suas práticas familiares. Para além disso, visa descobrir, compreender e interpretar, em profundidade, os significados subjetivos

que as pessoas idosas atribuem ao conjunto de mudanças introduzidas nas suas práticas familiares. Constitui uma tentativa em obter uma compreensão das consequências destas mudanças nos seus níveis de saúde e de bem-estar. Outro dos objetivos é perceber até que ponto é que as manifestações da austeridade nas vidas das pessoas idosas, os seus significados e as suas consequências são moldados pelo curso de vida e pela interseção do género, da idade e da classe social. Estes são os objetivos aos quais esta investigação procura dar resposta.

O modelo conceptual e analítico que propomos intersecta diferentes dimensões de análise, mas que em comum problematizam sociologicamente a relação dinâmica entre os níveis macro e micro, entre estrutura e ação e entre diacronia e sincronia. Concretamente, trata-se de conjugar as lentes da Sociologia do Indivíduo de Danilo Martuccelli (2006; 2009a, 2009b; 2010 e 2015), em que o conceito de “prova” assume um papel de charneira com a perspetiva do “curso de vida” iniciada por Glen Elder (1994, 1997) e desenvolvida por Settersten (2003a). Quanto às “práticas familiares” (Morgan, 1996; 2011a, 2011b), são a porta de entrada nas vidas das pessoas idosas e que nos convidam a olhar para as famílias não por aquilo “que são” ou “para que servem”, mas “pelo que fazem” no seu quotidiano. Especificamente com a “interseccionalidade” (Crenshaw, 1989; 1991; 1993; 2004) reconhece-se a relevância da interação entre o género e outras categorias de diferenciação social inscritas nas vidas individuais e nas práticas sociais, tais como a classe social e a idade.

Privilegiou-se, assim, uma metodologia qualitativa com a entrevista em profundidade, biográfica/narrativa, como técnica de recolha de dados principal. Foram realizadas 28 (vinte e oito) entrevistas a pessoas idosas de diferentes sexos e idades, inseridas nas mais diversas condições sócio-estruturais, situações conjugais ou de vida familiar, por forma a captar a maior diversidade possível de experiências biográficas marcadas pelo fenómeno da crise e da austeridade. Os resultados da análise das entrevistas foram realizados com recurso à *Framework Analysis* (Ritchie *et al.*, 2014; Spencer *et al.*, 2014).

Do nosso ponto de vista, são vários os contributos que esta investigação encerra em si. Em primeiro lugar, o seu carácter inovador que reside na convergência com as tendências de compreensão e de valorização da condição, das experiências e das perspetivas das pessoas idosas em diversos domínios da vida social (Edmonson, 2009), procura, desta forma, romper com alguns dos estereótipos vulgarmente associados ao envelhecimento. Pese embora os resultados da investigação não possam ser generalizados, podem representar um contributo válido para o desafio da “imaginação sociológica” proposto por Wright Mills (1959), pois

reconhece a biografia como o ponto de encontro da história, das estruturas sociais e dos atores sociais ou o “lugar de charneira entre o grande curso histórico e o protagonismo direto dos indivíduos” (Conde, 1993: 42). Espera-se dar um contributo para a compreensão sociológica das crises e das forças de transformação por si geradas, uma vez que a Sociologia tem enfrentado uma certa dificuldade na compreensão deste tipo de fenómenos de rutura (Wievorka, 2009). Uma crise, não só é um evento que gera perturbação, rutura de equilíbrio, desorganização e destruição (Morin, 1976), mas também possibilita trazer à superfície ideias e processos que permaneceriam ocultos num *status quo* dito normal (Wievorka, 2009). Apesar de ter assumido um carácter vincadamente económico, a crise é muito mais do que isso, é também uma transformação social profunda que já se arrasta desde os primeiros anos do século XXI (Bordoni, 2016). Bauman (2016) considera que a crise se tornou num estado permanente e endémico do mundo líquido e que se faz notar pela ausência não só de estabilidade financeira, mas também de estabilidade existencial. É, igualmente, uma aspiração investigativa chamar a atenção não apenas para os problemas sociais provocados pela crise económico-financeira, mas também para a busca de alternativas e soluções para os mesmos (Calhoun, 2011).

Se esta pesquisa intensiva traz diversos contributos do ponto de vista sociológico, também permitirá ir mais longe do ponto de vista das políticas públicas. Se, efetivamente, se pretende construir políticas de integração e de melhoria da qualidade de vida da população idosa, torna-se necessário conhecer não só as manifestações objetivas da crise e das respostas à crise, como também as experiências subjetivas (os seja, os significados que as experiências objetivas têm para as pessoas idosas) e não as moldar unicamente com base em indicadores quantitativos que, em muitos casos, levam anos a consolidar tendências de fundo. Isto significa que para captar os efeitos produzidos pela crise e pela austeridade, que extravasam a realidade social revelada nas análises extensivas, afiguram-se cada vez mais necessários “olhares mais próximos da vida quotidiana das populações e das instituições” (Correia *et al.*, 2015: 7).

As políticas públicas devem antever estes cenários e ter em conta que as respostas à crise que se traduzam fundamentalmente no corte cego da despesa pública podem ser geradoras de graves efeitos sociais, especialmente nas categorias mais vulneráveis da população, entre as quais se incluem as pessoas idosas. O poder governativo não se deve deixar contaminar pelas vozes que circulam em praça pública e que fazem passar a mensagem de que as pessoas idosas têm sido, por comparação aos jovens, dos grupos sociais mais protegidos face às

políticas de austeridade. De facto, este discurso é uma nova forma de “idadismo”, refere Walker (2012), e pode ser atribuído ao próprio desconhecimento da realidade social, isto porque os dados sobre as consequências da crise e da austeridade nas vidas das pessoas idosas são ainda manifestamente insuficientes (Walsh *et al.*, 2012). É precisamente porque “a vida social está saturada de representações de senso comum” (Martins, 2013:14) que a desconstrução desta ideia pré-definida pode representar um dos principais contributos para o conhecimento sociológico.

Para finalizar esta nota introdutória, falta-nos apenas dar a conhecer como a tese está estruturada. Encontra-se organizada em quatro partes, complementadas pela introdução. A primeira parte está organizada em cinco capítulos principais, que pretendem ser um macro enquadramento do objeto de pesquisa – as consequências da crise e da austeridade nas vidas e nas práticas familiares das pessoas idosas. A segunda parte encontra-se dividida em dois capítulos que revelam o processo de construção do objeto em estudo, bem como as decisões de carácter metodológico. Faz-se inicialmente a apresentação do tipo de estudo, são detalhados os objetivos e as várias questões que conduzem a investigação, assim como definidos, operacionalizados e articulados os conceitos e dimensões de análise. É descrito o trabalho de campo, a construção da amostra, bem como são justificados os instrumentos de recolha e análise de dados. São, ainda, apresentados os procedimentos utilizados para garantir a cientificidade deste estudo e os aspetos éticos respeitados ao longo do desenvolvimento desta investigação.

Na terceira parte, um capítulo é dedicado à caracterização sociodemográfica da amostra e um segundo à componente empírica, o qual contém a apresentação dos resultados da investigação. Por fim, na quarta e última parte, são apresentadas as conclusões, uma síntese abreviada dos principais resultados, que procuram responder às questões inicialmente formuladas, reservando-se um pequeno espaço para a reflexão sobre as limitações desta investigação e lançando-se algumas sugestões para investigações futuras e recomendações para políticas públicas.

## **I PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO, CONTEXTUAL E EMPÍRICO**

Esta primeira parte encontra-se subdividida em quatro capítulos interdependentes que fazem uma abordagem da ascensão e crise dos Estado-providência tanto na Europa, como em Portugal, bem como uma visão panorâmica das principais tendências registadas tanto ao nível das estruturas e das dinâmicas familiares, como das relações e solidariedades intergeracionais. São revisitadas as transições governativas em Portugal, as abordagens às crises, bem como alguns dos danos imputados à austeridade causados na economia e na sociedade, tendo como pano de fundo o progressivo envelhecimento demográfico da população. Já no quinto e último capítulo é feito um levantamento e sistematização da produção científica desenvolvida à escala internacional sobre as consequências da crise e da austeridade nas vidas das populações, bem como dos contributos mais relevantes para o conhecimento da realidade portuguesa.

### **CAPÍTULO 1- ESTADOS PROVIDÊNCIA EUROPEUS EM TEMPOS DE CRISE**

O primeiro capítulo convoca um eixo teórico que nos remete para a compreensão dos modelos de bem-estar, em particular da provisão social num contexto de crise económica e financeira, em que as pessoas idosas, pelo facto de serem das categorias sociais mais dependentes, são das imediatamente mais afetadas quando se aumenta a carga fiscal e se corta na despesa pública. É identificada a discussão em torno do desenvolvimento e crise do Estado-Providência, a natureza dessa crise e o modo como a reestruturação dos Estados sociais europeus foi processada, por forma a fazer face às profundas transformações económicas, demográficas e sociais entretanto ocorridas. É feita uma abordagem das pressões induzidas pelos fenómenos de globalização e de mudança social mais ampla e das suas repercussões no Estado-Providência, bem como da necessidade de se lidar com os “novos” riscos sociais, fruto desta conjuntura. Também são apresentadas as tipologias correntes sobre o Estado-Providência, descrevendo as suas principais características e procurando enquadrar o caso português, identificando os traços em comum e também os aspetos em que se distingue e se aproxima dos restantes países do Sul da Europa. É destacada, ainda, a importância da família nos países do Sul Europeu, enquanto provedora de bem-estar, bem como a conjuntura económica adversa iniciada com a crise económico-financeira de 2008 e, em especial, as respostas adotadas para combater essa mesma crise, embasadas numa austeridade largamente interessada em reestruturar o Estado-Providência.

## **Estado-Providência: de que falamos?**

O Estado-Providência, enquanto sistema de provisão de bem-estar coletivo, remonta aos finais do séc. XIX, quando o Chanceler Otto Von Bismarck introduziu, com receio da ameaça de uma revolução da classe operária e do desenvolvimento de um movimento socialista internacional na Prússia, os primeiros esquemas de proteção social da história contemporânea de cobertura dos riscos de doença e de acidentes dos trabalhadores. No séc. XX registou-se uma efetiva preocupação com a proteção social dos indivíduos e dos grupos fragilizados da sociedade, sobretudo na Europa Ocidental, com a cobertura dos riscos da sociedade do trabalho. Na origem do desenvolvimento do Estado-Providência (uma figura institucional protetora, reguladora, promotora da paz e de controlo social) encontramos o Relatório de *Beveridge* e as doutrinas económicas *Keynesianas*. Como afirmam Flora & Heidenheimer (1995), o Estado-Providência, ao adquirir nos mais variados Estado-nação diferentes modelos e configurações, não representa uma versão do capitalismo democrático, mas sim um projeto de cariz bem mais abrangente, isto é, um projeto político da modernidade. Carreira da Silva (2013) refere que a concretização do *Welfare State*, ou Estado-Providência, na tradução portuguesa, além de condicionada por recursos financeiros e económicos, foi moldada pelos respetivos sistemas de governo, instituições políticas e sistemas culturais e históricos das respetivas nações.

Van Kersbergen reporta-se ao *Welfare State* como “the most important structural political transformation in postwar capitalist democracies” (2002:4). Para Esping-Andersen (1990), o *Welfare State* consiste num tipo de organização política e económica, consequência dos processos de ajustamento económico e da situação de diferentes classes sociais em contexto socioeconómico capitalista. Uma outra definição é aquela proposta por Girvetz (1968), que compreende o *Welfare State* como “a kind of consensual definition of a society’s ‘legal and therefore formal and explicit responsibility for the basic well-being of all of its members’” (apud Kaufmann, 2012:9). De acordo com Barr (1993), o *Welfare State* representa um sistema institucional com duas dimensões interdependentes: a proteção social dos indivíduos face aos riscos e à adversidade e a função moral de igualdade e de justiça social. Crouch (1999) sustenta, ainda, que o *Welfare State* é o desfecho de um forte compromisso social nos países da Europa Ocidental realizado à luz do *fordismo* no período pós-guerra, ou como nota Korpi, “a manifestation of what can be called an implicit social contract between main interest groups in these countries” (Korpi, 2002 apud Korpi, 2003:6). Segundo Kaufmann (2012), os Estados-Providência distinguem-se dos restantes atores sociais de bem-estar, na

institucionalização dos direitos sociais, sendo que é precisamente o caráter destes direitos que têm moldado as sociedades modernas (Therborn, 1995).

No cumprimento das suas funções sociais, o Estado-Providência recorre a diferentes mecanismos (Begg *et al.*, 2015). Para o efeito, através do mecanismo “*Robin Hood*” assegura a redistribuição vertical de recursos do topo para a base da pirâmide social - dos mais ricos para os mais desfavorecidos - procurando mitigar os fenómenos de pobreza e de exclusão social. Um outro mecanismo é o “*Piggy Bank*”, em que o Estado garante, através de mecanismos de redistribuição, os rendimentos dos cidadãos ao longo do ciclo de vida, com o objetivo de suavizar os riscos associados a esses mesmos rendimentos; e, por último, como mecanismo de investimento social, o Estado aposta no capital humano e social das respetivas sociedades, visando o desenvolvimento económico e o crescimento do emprego.

### **Os modelos de Estado-Providência**

Gosta Esping-Andersen apresenta no seu texto de referência “*The Three Worlds of Welfare Capitalism*” (1990) uma das propostas mais paradigmáticas para a categorização dos sistemas de bem-estar nos países industrializados, baseada nos conceitos de “desmercadorização” de Karl Polanyi (1944), de “cidadania social” de T. H. Marshall (1950) e dos modelos ideais típicos de políticas sociais avançados por Titmuss (1974). Ao partir da identificação de padrões de desenvolvimento macro, o autor fundamenta-se em três dimensões que suportam um modelo de *Welfare*: a proteção social, o mercado de trabalho e a família. Com efeito, Esping-Andersen refere que as mudanças históricas e políticas registadas nas sociedades capitalistas tiveram como consequência o desenvolvimento de três grandes tipos ou famílias de Estado-Providência: i) o modelo Conservador-Corporativista; ii) o modelo Liberal-Anglo-Saxónico; e, por último, iii) o modelo Escandinavo-Social-Democrata.

Esta lógica de ideal tipo não existe em estado puro, mas permite dar conta da compreensão das relações complexas que se desenvolvem entre Estado, mercado de trabalho e classes sociais. Além disso, cada tipo de Estado partilha de critérios ideológicos e políticos bastante distintos, no que se refere à “desmercadorização” (isto é, a independência do bem-estar face ao mercado); à estratificação social (isto é, no fomento da igualdade social ou pela redução das desigualdades através de princípios redistributivos); e, por último, ao *Welfare Mix* (na produção de bem-estar resultante da articulação entre o Estado, Mercado e Família). Apesar de diferentes, os modelos aproximam-se ao considerarem o capitalismo como o modo de produção dominante e as relações de classes sociais suportadas pela divisão do trabalho.

Passemos, então, a explorar, em traços muito gerais, a categorização de modelos de *Welfare* efetuada por Esping-Andersen (1990). No que respeita ao modelo Conservador-Corporativista ou *Bismarckiano*, onde a base ideológica e política provém dos partidos de direita conservadora e cristã, o maior garante da proteção social é o Estado. São os chamados “*Estados de Segurança Social*” como designa Bruno Palier (2006). A sua finalidade máxima consiste na manutenção do estatuto social através dos sistemas de proteção social (de cariz monetarista ou fiscal), cabendo ao mercado e aos privados um papel praticamente residual. É um modelo caracterizado pela existência de um mercado de trabalho regulado e protegido, que tende a favorecer as famílias nucleares tradicionais (“*homem ganha-pão*” e “*mulher doméstica*”) <sup>2</sup>. A universalidade de cobertura encontra-se apenas dependente da capacidade da sociedade em assegurar o pleno emprego. Neste modelo, Esping-Andersen salienta a elevada discriminação das mulheres, os elevados custos sociais das pensões e uma maior dificuldade em dar resposta a elevadas taxas de desemprego. Este tipo de modelo é prevacente na Europa Continental e pode ser encontrado em países como a Alemanha, a França, a Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo, entre outros.

No parecer de Esping-Andersen (1990), o enfraquecimento dos partidos de esquerda levou ao desenvolvimento dos Estados-Providência neoliberais, em especial nos países anglo-saxónicos, destacando-se os casos dos Estados Unidos da América (EUA) e do Canadá. Estes países apresentam tipicamente uma proteção social pública mínima ou residual, altamente seletiva e que se limita à proteção dos mais carenciados e restrita aos casos em que família ou o trabalho não conseguem prover as necessidades de bem-estar. Este modelo neoliberal caracteriza-se pela desregulação do mercado de trabalho e pela existência de desigualdades salariais, bem como pela maior importância concedida ao setor privado dos sistemas de pensões e dos cuidados de saúde. Os riscos associados a este tipo de modelo residem na pobreza, na fraca qualificação dos trabalhadores e nos baixos salários.

Quanto aos principais mentores dos Estados-Providência de cariz social-democrata, Esping-Andersen (1990) considera que foram os partidos de extrema-esquerda dos países nórdicos. Este modelo associado a elevados níveis de “desmercadorização” é reconhecido em países escandinavos como a Dinamarca, a Suécia, a Noruega e a Finlândia e pressupõe um acesso universal a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica. A sua ampla cobertura protege todos os cidadãos das ameaças e riscos sociais, garantindo uma proteção

---

<sup>2</sup> Com a exceção da França e da Bélgica.

social acima das necessidades mínimas, proporcionando condições de vida bastante aceitáveis aos indivíduos e respectivas famílias, independentemente da sua participação ou não no mercado de trabalho. Verifica-se uma forte componente de redistribuição, uma provisão generalizada dos serviços pessoais e sociais e o desenvolvimento de políticas ativas no mercado de trabalho. As dificuldades de financiamento e a manutenção dos níveis elevados de qualidade do serviço público, os limites do emprego público e a erosão dos valores de solidariedade são alguns dos riscos identificados neste modelo de *Welfare*. Em suma, os sistemas de proteção social mais desenvolvidos e generosos do mundo podem ser encontrados nos países nórdicos, conclui Esping-Andersen (1990).

Esta tipologia tem sido objeto de críticas na comunidade académica e tem gerado, ao longo das últimas décadas, um amplo debate em seu redor, na tentativa de se procurar afinar, de forma mais conseguida, as diferentes configurações do modelo de bem-estar social. Arts e Gellisen (2002) referem que a tipologia, apesar de não ser exaustiva e mutuamente exclusiva, é válida para classificar os modelos de bem-estar, mas não deve ser percebida como um fim em si mesmo, antes um meio para alcançar um fim. Com efeito, a tipologia de Esping-Andersen vem colmatar uma lacuna diagnosticada no corpo teórico sobre o Estado-Providência, referem os mesmos autores. A categorização de Esping-Andersen (1990) pode ser criticada por não oferecer uma análise completa das características dos diferentes Estados-Providência, mas entre as várias propostas de tipologias desenvolvidas é de longe a mais completa (Carolo, 2014). Em primeiro lugar, Esping-Andersen não teve em consideração os aspetos resultantes de condicionantes estruturais (ie. o nível de desenvolvimento económico dos países, o seu grau de industrialização e de urbanização, assim como o grau de desenvolvimento institucional e político, entre outras questões), atribuindo, por sua vez, uma maior importância ao financiamento, ao acesso e à cobertura, bem como aos mecanismos de controlo, isto é, aos fatores endógenos do sistema de providência (Carolo, 2014). Mas é justamente na análise dos fatores internos, além dos níveis de segurança social não comercializáveis, do grau de independência dos respetivos mercados e da democratização social do capitalismo, que a tipologia de Esping-Andersen representa a análise mais conseguida (Carolo, 2014).

As correntes feministas também dirigiram duras críticas ao modelo de Esping-Andersen, por não atribuir importância à elasticidade das estruturas familiares, por não ponderar as políticas

de família e, ainda, por ignorar o papel das mulheres na provisão do bem-estar, assim como a importância da prestação do trabalho não remunerado (Lewis, 1992; O' Connor *et al.*, 1999)<sup>3</sup>. Contudo, uma das críticas mais unânimes é aquela que acusa a categorização de Esping-Andersen de não contemplar os países da Europa do Sul.

### **Estado-Providência na Europa do Sul: modelo ou modelos?**

Para além de partilharem características geográficas, tendências demográficas, assim como economias menos desenvolvidas e regimes democráticos mais recentes (Sarasa & Moreno, 1995; Ferrera, 1996), Portugal, Espanha, Grécia e Itália assistiram ao nascimento tardio dos respetivos modelos de Estado-Providência, num contexto assinalado por uma profunda recessão económica, consequência do choque petrolífero de 1973. Neste *cluster* de países, a modernização das instituições políticas deu-se em momento posterior à modernização das respetivas estruturas económicas (Giner, 1986; Santos, 1994; Gunther *et al.*, 1995).

O debate em torno do modelo de *Welfare State* dos países do Sul Europeu teve início nos anos 1990 (Ferrera, 1996; Andreotti *et al.*, 2001). Vários autores (Castles, 1993; Katrougalos, 1996; Esping-Andersen, 1999) mostram-se a favor da tese de Esping Andersen (1990), ao considerarem que os modelos de bem-estar dos países da Europa do Sul não formam um *cluster* distinto e que deveriam antes ser observados como uma subcategoria tardia do modelo conservador-corporativista. Petmesidou (2013) aponta, por sua vez, para a existência de “modelos de bem-estar híbridos”, que incorporam traços dos três modelos de bem-estar de Esping Andersen.

Maurizio Ferrera<sup>4</sup> (1996) é um, entre vários autores (cf. Leibfreid, 1992; Rhodes & Palier, 1997; Andreotti *et al.*, 2001; Adão & Silva, 2002), a defender a existência de um quarto modelo de *Welfare State* na Europa continental - o “Modelo Social da Europa do Sul”. Leibfreid (1992) considera que estes quatro países formam um modelo “*Latim Rim*” (latino-rudimentar). Este conjunto de autores sustentam que Portugal, Itália, Espanha e Grécia partilham de um modelo de *Welfare* próprio, com elementos diferenciadores em termos físicos, históricos, sociais e políticos, e que não é abrangido na proposta de Esping-Andersen. Pese embora a centralidade do Estado na esfera social, devido ao peso dos respetivos

---

<sup>3</sup> Esping-Andersen (1999) acolhe muitas das críticas efetuadas e faz uma reanálise dos modelos de bem-estar, tomando em consideração, agora de forma mais sistemática, o papel da família na provisão do bem-estar e a sua relação com o mercado.

<sup>4</sup> A proposta de Ferrera é frequentemente criticada por não dar a devida atenção às questões de género (González *et al.*, 1999) e, desta forma, não ponderar o papel da família, neste caso, das mulheres, na provisão do bem-estar.

passados ditatoriais, o aparelho de Estado é relativamente residual, fraco e vulnerável, e os modelos apresentam baixos níveis de proteção social (benefícios, políticas e serviços). Todavia, destacam-se uma sociedade civil forte, assim como as redes de solidariedade familiar, como fatores relevantes nas questões ligadas ao bem-estar dos cidadãos (Andreotti *et al.*, 2001). Este modelo revela, ainda, uma ordem de género tradicional baseada no “*homem ganha-pão*” e na “*mulher doméstica*”. Rhodes & Palier (1997) reconhecem que este modelo de *Welfare*, se distingue dos restantes por fazer substituir os pilares do mercado e do trabalho pela família e pela comunidade (Portugal, 2008). Há que sublinhar também o papel estruturante da Igreja (Castles, 1993; Van Kersbergen, 1995), que incute nas bases sociais a obrigação moral, em particular das mulheres, na responsabilidade pela provisão do bem-estar dos seus membros (em especial, das crianças e idosos), quer na partilha de rendimentos, como de cuidados<sup>5</sup>. Esta é uma das razões que leva Ferrera (2010) a detetar um «*Southern syndrome*», onde prevalecem as baixas taxas de emprego feminino e o declínio acentuado das taxas de natalidade, e no qual as mulheres encontram-se espartilhadas entre os mercados de trabalho (pouco atrativos) e as elevadas responsabilidades familiares. Contudo, é justamente no emprego feminino que Portugal diverge da Grécia, Espanha e Itália e aproxima-se dos países escandinavos (Casaca, 2007; Casaca & Damião, 2011)<sup>6</sup>. Na base da singularidade do caso português, que consiste na elevada participação feminina na atividade económica, particularmente entre os 25 e os 54 anos (Ferreira, 1999; Guerreiro & Romão, 1995; Casaca, 2010; Casaca & Damião, 2011; Torres *et al.*, 2005; Wall *et al.*, 2001), encontram-se um conjunto de especificidades sociais, históricas e culturais<sup>7</sup>. Contudo, verifica-se uma ausência de estruturas sociais de apoio à família, que dificultam às mulheres portuguesas a conciliação entre vida profissional e familiar (Portugal, 2000).

---

<sup>5</sup> Este é um “familiarismo não apoiado”, como nota Saraceno & Keck (2010), ao contrário dos países do Norte europeu.

<sup>6</sup> É utilizada por Flaquer (2000) a expressão “Política de Família Mediterrânica” para chamar a atenção para os aspetos que aproximam Espanha, Itália e Grécia e que afastam Portugal, aspetos estes que não se resumem apenas à elevada participação das mulheres no mercado de trabalho, mas também, por exemplo, à existência de um Abono de Família com acesso universal (Ferreira, 1996).

<sup>7</sup> A rápida integração das mulheres no mercado de trabalho deu-se a partir de meados dos anos 1960, e foi motivada por diversos fatores, muitos deles anteriores à instauração do regime democrático: i) a falta de mão-de-obra provocada pela prolongada guerra colonial (1961-74); ii) os intensos fluxos de emigração e de migração das populações das áreas rurais para os centros urbanos; iii) a necessidade de co-provedoria do sustento económico da família; iv) o forte impulso do setor terciário e da administração pública, nos anos 1970, bem como as políticas e medidas económicas caracterizadas por preocupações essencialmente redistributivas (Ferreira, 1999); v) a implementação do regime democrático que conduziu as mulheres portuguesas, em particular as mais escolarizadas, a uma maior consciencialização de questões relacionadas com a emancipação e a valorização profissional (*idem*); e, por fim, vi) a feminização do próprio sistema de ensino (Torres *et al.*, 2005).

Ferrera e colaboradores (2000) dizem-nos, igualmente, que a família funciona nestes países como uma importante rede de ajuda. Ora, é efetivamente aquilo que Boaventura Sousa Santos designa por “Sociedade-Providência”, mais propriamente as “redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco ou vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade” (1993:46). Esta é uma providência socialmente produzida, na qual as famílias tradicionais são a principal fonte de provisão de bem-estar (Portugal, 2008) e que funcionam de modo a compensar as falhas ou ausências de apoio por parte do Estado. E, neste sentido, Portugal pode ser equacionado como um modelo de “Estado-Providência familista” (Portugal, 2008) ou “familiarista” (Wall, 2002), que se rege pelo princípio da subsidiariedade familiar (Pierson, 2001) e no qual o mercado assume um papel bastante marginal. No que remete ao bem-estar, é colmatado pela tradição de uma proteção social garantida pela sociedade civil e em que um grande número de riscos sociais é absorvido pelos próprios sistemas familiares.

### ***A origem do Estado-Providência em Portugal***

Existe um Estado-Providência em Portugal? E quais os fatores constitutivos desta forma política em Portugal? Por comparação aos outros países europeus, Boaventura Sousa Santos (1987; 1990; 1991; 1993; 1998) defende que Portugal nunca teve, em sentido estrito, um Estado-Providência, apesar do Estado desempenhar um papel de destaque na regulação social. Em rigor, deve-se falar antes em “quase Estado-Providência”, que nunca se chegou a consolidar como um Estado-Providência forte e amadurecido, o qual coexiste com uma providência societal forte, bastante superior à que é típica dos países centrais. Santos (1998) dá como exemplo o processo de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, para justificar que as funcionalidades de apoio estatal são praticamente inexistentes e que estão muito próximas do clientelismo e dos grandes interesses económicos. De acordo com o autor, não se apuraram quatro dos pressupostos estruturais que estão na base da construção de um Estado-Providência. Por um lado, a concertação entre capital e trabalho teve início num contexto de crise internacional do próprio Estado-Providência. Quanto à tentativa de articulação entre acumulação capitalista e legitimação democrática, só foi possível após a Revolução de 1974, mas num contexto em que os recursos económicos já não permitiam gastos elevados em despesas de capital social. Por último, importa atender ao facto de que em Portugal, ao contrário de outros países europeus, o Estado Providência não foi o corolário de

longos processos de maturação democrática ou de conquista social, o que levou a uma fraca consciência de que os direitos sociais são direitos dos cidadãos e não produto da benevolência do Estado (Santos & Ferreira, 2002). Bem diferente é a posição de Mozzicafreddo (1997), ao notar que a menor visibilidade administrativa e política das características do Estado-Providência português não invalidou que esta forma política e social se consolidasse num Estado de direito democrático. Isto pode ser compreendido se olharmos para o rápido desenvolvimento das políticas sociais, pelo papel do Estado na regulação macroeconómica e pela concertação entre parceiros sociais e económicos na minimização das desigualdades sociais (Mozzicafreddo, 1997).

O debate em torno dos fatores que deram forma ao Estado-Providência em Portugal está longe de ser consensual. Se, por um lado, derivaram das políticas do Estado Novo (numa primeira fase, com a Reforma da Previdência Social, em 1962) concatenadas com as reformas assistencialistas de Marcello Caetano (Cardoso & Rocha, 2003; Guibentif, 1997); ou se, por outro, decorreram das profundas reformas sociais, na confluência pós-revolucionária, e que constitucionalizaram os direitos à segurança social, saúde e educação (Rodrigues *et al.*, 1999; Mozzicafreddo, 2002; Dornelas, 2013).

É importante não perder de vista que, em Portugal, a evolução do Estado-Providência é caracterizada por um grande desfasamento histórico-institucional, dado que o modelo de bem-estar já tinha sido objeto de discussão e aplicação em vários países europeus, desde o séc. XIX (Mozzicafreddo, 1994). Ora, o desenvolvimento do Estado-Providência português, na sequência da rutura política e social de 1974, dá azo à “abertura aos modelos de providência social-democrata”, como argumenta Boaventura de Sousa Santos (1992), que coincidem com o início do questionamento da sustentabilidade dos principais modelos de bem-estar social na Europa. Com efeito, uma das constituições mais generosas do mundo - a portuguesa - nasce quando se começa a falar em restringir ao mínimo indispensável a intervenção do Estado e na “Crise dos Estados-Providência” (Fleury, 1994), assim como a ser discutido o modelo económico do pós-guerra (Carreira da Silva, 2013).

O padrão de *Welfare State* que Portugal apresenta nos dias de hoje é próximo do modelo conservador e, no que refere à proteção social, é de natureza dualista, baseada no modelo *bismarckiano*. Se, por um lado, é verificada uma superproteção do setor do trabalho e níveis fracos de proteção social a determinadas categorias da população (Adão e Silva, 2002), por outro, coexiste uma ação social universalista que não se suporta apenas nas condições de trabalho (Alexandre e Martins, 2009). Em termos de financiamento de base fiscal, é notória a

centralidade da influência *beveredgiana*, fruto das mudanças ocorridas com a transição para o regime democrático e das medidas ativas de política social característica do Modelo Social Europeu (Adão e Silva, 2002).

## **As metamorfoses dos Estados-Providência**

### ***A “Era Dourada” e a consolidação dos modelos***

A vasta literatura académica tem identificado, de uma forma mais ou menos generalizada, diferentes ciclos de desenvolvimento do Estado-Providência: a emergência, a expansão e consolidação, a crise e pós-crise. Contudo, esta é uma perspetiva que não considera as diferenças de desenvolvimento económico experimentadas, em meados do séc. XX, pelas sociedades capitalistas e sociedades socialistas do continente europeu (Bahle *et al.*, 2010).

O Estado-Providência desenvolveu-se, no período pós 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, inscrito num modelo de “estado económico socialmente ativo” (Mozzicafredo, 1994). Foi o culminar de um processo lento de experimentação institucional e de inovação política, iniciado em meados do séc. XIX, e cujo objetivo consistia na resolução dos problemas sociais que levaram ao declínio dos anteriores modelos estatais (Ferrera *et al.*, 2000). A “*Golden Age*” ou a “Era Dourada” é, assim, uma fase histórica que coincidiu com a elevada expansão económica experimentada nos anos 1950 e 1960 e que se caracterizou pelos seguintes fatores-chave: i) a aplicação dos princípios *keynesianos* de salários estáveis e de níveis de pleno emprego; ii) a alta funcionalidade das famílias *parsonianas* para a manutenção do modelo *fordista* de produção; e, por último, iii) a união entre o operariado e as classes médias, que fez aumentar a cobertura dos benefícios sociais, em particular, os relacionados com a proteção na doença, no desemprego, na deficiência e na velhice. É, então, nestes “trinta anos gloriosos”<sup>8</sup> que se observa a consolidação do Estado-Providência - como um dos principais pilares do bem-estar individual e coletivo nos países ocidentais - suportado num sistema de ação estruturado e universal e no qual a regulação estatal é processada numa lógica de evolução dos direitos de cidadania (Carreira da Silva, 2013).

---

<sup>8</sup> Na década de 1940, mais propriamente em 1942, é apresentado o célebre *Relatório de Beveridge* (Social Insurance and Allied Services), elaborado pelo reformista britânico Sir William Beveridge, documento de referência que abre as portas à criação, no período pós-guerra, de um Estado-Providência no Reino Unido. Entre as principais iniciativas destacaram-se a expansão da Segurança Social e a criação do Serviço Nacional de Saúde, medidas que também vieram a influenciar de forma muito positiva os modelos de Estado-Providência dos restantes países europeus, em particular no que diz respeito à Segurança Social (Caeiro, 2010).

## **A Crise do Estado-Providência**

A “Crise dos Estados-Providência” ou a “Era de Austeridade”, corresponde à fase após quarenta anos sobre a égide da “Era Dourada”, como nos diz Pierson (2001). Taylor-Gooby (2002) diz-nos que esta foi a “*Silver Age*” do Estado-Providência. Em bom rigor, esta fase deve ser, ainda, dividida em dois períodos: o primeiro, que corresponde à crise dos modelos propriamente dita; e, um segundo, que Esping-Andersen (2002) intitula como a busca da “Nova Arquitetura” para o edifício do Estado-Providência e que é particularizado por um conjunto mais intenso de medidas no sentido da reestruturação dos modelos (Ferrera & Rhodes, 2000).

A “Crise do Estado-Providência” tem sido objeto de uma vasta revisão bibliográfica (Ferrera & Rhodes, 2000; Pierson, 2001; Taylor-Gooby, 2004). Efetivamente, não deixa de ser curioso que, enquanto na generalidade dos regimes democráticos os debates se debruçam em torno das reformas, das mudanças e da crise do Estado-Providência, noutros países do mundo os sistemas de providência estejam a ser desenvolvidos e implementados em consonância com os paradigmas ocidentais, sobretudo os europeus.

A década de 1970 foi um período marcado por profundas transformações político-ideológicas que prepararam o caminho para a ascensão dos governos neoliberais anglo-saxónicos, Ronald Reagan nos EUA (1980) e Margaret Thatcher no Reino Unido (1979). É, assim, assinalado o fim do compromisso entre a solidariedade social e o modelo de acumulação capitalista, bem como expressa a finalidade destes governos em dismantlar o Estado-Providência (Mishra, 1984). Na verdade, a influência exercida pelos EUA no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial foi promotora da difusão internacional das ideologias neoliberais (Midgley, 1997).

É a partir dos anos 1980 que o Estado-Providência entra em crise (Rosanvallon, 1981; Santos, 1990; Esping-Andersen, 2001; Pierson, 2001). Pereirinha descreve-a como a dificuldade em reestabelecer “a relação equilibrada entre os subsistemas económico, social e familiar que caracterizou os trinta gloriosos anos do pós-guerra, isto é, a rutura do equilíbrio conseguido entre o económico, o social e o informal” (1997:135). Trata-se de uma crise multidimensional, complexa, de carácter essencialmente económico e ideológico e que envolve uma multiplicidade de interesses (Soulet, 1996). A “Crise do Estado-Providência” é, de acordo com Taylor-Gooby (2004), definida por três dimensões interdependentes: i) a primeira é explicada pelo aumento significativo na procura da provisão social, na sequência dos problemas económicos que levaram à deterioração das condições sociais e do envelhecimento

da população; ii) a segunda traduz a oferta, isto é, os recursos financeiros do Estado, que cada vez mais estão limitados; e, por último, iii) a terceira que se caracteriza pela dificuldade dos Estados em articular a dimensão da oferta e da procura. Com efeito, a pressão, do lado da procura, questiona as principais funções operacionalizadas pelos Estados-Providência. É o caso da proteção social e da redistribuição de rendimentos e das transferências ao longo do ciclo de vida. Do lado da oferta, o Estado é pressionado a cortar nos programas sociais, assistenciais e solidários, não porque exista uma vontade manifesta da sociedade civil no desmantelamento do Estado-Providência (Orszag & Snower, 1999), mas sim devido aos problemas que resultam do fraco crescimento económico e das tendências demográficas pouco promissoras. É desta forma que cresceu o fosso entre as despesas sociais do Estado e os recursos de financiamento, que são obtidos através das receitas fiscais (Soulet, 1996).

Jürgen Habermas (1982) e Claus Offe (1985) argumentam, que a “Crise do Estado-Providência” é resultado de um profundo questionamento do contrato social subscrito pelos Estados sociais-democráticos após o fim da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Monedero (2003) acrescenta que no cerne da crise repousa uma crise de legitimidade dos governos baseados no consenso e suportada pela contestação política e movimentos sociais que ocorreram na primeira metade da década de 1970. Esta crise é, igualmente, uma crise que pode ser entendida como crise de governabilidade (Santos, 2005). Com o objetivo de recuperar e valorizar o capital perdido com a crise económica global de 1973 são postas em marcha um conjunto de lógicas mercantis de governação – que como nos diz Boaventura de Sousa Santos (2005) constituem a matriz social e política da globalização neoliberal - definida com o objetivo de contrariar a lógica do capitalismo “*laissez-faire*” e de reinventar a gestão e a capacidade de concretização dos governos. É entre 1986 e 1996 que o neoliberalismo atinge o seu ponto alto, com o Estado a ser arredado da esfera social e a prescindir da regulação económica em detrimento das lógicas de mercado (Santos, 2006). Sucede que, deste modo, começaram a proliferar as organizações da sociedade civil, o “Terceiro Setor”, de modo a dar resposta às necessidades dos cidadãos que ainda não foram mercantilizadas, bem como aqueles serviços sociais que o Estado se demitiu de assegurar (Santos, 2002; Santos & Jenson, 2000). Na Europa continental, a designação de “Terceiro Setor” surge, na década de 1970, como um projeto

alternativo para a teoria social marxista, que não se reduzia aos cenários do neoliberalismo e do estatismo social (Lopes *et al.*, 2014)<sup>9</sup>.

### ***O Estado-Providência, os desafios económicos e a fragmentação social***

A transição das sociedades industriais para as sociedades pós-industriais dá-se acompanhada por inúmeras e profundas mutações económicas, sociais e demográficas. Os desafios da desindustrialização provocaram um declínio acentuado das taxas de produtividade. O aparecimento das economias abertas e a livre circulação de capitais, mercadorias e recursos materiais e humanos, bem como a competitividade entre mercados, em particular com o chinês, dá origem a uma sociedade marcada pela “pluralidade de desigualdades” (Therborn, 2006). O “despotismo hegemónico” ganhou terreno (Burawoy, 1983), assim como a expropriação do Estado, sendo que neste processo a inovação tecnológica tem desempenhado um papel de relevo (Castells, 1999). Por conseguinte, o sistema económico perdeu progressivamente o controlo do sistema político e passou perigosamente para a esfera não política, com consequências sociais bastante pesadas para os cidadãos (Bauman, 1998). É aquilo que Bourdieu (2000) designou como o triunfo da “mão direita” do Estado, ou seja, da disciplina de mercado, da vigilância das classes dominadas, da defesa e manutenção da ordem interna e do território.<sup>10</sup> O mercado de trabalho foi o setor onde estas mudanças globais revelaram de longe os contornos mais dramáticos, tornando-se palco de novas segmentações e de desigualdades sociais. Os dois setores tradicionais de emprego, a agricultura e a indústria, regrediram em praticamente todos os pontos do mundo (Iversen & Cusack, 2000). A par do crescimento acelerado no topo da pirâmide de distribuição de rendimentos, que se tornou um elemento diferenciador das sociedades pós-industriais, nas décadas de 1990 e 2000 (Piketty, 2014), também se registou um fenómeno que Sennett (2006) designa de “subemprego”, entre as camadas mais vulneráveis da sociedade. Estas tendências fizeram-se acompanhar de restrições nos aumentos salariais e de uma maior insegurança laboral num mercado de trabalho cada vez mais global (Clark, 2014). Beck & Beck-Gernsheim (2002) sublinham que

---

<sup>9</sup> Pese embora a expressão ter sido empregue principalmente nos países anglo-saxónicos para descrever o setor privado sem fins lucrativos, também é adotada noutras partes do mundo, como sinónimo de “Economia Social” (Monzón Campos & Chaves Ávila, 2012).

<sup>10</sup> Na sua obra “*Contrafogos*”, Bourdieu considera que as funções do Estados modernos encontram-se numa relação de equilíbrio de forças, em que a “mão direita” opõe-se à “mão esquerda”, a qual reflete, por sua vez, as conquistas sociais do passado e preocupação no presente com os grupos mais desprotegidos da sociedade.

a difusão da flexibilidade laboral fez acabar os empregos para toda a vida e que o pleno emprego é agora uma ilusão, enquanto o desemprego tornou-se numa terrível e esmagadora realidade.

Bourdieu (2000) argumenta que o neoliberalismo, enquanto modelo de desenvolvimento económico e político, ao levar à rutura entre o sistema económico e o sistema social, dá origem a fenómenos de “violência estrutural”, como o desemprego, e de “dominação”, como a precariedade laboral. Nas economias menos competitivas, em particular aquelas das sociedades semiperiféricas e periféricas, os impactos do capitalismo pós-industrial foram mais graves, colocando, assim, um ponto final ao modelo fordista de prosperidade económica e de pleno emprego, uma conquista sem precedentes nas sociedades modernas (Taylor-Gooby, 2004).

As novas exigências capitalistas, a flexibilização do mercado de trabalho e a precarização dos vínculos laborais, motivaram a perda da centralidade do trabalho, como o principal mecanismo de integração social, conclui Ranci (2011). De igual modo, não podemos ignorar as interpretações de Castel (1995) a respeito da “nova questão social”, as quais nos permitem compreender como as transformações ocorridas nas sociedades de capitalismo avançado, com especial atenção para as relacionadas com o mercado de trabalho, estão na génese das vulnerabilidades sociais de extensas camadas da população. O autor considera que a característica mais inquietante da “nova questão social” é mesmo a “desfiliação”, que é a consequência de uma maior precariedade laboral e dos elevados níveis de desemprego, e que se deve ao défice de posições de reconhecimento público e de utilidade social ocupadas na estrutura social. A este grupo de trabalhadores excedentários é atribuído um estatuto de inutilidade e de dispensabilidade, condenando-os a um percurso irreversível e de rutura do indivíduo com a sociedade, de dissociação e de desqualificação social. A este propósito, Slavoj Žižek (2011) faz questão de dizer que o capitalismo avançado tem explorado uma lógica semelhante ao *apartheid*, em que alguns indivíduos se sentem com direito a tudo, mas em que a grande maioria não tem direito a nada e que engrossa a fileira dos socialmente excluídos.

As economias capitalistas contemporâneas têm sido as maiores inimigas do Estado-Providência, e o Estado-Providência, na sequência da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, tornou-se num dos pilares fundamentais do Estado de direito democrático (Barroso, 2013). Neste novo contexto de mobilidade de capital e de pessoas, um “bom Estado” é aquele que é amigo dos mercados e a confiança nos mercados é aquela que se deseja salvar a qualquer preço, refere Bourdieu

(1998). É também neste sentido, que Loic Wacquant (2012) nos fala da tese da emergência do “Estado Penal”, em detrimento do Estado Social. Ou seja, desde os anos 1980, que o Estado está a exercer as suas funções de respeito pela “lei e ordem”, num contexto marcado pelo desmantelamento da proteção social e acompanhado por estratégias de criminalização das populações socialmente excluídas. Por outro lado, a designada “reengenharia neoliberal” tem constituído o processo através do qual as doutrinas neoliberais pretendem reestruturar o principal pilar das sociedades democráticas, o Estado-Providência (Wacquant, 2010; 2012). É uma operação que vai muito além das lógicas do mercado, e que resulta da articulação de quatro lógicas institucionais distintas: i) a elevação da “mercadorização” como lógica central da sociedade e a sua extensão a diversos domínios, partindo do pressuposto que os mercados são mecanismos universais e eficientes para a alocação de recursos; ii) a transição do *Welfare State* para um *Workfare State*, que na prática é um novo padrão de políticas sociais, que se consubstancia na submissão dos cidadãos a medidas de “ativação”, como contrapartida do acesso à proteção social, que desaparece enquanto direito universal; iii) a aplicação de uma política penal expansionista ao crescente clima de tensão social nas grandes áreas urbanas, isto é, naqueles locais em que os impactos da flexibilização laboral são mais visíveis; e, por último, iv) a difusão de um discurso motivacional que apela à responsabilidade individual e que, no fundo, serve de “colagem” às várias componentes da nova regulação estatal.

Enquanto racionalidade económica, as doutrinas neoliberais não foram aplicadas da mesma forma em todos os países do mundo (Jessop, 2013) e no que reporta à Europa Continental, no que se prende com as políticas económicas, entram em cena disfarçadas de políticas de integração europeia <sup>11</sup> (Stockhammer, 2013). Para os agentes de pressão económicos e políticos defensores do neoliberalismo, aqueles que pugnam pela destruição progressiva do Estado Social (Barroso, 2013) e pela privatização de um número cada vez maior das suas funções (Crouch, 1997), o Estado-Providência “mata a iniciativa privada, retarda a criação de riquezas, defende um igualitarismo que desencoraja o esforço e o mérito, mantém os pobres em estado de assistência permanente e abafa essa «energia fundadora» que é o mercado” (Barroso, 2013:88). Na verdade, as crises tendem a ser usadas deliberadamente para fazer reduzir as despesas públicas e os impostos (que prejudicam as atividades económicas),

---

<sup>11</sup> Os pacotes de políticas da UE, como sustenta Stockhammer (2013), fazem destacar a crença profunda no aumento da eficácia económica e na redução do setor público. Os tratados (Maastricht e Lisboa) adoptados pelos países membros encontram-se totalmente impregnados pela doutrina neoliberal (Barroso, 2013).

liberalizar os mercados de bens, desregulamentar os mercados, enfraquecer o mundo laboral ao baixar os salários, diminuindo o nível de vida das populações e fazendo aumentar o desemprego, asfixiando financeiramente o Estado Providência até à sua destruição completa.

Therborn (2013) sustenta que tanto a desindustrialização, o capitalismo e o enfraquecimento da força de trabalho, como a desregulação dos mercados e o recuo do Estado-Providência estão relacionados com o retrocesso das sociedades contemporâneas aos níveis de desigualdade económica do período que antecedeu a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Gough (2016) faz referência a três décadas de instabilidade macroeconómica e ao aumento das desigualdades sociais, sendo que na Zona Euro este legado levou à adoção de políticas macroeconómicas radicais e profundas (Kvist, 2013).

### ***O Estado-Providência e os novos desafios demográficos***

O envelhecimento demográfico, resultante do aumento da esperança de vida e da diminuição das taxas de natalidade (Esping-Andersen, 2000; Glennester, 2010), a redução da população ativa em virtude da passagem à reforma dos *baby-boomers* (Högberg, 2014), assim como uma maior flexibilidade, relativização e fluidez das estruturas familiares (Wall, 2002; Ferrera, 2008; Aboim, 2010a; Bauman, 2013) e o papel renovado das mulheres enquanto agentes económicos e de desenvolvimento na sociedade portuguesa (Aboim, 2010a) entrecruzam-se e interferem entre si, refletindo um conjunto de desafios até então inéditos aos modelos de bem-estar (Taylor-Gooby, 2004).

As profundas alterações demográficas têm imposto novos desafios sociais, políticos e económicos às sociedades contemporâneas. O crescimento da população idosa e o aumento dos rácios de dependência de idosos são considerados como dos problemas mais relevantes das sociedades contemporâneas e têm evoluído num rumo verdadeiramente inevitável e quase irreversível. O discurso sobre o envelhecimento demográfico tem destacado as suas profundas repercussões macroestruturais, quer ao nível da estabilidade do sistema de financiamento de pensões, quer dos sistemas de saúde, do mercado de trabalho e no mercado de bens e serviços, bem como nas condições de vida das populações e nos seus percursos de vida (Börsch-Supan, 2002).

As pessoas idosas/velhice, enquanto categoria social, são uma criação das sociedades modernas e refletem os ganhos conseguidos com a industrialização, a melhoria dos cuidados de saúde pública e o crescimento do Estado-Providência (Achenbaum, 2010). Foram sobretudo as conquistas na proteção social, em particular na “Era Dourada” do Estado-

Providência, que permitiram criar um certo nível de segurança no envelhecimento (Phillipson, 1998). Porém, com a crise econômico-financeira de 2008 e posta em ação a agenda “*anti-welfare state*”, a ênfase da provisão social tem sido deslocada do nível coletivo para o individual (Judt, 2010), sendo que as políticas sociais destinadas aos idosos sofreram transformações que estão muito distantes dos ideais que guiaram a criação do Estado-Providência (Phillipson, 2012). Piketty (2004) salienta que as mudanças sociais que acompanharam a passagem para as sociedades pós-industriais tornaram o envelhecimento num risco socialmente reconhecido, que se faz acompanhar pelo enfraquecimento progressivo dos serviços e apoios prestados pelo Estado-Providência às pessoas idosas. Os riscos e as incertezas associados ao envelhecimento, outrora assumidos pelo Estado, são agora remetidos para o mercado, ou para as pessoas idosas e respectivas famílias, com o argumento que estão melhores por sua conta do que dependentes do Estado (Dannefer, 2000). Nas sociedades pós-industriais, o envelhecimento é menos institucionalizado, mas simultaneamente é mais desigual, e se apresenta, por um lado, novas oportunidades de inclusão, por outro, dá azo a uma variedade de exclusões (Scharf & Keating, 2012). Sob o pretexto da sustentabilidade dos sistemas de providência social, as doutrinas neoliberais têm difundido a narrativa moral e profundamente idadista que o envelhecimento representa um fardo insuportável para as gerações mais jovens e que as pessoas idosas são frágeis, dependentes e não produtivas (Walker, 1990).

### ***O Estado-Providência e a Individualização da vida social***

Os riscos, as incertezas e a crescente diversificação e flexibilização das biografias individuais, a desintegração social e a obliteração das instituições (ex: classe, família nuclear, Estado-Nação, entre outras) são as consequências da melhoria generalizada das condições de vida no pós 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, e que Beck (1992) atribui ao “efeito elevador” da expansão massiva da educação e de um conjunto de alterações substantivas operadas no mercado de trabalho. Na abordagem de Beck, a individualização é descrita como “(...) a structural, sociological transformation of social institutions and the relationship of the individual to society”<sup>12</sup> (2002:276). Já Bauman (2001) vê na individualização o resultado de uma fatalidade, ou seja, um destino ao qual ninguém pode escapar.

---

<sup>12</sup> Há, assim, lugar a um desenquadramento do indivíduo (*disembedding*), que não se faz posteriormente acompanhar de um reenquadramento (*reembedding*) na estrutura social. É a primeira vez que o indivíduo é reconhecido na história como a célula de base da reprodução social, e essa mudança tem como pano de fundo a Segunda Modernidade (Beck, 1992).

Neste processo de “modernização da sociedade moderna”, o Estado-Providência é objeto de transformações estruturais (Van Gerven & Ossewaarde, 2012). Com o agravamento da “Crise do Estado-Providência”, as questões não solucionadas na esfera institucional são redefinidas em riscos individuais e passam a ser tratadas de forma individualizada. As instituições integram cada vez mais aspetos parciais das vidas dos indivíduos e, no quadro deste processo, os indivíduos são cada vez mais chamados a agir por sua conta e risco, a serem ativos e inventivos, produtores e não meros espectadores das suas próprias vidas. Isto sucede porque as formas tradicionais de dominação coletiva estáveis e pré-definidas (casamento, família nuclear, classe social, Estado-Nação e trabalho, entre outras) convertem-se em “categorias zombies”, que não respondem mais às necessidades dos indivíduos, o que faz crescer, de forma inevitável, a precariedade e o risco nas biografias individuais (Beck & Beck-Gernsheim, 2002).

As biografias de vida padronizadas pela origem social tornam-se biografias individuais<sup>13</sup>, que passam a ser escolhidas e cada vez mais reflexivas (*do-it-yourself*) e que exigem ao indivíduo escolhas constantes e decisões cada vez mais difíceis, arriscadas e complexas, muitas delas relacionadas com a identidade sexual, a família, os papéis de género e as relações interpessoais. As instituições da modernidade reflexiva, por força desta desresponsabilização, ficam na realidade mais esvaziadas dos problemas dos indivíduos, o que leva Beck a constatar que “o individualismo é altamente funcional para as instituições e, por isso, tal tendência está longe de chegar ao fim” (2002: 72-73). Os indivíduos a quem Beck designa de “auto-empresários” passam a gerir as suas vidas como se de uma empresa se tratasse e precisam comportar-se como se fossem de facto capitalistas “(...) e organizar todos os aspetos da existência em conformidade obediente, autónoma e antecipada com as condições do mercado” (2002:72). O valor normativo das tradições desaparece e é deixada aos indivíduos uma maior margem de manobra na busca de novas certezas, num quadro de multiplicação de incertezas<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Beck entende a Individualização e a Classe Social como categorias mutuamente exclusivas.

<sup>14</sup> A “destraditionalização” é responsável pela produção e reprodução social na modernidade radicalizada, segundo Beck. O processo de “destraditionalização”, ao invés das teorias sociais clássicas, não se focaliza na distinção entre o tradicional e o moderno, mas sim na análise da relação complexa e enigmática entre a tradição e a modernidade. Se a tradição continua a ser um aspeto fundamental da modernidade avançada, é porque a tradição se tornou reflexiva: as tradições são inventadas, reinventadas e reestruturadas no processo de individualização.

## O Pós-Crise e as reformas do Estado-Providência

A agenda científica tem deslocado o seu foco de interesse das análises das diferenças entre os modelos de bem-estar social e da crise dos respetivos modelos para a compreensão das reformas registadas nos últimos vinte e cinco anos (Palier, 2006). À “Crise do Estado-Providência” seguiram-se um conjunto de reformas que assumiram diversas designações: “desmantelamento”, “retração” e “recalibragem” (Svallfors & Taylor-Gooby, 1999).

Pese embora a literatura ter diagnosticado um cenário marcado pelo “*frozen welfare state*” (Esping-Andersen, 1996) ou, ainda, considerar o Estado-Providência um “*immovable object*”, impossível de reformar graças à maturidade dos seus programas sociais (Pierson, 2001), a maioria dos países da Europa continental implementou, na década de 1990, uma vaga de políticas de cortes na despesa social no sentido de “resgatar” os seus respetivos modelos de bem-estar (Hemerijck, 2008; 2012), aumentando as contribuições para os esquemas de proteção social e a carga fiscal destinada ao financiamento das prestações não contributivas (Palier, 2006). Contudo, as medidas praticadas ficaram muito longe das reformas estruturais dos governos neoliberais de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, na década de 80.

Já nos finais dos anos 90 começaram a ser desenvolvidas, no contexto da convergência europeia, um conjunto de reformas institucionais, em que os países membros executaram uma vasta série de ajustamentos nas políticas macroeconómicas, nas relações industriais, no sistema da segurança social e de pensões, no mercado de trabalho, entre outros<sup>15</sup>. É o caso da expansão da provisão social privada, da redução de contribuições sociais e do lançamento de novos impostos, o que leva ao inevitável enfraquecimento dos mecanismos de segurança social e dos atores sociais (Palier, 2006).

Pierson (2001) questiona a eficácia das várias reformas implementadas nos Estados-Providência. Em seu entender e através da análise das despesas sociais, as medidas estruturais ambicionadas pelas ideologias neoliberais não tiveram a expressão desejada, em termos práticos, mesmo nos países onde foram levadas mais a sério. Ou seja, não houve um desmantelamento assim tão radical dos modelos de bem-estar nos países europeus, como se pensava ter acontecido. Palier (2006) chama a atenção para um conjunto de pesquisas, que concluíram pelos poucos efeitos práticos das reformas no *status quo* dos Estados-Providência,

---

<sup>15</sup> Exemplo deste facto é que, entre 1994 e 2004, as reformas nos sistemas de providência foram substancialmente maiores na UE 15, em comparação aos países não europeus da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) (Duval & Elmeskov, 2006).

que não representaram sequer uma ameaça à sua existência e até contribuíram, em certa medida, para preservar e reforçar a natureza de cada sistema de providência. Pierson (2004) faz questão de frisar que, se por um lado, as reformas tiveram uma menor expressividade nos modelos conservadores-corporativistas, por outro, foram de longe as mais problemáticas. Porém, apesar das enormes dificuldades políticas para colocar em prática as medidas corretivas nos sistemas de providência (Hemerijck, 2006), a “*frozen landscape*” dos Estados-Providência já não permaneceu intocável (Palier & Martin, 2008).

A propósito das tendências registadas nas últimas três décadas, Gough (2016) chama a atenção que, nos últimos vinte e cinco anos, as despesas sociais continuaram a aumentar nos países da OCDE. Contudo, este acréscimo ocorreu a um ritmo muito mais lento e deveu-se à expansão dos modelos de bem-estar dos países do Sul da Europa, entre os quais Portugal, na sequência da transição para os regimes democráticos. Mas, em nenhum dos países os modelos de providência entraram em declínio (Gough, 2016), podendo-se até argumentar que se verificou um “*growth to limits*”, conforme Flora (1986) antecipou, ou seja, até 2008 assistiu-se ao seu crescimento, embora de forma bastante condicionada.

### ***O Pós-Crise e as Reformas do Estado-Providência na Europa do Sul***

Fortemente condicionados pelas exigências da integração europeia e, anos mais tarde, pela convergência com os critérios do Tratado de Maastricht (1998), assistiram-se, na década de 1990, às *demarches* dos países do Sul da Europa no alinhamento dos seus modelos de providência estatal com os modelos dos restantes Estados-Membros, através da “recalibragem” dos pacotes de políticas sociais e dos respetivos orçamentos de Estado (Ferrera, 2000; 2005). Aqui a preocupação subjacente consistiu em aproximar os esquemas de pensões dos países do Sul da Europa (tidos como generosos) aos padrões mais equilibrados dos restantes Estados-Membros (Ferrera, 2000). Neste sentido, este objetivo foi alcançado, ao longo da década de 1990, por intermédio de um conjunto de reformas profundas e de natureza restritiva. Por outro lado, para robustecer a proteção mínima dos cidadãos, estes países introduziram medidas universalistas, como é o caso do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), que foi lançado em Portugal em 1996. Este tipo de reformas fez aumentar a despesa pública social (Moreno, 2002) e seguiram um rumo diferente do trilhado pelos modelos conservadores-corporativistas. Por sua vez, Espanha destacou-se em larga medida de Portugal e da Grécia, pelo caráter mais radical das medidas implementadas (Karamessini, 2008) e por ter incorporado, numa primeira fase, características do modelo social-democrata dos países

nórdicos (Moreno & Sarasa, 1992) e seguido um rumo de políticas macroeconómicas bem mais liberais, num claro afastamento dos princípios *bismarckianos*. Em suma, foram introduzidas mudanças profundas nos respetivos modelos de bem-estar e parte substancial das reformas foi prosseguida pelos partidos políticos de centro-esquerda (Guillen & Matsaganis, 2000). Contudo, apesar da sua abrangência, não chegaram ao ponto de colocar em causa os dois pilares do modelo: a família (como instituição central de socialização e importante rede de microsolidariedades) e a segmentação do mercado de trabalho (Karamessini, 2008).

### **O Estado Social Ativo - o novo paradigma da regulação estatal**

Tendo como pano de fundo a União Monetária Europeia e o Mercado Único Europeu, e como finalidade uma profunda adaptação ao novo contexto macroeconómico, os sistemas de providência europeus, no início do séc. XXI, começam a congregar sinergias no sentido de um “novo” Estado, em que a lógica do “Investimento Social”, isto é, de investimento no capital humano e de participação plena no mercado laboral, sucede à “Proteção Social Tradicional” (Taylor-Gooby, 2008). Porém, nenhum país do Sul Europeu entrou verdadeiramente na “Era do Investimento Social” (Morel *et al.*, 2011).

Existem outras perspetivas teóricas muito semelhantes, mas que no fundo captam os mesmos pressupostos do novo modelo regulatório. É o exemplo do “Estado Social Ativo” (Vanderbroucke, 2001; Cassiers, 2005), do “Novo Estado Social” (Esping-Andersen, 2003), do “Novo Acordo de Estado-Providência Europeu” (Taylor -Gooby, 2008) ou, ainda, do “Estado de Investimento Social” (Begg *et al.*, 2015). E é este o rumo que tem sido seguido, ou seja, a substituição progressiva do modelo de Estado-Providência europeu por um novo modelo de regulação estatal, cuja centralidade reside nas políticas de ativação (Martins, 2015). À luz deste paradigma, já não compete ao Estado a produção e distribuição direta dos bens e serviços públicos, mas tão somente regular, supervisionar, distribuir e facilitar estes bens a terceiros e, por vezes, a agentes privados.

O “Estado Social Ativo” rompe com a lógica inspiradora do “Estado Social Passivo” ao afastar-se da visão assistencialista e indemnizatória e ao introduzir condições de acesso aos benefícios sociais, isto é, os direitos sociais passam a ser uma contrapartida pelo cumprimento dos deveres inscritos no contrato social com o Estado (Cassiers, 2005), uma mudança de fundo no regime de cidadania, sustentada pela reciprocidade de direitos e deveres e com especial ênfase para o papel da responsabilidade individual. Adaptabilidade, flexibilidade, segurança e empregabilidade passam a ser as novas palavras de ordem (Begg *et al.*, 2015).

Porém, estes “novos” pressupostos dão azo à marginalização dos beneficiários ditos “tradicionais” dos sistemas de providência, ao ser-lhes aplicado um conjunto de restrições aos benefícios sociais, fazendo uso da retórica da modernização do sistema (Heron & Dwyer, 1999). Desde logo, este bloco de políticas de investimento social não é imune a críticas, antes pelo contrário. O “modelo de investimento social”, ao colocar a empregabilidade no cerne das políticas sociais, discrimina os mais vulneráveis e desprotegidos, com menores competências e qualificações profissionais, o que leva à corrosão dos princípios da solidariedade que sempre foram caros aos Estados-Providência europeus (Begg *et al.*, 2015). Por outro lado, a aposta deste paradigma na formação é bastante dispendiosa, num contexto em que pouca margem resta para investimentos extra (Morel *et al.*, 2011).

### ***Os Novos Riscos Sociais***

É Ulrich Beck quem coloca o *risco* no cerne da teoria social contemporânea, revendo neste conceito uma ferramenta essencial para a análise das transformações profundas e radicais ocorridas na sociedade moderna, identificadas em termos de uma crescente individualização (Beck & Beck-Gernsheim, 2002), riscos e incertezas (Giddens, 1998) e de uma modernidade líquida (Bauman, 2001). Esta nova fase de desenvolvimento histórico - que é representada pela metáfora da “*Sociedade de Risco*” - significa uma modernidade radicalizada, ampla, difusa e com efeitos profundos e transformadores na estrutura social, onde nada é certo, com exceção da incerteza.

A transição das sociedades industriais para as sociedades pós-industriais teve como consequência a emergência de “novos” riscos sociais (Taylor-Gooby, 2004; Bonoli, 2007; Pintelon *et al.*, 2013). Os “novos” riscos sociais representam um conceito frequentemente usado na literatura sobre o Estado-Providência (Bonoli, 2004). Taylor-Gooby descreve-os como “(...) risks that people face in the course of their lives as a result of the economic and social changes associated with the transition to a post-industrial society” (2004:3). Já para Mendes, os “novos” riscos sociais derivam da crise do Estado-Providência e da hegemonia do liberalismo e podem ser descritos como aqueles que “(...) têm origem nas perdas das pessoas e dos grupos sociais associados ao Estado-Providência” (2015:48) e cujo ónus da adaptação recai sobre os indivíduos. Estes riscos são mais frequentes nos dias de hoje do que há duas ou três décadas, devido às profundas mudanças económicas, demográficas e sociais que se verificaram (Huber & Stephens, 2006). A verdade, porém, é que estes “novos” riscos sociais “are generally not well covered by the welfare states that we have inherited from the postwar

years” (Bonoli, 2007:501). Certos Estados-Providência, em especial os dos países nórdicos e alguns dos países anglo-saxónicos, revelaram uma melhor adaptação aos “novos” riscos sociais, em virtude da transição para a sociedade pós-industrial ter ocorrido, com pelo menos, três décadas de avanço, comparativamente aos congéneres do Sul Europeu, em que estas mudanças foram bem mais recentes (Taylor-Gooby, 2004; Bonoli, 2007).

Importa, assim, referir quais são os riscos sociais das sociedades pós-industriais. Para Bonoli (2004; 2007), a terciarização do emprego e a reconciliação entre trabalho e vida familiar devido à crescente participação das mulheres no mercado de trabalho figuram entre os principais riscos sociais. Contudo, faz questão de destacar, ainda: i) a monoparentalidade e o risco acrescido de pobreza; ii) os trabalhadores com fracas competências que, num mercado de trabalho cada vez mais especializado, não lhes restam muitas alternativas, ou se submetem às políticas de baixos salários, ou ficam desempregados; iii) uma segurança social cujos esquemas de pensões ainda se regem pelos padrões das sociedades industrializadas, baseados em longas carreiras contributivas e empregos a tempo inteiro; e, por último, iv) o facto de ter um familiar idoso ou dependente, e dos seus potenciais cuidadores informais, que eram tradicionalmente as mulheres, terem agora uma participação ativa no mercado de trabalho. Contudo, é de esperar um agravamento desta situação, devido ao número crescente de pessoas idosas e que requerem cuidados, consequência inevitável do envelhecimento da população e do aumento da esperança de vida (Ranci, 2011).

Os “novos” riscos têm implicações quer no mercado de trabalho, quer na vida familiar, exigindo uma intervenção do Estado em áreas que à luz dos “velhos” riscos eram da esfera privada, fazendo com que as fronteiras entre público e privado passem a ser redefinidas, refere Taylor-Gooby (2004). Os “novos” riscos sociais são individualizados e heterogéneos, de difícil previsão e proteção (Hemerijck, 2012), por comparação aos riscos endógenos associados à sociedade industrial (desemprego, baixos salários, desigualdade de género). Por sua vez, absorvem uma menor proporção de despesa nos Estados-Providência e, geralmente, aplicam-se a uma menor proporção de indivíduos e por um período de tempo relativamente mais curto no percurso de vida, do que as políticas dos “velhos” riscos sociais, embora em fases mais jovens da vida. Com efeito, os “novos” riscos sociais estão cada vez mais diretamente relacionados com o percurso de vida dos indivíduos e com o emprego (Cantillon *et al.*, 2013).

### ***Os Estados-Providência e a Austeridade na Europa do Sul***

Em 2008 a crise eclode nos EUA devido ao colapso dos mercados de *subprime*. Para a UE, a única solução lógica de combate à crise financeira, que adquiriu uma dimensão global e que se agravou com a “crise das dívidas soberanas”, em 2010, é a adoção de medidas de austeridade (Petry, 2013). Estas medidas destinaram-se, em particular, aos Estados-Membros com maiores défices estruturais, por forma a ser alcançada a consolidação orçamental, corrigidas as ineficiências económicas e ganha a confiança dos mercados. Esta crise tem sido um dos maiores testes às economias da UE, desde a introdução da Moeda Única, em 2002. Esta é uma crise que também tem tido efeitos profundos nos sistemas económicos e sociais dos países europeus. Como refere Alain Touraine (2014), sociólogo francês que se tem dedicado a analisar os efeitos da crise nas sociedades europeias, este fenómeno levou à separação da economia globalizada do sistema social e à formação da “situação pós-social”. Este é um novo modelo social em que o regresso ao passado revela ser uma impossibilidade, pois as sociedades industriais estão feridas de morte e não podem mais ser ressuscitadas (Touraine, 2014:157).

Os países periféricos do Sul europeu, aqueles com as dívidas soberanas mais elevadas (Brazys & Hardiman, 2015), são, desde o início, responsabilizados pela crise (Schwennicke, 2013 apud Petry, 2013:2). Esta acusação foi cristalizada através da narrativa dos PIIGS, acrónimo de Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha. Na Alemanha, a narrativa dos PIIGS teve o apoio da larga maioria dos partidos políticos e foi difundida em larga escala pelos meios de comunicação social (Petry, 2013). No fundo, o que certos países europeus e grupos de interesses financeiros e políticos pretendiam fazer crer é que se tratava de uma crise de “certain states and certain people” (Mylonas, 2012: 646) e que os estados “despesistas e mal comportados” teriam de ser punidos, disciplinados e auxiliados pelos “financial parole officers like the IMF who offer urgently needed credit at high interest rates and unwanted policy advice” (Schimdt, 2011: 72). Com efeito, muitos economistas de renome (Krugman, 2009; Stiglitz, 2009; Varoufakis, 2011) chamaram a atenção para os aspetos estruturais e ideológicos desta crise sistémica, sendo que para Kotz (2009) resulta de uma forma de capitalismo neoliberal.

Grécia, Irlanda e Portugal foram, então, os primeiros três países europeus, em pleno séc. XXI, a verem-se obrigados a substituir o financiamento das suas dívidas públicas - através do normal recurso aos mercados financeiros - por um mecanismo de assistência suportado conjuntamente pelo FMI e pela UE. Em Portugal, através do programa de resgate financeiro

estabelecido em 2011 com a *Troika* (ou seja, com a equipa composta pelo FMI, BCE e CE), o país entrou num período de grande austeridade, concretizada pela suspensão drástica e repentina do investimento público e pela redução da despesa pública, em particular, no corte dos salários dos funcionários públicos e prestações sociais, assim como pelo aumento da carga fiscal sobre o trabalho e o consumo (Rodrigues & Silva, 2015). Ao serem executados cortes significativos na despesa social, o Estado-Providência português, que na realidade “has never been seriously contested by neoliberal ideas” (Carreira da Silva & Valadez Martinez, 2015:4), é alvo da sua primeira tentativa de reestruturação, num contexto caracterizado pela ajuda externa, pela contestação social e oposição política e, ainda, pela intervenção do Tribunal Constitucional (Carreira da Silva & Valadez Martinez, 2015).

Sucede que as medidas para corrigir este tipo de problemas têm na sua base novas formas de governança da UE. Os cortes nas despesas públicas, sobretudo nas relacionadas com a educação e a saúde, a introdução de um conjunto de restrições mais apertadas de acesso aos benefícios sociais, além de pacotes de medidas que visam uma maior flexibilidade no mercado de trabalho são exemplos das várias mudanças efetuadas (León *et al.*, 2015).

Estas tendências de retração da despesa pública são transversais aos países do Sul europeu, e em especial, nos países resgatados. Em função da crise financeira e do nulo ou fraco crescimento económico, este conjunto de nações, pressionados pelas instituições financeiras e políticas europeias e internacionais, assistem ao processo de transformação dos desequilíbrios fiscais em questões de sustentabilidade dos respetivos Estados-Providência (León *et al.*, 2015). Esta situação é bem descrita por Carreira da Silva & Valada Martinez quando observam que “(...) in times of austerity, welfare states are often called into question. The current era of austerity in Europe is no exception” (2015:1).

Therborn é um dos pensadores que sai em defesa dos países do Sul da Europa, ao referir que “Whatever caused the public debt crisis in the South, it was not welfare profligacy” (2013: 472). No que diz respeito à estrutura do Estado-Providência, em termos de proporção de despesas brutas, o autor não conseguiu identificar um *cluster* distintivo do Sul Europeu. Aliás, por comparação a outros Estados-Membros da Zona Euro, acrescenta que Portugal, Grécia e Espanha até apresentaram em 2007, com a proteção social, uma menor despesa por habitante.

## **CAPÍTULO 2 - PRÁTICAS FAMILIARES NAS FASES AVANÇADAS DA VIDA: CONTINUIDADES E MUDANÇAS**

No capítulo 2 faz-se referência às principais dinâmicas macrossociais nas estruturas familiares na maioria dos países ocidentais, entre as quais o caso português não constitui uma exceção (ex. declínio do casamento, aumento do divórcio e dos nascimentos fora do casamento, aumento das famílias monoparentais, das famílias recompostas e das pessoas a viverem sós, aumento das coabitações, entre outras). Estas transformações tiveram como pano de fundo uma panóplia de mudanças sociais que entrecruzam tendências como a privatização do casal e da família, a secularização e a individualização da vida social e, no seu epicentro, a emancipação social das mulheres na vida pública. Nas últimas seções é discutida a relevância das relações intergeracionais, num quadro de modificações demográficas profundas, entre as quais se destaca o aumento do número de pessoas idosas e de novas configurações familiares, das quais resultam a verticalização da família, o alargamento das gerações, os novos papéis, identidades e solidariedades familiares.

### **As Mudanças ao nível das estruturas e das dinâmicas familiares**

Nas sociedades industriais predominava o modelo de “família nuclear”, constituída por dois adultos de sexo diferente, unidos pelos laços do casamento e que desempenhavam papéis conjugais complementares e assimétricos. Esta relação baseava-se “na total autonomia em relação à família de origem” e cuja “influência e responsabilidades terminavam com o casamento dos filhos (Fernandes, 1997: 60)”. Já nos anos do pós-guerra, numa fase designada por “familiarismo renovado”, registaram-se níveis elevados de nupcialidade, acompanhados pelo rejuvenescimento da idade média no casamento e por uma menor tendência de nascimentos fora desta instituição (Almeida *et al.*, 1998). Esta fase também é designada como “a Era Dourada da família” (Sobotka, 2011).

Nos últimos cinquenta anos as transformações operadas nos padrões familiares tiveram por base um rol de mudanças demográficas profundas, que influenciaram a relação entre a família e as políticas públicas (Kiernan, 2004). Entre as principais mudanças nas estruturas e dinâmicas familiares, Kiernan (2004) identificou as seguintes: i) o declínio notório no número de casamentos: desde 1960 e 1970 que se assinala esta tendência na maior parte dos países europeus, embora nos países do Sul esta quebra se tenha registado um pouco mais tarde, nos finais dos anos 1970, e a um ritmo mais brando, nos anos 1980. Em contrapartida, verificou-se um aumento na coabitação familiar, o que pode ser explicado pelo facto de o casamento

ter-se tornado numa instituição “mais frágil”, com um menor peso “institucional”, ao passo que a coabitação se assumiu como uma alternativa à união dos casais, tendo em vista reduzir certos tipos de incerteza/contingências nas relações afetivas; ii) o aumento do número de divórcios: desde os anos 60 do séc. XX, que se observa, igualmente, esta tendência como um recurso cada vez mais acessível para a dissolução de uniões, e que como consequência levou à subida do número de famílias recompostas e monoparentais. Também se tem assinalado um número cada vez maior de filhos fora do casamento, por força da separação entre casamento e parentalidade; iii) a descida acentuada da natalidade a seguir ao *baby boom* do pós-guerra e a diminuição da dimensão média das famílias: a idade da mulher ao nascimento do primeiro filho tem aumentado, pois é cada vez maior o leque de escolhas das mulheres e o maior acesso a meios de contraceção, o que evidencia, desta forma, uma separação cada vez maior entre vida sexual e reprodutiva (Lewis & Kiernan, 1996). Já a família nuclear/conjugal continua a ser a forma predominante de estrutura familiar, embora outras formas estejam a proliferar, tais como as famílias monoparentais.

Do ponto de vista da teoria demográfica, estes novos modelos de construção e de composição familiar podem ser explicados à luz de uma “Segunda Transição Demográfica” (STD), de acordo com a proposta de Lesthaeghe (1995, 2010). A premissa da STD é a de que os efeitos catalisadores da secularização e de uma maior independência em relação às famílias de orientação, bem como a crescente tónica na realização pessoal (Billari & Liefbroer, 2010: 60), a par do crescente aumento dos níveis de escolaridade e da participação feminina no mercado de trabalho, estão interligados entre si e influenciam o comportamento demográfico das populações. Esta é uma premissa que coloca o enfoque no papel das alterações comportamentais e normativas sobre as trajetórias reprodutivas dos indivíduos (Maciel, 2015). Entre os aspetos mais notórios da STD está o declínio da fecundidade em níveis inferiores à reposição geracional e o forte adiamento da fecundidade para idades cada vez mais tardias, em consequência do acesso a métodos contraceptivos altamente eficazes, o adiamento do casamento e da formação da primeira família e a diversidade crescente de modelos familiares.

### ***As tendências de mudança no caso português***

Estas tendências de transformação da vida familiar ocorrem também em Portugal, de forma muito mais rápida, mas também mais tardia, relativamente aos congéneres europeus. Portugal, em meados do séc. XX, era um país predominantemente rural, pobre e iletrado, além da

sociedade ser fortemente vincada por um modelo de organização familiar centrado numa divisão diferenciada e desigual de papéis de género: ao homem estavam destinados os papéis de chefe de família (guardião da moral), de protetor da família e dos membros da família, além de ser o principal e único responsável pelo *ganha-pão* (provedor), ao passo que à mulher, não restavam muitas opções além de ser *dona de casa* e fiel aos seus deveres de esposa e de mãe (Aboim, 2010b). A representação de família dominante era tradicionalista, normativa e moralizadora e orientava-se por um modelo único de organização familiar, em que o Estado Novo sujeitava os indivíduos, antes de mais, às necessidades do bem-estar coletivo (entre os quais figuravam interesses como o casamento, a obediência da mulher ao marido, a natalidade ou o pleno emprego dos homens) (Wall, 2010). O modelo familiar assentava no casamento legítimo, os filhos fora do casamento eram discriminados e era proibido o divórcio, que só viria a ser regulado em 1977 (Wall, 2010). Em 1960, um terço da população portuguesa trabalhava no setor da agricultura, o número de filhos por mulher era de 3,2 filhos, 91% dos casamentos celebrados eram católicos e apenas 18% das mulheres tinham uma participação ativa e formal no mercado de trabalho (Wall *et al.*, 2014).

A década de 1970 representa aquela que pode ser considerada a primeira modernização da estrutura familiar (Almeida *et al.*, 1998), que se dá muito mais tarde em Portugal do que no Centro e Norte da Europa, dado o peso significativamente mais elevado da população rural no nosso país nas décadas anteriores. A nupcialidade regista um ponto máximo e os nascimentos fora do casamento um ponto mínimo, a fecundidade ainda se mantém média/elevada, muito por culpa do peso do casamento católico, entre outros fatores (Torres, 2010).

Já na década de 1980 inicia-se um movimento que se pode inscrever numa segunda modernização da vida familiar (Torres, 2010). As décadas de 1980 e 1990 ficam marcadas pela intensa modernização da vida familiar. Os indicadores demográficos são prova destas transformações sociais profundas que atravessaram a sociedade portuguesa: dá-se uma quebra significativa da natalidade e aumenta a idade ao nascimento do primeiro filho; assiste-se à diversificação da vida conjugal, baixa a nupcialidade e o número de casamentos católicos; o número de divórcios aumenta, assim como as recomposições familiares; e nas dinâmicas internas do casal e da família, verifica-se uma maior individualização da vida familiar, agora mais centrada em lógicas mais democráticas e de maior autonomia do indivíduo em relação à família e à rede alargada de parentes próximos (Wall *et al.*, 2014b).

As formas de viver em família ao longo das últimas décadas revelam cinco grandes tendências em Portugal (Wall *et al.*, 2014b; Wall *et al.*, 2015b): i) famílias mais reduzidas: a

dimensão média diminuiu e as famílias portuguesas passaram a ser significativamente mais pequenas: 3,8 indivíduos em 1960 para 2,6 em 2011. Verificou-se, entre 2008 e 2011, uma quebra de 0,2 %, que poderá traduzir, por um lado, uma certa resposta por parte das famílias ao impacto da crise e, por outro lado, o agravamento do adiamento da parentalidade e da diminuição do número de filhos nas famílias<sup>16</sup>, e por outro, a intensificação dos fluxos emigratórios. Também a proporção de famílias com mais de cinco pessoas desceu e representava, em 2011, somente 2% das famílias clássicas, por comparação com os 17% em 1960: ii) o aumento de pessoas a viverem sós: em particular entre os idosos, o número de pessoas que vivem sós tem vindo a aumentar, particularmente ao longo das últimas décadas, devido ao aumento da esperança de vida, este mais vincado entre as mulheres, e pelo decréscimo da coresidência em agregados domésticos de famílias complexas e de várias pessoas. Também se observa um acréscimo da individualização na organização da vida privada dos indivíduos em idades mais jovens, sobretudo solteiros e divorciados, que pode estar na origem deste aumento nos agregados sem núcleo familiar. Se em 1991, as pessoas que viviam sozinhas representavam 12,4% do total de famílias, esse valor aumentou para 15,5% em 2001 e para 20,4% em 2011; iii) o casal como forma predominante de organização familiar: em 2011, 59% das famílias eram constituídas por um casal (62% em 1960), sendo o “casal com filhos” o modelo de coresidência predominante (35,2%). No entanto, é de salientar que o número de “casais sem filhos” também tem vindo a aumentar, num contexto de adiamento da parentalidade, queda da fecundidade e de envelhecimento populacional (de 15% em 1960 para 24% em 2011). Diminuem, assim, as famílias de casal com filhos e aumentam as de “casal sem filhos” e as monoparentais; iv) o aumento das famílias monoparentais: este tipo de famílias tem vindo a aumentar (de 6% em 1960 para 9% em 2011) e o seu peso no total de famílias ultrapassou, em 2011, o das famílias complexas, em resultado sobretudo do aumento significativo do divórcio e da separação; e, por fim, v) o decréscimo da complexidade doméstica: as famílias complexas registam entre, 1960 e 2011, uma variação negativa de 43,5%, o que é reflexo da melhoria substancial das condições de existência da

---

<sup>16</sup> As alterações nas taxas de fecundidade demonstram que as mulheres portuguesas, à semelhança das mulheres europeias, têm cada vez menos filhos e que também têm vindo a adiar a maternidade. Portugal observou, em 2013 e em 2014, a mais baixa taxa bruta de natalidade entre todos os países da UE 28 e o valor mais reduzido desde que há registos demográficos nacionais: 7,9 nados vivos estimados por mil habitantes. Segundo dados do INE, a taxa bruta de natalidade tem vindo a recuperar lentamente, sendo que em 2016 é de 8,4% (mais 0,5% face a 2013 e 2014). O número médio de crianças por mulher continua a distanciar-se cada vez mais do nível de substituição das gerações: em 2012 foi de 1,28 crianças por mulher; em 2013, foi apenas 1,21, o valor mais baixo registado no país num intervalo de cinco décadas; em 2014, 1,23; em 2015, 1,30; e, por fim, os dados mais recentes indicam que está em 1,36 crianças por mulher em idade fértil. [Fonte: www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 06-02-2018).

população portuguesa e de maior autonomia financeira e residencial dos casais e dos indivíduos.

### ***A participação feminina no mercado de trabalho e as mudanças na organização da vida familiar em Portugal***

Em pouco mais de três décadas, observaram-se, assim, fortes dinâmicas de mudança social e que noutros contextos se fizeram em muito mais tempo. Do ponto de vista da organização familiar, registou-se a transição para um modelo centrado numa divisão mais simétrica e igualitária dos papéis de género, em que ambos homem e mulher participam no mercado de trabalho e contribuem para o sustento da família (Aboim, 2010). A rápida integração das mulheres no mercado de trabalho deu-se a partir de meados dos anos 1960 e é reconhecida, a par da terciarização, como um dos fatores que mais tem influenciado as recomposições sociais em Portugal (Almeida *et al.*, 1994) ou “das mudanças mais espetaculares transformações da sociedade portuguesa” (Aboim, 2010a:39) e que “mais impacto teve na organização da vida familiar e da sociedade em geral “(2010a:41).

Após a revolução de abril, o emprego das mulheres, especialmente entre aquelas que têm filhos pequenos, aumenta de forma acentuada durante os anos 70 e início dos anos 80 do séc. XX (Almeida *et al.*, 1998). Numa perspetiva histórica, a feminização do mercado de trabalho deu-se por diversos fatores, muitos deles anteriores à instauração do regime democrático: a falta de mão-de-obra provocada pela prolongada guerra colonial (1961-74); os intensos fluxos de emigração e de migração das populações das áreas rurais para os centros urbanos; a necessidade de co-provedoria do sustento económico da família; o forte impulso do setor terciário e da administração pública, nos anos 1970, bem como as políticas e medidas económicas caracterizadas por preocupações essencialmente redistributivas (Ferreira, 1999); a implementação do regime democrático que conduziu as mulheres portuguesas, em particular as mais escolarizadas, a uma maior consciencialização de questões relacionadas com a emancipação e a valorização profissional (*idem*); e, por fim, a feminização do próprio sistema de ensino (Torres *et al.*, 2005).

Este conjunto de especificidades sociais, históricas e culturais estão na base da singularidade do caso português e que consiste na elevada participação feminina na atividade económica, particularmente entre os 25 e os 54 anos (Guerreiro & Romão, 1995; Ferreira, 1999; Wall *et al.*, 2001; Casaca, 2010; Casaca & Damião, 2011). A taxa de emprego feminino subiu de forma progressiva e consistente, representando uma das mais elevadas na UE (Pereirinha *et*

*al.*, 2008). O crescimento do emprego feminino tem-se concentrado fundamentalmente em setores onde predominam postos de trabalho que exigem poucas qualificações (Ferreira, 1999; Casaca, 2005, 2013), menos valorizados e reconhecidos socialmente, além de pior remunerados (Casaca, 2013). Mesmo quando apresentam um igual nível de qualificação do que os homens, as mulheres portuguesas continuam a auferir salários inferiores (Casaca, 2013). A discriminação sexual é a principal responsável por parte das diferenças de salários entre mulheres e homens, embora tenham vindo a estreitar-se desde 2005 (Ferreira, 2010). No geral, a qualidade da relação entre o emprego feminino e as condições de trabalho são precárias (Casaca, 2013) e os regimes de trabalho primam por serem particularmente intensivos (Casaca, 2005, 2013, 2010, 2012). Cerca de 80% das mulheres portuguesas trabalham a tempo inteiro (Casaca, 2010). E é justamente no emprego feminino que Portugal se distingue dos restantes países do Sul e se aproxima dos escandinavos (Casaca, 2007; Casaca & Damião, 2011), apesar dos distintos modelos de Estado-Providência, ideologias de género e estruturas familiares. Contudo, nem a elevada taxa de participação feminina no mercado de trabalho, nem sequer a proporção significativa de casais em que ambos os indivíduos têm atividades remuneradas -o duplo emprego- têm evitado que as mulheres portuguesas se tornem menos vulneráveis aos fenómenos de pobreza (Perista *et al.*, 1992).

Pereirinha (*et al.*, 2008) destaca algumas das tendências nacionais relevantes, do ponto de vista das desigualdades de género, que constituem fatores de uma maior vulnerabilidade das mulheres portuguesas à pobreza e à exclusão social: i) o desenvolvimento de formas contratuais de trabalho mais precárias, com impactos negativos na formação da reforma; ii) a ocupação de posições hierárquicas inferiores e as remunerações mais baixas, apesar da sua maior escolarização; iii) a conciliação de trabalho e vida familiar mais dificultada, pela carência de equipamentos públicos de apoio a crianças e idosos; iv) as assimetrias de poder no contexto das relações conjugais, em particular nos agregados mais carenciados e tradicionais, em que é particularmente mais evidente a repartição desigual dos rendimentos; bem como v) os estereótipos de género que se manifestam em diversas esferas da participação social, condicionando a autonomia e o poder decisório das mulheres nos seus projetos de vida.

### **O fabrico da Modernização da Vida Familiar**

Na generalidade dos países ocidentais, as mudanças demográficas no desenrolar do séc. XX levaram a uma alteração profunda na vida familiar: na associação entre sexo-casamento-nascimento e no próprio ciclo de vida familiar (Allan *et al.*, 2001). A partir dos anos 1970, o

sexo, o casamento e o nascimento deixam de ser percebidos como matérias de regulação, controlo e sanção social e passam a ser equacionados como matérias de escolha individual, do foro privado de cada um (Allan, 2007), o que acabou por ter implicações significativas no ciclo de vida familiar. Isto é, verificou-se uma redução da linearidade e da previsibilidade das trajetórias familiares, ou seja, por outras palavras, os indivíduos singularizaram-se.

A vida familiar tornou-se menos coletivamente determinada, mais efêmera, fluida e informalizada e cada vez mais privada e flexível, de acordo com a diversidade de escolhas, trajetórias e biografias individuais (Beck & Beck-Gernsheim 2002). A regulação social enfraqueceu e a perda do poder prescriptivo das instituições fez com que o curso de vida se transformasse “cada vez mais uma questão do foro pessoal, um exercício de liberdade individual, não obstante a estreita cumplicidade entre os cursos de vida e as formas de regulação pública da sociedade” (Aboim, 2010b: 109).

A partir dos anos 1970, o aumento do número de divórcios, a monoparentalidade, o aumento da coabitação e da recomposição familiar, o aumento do número de pessoas a viverem sós, o aumento do número de pessoas a viverem juntas sem qualquer relação de parentesco entre si, entre outras mudanças demográficas, e invertem de forma quase irreversível os pressupostos da família conjugal monolítica do apogeu da primeira modernidade, que se observavam desde meados do séc. XX (Allan *et al.*, 2001).

A vida familiar passa a entrecruzar os efeitos dos movimentos da sentimentalização, da privatização e da secularização (Guerreiro *et al.*, 2007; Torres, 2010), teses que consideram o casal, a família e os filhos como as principais esferas de investimento afetivo e de satisfação pessoal e que fazem sobressair uma autonomia cada vez maior da vida privada em relação à vida pública, resultado da libertação dos indivíduos dos interesses coletivos do grupo familiar, do parentesco e da comunidade. Por fim, a secularização traduz-se num menor sentimento de afiliação dos indivíduos às práticas religiosas. Estes conceitos descrevem a inserção da individualização na vida familiar (Shorter, 2001). Estes fenómenos pluralizam e tornam mais diversos os modos de viver em família (Guerreiro *et al.*, 2007), alterando a paisagem conjugal e das relações familiares na maior parte dos países ocidentais.

Beck & Beck-Gernsheim (2002) atribuem a individualização à acentuação de um conjunto mais amplo de mudanças sociais nas sociedades ocidentais. Os autores destacam a emancipação feminina registada na década de 1960 como o fator que mais contribuiu para alterar de forma profunda os padrões da vida conjugal e familiar, bem como a divisão de papéis de género tradicionais. A entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho e o

aumento da escolarização, face às exigências da economia global, e um maior acesso à contraceção foram decisivos para as novas formas de organização familiar e doméstica, para a diminuição da dependência das mulheres face aos homens, bem como para a afirmação das mulheres no espaço público, enquanto indivíduos e não somente enquanto esposas e ou mães, isto é, a ideia de “mulher natureza” (Torres, 2010).

### **As Relações Intergeracionais e as Solidariedades Familiares nas fases avançadas da vida**

O envelhecimento demográfico nas sociedades ocidentais leva a um crescente interesse político e sociológico nas famílias e, sobretudo, nas relações intergeracionais (Brandt & Deidl, 2013). Estas são as relações sociais que se estabelecem entre membros de duas ou mais gerações, que se concretizam em processos mútuos e reflexivos de orientação, persuasão, de trocas e de aprendizagem (Luscher *et al.*, 2015). Contudo, há umas décadas, assistiu-se à proliferação de estudos que apontavam a inexistência de um declínio das relações intergeracionais na família (Hank, 2006). Os estudos das relações intergeracionais têm-se debruçado, em especial, em díades, tais como: pais e filhos, pais idosos e filhos cuidadores, e avós e netos (Fine & Norris, 1989).

Szydlik (2008) refere a existência de três tipos de relações intergeracionais, designadamente: a solidariedade, o conflito e a autonomia. As relações intergeracionais caracterizam-se tanto pela solidariedade como pelo conflito, não devendo estas duas dimensões ser percebidas como duas entidades opostas, já que a autonomia apenas se verifica quando não existe o mínimo contacto entre pais e filhos. As relações de solidariedade não se caracterizam pela ausência de conflitos, uma vez que todas as dimensões da solidariedade podem constituir potenciais conflitos. Também o inverso se aplica, isto é, os conflitos entre gerações familiares não indicam necessariamente a ausência de solidariedade intergeracional, pois até podem ser causados pela solidariedade, por exemplo, o cuidar de um pai dependente. Segundo Szydlik (2008), os conflitos podem ser destrutivos ou construtivos e podem surgir de forma espontânea, episódica ou frequente.

A família é o palco privilegiado das relações intergeracionais, uma fonte inesgotável de entajuda entre gerações (Fernandes, 2001), mas também tem estado exposta às perturbações demográficas das sociedades contemporâneas. Isto significa que não tem resistido ao aumento da esperança de vida nas idades mais avançadas, à diminuição da fecundidade e da natalidade e ao aumento do divórcio e, desta forma, modificou-se profundamente (Antonucci *et al.*, 2011). Bengtson e colaboradores (2003) destacam as repercussões profundas do fenómeno do

envelhecimento demográfico na morfologia das estruturas familiares. É o caso da verticalização cada vez mais acentuada das várias gerações, em que as estruturas familiares contemporâneas passam a ser caracterizadas pela coexistência de quatro ou até, cinco gerações, embora compostas por um menor número de elementos (Harper, 2004). O aumento do número de famílias com três ou mais gerações, onde chega a haver mais avós do que netos e a permanência de quatro gerações em simultâneo, são atualmente mais comuns do que eram há umas décadas atrás (Fernandes, 2001), embora nos países europeus, as famílias com três gerações sejam as mais comuns (Dykstra, 2011).

Para George & Gold (1991), a verticalização é a mais importante transformação das estruturas familiares do séc. XX. As estruturas familiares são, assim, designadas como "*famílias vagem de feijão*" (Bengtson *et al.*, 2003) e caracterizam-se pela diminuição dos laços horizontais: um menor número de primos e a importância decrescente dos laços entre irmãos (Hagestad, 1992); em contrapartida, um maior número de laços verticais (mais avós e uma cada vez maior presença de bisavós)<sup>17</sup>. Enquanto o aumento da esperança de vida acrescentou mais membros à geração mais velha, o declínio da fecundidade, traduziu-se num menor número de membros nas gerações mais jovens (George & Gold, 1991). Os laços intergeracionais podem chegar a perdurar quatro, cinco ou mesmo seis décadas (Hagestad, 2006), testemunhando as múltiplas transições na vida dos indivíduos, bem como uma maior duração de cada papel familiar (Antonucci *et al.*, 2011). A verticalização também faz com que as relações intergeracionais se tenham intensificado, ao passo que as intrageracionais tendem, pelo contrário, a diminuir em frequência e intensidade (White & Riedmann, 1992).

Um outro fenómeno que se verifica com a verticalização das estruturas familiares é o da "*geração sanduíche*"<sup>18</sup> que ocorre quando homens e mulheres se debatem com o papel de duplos cuidadores da geração descendente (filhos adultos e netos) e da geração ascendente (pais idosos). Em particular, os cuidadores mais sacrificados tendem a ser as mulheres e membros de famílias com três ou quatro gerações (Attias-Donfut *et al.*, 2005; Grundy & Henretta, 2006)<sup>19</sup>. Por norma, os duplos cuidadores têm entre 40 e 65 anos, e enquanto os homens apresentam uma maior probabilidade de providenciar apoio monetário, as mulheres prestam mais apoio emocional e em tarefas domésticas (Chisolm, 1999). Com base nos dados

---

<sup>17</sup> De notar que agora é mais comum uma avó estar viva do que uma mãe para um filho, há um século atrás (Swartz, 2009).

<sup>18</sup> Metáfora originalmente utilizada por Dorothy Miller, em 1981, para se referir à desigualdade na troca de recursos e apoio entre gerações (Raphael & Schlesinger, 1994).

<sup>19</sup> Não é uma tese consensual, pois é uma situação pouco provável os indivíduos (*middle-generation*) acumularem, em simultâneo, as responsabilidades de prestar cuidados aos pais e filhos (Grundy & Henretta 2006; Dykstra, 2011).

do SHARE, Attias-Donfut e colaboradores (2005) analisaram esta geração no contexto europeu, e constataram que cerca de 1/5 dos indivíduos fazia parte da “*geração sanduíche*” ativa, ou seja, encontravam-se numa fase da vida em que ambos os pais idosos e os filhos adultos precisam de apoio.

### ***Os padrões de trocas intergeracionais***

As trocas familiares continuam a ser uma questão-chave nas relações familiares nas sociedades modernas e pós-modernas (Fernandes, 2001), são estruturadas através de papéis assimétricos (aquele que dá e o que recebe) e sustentam as relações entre pais e filhos. Contudo, poderá haver ou não reciprocidade das dádivas e retribuições, ainda que possam se diferir no tempo (Gil, 1999). Esta entajuda intergeracional observa um padrão desigual ao longo do ciclo de vida familiar (Fernandes, 2001) e rege-se pelas seguintes motivações: i) a lógica das necessidades: em que as ajudas são dirigidas aos membros da família que se encontram em dificuldades; ii) o laço de reciprocidade: em que as entajudas significam a liquidação de uma dívida relativa a uma dádiva anteriormente recebida; e por fim, iii) a complementaridade com as solidariedades formais: em que as prestações sociais tendem a estimular o apoio entre familiares (Attias-Donfut, 1998). Segundo Rein (1994), os principais objetos de troca na família são o tempo e o dinheiro e têm normalmente origem no reconhecimento de uma necessidade. Os padrões de troca de tempo e de dinheiro entre gerações adultas têm repercussões no bem-estar dos indivíduos e nas famílias, mas também têm relevância para as matérias de política social, desigualdades sociais, estratificação social e de integração social (Attias-Donfut, 1995; Kohli & Albertini, 2006).

A alteração das estruturas familiares também se manifesta nas transferências privadas (dinheiro e tempo) entre gerações (Attias-Donfut *et al.*, 2005). As transferências tendem a ser estruturadas em linha vertical, isto é, entre pais e filhos, e situam-se, preferencialmente, na linhagem matrilinear (Fernandes, 2001). O fluxo de transferências é principalmente para baixo, isto é, das gerações mais velhas e para as mais jovens, o que significa que os pais ajudam mais os filhos em termos monetários, do que a situação inversa (Attias-Donfut *et al.*, 2005; Albertini *et al.*, 2007). Entre as gerações de base e de topo as trocas tendem a ser menos frequentes, e vão normalmente dos jovens para os mais velhos (Attias-Donfut, 1995). Este fluxo de transferências das gerações mais velhas e para as mais jovens também se verifica nas transferências em tempo, em todas as formas de apoio (incluindo tomar conta dos netos),

apesar de haver uma tendência a diminuir com o envelhecimento dos pais idosos (Künemund & Motel, 2000).

Com base em dados do SHARE 2004, Attias-Donfut e colaboradores (2005) identificaram que nos países em que as pensões de reforma são mais generosas, os idosos mais idosos não recebiam transferências financeiras dos seus filhos ou de outros membros da sua rede familiar, isto porque apresentavam melhores condições financeiras para apoiar os seus filhos, do que a situação inversa. Isto explica o número elevado de transferências de cima para baixo verificadas neste grupo específico. A pesquisa empírica tem demonstrado de forma bastante consistente que a idade desempenha um papel importante nas transferências financeiras privadas, pois o fluxo de recursos é direcionado dos pais idosos para os filhos adultos até às idades mais avançadas, quando este fluxo começa efetivamente a diminuir (Mudrazija, 2014). Mas geralmente, as trocas monetárias intergeracionais tendem a favorecer as gerações mais jovens (Antonucci *et al.*, 2011) e essa ajuda é associada a um grau de proximidade elevado entre pais e filhos (Johnson, 2013). As transferências financeiras familiares são menos frequentes e mais intensivas no Sul da Europa, em contraste com as mais frequentes e menos intensivas do Norte da Europa (Albertini *et al.*, 2007), sendo que Portugal apresenta uma probabilidade especialmente baixa de transferências privadas de tempo e dinheiro (Albuquerque, 2014b).

### ***A complexidade das relações familiares nas fases adiantadas da vida: Solidariedade e Ambivalência***

As solidariedades familiares, em especial as intergeracionais, desempenham um papel determinante não só na economia familiar, como nas vidas quotidianas e nas respetivas trajetórias sociais dos indivíduos. Enquanto estratégias de reprodução, as solidariedades regem-se pelo princípio do cúmulo das vantagens e desvantagens que tende a beneficiar os socialmente mais favorecidos (Vasconcelos, 2002). As solidariedades intergeracionais devolvem o conceito de parentesco aos estudos sobre a família contemporânea e colocam em causa a tese da nuclearização da família (Fernandes, 2001), isto é, o pressuposto de que os laços familiares se haviam desfeito com a industrialização (Attias-Donfut, 1995) e da existência de uma família nuclear isolada e atomizada.

A pesquisa sobre as relações familiares suporta-se, sobretudo, nas teorias da “solidariedade intergeracional” e da “ambivalência intergeracional”, dois modelos que tomam como objeto de análise as relações entre os filhos e os seus pais, embora partam de diferentes perspectivas<sup>20</sup>. No primeiro caso, o foco é dirigido para aquilo que une (ou desune) os membros de diferentes gerações familiares, ao passo que na ambivalência a atenção é concentrada em questões que fazem divergir os pais e os filhos e que provocam sentimentos positivos e negativos, ou seja, contraditórios. Bengtson e colaboradores (2002) reconhecem a interação entre a solidariedade e o conflito nas relações familiares e, por isso mesmo, entendem que estes dois modelos não devem ser entendidos como concorrentes, mas sim como complementares.

O desenvolvimento conceitual da “solidariedade intergeracional” foi fortemente influenciado pelas abordagens clássicas da Psicologia Social. Em termos de interação familiar, a solidariedade era então definida em função de interesses comuns, afetos e interdependências (McChesney & Bengtson, 1988). É nos anos 1960 que nasce o interesse em torno da definição e medição das componentes da solidariedade intergeracional e que é proposta uma matriz conceitual (Nye & Rushing, 1969), na qual a família surge como uma estrutura integrativa composta por grande parte das componentes identificadas na tradição da Psicologia e da Sociologia: i) a integração associativa; ii) a integração afetiva; iii) a integração consensual; iv) a integração funcional; v) a integração normativa; e, por fim, vi) a integração por objetivos comuns.

Anos mais tarde, Bengtson & Schrader (1992) viriam a reformular estas componentes do chamado modelo de “solidariedade intergeracional”. Em conjunto com outros autores, e com base na teoria das trocas sociais, Bengtson desenvolveu um modelo teórico que se tornou uma referência no estudo das relações de solidariedade intergeracional nas famílias (ou seja, as trocas de apoio entre pais e filhos ou entre avós e netos, numa perspetiva diacrónica). Neste sentido, a “solidariedade intergeracional” é entendida como “intergenerational cohesion between parents and children once the children grow up and create their own families” (Bengtson & Roberts, 1991:856) ou como “social cohesion between generations” (Bengtson & Oyama, 2007). Neste modelo compreensivo, multifacetado e multidimensional, que tem servido como crítica à tese de nuclearização da família defendida por Parsons, os aspetos positivos da solidariedade intergeracional são apreciados no que refere: i) às relações entre

---

<sup>20</sup> Anos mais tarde, o modelo da “solidariedade intergeracional” foi renomeado de “modelo da solidariedade/conflito”, para incorporar a dimensão do conflito nas relações familiares e por considerar os efeitos de solidariedade em demasia (Silverstein *et al.*, 1996).

indivíduos; ii) aos laços que unem os indivíduos aos grupos; e, por fim, iii) aos laços que interligam entre si os grupos.

A estrutura da solidariedade familiar é composta por seis dimensões: i) estrutural (que remete para as oportunidades de interação entre os elementos familiares); ii) associativa (que assinala a frequência e os padrões de participação e de interação entre os elementos familiares); iii) afetiva (que se refere ao tipo e ao grau de sentimentos positivos e à reciprocidade de afetos); iv) consensual (o consenso em torno de valores, atitudes e crenças); v) funcional (que se reporta à entajuda e à troca de recursos); e, por último, normativa (que nada mais é senão o comprometimento com os papéis e as obrigações familiares) (Bengtson & Schrader, 1982; Bengtson & Roberts, 1991). Estas dimensões, não só explicam as trocas relacionais entre gerações, mas expressam também os valores comportamentais, estruturais, cognitivos e emocionais das relações familiares (Bengtson & Roberts, 1991).

As solidariedades familiares têm-se afigurado uma componente cada vez mais importante das relações familiares, ao desempenhar um papel importante nas estratégias de integração social das pessoas idosas (McChesney & Bengtson, 1988; Silverstein & Bengtson, 1997). De forma ainda que paradoxal, alguns fenómenos que afetam profundamente as relações familiares (ex. divórcio, monoparentalidade, novas conjugalidades e o desemprego, entre outros) têm reforçado o papel da família, em especial dos seus elementos mais idosos (Bengtson *et al.*, 1996). De uma forma geral, diversos estudos demonstraram que as relações intergeracionais continuam fortalecidas nas sociedades modernas (Bengtson *et al.*, 1996; Fernandes, 2008) e que pais e filhos ou avós e netos relacionam-se agora, seguramente, de forma diferente daquele que se conhecia nas sociedades tradicionais (Fernandes, 2001).

No final da década de 1990, o arcabouço teórico do modelo da solidariedade foi desafiado com a introdução da ambivalência. Os percursores Luescher & Pillemer (1998) propõem a tese da “ambivalência intergeracional”, uma tese baseada nas premissas pós-modernistas e feministas da família, para dar resposta à insuficiência do modelo da “solidariedade intergeracional” em compreender a complexidade dos aspetos positivos e negativos e as próprias contradições das relações intergeracionais, em particular nos cuidados aos mais idosos. A ambivalência permite descrever “contradictions in relationships between parents and adult offspring that cannot be reconciled” (Luescher & Pillemer, 1998:416) e exclui da sua análise as questões morais e normativas associadas às trocas familiares, ao integrar a perspectiva do curso de vida que dá conta das influências históricas e estruturais que moldam numa perspectiva diacrónica as relações intergeracionais.

O modelo original da ambivalência baseia-se em duas dimensões: i) nas contradições estruturais (ao nível macro que remetem para os papéis sociais e questões normativas); e ii) nas contradições subjetivas (ao nível micro, que agregam os aspetos psicológicos tais como emoções e motivações). Luescher & Pillemer (1998) observaram que a ambivalência - detentora de uma já longa tradição no campo da Psicologia e da Psicoterapia- deve ser equacionada como uma pedra basilar das relações intergeracionais, uma vez que “societies and the individuals within them are characteristically ambivalent about relationships between parents and children” (Pillemer & Luescher, 2004:6). A “ambivalência intergeracional” tende a ser mais comum quando os pais mais velhos são frágeis e têm uma saúde debilitada, e quando sobre eles paira o espectro de poderem tornar-se dependentes dos filhos adultos, dos quais já foram cuidadores (Willson *et al.*, 2006).

Na tipologia da ambivalência de Luescher (2002, 2005), que contribuiu para um grande avanço teórico e empírico na Gerontologia Social (Connidis, 2015), estão identificadas as formas em que a negociação da ambivalência é, então, gerida nas relações intergeracionais. Neste modelo, o conflito e o apoio coexistem e interagem como partes inerentes da dinâmica familiar e incluem quatro tipos de padrões relacionais distintos: i) a emancipação (em que os indivíduos aceitam o conflito, a cooperação e o apoio e encontram novas maneiras de se relacionar); ii) a solidariedade (na qual pais e filhos valorizam a união e o apoio como formas de evitar conflitos e dão margem à ambivalência nas relações familiares); iii) a captação (na qual os laços entre pais e filhos estão presos ao conflito, enredados numa batalha contínua pela ambivalência); e, por último, iv) a atomização (na qual as díades intergeracionais se desprendem para evitar os conflitos e a ambivalência).

## **NOTAS CONCLUSIVAS**

A nossa abordagem, nestes primeiros capítulos, teve como objetivo dar conta daquelas que foram as principais metamorfoses experimentadas pelos modelos de bem-estar social, e que muitos autores argumentam estar em crise, assim como enquadrar o caso português nas tipologias sobre o Estado-Providência, descrevendo as suas características e identificando os traços em comum e também os aspetos em que Portugal se demarca e aqueles em que se aproxima dos restantes países do Sul da Europa. Ora é precisamente no papel desempenhado pela família na produção e distribuição de bem-estar que Portugal se encontra mais próximo de Itália, Espanha e Grécia. O Estado-Providência português é “familista” ou “familiarista”, visto que transfere uma grande parte das responsabilidades de provisão de bem-estar para as

famílias. Há mesmo quem chegue a designá-lo como “Quase Estado-Providência”. Também demos a conhecer as profundas transformações que ocorreram nas estruturas e nas dinâmicas familiares, entre as quais se destacam a privatização, a sentimentalização e a secularização da vida familiar, a verticalização das famílias, a ambivalência intergeracional, entre outras. Estas mudanças têm levado a uma profunda reestruturação dos padrões de trocas intergeracionais. Fez-se também referência à emergência de “novos” riscos sociais, os quais tendem a ser cada vez mais individualizados, ou seja, a serem afastados da responsabilidade da intervenção pública, e que em conjunto com a contenção da despesa pública, em particular nos países resgatados, tem levado os respetivos Estado-Providência a assegurar uma proteção social quase residual. De igual modo, procurou-se destacar que é neste cenário de crise generalizada, em que tanto as famílias como o Estado – enquanto sistemas de integração social – se apresentam mais fragilizados e revelam maiores dificuldades na provisão de bem-estar aos seus membros, que se pretende compreender como as pessoas idosas fizeram face à crise e à austeridade.

### **CAPÍTULO 3 - PORTUGAL: DA MODERNIZAÇÃO À CRISE E À AUSTERIDADE**

No capítulo 3 são passadas em revista algumas das profundas mudanças estruturais que a sociedade portuguesa conheceu nos últimos cinquenta anos e debruçamo-nos sobre os factos e os acontecimentos mais marcantes que transformaram e continuam a transformar Portugal nos dias de hoje. As restantes seções ocupam-se em revisitar as abordagens à crise nos países da UE e as abordagens à crise em Portugal, até à celebração do Memorando de Entendimento (MdE) com a *Troika*, no âmbito do PAEF. É identificado igualmente o papel da atuação governativa do XIX Governo Constitucional na legitimação e na execução das medidas de austeridade em Portugal, assim como são assinalados alguns dos principais danos imputados à austeridade na economia e na sociedade portuguesa. Também se faz referência à “saída limpa” do PAEF, em 2014, e à viragem eleitoral das eleições legislativas de 2015, que colocaram no governo um partido de esquerda cujo programa eleitoral é contrário à austeridade.

#### **Mudanças e continuidades na estrutura social portuguesa**

Um rol de viragens estruturais levou uma sociedade, que no contexto internacional tende ainda a ser considerada como semiperiférica, a entrar de forma tardia naquilo que vários autores designam de “Segunda Modernidade” (Beck, 1992), de “Modernização Reflexiva”

(Beck *et al.*, 2000) ou de “Modernidade tardia e inacabada” em relação a outras sociedades da mesma área geográfica (Machado & Costa, 1998). O processo de modernização da sociedade portuguesa deu-se com décadas de atraso relativamente à Europa, e é impressionante pela amplitude e pelo ritmo a que se verificou. “A indústria, os serviços, a escolarização, a cobertura nacional de serviços e empresas e a alteração da estrutura demográfica: em todos estes sectores, as modificações processaram-se a ritmo mais veloz. Portugal fez, em vinte ou trinta anos, o que, noutros países, tinha demorado cinquenta ou sessenta” (Barreto, 1995:843). Entre os fatores que contribuíram para a transformação profunda da sociedade portuguesa e para a melhoria generalizada das condições de vida de milhões de portugueses destacam-se a queda do regime autoritário de direita, mais conhecido por “Estado Novo”, em 1974, e a institucionalização democrática iniciada em 1976, bem como a adesão à CEE, em 1986.

O golpe militar de 1974, fruto do “cansaço da guerra colonial”, e que originou a “última revolução de esquerda” da Europa do séc. XX (Rosas, 2006), colocou um ponto final às três frentes da guerra em África, que se arrastavam desde 1961, colocando em marcha a descolonização do último império colonial europeu. Este processo, melhor caracterizado como uma rutura, do que como uma transição, não conheceu, ao contrário de Espanha, qualquer diálogo entre os opositores e as elites do regime (Costa Pinto, 2006). As liberdades em Portugal foram conquistadas pelo movimento revolucionário e são “marcas genéticas” da democracia portuguesa (Rosas, 2006), tendo abalado de forma profunda uma oligarquia instalada na desigualdade de direitos, nos privilégios e na injustiça social (Rosas, 2006).

Com a aprovação, em 1976, da Constituição da República Portuguesa (CRP) são reconhecidos em lei uma série de direitos dos cidadãos, universais, gerais e tendencialmente gratuitos, que levaram à instituição de um “Estado Social Moderno” (Silva *et al.*, 2014). O avanço foi de tal ordem que fez de Portugal, sem que tivesse havido longos pactos sociais, um dos países da Europa mais avançados em termos de direitos sociais (Santos, 1987). O repertório de direitos sociais inscritos na CRP de 1976 é “único quer na sua extensão, quer no seu detalhe” (Carreira da Silva & Vieira, 2016).

Em março de 1977 é entregue o pedido de adesão de Portugal à CEE, uma decisão estratégica “(...) que marcaria, decisivamente, o futuro do país” (Teixeira, 2005:115), ou, talvez, “a mais importante tomada (...) pelo regime democrático saído da Constituição de 1976” (Ferreira, 2007: 19). Com a integração europeia, Portugal poderia arranjar uma forma de deixar de “(...) ser pequeno e marginal, para além da promessa de prosperidade, neste caso associada à pertença a um clube de países ricos” (Ramos, 2009:748). Após uma longa negociação

política, económica e diplomática, Portugal entra na CEE em 1986, em conjunto com a vizinha Espanha, mas com algumas reticências colocadas pelos Estados-Membros, pois tinha acabado de atravessar recentemente, entre 1983 e 1985, um conjunto de graves dificuldades económicas e sociais que levaram à intervenção do FMI e a um ajustamento rigoroso na economia (Sardica, 2011). Os fundos estruturais europeus permitiram a Portugal aproximar-se dos padrões europeus de desenvolvimento dos restantes Estados-membros, com a concretização de um conjunto avultado de investimentos públicos e privados, com impactos significativos nas estruturas económicas e sociais do país, e com a implementação de programas de formação e de combate à pobreza (Lopes, 2004). Portugal era o Estado-membro que registava a taxa de inflação mais elevada e o sucesso da integração europeia está presente na redução da diferença de inflação face ao padrão europeu, que desceu de 10% em 1986, para 1,7% em 2013 (Mateus *et al.*, 2013). O Produto Interno Bruto (PIB) português cresceu 76% desde 1986, sobretudo por via do dinamismo da procura interna e do consumo público, ao passo que o investimento apenas representou metade do contributo do consumo público (Mateus *et al.*, 2013).

Nos anos que se seguiram à euforia da adesão à CEE, Portugal aproximou-se a passos largos dos níveis de rendimento *per capita* dos restantes Estados-Membros, em especial entre 1986 e 1992 e entre 1995 e 2000, embora esta convergência nominal na década de noventa já tenha observado uma tendência de abrandamento. Foram estes os curtos períodos em que se verificou convergência económica e política (Sardica, 2011). A trajetória de convergência económica interrompeu-se a partir de 2000 (Banco de Portugal, 2014).

O contributo da crise financeira e a execução do PAEF, antecidos pela adesão ao Euro, em conjunto com a globalização e a vaga de alargamento dos países membros a Leste, fez a convergência portuguesa recuar mais de vinte anos. Ou seja, em 2013, quando comparado com a média europeia, as famílias portuguesas apresentavam um padrão de vida 25% inferior, o que significa na prática um retrocesso aos níveis de consumo de 1990, enquanto o PIB *per capita* registou uma quebra de 7% face ao padrão europeu, relativamente ao valor de referência de 2010 (Mateus *et al.*, 2013).

Pese embora as profundas transformações em quase todos os aspetos da existência individual e coletiva, a extensão da cobertura da Segurança Social a todos os portugueses e a redução dos níveis de pobreza, ainda assim as desigualdades continuam a persistir na sociedade portuguesa e são hoje um problema estrutural cujos antecedentes remontam a muito antes do início da atual crise económico-financeira (Carmo *et al.*, 2015). Os níveis de desigualdades

sociais têm aumentado, em particular entre o topo e a base da pirâmide social (Costa, 2012a; Carmo, 2013), acompanhados pelo declínio das classes intermédias (Estanque, 2012).

A pobreza e a exclusão social em Portugal e a sua elevada persistência no panorama europeu são marcas distintivas da sociedade portuguesa (Alves, 2015b; Diogo *et al.*, 2015). Portugal é mesmo um dos países em que os indicadores de pobreza e desigualdade social mais se têm agravado nos últimos anos e que persistem acima da média da UE 28<sup>21</sup>. Não é de admirar, portanto, que os mais recentes indicadores de pobreza e de desigualdade possam sugerir a influência das crises e do programa de ajustamento, alterando o caminho até aqui percorrido. De acordo com o Eurostat, Portugal passou de uma percentagem global de pessoas em risco de pobreza e exclusão - nos termos definidos pela Estratégia Europa 2020 - de 25,3%, em 2012, para 27,5%, em 2013 e 2014, respetivamente, assinalando-se um ligeiro decréscimo de 0,9 %, em 2015 (26,6%), e de 2,4%, em 2016 (25,1%)<sup>22</sup>. Em 2016, a taxa de risco de pobreza<sup>23</sup> em Portugal, depois de efetuadas as transferências sociais, era de 18,3%, menos 0,7% do que em 2015 (19%)<sup>24</sup>. Sem as transferências de apoios sociais e considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, esta proporção seria de 45,2% - quase metade da população portuguesa<sup>25</sup>. Contudo, a taxa de risco de pobreza já se encontra ligeiramente abaixo do observado nos anos mais dramáticos do ajustamento (19,5%, em 2014 e 2013, respetivamente), mas ligeiramente acima da média da população da UE 28 (17,3%)<sup>26</sup>.

O decréscimo do risco de pobreza entre 2015 e 2016 abrangeu em particular as crianças e os jovens até aos 18 anos, de 22,4% para 20,7%, e a população idosa, de 18,3% para 17,0%<sup>27</sup>. Já a proporção de portugueses expostos a situações de privação material severa<sup>28</sup> subiu de 8,6%,

---

<sup>21</sup> O Rendimento Social de Inserção (RSI) é considerado a medida de proteção social com maior impacto na redução da intensidade da pobreza em Portugal. A redução do valor da prestação mensal por via do acesso mais restrito ao RSI contribuiu para a descida significativa do número total de beneficiários e da despesa do Estado com esta prestação: em 2013, existiam 360 372 beneficiários, menos 28 025 do que em 2012, e menos 87 375 do que em 2011; e entre 2010 e 2013 a despesa a preços correntes caiu para quase 40%, passando de 519,9 milhões de euros para 315,1 milhões de euros (Wall *et al.*, 2014a).

<sup>22</sup> Fonte: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ile\\_peps01&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ile_peps01&lang=en) (dados consultados em 04-02-2018).

<sup>23</sup> Proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos por adulto de 454 euros por mês ou 5442 euros anuais.

<sup>24</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 04-02-2018).

<sup>25</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 04-02-2018).

<sup>26</sup> Fonte: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do> (dados consultados em 04-02-2018).

<sup>27</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 03-10-2018).

<sup>28</sup> A viver em agregados familiares sem acesso a quatro ou mais indicadores relacionados com necessidades económicas e bens duráveis.

em 2012, para 10,9%, em 2013 e, desde então, tem sido verificada uma tendência de recuo: 10,6% em 2014; 9,6% em 2015; 8,4% em 2016; e fixando-se, por fim, em 6,9%, em 2017 <sup>29</sup>.

Portugal é também, entre os países da UE, um dos mais desiguais na distribuição do rendimento, mas era muito mais desigual antes da crise (Pérez & Matsaganis, 2017). O Índice de Gini, usado para medir a forma como é feita a distribuição do rendimento numa economia depois das transferências sociais, é de 33,5%, ligeiramente inferior ao registado em anos anteriores (33,9% em 2015, 34% em 2014, 34,5% em 2013, e 34,2% em 2012) <sup>30</sup>, mas continua superior à média dos países da UE 28 (30,8% em 2016)<sup>31</sup>. Apesar das melhorias, Portugal é o oitavo país mais desigual, num quadro europeu em que os países de Leste, do Báltico e mediterrânicos tendem a ser os que apresentam níveis de desigualdade mais elevados <sup>32</sup>.

### **A crise em Portugal e a austeridade como resposta à crise**

Portugal foi dos países da UE mais severamente atingidos pela crise económica e financeira de 2008 (OCDE, 2014a; Eurofound, 2015; Glatzer, 2015). Esta crise, a primeira no séc. XXI (Ross, 2016), teve o seu epicentro - como a crise de 1929 - nos EUA. Em 2007, como consequência das hipotecas de alto risco do mercado imobiliário (*subprime loan* ou *subprime mortgage*), a crise lançou inúmeras instituições de crédito para o abismo financeiro e contagiou rapidamente a economia real mundial <sup>33</sup>. Em setembro de 2008 faz colapsar um gigante “*too big to fail*” da banca de investimento norte-americana, o *Lehmann Brothers*, e é protagonizada, deste modo, a maior falência da história, um evento simbólico que marca o início da fase mais crítica da crise financeira internacional (Reis *et al.*, 2013). Uma das causas desta crise residiu, sobretudo, na desregulação dos mercados financeiros, como costuma acontecer nos países mais ricos, e este constituiu um fator histórico inédito (Bresser-Pereira, 2010). Em pouco tempo, a crise do *subprime* ganhou fôlego e contagiou os sistemas bancários e financeiros do Velho Continente, levando a Zona Euro a mergulhar naquela que foi a sua

---

<sup>29</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 04-02-2018).

<sup>30</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 04-02-2018).

<sup>31</sup> Fonte: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc\\_dil2&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc_dil2&lang=en) (dados consultados em 04-02-2018).

<sup>32</sup> Sofia Pérez e Manos Matsaganis (2017) concluem que a progressividade na distribuição dos sacrifícios (e a subida das exportações) fizeram com que, ao contrário dos outros países analisados, a desigualdade não se tenha agravado em Portugal no período da *Troika* (2011-2014).

<sup>33</sup> Eram créditos hipotecários que praticavam elevadas taxas de juro e que também implicavam riscos significativos. Os devedores eram os chamados NINJA – *No Income, No Job and No Assets*, pessoas sem rendimentos, sem emprego e sem património próprio, clientes com historial de crédito de risco que não ofereciam garantias para beneficiar de taxas de juros normais.

primeira crise financeira da história. Na visão de muitos economistas, a crise de 2008 pode ter sido a pior crise financeira desde a Grande Depressão (Soros, 2008; Mamede, 2015), com consequências sociais essencialmente negativas (Touraine, 2014). Segundo o sociólogo alemão Wolfgang Streeck (2013), a génese da crise de 2008 remonta ao final dos anos 60 do séc. XX e só atingiu a dimensão que se conhece porque a sociedade não estava preparada para três acontecimentos: i) a revitalização da dinâmica capitalista; ii) a aceitação cultural das novas formas de vida ligadas aos mercados; e, por último, iii) as crises dos Estados.

A crise de 2008 veio agravar, ainda mais, os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros já existentes em Portugal (González, 2014), trazendo também à tona os desequilíbrios da própria Zona Euro (Primo Braga & Vincelette, 2010). Já em 2007, o jornal “*The Economist*”<sup>34</sup> apresentava o país como o “*new sick man of Europe*”, por registar a menor taxa de crescimento do PIB (1,3%) em toda a Zona Euro. Esta situação era completamente oposta ao que se tinha passado na Grécia, na Irlanda ou em Espanha, países que tinham registado um elevado crescimento económico no período anterior à crise (Lourtie, 2011). A crise do *subprime* foi reconhecida de forma tardia pela UE, que entre março e dezembro de 2008 estava mais concentrada na banca e no resgate aos bancos, por forma a evitar a derrocada do sistema financeiro da Zona Euro (Costa & Caldas, 2013). Esta resposta lenta por parte da UE fez com que o contágio da crise atingisse a Irlanda (que até tinha uma bolha imobiliária mais problemática que os EUA) e Portugal (que se debatia com graves problemas de dívida pública) (Ross, 2016).

Em Portugal, as políticas de combate à crise apresentaram objetivos e prioridades distintas. No último trimestre de 2008 é aprovada pelo governo de José Sócrates a “Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira (IREF)”, que visava o reforço da solidez financeira dos bancos e a garantia dos depósitos. Dá-se, assim, a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) e a concessão de uma garantia pública ao Banco Privado Português (BPP), no valor de 450 milhões de euros (Costa & Caldas, 2013)<sup>35</sup>. Entre 2008 e 2010, as prioridades governativas, seguindo as recomendações do Conselho Europeu, foram o alívio do fardo da crise para os setores mais vulneráveis da população - mesmo que o resultado fosse um inevitável aumento na despesa pública - e o estímulo do investimento e do emprego

---

<sup>34</sup> Fonte: <http://www.economist.com/node/9009032> (acedido em 01-02-2018).

<sup>35</sup> Estas medidas de resgate bancário representaram as maiores perdas para o Estado português (Costa & Caldas, 2013).

(Hespanha *et al.*, 2013)<sup>36</sup>. É neste quadro que é lançada a “Iniciativa para o Investimento e o Emprego”, que se esperava viessem a dinamizar, por via do investimento e do emprego, a atividade económica do país. Ao longo de 2009 foram, assim, sendo desenvolvidas um conjunto de medidas expansionistas que permitiram uma recuperação da economia portuguesa (Santos, 2015).

Ao contrário da crise de 2008, a crise das dívidas soberanas eclode na Europa e, em especial na Grécia, país que já em 2009 se debatia com uma crise orçamental muito grave (Lourtie, 2011). Dá-se uma forte queda do PIB real e uma descida abrupta das receitas fiscais, que faz disparar as dívidas soberanas, em particular nos países periféricos, entre os quais se inclui Portugal (Santos, 2015). Esta acumulação de dívidas soberanas no Sul da Europa é acompanhada por uma acumulação de capitais dos países do Norte da Europa (De Grauwe, 2012).

É perante este cenário macroeconómico que o Conselho Europeu decide, a partir de 2010, inverter toda uma política de apoio orçamental expansionista, particularmente nas economias dos Estados-Membros com maiores défices, ao impor a adoção de um conjunto de políticas muito restritivas de consolidação orçamental que consideravam vitais para a estabilidade da Moeda Única e da Zona Euro, bem como para a recuperação da confiança dos mercados (Costa & Caldas, 2013). É, deste modo, que esta profunda reviravolta na estratégia económica e financeira abre definitivamente o caminho à austeridade, que passa a fazer parte do repertório de respostas dos países da UE (embora com níveis diferentes de aplicação) para fazer face à crise (Clark & Newman, 2012; Blyth, 2013).

Em Portugal, a austeridade é inaugurada formalmente em março de 2010, com o anúncio do primeiro de quatro Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) negociados com as instituições europeias (Costa & Caldas, 2013). Contudo, em Portugal, entre 2009 e 2011, as condições económicas tinham vindo a deteriorar-se muito rapidamente (Lisi & Santana-Pereira, 2015). Em 2011, a situação política portuguesa agrava-se com a não aprovação do PEC IV (2012-2014) na Assembleia da República, com a totalidade dos votos dos partidos políticos com assento parlamentar (PSD, CDS-PP, BE e PCP/PEV). Este chumbo leva à demissão, a 23 de março de 2011, do então Primeiro-Ministro José Sócrates, e à queda do XVIII Governo Constitucional. A instabilidade política instala-se e o país vê-se incapacitado

---

<sup>36</sup> O recurso do Conselho Europeu às políticas orçamentais expansionistas de abordagem à crise teve o seu início em dezembro de 2008 e foi de curta duração, tendo, no entanto, representado um período excecional nas políticas económicas europeias (Costa & Caldas, 2013).

de obter financiamento através dos mercados regulares. É anunciada, dias mais tarde, a 6 de abril, a decisão do Conselho de Ministros de dirigir à Comissão Europeia um pedido de ajuda financeira, a que se segue o início das negociações com a *Troika*, que além do Governo incluía uma equipa negocial composta por dois dos partidos da oposição (PSD e CDS/PP). Portugal, no seguimento da Grécia e da Irlanda, em 2010, viu-se obrigado, pela terceira vez, nos últimos quarenta anos, a pedir ajuda financeira aos credores internacionais.

### **O Memorando de Entendimento (MdE) e a atuação do XIX Governo Constitucional**

É num contexto político conturbado e de forte pressão dos mercados financeiros externos que é assinado, em maio de 2011, entre um Governo demissionário e a *Troika*, o Memorando de Entendimento (MdE). Este instrumento financeiro concede ao Estado Português um envelope financeiro de 78 mil milhões de euros a ser progressivamente desembolsado até 2014, tendo como contrapartida um conjunto de medidas violentas de consolidação orçamental, de profundas reformas estruturais e de capitalização do setor bancário, as quais ficaram inscritas no PAEF<sup>37</sup>. É o exemplo da redução do défice orçamental para 5,9% do PIB, em 2011; 4,5%, em 2012; 3,0% do PIB, em 2013; 2,3%, em 2014; e, por fim, 1,9%, em 2015<sup>38</sup>.

O PAEF apresentava a mesma estrutura e objetivos dos restantes programas executados na Irlanda, na Grécia e em Chipre – os três países europeus alvo de intervenção internacional. O programa continha medidas profundamente contracionistas, influenciadas pela ortodoxia monetária germânica e que tinham como objetivo corrigir os desequilíbrios, por via da consolidação orçamental, da estabilidade do sistema financeiro e da transformação estrutural da economia portuguesa e restabelecer, desta forma, a confiança dos mercados financeiros internacionais, promover a competitividade e o crescimento económico sustentável. Paul Krugman, Prémio Nobel da Economia, muito crítico dos paradigmas da austeridade, descreve esta visão económica como a crença na “*confidence fairy*”. Na verdade, a eficácia destes programas de ajustamento é duvidosa, pois vários economistas têm vindo a questionar a tese que um ajustamento orçamental robusto conduza a um crescimento económico sustentável. Pelo contrário, as evidências apontam mais no sentido da deterioração económica, financeira

---

<sup>37</sup> O PAEF dispunha de um fundo de 12 mil milhões de euros para fazer face às necessidades de capitalização bancária. Os bancos Millennium BCP, BPI e BANIF recorreram a este fundo, num montante total de 5,6 mil milhões de euros, enquanto o BES optou por não recorrer à linha de capitalização (Governo de Portugal, 2014).

<sup>38</sup> Esta meta seria flexibilizada em duas ocasiões no decurso do PAEF, fixando-se definitivamente em 5,0% em 2012, 5,5% em 2013, 4,0% em 2014 e 2,5% em 2015 (Governo de Portugal, 2014).

e social dos Estados que já se encontram numa situação debilitada (Blyth, 2013; Piketty, 2014).

O XIX Governo Constitucional toma posse a 21 de junho de 2011 e é liderado pelo social-democrata Pedro Passos Coelho. A estratégia governativa da coligação partidária de centro-direita (PSD/CDS-PP) parte da premissa de que os cortes na despesa para reduzir o défice estão associados a expansões e não a recessões ou, por outras palavras, que as políticas recessivas são geradoras de um crescimento económico sustentado<sup>39</sup>. Portugal embarca, deste modo, numa política de austeridade sem precedentes na sua história recente (Jorge, 2014).

Na sua estreia na Assembleia da República, em julho de 2011, o Primeiro-Ministro anuncia aquela que viria a ser uma das primeiras medidas a executar, ou seja, uma sobretaxa de 50% no subsídio de Natal, no valor acima do salário mínimo nacional (SMN)<sup>40</sup> e procura deixar claro que: "Os portugueses podem confiar neste Governo para quebrar o ciclo vicioso dos últimos anos (...) queremos poupar o País a um desastre. Vamos anunciar medidas de antecipação para inverter este ciclo e restaurar confiança na nossa economia"<sup>41</sup>. Em outubro de 2011, o discurso do Primeiro-Ministro não deixa margem para dúvidas de que o empobrecimento é a única solução possível para Portugal sair da crise: "Não vale a pena fazer demagogia sobre isto, nós sabemos que só vamos sair desta situação empobrecendo - em termos relativos, em termos absolutos (...)"<sup>42</sup>.

Para minorar o impacto social da crise, o XIX Governo Constitucional põe em prática, logo em outubro de 2011, o Programa de Emergência Social (PES), um conjunto de medidas a aplicar até 2014, em cinco áreas de atuação prioritária: os idosos, as famílias, as pessoas com deficiência, o voluntariado e as instituições sociais. A aposta do PES (2011) vai no sentido da maximização das respostas sociais existentes envolvendo uma rede nacional de solidariedade (Estado, Autarquias e Terceiro Setor), ao procurar adaptá-las à realidade nacional e ao cenário de profunda contenção orçamental. O PES "é um Programa que não significa mais Estado, significa melhor política social. Nalguns casos irá investir-se mais, noutros irá investir-se melhor" (Governo de Portugal, 2011). Entre as medidas mais emblemáticas, algumas delas ainda se encontram ativas, encontram-se a rede de cantinas sociais, o mercado social de

---

<sup>39</sup> A austeridade expansionista é conhecida na literatura económica como a existência de efeitos *não keynesianos* decorrentes da aplicação das políticas fiscais e é defendida por um grupo de economistas italianos, entre os quais se destaca Alberto Alesina (Mota, 2017).

<sup>40</sup> Aplicável a todos rendimentos englobados no IRS. Esta medida excecional aplicada em 2011 não consta no MdE.

<sup>41</sup> Fonte: <https://www.dn.pt/portugal/interior/governo-corta-50-do-subsidio-de-natal-1893470.html> (acedido em 02-02-2018).

<sup>42</sup> Fonte: [http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest\\_economia/OramentodoEstado2012/passos-coelho-so-vamos-sair-da-crise-empobrecendo-video=f683176](http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_economia/OramentodoEstado2012/passos-coelho-so-vamos-sair-da-crise-empobrecendo-video=f683176) (acedido em 02-02-2018).

arrendamento, as tarifas sociais de energia e a majoração em 10% do subsídio de desemprego para casais com filhos a cargo.

Para cumprir o défice de 2011 negociado com a *Troika* e liquidar as dívidas das administrações públicas aos bancos, o Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, recorre a uma receita extraordinária, designadamente, à transferência dos fundos de pensões dos bancos para a Segurança Social e para o Estado. No que toca ao OE 2012, irá contemplar a suspensão dos subsídios de Natal e de férias aos funcionários públicos e aos reformados do Estado, em clara contradição com uma das promessas eleitorais mais conhecidas do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho. Em abril de 2011, quando confrontado com a questão colocada por estudantes: “Vai tirar os subsídios de férias aos nossos pais?”, o candidato garantiu: “Isso é um disparate!”<sup>43</sup>.

No caso de Portugal, a lógica da austeridade foi levada mais longe pelo XIX Governo constitucional do que o programa de ajustamento inicialmente negociado com a *Troika*, a reboque da qual se aplicou um outro programa, este de carácter vincadamente ideológico e com particular interesse na retração do Estado Social e na desregulação dos mercados de trabalho (Capucha, 2014)<sup>44</sup>. Apesar da dureza das medidas, um dos aspetos-chave foi que em Portugal, ao contrário de Espanha, por exemplo, um conjunto de medidas emblemáticas foram abandonadas perante manifestações públicas (veja-se o caso da manifestação do 15 de setembro de 2012, após o anúncio do Governo sobre as mexidas na Taxa Social Única a favor dos patrões) ou chumbadas pelos juizes do Tribunal Constitucional (Pérez & Matsaganis, 2017).

Além dos danos cumulativos e duradouros provocados tanto na economia como na sociedade portuguesa (Costa & Caldas, 2013), deu-se o empobrecimento das classes médias e das famílias portuguesas com menores rendimentos (Rodrigues & Silva, 2015). Para além de terem sido desigualmente distribuídas entre *ricos* e *pobres*, as medidas de austeridade aumentaram o risco de pobreza, particularmente, entre os jovens e as pessoas idosas (Callan *et al.*, 2011). Os direitos fundamentais dos cidadãos portugueses, em especial o direito ao trabalho e às pensões, foram seriamente colocados em causa (Canotilho, 2015).

---

<sup>43</sup>Fonte: <http://www.tvi24.iol.pt/politica/videos/passos-cortar-no-subsidio-isso-e-um-disparate> (acedido em 18-02-2018).

<sup>44</sup> Apesar de não se encontrar inscrita no MdE, o corte do subsídio de férias e de Natal nos salários dos funcionários públicos e pensionistas com salários acima de 600 euros foi uma das medidas que o governo voltou a insistir e que estava prevista no OE 2013. Contudo, esta medida veio a ser declarada inconstitucional pelos juizes do Palácio *Ratton*, com base no argumento de violação do Princípio da Igualdade. O Tribunal Constitucional já havia permitido cortes nos subsídios em 2012, por forma a não comprometer a execução orçamental de 2012, mas exigiu que em 2013 os subsídios fossem repostos ou, em alternativa, que os cortes fossem distribuídos equitativamente, quer para o setor público como para o privado.

Em Portugal, a mediana dos rendimentos (tida como um dos marcadores da recessão económica e das medidas de austeridade) caiu 14%, entre 2009 e 2013, ao passo que em Espanha e Itália foi de 11% e 6%, respetivamente, enquanto na Grécia a descida foi significativamente superior (36%) (Matsaganis & Leventi, 2014). Ao contrário da Grécia, em Portugal foi entre os mais pobres e os mais ricos que se registou a maior quebra de rendimentos, sendo que nos mais pobres essa proporção ascendeu aos 5% (Avram *et al.*, 2013).

O estudo "*Desigualdades do Rendimento e Pobreza em Portugal: as consequências sociais do Programa de Ajustamento*", desenvolvido pelo economista Farinha Rodrigues e colaboradores (2016), teve como objetivo dar resposta à questão: "*Quem é que perdeu mais nos últimos anos com a crise?*". Com recurso aos microdados dos Inquéritos às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC) realizados pelo INE, os autores verificaram que, entre 2009 e 2014, os rendimentos dos portugueses registaram uma quebra de 12%, isto é, menos 116 euros por mês. Contudo, em termos relativos, chegaram à conclusão que entre os 10% mais pobres houve uma perda de 25% do rendimento (em média, 69 euros por mês), enquanto entre os 10% mais ricos essa perda foi de 13% (em média, 340 euros por mês). Farinha Rodrigues e colaboradores (2016) consideram que todos os cidadãos portugueses perderam com a crise, mas que nem todos perderam com a mesma intensidade, além de argumentarem de que é um "mito" a ideia de que os mais pobres foram os mais protegidos e de que a classe média foi a mais sacrificada.

O FMI (2014) também olhou para o ajustamento português e chegou a uma conclusão totalmente oposta. Esta organização internacional observou que, entre 2008 e 2012, as famílias mais penalizadas foram aquelas com maiores rendimentos, onde se verificou uma quebra de 10%, por comparação às famílias com menores rendimentos, onde essa quebra se situou apenas nos 5%. Este relatório do FMI conclui que mais de metade do ajustamento em Portugal foi executado por via das medidas de consolidação orçamental e dos cortes nos salários e pensões do setor público.

As respostas à crise fizeram-se acompanhar pela retração do Estado-Providência, cujos apoios e benefícios se tornaram menos generosos e sujeitos a critérios mais apertados de acesso (Zartaloudis, 2014). É importante salientar que, antes do início do PAEF, o nível de endividamento das famílias portuguesas já era dos mais elevados da Zona Euro (Costa &

Farinha, 2012). Por isso, a redução abrupta do rendimento disponível, em particular o proveniente do trabalho por conta de outrem<sup>45</sup>, assim como o crescimento exponencial da taxa de desemprego <sup>46</sup>, podem ter estado na origem de consequências particularmente pesadas nas famílias portuguesas (Ribeiro *et al.*, 2014).

É finalmente em 2014 que se dá a tão famosa *saída limpa* da *Troika* de Portugal. Através do PAEF foram desembolsados 97% dos 78 mil milhões de euros negociados com os credores internacionais, sem que tenha sido requerida qualquer assistência financeira adicional<sup>47</sup>. O país passou a ser seguido, desde então, numa fase de monitorização pós-programa, em consonância com as regras europeias e do FMI. Não obstante o contexto social e económico ter sido tão adverso e os vários episódios de contestação política de que foi alvo, o XIX Governo Constitucional conseguiu cumprir a sua legislatura (2011-2015). Este facto adquire maior relevância se tivermos em consideração que, desde 1976, apenas quatro governos haviam conseguido alcançar este feito (Fonseca & Ferreira, 2016).

Em 2015, o país vai a votos e sofre uma reviravolta política. A 4 de outubro de 2015, a coligação de direita Portugal à Frente (PSD e CDS), a coligação pró-austeridade, que liderou Portugal entre 2011 e 2015, foi o partido mais votado, obtendo a maioria relativa dos votos nas eleições legislativas. Pedro Passos Coelho foi indigitado como Primeiro-Ministro e a tomada de posse do XX Governo Constitucional teve lugar em 30 de outubro. Na verdade, vários fatores explicam o seu sucesso eleitoral da coligação partidária de direita nas eleições legislativas de outubro de 2015. Entre as explicações principais, reside um “complexo processo discursivo de legitimação da ação governativa desenvolvido pela elite governamental ao longo do período de aplicação do Mde” (Fonseca & Ferreira, 2016:888).

A 10 de novembro, o PS apresenta na Assembleia da República uma moção de rejeição que foi aprovada com 123 votos (dos partidos PS, BE, PCP/PEV e PAN) e que conduz à queda do XX Governo Constitucional. Este executivo manteve-se em gestão corrente até à tomada de posse do novo Governo, a 26 de novembro.

---

<sup>45</sup> É com base neste tipo de rendimento que habitualmente se estruturam os projetos de consumo e de endividamento das famílias (Ribeiro *et al.*, 2014).

<sup>46</sup> A taxa de desemprego quase quadruplicou, ao passar dos 4% para os 16,3%, entre 2011 e 2013 (Valadas, 2013).

<sup>47</sup> Fonte: <https://www.bportugal.pt/page/programa-de-assistencia-economica-e-financeira> (acedido em 17-05-2018).

## **A Geringonça: haverá ou não alternativa à Austeridade?**

O XXI Governo Constitucional é presidido por António Costa do PS, e tem por base um acordo de incidência parlamentar com os partidos de esquerda mais radical, o BE e o PCP/PEV. Ao referir-se a este acordo parlamentar, Paulo Portas disse que “não é bem um governo, é uma Geringonça”<sup>48</sup>. O programa do XXI Governo Constitucional assume que “é possível fazer diferente” (Governo de Portugal, 2015:6) e consubstancia-se numa estratégia de “virar de página na política de austeridade e na estratégia de empobrecimento” (idem: 5), além de defender uma nova estratégia de consolidação das contas públicas, por via do crescimento e do emprego, do aumento do rendimento das famílias e da criação de condições para o investimento das empresas, e pelo combate à pobreza e às desigualdades. O respeito pelos compromissos europeus e internacionais, tendo em vista uma política reforçada de convergência e coesão, bem como o investimento na Ciência, na Inovação, na Educação, na Formação e na Cultura, constam na nova estratégia política da coligação de esquerda.

A estratégia governativa da “Geringonça” tem sido elogiada internacionalmente e utilizada como exemplo de que afinal, ao contrário do que muitos diziam, sempre existe uma alternativa à austeridade. Num artigo do jornal britânico “*The Guardian*”, publicado em agosto de 2017, é referido que Portugal pode ser considerado um “modelo para o resto do continente”, pois “conseguiu aquilo que nos tinha sido dito que era francamente impossível”, e que o governo “se pode orgulhar, ao ter conseguido um crescimento económico sustentável, um aumento de 13% no investimento, redução do défice em mais de metade para 2,1%, o mais baixo de sempre em quatro décadas, apenas um ano depois de ter assumido o poder”. O cronista Owen Jones acrescenta que “esta é a primeira vez que Portugal cumpre as regras orçamentais da Zona Euro”, uma alusão à saída de Portugal do Procedimento por Déficit Excessivo (PDE)<sup>49</sup>, no qual se encontrava desde 2009.

Mais recentemente, a publicação financeira britânica “*The Banker*” também vem destacar o caso de sucesso de Portugal e os resultados da sua política anti-austeridade, mas ressalva, no entanto, que a dívida pública continua a ser uma das principais fragilidades da economia

---

<sup>48</sup> Fonte: <http://expresso.sapo.pt/politica/2016-11-10-As-20-melhores-frases-sobre-a-geringonca#gs.njEx5Fk> (acedido em 20-05-2018).

<sup>49</sup> Fonte: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/aug/24/austerity-lie-deep-cuts-economy-portugal-socialist> e <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/portugal-acabou-com-a-mentira-ha-alternativa-a-austeridade-escreve-o-the-guardian-200727> (accedidos em 20-05-2018)

portuguesa<sup>50</sup>. De notar que, apesar de uma ligeira melhoria relativamente a 2016 (-4,2%), a dívida pública portuguesa continua a ser elevada (125,7%), bastante superior à média da UE (81,6%), e a terceira maior da Zona Euro, logo a seguir à da Itália (131,8%) e da Grécia (178,6%)<sup>51</sup>.

Em traços gerais, as notícias sobre o crescimento económico têm sido positivas. A taxa de desemprego continua em queda: no primeiro trimestre de 2018 era de 7,9%, em igual período homólogo, em 2013, era de 17,5%, o que significa uma redução significativa de 9,6% (INE, 2018). No que refere ao PIB, aumentou 2,7% em 2017 (+1,1% relativamente a 2016), um ano de recuperação para a economia portuguesa, sendo preciso recuar até 2000 para encontrar um número superior (3,8%). Em 2016, a economia portuguesa cresceu 1,6%, uma proporção ligeiramente inferior aos 1,8% de 2015, o último ano da coligação pró-austeridade<sup>52</sup>. No que se refere ao défice, em 2017, foi de 0,9% do PIB (uma quebra de 2,1% face a 2016), o melhor desempenho da democracia portuguesa, embora este valor não inclua o impacto da operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Em 2015, tinha sido de 4,4 % do PIB, sendo que a operação de resolução do BANIF provocou um agravamento do défice de 1,4% do PIB em 2015<sup>53</sup>.

Ao contrário dos anos da crise e de austeridade em que, sem dó nem piedade, jogaram a dívida da república para a categoria de “lixo”, as agências de notação financeira têm-se mostrado tranquilas com a solução governativa em Portugal. Em setembro de 2017, a Standard & Poor’s, uma das maiores agências de notação financeiras mundiais, manteve a perspetiva da dívida soberana portuguesa em “estável” e o *rating* no primeiro nível acima de lixo (BBB-)<sup>54</sup>, avaliação reiterada em março de 2018. Já a Fitch é a agência que melhor classificação dá a Portugal, ao rever em alta a notação da dívida em dois níveis, para BBB, retirando-a deste modo do “lixo”. Quanto à agência canadiana DBRS, elevou, em abril de 2018, o *rating* de Portugal para ‘BBB’ com perspetiva estável, devido às melhorias registadas nas finanças públicas<sup>55</sup>. A Moody’s, ao contrário das outras agências, continua a atribuir o *rating* de “lixo” à dívida pública portuguesa, argumentando que o setor bancário nacional é

---

<sup>50</sup>Fonte: <http://www.thebanker.com/World/Western-Europe/Portugal/Portugal-s-coalition-shows-alternative-to-austerity?ct=true> (acedido em 20-05-2018).

<sup>51</sup> Fonte: <http://ec.europa.eu/eurostat/web/main/home> (dados consultados em 20-05-2018).

<sup>52</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 20-05-2018).

<sup>53</sup> Fonte: [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) (dados consultados em 20-05-2018).

<sup>54</sup>Fonte: <https://www.jornaldenegocios.pt/mercados/obrigacoes/detalhe/sp-mantem-rating-e-perspectiva-de-portugala> (acedido em 20-05-2018).

<sup>55</sup> Fonte: <https://eco.pt/2018/04/20/dbrs-sobe-o-rating-de-portugal/> (acedido em 20-05-2018).

fraco e a dívida pública ainda permanece elevada <sup>56</sup>. A propósito deste reconhecimento internacional, o ministro das Finanças, Mário Centeno, agora também Presidente do Eurogrupo, afirmou que “Portugal virou decisivamente a página da crise. A estratégia bem-sucedida de crescimento equilibrado e inclusivo explica o *momentum* de *rating* positivo”<sup>57</sup>.

Contudo, nem tudo tem sido um “mar de rosas” na Geringonça e a revisão em baixa do défice orçamental (de 1,1 % do PIB inscrito no OE 2018, para 0,7%) não é uma meta que seja do agrado aos partidos de esquerda, em particular do PCP/PEV, que considera que “O critério do défice das contas públicas deve ser afastado das prioridades políticas do nosso país” <sup>58</sup>. Aprovado em Conselho de Ministros, em abril de 2018, o PEC apresenta um cenário macroeconómico otimista (2018-2022) ao prever que “em 2018 o défice diminuirá para 0,7% do PIB e a dívida pública continuará a sua evolução descendente para 122,2% do PIB. Projeta-se que, no horizonte de 2022, a dívida pública recue para os 102% do PIB” (Governo de Portugal, 2018: I).

## **CAPÍTULO 4 - A POPULAÇÃO IDOSA E A AUSTERIDADE EM PORTUGAL**

No Capítulo 4, a evolução demográfica portuguesa merece uma especial atenção, por forma a justificar a população idosa como uma das categorias mais representativas da sociedade portuguesa. Traçamos, igualmente, uma breve caracterização socioeconómica da população idosa no geral e das diferenças observadas entre os reformados do setor público e do privado. Por fim, na última seção é feito um levantamento daquelas que foram as principais medidas de austeridade e de reversão da austeridade aplicadas especificamente à população idosa entre 2011 e 2018.

### **Portugal e as tendências de envelhecimento demográfico**

A passagem de um modelo demográfico de elevada fecundidade e mortalidade para um modelo em que ambos os fenómenos atingem níveis baixos surgiu na sequência das mudanças económicas, sociais e políticas iniciadas pela Revolução Industrial. A transição demográfica regista-se agora com maior expressividade nos países em desenvolvimento. As melhorias das

---

<sup>56</sup> Fonte: <https://eco.pt/2018/04/26/banca-fraca-e-divida-elevada-mantem-portugal-no-lixo-diz-a-moodys/> (acedido em 20-05-2018).

<sup>57</sup> Fonte: <https://eco.pt/2018/04/26/mario-centeno-portugal-virou-decisivamente-a-pagina-da-crise/> (acedido em 20-05-2018).

<sup>58</sup> Fonte: <https://eco.pt/2018/04/13/pcp-o-criterio-do-defice-deve-ser-afastado-das-prioridades-politicas/> (acedido em 20-05-2018).

condições de vida e de bem-estar, bem como das condições de saúde, médicas e assistenciais, têm sido as razões mais apontadas para esta transformação demográfica.

Nos últimos cinquenta anos, em vários países do mundo, tem sido registado um aumento significativo da proporção de pessoas idosas e uma redução dos efetivos mais jovens. Este fenómeno conhecido por “envelhecimento demográfico” reflete “a progressiva diminuição do peso das gerações mais jovens a favor das gerações mais velhas” (Bandeira *et al.*, 2014:17). O crescimento da população idosa e o conseqüente envelhecimento demográfico têm estado na ordem do dia e são amplamente considerados como um dos problemas mais atuais e relevantes das sociedades contemporâneas.

O envelhecimento demográfico tem evoluído num rumo verdadeiramente inevitável e irreversível. Enquanto o séc. XX fica marcado pelo crescimento da população “(...) the 21st century is likely to see the end of Population growth and became the century of population ageing” (Lutz & Sanderson, 2004:1). A Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) estima que em 2050 a população idosa elevar-se-á a dois mil milhões de pessoas, ou seja, o correspondente a 20% da população mundial, e que o número de pessoas com mais de 60 anos será superior ao dos jovens com menos de 15.

O envelhecimento populacional, além de ser uma tendência mundial, tornou-se hoje em dia comum à generalidade dos países europeus. Os baixos níveis de fecundidade e as baixas taxas de mortalidade nas idades mais avançadas foram responsáveis pela transição demográfica no continente europeu, enquanto o *baby boom*, que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, revelou-se decisivo no envelhecimento demográfico no séc. XXI. Em 1960 havia em média cerca de três jovens por cada pessoa idosa; estima-se que em 2060 haja dois idosos por cada jovem. Isto é, mais avós para menos netos do que no passado, a presença dos bisavós vai tornar-se mais comum, a família mais verticalizada, naquilo que Lanzieri designa por “*grandparent boom*” (Lanzieri, 2011).

De nação europeia com a taxa de natalidade mais elevada, sem democracia nem Estado Social, Portugal tornou-se, nas últimas décadas, num dos países mais envelhecidos da Europa e do mundo, apesar da evolução global nos níveis de desenvolvimento, participação social e qualidade de vida de milhões de portugueses. Se, em poucos anos Portugal procurou aproximar-se do padrão de referência europeu, rapidamente perdeu terreno e os mais recentes indicadores falam por si. É certo que Portugal mudou, mas envelheceu demasiado e depressa demais. A transição demográfica portuguesa pode ser considerada como “original” por ter sido muito tardia, comparativamente aos restantes países europeus (Bandeira *et al.*, 2014). Até

à década de 1960, a população portuguesa manteve o perfil predominante desde a 2.<sup>a</sup> metade do séc. XIX: uma natalidade moderadamente elevada e uma diminuição relativamente lenta da mortalidade, acompanhadas de um crescimento natural igualmente moderado, um crescimento migratório negativo e uma estrutura etária jovem (Bandeira *et al.*, 2014). Mas a emigração de mais de um milhão de portugueses nas décadas de 1960 e 1970 é a principal responsável pelo início do processo de envelhecimento demográfico, ao ter provocado um acentuado défice na população adulta ativa e ao ter tido um impacto decisivo no início da revolução contracetiva e na queda na natalidade (Bandeira *et al.*, 2014). Esta tendência inverteu-se com a revolução de abril de 1974 e a descolonização dos territórios portugueses em África, o que originou um considerável aumento da população residente, em virtude dos fluxos de imigração, ou seja, com o retorno de 700 mil portugueses (Rodrigues & Martins, 2014). Contudo, “foi a descida da natalidade que provocou o rápido envelhecimento da população portuguesa” (Bandeira, 2006:14), o que, aliada à queda da mortalidade nas gerações mais envelhecidas, fez aumentar inevitavelmente a proporção de idosos.

Portugal, assim como outros países de Norte a Sul da Europa, entrou no séc. XXI num processo de envelhecimento, que começou a agravar-se depois de 1991 (Bandeira *et al.*, 2014).

No que se refere ao atual panorama demográfico, a sociedade portuguesa passou de uma sociedade jovem a uma sociedade envelhecida. Prova disso é o aumento da idade da população. Se em 1960 a média de idades era de apenas 27,8 anos, atualmente atingiu os 44 anos, a 3.<sup>a</sup> mais elevada na UE 28, logo a seguir à Alemanha e à Itália<sup>59</sup>. Em 2015, Portugal era o 5.<sup>o</sup> país mais envelhecido do mundo (ONU, 2015) com uma mediana de idades de 44 anos. Em 2030, estima-se que esta mediana de idades passe a ser 50,2 e que se posicione como o 3.<sup>o</sup> país mais envelhecido, a seguir ao Japão (51,8) e à Itália (50,8) (ONU, 2015). Portugal é também o 5.<sup>o</sup> país da UE 28 com maior proporção de idosos (80+), atrás da França (5,8%), Espanha (5,9%), Grécia (6,3%) e a Itália (6,5%) (Eurostat, 2016b).

No decurso do séc. XX, o aumento da esperança média de vida à nascença dos portugueses foi surpreendente: entre 1900 e 2012 acarretou um ganho de 41 anos para os homens e de 44 anos para as mulheres (Rodrigues & Martins, 2014). Muito recentemente, o INE estimou para o período 2015-2017 a esperança de vida à nascença em 80,78 anos para o total da população:

---

<sup>59</sup> Fonte: [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) (dados consultados em 03-10-2018).

77,74 anos (homens) e 83,41 anos (mulheres) <sup>60</sup>. Em relação a 2014-2016, estes valores representam um ganho de 1,6 meses para os homens e de 1 mês para as mulheres <sup>61</sup>.

O envelhecimento demográfico tem provocado profundas mudanças na estrutura etária da população portuguesa. Ao nível microdemográfico registou-se um aumento notório da proporção de pessoas idosas na população total, em detrimento da população jovem e/ou da população em idade ativa, traduzindo-se num incremento de 140% da população idosa no período entre 1960 e 2001 (INE, 2011). Em 1900, os indivíduos com mais de 65 anos representavam apenas 5,7% da população portuguesa, tendo aumentado ligeiramente para 7%, em 1950, e para 14%, em 1999 (Fernandes, 1997). O número de indivíduos em idade ativa (15-64 anos) tem-se mantido, desde os anos 1980, na ordem dos 6 milhões, sendo que em 2016, em termos absolutos, são 6 690 517 habitantes. No que se refere ao peso dos jovens (com menos de 15 anos) na estrutura etária, se em 1981 representavam cerca de 25% da população, em 2016 correspondem a não mais do que 14 do total% <sup>62</sup>. Já a proporção de pessoas com 65 ou mais anos passou de 11,6%, em 1981, para 21,1%, em 2016. Em 2016, segundo dados do INE, residiam em Portugal 10 309 573 habitantes (10 542 398, em 2011), dos quais 2 176 640 indivíduos com mais de 65 anos (dos quais 58,3% são mulheres e 41,7% são homens)<sup>63</sup>. É de destacar que 285 616 indivíduos têm 85 ou mais anos de idade, representando 13% do total da população idosa, e que 68% da população com 85 ou mais anos são mulheres<sup>64</sup>. O predomínio das mulheres nesta faixa etária revela uma feminização da velhice, que tende a ser ainda mais evidente à medida que a idade avança. Em Portugal, e depois dos 75 anos, é nítida a feminização da população (Bandeira *et al.*, 2014) e é de esperar que existam, no mínimo, três mulheres em cada cinco indivíduos (Rosa & Chitas, 2010).

A partir da leitura da Figura 1 verificamos que Portugal é, assim, um país cada vez mais envelhecido: a base da pirâmide, equivalente à população mais jovem (em particular, entre os 0-29 anos), encolheu e alargou-se nas idades intermédias (entre os 30 e os 69 anos) e no topo (em especial nas idades superiores a 69 anos), com o crescimento acentuado da população mais idosa (sobretudo a população feminina). Chesnais (1995) designou esta tendência por

---

<sup>60</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 03-10-2018).

<sup>61</sup> A esperança de vida entre homens e mulheres é diferente e favorável às mulheres e trata-se de uma evidência empírica que percorre transversalmente o séc. XX, em Portugal e na maioria dos países europeus (Oliveira & Mendes, 2010). Foi em 1981 que se registou, em Portugal, a maior diferença de sempre entre homens e mulheres (7,6 anos separavam as esperanças de vida). Contudo, tem sido observada uma diminuição gradual dessa desigualdade, que em 2012 atingia os 5,9 anos (Rodrigues & Martins, 2014).

<sup>62</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 03-10-2018).

<sup>63</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 03-10-2018).

<sup>64</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 03-10-2018).

inversão da pirâmide de idades. São igualmente visíveis os desequilíbrios de efetivos nas idades mais avançadas, como consequência da sobremortalidade masculina, bem como a importância relativa da faixa etária dos 75 ou mais anos, que representa, em 2013, quase metade da população idosa (49%) (Carrilho & Craveiro, 2015).

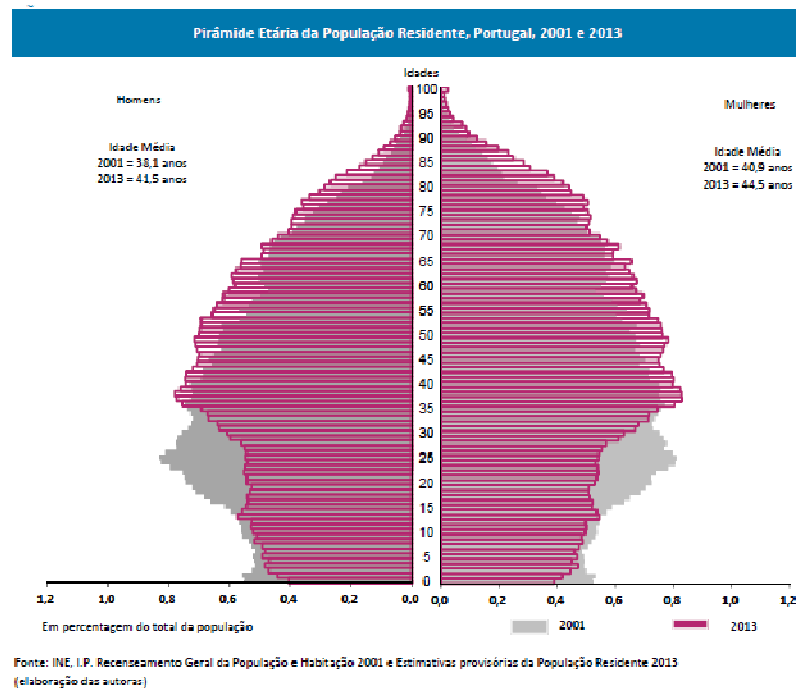


Figura 1- Pirâmide Etária em Portugal 2001-2013 <sup>65</sup>

De acordo com os dados mais recentes do Eurostat (2016), é em particular em zonas rurais e periféricas da Grécia, Portugal, Espanha e França que se encontram as regiões NUTIII mais envelhecidas em toda a UE. É o caso da Beira Baixa e do Alto Tâmega. O envelhecimento em Portugal apresenta vincadas especificidades regionais, sendo mais acentuado no interior e fora das grandes áreas metropolitanas (Mateus *et al.*, 2013). Entre 2011 e 2016, o Índice de Envelhecimento também subiu de 128 para 151 idosos por cada 100 jovens <sup>66</sup>.

Em Portugal, um em cada cinco alojamentos é habitado por idosos e cerca de 60% encontra-se a viver só ou na companhia de outros idosos (Mateus *et al.*, 2013). Outro indicador que reflete as implicações sociais e económicas desta situação é o Índice de Dependência de

<sup>65</sup> Fonte: Carrilho, M. & Craveiro, M. (2015) A situação demográfica recente em Portugal, *Revista de Estudos Demográficos* n.º 54.

<sup>66</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 03-10-2018).

Idosos, cuja proporção subiu de 28,8, em 2011, para 32,5 idosos por cada 100 indivíduos em idade ativa em 2016 <sup>67</sup>. No sentido oposto, o Índice de Dependência de Jovens tem vindo a diminuir: em 2011 existiam 22,6 jovens com menos de 15 anos por cada 100 indivíduos em idade ativa; em 2016, este rácio é de apenas 21,6 <sup>68</sup>. Nota-se, igualmente, a tendência de subida do Índice de Longevidade que em 2016 se situava nos 48,7 anos (42,2 em 2001), sendo relativamente superior nas mulheres (51,6 anos) face aos homens (44,6 anos), traduzindo um contínuo e progressivo aumento das gerações mais idosas em Portugal <sup>69</sup>.

### **A população idosa em Portugal: rendimentos, pensões e risco de pobreza**

As pessoas idosas constituem uma categoria com um peso cada vez maior na sociedade portuguesa (Almeida *et al.*, 2007), mais de um quinto da população encontra-se estatisticamente classificada como idosa. É, igualmente, uma categoria bastante heterogénea, em termos de idades, rendimentos, qualificações escolares, conjugalidade, práticas culturais, contextos residenciais e condições gerais de vida (Mauritti, 2004)<sup>70</sup>.

São também considerados dos grupos mais desfavorecidos em termos económicos, pois apesar da cobertura universal das pensões (embora baixas, por comparação aos restantes países da UE), cerca de um milhão e meio de idosos, aposentados e reformados, têm pensões abaixo dos 500 euros, ao passo que apenas 6% têm uma pensão superior a 1000 euros, apresentando, na generalidade, rendimentos inferiores aos da população ativa (CES, 2012)<sup>71</sup>. As fracas remunerações durante a vida profissional e os descontos irregulares e tardios para os sistemas de proteção social levaram a um quadro generalizado de baixas pensões que atinge, particularmente, os subgrupos das mulheres mais idosas e que vivem sós (Mauritti, 2004; Capucha, 2005).

Em Portugal, dos 2 116 050 de pensionistas por velhice existentes em 2016, num acréscimo de 43 606 pensionistas relativamente a 2012, 27,8% recebiam uma pensão média anual de

---

<sup>67</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 03-10-2018).

<sup>68</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 03-10-2018).

<sup>69</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 03-10-2018).

<sup>70</sup> Mauritti (2004) identificou cinco perfis-tipo de padrões de vida que comprovam a heterogeneidade da população idosa em Portugal enquanto grupo: i) “Velhice precária”; ii) “Velhice na pobreza”; iii) “Velhice remediada”; iv) “Velhice distintiva”; e, por último, v) “Velhice autónoma”.

<sup>71</sup> Antes de 1974, o tratamento da velhice era efetuado através da assistência pública (dirigida aos indigentes e inválidos) e pelas instituições de previdência social (cujos riscos de doença e invalidez ou mesmo desemprego eram suportados pelos trabalhadores por meio do pagamento de uma quotização à instituição de previdência) (Cardoso *et al.*, 2012). Foi apenas com a Constituição de 1976 que ficaram consagradas em lei as condições de universalização do direito à reforma e o reconhecimento da “Terceira Idade” como uma categoria autónoma (idem).

5885 euros, isto é, uma média mensal de cerca de 420 euros <sup>72</sup>. A pensão mínima de velhice em 2016 era de 263 euros. Em 2016, a idade média de reforma dos pensionistas de velhice da Segurança Social era de 63,2 anos (62,7 para os Homens e 63,6 para as Mulheres)<sup>73</sup>. O Complemento Solidário do Idoso (CSI), uma prestação não contributiva para reformados de baixos recursos, tem perdido gradualmente beneficiários, sobretudo com a aplicação de regras mais apertadas no acesso, a partir de 2012. Em 2016, este apoio monetário chegava a 173 056 beneficiários, o que por comparação a 2012 significou uma redução muito significativa de 71 856 beneficiários (-29,4%)<sup>74</sup>.

Já os aposentados e reformados da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em 2016, correspondiam a 482 614 indivíduos (mais 20 168 do que em 2012), sendo que 62 448 (ou seja, 12,9% do total) recebiam uma pensão de aposentação por reforma que se situava entre os 750 e os 1000 euros mensais<sup>75</sup>. Cerca de 49,1%, isto é, quase metade dos beneficiários, recebiam pensões até aos 1000 euros mensais (eram 49,6% em 2012, proporção que tem vindo a diminuir)<sup>76</sup>. Em 2016, a idade média de reforma na CGA era de 62,8 anos, (era de 60,1 anos, em 2012)<sup>77</sup>. No setor público, a aposentação antecipada continua a ser possível aos trabalhadores com 55 anos de idade e 30 anos de contribuições, mediante a aplicação de um corte de 0,5% no valor da pensão, por cada mês de antecipação até à idade legal da reforma.

A população idosa portuguesa é também um grupo particularmente vulnerável a situações de pobreza e de exclusão social (Gonçalves, 2004; Lopes, 2006; Bruto da Costa *et al.*, 2008; Alves, 2015b; Lopes, 2010; Bruto da Costa, 2015) e de desigualdades, enquanto população que já não se encontra no ativo (Farinha Rodrigues, 2003)<sup>78</sup>. Em meados dos anos 1990, mais de 35% dos portugueses com 65 ou mais anos eram considerados pobres quando comparados com cerca de 21% da população total (Farinha Rodrigues & Andrade, 2016).

---

<sup>72</sup> Fonte: [www.inec.pt](http://www.inec.pt) (dados consultados em 23-09-2018).

<sup>73</sup> Fonte: [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) (dados consultados em 23-09-2018).

<sup>74</sup> Em sua defesa, o XIX Governo Constitucional justificava que a redução do número de beneficiários na sua legislatura se deveu ao aumento do valor das pensões mínimas. Entre as várias medidas de combate à pobreza levadas a cabo pelo XXI Governo Constitucional destaca-se o aumento consecutivo do valor de referência do CSI (5 022 €, em 2016; 5 084,30 €, em 2017 e 5175, 82 €, em 2018) valor que se encontrava congelado desde 2012. (Ver Quadro 3).

<sup>75</sup> Fonte: [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) (dados consultados em 23-09-2018).

<sup>76</sup> Fonte: [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) (dados consultados em 23-09-2018).

<sup>77</sup> Fonte: [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) (dados consultados em 23-09-2018).

<sup>78</sup> Com base num estudo sobre a desigualdade e pobreza em grupos com a idade da reforma e adequabilidade das políticas sociais à população idosa em Portugal, o autor concluiu que a desigualdade era superior entre as famílias na faixa etária da reforma (em especial no grupo dos 75 ou mais anos), do que entre famílias na vida ativa, além dos agregados familiares do grupo etário da reforma terem um rendimento relativo inferior às famílias dentro do grupo etário da vida ativa. Para além disto, famílias em áreas rurais estão em pior situação socioeconómica do que as famílias em áreas urbanas.

Apesar da melhoria generalizada na taxa de risco de pobreza, com a criação do CSI, em 2005, registou-se nos anos do ajustamento financeiro, um agravamento do cenário entre a população idosa. Em 2015, a proporção de indivíduos com 65 ou mais anos a viver em risco de pobreza<sup>79</sup> situava-se em 18,3% (+1,3% do que em 2014; +3,2% do que em 2013; e +3,7 do que em 2012), mas sem as respetivas transferências sociais e pensões este valor seria de 90% (90,3%, em 2014; 88,9%, em 2013; e 87% em 2012)<sup>80</sup>. Em 2016, o risco de pobreza recuou para 17% (-1,3% do que em termos homólogos) e é retomada uma tendência decrescente da taxa de pobreza, que foi interrompida entre 2012-2015<sup>81</sup>.

Com base na análise do EU-SILC (2003-2010), Rodrigues e Andrade (2013) reforçam a ideia de que a pobreza entre os idosos tem um carácter heterogéneo e que os níveis de pobreza são diferentes em função do sexo, da geração e da composição dos agregados familiares em que se encontram inseridos. São, por isso, os indivíduos com mais de 75 anos e que vivem sozinhos os que apresentam uma maior vulnerabilidade económica e social e onde a taxa de incidência da pobreza chega aos 30%. Os idosos com mais de 75 anos têm uma taxa de incidência de pobreza superior em 10% à taxa dos que se encontram na faixa etária entre os 65 e 74 anos, sendo que os autores observaram, entre 2003 e 2010, uma ligeira melhoria neste último grupo. Rodrigues e Andrade (2013) constataam, ainda, que os idosos (com idades entre 65 e 74 anos ou com mais de 75 anos) a viver sozinhos, são aqueles que apresentam uma maior taxa de privação material (28,6% e 30,3% respetivamente), no que refere aos três itens: na capacidade em pagar uma semana de férias por ano fora de casa, na capacidade em aquecer a casa e em fazer face a despesas inesperadas.

Albuquerque e colaboradores (2006) chegaram à conclusão que, em Portugal, as *coortes* mais idosas são efetivamente mais pobres do que as *coortes* menos idosas, o que pode ser explicado pelo facto dos reformados mais idosos terem tido carreiras contributivas mais curtas.

---

<sup>79</sup> Em 2015, a taxa de risco de pobreza correspondia à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 439 euros mensais.

<sup>80</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 03-03-2017).

<sup>81</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 23-09-2018).

## **As Medidas de Austeridade em Portugal sobre pensionistas e reformados**

A quebra do poder de compra dos pensionistas portugueses é anterior à execução do PAEF e à atuação do XIX Governo Constitucional: em 2010, tem início com a atualização das pensões abaixo da inflação e, em 2011, agrava-se com o congelamento das pensões e a implementação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) (Silva *et al.*, 2015a). A referência às alterações nas pensões - no conjunto das reformas estruturais do PAEF - era bastante residual, mas à medida que começaram a ser efetuadas as revisões periódicas do ajustamento, estas questões foram adquirindo uma enorme centralidade política.

Com a introdução de novas disposições no ajustamento, deu-se o alargamento do impacto e da extensão das medidas de austeridade sobre os pensionistas (Silva *et al.*, 2015a). Estas alterações traduzir-se-iam na tendência para cortar os subsídios e os valores nominais das pensões; em reformar profundamente os sistemas de pensões (convergir as regras das pensões do setor público com as regras do Regime Geral da Segurança Social); em aumentar as contribuições dos beneficiários para os subsistemas públicos de saúde; e, por último, em sobretaxar os rendimentos dos pensionistas e aplicar a CES.

Em Portugal começa a assistir-se a um cenário de austeridade marcado pela sobrecarga de pacotes de medidas dirigidas aos pensionistas e reformados (Silva *et al.*, 2015a). O efeito destas medidas, apesar de anunciadas como extraordinárias e transitórias, provocou uma redução muito significativa no rendimento disponível de muitos idosos portugueses, com expressão mais acentuada nas pensões superiores a 1000 euros (Silva *et al.*, 2015a)<sup>82</sup>. Contudo, o setor da banca viu assegurado a ausência de cortes no valor nominal das pensões e o pagamento dos subsídios de Natal e férias, por contrapartida da transferência, em 2011, do fundo de pensões para a Segurança Social, que permitiu cumprir o défice orçamental estipulado pela *Troika*.

Começa a sentir-se um mal-estar e uma tensão crescente entre jovens e pensionistas e reformados. Em dezembro de 2012, no discurso do Primeiro-Ministro é feito um aproveitamento político deste mal-estar entre trabalhadores e reformados e entre os próprios reformados, ao dizer que os reformados “queixam-se de lhes estarmos a pedir um esforço muito grande” e “descontaram para ter reformas, mas não para terem *aquelas* reformas”. Ao

---

<sup>82</sup> Algumas das medidas de austeridade mais controversas, como a Contribuição de Sustentabilidade (isto é, redução permanente e definitiva nas pensões de reforma) e os cortes nas Pensões de Sobrevivência (com a introdução da prova de condição de recursos), foram declaradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional em 2014.

comparar os reformados do Estado com os reformados do setor privado, o Primeiro-Ministro argumenta que “têm hoje pensões e reformas bem mais elevadas” o que constitui “uma injustiça imensa”<sup>83</sup>.

E perante o anúncio de medidas de austeridade à população reformada e pensionista, o coro de protestos começa a fazer-se ouvir, vindo de todos os quadrantes da sociedade. Com o cenário de introdução da CES, estipulada entre os 3,5% e os 10%, sobre as pensões superiores a 1350 euros nasce o Movimento dos Reformados Indignados (MRI), liderado por Filipe Pinhal, ex-banqueiro, e composto essencialmente por ex-administradores de bancos e altos quadros de grandes empresas. Em comum, estes indivíduos partilhavam o facto de receberem reformas elevadas e de serem afetados numa franja significativa dos seus rendimentos com a aplicação da CES. "Cada um sente os problemas como sente e reage em função disso", referia Filipe Pinhal, na conferência de imprensa de apresentação do movimento em março de 2013<sup>84</sup>.

Os cortes nas pensões levam milhares de reformados e pensionistas para as ruas. Em setembro de 2013, mais de mil aposentados e pensionistas manifestam-se publicamente, proferindo palavras de ordem como: “Roubo na pensão não é solução”, “Aposentados e pensionistas vêm dizer não ao Governo ladrão!” e “Está na hora de o Governo ir embora!”<sup>85</sup>. Em 2015, uma iniciativa da Confederação de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) trouxe para a rua milhares de reformados, pensionistas e idosos, em catorze localidades do país, exigindo “uma alternativa política que promova o bem-estar das populações e respeite o direito a envelhecer com dignidade”<sup>86</sup>.

Estas medidas de austeridade, em conjunto com outras de natureza fiscal, como o aumento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), do Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI) e do Imposto sobre os Veículos (ISV), assim como o agravamento generalizado do custo de vida (ie. aumento das tarifas de eletricidade, aumento das taxas moderadoras, fim das isenções automáticas na saúde, aumento das rendas de casas e dos títulos de transportes, entre outras)

---

<sup>83</sup>Fonte: [https://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/orcamento-do-estado/detalhe/passos\\_coelho\\_defende\\_que\\_tributacao\\_das\\_pensoes\\_elevadas\\_nao\\_viola\\_a\\_constituicao](https://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/orcamento-do-estado/detalhe/passos_coelho_defende_que_tributacao_das_pensoes_elevadas_nao_viola_a_constituicao) (acedido em 03-02-2018).

<sup>84</sup>Fonte: <https://www.jn.pt/economia/interior/reformados-indignados-contr-a-taxa-extraordinaria-de-solidariedade-3089460.html> (acedido em 03-02-2018).

<sup>85</sup> Fonte: <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/videos/mais-de-mil-aposentados-e-pensionistas-protestam-em-lisboa> (acedido em 03-02-2018).

<sup>86</sup> Fonte: <http://www.avante.pt/pt/2159/emfoco/135089/> (acedido em 23-09-2018).

levaram à deterioração das condições de vida de milhares de idosos portugueses, sem que se tenham efetivamente resolvido os problemas do Estado (Capucha, 2014). Esta avalanche de medidas de austeridade decorreu num contexto marcado pelas elevadas taxas de desemprego, em particular dos jovens, pela crescente flexibilização e precarização do mercado de trabalho e, particularmente, pela emigração de milhares de portugueses.

No quadro 1, 2 e 3 são identificadas algumas das principais medidas de austeridade (a negrito) e de reversão da austeridade que afetaram a população idosa entre 2011, com o resgate financeiro e o início do PAEF, ainda na anterior legislatura, e o 2.º semestre de 2018, e respetiva evolução, com o assumir de funções do XXI Governo Constitucional.

MEDIDAS DE AUSTRIDADE E DE REVERSÃO DA AUSTRIDADE (âmbito)	ANOS DE VIGÊNCIA
PENSÕES E REFORMAS	2011 - São congeladas todas as pensões.
	2012-2015 - São aumentadas as pensões sociais dos regimes não contributivos, as pensões rurais e as pensões mínimas.
	2013-2014 - Foi aplicado um corte (entre os 3,5% e os 10%) nas pensões de reforma dos trabalhadores do Estado superiores a 1.500 euros.
	2014 - O OE 2014 reduz as pensões de sobrevivência atribuídas aos cônjuges sobreviventes e aos membros sobreviventes de união de facto de contribuintes do regime de proteção social convergente ou beneficiários do regime geral de segurança social, que recebam um valor global mensal a título de pensão igual ou superior a 2000 euros. <i>Medida declarada inconstitucional através do Acórdão n.º 413/2014.</i>
	2016 - São aumentadas as pensões de invalidez e velhice do regime geral e da CGA de montante igual ou inferior a 628,83 euros.
	2017 - As pensões que perfazem até 842,64 euros serão atualizadas em 0,5%. Em agosto, são aumentadas em 10 € por pensionista, as pensões até 631,97 euros e em 6 euros por pensionista nas pensões mínimas atualizadas entre 2011 e 2015.
	2018 - As pensões de montante igual ou inferior a duas vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais (IAS) são atualizadas em 1,8 %; as de valor compreendido entre duas vezes e seis vezes o valor do IAS são atualizadas em 1,3 %, e as de valor superior a seis vezes o valor do IAS, são atualizadas em 1,05 %.
COMPARTICIPAÇÕES PARA OS SUBSISTEMAS SAÚDE	2013 - Houve um primeiro aumento de 1,5% para 2,25% para o ADSE.  2014 - Os descontos da ADSE passaram para 2,5% e logo em seguida para os 3,5%. Apenas ficam isentas as pensões inferiores ao SMN.
13.º E 14.º MÊS	2012 - Foram suspensos os subsídios de férias e de Natal aos pensionistas do Estado. <i>Medida declarada inconstitucional do Acórdão n.º 353/2012</i>  2013-2016 - Os pensionistas do Estado e da Segurança Social receberam duodécimos do subsídio de Natal.  2017 - Todos os pensionistas vão receber 50% do subsídio de Natal em novembro e o restante em duodécimos.  2018 - O subsídio de Natal será pago na íntegra aos pensionistas.
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE SINGULARES (IRS)	2012 - Redução da dedução específica dos rendimentos de pensões/reformas de 6.000 euros para 4.104 euros.  2013 - O número de escalões de IRS foi reduzido e deu-se uma subida nas taxas de retenção na fonte (14,5%, para os rendimentos anuais até 7.000 euros, e 48%, no caso dos rendimentos superiores a 80.000 euros).  2017 - Atualização dos escalões do IRS. Continuarão a existir cinco escalões de rendimentos, com as mesmas taxas, mas os valores dos rendimentos mudarão.

MEDIDAS DE AUSTERIDADE E DE REVERSÃO DA AUSTERIDADE (âmbito)	ANOS DE VIGÊNCIA
	[2018]- O número de escalões de rendimento coletável aumenta de cinco para sete a partir de 2018.
SOBRETAXA DE IRS	[2011]- Sobretaxa extraordinária de 3,5% no subsídio de Natal.
	[2012]- Sobretaxa de 3,5% para pensões.
	[2017]- A sobretaxa foi progressivamente eliminada ao longo de 2017.
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE SOLIDARIEDADE (CES)	[2011]- É aplicado um corte que incidia sobre 10% da parcela da pensão superior a 5.000 euros.
	[2012]- O corte é agravado para 25% sobre a parcela da pensão que excedesse os 5030,64 euros até aos 7545,96 euros e em 50% sobre a parcela da pensão superior a 7545,96 euros.
	[2013]- É agravado o corte que passa a incidir em 3,5% sobre pensões de valor entre 1350 e 1800 euros; 16% sobre o remanescente entre 1800 e 3750 euros; 10% sobre pensões superiores a 3750 euros; 15% sobre a parcela da pensão que excedesse os 5030,64 euros e até os 7545,96 euros; e 40% de contribuição aplicável sobre a parcela da pensão superior a 7545,96 euros.
	[2014]- É novamente agravado o corte. Os pensionistas com reformas entre os 1.000 e os 1.350 euros, passam a pagar uma taxa de 3,5%.
	[2015]- A tributação de 15% passa a incidir apenas sobre pensões acima dos 4.611 euros.
	[2016]- A tributação desce para 7,5 % sobre o montante que exceda os 4.611,42 euros e que não ultrapasse os 7.126,74 euros
	[2017]- O OE 2017 confirma o fim da CES.

Quadro 1 - Medidas de austeridade e de reversão da austeridade destinadas especificamente aos rendimentos da população reformada/pensionista e respetiva evolução (2011-2018)

Elaboração própria

MEDIDAS DE AUSTERIDADE E DE REVERSÃO DA AUSTERIDADE	ANOS DE VIGÊNCIA
REFORMAS ANTECIPADAS	[2012-2014]- Suspensão das reformas antecipadas aos 55 anos de idade e 30 anos de descontos, aplicável somente aos beneficiários do regime geral da Segurança Social.
	[2015]- As reformas antecipadas são descongeladas, ainda que parcialmente, para os trabalhadores com 60 ou mais anos e 40 de descontos.
	[2016]- As reformas antecipadas estão acessíveis para quem tem 60 anos e 40 anos de desconto, com a penalização de 0,5% por cada mês que falta até à idade legal de reforma.
	[2017]- Acesso à reforma antecipada sem penalização aos trabalhadores beneficiários do regime geral da Segurança Social, com idade igual ou superior a 60 anos e com 48 anos de registo de remunerações relevantes; ou que tenham iniciado a carreira contributiva com 14 anos de idade ou menos, e tenham 46 anos civis de registo de remunerações relevantes.
ACESSO À REFORMA	[2014]- Convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social: os beneficiários da CGA e da Segurança Social só podem pedir a reforma aos 66 anos. Dá-se uma alteração na fórmula de cálculo do fator de sustentabilidade de 4,78% para 12,34%. Na CGA deixa de existir bonificações por carreiras longas e ocorre uma redução de 89% para apenas 80% da pensão correspondente ao tempo de serviço feito pelo trabalhador até 2005.
	[2015]- O fator de sustentabilidade sobe para 13,02%.
	[2016]- A idade de acesso à reforma é de 66 anos e 2 meses.

MEDIDAS DE AUSTERIDADE E DE REVERSÃO DA AUSTERIDADE	ANOS DE VIGÊNCIA
	<p>[2017]- O fator de sustentabilidade sobe para 13,34% e a idade de acesso à reforma é de 66 anos e 3 meses.</p> <p>[2018]- O fator de sustentabilidade sobe para 14,5% e a idade de acesso à reforma sobe para 66 anos e 4 meses.</p>
ACUMULAÇÃO DE PENSÕES COM SALÁRIOS	<p>[2012]- <b>A proibição de acumulação de pensões com salários passa a abranger não só os reformados da CGA, impedidos desde 2011, mas também os da Segurança Social ou de entidades gestoras de fundos de pensões públicas.</b></p> <p>[2018]- O OE 2018 concede a possibilidade dos aposentados e reformados da Função Pública exercerem funções públicas na qualidade de agentes da cooperação, auferindo o vencimento e abonos devidos nos termos desse estatuto, mantendo o direito à respetiva pensão, quando esta seja superior, e no montante correspondente à diferença entre aqueles e esta.</p>

Quadro 2 - Medidas de austeridade e de reversão da austeridade no acesso à reforma da população e respetiva evolução (2011-2018)

Elaboração própria

MEDIDAS DE AUSTERIDADE E DE REVERSÃO DA AUSTERIDADE	ANOS DE VIGÊNCIA
COMPLEMENTO DE DEPENDÊNCIA POR CÔNJUGE A CARGO	[2013] - <b>Dá-se o fim da universalidade do complemento por dependência de grau 1, sendo limitado a pensionistas com rendimentos mensais inferiores a 600 euros mensais. No acesso ao complemento por cônjuge a cargo (36,80 euros/mês), o valor de pensão não pode ser superior a 600 euros mensais.</b>
COMPLEMENTO SOLIDÁRIO DO IDOSO (CSI)	<p>[2012] - <b>Descida no valor de referência para 4.909 euros e aumento da idade de acesso.</b></p> <p>[2016]- O valor de referência sobe para 5.022 euros.</p> <p>[2017]- O valor de referência sobe para 5.084,30 euros.</p> <p>[2018]- O valor de referência sobe para 5.175,82 euros.</p>
INDEXANTE DOS APOIOS SOCIAIS (IAS)	<p>[2009-2016]-<b>Congelado nos 419,22 euros</b></p> <p>[2017]- O valor do IAS sobe para 421,32 euros.</p>
SUBSÍDIO DE FUNERAL	[2013]- <b>O montante do subsídio de funeral passa a ter um valor fixo de 1.257,66 €, em vez de um máximo de 2.515,32 euros.</b>
SUBSÍDIO DE MORTE	[2013]- <b>O montante do subsídio por morte é reduzido a três vezes o valor do IAS (antes era seis), num valor máximo de 1257,55 euros.</b>

Quadro 3- Medidas de austeridade e de reversão de austeridade nos apoios sociais e respetiva evolução (2011-2018)

Elaboração própria

## **NOTAS CONCLUSIVAS**

Nos últimos dois capítulos ficámos a conhecer melhor os contornos da crise e da austeridade como resposta à crise. Com a crise e a austeridade, as desigualdades e a exclusão social, que já eram um problema estrutural em Portugal, registaram uma tendência de agravamento. Deu-se um empobrecimento das classes médias e das famílias com menores rendimentos, o aumento do risco de pobreza entre os jovens e os idosos, e o direito ao trabalho e às pensões foram seriamente colocados em causa. Os cortes e os congelamentos das pensões e o agravamento das condições de acesso aos benefícios sociais afetaram particularmente a população idosa. Tendo em conta que já antes da intervenção da *Troika* as pessoas idosas figuravam, em Portugal, como uma das categorias particularmente expostas a situações de vulnerabilidade social, torna-se imperioso compreender, em profundidade, como é que as vidas destas pessoas foram afetadas pelos efeitos negativos da crise económica e das respostas à crise, por via da austeridade.

## **CAPÍTULO 5 - A INVESTIGAÇÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE E DA AUSTERIDADE NAS VIDAS DAS PESSOAS IDOSAS**

No capítulo 5 fazemos uma revisão da literatura para dar resposta às questões: o que se sabe sobre as consequências das crises económicas e da austeridade nas vidas das pessoas idosas? O nosso ponto de partida é uma revisitação de artigos, livros, capítulos de livros e/ou relatórios que apresentem um corpo de evidências empíricas geradas sobre o nosso objeto de estudo, no sentido de detetar se, a nível internacional e nacional, existem ou não vazios sociológicos por preencher e quais têm sido as perspetivas preferencialmente abordadas. De notar que quando falamos em crise, a dimensão económico-financeira tende a levar alguma vantagem, o que faz com que muitas publicações sejam, ao fim e ao cabo, de autores mais ligados à Economia e que muitas estejam claramente fora do âmbito da Sociologia.

### **Os contributos e evidências a nível internacional**

É, sem dúvida, a nível internacional, que o interesse pelos impactos da crise económica e da austeridade como saída para a crise nas vidas dos cidadãos tem sido bem mais produtivo, o que se revela na dinâmica de publicações produzidas nos anos mais recentes. Sistematizamos, pois, apenas algumas que recuperam alguns dos seus efeitos mais negativos e que incorporam para o efeito o caso português. O último “*Society at a Glance*” discute os efeitos da crise e das medidas de austeridade nos países da OCDE (OCDE, 2014a) e faz questão de frisar que os

esforços de consolidação orçamental foram significativamente superiores em Portugal, por comparação à maioria dos outros países da UE, e que os níveis de confiança nas instituições financeiras e políticas nacionais desceram significativamente face ao período pré-crise, passando a situar-se abaixo da média dos países da OCDE (o relatório sublinha ainda que em Portugal se registava um dos níveis mais baixos de satisfação com a vida (5 numa escala de 10), por comparação com a média (6,6) dos restantes países da OCDE).

Também os sucessivos relatórios da Caritas Europa (2013, 2014 e 2015) têm alertado para os elevados custos sociais e humanos da crise e das medidas de austeridade nos países mais severamente afetados. O relatório de 2015 analisa os efeitos da crise e das medidas de austeridade em vários países, entre os quais se inclui Portugal <sup>87</sup>, e reforça a ideia do fracasso das políticas de contenção orçamental, que apenas têm contribuído para o agravamento da pobreza nos estratos mais vulneráveis da população. Já o relatório “*Families in the economics crisis*” (EUROFOUND, 2015), que dá a conhecer os impactos da crise nos padrões e na qualidade de vida das famílias europeias <sup>88</sup>, chega à conclusão de que estes foram sentidos com particular incidência nas famílias com filhos dependentes e sobretudo nos países mais atingidos pela espiral recessiva.

O relatório “*The social dimensions of the crisis: the evidence and its implications*” (NESC, 2013) chama a atenção para o impacto social da crise e dos respetivos programas de ajustamento, mas desta feita na Irlanda, um dos países europeus mais atingidos pela recessão económica. Com base na análise de estatísticas oficiais, a publicação aponta como tendências dominantes na sociedade irlandesa: i) o aumento do desemprego; ii) a queda do rendimento disponível; iii) o aumento da pobreza; iv) a queda do consumo; v) o aumento do endividamento das famílias; bem como, vi) uma maior procura dos serviços públicos, entre outras. E não obstante os pensionistas terem sido das categorias menos afetadas, verificou-se que a taxa de cobertura das pensões registou uma descida com o início da crise e da aplicação das medidas de austeridade.

Várias pesquisas empíricas deram já conta dos impactos da crise e da austeridade, mas as que se referem especificamente às pessoas idosas são ainda muito escassas. Walsh e colaboradores (2015) consideram mesmo que o objeto de estudo não está a merecer a devida atenção por parte das ciências sociais e das políticas públicas, em geral, e que o potencial da austeridade

---

<sup>87</sup> Em conjunto com Espanha, Itália, Roménia, Grécia, Irlanda e Chipre.

<sup>88</sup> Em dez países membros escolhidos por representarem diferentes situações económicas e políticas familiares, sendo que cinco (Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Eslovénia) foram-no por terem sido dos mais atingidos pela espiral recessiva.

pode vir a reduzir efetivamente a inclusão social das pessoas idosas. Esta questão mereceu algum destaque com a publicação do relatório “*Older people also suffer from the crisis*”, pela Age Platform Europe (2012),<sup>89</sup> onde é feita uma visão panorâmica dos impactos da crise e da austeridade nas pessoas idosas em todos os países da UE. Uma das suas ideias-chave é que é preciso desmitificar na opinião pública o facto de que as pessoas idosas têm sido alheias aos efeitos da crise, ou seja, que são uma categoria privilegiada, por comparação a outras faixas etárias da população, mais afetadas.

De facto, tem sido na Irlanda, um dos países igualmente resgatado pelos credores internacionais, onde se tem registado uma maior abertura da comunidade científica à investigação destes impactos. No que se refere mais especificamente às pessoas idosas, encontramos “*Feeling the Pinch: One Year On*” (Boyle & Larragy, 2010), que faz um *follow up* de “*Feeling the Pinch*”, um estudo iniciado em 2009<sup>90</sup>. O enfoque analítico é dado aos desenvolvimentos registados no intervalo temporal de um ano e nas perceções das pessoas idosas sobre a evolução das mudanças, nas suas próprias vidas e nas respetivas famílias e comunidades. Os resultados revelaram as experiências das pessoas idosas, as suas preocupações e as escolhas que tiveram de enfrentar como indivíduos mais velhos na provisão das suas necessidades básicas, como a saúde, o aquecimento, o transporte e a segurança, entre outras. As narrativas permitiram ainda aprofundar o conhecimento sobre as vidas das pessoas idosas e revelaram a necessidade de se garantirem níveis adequados de rendimento e de apoio nas fases mais avançadas da vida, além de destacarem a particular resiliência destas pessoas, pelo facto de já terem passado ao longo da sua vida por três ou quatro crises em momentos anteriores. Por outro lado, também o estudo “*Deprivation and its Measurement in Later Life: Findings from a Mixed-methods Study in Ireland*” (Walsh *et al.*, 2012)<sup>91</sup> analisou a adequabilidade dos indicadores existentes para capturar as experiências e as perceções de privação vividas por diversos grupos de pessoas idosas, num contexto de crise económica. Como tal, os autores sugerem que a privação financeira seria maior do que aquela que os indicadores de privação estatísticos estariam efetivamente a medir. Ainda no respeitante à sociedade irlandesa, Barrett & O’Sullivan (2014), usando uma amostra representativa de

---

<sup>89</sup> Trata-se de uma rede europeia de organizações não governamentais (ONG), que visa dar voz e promover os interesses da população idosa (50+) na UE e despertar a atenção para temáticas específicas deste grupo etário.

<sup>90</sup> O estudo original (qualitativo e exploratório) foi levado a cabo pela Older & Bolder, uma associação de ONG no setor do envelhecimento, e recolheu dezoito entrevistas em profundidade de pessoas idosas, sendo que um subconjunto de sete participantes foi revisitado um ano depois, com o objetivo de se compreender como estariam a enfrentar o clima de incerteza económica e política que se vivia no país naquela altura.

<sup>91</sup> Estudo misto conduzido pelo Irish Centre for Social Gerontology - NUI Galway.

peessoas idosas (50+), no período antes e depois da crise, demonstraram que a média da riqueza caiu 45%, entre 2006/07 e 2012/13. Apesar desta elevada descida na riqueza, os indicadores na saúde e no bem-estar não sofreram grandes alterações. Contudo, as expectativas sobre padrões de vida futuros tornaram-se menos otimistas. Com o objetivo de explorar uma linha de análise não seguida por Barrett & O’Sullivan (2014), Mosca & Barrett (2014) analisaram em que medida a saúde mental dos pais idosos foi afetada pela emigração dos filhos na sequência da crise. Os resultados evidenciam que mães e pais exibiram sintomas diferentes, mas que as mães (50+) foram bastante afetadas, assim como os pais mais velhos (65+), os quais apresentaram um número mais elevado de sintomas de solidão com a emigração de, pelo menos, um filho.

Por sua vez, no vizinho Reino Unido, Loopstra e colaboradores (2016) desenvolveram um estudo longitudinal que teve como objetivo analisar, neste caso entre 2007 e 2013, em que medida a austeridade atingiu as pessoas idosas mais vulneráveis, em particular com o corte dos apoios sociais aos pensionistas mais pobres. Os resultados indicaram um ligeiro aumento na taxa de mortalidade entre as pessoas idosas com mais de 85 anos. No que se refere, ainda, à análise dos impactos das políticas de austeridade no Reino Unido, ao explorar as diferenças de idade e de género, Ginn (2013) verificou que entre os grupos mais vulneráveis, figuravam as mães solteiras e as reformadas que viviam sós. O autor destaca que não só os cortes executados nos apoios sociais (pensões e subsídios) foram injustos e contraproducentes, como agudizaram as desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres, não obtendo qualquer efeito prático, como se pretendia, na redução do défice público.

### **Os contributos e evidências a nível nacional**

Nesta seção destacamos os contributos de algumas publicações que consideramos terem sido, de alguma forma, pioneiras no desenvolvimento em Portugal do tema da crise e da austeridade e por realçarem as suas consequências negativas tanto na economia, como em alguns grupos da população.

Um dos primeiros estudos a apresentar um diagnóstico muito negativo do impacto dos programas de austeridade em Portugal foi o “*Relatório do Observatório da Crise e Alternativas*” (CES, 2013). Uma das conclusões do segundo capítulo: “*A União Europeia e Portugal entre os resgates bancários e a austeridade: um mapa das políticas e das medidas*”, da autoria de Ana Costa e José Castro Caldas, no qual se resumem as várias fases da abordagem europeia à crise desde 2008 e em que se identificam as principais medidas

anunciadas em vários programas governamentais, refere que os danos provocados pela crise têm consequências duradouras para o futuro da economia portuguesa, ao ponto de vir a condicionar a sua recuperação.

Para coletar evidências sobre o impacto potencial das medidas de austeridade nos direitos das pessoas com deficiência, o consórcio “Fundação Centro de Direitos Humanos e Deficiência” promoveu um estudo a nível europeu, sendo que o caso português consta no relatório intitulado “*Avaliação do impacto dos planos de austeridade dos governos europeus nos direitos das pessoas com deficiência*”. Esta publicação, coordenada pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH, 2012), dá conta de um impacto bastante significativo e negativo sobre a vida das pessoas com deficiência, nomeadamente nas áreas do emprego, vida independente, educação, cuidados de saúde primários e apoios sociais, além de destacar o aumento do risco de pobreza deste grupo.

Uma das primeiras publicações científicas a dar conta dos impactos da crise nas vidas das famílias, mas a partir dos pontos de vista das crianças, é o estudo “*Impactos da Crise nas crianças portuguesas*” (Wall *et al.*, 2015a) e que dá voz a uma das categorias que, à semelhança das pessoas idosas, tende a ser igualmente esquecida, ou por vezes marginalizada, num debate público que privilegia a palavra dos adultos. A abordagem empírica foi efetuada a partir de setenta e sete entrevistas realizadas a crianças e jovens. As autoras procuraram compreender a sua perceção da atual crise, e a forma como identificam os seus impactos no quotidiano. Entre outras conclusões, destaca-se que as crianças sentiram que a negatividade estaria a invadir o bem-estar pessoal dos adultos e da família no seu conjunto. Os protagonistas referem ainda que são os adultos quem mais sente o impacto da crise, porque é sobre eles que pesa a responsabilidade de sustentar as famílias. Afirmam ainda que os adultos estão a sofrer para conseguir dar aos filhos tudo aquilo que eles precisam.

Ainda no sentido de dar a conhecer os impactos da crise nas vidas das famílias portuguesas, destacamos os vários artigos elaborados no âmbito do “*FINFAM – Finanças, Género e Poder: como estão as famílias portuguesas a gerir as suas finanças no contexto da crise?*” (2013-2015), coordenado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra<sup>92</sup>. Este projeto, cuja pesquisa empírica (quantitativa e qualitativa) foi realizada em 2014, identificou e problematizou a forma como as famílias portuguesas com filhos dependentes estariam a lidar

---

<sup>92</sup> <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/finfam>  
(acedido em 09-01-2019)

com a crise económica e a gerir os respetivos orçamentos familiares<sup>93</sup>. Os resultados sugerem um impacto psicossocial particularmente negativo nas famílias com menores rendimentos e/ou cujo rendimento mensal, nos últimos três anos, havia sido reduzido para metade ou menos de metade e demonstram a importância da solidariedade da família e das redes sociais informais.

O impacto da crise e das medidas de austeridade, desta feita nos direitos fundamentais dos cidadãos portugueses, foi analisado num estudo encomendado pelo Parlamento Europeu. Segundo o relatório “*The impact of the crisis on fundamental rights across Member States of the EU Country Report on Portugal*” (Canotilho, 2015), um número elevado de direitos fundamentais dos portugueses foi posto em causa no contexto da crise económica, tendo o direito ao trabalho provavelmente sido o mais negativamente afetado, a par dos direitos das crianças.

Por fim, o primeiro número “Portugal no contexto europeu em anos de crise” do “*Portugal Social em Mudança*”, publicado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Ferrão & Delicado, 2015), teve como objetivo analisar, numa perspetiva longitudinal e comparativa, o impacto da crise em domínios potencialmente sensíveis (democracia, ambiente, família, juventude e confiança)<sup>94</sup>. Esta publicação, coordenada por Ana Delicado e João Ferrão, refere que entre 2009 e 2011 a crise desacelerou ou interrompeu o processo de convergência europeia relativamente a alguns indicadores, ao deteriorar situações (ex. o aumento do risco de pobreza em famílias com crianças, por exemplo), ao alterar perceções (ex. aumento dos graus de insatisfação e de desconfiança) e práticas, nomeadamente por parte das famílias (ex. queda da fecundidade e redução do número de divórcios, entre outras).

### **As consequências na saúde e no bem-estar: contributos e evidências a nível internacional e nacional**

É de longe na área da saúde que se tem assistido a uma maior dinâmica na exploração dos efeitos da crise económica e da austeridade, tanto a nível internacional, como nacional. Os

---

<sup>93</sup> Os inquéritos foram complementados por um conjunto de quarenta e duas entrevistas a casais, com o objetivo de se aprofundar a análise dos processos de ajustamento financeiro colocados pela austeridade e suas repercussões no bem-estar individual e familiar.

<sup>94</sup> Domínios prosseguidos no âmbito dos Observatórios.

efeitos da austeridade na saúde são aqueles que se apresentam como dos mais devastadores na opinião dos especialistas (Paz Ferreira, 2013; Stuckler & Basu, 2014; Stuckler *et al.*, 2017).

A saúde, a par das doenças, tem uma dimensão social inerente (Quartilho, 2015). Mais do que os efeitos recessivos da crise *per se*, são sobretudo as respostas dadas pela sociedade e pelos seus governos que vão ter um maior impacto na saúde das populações (Suhrcke & Stuckler, 2012; Stuckler *et al.*, 2017; Green, 2018). Sabe-se, ainda, de forma complexa e não totalmente conhecida, que a austeridade não é um agente patogénico *per se*, mas que os seus efeitos estão na origem do aparecimento de problemas de saúde nas pessoas e populações (Quartilho, 2015). A evidência disponível demonstra-nos que as políticas de austeridade têm influência no estado de saúde da população, tendo já sido identificados, a nível nacional e internacional, alguns dos seus efeitos predominantemente negativos, patogénicos e iatrogénicos: o aumento da mortalidade e da morbilidade, a elevação dos fatores de risco e a diminuição no acesso e utilização de cuidados de saúde (Dias *et al.*, 2013; Bernardo *et al.*, 2014). Estes efeitos são, ainda, algo polémicos e dependem dos métodos de análise utilizados, bem como dos indicadores ou do nível de análise adotado (Dias *et al.*, 2013). Porém, em anteriores situações de crise económica e social, os efeitos negativos reportados, a curto e médio prazo, resultaram em alterações nas condições de acesso aos cuidados de saúde, assim como nos indicadores de saúde mental e das doenças transmissíveis e nos fatores de risco (Dias *et al.*, 2013).

A nível europeu, os impactos da crise e da austeridade na saúde pública têm sido dos domínios científicos mais explorados e o *corpus* é tão diversificado que as evidências não se esgotam naquelas que são aqui apresentadas. Em termos comparativos, algumas integram Portugal como um dos países afetados, outras não.

É de evidenciar, igualmente, e pelo facto de integrar o caso português, o relatório “*Acess to healthcare in crisis*” (EUROFOUND, 2014), que faz questão de sublinhar a redução no acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde nos nove estudos de caso realizados em países membros da UE. Notou-se uma tendência de subida do número das consultas externas, em particular nas de saúde mental, a par de um decréscimo acentuado nas consultas de urgência e de acompanhamento de gravidez, em conjugação com uma diminuição significativa no pessoal na área dos cuidados de saúde, nas ajudas técnicas e na participação com os transportes de ambulância.

Os peritos do Institute for Longevity Centre UK (ILC-UK) procuraram explorar a relação entre a austeridade e a saúde pública em quatro países europeus afetados pela crise: Reino Unido, Espanha, Grécia e Itália, e uma das principais conclusões foi uma diminuição na saúde

auto-percebida, em particular nos jovens (15-24) (Franklin *et al.*, 2017). Numa perspetiva comparativa, Georgios e colaboradores (2018) examinaram a evolução da saúde da população e o desempenho dos serviços de saúde, entre 1995 e 2015, na Grécia e em Portugal, e o respetivo impacto da crise económica sobre os diversos indicadores de saúde <sup>95</sup>. Os autores gregos constataram que a crise não teve qualquer influência no agravamento destes indicadores, embora as necessidades médicas não atendidas tenham registado um aumento significativo com a implementação das medidas de austeridade. Estes resultados vão ao encontro de Economou e colaboradores (2014) que, ao analisarem os impactos da crise no acesso aos cuidados de saúde na Grécia, em particular nos grupos mais vulneráveis da população, verificaram que entre 2008 e 2012 a proporção de população que apresentava necessidades médicas não atendidas havia registado uma subida de 5,4% para 8%, em função do aumento dos custos com a saúde ou de longas listas de espera.

O interesse pela influência nos indicadores de suicídio também tem despertado o interesse de estudos epidemiológicos, em particular nos países mais afetados pela crise. Branas e colaboradores (2015) chegaram à conclusão, ao compilarem dados de séries mensais, entre 1983 e 2012, de que a austeridade teve consequências na saúde mental da população grega, em particular uma influência direta no aumento do número de suicídios cometidos tanto por homens como por mulheres<sup>96</sup>. Já Antonakakis e Collins (2015) desenvolveram um estudo sobre a relação causal de austeridade sobre a mortalidade por suicídio em cinco países periféricos da Zona Euro (Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha) durante o período de 1968-2012 e observaram um aumento das taxas de suicídio de curto, médio e longo prazo, especialmente entre a população masculina e particularmente na faixa etária dos 65-89 anos. Gunnell e colaboradores (2015) utilizaram estatísticas da mortalidade e entrevistas com pessoas afetadas pela crise, incluindo aquelas que cometeram tentativas de suicídio, para analisar em que medida a crise afetou a saúde mental e o suicídio no Reino Unido. Os autores identificaram que as crises económicas conduzem a níveis elevados de doença mental, suicídio e tendências suicidas, consequências que poderiam ser mitigadas por uma maior provisão de benefícios sociais.

---

<sup>95</sup> Nas taxas de mortalidade, indicadores de morbilidade e esperança de vida.

<sup>96</sup> O papel da doença mental como fator de risco para o suicídio em contexto de recessão económica é explorado num estudo transversal desenvolvido por Ntountoulaki e colaboradores (2017) relativa à população grega, no qual se salienta a importância do diagnóstico e tratamento em grupos sociais mais vulneráveis.

Especificamente no que se refere às consequências da crise e da austeridade na saúde e mortalidade das pessoas idosas, Stuckler e colaboradores (2017) analisaram, em alguns países europeus, o impacto da austeridade na saúde e no bem-estar e identificaram, tanto em Itália como no Reino Unido, um ligeiro aumento na mortalidade, particularmente entre as pessoas mais idosas, tendência que atribuem desde logo à austeridade, mais do que à crise *per se*. Uma tendência semelhante já havia sido notada por Loopstra e colaboradores (2016), que identificaram nos dados estatísticos, entre 2007-2013, um aumento da taxa de mortalidade nos pensionistas britânicos mais pobres (85+), em função dos cortes governamentais nos apoios sociais aos grupos mais vulneráveis. A crise económica (2008-2013) também teve efeitos significativos na mortalidade das pessoas mais idosas (60+), desta feita em Espanha. Benmarhnia e colaboradores (2014) assinalaram um aumento na mortalidade invernal e um número mais elevado de mortes entre as mulheres do que entre os homens.

A crise financeira teve influência na adesão dos pacientes idosos à terapia. Na Grécia, Tsigilianni e colaboradores (2014) verificaram, numa zona rural da Ilha de Creta, que a maioria dos pacientes havia baixado as doses de vários medicamentos por conta própria, já que não podiam suportar a despesa com a aquisição de medicação.

Reeves e colaboradores (2015), ao analisarem os dados do Eurostat relativos a dezasseis países europeus, entre os quais Portugal, entre 2004 e 2012, concluíram que os benefícios sociais (ex. pensão, reforma) desempenham um papel importante na redução das desigualdades em saúde, em particular nas necessidades médicas não atendidas das pessoas idosas (65+) e que este papel é particularmente crucial nos países em que os pagamentos de saúde são menos comparticipados.

Em Portugal, destacamos um capítulo de um livro elaborado por especialistas em saúde pública (Dias *et al.*, 2013), no qual se chama a atenção para o facto de que a austeridade tem de passar a ser considerada, em circunstâncias de crise económica e social, no planeamento e na organização das respostas da sociedade, em matéria de saúde pública. De igual modo, os relatórios de Primavera “*Crise e Saúde: um país em sofrimento*” (2012), “*Duas faces da Saúde*” (2013) e “*Saúde: síndrome de negação*” (2014) do Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS) têm dado conta do binómio crise e saúde. No relatório de Primavera “*Acesso aos Cuidados de Saúde: um direito em risco*” (2015) é referido que a “crise continua a exercer os seus efeitos sobre a saúde de todos os portugueses, com especial ênfase sobre os grupos mais vulneráveis” (OPSS, 2015:154). O mais recente relatório “*Saúde, procuram-se novos caminhos*” (2016) refere que, apesar dos relatórios anteriores terem

debatido os impactos da austeridade e da crise na saúde, ainda não se deve dar por esgotado este debate, pois as evidências empíricas ainda não são conclusivas. O estudo “*O impacto da crise financeira no sistema de saúde e na saúde em Portugal*”, realizado pela OMS (2013) em conjunto com o Observatório Europeu sobre Sistemas e Políticas de Saúde, foi dos primeiros a alertar para o impacto do programa de ajustamento financeiro no bem-estar das populações, denunciando que a crise e as medidas de austeridade, em virtude do empobrecimento generalizado das crianças e da degradação das condições de vida dos idosos, tiveram como consequência o inevitável aumento de infeções, em particular das respiratórias.

Também um conjunto de reconhecidos especialistas na área da saúde (Sakellarides *et al.*, 2014) levaram a cabo um estudo de caso sobre o impacto da crise no sistema de saúde em Portugal, entre 2008 e 2013, para a Organização Mundial de Saúde/Observatório Europeu de Sistemas de Saúde e Políticas<sup>97</sup>. Os autores reconhecem o impacto negativo na saúde mental e na procura de cuidados de saúde, mas não conseguiram estabelecer uma relação direta com o empobrecimento, o aumento das taxas moderadoras e as dificuldades no transporte de doentes.

Numa perspetiva diferente, o relatório “*O Sistema de Saúde português no contexto da Troika - a experiência dos médicos*” (Correia *et al.*, 2015), integra um estudo quantitativo que procura dar a conhecer de que modo estes profissionais de saúde experienciaram as reformas introduzidas pela *Troika* ao nível do funcionamento das organizações, do exercício do seu trabalho e da perceção de alguns comportamentos dos utentes. E os números são reveladores: 80% dos médicos inquiridos em 2013 consideraram que as reformas levadas a cabo no setor público já tinham afetado a qualidade dos cuidados prestados, ao passo que 85% eram de opinião que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) não poderia comportar mais cortes de financiamento sem que se comprometesse a qualidade dos cuidados.

Tomando como referência o caso português, Legido-Quigley e colaboradores (2016)<sup>98</sup>, observaram que entre 2010 e 2012 o número de indivíduos com necessidades médicas não atendidas praticamente duplicou, com maior expressão nos empregados, seguidos pelos

---

<sup>97</sup> Portugal foi, a par da Estónia, Grécia, Irlanda, Letónia e Lituânia, um dos casos estudados pela Organização Mundial de Saúde/Observatório Europeu dos Sistemas de Saúde e Políticas no âmbito do relatório “*The Economic Crisis, Health Systems and Health in Europe. Country Experience*”.

<sup>98</sup> Com base em dados obtidos no EU-SILC do Eurostat.

desempregados e reformados e outros grupos inativos da população <sup>99</sup>. Os resultados evidenciam uma deterioração acentuada no acesso aos cuidados de saúde, em particular nos grupos da população que não foram isentos das taxas moderadoras<sup>100</sup>. Os autores referem que, apesar de Portugal ter sido fortemente atingido pela crise e respostas à crise, o impacto na saúde e nos cuidados de saúde tem despertado pouca atenção por parte da comunidade científica, comparativamente a outros países igualmente atingidos, como Espanha, Itália e Grécia. Os autores também chamam a atenção para a necessidade de medidas para mitigar os danos que identificaram e que foram provocados pela crise e pela austeridade.

Ainda não é conhecido o verdadeiro impacto integral da crise económica de 2008 na saúde em Portugal, mas os primeiros relatos são de efeitos negativos na saúde mental (Silva *et al.*, 2015b). Sabe-se, ainda, que os efeitos da crise económica foram particularmente gravosos no grupo dos idosos e no dos desempregados, enquanto que os idosos foram especialmente vulneráveis aos efeitos da crise na saúde mental, por comparação com os mais jovens (Cardoso *et al.*, 2015).

Por último, e mais recentemente, há a destacar, pelo facto de a amostra incluir pessoas idosas, o estudo qualitativo desenvolvido por Doetsch e colaboradores (2017), cujas entrevistas tiveram lugar em 2016, a especialistas na área da saúde e indivíduos (65+), no sentido de procurar identificar as dificuldades no acesso aos cuidados de saúde entre a população idosa na Área Metropolitana de Lisboa (AML), e que fossem motivadas pela crise e pela austeridade. Os autores chegaram à conclusão que as reformas e os cortes implementadas na área da Saúde estão associadas ao aumento das desigualdades no acesso aos cuidados de saúde na população idosa.

## NOTAS CONCLUSIVAS

Em jeito de conclusão deste quinto e último capítulo, podemos afirmar que a investigação sobre as consequências da crise e da austeridade nas vidas dos cidadãos é ainda escassa. Não obstante, verifica-se alguma evidência empírica de que a crise e a austeridade levaram ao

---

<sup>99</sup> Os principais motivos para não aceder aos cuidados de saúde foram as dificuldades financeiras, sendo que uma grande proporção de indivíduos/respondentes adiará uma consulta/cuidado médico, na expectativa de que o problema se resolvesse por si próprio.

<sup>100</sup> Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, as grávidas e parturientes, as crianças até aos 12 anos de idade, inclusive, os doentes transplantados e os utentes com um grau de incapacidade superior a 60%, entre outros, ficaram automaticamente isentos de taxas moderadoras. Os desempregados e os pensionistas - que estavam isentos de taxas moderadoras - tiveram de passar a comprovar a insuficiência económica (ou seja, um rendimento médio mensal igual ou inferior a 1,5 vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais) para aceder gratuitamente ao SNS.

agravamento da pobreza nas populações mais vulneráveis, em particular entre as mulheres (mães solteiras e reformadas). Também se sabe que a crise e a austeridade fizeram aumentar os níveis de desconfiança nas instituições financeiras e políticas. Apesar deste esforço no sentido de se conhecer melhor como é que a crise e a austeridade “entraram nas vidas das pessoas”, as pessoas idosas, em particular, têm apenas sido consideradas num grupo muito restrito de estudos. São sobretudo os estudos sobre o impacto da crise e da austeridade na saúde que têm integrado a população idosa. Verificou-se, nos estudos realizados em Portugal, que a saúde dos idosos portugueses ficou a perder, tanto pelo aumento das necessidades médicas não atendidas, como pelo agravamento dos níveis de saúde mental. Contudo, ainda não temos uma compreensão aprofundada do modo como os quotidianos das pessoas idosas foram afetados pela crise e pela austeridade. Entendemos, por isso, que é necessário realizar-se uma aproximação às experiências do seu dia-a-dia de forma a colocar a nu os aspetos que dão conta dos impactos mais profundos da crise e da austeridade. Também entendemos que esta aproximação sociológica não conseguirá realizar-se adequadamente sem a perspetiva dos próprios protagonistas. Acreditamos, por fim, que uma abordagem às vidas quotidianas das pessoas idosas, num contexto de crise e austeridade, coloca-nos numa melhor posição para compreendermos os significados mais relevantes para a formulação de políticas públicas direcionadas para esta população. A presente investigação ambiciona dar um contributo neste sentido.

## II PARTE – OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO, ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E TRABALHO DE CAMPO

Esta segunda parte é composta por dois capítulos. O capítulo 6 encontra-se dividido em seis seções. Nas duas primeiras é exposto, de uma forma mais aprofundada, o problema de partida, os objetivos e as questões desta investigação, enquanto nas restantes se procede à definição das coordenadas teóricas, bem como à articulação e entrelaçamento dos conceitos e das dimensões de análise. O capítulo 7 dá a conhecer a “*coreografia metodológica*” (Janesick 2000), isto é, a estratégia e as opções metodológicas de fundo, procurando detalhar, numa linha inspirada no legado *bourdieusiano*, as sucessivas etapas de investigação, bem como descrever pormenorizadamente os respetivos procedimentos no respeitante ao trabalho de campo. Por fim, faz-se uma reflexão sobre as questões éticas e deontológicas que foram observadas nesta investigação qualitativa.

### CAPÍTULO 6- DO PROBLEMA, À FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

#### Definição do problema da investigação

A austeridade foi imposta pelo MdE celebrado em maio de 2011 entre o então ainda governo de José Sócrates e a *Troika* – composta pelos credores internacionais FMI, o BCE e a CE – em conjunto com a atuação do XIX governo constitucional (Ferreira, 2012b; Stoleroff, 2013), em nome de um crescimento futuro sustentável, por via da redução drástica da despesa pública<sup>101</sup>. Em Portugal, a crise financeira global, iniciada em meados de 2008 e agravada pela crise das dívidas soberanas, em 2010, tinha conduzido o país a uma situação financeira particularmente grave<sup>102</sup>. Os efeitos da crise agravaram-se, substancialmente, no primeiro trimestre de 2011 (Mota, 2017). Portugal viu-se obrigado, pela terceira vez, nos últimos quarenta anos, a pedir ajuda financeira externa. Para o período de 2011 a 2014, o país requereu um empréstimo, num total de 78 mil milhões de euros dos quais 12 milhões foram destinados ao mecanismo público de recuperação dos bancos viáveis (Mota, 2017). Mas a austeridade, em Portugal, já não era uma completa novidade, pois já tinha sido inaugurada de forma voluntária pelo governo socialista de José Sócrates, com o anúncio do primeiro PEC,

---

<sup>101</sup> Os seus efeitos virtuosos sobre o crescimento das economias tem sido alvo de enormes críticas por parte de reconhecidos economistas como Mark Blyth, Joseph Stiglitz e Paul Krugman.

<sup>102</sup> Entre 1999 e 2010, a dívida externa de Portugal havia aumentado 231%, isto é, 275,4 mil milhões de euros e, em 2009, a economia portuguesa havia-se retraído de forma acentuada, em cerca de -2,9% (Santos, 2015).

em março de 2010 (Ferreira, 2012b), um programa estratégico cujo objetivo era reduzir o déficit público e controlar a dívida para o período 2010-2013.

A austeridade não é só um episódio de reconfiguração do sistema político e económico da nossa era em função das práticas neoliberais, mas também um ataque aos modos de vida, em nome de uma crise económica (Bhattacharyya, 2015). A primazia da economia, a degradação dos poderes políticos, a institucionalização do desespero e a diminuição das expectativas são tendências que, interligadas, estão na base da especial relevância que a austeridade ganhou nas primeiras décadas do séc. XXI (Bhattacharyya, 2015). Um projeto político de classe para derrubar o Estado Social e de redistribuição de rendimentos por aqueles que já são ricos (Mercille, 2015) ou um conjunto de políticas que visa reforçar o poder político e socioeconómico das elites (Peet, 2011; Crotty, 2012), a austeridade pode ser uma ideia perigosa, porque pura e simplesmente não funciona (Blyth, 2013). Nos países do Sul da Europa, a austeridade “(...) interrupted secular trends towards greater equality and inclusion (...) in previous decades” (Pérez & Matsaganis, 2017:13), atingindo mesmo níveis incrivelmente selvagens (Krugman, 2015). Os seus efeitos são hoje considerados, de forma consensual, como recessivos no curto prazo e as cicatrizes que deixam no sistema económico são muitas vezes permanentes e irreversíveis (Mota, 2017).

À austeridade estão associados fenómenos sociais como o desemprego, a precariedade laboral, as desigualdades, a pobreza ou a conflitualidade social (Ferreira, 2012b; Estanque *et al.*, 2013). De forma muito resumida, entre as medidas de austeridade implementadas em Portugal e que tiveram fortes impactos no sistema de provisão formal de bem-estar destacam-se, ao nível das famílias: redução das transferências sociais e consequentes corte nos valores das prestações, tais como o Abono de Família, o RSI, o CSI, o Fundo de Garantia de Alimentos devidos a Menores, o Complemento por Dependência, entre outros; um conjunto de alterações na filosofia de distribuição da proteção social (que passa da universalidade à seletividade) e uma série de restrições no acesso a subsídios (como é o caso da intensificação na condição de prova de recursos); e, no que se refere às pensões, o aumento da idade da reforma, a exigência de novas contribuições para pensionistas do setor público e reduções nos benefícios fiscais (Ferreira & Monteiro, 2015). Há a assinalar, igualmente, uma forte consequência destas medidas, neste caso, a diminuição do poder de compra (Costa *et al.*, 2014), que obrigou a maioria das famílias a adaptar os seus orçamentos familiares (Frade & Coelho, 2015). Estas medidas foram acompanhadas pela reforma do mercado de trabalho, a qual estabeleceu, entre várias iniciativas legislativas, um despedimento por inadaptação mais

abrangente; o corte nas indemnizações em caso de despedimento, nas horas extraordinárias, nos feriados e nas férias dos trabalhadores (Ferreira, 2012b; Costa *et al.*, 2014), com particular incidência sobre os trabalhadores do setor público (Stoleroff, 2013).

Os anos de 2011 a 2013 foram de forte contestação social em Portugal e assistiu-se à mobilização de vários setores da sociedade civil em protesto contra as medidas de austeridade (Fonseca, 2016). Mas por outro lado, também se chegavam à frente alguns defensores de que a austeridade era a única forma de ultrapassar a crise, no sentido de se evitar a situação caótica da Grécia. Um dos casos mais polémicos foi o protagonizado pelo banqueiro Fernando Ulrich que, num debate sobre o Orçamento de Estado (OE) para o ano de 2013, perguntou de modo retórico se o país aguentaria mais austeridade e a resposta pronta foi: “Ai aguenta, aguenta!”<sup>103</sup>. Por sua vez, sucediam-se os apelos da oposição dirigidos ao Presidente da República, Cavaco Silva. O secretário-geral do PS, António José Seguro, em 2013, deixava o alerta: “Os portugueses não aguentam mais sacrifícios e não são possíveis mais medidas de austeridade. Vivemos na iminência de uma rutura social”<sup>104</sup>.

É de esperar, portanto, que a recessão económica e a expressão generalizada dos seus efeitos sociais num vasto leque da população portuguesa, em conjunto com as medidas desenhadas para combater a crise, tenham sido responsáveis por uma série de alterações penalizantes naqueles que são os três pilares de integração social - o Estado, as Famílias e o Trabalho - enquanto provedores de bem-estar e proteção social a muitos cidadãos (Ranci, 2011). No contexto de recessão económica, a solidariedade intergeracional familiar contribuiu, no entanto, para a manutenção da estabilidade social (Frade & Coelho, 2015), sendo que coube às famílias portuguesas o papel de amortecer os impactos mais imediatos e gravosos da crise e das medidas de austeridade, verificando-se, de certo modo, um reforço do familismo (Ferreira & Monteiro, 2015). O impacto da crise e das medidas de austeridade fez-se sentir especialmente nas famílias que se viram a braços com situações inesperadas de desemprego (Observatório da Crise e Alternativas, 2013). Pese embora a gravidade destes impactos, o caso português até foi destacado como a exceção positiva entre os países periféricos do Sul da Europa<sup>105</sup>, por ter conseguido, entre 2011 e 2014, cortar significativamente a despesa e o investimento público e, ao mesmo tempo, proteger os grupos mais vulneráveis da sociedade, o

---

<sup>103</sup> Fonte: <https://sol.sapo.pt/artigo/62020/pais-aguenta-mais-austeridade-ai-aguenta-aguenta->(acedido em 09-01-2018)

<sup>104</sup> Fonte: <https://www.jn.pt/politica/interior/seguro-disse-a-cavaco-que-pais-nao-aguenta-mais-austeridade-3069531.html>(acedido em 09-01-2018)

<sup>105</sup> Apesar das acentuadas diferenças na magnitude e na conceção dos planos de austeridade.

que levou a que os níveis de desigualdade social do país registassem uma ligeira descida (Pérez & Matsaganis, 2017)<sup>106</sup>.

Sabe-se que a crise e as medidas de austeridade não são um fenómeno neutro, tal como qualquer outro fenómeno social (Ferreira & Monteiro, 2015) e as suas graves consequências sociais não se confinam única e exclusivamente no ciclo governativo em que foram introduzidas. Isto significa que os efeitos das opções tomadas nos anos mais rigorosos da austeridade não serão imediatos e tendem a perdurar no tempo (Bhattacharyya, 2015).

A reversão ou a mitigação de um conjunto de medidas de austeridade concretizadas, por um lado, com a saída da *Troika* e, por outro, com as estratégias políticas, económicas e financeiras defendidas pelo XXI Governo Constitucional<sup>107</sup>, cujo mote de campanha eleitoral foi “virar a página da austeridade”, não significa, porém, que a sociedade portuguesa regresse automaticamente a uma sociedade pré-crise e pré-austeridade. Numa conferência que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, em novembro de 2017, o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, afirmou que: “a crise deixou traços profundos e temos de olhar para eles (...)” e que “é uma ilusão achar que é possível voltar ao ponto em que nos encontrávamos antes da crise”<sup>108</sup>.

No contexto da grave crise que se fez sentir em Portugal, a população idosa - que chegou a ser designada por “peste grisalha”<sup>109</sup> e que muitos arautos da austeridade consideravam uma ameaça para a sustentabilidade das finanças do país - também se viu a braços com os duros sacrifícios exigidos pelas políticas “austeritárias”, que eram sempre apresentados à opinião pública como inevitáveis. Os seus rendimentos foram afetados pelo congelamento das pensões/reformas, pela redução dos benefícios sociais, pelo corte nos subsídios, pelo aumento das taxas moderadoras na saúde, das tarifas do gás, da eletricidade, dos transportes públicos, do preço dos bens alimentares e dos impostos na generalidade.

É de notar que Portugal é um dos países mais envelhecidos do espaço europeu e do mundo, ou seja, quase um quinto da população tem 65 ou mais anos de idade, e que a pobreza nos idosos

---

<sup>106</sup> Estudo realizado por Pérez e Matsaganis (2017) autores que, apesar de criticarem a opção europeia pela austeridade, concluem que Portugal era um país com muito maior desigualdade antes da crise, entre os quatro países analisados (Itália, Grécia, Espanha e Portugal). Os autores referem que hoje em dia estes países periféricos continuam mais desiguais que a média europeia, mas que foi em Portugal que se registou uma maior correção dos níveis de desigualdade.

<sup>107</sup> O XXI Governo Constitucional, liderado pelo socialista António Costa, tomou posse em novembro de 2015. A “Geringonça” é o nome pelo qual é vulgarmente conhecida a coligação parlamentar de esquerda PS, BE e PCP/PEV.

<sup>108</sup> Fonte: <https://eco.pt/2017/11/21/e-uma-ilusao-achar-que-e-possivel-voltar-ao-ponto-antes-da-crise/> (acedido em 09-01-2018).

<sup>109</sup> Em 2013, Carlos Peixoto, deputado do PSD, num artigo de opinião publicado no jornal *i*, ao referir-se ao aumento da população idosa em Portugal, afirma que “a nossa pátria foi contaminada com a já conhecida peste grisalha”.

pode mesmo ser considerada um problema estrutural (Capucha, 2005). É de frisar ainda que a velhice é muito distinta de outras categorias sociais e etapas do curso de vida. Além de marcada pelo peso dos longos anos já vividos, a velhice é também, para a maior parte dos que nela se encontram, uma fase marcada pela precariedade, na qual as desigualdades se tendem a exonerar devido à exclusão social e à acumulação e desvantagens ao longo do curso de vida (Dannefer, 2003b; Settersten, 2017).

Os cortes na despesa pública - num país em que o aparelho de Estado é já de si relativamente residual, fraco e vulnerável e com baixos níveis de proteção social (Ferrera, 1996) - sem que sejam tomadas quaisquer medidas de mitigação, têm um impacto muito acentuado nas categorias mais dependentes do Estado, entre as quais se destacam as pessoas idosas (Walker, 2015). Em 2016, a proporção de indivíduos com 65 ou mais anos a viver em risco de pobreza situava-se em 17% (18,3% em 2015, 17% em 2014, 15,1% em 2013 e 14,6% em 2012), mas sem as respetivas transferências sociais e pensões, este valor seria de 90% (89,8% em 2015, 89,7% em 2014, 88,9% em 2013 e 87% em 2012)<sup>110</sup>.

Nesta ordem de ideias, é de admitir que na população idosa, uma das categorias mais representativas e heterogéneas da sociedade portuguesa (Mauritti, 2004), as consequências penalizantes da austeridade, que se pensam diferenciadas e complexas, se tenham manifestado inevitavelmente no quotidiano desta população. Contudo, estes efeitos sociais ainda permanecem na penumbra do conhecimento sociológico, tanto a nível nacional como internacional, como tivemos oportunidade de demonstrar no capítulo anterior.

Ferrera e colaboradores (2000) referem que nos países do Sul da Europa, entre os quais se inclui Portugal, a provisão de bem-estar é garantida, sobretudo, pela sociedade civil, em que um grande número de riscos sociais é absorvido pelos próprios sistemas familiares. A evidência empírica tem revelado que a família desempenha um papel fundamental na provisão de apoio a pessoas idosas, mesmo nos países com uma rede desenvolvida de equipamentos e serviços sociais (Hank, 2007). Posto isto, é de admitir que se possam ter verificado um conjunto de mudanças nas práticas familiares das pessoas idosas, dado que a família ainda continua a ser a sua principal provedora de cuidados e de apoio (Figueiredo, 2004).

Por último, sabe-se ainda, embora de uma forma ainda pouco sistematizada, que a austeridade não é um agente patogénico *per se*, mas que os seus efeitos estão na origem do aparecimento

---

<sup>110</sup> Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (dados consultados em 10-01-2018).

de problemas de saúde nas pessoas e populações (Quartilho, 2015) e que podem ser devastadores (Stuckler & Basu, 2014). A evidência disponível, revista no capítulo anterior, demonstra-nos que as políticas de austeridade têm influência no estado de saúde da população, tendo já sido identificados, a nível nacional e internacional, alguns dos seus efeitos predominantemente negativos, patogénicos e iatrogénicos: aumento da mortalidade e da morbilidade, elevação dos fatores de risco e diminuição no acesso e utilização de cuidados de saúde (Dias *et al.*, 2013; Bernardo *et al.*, 2014). Interessa, por isso, analisar as consequências da crise e da austeridade não só ao nível das *práticas familiares*, mas também ao nível da saúde, do bem-estar e qualidade de vida da população idosa.

Resumindo, o cenário de crise e de austeridade na sociedade portuguesa abateu-se num contexto socio-histórico em que tanto o Estado-Providência quanto a Sociedade-Providência se debatiam com fragilidades e pressões de diversa natureza, além de que a população idosa já formava, neste período crítico, uma categoria claramente marcada pela vulnerabilidade social, conforme ficou demonstrado nos capítulos 1 a 4 da primeira parte. Daqui se depreende que se, por um lado, a emergência da crise e a implementação da austeridade vieram impor, por si só, mais constrangimentos não só à provisão formal, mas também à provisão informal de bem-estar, por outro lado, vieram agravar a condição de vulnerabilidade socioeconómica vivida pela maior parte das pessoas idosas. Daí a necessidade de se conhecer, em profundidade, como é que a crise e a austeridade “entraram nas vidas das pessoas idosas” (ex. domínios de vida afetados, consequências, significados, entre outros), pois, deste modo e sem esta observação e leitura da vida quotidiana, torna-se difícil compreender o significado sociológico da crise e da austeridade nas fases avançadas da vida e desenvolver medidas de políticas públicas que promovam ou restaurem o bem-estar e a qualidade de vida desta população específica.

### **Dos Objetivos às questões de investigação**

Um dos objetivos traçados para esta investigação passa, então, por compreender de forma aprofundada como a “sociedade de austeridade” (Ferreira, 2011; Ferreira 2012a, 2012b) se tem manifestado ao longo dos anos nas vidas quotidianas das pessoas idosas, sobretudo nas suas “práticas familiares”. O nosso foco são justamente as “práticas familiares”, uma vez que se pretende dar conta de uma ampla gama de práticas e ações protagonizadas pelas famílias no decorrer dos seus quotidianos. Este conceito centra-se, sobretudo, naquilo que as famílias fazem regularmente e não naquilo que as famílias são (os aspetos de natureza estrutural) e é

do nosso entendimento que permite captar as mudanças introduzidas pelas famílias nas suas vidas quotidianas (aquilo que os familiares fazem), e que resultam dos constrangimentos impostos pela crise e pela austeridade. Por outro lado, importa descobrir e compreender, em profundidade, os significados subjetivos que as pessoas idosas atribuem ao conjunto de mudanças introduzidas nas suas “práticas familiares”, aspetos que não têm sido explorados em estudos anteriormente realizados. Interessa-nos, também, analisar as consequências destas mudanças nos seus níveis de saúde, de bem-estar e qualidade de vida. Importa, por último, perceber até que ponto as manifestações da austeridade nas vidas das pessoas idosas, os seus significados e as suas consequências são moldados pelo curso de vida e pela interseção do género, da idade e da classe social.

Uma vez que “a realidade é silenciosa; torna-se indispensável questioná-la para produzir respostas” (Almeida & Pinto, 1972:645). Neste sentido, e em função dos objetivos que guiam a investigação, desenvolveu-se um quadro de interrogações de partida, desdobrado em algumas subinterrogações, que respeitassem os critérios de clareza, exequibilidade e pertinência preconizados por Quivy & Campenhoudt (1998). As principais interrogações, que foram sendo alteradas e aprimoradas ao longo da investigação e para as quais se pretende encontrar uma resposta são, designadamente: em primeiro lugar, quais são, do ponto de vista das pessoas idosas, as dimensões das práticas familiares em que introduziram mudanças e quais são os contornos destas mudanças? E que significados são atribuídos pelas pessoas idosas a estas mudanças? Quais são as consequências das mudanças nas práticas familiares que as pessoas idosas identificam nos domínios da saúde e do bem-estar individuais? Em que medida é que o curso de vida e a interseção de estruturas sociais como o género, a idade e a classe social moldam as mudanças introduzidas nas práticas familiares, os seus significados e as suas consequências? Por último, que caracterização da “prova da crise e da austeridade” é revelada pelas experiências e perspetivas das pessoas idosas?

### **Coordenadas teóricas, conceitos e dimensões de análise**

Para identificar as dimensões de análise temos que, previamente, identificar os conceitos relevantes para a investigação. O ponto de partida desta investigação qualitativa exigiu alguns “conceitos sensibilizadores” (Blumer, 1954), que nascem fundamentalmente daquilo que Machado Pais (2002) designa de “intuição sociológica”. São conceitos que não sendo definitivos nem prescritivos, sugeriram indícios e possíveis direções de investigação. Bowen (2006) refere que tais conceitos são abertos e que devem orientar o percurso investigativo,

sem que para isso os dados empíricos sejam enclausurados em caixas sociológicas. Becker (1994) compara esta construção do objeto sociológico como se de facto se tratasse de uma reconstituição de um mosaico complexo e dinâmico, onde cada peça pode levar, por vezes, à reformulação da visão de conjunto. O apuramento dos conceitos e das dimensões de análise aqui definidas, o seu valor heurístico e pertinência analítica, já são resultado de um movimento permanente e progressivo que se estabeleceu entre a teoria e os primeiros dados empíricos, fruto das entrevistas realizadas. Por outro lado, é aqui realçado, em particular, como são articulados os conceitos, bem como as relações consideradas coerentes entre os conceitos que se têm como centrais para a análise das manifestações da austeridade nas vidas quotidianas das pessoas idosas, particularmente nas suas práticas familiares. Isto porque, como nos diz Santos Silva, “os factos sociais só podem ser explicados por sistemas de relações entre eles – a análise produtiva é, portanto, a que estabelece relações (ou seja, relações empiricamente testáveis) entre os fenómenos que estuda” (2001:52).

### ***Resgatar a história recente para o centro da análise sociológica: a “sociedade de austeridade”***

O desenvolvimento da problematização sociológica em torno da austeridade levanta algumas questões. Talvez a principal consista em saber de que se fala quando se fala de austeridade, dado que se trata de um conceito de natureza predominantemente económica. Para conceptualizar sociologicamente a austeridade, Casimiro Ferreira (2011; 2012a; 2012b), sociólogo português, propõe o conceito de “sociedade de austeridade”.

No essencial, o conceito de “sociedade de austeridade”, apesar de dar prioridade analítica aos temas laborais, capta a dinâmica da perturbação dos padrões institucionais e individuais que se verificou na experiência portuguesa mais recente. Reflete também uma certa preocupação em identificar algumas das características recessivas das sociedades contemporâneas, marcadas pela crescente vulnerabilidade humana, como é o caso das profundas transformações na esfera laboral e a insegurança socioeconómica, bem como o risco, a segurança e a confiança nos poderes públicos. Definida como o “processo de implementação de políticas e medidas económicas que conduzem à disciplina, ao rigor e à contenção económica, social e cultural” (Ferreira, 2011:119), a “sociedade de austeridade” constitui-se como elo de ligação dos problemas sistémicos (de natureza económica e financeira) aos problemas dos indivíduos, famílias e organizações. A “sociedade de austeridade” é, justamente, um modelo político-económico punitivo que, com base na difusão de um discurso

moral de que *não há alternativa* à austeridade no combate à crise, leva o Estado a transferir para os cidadãos os elevados custos de recuperação dos sistemas financeiros<sup>111</sup>. Orientada pelas crenças que foram os modos de vida irresponsáveis e imprudentes do passado que contribuíram para os sacrifícios do presente (Bauman, 2007; Ferreira, 2012a)<sup>112</sup>, a “sociedade de austeridade” é marcada pela erosão dos direitos sociais e de liberalização económica da sociedade.

Ferreira (2012a; 2012b) assume que a lógica sociológica da “sociedade de austeridade” caracteriza-se por naturalizar as desigualdades sociais através da redução das despesas do Estado, da privatização do setor público, do aumento da carga fiscal, da diminuição dos salários e da liberalização do direito do trabalho. Cristaliza, igualmente, as instituições e as práticas sociais em torno de uma reconfiguração do exercício do poder político (que passa a assentar em atores governamentais eleitos como o Governo e não eleitos, como a *Troika*), que conduz à desestabilização das estruturas normativas e, por sua vez, a uma governação consubstanciada no direito de exceção. No que se refere à forma de legitimação da “sociedade de austeridade”, pode dizer-se que é consonante com a do Estado penal, embora divirja no referente. Ou seja, as políticas do medo, da ansiedade e da incerteza características do Estado penal relativamente aos socialmente excluídos servem de pano de fundo ao Estado de emergência social, no qual os cidadãos são levados a reorientar o sistema de obrigações e deveres em função do bem comum (Přibáň, 2007).

O conceito de “sociedade de austeridade” introduzido na teoria sociológica por Casimiro Ferreira, ao transcender a dimensão económica e financeira, permite o enquadramento em termos socio-históricos da presente investigação, bem como entrecruzar este contexto específico de crise e da austeridade com as provações passadas pelas pessoas idosas e suas famílias em Portugal.

### ***Olhar para a crise e as medidas de austeridade em Portugal como uma provação para as pessoas idosas: os contributos da Sociologia da Individuação***

Um dos recursos teóricos mobilizados é a Sociologia da Individuação desenvolvida por Danilo Martuccelli e o operador analítico “prova/épreuve”. Inscrita num movimento mais

---

<sup>111</sup> Esta materialização pode ser imposta diretamente pelos poderes públicos dos respetivos países ou, de forma indireta, pelos credores internacionais.

<sup>112</sup> Como refere Ferreira (2012a), é na legitimidade *nietzchesiana* assente na questão dívida-culpa que assenta o esforço exigido pela austeridade aos indivíduos.

alargado da Sociologia dos Indivíduos (Martuccelli & Singly, 2012), reconhece a centralidade do indivíduo nas sociedades contemporâneas, bem como o seu papel fundamental na construção social da realidade. Esta perspetiva teórica parte das experiências individuais para explicar as estruturas sociais, trilhando um percurso inverso ao da Sociologia clássica. Como descrever uma sociedade? Como uma maneira de fabricar estruturalmente os indivíduos é a proposta de Martuccelli (2006; 2009a; 2010; 2015).

Com enfoque numa Sociologia das “provas”, esta perspetiva macrosociológica permite dar conta das formas como as grandes mudanças sociais, históricas e institucionais se inscrevem nas biografias individuais e conduzem à singularização, sem subordinar nem reduzir uma lógica à outra. O autor entende a “prova” - que numa tradução literal da obra original significa desafio, dificuldade ou provação - como “des défis historiques socialement produits, inégalement distribués, que les individus sont contraints d’affronter” (2006:25). Deste modo, estudar uma sociedade consiste em conhecer o conjunto estandardizado de “provas” que a especificam (Martuccelli & Singly, 2012). Por outro lado, Martuccelli (2015) faz a distinção entre “prova sanção” (*épreuve sanction*) e “prova desafio” (*épreuve défi*)<sup>113</sup>, bem como as suas filiações intelectuais, que divergem no tipo de problemas e questões suscitadas. Enquanto a “prova sanção” tem origem no nascimento da ciência moderna e assiste ao seu desenvolvimento na Filosofia Pragmática e na Sociologia Pragmática, a “prova desafio”, desenvolvida por Martuccelli (2015), tem como elemento diferenciador o seu caráter humanista, marcado pelo confronto do indivíduo com um conjunto de grandes desafios sociais e históricos ao longo da vida. São o nome e o tipo de desafios (teológicos, existenciais e sociais) que diferenciam a “prova desafio”<sup>114</sup> Martuccelli faz notar que, no caso das “provas desafio” colocadas pela sociedade, o perímetro, a variedade e a natureza das provas alarga-se consideravelmente e o papel desempenhado pela história é determinante. O autor chama, assim, a atenção para a pluralidade de “provas” que os indivíduos enfrentam nas sociedades modernas e descreve-as como:

*“ (...) communes et transversales aux différents membres d’une société, les épreuves ne sont pas cernées à partir de tests formalisés ou de processus institutionnalisés de sélection (...), mais comme des défis, peu ou pas formalisés et institutionnalisés, ayant cependant, de par leur nature structurelle, une signification majeure dans les expériences individuelles (...).”*  
(Martuccelli, 2015:53).

---

<sup>113</sup> Tradução nossa.

<sup>114</sup> Martuccelli (2015) afirma que a *prova desafio*, ligada à formação do ego, está largamente associada ao tipo de indivíduo em questão. A dimensão existencialista diz respeito aos desafios que são colocados à existência humana. No fundo, tratam-se de situações limite a que os indivíduos estão sujeitos e que é da natureza humana enfrentar, frisa o autor.

As “provas”, sustenta Martuccelli (2006), têm quatro grandes características analíticas. Em primeiro lugar, pressupõem um mecanismo de percepção através do qual os indivíduos experimentam as suas vidas num conjunto constante e sucessivo de desafios/provações. As “provas” constituem-se como narrativas que se tendem a complexificar nas sociedades contemporâneas. Em segundo lugar, os indivíduos são postos à prova na forma de testes ou desafios (institucionalizados ou não), mas a avaliação final está sujeita a uma série de contingências, que conduzem a inevitável seleção social. Em terceiro lugar, as “provas” testam as próprias capacidades de resposta dos indivíduos. É, então, através da resposta a um desafio/prova que os indivíduos se constroem, isto é, se singularizam. Por último, as “provas” são inseparáveis dos grandes desafios estruturais, que variam em função das sociedades e dos respetivos períodos históricos e aos quais os indivíduos se vêm obrigados a dar resposta.

Para Martuccelli (2009b), o indivíduo possui margem de manobra para dar uma resposta às “provas” a que é sujeito, provavelmente diferente daquela que seria esperada de acordo com os determinantes estruturais. Isto não se deve nem à sua reflexividade nem sequer às competências cognitivas, mas sim às características da vida social que lhe permitem atuar de outra forma. É aquilo que o autor designa como “consistência específica da vida social” e que deve ser o objeto fundamental da teoria sociológica. Existe, portanto, um espaço entre os indivíduos e os sistemas estruturais que o autor denomina de “intermundo”. Martuccelli (2009b) recorre às metáforas da “maleabilidade resistente” e das “elasticidades variáveis” para explicar o funcionamento do intermundo. Neste espaço é possível ao indivíduo agir sem encontrar resistência, mas também há lugares em que ela pode ser mais elástica e ceder e outros em que ela é muito forte. Isto explica porque se torna possível o agir e o agir de outra maneira dos indivíduos.

O conceito de “prova desafio/épreuve” é aqui levado de empréstimo a Martuccelli por ser um operador analítico que permite fazer a ponte entre a grande história coletiva (nível macro) e as experiências individuais (nível micro), ou seja, entre a história e os desafios coletivos e a biografia, à semelhança do exercício sugerido por Wright Mills (1959). É um conceito que, ao remeter as pessoas idosas e, em particular, as suas práticas familiares para o “coração” da análise sociológica, permite a compreensão dos modos como estas responderam (assim como os resultados que obtiveram) a um conjunto específico de provações, em especial aquelas que lhes foram colocadas pelo teste da crise económica e das respostas restritivas dadas à crise.

### ***Conceptualizando o quotidiano das pessoas idosas enquanto Práticas Familiares***

O sociólogo da família David Morgan (1996; 2011a, 2011b) vem propor que a palavra família seja usada mais como um adjetivo, ou possivelmente um verbo, do que como um substantivo. Morgan introduz, assim, as “práticas familiares” para captar a fluidez das novas realidades da vida familiar nas sociedades contemporâneas e, desta forma, contrariar a reificação do conceito de família <sup>115</sup>. O autor defende que a família não se trata de uma coisa ou de um objeto e que o conceito de “práticas familiares” permite olhar para a família como um conjunto de atividades e de práticas quotidianas que os indivíduos fazem de uma forma livre, regular, bastante ativa e dinâmica. O seu enfoque é precisamente no “*doing family*”, ou seja, no que as famílias fazem e no que faz sentido para os indivíduos, no modo como as práticas quotidianas constroem as experiências familiares, e não naquilo que as famílias são ou para que servem, numa visão mais concreta e estática. Para Morgan, as práticas familiares incluem uma grande gama de práticas, tais como: “when negotiating a mortgage, planning a holiday or in demonstrating against government cuts. Alternatively, everyday or routine activities taking place within the home can be seen through new pairs of spectacles that make us reflect on their significance” (2011a: 6). As “práticas familiares” são, de igual modo, práticas temporais, que estão localizadas simultaneamente na história coletiva e nas biografias individuais, e que tendem a moldar as relações intergeracionais (Morgan, 2011b).

Ao problematizar as “práticas familiares” como uma porta de entrada nas dinâmicas internas das famílias, esta investigação visa retirar partido dos contributos teóricos de Morgan (1996, 2011a e 2011b), debruçando-se, assim, mais nos aspetos da interação, do que propriamente nos da estrutura. Esta lente teórica procura captar a dialética que se estabelece entre estabilidade e mudança, tanto nas atividades como nas práticas do quotidiano familiar das pessoas idosas, que se encontravam situadas num determinado contexto socio-histórico neste caso, o contexto recessivo da “sociedade de austeridade”. É na amplitude e flexibilidade deste conceito que se dá uma vez mais asas à “imaginação sociológica” (Mills, 1959), ao se estabelecer uma ligação estreita entre os contextos macroestruturais e os problemas individuais e familiares.

---

<sup>115</sup> Foi uma ideia desenvolvida originalmente, em 1996, apresentada no livro “*Family Connections: an introduction to family studies*”.

### ***Olhar para as consequências da austeridade nas práticas familiares numa perspetiva diacrónica: o contributo da “Perspetiva do Curso de Vida”***

O “Curso de Vida” representa um paradigma teórico e, simultaneamente, um instrumento metodológico bastante amadurecido na América do Norte e em muitos países do continente europeu. Apesar da sua emergência já não ser recente, remontando aos anos 1960 do séc. XX, tem gerado especial atenção em Portugal (Nico *et al.*, 2016). Porém, do ponto de vista sociológico, fruto das profundas transformações históricas, políticas e estruturais da atual sociedade e do acelerado desenvolvimento tecnológico, a “perspetiva do curso de vida” tem enfrentado um conjunto de desafios que estão relacionados com a nova interdependência global, decorrente do enfraquecimento dos sistemas e fronteiras políticas nacionais (Castells, 1999) e dos regimes tradicionais de mobilidade social (Dannefer, 2000a), bem como a desinstitucionalização de um curso de vida delimitado em educação, trabalho e reforma (Kohli, 1985)<sup>116</sup>. Um dos seus principais percussores, talvez aquele que mais contribuiu para a sua sistematização e formalização, Glen Elder Jr., concebe o “curso de vida” como a orientação teórica de referência para o estudo das vidas humanas, do desenvolvimento humano e do envelhecimento:

*“Life course theory offers a fruitful way to think about and investigate the changing environment of the individual and its developmental implications through an evolving concept of age-graded life course that is embedded in a matrix of social relationships, an active view of the individual in shaping the life course, and an approach toward understanding historical influences in lives and developmental processes” (1997:968).*

Settersten Jr. (2003a) é um dos autores que considera que o “curso de vida” permite fazer a cartografia das vidas humanas e perceber os seus mapas. Elder Jr. (1994, 1997) e Settersen Jr. (2003) chamam-nos a atenção para a importância da diacronia, isto é, a forma como as vidas se desenrolam ao longo do tempo biográfico e histórico (em que os conceitos de trajetória, fase de percurso de vida, evento e transição adquirem toda a sua relevância<sup>117</sup>); assim como para a inserção das vidas individuais nos respetivos contextos socio-históricos<sup>118</sup>; e, por fim, para a interdependência das vidas individuais com as vidas de outras pessoas. Elder Jr. e colaboradores referem mesmo que “When times change, lives change” (2003a:14). Esta

---

<sup>116</sup> Neste sentido, as dinâmicas estruturais têm confrontado esta perspetiva com questões cada vez mais complexas relacionadas com poder e recursos (Dannefer, 1999 apud Dannefer, 2003).

<sup>117</sup> São conceitos centrais no estudo do “curso de vida” (Elder Jr., 1985) e refletem a natureza temporal das vidas humanas e o movimento que se estabelece entre tempo histórico e biográfico (Elder *et al.*, 2003).

<sup>118</sup> A ênfase colocada no tempo e nos respetivos enquadramentos sócio-históricos faz com que o “curso de vida” possa ser entendido como “an essentially historical method” (Kok, 2007:6), altamente relevante para a história da Família e da Demografia.

interseção muito própria entre biografia, história e sociedade também integra o desafio da “imaginação sociológica” colocado por Wright Mills (1959).

O “curso de vida” organiza-se em torno do pressuposto de que o envelhecimento não é uma fase separada das restantes fases da vida, mas sim um processo sequencial e multidimensional moldado por fatores estruturais e percursos biográficos, que variam de indivíduo para indivíduo, desde o nascimento até à sua morte. De amplo carácter heurístico, distingue-se pela sua visão retrospectiva, em que as experiências do passado são determinantes para a compreensão do presente, assim como pela sua visão prospetiva, na qual as vidas são inevitavelmente vividas em direção ao futuro (Settersen Jr., 2003a). Esta perspetiva teórica dispõe de um conjunto de orientações e ferramentas analíticas particularmente poderosas na investigação do envelhecimento, pois ao pôr em foco a relação dinâmica entre diacronia e sincronia, permite analisar as suas inter-relações com distintos contextos sociais e históricos (Silverstein & Gianrusso, 2011), dando origem à descoberta de experiências e trajetórias de vida singulares para diferentes *coortes* (Elder Jr., 1994). Também George (2007) destaca a sua riqueza e dinâmica analítica ao referir que, por comparação a outras perspetivas teóricas, é aquela que melhor analisa o papel da estrutura social no envelhecimento (que os indivíduos geralmente não podem controlar), e que permite identificar percursos de privação e resiliência que não seriam possíveis de captar de outra forma.

De facto, é à luz do “curso de vida” que se procura captar sociologicamente como a austeridade portuguesa se repercutiu nas vidas quotidianas das pessoas idosas, olhando-se, inevitavelmente para a agência destas no modo como têm lidado com as provas da crise e da austeridade. O nível micro é aquele em que os impactos históricos, sociais, políticos, económicos e culturais da estrutura social têm uma maior visibilidade (Kohli, 2007) e que afetam a progressão do curso de vida, embora diferindo entre grupos sociais, género, gerações e posição social (Settersten, 2003a). Neste sentido, algumas questões centrais se levantam: como influenciam estas condições estruturais a ação individual? O que leva as pessoas idosas a fazer determinadas escolhas? E, por último, que margem de manobra possuem para modificar as circunstâncias? Trata-se, assim, de reconhecer que as pessoas idosas desempenham um papel ativo na construção das suas biografias e que não são recetáculos passivos de normas e práticas sociais. Pese embora condicionadas pelas estruturas sociais e

históricas em que se inserem, admite-se que as pessoas idosas apresentam diferentes razões e motivações, bem como capacidades de ação e agenciamento <sup>119</sup>.

Com recurso à “perspetiva do curso de vida” procura-se também aqui captar as manifestações da austeridade nas “práticas familiares” das pessoas idosas, com recurso à noção de “vidas interligadas” (Bengtson *et al.*, 2005). Neste sentido, o que acontece a um indivíduo acaba por atingir quem de si está mais próximo, acabando por ter, de igual modo, influência nos percursos de vida dos respetivos familiares.

Uma das potencialidades da “perspetiva do curso de vida” é a sua capacidade de *bridge and link* (Marshall, 1996) de várias correntes teóricas, bem como de diferentes níveis de análise. Daí que esta investigação qualitativa combine, além da “perspetiva do curso de vida” (Elder Jr, Settersten Jr e outros), a Sociologia da Individuação (Martuccelli) e as “práticas familiares” (Morgan). Apesar de serem perspetivas distintas, todas se focam na relação dinâmica entre os níveis macro/micro, entre estrutura/agência e diacronia/sincronia. Importa também tomar em consideração que a aproximação teórica e metodológica ao curso de vida permite interligar e contextualizar as experiências das pessoas idosas, isto é, as fases avançadas das suas vidas com as suas fases mais iniciais, oferecendo, deste modo, uma compreensão mais aprofundada das suas opções passadas e das circunstâncias sociais onde se movem. Por fim, a mobilização conjunta das “práticas familiares” e do “curso de vida” visa dar um contributo para o amadurecimento da relação entre dois domínios importantes da Sociologia em Portugal: a Sociologia da Família, um domínio clássico, com produção científica de referência e interdisciplinar nas ciências sociais, e a “perspetiva do curso de vida”, cuja operacionalização metodológica, em Portugal, ainda se revela insuficiente (Nico *et al.*, 2016).

### ***Olhar para as consequências da austeridade nas práticas familiares numa perspetiva de “interseccionalidade”***

A “interseccionalidade” tem as suas origens no movimento feminista negro, muito ativo na década de 1970, sendo que decorre de uma longa tradição intelectual norte-americana -

---

<sup>119</sup> O conceito de “agência” (*agency*) foi introduzido de forma tardia na “Perspetiva do curso de vida” (Heinz, 2016). Mais recentemente, Hitlin & Johnson (2015) vieram apresentar uma proposta de reconceitualização deste conceito com enfoque no “*forward looking*” (*visão prospetiva*). Mais do que simplesmente se debruçar na relação entre estrutura e recursos individuais, o “*forward looking*” parte da premissa que os indivíduos desenvolvem escolhas sustentadas e intencionadas, a longo prazo, e que estas têm uma influência decisiva no seu curso de vida.

presente desde o séc. XVIII - em analisar as interações entre raça e género. A feminista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw é apontada como a autora da metáfora da “interseccionalidade” num artigo originalmente publicado em 1989 e que viria a tornar-se uma referência na área. Inicialmente formulado para dar conta da dupla discriminação vivida pelas negras norte-americanas no mercado de trabalho (Yuval-Davis, 2006), o conceito destaca a importância da articulação de dois ou mais critérios de diferenciação social para compreender as desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Crenshaw esclarece que “Intersectionality simply came from the idea that if you’re standing in the path of multiple forms of exclusion, you are likely to get hit by both” (2004: 2).

Sendo uma abordagem de natureza multidimensional, a “interseccionalidade” entrecruza, simultaneamente e com o mesmo grau de centralidade, o género com outras categorias sociais, como por exemplo a classe social, a idade, a raça e a etnicidade. O resultado desta combinação revela que podem ser observadas múltiplas e complexas intersecções - umas mais desiguais e vulneráveis do que outras <sup>120</sup> - bem como em que medida os diferentes conjuntos de categorias sociais são determinantes, numa matriz de privilégio e de opressão, na forma como os indivíduos têm acesso aos direitos e às oportunidades (McCall, 2005). Por outro lado, coloca a descoberto os múltiplos posicionamentos dos indivíduos na vida quotidiana e as relações de poder que estabelecem entre si (Phoenix, 2006), assim como os respetivos processos de estratificação social (Hancock, 2007)<sup>121</sup>. Inspirada no pensamento pós-moderno e pós-estruturalista sobre questões de género e de identidade, a “interseccionalidade” vem reconhecer que não é possível impor categorias fixas e pré-definidas a uma realidade social que é instável e heterogénea, aceitando, por isso, a sua desconstrução numa pluralidade de projetos identitários (Weedon, 1999).

É precisamente na sua indefinição epistemológica que residem as maiores críticas que geralmente são dirigidas à “interseccionalidade”. Enquanto algumas autoras de referência consideram a “interseccionalidade” uma experiência pessoal (Bowleg, 2008) ou uma perspetiva analítica (Crenshaw, 1991), para outras representa um importante paradigma de pesquisa (Hancock, 2007) ou um enquadramento teórico de referência para as estratégias metodológicas e não um método *per se* (Few-Demo, 2014). Também é, de igual modo,

---

<sup>120</sup> Isto significa que diferentes combinações de raça, classe e identidades de género têm como consequência várias e complexas formas híbridas de opressão (Cooper, 2006).

<sup>121</sup> No entanto, esta ideia de interseção de diferentes variáveis na compreensão de um fenómeno social não é uma ideia completamente original. Já Weber (1978, 2001) tinha sido defensor de uma visão mais abrangente e pluridimensional na compreensão dos fenómenos sociais.

encarada como um instrumento heurístico de especial relevância para a compreensão das fronteiras e das hierarquias da vida social (Anthias, 2013). No entanto, Davis (2008) sustenta que a “interseccionalidade” não é, nada mais, nada menos, do que uma *buzzword*, isto é, um conceito sedutor que, embora ambíguo e vago, tem entusiasmado de tal forma os movimentos feministas ao ponto da sua utilização ser, por vezes, algo banalizada. Ainda devido à falta de debate em torno do desenvolvimento de uma perspetiva metodológica do ponto de vista da “interseccionalidade”, os cientistas sociais têm levado a cabo pesquisas interseccionais na base da tentativa-erro, porque se tem revelado algo difícil a passagem do plano teórico ao plano empírico, pela complexidade e quantidade das variáveis que poderão estar envolvidas (Bowleg, 2008; Few-Demo, 2014). Convém destacar, ainda, o papel da “interseccionalidade” nas políticas públicas, o qual tem chamado a atenção da literatura mais recente sobre as políticas de igualdade, em particular desde que a UE introduziu a nova agenda das desigualdades múltiplas (Alonso, 2010). Esta agenda tem colocado uma série de desafios aos países-membros, sobretudo pela quantidade considerável de diretivas comunitárias que se têm manifestado contra a discriminação pela raça, género, deficiência, orientação religiosa e sexual (Squires, 2009).

O interesse teórico e, principalmente, epistemológico em mobilizar nesta investigação um “olhar interseccional”, aquele que se considera permitir compreender em profundidade como só um “olhar interseccional” consegue fazer, vai ao encontro destas tendências mais recentes nas políticas públicas, mas não só. Também importa aqui explorar as dinâmicas sociais, que não estão apenas associadas ao género, assim como dar visibilidade aos efeitos cumulativos das desigualdades múltiplas. Ao nível macrossociológico, um “olhar interseccional” contribui justamente para ler e interpretar como as categorias sociais - dependendo do contexto geográfico, político, social e económico - particularizam e potenciam as diferenças ou desigualdades entre a população idosa. Ao nível microssociológico, é central para reconhecer como as manifestações da “sociedade de austeridade” nas vidas quotidianas das pessoas idosas podem ser intersectadas por vários eixos de desigualdade, em particular, pela idade, género e classe social. Ora, em conjunto com o “curso de vida”, a “interseccionalidade” dá conta como as categorias sociais (idade, género e classe social) operam em conjunto, num dado momento do seu percurso biográfico e fase da vida das pessoas (neste caso, nas idosas), e como podem ser geradoras de determinadas configurações identitárias e de desvantagens que até poderão revelar terem um carácter cumulativo adquirido ao longo da vida.

Por fim, convém sublinhar que, dada a complexidade de *interfaces* que operam entre as diferentes categorias sociais, a operacionalização da “interseccionalidade” não confere por si própria um maior escopo analítico à investigação. É por esta razão que é aqui complementada com outras perspetivas teóricas, porque “neither intersectionality nor unitary approaches can stand alone” (Borchost & Teigen 2010:126).

## **CAPÍTULO 7- ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E TRABALHO DE CAMPO**

### **Adotando uma Estratégia de Investigação Qualitativa**

Toda a investigação está dependente de uma estratégia metodológica que se traduz em escolhas que devem ser tomadas e, por seu turno, bem fundamentadas. A adequação da abordagem liga-se ao que se quer aprender com a investigação (Creswell, 2003). Como se trata de um problema de investigação que ainda se encontra num domínio relativamente pouco explorado, a estratégia epistemológica e metodológica mais adequada para obter respostas do ponto de vista empírico é desenvolvida com recurso a uma investigação exploratória, de natureza qualitativa, intensiva e aprofundada (Strauss & Corbin, 1990). Através da abordagem qualitativa é possível explorar a textura e as tramas da vida quotidiana (Mason, 2002), compreender a realidade circundante na sua especificidade, pretender saber o porquê e os significados dos fenómenos e considerar aspetos subjetivos das experiências quotidianas dos indivíduos (neste caso, das pessoas idosas) que não podem ser reduzidos a números. Obter leis universais ou generalizações não é um *leitmotiv*, como no paradigma positivista. Esta investigação inspira-se, paradigmaticamente, na Sociologia compreensiva de Weber (1981), numa lógica que recusa a oposição entre compreensão e explicação, ou seja, que assume que os significados e as ações estão sempre interligados. Isto significa que é da compreensão subjetiva destes sentidos ou significados - construídos pelos indivíduos no âmbito das suas relações históricas, sociais e culturais - que resultará o conhecimento em profundidade de um dado fenómeno social.

Já o desenho metodológico inscreve-se, de igual modo, numa “lógica da descoberta” (Pais, 2002), adotando para o efeito um modelo aberto, flexível, sensível e progressivo, que se estabiliza e consolida à medida que o estudo avança. A posição que aqui se assume é a de “pesquisador-coreógrafo”, que embora fazendo uso da “improvisação”, procura melhorar a sua “*performance*” a cada passo da investigação (Janesick, 2000).

## **Privilegiando a Abordagem Biográfica/Narrativa**

A opção metodológica pela abordagem biográfica/narrativa não só está relacionada com a utilização da perspectiva do curso de vida, mas também com o *design* qualitativo da presente investigação. Por outro lado, o “olhar biográfico/narrativo” que nos propomos aqui lançar tem uma finalidade heurística pois visa, em termos metafóricos, realizar uma curta-metragem das mudanças sociais e históricas introduzidas pela “sociedade de austeridade”, que se encontram condensadas nas narrativas biográficas das pessoas idosas, e não capturar apenas retratos fotográficos como se se tratassem de fragmentos isolados ou isoláveis das experiências vividas. No conjunto das abordagens qualitativas/interpretativas, a biográfica/narrativa (Bertaux, 1981; Gubrium & Holstein, 2008; Riessman, 2008) é a que se revela mais adequada para cumprir este objetivo, pois além disso, permite introduzir a temporalidade biográfica da experiência e da existência (Delory-Momberger, 2012). É, de igual modo, uma abordagem particularmente promissora na compreensão aprofundada das vidas humanas (Josselson & Lieblich, 1995; Riessman & Quinney, 2005), bem como se justifica quando o investigador tem um conhecimento profundo do contexto sócio-histórico e político em que teve lugar determinado evento da vida de uma pessoa (Riemann, 2003).

A utilização da abordagem biográfica/narrativa pode dar um contributo importante para desconstruir os estereótipos idadistas (Clarke, 2000) e revelar as experiências das pessoas idosas que, em grande parte, ainda se encontram na penumbra e que não têm sido devidamente retratadas (Hughes, 2014). As pessoas idosas até são bastante predispostas a falar sobre a sua vida (Molander, 1999), e como nota Freeman, o envelhecimento é “the narrative phase par excellence” (1997:394). Deste modo, a abordagem biográfica/narrativa oferece a possibilidade de “escavar” as diferentes fases das vidas das pessoas idosas, tendo em vista descobrir pistas que possam auxiliar na compreensão das circunstâncias pessoais e sociais que levaram a tornar-se nos indivíduos que são hoje, ou em sentido oposto, os fatores que os impediram de viver como desejariam ter vivido. Neste ponto, o recurso à “perspetiva do curso de vida” é a argamassa teórica da abordagem biográfica/narrativa (estratégia epistemológica e metodológica) seguida nesta investigação.

A abordagem biográfica é considerada como pertencente ao domínio da investigação interpretativa/qualitativa (Bryman, 1988)<sup>122</sup> e representa uma das mais contestadas e

---

<sup>122</sup> A abordagem biográfica não é um campo homogéneo (Zinn, 2005), pois abrange uma série de abordagens similares. Assim, é frequente falar-se em abordagens biográficas, um termo chapéu que designa um campo amplo de produtos

controversas no seio das ciências sociais (Lassig, 2008)<sup>123</sup>. O regresso à sensibilidade biográfica e a recuperação do indivíduo como objeto de análise sociológica deu-se, fundamentalmente, no seio da Sociologia (George, 2011). Na medida em que não existe uma definição única e precisa, a abordagem biográfica pode ser percebida como “(...) an attempt to understand the changing experiences and outlooks of individuals in their daily lives, what they see as important, and how to provide interpretations of the accounts they give of their past, present and future” (Roberts, 2002:1). Enquanto método, o biográfico é “(...) um instrumento de conhecimento das realidades humanas baseado na experiência narrada dos sujeitos (Lechner, 2009:6), “(...) através de um sistema teoricamente orientado de procedimentos explícitos (...) de recolha, seleção e análise de um conjunto (ou “corpus”) relevante de informações, com o intuito de observar e compreender certos processos sociais” (Abrantes *et al.*, 2010:7). Documentos pessoais como diários e correspondência trocada, jornais, fotografias, notas de campo e histórias orais são recursos fundamentais para a pesquisa biográfica (Denzin, 1989). Estes podem apresentar diversas formas e temporalidades: podem ser orais, escritos, visuais, de expressão corporal, artísticos, podem ser monólogos ou diálogos, podem ser pontuais, surgir no tempo de uma entrevista, ou em produções sistemáticas mais ou menos longas, ao longo de uma vida individual ou no seio de uma família, grupo ou comunidade.

A particularidade da pesquisa biográfica reside não só no modo como o indivíduo e a ação intencional são resgatados para o centro da análise, mas também na demonstração que a partir do sujeito, enquanto ponto de descoberta, e mediante as suas histórias subjetivas, é possível ter acesso ao conhecimento da realidade objetiva, ou seja, das estruturas e dos processos sociais. Por via da biografia, os indivíduos produzem uma narrativa que os reconduz a uma

---

científicos - as narrativas biográficas, as histórias de vida, a história oral, a autobiografia e a etnografia - que se encontram intimamente associadas (Bornat, 2008) e que são resultado da rápida expansão desta área de investigação nos últimos anos (Mishler, 1999). A natureza deste campo é tão abrangente (Denzin, 1989: 27), que muitas vezes se lança a confusão terminológica (Bertaux, 1981).

<sup>123</sup> Destacamos a falta de uma teoria e metodologia amplamente consensuais, em virtude do carácter particularmente fragmentado e inconsistente das vidas humanas e das histórias que estas revelam (Lassig, 2008); a ênfase dada ao mundo individual e uma menor atenção prestada ao mundo coletivo, que é onde se desenrolam efetivamente as vidas vividas (Connelly & Clandinin, 1990); a dificuldade que uma narrativa parece revelar em capturar a riqueza de toda uma panóplia de experiências pessoais (Bruner, 1996); o envolvimento de inúmeros riscos e perigos, como afirma Lieblich numa entrevista concedida a Clandinin & Murphy (2007), relacionados com o papel do investigador e a sua participação na investigação, isto porque cabe-lhe a si tomar decisões acerca das histórias que vão ser contadas e as que são omitidas, bem como determinar qual a voz dominante na narrativa (Plummer, 1995); a legitimidade do investigador para contar a história de outros indivíduos. Quem é afinal o autor da história que está a ser contada? (Fine, 1994); a passagem do discurso (oralidade) para a prosa (escrita), nas quais os factos podem ser distorcidos e adulterados e, deste modo, terem um efeito de contágio na investigação (Plummer, 2001); e por último, o facto das histórias poderem ser exageradas, ensaiadas ou falseadas (Plummer, 1995).

certa ideia de si mesmos (Delory-Momberger, 2004), a um escrutínio crítico do *self* (Ramsay & Letherby, 2006), ou seja, no fundo, a considerar que “we do not simply learn from biographical stories just for ourselves and our life-worlds; we gain insights into culture, society and history” (Alheit, 1992:199). Quer isto dizer também que o objetivo aqui não são os factos, as explicações ou as generalizações, mas sim algo mais denso e profundo como “(...) insights, understandings, appreciation, intimate familiarity” (Plummer, 2011:53).

Como diz Ferrarotti (1988), o indivíduo não é mais do que uma representação singular do universal social e histórico e as biografias, um movimento heurístico de vai e vem com o sistema social, “(...) uma conceção mais rica, mais vasta da historicidade, historicidade não historicista da história que vem de baixo” (1983 apud Conde, 1993:41). Assim, e a partir do método biográfico, partindo do individual para o coletivo, é possível observar e compreender a sociedade, assim como tornar visível a multidimensionalidade da realidade social.

A questão central da pesquisa biográfica é, como bem observa Lassig, “(...) is thus neither that of the individual nor society, but rather of the individual in society” (2008:11), isto é, a mediação entre o ator individual e a história social, a diacronia e a sincronia. De tal modo que “biographical research provides a means of relating micro - and macro - levels of social reality which are rooted in personal and collective history” (Kaplan, 2014:45). Fischer-Rosenthal faz notar que o papel da biografia não é o de estabelecer fronteiras entre o nível micro e macro social e, neste sentido, adquire um duplo significado: “(...) it refers to social structure by providing agents with various socially patterned life courses to be transferred in the course of their life histories. It also refers to the story which the individual is able to—and indeed-must tell” (1995:129). Com efeito, é através da pesquisa biográfica que se dá conta da relação complexa entre as experiências individuais, os significados e a ação intencional e o respetivo contexto societal (Alheit, 1997), e que se revelam os determinismos sociais, económicos, históricos, culturais e políticos, que moldam e alteram as vidas humanas (Bertaux, 1981), os quais evidenciam “ (...) factos únicos e regularidades, acontecimentos e estruturas, condutas intencionais, determinações estruturais e os efeitos do acaso” (Calha, 2014:122). O “olhar biográfico” permite, além da coagulação do passado e do futuro, uma criação do presente, na perspetiva do investigador/biógrafo e das memórias do biografado (Rosenthal, 1993). De acordo com Kelchtermans (1999), a pesquisa biográfica não só tem este ponto de partida verdadeiramente dinâmico, que articula passado, presente e futuro, como se trata de um exercício essencialmente narrativo, que reflete uma realidade objetiva, mas que na sua essência é subjetivo (Bertraux, 1981). Por esta via, as narrativas são, na realidade, um

processo social e, nesta medida, são socialmente construídas (Plummer, 2001) na esfera da história, tanto pessoal como coletiva, representando “radical documents of the sociality of the individual” (Apitzsch, 1990). Gubrium & Holstein (1998) chamam a atenção de que podemos estar diante de uma nova etnografia em que os indivíduos passam a ser etnógrafos em causa própria.

Erben (1998) é um dos vários autores a sublinhar a natureza humana da narrativa, isto é, relembra-nos que esta faz parte integrante do ser humano e que é omnipresente. Isto significa que “we dream in narrative, day-dream in narrative, remember, anticipate, hope, despair, believe, doubt, plan, revise, criticize, construct, gossip, learn, hate and love by narrative” (Hardy, 1968:5). E é igualmente prodigiosa a diversidade de formas narrativas que estão presentes na realidade: “(...) myth, legend, fable, tale, novella, epic, history, tragedy, drama, comedy, mime painting (...) stained glass windows, cinema, comics, news items, conversations” (Barthes, 1982:79). Polkinghorne (1988) revela-nos, ainda, que os seres humanos simplesmente não existem sem narrativas. Por sua vez, Croce faz notar que onde não existem narrativas, basicamente, não existe história (apud Altman, 2008). De igual modo, a narrativa, tal como salienta Barthes, “is international, transhistorical, transcultural: it is like life itself” (1982: 251-252).

## **População-alvo e estratégias de amostragem**

### ***A construção da amostra, a seleção e recrutamento das unidades de observação***

A opção de amostragem recaiu numa amostra não probabilística, que se constitui em função dos critérios definidos *a priori* e de forma intencional pela investigadora, embora ainda que não de forma totalmente rígida e definitiva (Maxwell, 1999), porque a investigação qualitativa é “muito maleável” (Guerra, 2006:43). É um tipo de amostra característica das pesquisas qualitativas, em que o objetivo não é obter uma amostra representativa, mas sim uma amostra relevante e significativa, que revele adequação e coerência entre o modelo analítico e os dados recolhidos (Kauffman, 1996). Ou seja, uma amostra que não tem como ambição a representatividade estatística, mas sim a representatividade social (Guerra, 2006).

A escolha das unidades de observação é um dos procedimentos mais importantes no desenho da pesquisa, sendo que permite, em última instância, recolher os dados e dar resposta às questões de partida, em função dos nossos objetivos da investigação, dos prazos e recursos disponíveis. A opção foi centrar a recolha empírica junto da população que preenchesse os seguintes critérios: i) nacionalidade portuguesa; ii) residência no concelho de Faro; e iii)

idade, em 2012, igual ou superior a 65 anos <sup>124</sup>. Finalmente, e em conformidade com os critérios de inclusão, a nossa missão consistiu em identificar indivíduos com capacidade para comunicar de forma lúcida e clara e compreender o que é pedido, e que depois de devidamente informados da metodologia a utilizar, da garantia de total anonimato e sigilo relativamente aos dados obtidos, manifestassem a sua concordância em participar de forma voluntária no estudo. A inclusão na amostra de pessoas idosas, ou seja, de indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos, vai ao encontro da classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Instituto Nacional de Estatística (INE). Por outro lado, a inclusão foi circunscrita aos idosos portugueses, com uma idade igual ou superior a 65 anos, em 2012, ano que marca o início da aplicação dos pacotes mais duros de austeridade, na sua maioria acordados aquando da assinatura do MdE com a *Troika*, em maio de 2011. No que refere à delimitação geográfica, o campo empírico escolhido, o concelho de Faro, situa-se na região portuguesa do Algarve e apresenta-se como o segundo maior quantitativo populacional da região (concentra 14,3% da população do Algarve). É, de igual modo, um território onde se tem verificado uma nítida tendência de envelhecimento demográfico.

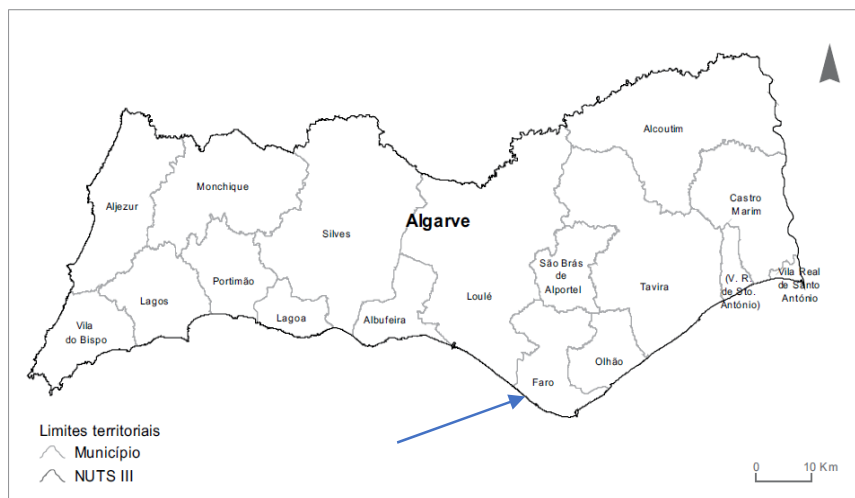


Figura 2- Divisão territorial da região NUTS II Algarve: NUTS III e municípios

Fonte: INE (2011)

Em termos administrativos, Faro é capital de distrito e corresponde a um território que desde 2013 é repartido por quatro freguesias: União das Freguesias da Sé e São Pedro, União das

<sup>124</sup> A institucionalização em lar não foi definida como um critério de exclusão.

Freguesias de Estoi e Conceição, Montenegro e, por último, Santa Bárbara de Nexe<sup>125</sup>. A cidade de Faro situa-se dentro dos limites administrativos das freguesias da Sé, São Pedro e Montenegro e forma o denominado *Sistema Urbano de Faro* (CMF, 2012). Os resultados censitários <sup>126</sup> mostram que, entre 2001 e 2011, a população residente no concelho aumentou 11,2%, atingindo os 64560 habitantes. Em 2011, o concelho de Faro continua a ser polarizado pelo sistema urbano de Faro: a freguesia da Sé concentra 29542 habitantes (45,8% da população); São Pedro totaliza 14577 habitantes (22,6%), enquanto, a freguesia do Montenegro tem 8149 habitantes (12,6%). Todas as freguesias do concelho tiveram, no último período intercensitário, aumentos nos respetivos quantitativos populacionais, sendo o acréscimo mais expressivo na freguesia de Montenegro (+2813 habitantes).

Unidade territorial	2001					2011				
	Pop. Res.	0-14	15-24	25-64	>65	Pop. Res.	0-14	15-24	25-64	>65
P – Portugal	10356117	1656602	1479587	5526435	1693493	10562178	1572329	1147315	5832470	2010064
N3 – Algarve	395218	57732	51926	211947	73613	451006	66974	45573	250690	87769
<b>CC – Faro</b>	<b>58051</b>	<b>8295</b>	<b>8501</b>	<b>32020</b>	<b>9235</b>	<b>64560</b>	<b>9400</b>	<b>6400</b>	<b>37106</b>	<b>11654</b>
<b>São Pedro - FG</b>	12761	1748	1646	7246	2121	14577	2266	1363	8441	2507
<b>Sé - FG</b>	28546	4175	4528	15736	4107	29542	4037	3084	17092	5329
<b>Montenegro - FG</b>	5336	784	910	2990	652	8149	1437	744	4923	1045
<b>Conceição - FG</b>	3751	581	548	1980	642	4524	699	491	2522	812
<b>S. B de Nexe-FG</b>	4119	550	463	2188	918	4116	491	351	2140	1134
<b>Estoi - FG</b>	3538	457	406	1880	795	3652	470	367	1988	827

Quadro 4-População segundo grandes grupos etários em 2001 e 2011 (Concelho de Faro)

**Fonte:** INE, Censos 2001 e 2011 e Dados Tratados

Através da análise do quadro 4, verifica-se que, em 2011, mais de metade da população do concelho de Faro, quase 58%, está concentrada na faixa etária compreendida entre os 25 e os 64 anos (37106 habitantes). Por outro lado, em 2011, 18 % da população tinha mais de 65 anos (11654 habitantes), enquanto em 2001, representava apenas 15,9% (9235 habitantes). É igualmente relevante destacar que o escalão dos 65 ou mais anos concentra mais população que o escalão dos 0 aos 14 anos. Por comparação aos restantes, a população idosa (65+) foi o

<sup>125</sup> A Lei n.º-A/2013, de 28 de Janeiro foi o diploma que organizou administrativamente as freguesias, através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais.

<sup>126</sup> Ainda não traduzem a reorganização administrativa de 2013 porque são anteriores a esta data. Os Censos apresentam um concelho composto administrativamente pelas freguesias da Conceição, Estoi, São Pedro, Sé, Montenegro e Santa Bárbara de Nexe.

grupo etário que mais cresceu entre 2001 e 2011 (+26,2%), conforme se pode observar no quadro 5.

Unidade territorial	Grupos Etários				Var. População Total (%)
	0-14	15-24	25-64	>65	
P - Portugal	-5,1	-22,5	5,5	18,7	2,0
N3 - Algarve	16,0	-12,2	18,3	19,23	14,1
<b>CC - Faro</b>	<b>13,3</b>	<b>-24,7</b>	<b>15,9</b>	<b>26,2</b>	<b>11,2</b>
<b>São Pedro - FG</b>	29,6	-17,2	16,5	18,2	14,2
<b>Sé - FG</b>	-3,3	-31,9	8,6	29,8	3,5
<b>Montenegro - FG</b>	83,3	-18,2	64,7	60,3	52,7
<b>Conceição - FG</b>	20,3	-10,4	27,4	26,5	20,6
<b>Santa Bárbara de Nexe - FG</b>	-10,7	-24,2	-2,2	23,5	-0,1
<b>Estoi - FG</b>	2,8	-9,6	5,7	4,0	3,2

Quadro 5-Variação dos grupos etários a nível intraconcelhio de 2001 a 2011

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011 e Dados Tratados

Como se pode observar no quadro 2, no grupo etário (65+) anos verificou-se, no último período intercensitário, um aumento do número de efetivos, com particular expressão nas freguesias de Montenegro (+60,3%) e Sé (+29,8%). Em Estoi, foi registado um menor aumento da população idosa (+4%). Note-se que o ritmo de crescimento da população mais idosa foi claramente superior ao ritmo de crescimento da população mais jovem no concelho de Faro e na generalidade das freguesias, com exceção para São Pedro e Montenegro.

O Índice de Envelhecimento é um indicador que relaciona a população idosa com a jovem e que permite avaliar qual o nível de vitalidade demográfica de uma população, sendo que quanto menor for o número de idosos por cada 100 jovens, maior será essa vitalidade.

No quadro 6, observa-se que, em 2001, Faro apresentava 111 idosos em cada 100 jovens, aumentando para 124 idosos em 2011. Apesar de inferior à média da região algarvia (131,1) e do próprio país (127,8), Faro experimentou, entre 2001 e 2011, um acréscimo de +11,4% no Índice de Envelhecimento.

Unidade territorial	Índice de Envelhecimento		
	2001	2011	Var (%) 01-11
Portugal	102,2	127,8	25
N3 - Algarve	127,5	131,1	2,8
<b>CC - Faro</b>	111,3	124	11,4
<b>São Pedro - FG</b>	121,3	110,6	-8,8
<b>Sé - FG</b>	98,3	132	34,3
<b>Montenegro - FG</b>	83,1	72,7	-12,5
<b>Conceição - FG</b>	110,4	116,2	5,3
<b>Santa Bárbara de Nexe - FG</b>	166,9	231	38,4
<b>Estoi - FG</b>	173,9	176	1,2

Quadro 6- Índice de Envelhecimento intraconcelhio de 2001 a 2011

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011 e Dados Tratados

O aumento deste indicador foi quatro vezes superior ao registado na região (apenas 2,8%). Da observação dos dados estatísticos constata-se que São Pedro (72,7) e Montenegro (110,6) apresentam as populações menos envelhecidas, em contraste com as restantes freguesias, das quais se destaca Santa Bárbara de Nexe (231), onde o número de pessoas idosas representa o dobro do quantitativo de jovens.

A opção por Faro justifica-se, assim, não só pela tendência de envelhecimento demográfico do concelho, como também pela conveniência de acesso, ou seja, pelo facto de existir, por via da experiência profissional na autarquia, um conhecimento prévio das dinâmicas intraconcelhias, em particular na área social, o que constituiu uma vantagem importante no acesso aos participantes da amostra. Por outro lado, além dos critérios de ordem prática, esta escolha pretende representar também um contributo para descentralizar a investigação sociológica em torno da família, levando-a para fora da AML onde tem sido, nos últimos anos, particularmente produtiva, para a transportar para outros terrenos geográficos que ainda se encontram pouco explorados (Costa, 2014).

Procurou-se, antes de mais, a diversificação externa da amostra (Pires, 1997), isto é, seguir uma série de critérios que nos permitissem uma grande diversificação face ao fenómeno em estudo. Deste modo, a principal preocupação residiu em diversificar a amostra, ao seleccionar participantes de diferentes sexos e idades, inseridos em posições sociais diversificadas (profissão, nível de escolaridade, rendimentos e habitação) e, mais especificamente, em função da situação conjugal e da sua estrutura familiar, bem como da sua institucionalização ou não institucionalização. As unidades de observação foram seleccionadas entre outubro de 2016 e março de 2017, através da combinação de diferentes estratégias de recrutamento:

intencional, conveniência, através das redes pessoais da investigadora e do método da “bola de neve”, isto é, participantes acedidos por intermédio de outros entrevistados.

O recrutamento, tanto o de conveniência, como o de “bola de neve”, foi rigorosamente planeado, de modo a descobrir os potenciais participantes, aqueles que, de acordo com os propósitos e o contexto da investigação, dessem uma maior riqueza de informações e possibilitassem um desenvolvimento mais aprofundado do fenómeno de interesse. A investigadora divulgou junto das suas redes pessoais e profissionais a intenção de recrutar participantes cujo perfil fosse ao encontro dos critérios da amostra. Por esta via, foram seleccionados sete participantes, os quais, através do método de “bola de neve”, nos cederam a identificação de mais um conjunto de três participantes.

Por outro lado, uma outra estratégia pensada/intencional para aceder ao terreno passou por entrar em contacto direto com um conjunto de instituições localizadas no concelho de Faro e com intervenção junto do público idoso. Estas instituições foram escolhidas em função das características que nos pareceram as mais adequadas aos objetivos do nosso estudo, bem como da acessibilidade por parte da investigadora <sup>127</sup>. O pedido de colaboração foi reduzido a escrito (cf. Apêndice 1), numa linguagem mais formal, e contém uma referência expressa à identidade da investigadora e dos orientadores científicos, os seus contactos, o enquadramento institucional, os objetivos da investigação, as questões relacionadas ao carácter anónimo, confidencial e voluntário dos dados recolhidos. Estabelecido o contacto com os responsáveis pelas instituições e uma vez garantido a seu consentimento em colaborar no estudo, seguiu-se, na maioria dos casos, uma reunião com a finalidade de serem detalhados os objetivos da investigação e melhor explicitados os critérios de inclusão na amostra. Foi solicitado, igualmente, que procedessem à elaboração uma listagem de potenciais participantes, tendo sido indicado verbalmente que se fizesse um esforço por não excluir pessoas consideradas difíceis, vulneráveis ou doentes, por forma a se minimizarem eventuais enviesamentos nos dados empíricos.

Das dez instituições contactadas, apenas cinco tiveram uma colaboração ativa no nosso estudo<sup>128</sup>. Por intermédio destas cinco instituições, nomeadamente uma universidade da

---

<sup>127</sup> Entre as quais figuram instituições particulares de solidariedade social (IPSS), universidades da terceira idade, grupos sócio-caritativos e associações representativas dos interesses dos pensionistas/reformados e/ou de grupos socioprofissionais. Por razões deontológicas, e por forma a dar mais garantias na preservação do anonimato dos participantes, tomou-se a decisão de não proceder à identificação das instituições contactadas e envolvidas na investigação.

<sup>128</sup> As ordens de motivos são várias: uma das instituições não deu qualquer resposta ao nosso pedido de colaboração; uma instituição respondeu ao nosso pedido, mas já numa fase em que a nossa amostra estava praticamente fechada, pelo que se

terceira idade, três instituições particulares de solidariedade social e uma associação representativa dos interesses dos pensionistas e reformados,<sup>129</sup> foram selecionados dezoito participantes para a amostra, entre os quais cinco institucionalizados em lar de idosos, e que se vieram juntar aos restantes dez participantes recrutados através de outras estratégias de recrutamento.

## **Os procedimentos e as técnicas de recolha e análise de dados**

### ***A Entrevista Biográfica/Narrativa como técnica de recolha de dados***

Uma das definições mais interessantes sobre no que consiste uma entrevista é tecida por Piedade Lalanda, cuja proposta é que “corresponde sempre a uma versão da história” (1998: 874), uma realidade contada pelos indivíduos num traçado proposto pelo investigador, do qual ele, ora se aproxima, ora se afasta. Mas existem também outros pontos de vista. As entrevistas podem ser entendidas como um “evento social” ou um “evento de discurso” (Mishler, 1986), um “ato de comunicação” (Herzog, 1995) ou também uma “prática narrativa” (Josselson & Lieblich, 1995) que é parte integrante da nossa sociedade e cultura (Holstein & Gubrium, 1995). São processos sociais interligados à construção da subjetividade individual (Herzog, 1995), ancorada nos respetivos contextos sociais, estruturais, históricos e culturais (Warren, 2002). Schostak (2006) entende a entrevista como uma “conversa” cujo objetivo é a recolha de dados em profundidade acerca de um determinado tópico ou assunto, e através da qual o fenómeno pode ser captado pelos significados ou representações atribuídas pelos informantes. Yeo e colaboradores (2014) utilizam a metáfora da entrevista como “cartografia”, em que o investigador interroga o mundo do entrevistado para descobrir a “ilha perdida”, uma tarefa que se for bem-sucedida, é descrita como um verdadeiro trabalho de detetive.

A opção pela entrevista biográfica/narrativa como método de recolha de dados prende-se fundamentalmente com o facto que se pretende “dar voz” às vozes, silenciosas e por vezes

---

agradeceu a disponibilidade manifestada e, caso se revelasse necessário, o contacto seria retomado mais tarde; uma outra instituição colocou uma série de reservas no acesso aos seus utentes, relacionadas com o facto das pessoas idosas estarem saturadas de tantas investigações académicas, pelo que se decidiu por não dar sequência à aproximação inicialmente efetuada; por fim, em dois casos e após realizada a reunião de apresentação com os responsáveis das instituições e demonstrada a vontade em colaborar na investigação, não se veio a registar qualquer resultado prático, isto é, a indicação de potenciais participantes. Uma situação foi justificada pelo facto de não existirem no seu universo de utentes, pessoas idosas que fossem ao encontro dos critérios de inclusão, em particular, no que refere ao critério de idade (mais especificamente ter 65 anos em 2012, o que faz com que à data da recolha empírica, a idade mínima de inclusão seriam os 69 anos).

<sup>129</sup> Por forma a angariar o maior número de potenciais participantes na pesquisa, o representante desta instituição fez circular um *e-mail* pelos associados do concelho de Faro, apelando à participação na pesquisa e acompanhado do pedido de colaboração efetuado. Em resposta ao *e-mail*, apenas foi recrutado um participante, o que ficou muito longe da adesão inicialmente esperada.

silenciadas, das pessoas idosas. De igual modo, afigura-se como a técnica de recolha de dados mais adequada para o investigador ter um acesso mais aprofundado às narrativas, na medida em que estas nos levam a conhecer, de forma essencialmente retrospectiva, as experiências vividas, o encadeamento temporal dos eventos e respetivos significados a eles associados, bem como possibilitam ir ao encontro dos detalhes, pela riqueza e volume dos dados obtidos. É, sobretudo, a forma como estas narrativas biográficas vão divergir entre si que é determinante para a compreensão aprofundada das diferentes dimensões do fenómeno (Jovchelovitch & Bauer, 2000), neste caso concreto, as manifestações da austeridade nas vidas das pessoas idosas, em especial nas suas práticas familiares.

A entrevista é semiestruturada, apresenta um guião flexível que contem os tópicos a explorar no decurso da conversa e que podem ser abordados, sem que para isso se recorra forçosamente a um registo sequencial e rígido, de modo a poder captar mais livremente as perspetivas mais subjetivas e inesperadas que poderão surgir por parte dos entrevistados (Warren, 2009). O guião encontra-se dividido em quatro partes, as quais integram um número não muito extenso de questões mais ou menos abertas; a primeira, faz a apresentação da investigadora, dos objetivos da investigação e das preocupações éticas e deontológicas a observar; a segunda tem como objetivo a recolha de dados de caracterização socioeconómica e demográfica dos participantes; a terceira constitui o núcleo central da entrevista, o qual se encontra estruturado em seis blocos principais, organizados por tópicos que estão interligados com o desenho da investigação: as perceções sobre a crise e a austeridade, as mudanças nas práticas familiares, os significados das mudanças e as consequências na saúde e na qualidade de vida; e, por último, a quarta parte é aquela que fecha a entrevista e que procura saber se o entrevistado gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao que foi relatado (cf. Apêndice 2, Guião de Entrevista).

O guião de entrevista foi submetido a um pré-teste, com o objetivo de testar a sua robustez para os objetivos da investigação, isto é, validar a pertinência e adequabilidade das suas questões e, no fundo, determinar a capacidade de recolher em profundidade a informação pretendida. O pré-teste do guião da entrevista foi realizado na segunda quinzena do mês de outubro de 2017, tendo sido aplicado a cinco participantes que respeitavam os requisitos de inclusão <sup>130</sup>. O guião de entrevista revelou-se ajustado para a recolha em profundidade dos tópicos propostos e, deste modo, confirmou-se que se encontrava estabilizado. Apenas foram

---

<sup>130</sup> Quatro dos cinco participantes do pré-teste foram recrutados numa instituição particular de solidariedade social (IPSS'S).

feitos, por indicação dos orientadores científicos, alguns ajustes pontuais em algumas questões, mas sem alterar a estrutura interna do guião.

### ***A Framework Analysis: procedimentos e tratamento dos dados qualitativos***

A *Framework* é uma técnica de análise qualitativa de dados desenvolvida nos anos 1980 por Jane Ritchie e Liz Spencer do *National Centre for Social Research*, uma instituição que representa o maior centro de investigação social independente do Reino Unido. Consiste numa técnica de análise temática de conteúdo, que foi desenvolvida de forma dinâmica, sistematizada e disciplinada, envolvendo uma série de fases interligadas, não necessariamente mecanizadas (Ritchie & Spencer, 1994). Esta técnica de análise de dados foi selecionada por garantir uma elevada transparência analítica e não visar a quantificação e, ainda, por encontrar-se fortemente enraizada nos relatos dos entrevistados, a partir dos quais se procura, numa fase mais avançada, explorar a abstração e a explicação (Spencer *et al.*, 2014). Nesta investigação foram seguidos os principais procedimentos da hierarquia analítica preconizada pela *Framework Analysis*: a organização e gestão dos dados; a descrição e a explicação (Ritchie *et al.*, 2014; Spencer *et al.*, 2014).

### ***A organização dos dados: da familiarização à construção da matriz temática***

As transcrições das vinte e oito entrevistas foram realizadas integralmente pela própria investigadora, um processo que se revelou de uma enorme mais-valia para a análise dos dados<sup>131</sup>. O *verbatim* das entrevistas foi transcrito com recurso a um *software* de processamento de texto, neste caso, o *Microsoft Word*. O facto de a transcrição ter sido efetuada pela investigadora, o que exigiu ouvir, ouvir novamente e transcrever ou reescrever, permitiu uma maior familiarização, um *insight* com os dados recolhidos, o que seria mais difícil de conseguir apenas pela leitura de material transcrito por outras pessoas (Gillham, 2005).

Após esta tarefa inicial da etapa da organização, em que se ganhou perspetiva sobre a riqueza dos dados recolhidos, os passos seguintes passaram por reler os objetivos, as questões de investigação e o guião de entrevista, acompanhados pela leitura cuidadosa e atenta das narrativas, com o objetivo de dar início ao processo de identificação e delimitação progressiva

---

<sup>131</sup> Foi um processo que ocorreu em simultâneo com a realização das entrevistas e que se deu por concluído em março de 2017.

de temas e subtemas. Nesta fase, procedeu-se, então, à construção (ainda que provisória) de uma estrutura temática (Quadro 7) inspirada na estrutura do guião de entrevista semiestruturada (Apêndice 2) que, como Gillham (2005) refere, permite ao investigador antecipar a análise e a exploração dos dados.

<b>TEMAS INICIAIS</b>	<b>SUBTEMAS INICIAIS</b>
<b>1. DADOS BIOGRÁFICOS/HISTÓRIA DE VIDA</b>	1. Idade/Naturalidade
	2. Infância/Relações Familiares
	3. Estado Civil
	.3.1 Duração da Conjugalidade
	4. Escolaridade/Emprego/Profissão
	4.1 Escolaridade do Cônjuge
	4.2 Profissão do Cônjuge
	5. Idade da Reforma
	5.1 Condição perante o Trabalho
	6. Filhos
6.1 Outros familiares	
7. Rendimentos	
8. Habitação	
8.1 Residência	
9. Saúde	
10. Estilo de vida/Poupança	
<b>2. PERSPETIVAS SOBRE A CRISE E A AUSTERIDADE</b>	1. Confiança no Estado/poder político
	2. Antecedentes da crise/austeridade
	3. A austeridade
	4. Consequências da crise
	5. Esta crise e outras crises
	6. Responsabilidade das entidades europeias/países europeus
	7. Estado atual do país e o seu futuro
	8. Preocupação face ao futuro dos jovens
<b>3. MEDIDAS DE AUSTERIDADE QUE AFETARAM EGO/FAMILIARES</b>	1. Reforma
	2. Acesso a benefícios sociais
	3. Impostos/Contribuições
	4. Rendimentos
	5. Propinas
	6. Inexistência de medidas-Razões
<b>4. MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES</b>	1. Papel da institucionalização em lar
	2. Sentiu/Não sentiu a crise
	3. Ter/Não ter noção dos impactos da crise
	4. Pagamento de medicamentos
	5. Rendimentos
	6. Padrões de consumo
	7. Emprego/Desemprego
	8. Poupanças
	9. Prestação/receção de apoio (informal e formal)
	10. Negócios
	11. Emigração
	12. Número de horas de trabalho
	13. Acompanhamento de familiares
	14. Valorização do dinheiro
	15. Futuro dos jovens

TEMAS INICIAIS	SUBTEMAS INICIAIS
	16. Interligação da crise/austeridade com outras mudanças/eventos
	17. Mudanças/Ausência de mudanças
<b>5. SENTIMENTOS/SIGNIFICADOS DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES</b>	1. Sentimentos (emocional)
	2. Significados (cognitivo)
<b>6. MUDANÇAS NA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DE EGO/FAMILIARES</b>	1. Saúde
	2. Qualidade de vida

Quadro 7- Estrutura Temática

Assim, numa primeira fase, e como se pode comprovar no Quadro 7, foram identificados seis grandes temas principais, os quais foram numerados e desagregados em diversos subtemas: 1) dados biográficos/história de vida (16 subtemas); 2) perspetivas sobre a crise e a austeridade (8 subtemas); 3) medidas de austeridade que afetaram ego/familiares (6 subtemas); 4) mudanças nas práticas familiares (17 subtemas); 5) sentimentos/significados das mudanças nas práticas familiares (2 subtemas); e, por último, 6) mudanças na saúde e na qualidade de vida de ego e familiares (2 subtemas).

O passo seguinte foi proceder à aplicação da estrutura temática ao corpus das vinte e oito entrevistas, processo designado como indexação, o que implicou reler novamente o material empírico, identificando e assinalando palavras, frases ou parágrafos, bem como organizando e agrupando para o efeito os dados que, embora dispersos, se reportavam aos mesmos temas e subtemas. Para cada um dos seis temas principais foi, então, criada uma matriz temática na respetiva folha de cálculo do software *Microsoft Excel* <sup>132</sup>. Os vinte e oito casos foram inseridos por linha e as respetivas narrativas foram sumarizadas e introduzidas nas colunas relativas aos subtemas. Foram, de igual modo, reproduzidos pequenos excertos das narrativas que são ilustrativos dos subtemas, os quais, para facilitar a leitura, encontram-se sublinhados e destacados dos dados sumarizados. Neste processo de organização e sumarização dos dados, a principal preocupação foi não detalhar nem condensar demasiado, tendo em atenção a utilização de expressões e/ou frases dos próprios participantes, por forma a fortalecer o mais possível a ligação da análise aos dados empíricos.

---

<sup>132</sup> Tanto a facilidade no armazenamento, no manuseamento e na pesquisa, bem como a apresentação/descrição dos dados foram fatores que pesaram na opção de construir a Matriz Temática com recurso ao *software Microsoft Excel*. Estas vantagens são descritas por Swallow e colaboradores (2003), que destacam a utilização do *Microsoft Excel* como alternativa aos programas tradicionais de análise qualitativa, a sua disponibilidade, facilidade de utilização e elevada transparência dos dados.

### ***Da descrição à identificação de elementos e dimensões e desenvolvimento de categorias***

A *Framework Analysis* (Ritchie *et al.*, 2014; Spencer *et al.*, 2014) utiliza quatro tipos de códigos na organização e redução dos dados: i) elementos, que traduzem a mais pequena unidade de significado<sup>133</sup>; ii) dimensões, que consistem em *clusters* de elementos (elementos agrupados de acordo com o mesmo significado); iii) categorias, que se referem a *clusters* de dimensões (dimensões agrupadas de acordo com o mesmo domínio/esfera/natureza de fenómenos); e por fim, iv) classes, que podem configurar *clusters* de categorias (categorias agrupadas por grandes ordens de fenómenos)<sup>134</sup>.

No caso concreto, e para a atribuição dos respetivos nomes dos códigos, foram utilizados termos *in vivo* (da autoria dos entrevistados), termos emergentes (da autoria do investigador) e termos *a priori* (retirados da literatura relevante)<sup>135</sup>. Deu-se, assim, início a um processo de descrição e abstração, desagregado em vários níveis analíticos. Através da comparação exaustiva e sistemática dos conteúdos dos elementos identificados, procedeu-se à sua codificação. Elementos que continham o mesmo significado foram agrupados nas mesmas dimensões. Também se deu o caso em que o mesmo elemento reportava para dimensões distintas, tendo sido esta situação devidamente assinalada. Esta lógica de *clusterização* do material foi novamente replicada para a construção das categorias, estas últimas, correspondendo a um nível de abstração mais desenvolvido e abrangente. A lógica da *Framework Analysis* (Ritchie *et al.*, 2014; Spencer *et al.*, 2014) encontra-se bem ilustrada na Figura 3.

---

<sup>133</sup> Aquilo que os indivíduos dizem a respeito de um tema específico.

<sup>134</sup> É uma etapa facultativa.

<sup>135</sup> Aqui utilizados como “*conceitos sensibilizadores*”, conforme proposto por Herbert Blumer (1954). Kathy Charmaz (2003) refere que estes devem ser usados apenas como pontos de partida da análise interpretativa e não como pontos de chegada.

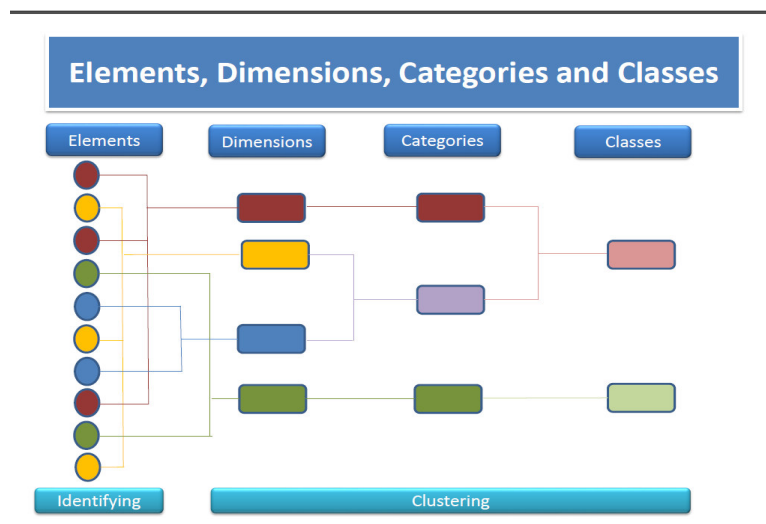


Figura 3- Lógica da *Framework Analysis* (São José, 2017)

A etapa seguinte foi efetuar uma combinação de leituras verticais e horizontais dos dados, através do uso de um mapa central (com todos os casos e todas as categorias) e tentar identificar padrões/associações entre categorias e entre categorias e casos/perfis sociodemográficos. Por fim, o objetivo foi tentar encontrar explicações dos padrões/associações encontradas.

### O desenvolvimento e evolução do trabalho de campo

No caso dos participantes recrutados por intermédio das instituições, a abordagem inicial foi facilitada pelos técnicos ou pelos representantes máximos das instituições. Os contactos telefónicos dos potenciais participantes foram disponibilizados por três instituições, enquanto as restantes decidiram-se pelo contacto direto com os seus utentes/clientes através dos respetivos técnicos<sup>136</sup>. Dez das entrevistas acabaram por ser realizadas em salas de reuniões que as instituições nos cederam especificamente para esse fim<sup>137</sup>.

No que se refere à situação de dezassete participantes (sete indicados pelas instituições e dez através das redes pessoais e bola neve), o agendamento foi combinado através de contacto telefónico direto e serviu para apresentar a investigadora e o contexto da entrevista, bem como

<sup>136</sup> No caso das pessoas institucionalizadas em lar ou em valência de centro de dia, o contacto foi naturalmente estabelecido pela técnica responsável, a qual tendo presente os critérios de inclusão da pesquisa, procedeu à identificação de potenciais participantes, uma tarefa complicada porque segundo aquilo que nos foi transmitido, uma larga maioria de pessoas ali institucionalizadas já apresentavam alguns sinais de demência. Após esta tarefa de sinalização, era agendada a entrevista. Outra instituição optou por não ceder os contactos telefónicos e procedeu à marcação das entrevistas diretamente com os seus utentes. Em ambos os casos e apenas por questões de rigor metodológico, a investigadora, no momento da entrevista, voltou a fazer a confirmação dos critérios de inclusão.

<sup>137</sup> Contudo, três participantes mostraram vontade em dar a entrevista num outro local, pedido que foi prontamente acedido pela investigadora.

para comunicar quaisquer impedimentos à realização da mesma. Apesar de estar condicionada pela atividade profissional, a postura da investigadora foi demonstrar a maior flexibilidade possível no que diz respeito ao agendamento das entrevistas, procurando que elas tivessem lugar nos dias, nas horas e nos locais mais convenientes para os participantes<sup>138</sup>. Esta estratégia teve como objetivo evitar que os participantes se sentissem, em caso algum, pressionados a interromper as suas rotinas diárias ou a faltar aos compromissos familiares, bem como estabelecer um clima de confiança mútua conducente a uma participação voluntária e o mais consciente possível na investigação<sup>139</sup>.

As entrevistas decorreram, assim, nos locais escolhidos pelos entrevistados, tendo presente que os indivíduos tendem a falar mais livremente nos ambientes onde se sintam mais confortáveis, seguros e que lhes sejam, de algum modo, familiares (Seidman, 1991; Gillham, 2000). Os locais privilegiados para a realização das entrevistas foram os domicílios ou, em alternativa, em cafés na proximidade dos mesmos. No momento das entrevistas apenas estavam presentes a investigadora e o entrevistado. No que se refere à condução de uma entrevista em que o participante é uma pessoa idosa, houve a preocupação de seguir os conselhos de Wenger (2001), que sugere ao investigador que “(...) most older people are just like everyone else, except that they have been around longer” (2001:276). Deste modo, tentámos não nos preocupar demasiado com a idade e não nos guiámos por um conjunto muito rígido e uniformizado de procedimentos. De igual modo, tomou-se em consideração os contributos de Berger & Mailloux Poirer (1995), ao iniciar a entrevista em torno de um assunto simples ou mesmo superficial, com a intenção de alcançar progressivamente a abordagem do assunto pretendido e de proporcionar um clima de à-vontade e de bem-estar entre entrevistador e entrevistado.

Na faixa etária dos oitenta e noventa anos, uma das principais preocupações foi criar empatia com os participantes, pois a abordagem tem de se esforçar por estar em sintonia com a energia física e mental dos participantes (Wenger, 2001). Aliás, Lalanda (1998) diz-nos mesmo que a empatia é fundamental para o desenrolar da entrevista, bem como para estabelecer uma relação de confiança com o entrevistado.

---

<sup>138</sup> A investigadora beneficiou de dispensa pontual da entidade patronal para a realização das entrevistas no horário laboral entre outubro e janeiro de 2016.

<sup>139</sup> A título de exemplo, uma das participantes pediu expressamente que a entrevista pudesse ser realizada após as Festas do Natal e do Ano Novo.

Procurou ser mantido, ao longo de toda a entrevista, um espírito de abertura e de compreensão que desse espaço à discussão de outros assuntos, sem se circunscrever estritamente ao assunto pretendido. Por outro lado, em determinadas ocasiões, e em particular com os participantes de idade mais avançada, em que estão presentes maiores dificuldades de audição, foi usado um discurso mais lento e evitada utilização de vocabulário abstrato, que poderia tornar-se de alguma forma confuso. Foram, igualmente facilitadas, sempre que necessário, a ocorrência de pausas para os participantes terem a oportunidade de reformular e clarificar o seu pensamento. No decurso da entrevista revelou-se, ainda, de bastante importância adequar, sempre que possível, a linguagem ao entrevistado, não interromper a sua lógica ou raciocínio, bem como evitar condicionar as respostas pela forma como as questões são colocadas. Este é um tipo de entrevista em que a influência do entrevistador deve ser mínima, em que são manifestados apenas sinais não-verbais de escuta ativa e encorajamento. Evitou-se tomar posição e emitir juízos de valor, mesmo quando interpelada para esse fim pelos participantes. No final da entrevista houve sempre a preocupação de proporcionar aos entrevistados um período de maior descontração e à vontade, por forma a facilitar que acrescentassem qualquer outro tipo de informação, caso essa fosse a sua vontade.

Em suma, um dos maiores desafios do processo de entrevistar é que requereu um enorme esforço de equilíbrio e concentração pois, em simultâneo, a investigadora teve de tomar notas; verificar se o gravador estava a funcionar; escutar o que o entrevistado estava a dizer e tentar perceber se aquilo que estaria a ser dito tinha realmente a ver com aquilo que está a ser investigado; refletir sobre aquilo que os entrevistados tinham acabado de dizer há minutos atrás; formular uma resposta adequada para aquilo que estava a ser dito; dar início à próxima questão; e tentar perceber se tinha havido alguma mudança no comportamento dos participantes relativamente aos tópicos abordados (Mason, 2002).

As entrevistas foram gravadas em suporte áudio digital, após obtida autorização verbal para o efeito, e tiveram uma duração que variou entre 30 a 60 minutos - aos quais foram descontados muitos minutos de conversa informal e/ou pausas que, entretanto, naturalmente tinham tendência a desenrolar-se. A recolha terminou com a saturação dos dados obtidos, isto é, a partir do momento em que os dados já não estavam a adicionar novas informações à pesquisa ou a justificar mais material empírico. Na verdade, seguiu-se o conselho de Becker aqui parafraseado por Ragin “You should stop adding cases when you are no longer learning anything new” (2012:34). A dimensão das amostras qualitativas não tem um número mágico e não há exatamente um ponto universal de paragem de recolha de dados, refere Becker (2012).

A amostra qualitativa deve ter como objetivo “(...) to offer sound qualitative insights, than try to mimic a quantitative ‘representative’ logic” (Mason, 2012:30). Foram, então, realizadas vinte e oito entrevistas nos meses de outubro de 2016 a março de 2017 <sup>140</sup>.

### **Em torno das questões éticas e deontológicas**

As questões éticas têm sido cada vez mais reconhecidas como fundamentais (Christians, 2000; Fine *et al.*, 2000), não se resumindo apenas à fase de recolha de dados e devendo ser observadas ao longo das diferentes fases do desenvolvimento da investigação qualitativa (Creswell & Poth, 2017). Entre as principais questões éticas observadas destacamos a preocupação em não colocar os participantes em situações de risco ou de desconforto pelo simples facto de aceitarem participar na investigação, bem como mostrar total receptividade e empatia com os idosos mais vulneráveis. Por fim, procurou-se evitar aquelas relações muito desequilibradas de poder entre investigador e participantes, em que estes se sentem na obrigação de participar na investigação (Hatch, 2002).

O trabalho de campo procurou salvaguardar, desde o princípio ao fim, o direito à informação e à autonomia, à participação voluntária, à garantia da confidencialidade dos dados, da privacidade e do anonimato dos participantes. Bogdan & Biklen (1994) aproximam o consentimento informado mais a uma amizade do que propriamente um contrato. Isto é, partiu-se do princípio de que, a partir do momento em que os participantes tomam conhecimento dos objetivos da investigação, das questões de confidencialidade e do anonimato dos dados e nos concedem a sua autorização para realizar a entrevista, estão dispostos a participar de forma informada e voluntária no estudo. Pedir para assinar um papel poderia ser causador de alguma preocupação ou desconforto nos participantes, levar a uma eventual quebra de confiança e colocar em risco a entrevista, em especial nos mais idosos, por isso o compromisso escrito foi substituído por um consentimento meramente oral.

Em cada situação de entrevista, a investigadora manifestou sempre a preocupação de dar conhecimento da sua identidade profissional e do enquadramento institucional aos respetivos participantes, da natureza e dos objetivos da investigação, bem como dos procedimentos de recolha de dados, em particular de obter a autorização para a gravação da entrevista<sup>141</sup>. No

---

<sup>140</sup> Green & Thorogood (2009) referem que, na experiência da maioria dos investigadores qualitativos, poucos dados “novos” realmente emergem das entrevistas, após terem sido entrevistados vinte ou mais indivíduos.

<sup>141</sup> Às instituições que colaboraram na investigação foi fornecido toda a informação considerada pertinente, subscrito pela investigadora e onde é salvaguardado o cumprimento dos princípios éticos na elaboração da investigação (Apêndice 1).

que se refere aos dados recolhidos há a dizer que foram única e exclusivamente do conhecimento da investigadora e do respetivo orientador e coorientador.

Na reserva da confidencialidade e do anonimato, foi atribuída uma codificação a cada entrevista, tendo todos os nomes citados sido alterados por outros fictícios. Porém, a simples utilização de um nome fictício não garante, na maioria dos casos, o anonimato total dos entrevistados, dado que pela riqueza de informação da entrevista qualitativa, vão sendo referidos nomes de inúmeras instituições, empresas, personalidades ou eventos que facilitam a identificação ou associação dos entrevistados por si próprios ou por outros indivíduos do seu circuito mais próximo de relações. Neste caso, a estratégia passou por excluir informação de carácter mais pessoal que não nos parecesse ser pertinente ou relevante para o desenvolvimento da investigação.

### III PARTE- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O Capítulo 8 dá conta justamente das principais características sociodemográficas da amostra e cada caso contém a respetiva nota biográfica (Apêndice 3). É apresentada, igualmente uma tipologia de cursos de vida. É finalmente a partir do capítulo 9 em diante, que se inaugura a apresentação dos resultados, na qual se segue uma lógica narrativa e biográfica, tendo em linha de conta as propostas teóricas e metodológicas que suportam esta investigação.

#### CAPÍTULO 8- A CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Olhemos, então, para a caracterização dos nossos entrevistados.

Idade/Sexo	Homens	Mulheres	Total
65-69	-	1	1
70-79	7	11	18
80+	2	7	9
<b>Total</b>	9	19	28

Quadro 8- Faixa Etária e Sexo

Os entrevistados são vinte e oito indivíduos residentes no concelho de Faro, de nacionalidade portuguesa e com idades compreendidas entre os 69 e os 92 anos, o que atribui, assim, um eixo temporal longo à amostra<sup>142</sup>. A maioria dos participantes (dezoito) integra-se na faixa etária dos 70-79 anos. No total, são dezanove mulheres e nove homens, cuja média de idades é de 77 anos<sup>143</sup>. É um facto que as mulheres superam os homens em todas as faixas etárias devido à maior esperança de vida e à sobremortalidade masculina, e que este fenómeno assume contornos particularmente evidentes nas idades mais avançadas (Tomassini, 2005). Entre as dezanove mulheres, sete têm mesmo 80 ou mais anos<sup>144</sup>. Apesar do nosso esforço para recrutar um maior número de homens para contrabalançar o perfil de género na amostra, não se conseguiu atingir este objetivo<sup>145</sup>.

---

<sup>142</sup> Um dos critérios na construção da amostra foi a idade, isto é, foram apenas incluídos indivíduos que, em 2012, tinham 65 ou mais anos, o que faz com que os participantes apresentassem, à data da recolha empírica, uma idade igual ou superior a 69 anos. Para uma melhor elucidação deste critério, consultar o Capítulo 7- Estratégia Metodológica e trabalho de campo

<sup>143</sup> A média de idades das mulheres é de 78 anos, ao passo que nos Homens é ligeiramente inferior, 74 anos.

<sup>144</sup> Em Portugal, depois dos 75 anos, existe uma nítida feminização da população (Bandeira *et al.*, 2014).

<sup>145</sup> Walsh e colaboradores (2012) fazem questão de sublinhar esta mesma dificuldade na pesquisa “*Deprivation and its Measurement in Later Life: Findings from a Mixed-methods Study in Ireland*”, em que a amostra qualitativa composta por 83 pessoas idosas (55-95 anos), conseguiu integrar apenas 21 homens. Os autores consideram que a fraca participação dos homens na amostra reflete o desequilíbrio de género na categoria das pessoas idosas.

<b>Naturalidade</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>Faro</b>	1	3	4
<b>Outros concelhos do Algarve</b>	1	6	7
<b>Outros concelhos do país</b>	6	9	15
<b>Outras</b>	1	1	2

Quadro 9- Origem Geográfica

No Quadro n.º 9 podemos observar que apenas quatro participantes são naturais de Faro (três mulheres e um homem), enquanto a larga maioria é proveniente de outros concelhos do país (quinze) ou da própria região do Algarve (sete)<sup>146</sup>.

<b>Estado Civil</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>Solteiro</b>	1	2	3
<b>Casado</b>	4	7	11
<b>Divorciado/Separado</b>	2	1	3
<b>Viúvo</b>	2	9	11

Quadro 10- Estado Civil

Quanto ao estado civil, prevalecem os viúvos (nove mulheres e dois homens) em igualdade com os casados (sete mulheres e quatro homens). Apenas três participantes são solteiros (duas mulheres e um homem) e, igualmente, três são divorciados/separados (dois homens e uma mulher).

<b>Morfologia Familiar</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>Vive só</b>	4	7	11
<b>Vive com cônjuge</b>	3	6	9
<b>Vive com cônjuge e filhos/enteado</b>	1	-	1
<b>Vive com filho e/ou netos</b>	1	1	2
<b>Vive em lar</b>	-	5	5

Quadro 11- Morfologia Familiar

Como se pode verificar no Quadro n.º 11 e acompanhando a tendência nacional, a larga maioria dos participantes vive só (onze)<sup>147</sup> ou com o respetivo cônjuge (nove), enquanto cinco (mulheres) encontram-se institucionalizadas em valência de lar. Apenas dois participantes

<sup>146</sup> O Relatório de Avaliação de Execução do Plano Diretor Municipal de Faro (RAEPDM) - 2008 (CMF, 2011) faz questão de sublinhar que, ao contrário do registado noutros concelhos do Algarve, Faro não sofre desde 1981 oscilações acentuadas de variação de população, por ser tradicionalmente atrativo em termos da concentração de serviços e das atividades económicas, em virtude do seu estatuto de capital de distrito. É, igualmente, valorizada uma capacidade atrativa demográfica diferente dos outros concelhos do litoral que apresentaram, ao longo dos anos, crescimentos demográficos induzidos, essencialmente, pelo setor turístico. Ainda segundo este relatório, entre 1960-2005, o concelho de Faro cresceu cerca de 64% (o que significa um crescimento anual médio de 1,4%), o dobro do verificado no Algarve (32%), enquanto o ritmo de crescimento demográfico do país naquele período rondou os 19%, cerca de um terço do registado em Faro.

<sup>147</sup> Segundo o INE (2012), em Portugal, cerca de 60% da população idosa vive só (400.964) ou em companhia exclusiva de pessoas também idosas (804.577), refletindo um fenómeno cuja dimensão aumentou 28% ao longo da última década. É também nas regiões de Lisboa (22%), Alentejo (22%) e Algarve (21%) que se verificam as mais elevadas percentagens de idosos que vivem sós.

(um homem e uma mulher) vivem na companhia de pelo menos um filho e/ou netos. Também é de referir que apenas um participante reside ainda com o respetivo cônjuge e filhos.

<b>N.º Filhos</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>Sem Filhos</b>	2	2	4
<b>Um Filho</b>	1	5	6
<b>Dois Filhos</b>	3	7	10
<b>Três ou mais Filhos</b>	3	5	8

Quadro 12 - N.º Filhos

No que refere ao número de filhos, a amostra tende a refletir também as próprias tendências nacionais, ao serem predominantes as fratrias formadas por dois filhos (dez participantes) (Cunha, 2007). Contudo, neste indicador a amostra é bastante equilibrada, pois este número é seguido muito próximo pelas descendências de três ou mais filhos (oito participantes), enquanto seis têm apenas um único filho. Apenas quatro (dois homens e duas mulheres) não têm qualquer descendência. Os participantes da amostra têm entre um e dez filhos, situando-se a média em 2,3. No caso das mulheres, o número de filhos varia entre nenhum e dez, enquanto nos homens oscila entre nenhum e cinco filhos.

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>Analfabeto</b>	-	3	3
<b>Sabe ler e escrever</b>	-	1	1
<b>Igual ou Inferior ao 1.º Ciclo</b>	3	7	10
<b>Entre o 2/3.º Ciclo</b>	-	2	2
<b>Ensino Secundário</b>	1	-	1
<b>Bacharelato</b>	1	5	6
<b>Licenciatura</b>	3	1	4
<b>Mestrado</b>	-	1	1

Quadro 13- Nível de Escolaridade

A inclusão de participantes com posições diferenciadas no meio social constituiu um dos critérios de diversificação da amostra. Como estratégia de recolha de dados alargou-se, o mais possível, a amostra a diferentes níveis de escolaridade. O perfil da amostra apesar de heterogéneo, é relativamente equilibrado, pois reparte-se, tanto, pelos níveis mais baixos de

escolarização (até ao 3.º Ciclo)<sup>148</sup>, com treze participantes (nove mulheres e quatro homens), como pelas formações mais altas: bacharelatos (seis participantes)<sup>149</sup>, licenciaturas (quatro participantes) e mestrado (um participante), igualmente, com onze participantes (sete mulheres e quatro homens, respetivamente). Também se regista a presença de casos em que a escolaridade não ultrapassa o 2º e 3.º Ciclos do Ensino Básico (duas mulheres) e de um participante (homem) que possui escolaridade ao nível do Ensino Secundário. Se todos os homens entrevistados frequentaram a escola, o mesmo já não acontece com todas as mulheres. De realçar que uma das participantes sabe ler e escrever, enquanto outras três participantes são analfabetas. As três mulheres, que não frequentaram a escola, apresentam como característica comum serem oriundas de outros concelhos.

<b>Grupos Socioprofissionais /CNP 2010</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>2. Especialistas das Atividades Intelectuais e Científicas</b>	4	6	10
<b>4. Pessoal Administrativo</b>	1	2	3
<b>5. Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores</b>	3	3	6
<b>7. Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices</b>	1	1	2
<b>9. Trabalhadores não qualificados</b>	0	4	4
<b>Sem Profissão</b>	-	3	3

Quadro 14- Grupo Socioprofissional<sup>150</sup>

A caracterização dos participantes passa também pelo seu enquadramento nos respetivos grupos profissionais. Como se pode observar no quadro n.º 14, a diversidade dos níveis de escolaridade reflete-se, de igual modo, nas profissões, onde têm um peso assinalável os indivíduos que eram detentores de uma atividade profissional qualificada, em particular os especialistas das atividades intelectuais e científicas (dez participantes), os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (seis participantes), aos quais se juntam em menor número os trabalhadores não qualificados (quatro participantes). Por último, três mulheres não exerceram qualquer profissão quando estavam em idade ativa, tendo-se dedicado à realização de tarefas domésticas.

<sup>148</sup> Aos indivíduos nascidos antes de 1 de janeiro de 1967, as habilitações mínimas obrigatórias são o 4.º ano de escolaridade.

<sup>149</sup> Foram aqui incluídos os detentores do Curso Geral de Enfermagem, Curso do Magistério Primário e Cursos do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA).

<sup>150</sup> As profissões dos participantes foram classificadas segundo a Classificação Nacional das Profissões mais recente, tendo sido referenciado apenas o primeiro grande grupo.

No momento da recolha empírica, os vinte e oito participantes estavam reformados ou eram pensionistas, dois dos quais (um homem e uma mulher, de 72 e 70 anos de idade, respetivamente) ainda mantinham uma ocupação profissional. Convém realçar que nove participantes (seis mulheres e três homens) eram trabalhadores do Estado quando estavam no ativo, exercendo profissões qualificadas tais como docentes do 1.º Ciclo e do Ensino Secundário e profissionais na área da Saúde.

N.º	Sexo	Idade	Naturalidade	Estado civil	N.º pessoas agregado <sup>151</sup>	Agregado familiar	N.º filhos	Escolaridade	Última profissão	Indicador de Classe <sup>152</sup>
<b>E1 Maria</b>	F	92	Loulé	Viúva	NA	Vive em Lar	2	4.ª Classe	Doméstica	<b>X</b>
<b>E2 Ana</b>	F	82	Ferreira do ALENTEJO	Viúva	0	Vive só	2	Sabe ler e escrever	Doméstica	<b>X</b>
<b>E3 Joana</b>	F	77	Mina S. Domingos	Viúva	1	Vive com filho	2	4.ª Classe	Auxiliar de Serviços Domésticos	<b>9 EE</b>
<b>E4 Fátima</b>	F	72	Vendas Novas	Viúva	NA	Vive em Lar	1	3.ª Classe	Auxiliar Ação Médica	<b>5 EE</b>
<b>E5 Nuno</b>	M	82	Beja	Viúvo	2	Vive com filha e neto	2	3.ª Classe	Pedreiro	<b>7 O</b>
<b>E6 Laura</b>	F	83	Avis	Casado	1	Vive com esposo	1	Licenciatura	Professora do Secundário	<b>2 PTE</b>
<b>E7 Eva</b>	F	79	Almodôvar	Casada	1	Vive com esposo	2	Analfabeta	Operária Fabril	<b>7 O</b>
<b>E8 Lia</b>	F	76	Angola	Viúva	0	Vive só	10	Analfabeta	Ajudante de Cozinha	<b>9EE</b>
<b>E9 Marta</b>	F	83	Faro	Viúva	0	Vive só	3	Magistério Primário	Professora Primária	<b>2 PTE</b>
<b>E10 Gil</b>	M	71	Portimão	Solteiro	0	Vive só	0	4.ª Classe	Cozinheiro	<b>5 EE</b>
<b>E11 José</b>	M	75	Ourém	Casado	1	Vive com esposa	3	Licenciatura	Professora do Secundário	<b>2 PTE</b>
<b>E12 Dina</b>	F	75	Olhão	Casada	1	Vive com esposo	3	Magistério Primário	Professora Primária	<b>2 PTE</b>
<b>E13 Rita</b>	F	81	Faro	Viúva	0	Vive só	3	Magistério Primário	Professora Primária	<b>2 PTE</b>
<b>E14 Hugo</b>	M	80	Coimbra	Divorciado	0	Vive só	3	Curso geral de Enfermagem	Odontólogo	<b>2 EDL</b>
<b>E15 Duarte</b>	M	76	Lisboa	Casado	3	Vive com esposa e filhos	5	Licenciatura	Médico	<b>2 PTE</b>
<b>E16 Ida</b>	F	90	Vila Real Santo António	Divorciada	0	Vive só	0	4.ª Classe	Explorava uma Pensão (patrão)	<b>5 EDL</b>
<b>E17 Inês</b>	F	70	Alvito	Casada	1	Vive com esposo	2	Curso geral de Enfermagem	Enfermeira	<b>2 PTE</b>
<b>E18 Miguel</b>	M	72	Faro	Casado	1	Vive com esposa	2	4.ª Classe	Comerciante (patrão)	<b>5 EDL</b>

<sup>151</sup> N.º de Pessoas do Agregado, excluindo o próprio. Não Aplicável (NA) porque vive em lar.

<sup>152</sup> A referência de partida é o indicador de classe social que corresponde à tipologia ACM, desenvolvido por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (Almeida, Costa e Machado, 1994; Costa, 2008), e atualizado, posteriormente, por Rosário Mauritti para a ISCO 08 (*International Standard Classification of Occupations* 2008). A operacionalização deste indicador de classe integra como variáveis principais a “profissão” e a “situação na profissão” (três categorias), inseridas numa matriz de lugares de classe (ver Apêndice 6).

N.º	Sexo	Idade	Naturalidade	Estado civil	N.º <u>de pessoas agregadas</u> <sup>151</sup>	Agregado familiar	N.º filhos	Escolaridade	Última profissão	Indicador de Classe <sup>152</sup>
E19 Teresa	F	69	Açores	Casada	1	Vive com esposo	1	Mestrado	Professora do Secundário	2 PTE
E20 Manuel	M	71	Angola	Separado	0	Vive só	2	11.º ano	Bancário	4 EE
E21 Adélia	F	70	Tavira	Casada	1	Vive com esposo	2	9.º Ano	Agente de Viagens	4 EE
E22 Carlos	M	70	Setúbal	Casado	1	Vive com esposa	1	Licenciatura	Professora do Secundário	2 PTE
E23 Beatriz	F	73	Lisboa	Viúva	0	Vive só	2	Curso Superior	Instrutora de Condução	5 EE
E24 Ema	F	73	Faro	Solteira	0	Vive só	1	9.º ano	Operadora de Telecomunicações	4 EE
E 25 Tiago	M	71	Almodôvar	Viúvo	0	Vive só	0	4.ª Classe	Comerciante (patrão)	5 EDL
E26 Glória	F	72	Olhão	Solteira	NA	Vive em Lar	0	4.ª Classe	Empregada de Limpezas	9 EE
E27 Violante	F	89	Grândola	Viúva	NA	Vive em Lar	1	Analfabeta	Trabalhadora Rural	9 0
E28 Rosa	F	74	Boliqueime	Casada	NA	Vive em Lar	7	3.ª Classe	Doméstica	x

Quadro 15- Caracterização Síntese da Amostra <sup>153</sup>

### Construindo uma Tipologia de Cursos de Vida

Esta tipologia cruza duas grandes dimensões: em primeiro lugar, a formação de novos relacionamentos familiares (trajetória conjugal e parental) e, em segundo lugar, os recursos (trajetória escolar e de classe social) <sup>154</sup>. De notar que estas dimensões são estruturantes dos cursos de vida, talvez das mais importantes, dado que a primeira refere-se à constituição, ou não, de uma família de procriação (com tudo o que isto implica), enquanto a segunda remete para desigualdades distributivas, decorrentes de diferentes distribuições de recursos escolares (embora também se pudessem incluir os recursos económicos) <sup>155</sup>, e para desigualdades categoriais, isto é, para desigualdades entre classes sociais (Costa, 2012a). O cruzamento destas duas dimensões resulta em quatro tipos ideais de cursos de vida (os casos aproximam-se, uns mais do que outros, dos tipos ideais).

<sup>153</sup> Na reserva da confidencialidade e do anonimato, foi atribuída uma codificação a cada entrevista, tendo todos os nomes dos entrevistados sido alterados por nomes fictícios.

<sup>154</sup> Com recurso à Tipologia ACM atualizada por Rosário Mauritti para a ISCO 08 (*International Standard Classification of Occupations 2008*) em Costa *et al.*, (2015).

<sup>155</sup> A não inclusão dos recursos económicos deve-se à ausência de dados para todos os casos, pois nem todos os participantes manifestaram abertura para falar dos seus rendimentos.

<b>CURSO DE VIDA</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS TIPOS IDEAIS DE CURSO DE VIDA</b>	<b>DESCRIÇÃO DO PERFIL</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1</b>	Curso de vida com moderada/elevada formação de novos relacionamentos familiares, e com moderadas/elevadas vantagens distributivas e categoriais	3. Curso de vida com conjugalidade e com parentalidade + Nível elevado de escolaridade + posições favoráveis na estrutura das classes sociais	<b>E6 Laura</b> (83 anos) <b>E11 José</b> (75 anos) <b>E12 Dina</b> (75 anos) <b>E15 Duarte</b> (76 anos) <b>E17 Inês</b> (70 anos) <b>E19 Teresa</b> (69 anos) <b>E22 Carlos</b> (70 anos)	<b>7</b>
				<b>Média de Idades 74 anos</b>
<b>2</b>	Curso de vida com moderada/elevada formação de novos relacionamentos familiares, mas com moderadas/elevadas desvantagens distributivas e categoriais	4. Curso de vida com conjugalidade e com parentalidade + Sem escolaridade ou com níveis baixos de escolaridade + posições desfavoráveis na estrutura das classes sociais.	<b>E7 Eva</b> (77 anos) <b>E18 Miguel</b> (72 anos) <b>E21 Adélia</b> (70 anos) <b>E28 Rosa</b> (74 anos)	<b>4</b>
				<b>Média de Idades 73 anos</b>
<b>3</b>	Curso de vida sem formação ou com baixa formação de novos relacionamentos familiares, mas com moderadas/elevadas vantagens distributivas e categoriais	5. Curso de vida sem conjugalidade ou sem conjugalidade no presente, mas com parentalidade + Nível elevado de escolaridade + posições favoráveis na estrutura das classes sociais	<b>E9 Marta</b> (83 anos) <b>E13 Rita</b> (81 anos) <b>E14 Hugo</b> (80 anos) <b>E20 Manuel</b> (71 anos) <b>E23 Beatriz</b> (73 anos)	<b>5</b>
				<b>Média de Idades 78 anos</b>
<b>4</b>	Curso de vida sem formação ou com baixa formação de novos relacionamentos familiares, e com moderadas/elevadas desvantagens distributivas e categoriais	1. Curso de vida sem conjugalidade (ou sem conjugalidade no presente) e sem parentalidade + Sem escolaridade ou com níveis baixos de escolaridade + posições desfavoráveis na estrutura das classes sociais	<b>E10 Gil</b> (Perfil 1) - 71 anos <b>E25 Tiago</b> (Perfil 1) - 71 anos <b>E26 Glória</b> (Perfil 1) - 72 anos	<b>3</b>
				<b>Média de Idades 71 anos</b>
		2. Curso de vida sem conjugalidade ou sem conjugalidade no presente, mas com parentalidade + Sem escolaridade ou com níveis baixos de escolaridade + posições desfavoráveis na estrutura das classes sociais	<b>E1 Maria</b> (Perfil 2) -92 anos <b>E2 Ana</b> (Perfil 2) -82 anos <b>E3 Joana</b> (Perfil 2) -77 anos <b>E4 Fátima</b> (Perfil 2) -74 anos <b>E5 Nuno</b> (Perfil 2) -82 anos <b>E8 Lia</b> (Perfil 2) - 76 anos <b>E16 Ida</b> (Perfil 2) -90 anos <b>E24 Ema</b> (Perfil 2) -73 anos <b>E27 Violante</b> (Perfil 2) -89 anos	<b>9</b>
				<b>Média de Idades 82 anos</b>

Quadro 16-Tipologia dos Cursos de Vida

A larga maioria dos participantes insere-se no Tipo 4 (doze participantes), com idades que variam entre os 71 e os 72 anos de idade no Perfil 1 e entre os 74 e os 92 anos no Perfil 2. No Perfil 1 verifica-se o predomínio do sexo masculino, enquanto as mulheres estão em esmagadora maioria (oito) no Perfil 2. A maioria dos participantes (dezasseis) está inserida nos tipos 2 e 4, perfis marcados por moderadas/elevadas desigualdades distributivas e categoriais. Contudo, é no tipo 4 onde se encontra um maior número de participantes (doze)

que combinam pobreza/forte desvantagem social e problemas de saúde, e que em muitos casos, foram estes fatores que vieram a precipitar a transição para um lar de idosos.

## **CAPÍTULO 9 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Passemos, então, a apresentar os resultados, procurando dar resposta aos objetivos definidos e às questões de investigação. Os resultados encontram-se organizados em temas, categorias e dimensões e ilustrados com os excertos mais reveladores das entrevistas. É de referir que alguns dos temas são emergentes, isto é, não estavam inicialmente previstos no guião de entrevista, tendo sido introduzidos por alguns entrevistados em resposta à primeira pergunta do guião (pergunta geral em que se pedia aos participantes para dizerem o que lhes ocorria relativamente à crise e à austeridade) ou no decorrer de respostas a outras perguntas. Estes temas emergentes são os seguintes: i) as causas e as consequências da crise e da austeridade em Portugal; ii) o papel do poder político e das instituições num contexto de crise e de austeridade; iii) a crise sentida ou não sentida; iv) a austeridade em Portugal enquanto resposta à crise: aplicação e consequências; e, por último, v) o estado do país. De modo a contextualizar a leitura dos resultados obtidos, as categorias são acompanhadas pelo respetivo perfil sociodemográfico dos participantes (idade, sexo, indicador individual de classe e tipologia de curso de vida) que se encontram disponíveis no Apêndice 4. Por último, identificam-se, num primeiro momento, algumas ligações do género, classe social, idade e curso de vida com as categorias e, num segundo momento, as ligações entre as categorias e os perfis sociodemográficos (Spencer *et al.*, 2014)<sup>156</sup>.

## **CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA CRISE E DA AUSTERIDADE EM PORTUGAL**

### **As Causas da Crise**

Alguns autores defendem que a crise económica e financeira de que temos vindo a falar resultou do funcionamento do capitalismo e da crescente financeirização e desregulação da economia globalizada, num quadro dominado pelo pensamento liberal (ex.: Romão, 2014). Esta é uma crise que começou por ser financeira, mas que deu lugar, mais tarde, à crise das dívidas soberanas, ao passar da esfera privada (famílias) para a esfera pública (Estado),

---

<sup>156</sup> Estas ligações referem-se a co-ocorrências, isto é, a situações em que os casos que se encontram numa categoria A são praticamente os mesmos dos que se encontram numa categoria B (ligações entre categorias). Por outro lado, referem-se à presença predominante de um determinado perfil sociodemográfico em determinada categoria (ligações entre categorias e perfis sociodemográficos).

transformando-se, deste modo, numa crise de défices orçamentais, dívidas públicas e bancos em apuros, que conduziu aos resgates financeiros da Grécia, Irlanda, Chipre e Portugal (Romão, 2014).

Uma vez a crise instalada, várias perspetivas começam a despertar sobre quais as verdadeiras causas da crise em Portugal. Uma das causas mais apontadas remonta à criação do Euro e ao modo como a política monetária e orçamental foi seguida na Zona Euro (Albuquerque, 2014) e, “contrariamente ao que muitos sugerem, a degradação das finanças do Estado não foi a causa da crise: foi acima de tudo, um reflexo de uma economia que dava sinais óbvios de esgotamento” (Mamede, 2015:37). Com a adesão ao Euro, Portugal perde a soberania monetária e enquanto Estado-membro viu-se obrigado a recorrer ao financiamento, interno e externo (Albuquerque, 2014). Anos mais tarde, viria a assistir-se a um excesso de liquidez nos mercados e à descida das taxas de juros, o que fez disparar o crédito e, como tal, o nível de endividamento das economias mais fracas da Zona Euro (entre as quais Portugal), sobretudo nos anos de 2009 e 2010, até ao início da crise económica e resgates financeiros (Albuquerque, 2014). Portugal entra numa crise profunda e, sem forma de recorrer ao crédito, tanto externo como interno, solicita ajuda internacional para reequilibrar as contas públicas (Albuquerque, 2014). Para responder ao impacto negativo de uma crise sistémica na atividade económica, os governos nacionais resgatam os bancos em risco de falência, medidas polémicas que tiveram uma fatura bastante elevada para os contribuintes e que fizeram aumentar exponencialmente os défices nacionais e as dívidas públicas.

Acabámos de dar conta da perspetiva dos especialistas sobre as causas da crise. E qual será a perspetiva dos participantes nesta investigação? A análise dos resultados revelou duas categorias: “Os governantes pisaram a linha vermelha” (treze casos) e “Portugal subjugou-se a interesses externos” (três casos). Ambas as categorias remetem para uma ideia de responsabilização da classe política nacional pelos motivos que levaram o país a pagar uma fatura tão pesada pela crise e pelas respostas à crise<sup>157</sup>.

---

<sup>157</sup> As “Causas da crise” trata de um tema emergente e, por isso, nem todos os participantes o introduziram nas entrevistas.

## ***Os governantes pisaram a linha vermelha***

Como possíveis causas da crise, esta primeira categoria identifica três dimensões: “A corrupção” (seis casos), “O défice e o endividamento excessivo” (seis casos) e, por último, “A crise de valores” (um caso).

### ***A corrupção***

Relativamente à corrupção, Rita não parece ter dúvidas quando diz que a corrupção é um flagelo que está a minar a sociedade atual e que cada vez mais:

*“Cada um faz o que quer. Cada um rouba aquilo que quer (...). Já vii tanta corrupção, a nível nacional e internacional. Isto tem que acabar. Antigamente, nós tínhamos pessoas que fiscalizavam, agora ninguém fiscaliza nada. “O que acho na verdade é que este país, tem de ter uma orientação verdadeira, tem de haver transparência e não há.” (E13, 81 anos)*

Para mostrar ao ponto que pode chegar a corrupção em Portugal <sup>158</sup> e qual o destino que pode ser dado ao dinheiro que sai do bolso de todos os contribuintes, Inês dá como exemplo a compra de plasma sanguíneo, um dos casos que pode ter lesado o Estado português em muitos milhões de euros e que veio a público em 2015, dando origem à operação “0 Negativo”:

*“Porque trabalhei na área do sangue (...) foi um disparate, porque Portugal podia, tinha plasma e não precisava que viesse de fora. Milhões. Um hospital poderia manter o sangue dos dadores e conseguiria assegurar os arredores e se precisassem podiam pedir a outros hospitais. Mas conseguiram manter e não precisava de vir de fora. Apartamentos, carros e viagens...à conta do plasma. O plasma em Portugal é deitado para o lixo!. (...) é uma vergonha quando é mais fácil ir aos nossos ordenados, ir aos pobres e às crianças, tirar a comida da boca, do que acabar com estes grandes negócios.” (E17, 70 anos)*

Por fim, Hugo, resume em poucas palavras o que lhe vai na alma, ao dizer de forma clara e taxativa que:

*“A corrupção está na causa disto tudo (...). Há muita coisa que poderia ser evitada. Nem era preciso aumentar os impostos, bastava que todos pagassem aquilo que deviam e nós viveríamos melhor.” (E14, 80 anos)*

### ***O défice e o endividamento excessivo***

Já Manuel refere que o principal responsável pela crise é o défice. Mas o poder político não está isento de responsabilidades:

---

<sup>158</sup> No Índice de Perceção da Corrupção de 2017, o principal indicador mundial sobre níveis de corrupção no setor público, Portugal ocupava o 29.º lugar em conjunto com o Qatar, num total de 180 países – numa escala que vai da Somália e do Sudão do Sul à Dinamarca e à Nova Zelândia (os piores e melhores classificados, respetivamente).

Fonte: [https://www.transparency.org/news/feature/corruption\\_perceptions\\_index\\_2017](https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2017)  
(dados consultados em 02-01-2019).

*“O Défice. Os partidos têm muita culpa disso porque queriam valorizar-se e por isso escondiam as coisas, o governo escondia as coisas. E depois os senhores da Europa tiveram de chegar-se à frente...” (E20, 71 anos)*

Por sua vez, Teresa não tem uma ideia muito formada sobre as razões que estiveram na origem da crise em Portugal, mas tem noção que existem prevaricadores que parecem estar acima da lei, pois ninguém é penalizado criminalmente:

*“Não percebo muito bem porque isto aconteceu, mas acho que foi pelo facto do país se ter endividado demais. O que aconteceu aos responsáveis da crise?” (E19, 69 anos)*

Algumas das participantes percecionam a crise como resultado das más práticas e dos gastos excessivos do Estado. Além da corrupção em que Portugal se encontra mergulhado, Rita acusa o Estado enquanto um dos principais responsáveis pela crise, por ser uma instituição gastadora em que o elo mais fraco é o funcionário público:

*“O Estado tem muita culpa, têm muitos gastos. E é sobre o Funcionário Público que o Estado vai retirar aquilo que precisa .” (E13, 81 anos)*

Por sua vez, também Adélia aponta o dedo ao Estado como sendo um dos principais culpados pela crise, mas numa perspetiva diferente de Rita. Ao contrário de Rita, em que o funcionário público é tido como uma “presa fácil” onde o Estado vai buscar o dinheiro que necessita para compensar os seus gastos, aqui o funcionário público é visto como um trabalhador privilegiado que tem feito o sistema público perder muito dinheiro. Para explicar o seu raciocínio, recorre a uma breve comparação entre as regalias e os sistemas de proteção social do regime público e do privado e é precisamente na identificação das diferenças, que não consegue mais disfarçar a mágoa que tem sentido:

*“Eu senti-me sempre muito mal tratada, na medida em que trabalhava tanto como quem está no Estado, mas eles tinham direito a mais reforma, a mais férias, ao ADSE e a tantas vantagens que nós não tínhamos. Isto fez o Estado perder muito dinheiro.” (E21, 70 anos)*

### ***A crise de valores***

Quando se fala em crise, Manuel garante que a mesma foi provocada pela ganância desmedida do homem pelo lucro, sem a menor preocupação pelo que poderia colocar em risco, neste caso a vida de milhões de pessoas, um pouco por todo o mundo:

*“|a crise| é a ganância que vem logo à ideia.” (E20, 71 anos)*

### ***Portugal subjugou-se a interesses externos***

Esta segunda categoria é constituída por duas dimensões: “A adesão ao Euro” (dois casos) e “A crise provocada” (um caso), as quais se reportam às causas externas que estiveram na origem da crise em Portugal.

#### ***A adesão ao Euro***

Alguns dos participantes mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico referem a adesão à Moeda Única como uma das consequências da crise. O Euro veio piorar de forma significativa as condições de vida, ao aumentar os preços dos bens e serviços, bem mais do aquilo que os rendimentos dos portugueses conseguiam acompanhar.

É o caso de Eva, que não tem dúvida que a crise remonta àquele período e que os governantes portugueses desde então também tiveram “culpas no cartório” pela situação a que o país chegou:

*“Já veio desde o Euro, piorou...A reforma é a mesma, e diferença do escudo para o euro foi muito grande. depois veio o Sócrates e o Coelho. Essa gente deu cabo da nossa vida toda!” (E7, 79 anos)*

A perspetiva de Gil é muito parecida à de Eva. O cozinheiro reformado dá um exemplo para comparar o antes e o depois da entrada em vigor do Euro:

*“Antigamente com dez contos traziam muita coisa para casa. Se a gente pegar em 50 euros e for ao supermercado, não traz nada.” (E10, 71 anos)*

#### ***A crise provocada***

Quanto a Carlos, a crise pouco ou nada teve que ver com o fator político, tratou-se de uma sobreposição dos interesses económicos aos interesses dos cidadãos, isto tudo com o beneplácito das instituições da Zona Euro:

*“A crise é uma crise provocada (...) isto é surreal!. A crise partiu da bolha imobiliária e depois irradiou para a Europa. E eu penso que esta crise foi uma tentativa, sobretudo nos países como a Grécia e Portugal, onde houve cortes substanciais nas regalias sociais, para impedir que a banca fosse à falência. O que aconteceu foi que as dívidas da banca se tornaram em dívida pública, obrigando países como Portugal e a Grécia, onde a crise foi mais recessiva, a terem de suportar a dívida da banca.” (E22, 70 anos)*

## **O PAPEL DO PODER POLÍTICO E DAS INSTITUIÇÕES NUM CONTEXTO DE CRISE E DE AUSTERIDADE**

Portugal é um dos países europeus que revela ter dos níveis mais baixos de satisfação com a democracia (Magalhães, 2009), uma perceção que é transversal aos vários grupos sociais. Portugal faz parte do grupo de países onde durante a última década a proporção de cidadãos descontentes aumentou significativamente, conforme comprovam os dados do *European Social Survey*, 6.<sup>a</sup> vaga, 2012 (Gorbunova *et al.*, 2015). Esta situação poderá estar relacionada com o agravamento da crise económica e financeira, mas é um facto que mesmo antes da crise os níveis de satisfação com a democracia já eram muito baixos (Pinto *et al.*, 2012). Por outro lado, Portugal também se encontra igualmente no grupo de países onde os níveis de confiança são mais baixos, aproximando-se mais dos países do Leste europeu, com um passado de regimes comunistas, sendo que a análise dos dados longitudinais tem revelado que esta tendência está longe de se desaparecer com o tempo.

A responsabilidade pela crise em Portugal é política, dado os governantes terem tomado decisões opostas aos interesses dos eleitores, algumas delas com um impacto bastante negativo nas vidas dos portugueses. Esse é um dos resultados que mais saltam à vista na seção anterior. Mas o que pensam, de facto, as pessoas idosas da classe política, em geral, e dos governantes, em particular? E como equacionam o papel das instituições nacionais e europeias em todo este processo marcado pela crise económica e social do país e pelo ajustamento financeiro que se seguiu?

### **Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições políticas**

Esta primeira categoria visa dar resposta a estas interrogações e possui uma única dimensão “Não se pode acreditar nos políticos e instituições políticas”, a qual integra dez casos. Esta dimensão dá-nos uma ideia bastante negativa da classe política, isto é, de que muitos dos participantes não se revêm de todo nos eleitos e nas instituições que estes representam <sup>159</sup>. Observa-se, nos excertos desta categoria um mal-estar generalizado com a classe política, à qual se dá pouco ou nenhum crédito, e em que se assume que os políticos são todos iguais, prometem e não cumprem, levando a cabo um tipo de atuação que frustra as expectativas dos eleitores. São narrativas que evidenciam desconfiança, descrença e despolitização.

---

<sup>159</sup> Este tema é emergente e não consta no guião de entrevista.

O participante José é exemplo de um cidadão que não deposita qualquer confiança nos políticos portugueses e que diz de forma categórica que:

*“Eu não acredito em político nenhum.”(E11, 75 anos)*

O caso de Hugo é, igualmente, ilustrativo de um cidadão que se encontra de costas voltadas para a classe política e que tem uma visão muito crítica sobre a política e os políticos, ao ponto de confessar que há anos que não exerce o seu direito de voto. É desta maneira que nos dá a conhecer o seu profundo desinteresse em relação à participação eleitoral, demonstrando não se sentir verdadeiramente representado por qualquer dos políticos que vá a votos em Portugal:

*“Eu não me meto na política. (...) Ninguém merece o meu voto.” (E14, 80 anos)*

O discurso de Duarte revela um profundo descrença nos representantes políticos em Portugal, em particular naqueles que tiveram uma intervenção mais direta na situação do país, quando se deu a crise e o resgate financeiro. Duarte refere que cada vez mais os agentes políticos “*entram nos jotas*” e passam a colocar o interesse profissional acima dos interesses dos cidadãos que os elegeram. São nada mais, nada menos, que “*carreiristas profissionais*” e “*maus profissionais da política*”. O participante, ao comparar os políticos do passado com os políticos do presente, chega à conclusão que:

*“O que me parece que aconteceu foi que mesmo no tempo do Salazar os tipos que faziam política tinham provado que eram viáveis a exercer uma profissão.”. (E15, 76 anos)*

Este participante também mostra bastante descrédito no Estado, pelo facto de ter assistido ao corte da sua reforma que pensava “*ser intocável*”. Denota-se, de igual modo, uma falta de confiança no Estado, aqui entendido como a “*instituição das instituições*”, na perspetiva do sociólogo e jurista Maurice Hauriou (1929), que surge na sequência dos cortes nas pensões:

*“As pessoas da minha geração que trabalharam para o Estado tinham expetativas. Eu tinha uma reforma vitalícia que era intocável. Isto de facto, custou muito (...). Não se pode acreditar nas instituições. Não tenho mesmo uma ideia muita famosa sobre a seriedade das instituições. Quem são os responsáveis? Quem governa, quem promulga.” (E15, 76 anos)*

Já Teresa, que se assume como uma pessoa bastante conservadora, desabafa sobre a sua falta de confiança no Estado, a qual teve início nos anos mais recentes:

*“Eu tenho sempre o dinheiro na CGD porque é o banco do Estado. E continuo porque é o banco do Estado e apanhei um grande baldão com toda esta situação. Eu sinto que que já não se pode confiar nas instituições, como por exemplo, o Estado”(E19, 69 anos)*

## **CRISE SENTIDA OU NÃO SENTIDA?**

Interessa-nos, neste momento, após termos levantado a ponta do véu sobre as causas da crise em Portugal, saber se a crise foi, ou não, sentida pelos participantes. É, então, a partir de um tema emergente que se denominou de “Crise sentida ou não sentida?”, subdividido em duas categorias mutuamente exclusivas: a primeira intitulada “Nem todos sentiram a crise” (cinco casos) e a segunda “A crise foi sentida” (vinte e três casos), com que se vai tentar ir ao encontro das respostas ambicionadas.

### **Nem todos sentiram a Crise**

Esta categoria é constituída por uma única dimensão que integra cinco casos de mulheres, as quais se encontravam institucionalizadas num lar à data da crise e das principais respostas à crise, em Portugal. Entre estas participantes, a crise não se fez sentir porque já se encontravam institucionalizadas quando se começaram a notar os seus principais efeitos ou porque foram institucionalizadas pouco tempo depois. A perceção generalizada é a de um sentimento de proteção dado pela instituição e de uma melhoria significativa das condições de vida, em particular no que diz respeito a se terem libertado do fardo das tarefas domésticas.

Nesta categoria encontramos a Maria que está institucionalizada em lar desde 2005. A participante, quando questionada sobre a crise, refere:

*“Dizem que há muitas crises aí por fora, mas há 12 anos que vim para o lar, nunca me faltou nada!. Sinto-me protegida e porque estou aqui no lar e não preciso da ajuda dos meus filhos.”  
(E1, 92 anos)*

Por sua vez, Glória refere que antes de ser institucionalizada, em 2010, estava sozinha, quase acamada, e recebia apoio domiciliário no respeitante à alimentação. Quando confrontada se sentiu a crise, não tem muitas dúvidas na resposta a dar:

*“Não senti nada, porque entretanto vim para o lar e agora não tenho despesas e tenho alimentação e roupa lavada.” (E26, 72 anos)*

Já Violante diz que antes de ser institucionalizada, em 2010, “as coisas subiram muito de preço”. A participante recorda que antes vivia sozinha e que desde que ingressou no lar:

*“A minha vida mudou. A minha vida teve altos e baixos, mas agora está equilibrada, roupa lavada e comida. Não tenho que passar a ferro, lavar roupa, tratar da casa. Aqui só escangalho a cama.” (E27, 89 anos)*

## **A Crise foi sentida**

Esta segunda categoria é composta por sete dimensões que dão conta das diversas formas através das quais a crise foi sentida: “Foi tudo afetado pela crise” (cinco casos); “*Senti a crise*” e “*como estava aqui sozinha senti-me muito desprotegida*” (um caso); “*Um objetivo que não se alcançou e uma alteração na possibilidade de compra e poupança*” (um caso); “*Isso foi a coisa que mais me custou*”: a quebra contratual e a perda de confiança nas instituições” (dois casos); “*Dançar conforme a música*” (seis casos); “*Deu para Viver*”, mas a minha Família foi afetada pela crise (cinco casos); e por último, “A minha Família sim, foi afetada pela crise” (três casos).

### ***Foi tudo afetado pela Crise***

Este conjunto de participantes, mulheres -à exceção de um caso- e com um nível de escolaridade muito heterogéneo, sentiram de forma intensa os impactos da crise em diversos domínios das suas vidas, estendendo-se da vida pessoal à vida familiar. Os impactos fizeram-se sentir, em particular, entre aqueles que têm rendimentos mais baixos, que padecem de problemas de saúde, e nos casos em que o suporte informal é ausente ou se encontra muito enfraquecido. É o que se passa com Gil, portador de uma incapacidade visual, sem familiares próximos que o apoiem e que vive só. Este participante diz que:

*“Deixei de fazer tudo.” (E10, 71 anos)*

Quanto a Eva também padece de problemas de saúde, alguns dos quais precipitaram os papéis para a reforma, tinha apenas 57 anos de idade. A participante revela ter sofrido os efeitos negativos da crise e que estes efeitos também se estenderam ao seio familiar:

*“Tenho vivido mal, muito mal. A minha vida deu uma grande volta. Nestes anos da crise, foi a minha filha que ficou doente, a outra que ficou desempregada, as necessidades que aumentaram, a minha saúde que piorou, a nossa vida nunca mais foi a mesma. Foi tudo afetado. Tinha muitas amigas, era muito divertida e agora... Agora afastei-me delas, porque não tenho possibilidades de as acompanhar e não me sinto bem. Não tenho uma roupa nova, nada. O meu marido então não entra num café sequer, porque não tem.” (E7, 77 anos)*

À semelhança de Eva, Adélia também sentiu a crise de forma acentuada e os efeitos também se registaram na vida das suas filhas. Esta agente de viagens reformada também tem alguns problemas de saúde, pois é “*diabética*”, tem “*tensão alta e depressão*”. Adélia é categórica ao dizer sobre a crise:

*“Foi muito mau. Senti muito. Foi uma catástrofe para mim. (...) Bom, a sorte foi não termos dívidas, porque senão não sei mesmo como teria sido. (...). Mas eu também tive que aprender a*

*viver (...) (...) eu agora esforço-me mais por fazer mais comida em casa, por sair menos (...) Passou a haver prioridades. Agora, já não posso ir a todas.” (E21, 70 anos)*

Adélia esclarece que, no caso das filhas, a crise fez-se sentir de forma particularmente dramática na:

*“situação profissional instável das minhas filhas e que continuo a ter de ajudar.” (E21, 70 anos)*

### **“Senti a Crise” e “como estava aqui sozinha senti-me muito desprotegida”**

Ema assume que tanto ela como a filha e a neta sentiram os efeitos mais negativos da crise, e que se sentiu muito desprotegida porque vivia só:

*“Eu senti a crise e como estava aqui sozinha senti-me muito desprotegida.” (E23, 73 anos)*

A operadora de telecomunicações reformada também padece de problemas de saúde e não tem dúvidas quando admite que a crise teve um forte impacto na sua vida quotidiana:

*“A vida deu uma volta de 360 graus! Ter de pensar no dia seguinte, no amanhã.” (E23, 73 anos)*

A filha viu-se desempregada em 2011 e as mudanças sucederam-se de forma dramática:

*“Uma sexta-feira veio para casa e na segunda entregaram-lhe o papel da extinção do posto de trabalho. A neta teve que deixar de estudar de dia para trabalhar.” (E23, 73 anos)*

Ema relata ainda que foi nessa altura que tomou uma decisão muito importante na sua vida, a de inscrever-se numa academia sénior, por forma a:

*“Arranjar um escape, senão enlouquecia. Era receber os telefonemas “Oh mãe, assim.. oh mãe assado! e eu sem poder fazer nada.” (E23, 73 anos)*

### **“Um objetivo que não se alcançou” e “uma alteração na possibilidade de compra e poupança”**

Também José, pai de três filhos licenciados, professor reformado do Ensino Secundário, desabafa que:

*“Onde eu acho que sinto mais a crise é ver os meus filhos com uma posição social minimamente estável. É aí que sinto a crise, não como uma privação, mas como um objetivo que não se alcançou.” (E11, 75 anos)*

Além desta dimensão simbólica, o participante faz questão de observar que também “*sente e vai sentindo*” a crise como:

*“Uma alteração na possibilidade de compra, bens materiais, poupança. Não senti a crise e austeridade no sentido que tenho de deixar de fazer isto ou aquilo.” (E11, 75 anos)*

Contudo, José admite ainda algumas dificuldades na gestão do orçamento doméstico, mais especificamente na poupança:

*“Passei a ter dificuldade em pôr algum de lado. Nesse sentido, eu senti a crise, até posso dizer que mesmo antes da crise essa dificuldade começou a fazer-se sentir.” (E11, 75 anos)*

***“Isso foi a coisa que mais me custou”: a quebra contratual e a perda de confiança nas instituições***

Os casos que integram esta dimensão são relativos a reformados, ambos da função pública, com qualificações ao nível do ensino superior e que levavam um estilo de vida bastante confortável antes da crise. Entre os seus familiares mais próximos, houve quem tivesse sido afetado pela crise, enquanto outros nem tanto. Contudo, os efeitos mais negativos da crise, além dos aspetos materiais, fizeram-se sentir de forma mais intensa do ponto de vista simbólico e constituem a “pedra de toque” que diferencia esta dimensão das restantes desta categoria.

Com a crise, Duarte não passou privações, é certo, mas sentiu-se muito limitado na sua vida quotidiana, pois *“tinha um certo padrão de vida”*. Este médico reformado refere que a crise coincidiu com o momento em que refez a sua vida amorosa com outra pessoa e que, deste modo:

*“Apanhou-me numa altura um bocado difícil. Eu casei nessa altura. (...) Não tinha casa para pagar, porque já estava paga, mas... A minha mulher estava a estudar. Não passei privações, é certo, mas senti-me limitado.” (E15, 76 anos)*

O médico reformado diz que nesta altura da sua vida se viu obrigado a fazer alguns sacrifícios, a abdicar de algumas coisas, mas confessa algum apego a determinados bens:

*“Há coisas de família. Tenho um barco à vela de que a família gosta muito e que mantenho há 30 anos e foi muito complicado ficar com ele.” (E15, 76 anos)*

Além destes aspetos mais relacionados com questões materiais, Duarte identifica *“a quebra contratual”* como a dimensão em que a crise se fez sentir de forma muito mais dolorosa, isto porque *“o Estado é uma coisa de bem”* e *“isso foi a coisa que mais me custou”*.

Por sua vez, Teresa, em relação à crise, tem uma maneira de ver as coisas muito parecida à de Duarte e refere que também se sentiu muito melindrada na “parte simbólica”:

*“Tocou-me muito na parte simbólica, a falta de confiança nas instituições. A nível geral, o facto de as pessoas não serem responsabilizadas.” (E19, 69 anos)*

A nível familiar, Teresa relata que o marido também experienciou os efeitos da crise e das respostas à crise, “*nós fomos afetados os dois*”. Todavia, “*não tínhamos dívidas, o que ajudou*”. No que respeita à filha, médica dentista, a participante diz que “*não foi afetada*”, o que já não aconteceu com outros familiares mais próximos que se viram atingidos pelo drama do desemprego.

### ***“Dançar conforme a música”***

Este conjunto de participantes não sentiu de forma particularmente intensa os efeitos mais negativos da conjuntura de crise e revela, de uma maneira geral, ter sabido adaptar-se às circunstâncias. Além disso, têm ainda em comum o facto de não terem grandes preocupações com os filhos. Quando se observa o género dos participantes, verifica-se que estas narrativas pertencem mais a homens do que a mulheres, e quando analisado o nível de escolaridade, chega-se à conclusão de que são muito heterogéneos.

O participante Hugo assume que faz “*uma vida normal, modesta*” e, como tal, não tem passado grandes dificuldades. Deste modo, admite que não sentiu muito a crise e justifica que não teve outro remédio senão adaptar-se:

*“A gente dança conforme a música.” (E14, 80 anos)*

Por outro lado, Tiago manifesta uma opinião muito semelhante à de Hugo. Este comerciante reformado, com base na sua vasta experiência de vida, dá-nos a conhecer a sua receita para fazer face à crise:

*“Estende-se a perna à medida do lençol.” (E25, 71 anos)*

De notar que tanto Hugo como Tiago viveram uma grande parte da vida em Angola e regressaram a Portugal com a descolonização, altura em que tiveram de adaptar-se à nova realidade e recomeçar a sua vida do zero. Isto significa que a adaptação a novos contextos e realidades não é de todo uma novidade nas suas longas vidas.

Já a pensionista Ana em relação à crise, diz que:

*“É uma tristeza este país, mas eu vou-me aguentando, e sei que há pessoas que têm muitas dificuldades.” (E2, 82 anos)*

A participante justifica o seu pensamento, em parte, por já ter vivido ao longo da sua vida outros momentos difíceis:

*“Tenho passado por esta fase, como já passei por outras na minha vida. E já foram tantas...”  
(E2, 82 anos)*

### ***“Deu para viver”, mas a minha Família foi afetada pela Crise***

Este conjunto de participantes, reformados da função pública e na sua maioria mulheres, revela não ter sentido a crise de uma forma particularmente intensa, o que pode ser explicado pelo valor mais elevado das suas reformas. Contudo, se chegaram a ser poupadas ao pior da crise, o mesmo não se passou com os filhos que, em virtude da instabilidade económica e das medidas de austeridade, se viram confrontados com situações de desemprego, precariedade profissional e de cortes nos vencimentos.

Vejamos o que nos diz Marta, que faz questão de confessar que, apesar de não ter passado mal monetariamente, a nível familiar *“houve dificuldades, sim”* e dá o exemplo da filha mais nova:

*“Pronto, eu não senti muito... Tenho a minha pensão, que apesar de ter sido reduzida, deu para viver. Não senti muito a aflição de outras pessoas. |a filha| era funcionária da G., foi despedida naquela altura. Foi muita gente para o desemprego. Ficaram sem nada.” (E9, 83 anos)*

No início da crise, e ainda antes da reestruturação do banco que enviou o filho mais velho para o desemprego, Dina afirma que:

*“Na casa do meu filho também não sentiram (...). Agora é o inverso.” (E12, 75 anos)*

Já no caso da filha, que é funcionária pública também casada com um funcionário público, Dina recorda-se que se viveram alguns momentos complicados com a crise e particularmente com o corte dos vencimentos e subsídios:

*“Aqui quando cortaram foi a dobrar”. (E12, 75 anos)*

Por sua vez, Carlos confessa que não foi fácil suportar a crise e as medidas de resposta à crise, mas que:

*“Deu para aguentar o barco. Todos fomos afetados pelas medidas da troika. Uns mais e outros menos, pelas medidas da troika e do governo português, que foi para além do que foi negociado. (...) Tudo conjugado levou a que as pessoas tivessem que fazer cortes. Nós também tivemos de fazer.” (E22, 70 anos)*

O participante revela que o filho, quadro superior na administração pública, foi igualmente atingido e refere que:

*“Tenho netas, cujos pais ficaram sem rendimentos para lhes pagar os estudos na universidade. Tudo pesa com a redução do salário dos pais e com a redução do poder de compra.” (E22, 70 anos)*

### ***A minha Família sim, foi afetada pela Crise***

Nesta última dimensão, os participantes, pese embora não se tenham sentido afetados, dão-nos a conhecer a influência de vários aspetos da crise, em particular a pressão do desemprego, dos empregos mal remunerados ou da redução de rendimentos nas vidas dos seus familiares mais próximos, bem como as suas principais consequências. Esta categoria integra um maior número de narrativas de homens do que de mulheres e os níveis de escolaridade são tendencialmente baixos.

O participante Nuno revela-nos que a filha, enfermeira, *“que se mata a trabalhar naquele hospital”*, é que teve de dar a volta à situação, de modo a trazer mais dinheiro para casa e ultrapassar a crise:

*“A minha filha é que teve de fazer mais turnos à noite, para ganhar mais algum dinheiro. O dinheiro mal dá para as despesas dela, para pagar a renda da casa, que são quase 500 euros e para pagar a universidade do filho.” (E5, 82 anos)*

No caso de Miguel, a crise atingiu bastante o irmão e a cunhada, bem como o filho mais velho, que se viu obrigado a procurar emprego fora de Portugal. O participante recorda como a crise e as respostas à crise atingiram aqueles que lhes eram mais próximos:

*“Sim, o meu irmão foi muito afetado. Sentiu um bocado. Apesar de ter uma reforma boa, era funcionário público nas Finanças, daqueles que teve de pedir a reforma antecipada, mas teve de ser por questões de saúde. A minha cunhada que é também funcionária pública também foi penalizada e queixa-se que há anos o salário não é aumentado.” (E18, 72 anos)*

Por sua vez, Miguel diz-nos que o filho, engenheiro licenciado com um MBA, teve que emigrar e regressar ao país que o viu nascer no outro lado do mundo:

*“Saiu de Portugal em 2012 e sim esse a crise afetou um bocado, em particular o emprego. Aqui não há grande indústria. Arranjou trabalho no aeroporto no check-in, mas não se sentia realizado, a contratos, os turnos pela família não dava.” (E18, 72 anos)*

Por último, também no caso de Joana, foram os familiares mais próximos quem mais sentiram a crise, mais especificamente no emprego:

*“O meu filho foi muito afetado porque não conseguia arranjar emprego. Então e a minha neta? Uma licenciada? Os pais investiram tanto na formação dela. E agora está arrumada às paredes.” (E3, 77 anos)*

## **A AUSTERIDADE EM PORTUGAL ENQUANTO RESPOSTA À CRISE: APLICAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS**

O Conselho Económico e Social das Nações Unidas (CES-ONU) concluiu que o PAEF teve um impacto adverso nos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos portugueses. No relatório, publicado em dezembro de 2014, o comité dá nota de que as várias medidas de austeridade, que à partida foram tomadas para proteger os grupos mais desfavorecidos e marginalizados, “não foram suficientes para protegê-los adequadamente das consequências da crise”, chamando a atenção que “só podem ser aplicadas se forem temporárias, necessárias e proporcionais, e não discriminatórias ou que afetem de forma desproporcional os direitos das pessoas e grupos mais desfavorecidos e marginalizados”<sup>160</sup>.

À aplicação da austeridade são atribuídos demasiados danos colaterais tanto na economia, como na sociedade. E o que pensam, então, as pessoas idosas da austeridade, enquanto resposta à crise? O que pensam da sua aplicação? E como olham para as suas consequências, no geral? Para dar resposta a estas questões, e suportadas nas narrativas dos participantes, construíram-se duas categorias relativamente ao tema da aplicação da austeridade em Portugal: “A Austeridade como uma política económica mal aplicada” (nove casos) e a “Austeridade como uma política económica bem aplicada” (um caso); e três categorias para o tema das consequências da austeridade em Portugal: “O agravamento da pobreza” (dois casos), “A perda da identidade nacional” (três casos) e, por último, “O agravamento dos conflitos intergeracionais” (três casos), as quais são apresentadas nas seções seguintes.

### **A aplicação da Austeridade**

#### ***A Austeridade como uma política económica mal aplicada***

Esta primeira categoria dá-nos conta de que alguns participantes (nove casos) julgam que a austeridade se traduziu num conjunto de medidas mal aplicadas, ora porque foram injustamente distribuídas, ora porque foram demasiado fortes, ora porque foram pura e simplesmente um erro. Esta categoria desdobra-se, assim, em três dimensões distintas: “Injustamente aplicada” (seis casos); “Uma terapia de choque” (um caso); e “Um erro” (dois casos).

---

<sup>160</sup> Fonte: <https://www.publico.pt/2014/12/04/economia/noticia/onu-recomenda-abandono-progressivo-das-medidas-de-austeridade-em-portugal-1678423> (acedido em 20-09-2018).

### ***A Austeridade “injustamente aplicada”***

Nesta primeira dimensão verifica-se que os participantes consideram que a austeridade em Portugal foi uma estratégia inevitável para responder à crise, e mais uma razão para ser exigida uma maior disciplina e um maior rigor nas contas públicas. Contudo, o problema identificado prende-se, sobretudo, como as medidas foram postas em prática pelos governantes nacionais. Os participantes inseridos nesta dimensão estão convictos de que os sacrifícios, apesar de necessários, foram injustos, dolorosos, bem como excessivos, tendo em conta o prazo de execução do ajustamento. Parece haver uma aceitação da ideia de inevitabilidade da austeridade e uma adesão à ideologia sacrificial, percecionada, no entanto, como injusta devido à má repartição dos sacrifícios<sup>161</sup>.

É o caso de José, que é de opinião que uma política de austeridade se revelou de alguma forma necessária para dar a volta à recessão económica que se vivia em Portugal, mas não poupa nas críticas ao modo como foi posta em prática:

*“ A austeridade foi uma jogada. (...) era impossível ultrapassar aquele momento sem alguma austeridade Foi é mal montada! Quer dizer, foi bem montada, mas injustamente aplicada. Atingiu a generalidade das pessoas, os reformados, os trabalhadores, mas não atingiu a classe política. A classe política não sentiu. Houve aumentos na Assembleia da República, num momento em que eu fui cortado na reforma. Isto é austeridade? nesse sentido, foi uma injustiça de quem tem responsabilidade política no governo.” (E11, 75 anos)*

E não lhe restam dúvidas de que foram as altas instâncias europeias que encostaram Portugal à parede e não deixaram outra solução para o problema da dívida soberana que não passasse pela austeridade expansionista. O participante não isenta a UE nem os governantes nacionais de responsabilidades políticas nesta questão:

*“Foram as instâncias europeias que nos empurraram para esta situação. O governo anterior, influenciado cegamente pelas instâncias europeias, cortou, cortou, mas não cortou como devia ter cortado. Foi cortando, não bateu o pé como devia ter batido. Veio o governo atual, bateu um pouco o pé, as coisas estão um pouco melhores.” (E11, 75 anos)*

Já Teresa manifesta-se também contra o modo como as medidas de austeridade foram executadas, ao ponto de desabafar que foi um completo exagero:

*“Acho que foi demais! Não concordo que sejam as pessoas aposentadas a ter que pagar a crise e também os funcionários públicos.” (E19, 69 anos)*

---

<sup>161</sup> Esta mundividência vai ao encontro das propostas teóricas de Bourdieu (2013) quando defende que em muitas situações os dominados aderem às ideias das classes dominantes, fazendo suas ideias contrárias aos seus interesses, dando azo a um ajustamento das disposições subjetivas às novas condições objetivas.

### ***A Austeridade, “uma terapia de choque”***

Quanto ao participante Miguel, este aceita com alguma resignação a austeridade enquanto resposta para enfrentar a crise, porque os portugueses “*sabiam que tinham que empobrecer*”. No entanto, vem criticar a quantidade de medidas que tiveram de ser executadas num curto espaço de tempo do ajustamento:

*“A única coisa que eu acho é que foi um espaço muito curto de tempo para aplicar tantas medidas. As medidas deveriam ter sido aplicadas de modo mais gradual, pois as pessoas “tinham que se adaptar”. (E18, 72 anos)*

Miguel chega a classificar a austeridade como uma verdadeira “*terapia de choque*” e que se o ajustamento tivesse sido “*mais longo, o choque não tinha sido tão grande.*”

### ***A Austeridade, “um erro”***

Carlos não olha a austeridade como a única alternativa responsável para salvar as contas públicas, mas sim como um meio para atingir um fim - “*arranjar dinheiro*” - e atribui a responsabilidade política do resgate ao PSD:

*“A austeridade foi imposta pela Troika (...). No tempo do Sócrates, ele negociou o PEC IV e conseguiu acordo da Merkel e das instituições da UE. Às tantas o PEC IV foi chumbado no parlamento. A Troika foi trazida, em termos de responsabilidade política direta, pelos indivíduos do PSD, que impediram que o PEC IV fosse viabilizado. Desejando estavam eles que a Troika chegasse a Portugal.” (E22, 70 anos)*

Também Hugo desmascara a ideologia da austeridade, a sua lógica autopunitiva e reconhece o seu fracasso:

*“As medidas foram um erro, mas em Portugal há muitos erros e nós sabemos que há erros, mas nunca quem são os verdadeiros culpados.” (E14, 80 anos)*

### ***A Austeridade como uma política económica bem aplicada***

Esta categoria é composta por uma única dimensão que considera a austeridade um programa económico que foi aplicado de forma justa, com base na argumentação de que os portugueses tinham de fazer sacrifícios, de modo a honrar os compromissos assumidos com os credores internacionais. A participante que representa esta dimensão tem 83 anos, insere-se no grupo dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) e no tipo 1 do curso de vida. Laura, que também se manifestou a favor da austeridade, no que toca à aplicação dos cortes, pensa que o anterior governo não esteve mal na distribuição dos sacrifícios e explica-nos a razão que a leva a pensar deste modo:

*“Tenho uma posição não muito comum. Se calhar a posição mais comum seria dizer que foram injustos. Eu penso que se o país está mal, há uma crise a nível mundial e se o país entrou na UE e tem que pagar os empréstimos, nós temos que contribuir. Não se pode culpar só o Governo, o governo tem que governar as pessoas.” (E6, 83 anos)*

## **AS CONSEQUÊNCIAS DA AUSTERIDADE**

Este tema revela o olhar dos participantes sobre as consequências gerais das medidas de austeridade em Portugal e é composto por três categorias: “O agravamento da pobreza” (dois casos), “A perda da identidade nacional” (três casos) e, por fim, “O aumento dos conflitos intergeracionais” (três participantes). Observa-se que a categoria com maior peso é a segunda, a qual dá conta dos aspetos simbólicos associados à perda da identidade nacional, como a supressão de feriados e a perda de soberania, no âmbito do resgate financeiro pelos credores internacionais.

### ***O agravamento da pobreza***

A ideia de que as medidas de austeridade provocaram o agravamento da pobreza encontra-se, exclusivamente, junto dos participantes mais carenciados. Estes nossos resultados vão ao encontro das conclusões de Farinha Rodrigues e colaboradores (2016), que desmitificam a ideia de que a crise poupou os mais pobres dos mais pobres. Observa-se, então, nos excertos desta categoria, narrativas que vão ao encontro de uma quebra significativa de rendimentos e do agravamento da pobreza.

Eva dá a entender que em Portugal a crise e a austeridade foram mesmo um ponto de viragem nas suas condições de vida:

*“A coisa piorou muito. Até aí foi boa, nunca pedi nada a ninguém.” (E7, 79 anos)*

Também Gil tem noção de que a austeridade prejudicou a vida dos pobres e da classe média e dá o seu exemplo:

*“Eu acho que nada ajudou. Para aqueles que tinham uma vida remediada também prejudicou. Acho que isto prejudicou muito, porque as pessoas pobres ficaram ainda mais pobres. Este mês tive de comprar a garrafa de gás e fiquei sem o dinheiro. Quando tenho de pôr uma garrafa de gás é o pior mês da minha vida.” (E10, 71 anos)*

### ***A perda da identidade nacional***

Esta categoria integra as narrativas de três participantes que se manifestaram incomodadas com as medidas de austeridade que puseram em xeque a “tradição” e a identidade nacional, em especial, a supressão de alguns dias feriados. Em 2013, o governo de coligação de direita,

com base na tese de que esta medida iria contribuir para pôr Portugal a produzir mais riqueza, decide suprimir os feriados civis do 5 de outubro e do 1.º de dezembro. Com a Santa Sé chega a acordo para suspender os feriados religiosos de Corpo de Deus e de Todos os Santos.

Laura é uma das participantes que admite ter ficado bastante perturbada com o corte dos feriados:

*“Uma outra coisa que me chocou do ponto de vista simbólico, essa medida de austeridade, o corte dos feriados.” (E6, 83 anos)*

Esta participante, que se havia manifestado favoravelmente à aplicação generalizada de sacrifícios em função da conjuntura económica nacional, vem dizer que o resgate financeiro não tem de significar necessariamente um resgate da identidade de um país:

*“o tirar o dinheiro e as regalias é uma coisa, agora retirar algo que está ligado à nossa identidade... Isso é muito importante, conservar a identidade de um país. Na generalidade, é como conservar a identidade de uma pessoa. É como tirar o nome a uma pessoa. O 5 de Outubro e o 1 de Dezembro são marcos da nossa história. Fazem parte da nossa identidade. Na minha terra, o 1.º Dezembro era sempre festejado.” (E6, 83 anos)*

### ***O agravamento dos conflitos intergeracionais***

As narrativas que integram esta categoria estabelecem uma interligação entre a estratégia da austeridade e o discurso ideológico do XIX Governo Constitucional, que se suportou em dividir os jovens e os mais velhos, bem como em conotar negativamente os reformados, como um fardo pesado para as gerações mais jovens e sem qualquer utilidade para a sociedade.

Vejamos, então, alguns dos excertos mais ilustrativos desta categoria que recordam os momentos de tensão intergeracional que estes participantes viveram nos anos da *Troika*.

Carlos relembra o clima de degradação social e política que viveu e, por mais que queira, não se esquece do que aconteceu:

*“Você lembra-se que se viravam os que trabalhavam contra os reformados, os velhos contra os novos. Uma conflitualidade social latente.” (E22, 72 anos)*

Dina faz questão de explicar o que sentiu nesses anos duros da austeridade:

*“O governo anterior não teve muita moral, as pessoas viram-se humilhadas, maltratadas, mas pelo menos este governo não está a humilhar as pessoas. (...) eu acho que foi tão mesquinho e tão vil, pouco respeito pelas pessoas. Pôr os jovens contra os velhos, aquilo da peste grisalha. As pessoas mais velhas trabalharam e nós também já pagámos as pensões dos outros.” (E12, 75 anos)*

Por sua vez, Teresa também destaca o clima de hostilidade provocado pelo anterior governo e desabafa que chegou a sentir este mal-estar entre jovens e reformados no seio da própria família:

*“E depois toda aquela tensão que criaram contra os reformados. Eu cheguei a estar numa reunião familiar, quando ouvi dizer: vocês não se queixem que nós nem sabemos se vão ter reforma! Mas nós temos uma reforma porque lutámos por isso, lutem também. Nós também já contribuimos para outras gerações e esta crise teve o condão de fazer isso, de criar todo aquele ambiente de mal-estar entre jovens e reformados. Achavam-nos uns inúteis.” (E19, 69 anos)*

## **AS MEDIDAS DE AUSTERIDADE: SENTIDAS OU NÃO SENTIDAS?**

Depois de termos ficado a conhecer um pouco mais sobre o que pensam as pessoas idosas das consequências da austeridade, importa, neste momento, procurar saber quais as medidas de austeridade que afetaram especificamente as suas vidas. Neste tema identificaram-se duas categorias: “As Medidas de Austeridade sentidas” (vinte casos)<sup>162</sup> e “Quando a Austeridade não se fez sentir” (onze casos).

### **As Medidas de Austeridade sentidas**

Esta primeira categoria tem como objetivo revelar quais as principais medidas de austeridade sentidas pelos participantes e é composta por dez dimensões: “Os cortes nas reformas e nos subsídios” (onze casos); “A introdução dos duodécimos do subsídio de Natal” (seis casos); a “*As alcabalas todas dos descontos*” (dois casos); “O aumento da ADSE” (seis casos) “O aumento do IRS” (sete casos); “O aumento do IMI” (cinco casos); “O aumento do IVA” (três casos); “O aumento na tributação das mais-valias” (um caso); “O aumento das propinas” (um caso); e por último, “As restrições no acesso a benefícios sociais” (um caso).

### ***Os cortes nas pensões de reforma e nos subsídios***

Vejamos, então, o que nos dizem os participantes relativamente aos cortes nas reformas e nos subsídios. A participante Joana pensa que:

*“Na minha reforma me foram tirados 50 euros. A minha filha é que me explicou. Eu não percebi lá muito bem.” (E3, 77 anos)*

A participante Dina também testemunha uma situação muito semelhante à de Joana:

---

<sup>162</sup> Este total de casos deve-se ao facto de os participantes integrarem mais do que uma dimensão, que neste caso correspondem às medidas de austeridade sentidas.

*“A minha reforma sofreu corte, mas a do meu marido não, que é da Caixa Nacional de Pensões.” (E12, 75 anos)*

No conjunto dos participantes que trabalharam para o Estado, o panorama muda significativamente de figura: os cortes foram a doer e a dobrar, quando se tratavam de participantes casados com outros funcionários públicos igualmente reformados. É o caso de Inês e Carlos, que revelam:

*“Fui um bocado afetada. Tive um corte na pensão. Não notei tanto, porque não tenho meninos na escola, não tenho grandes encargos. O meu marido também teve corte na reforma, mas não tanto como eu. O meu corte foi maior.” (E17, 70 anos)*

*“Cortaram-me a reforma, a mim e à minha mulher.” (E22, 70 anos)*

Mas os cortes a “dobrar” também se verificaram em casais em que ambos, ou pelo menos, um dos cônjuges não era funcionário público. Vejamos o que nos diz Adélia:

*“Fui afetada na minha reforma. O meu esposo, não foi tanto afetado. (...) Ele teve uma doença em 1999 e ficou com uma incapacidade e a parte dos impostos é mais favorável para ele.” (E21, 70 anos)*

Duarte, médico reformado, diz que as medidas de austeridade se fizeram sentir sobretudo, na reforma:

*“O ilíquido é muito bonito, são 4000 e tal euros. Eu passei então a levar 2200 euros para casa! Uma família com 4 pessoas, 3 pessoas a estudar, tem de fazer ginástica para manter. 2200 euros de reforma não é uma fortuna!” (Duarte, E15, 76 anos)*

### ***A introdução dos duodécimos do subsídio de Natal***

No que refere aos duodécimos do subsídio de Natal, a perceção generalizada é de que esta medida de austeridade, que chegou a ser aplicada a todos os reformados e pensionistas, não foi vista com bons olhos pelos participantes, independentemente de o reformado ter uma reforma mais elevada ou mais baixa. A diluição de um subsídio em doze meses não parece ir ao encontro das necessidades dos participantes. Vejamos entre os trabalhadores reformados da função pública alguns exemplos do que pensam a propósito desta medida.

Marta lamenta a aplicação da medida e os seus efeitos por ocasião do Natal:

*“O subsídio de Natal, agora não sabe a nada. Para quem tem uma família grande, faz muita diferença aquele dinheiro para as prendas.” (E9, 83 anos)*

Por sua vez, Adélia, entrevistada já numa altura em que se começava a retirar gradualmente metade do duodécimo para se dar início à reposição de 50% do subsídio de Natal, confirma

que a medida de devolução dos rendimentos estava a ter um impacto na redução do valor mensal da reforma:

*“Ainda este mês, que me tiraram cento e tal euros do duodécimo, até isso fez-me diferença. Impressionante!” (E21, 70 anos)*

Entre os participantes que auferem reformas mais baixas, a opinião negativa relativamente aos duodécimos mantém-se. Vejamos alguns exemplos. Gil garante que:

*“Este dinheiro do subsídio de Natal não rende nada. Rendia mais quando recebíamos o subsídio de Natal por inteiro. Agora vai para a frente e gasta-se.” (E10, 71 anos)*

### ***As “alcabalas todas dos descontos” na reforma***

A perceção destes participantes é a de que as reformas sofreram vários cortes cumulativos, com a CES à cabeça dos descontos. É o que nos diz Teresa, que se refere à generalidade das medidas que sofreu na reforma como:

*“Aqueles alcabalas todas dos descontos, foi a CES, o corte do Subsídio de Natal e a sobretaxa.” (E19, 69 anos)*

Mas deixa bem clara a sua posição relativamente a todos os cortes efetuados:

*“Não era aqui que o governo deveria ter ido buscar o que faltava, e afinal não sei o que ele (PM) fez com o dinheiro.” (E19, 69 anos)*

### ***O aumento da ADSE***

O aumento da ADSE é uma das medidas de austeridade apontadas pelos participantes que são beneficiários do subsistema de saúde dos funcionários públicos. Vejamos o que Laura tem a dizer sobre o assunto. A participante faz questão de destacar os seus aspetos negativos:

*“Para uma pessoa reformada é uma brutalidade. o aumento da ADSE e retirar as participações.” (E6, 83 anos)*

A participante Inês usa praticamente as mesmas palavras que Laura ao observar que:

*“Antes pagava-se muito menos e agora que estou reformada tenho que pagar esta brutalidade.” (E17, 70 anos)*

### ***O aumento do IRS***

Entre as participantes viúvas, a perceção generalizada é a de que estão a pagar agora um IRS mais elevado, por comparação a quando eram casadas. É a situação da participante Joana, que não tem dúvidas relativamente ao peso da carga fiscal:

*“No IRS, então é de fugir! Nunca paguei o que estou a pagar. Sou sozinha. Quando o meu marido era vivo, nunca foi isto. Mais de 2000 euros para pagar de IRS!” (E3, 77 anos)*

Também Marta lamenta este aumento:

*“A pensão dele durante um ano quase não chega para pagar o IRS do ano. Tiraram-me mais de 4000 euros. Isso é que eu não gostei, um IRS brutal, bolas!” (E9, 83 anos)*

Entre os casados, a perceção não foge à regra. A carga do IRS é muito elevada, mesmo para quem já não trabalha. É o caso de Inês, que chega a ver o IRS como um roubo:

*“O IRS é uma roubalheira. Trabalhei tanto para ter esta reforma, mesmo quando as minhas filhas eram pequenas. Reformei-me, e depois com isto tudo, passei a pagar mais ADSE e IRS...” (E17, 70 anos)*

### ***O aumento no IMI***

Entre os participantes que têm habitação própria, a perceção é de que o IMI teve um aumento muito significativo. Quando confrontada com as medidas de austeridade, Inês destaca o valor do IMI e refere que:

*“Uma pessoa compra uma casa e leva a pagar uma casa uma vida inteira até ser dela e tem de pagar o IMI que é altíssimo!” (E17, 70 anos)*

Por seu turno, Duarte também observa a subida do IMI:

*“No IMI, eu pago 300 e tal euros em três vezes, mas 300 era o que eu pagava num ano só. Aumentou o triplo.... Mas a casa é a mesma.” (E15, 76 anos)*

### ***O aumento no IVA***

O aumento do IVA (de 21% para 23%, em 2011), que é um imposto sobre o consumo das famílias, é um aspeto negativo destacado por alguns participantes, que notam:

*“no IVA pagamos mais.” (E3, 77 anos)*

*“o IVA aumentou...está tudo mais caro”(E11, 75 anos)*

### ***O aumento na tributação das mais-valias***

Beatriz teve a oportunidade de sentir a tributação elevada nas mais-valias, porque coincidiu com a morte dos seus pais, num momento em que teve de tratar da herança. A participante lamenta os valores em causa:

*“Foi mesmo uma brutalidade de impostos que paguei nas transações/mais-valias que fiz aquando da morte dos meus pais, por ocasião da intervenção da Troika.” (E23, 73 anos)*

### ***O aumento das propinas***

Carlos faz questão de notar que reduziram os vencimentos dos funcionários públicos, congelaram-lhes as carreiras e aumentaram as propinas no ensino superior. O participante justifica por que razão se sentiu afetado com esta última medida:

*“Eu vivo com a minha mulher, mas tenho netas, cujos pais ficaram sem rendimentos para lhes pagar os estudos na universidade. Foi nesta altura que ambas estavam a estudar, o aumento das propinas. os agregados familiares não são fechados.” (E22, 70 anos)*

### ***As restrições no acesso aos benefícios sociais***

Eva serve de exemplo da dificuldade no acesso aos benefícios sociais, quando os recursos dos idosos são avaliados em função dos rendimentos dos filhos. A participante recebe uma reforma muito baixa e, em conjunto com o marido, nem chega “aos 550 euros!”, o que “*não dá para nada*”. Eva encontra-se a receber apoio de uma IPSS. A participante relata:

*“Não consegui ter direito ao complemento porque depende dos rendimentos das filhas. Só temos as reformas. A resposta que me deram foi que tinha uma filha que ganha bem.” (E7, 77 anos)*

No que diz respeito à tarifa social da água, o cenário é o mesmo:

*“Agora fiz um papel para pedir, mas disseram-me que não temos direito.” (E7, 77 anos)*

### **Quando a Austeridade não se fez sentir**

Importa, de igual modo, conhecer os motivos pelos quais, alguns dos onze casos dizem não ter sido atingidos pelas medidas de austeridade. Pese embora referirem não terem sido atingidos pelas medidas de austeridade, seis participantes confessam ter sentido a crise (E2, E5, E7, E10, E14 e E18). Esta categoria divide-se em duas dimensões: “*A reforma é baixa, não sofri cortes*” e impostos e consultas “*também não pago*” (sete casos) e “*Outros é que gerem dinheiros e se teve cortes não sabe*” (quatro casos) e procura desvendar os motivos pelos quais alguns dos participantes argumentam não terem sido afetados pelas medidas de austeridade.

#### ***“A reforma é baixa, não sofri cortes” e impostos e consultas “também não pago”***

A primeira dimensão agrupa sete participantes, que atribuem aos rendimentos baixos o facto de terem sido poupados aos cortes da austeridade -quer nas reformas quer no acesso gratuito

aos cuidados de saúde do SNS - e ainda ao aumento da carga fiscal, em particular no IRS. Gil justifica, deste modo o facto de não ter sofrido cortes:

*“A minha reforma é 379 euros. Trabalhei 40 e tal anos. A reforma é baixa, não sofri cortes”.  
“Consultas também não pago desde que me reformei. Estou isento. Impostos também não pago, tenho rendimentos muito baixos.” (E10, 71 anos)*

Hugo justifica-se com o facto de ter perdido uma longa parte da sua carreira contributiva:

*“Os 20 anos de Angola. 28 anos de descontos daqui, mais ou menos e a reforma ficou menos que o SMN e no IRS, não pago, ganho pouco.” (E14, 80)*

Entre as participantes institucionalizadas em lar que apresentam uma carreira contributiva muito curta ou praticamente inexistente também não se verificaram penalizações nas pensões. Quando confrontada se teve cortes na pensão/reforma, Maria também apresenta a sua explicação:

*“Não sofri cortes, também não ganho muito, mas sei que há pessoas que sofreram. No que diz respeito às taxas moderadoras, também quando vou ao hospital, não pago nada. Da última vez que lá fui estive internada 5 dias pela vesícula e nunca paguei nada.” (E1, 92 anos)*

Quanto a Rosa, observa que os rendimentos do seu agregado familiar eram muito baixos:

*“Tínhamos uma pensão pequena e o dinheiro era pouco. Tirar-nos o quê?” (E28, 74 anos)*

### ***Outros é que gerem dinheiros e se teve cortes não sabe***

Este conjunto de perspetivas é manifestada sobretudo por participantes que já têm algumas limitações físicas e que apresentam alguns sinais de dependência. É o caso de Ana que, em relação aos cortes confessa nada ter conhecimento:

*“O meu filho é que gere os dinheiros. Se tive, o meu filho não me disse nada.” (E2, 82 anos)*

Quanto a Nuno, diz sem quaisquer rodeios que não sabe se teve cortes na reforma porque:

*“A minha filha é que recebe e gere os meus dinheiros. Ela é que paga as contas.” (E5, 82 anos)*

Por sua vez, Glória, quando confrontada se teve cortes, também não sabe responder, mas explica-nos porque motivo deixou de ter contacto com a gestão do seu rendimento:

*“A minha pensão vem para o lar e as meninas é que têm esses papéis.” (E26, 72 anos)*

## OS SIGNIFICADOS DA CRISE E DA AUSTERIDADE

Passemos para a análise dos significados da crise e da austeridade. Um aspeto que importa reter é que os significados nunca são fixos, nem estáticos, o que quer dizer que os resultados devem ser associados ao contexto histórico em que a investigação tem lugar (Merleau-Ponty, 2002). Neste tema emergente, foram identificadas duas categorias de significados associados ao fenómeno da crise e da austeridade: a primeira, que designámos “A Insensibilidade social do Governo” (seis casos), e que remete sobretudo para os significados da aplicação das medidas de austeridade pelo governo de então, e a segunda “Um Futuro comprometido” (quatro casos) que chama a atenção para os significados da crise e da austeridade na vida quotidiana destes indivíduos e que, de certa forma, lhes condicionou as perspetivas de futuro.

### **A Insensibilidade social do Governo**

Esta categoria é composta por duas dimensões que remetem para diferentes significações individuais relativamente à aplicação da austeridade: “Traição do Estado” (cinco casos) e “Injustiça social” (dois casos)<sup>163</sup>. Os sentimentos interligados aos significados desta primeira categoria são traição, desilusão, raiva e injustiça. Vejamos o que é que caracteriza cada uma delas.

#### ***Traição do Estado***

Para Teresa, as respostas à crise, especificamente as que se traduziram em cortes nas reformas, significaram uma quebra de confiança no Estado, porque:

*“era um contrato que estava a ser quebrado. Senti muito essa situação.” (E19, 69 anos)*

Também Duarte, atribui o mesmo significado que Teresa e mostra-se bastante desiludido:

*“esta quebra de confiança foi uma desilusão que se mantém. Foi qualquer coisa que desmoronou. Eu acreditava sinceramente que a minha reforma era intocável. O Estado não vai trair-me e traiu-me! Só no caso de uma calamidade é que poderia ter compreendido esta situação.” (E15, 76 anos)*

#### ***Injustiça social***

Na perspetiva de Inês, os governantes “é que têm a faca e o queijo na mão”, acrescentando que “o que me doí é que vão sempre aos mesmos”. A enfermeira reformada mostra-se

---

<sup>163</sup> O participante E13 integra ambas as dimensões desta categoria.

desagradada com a crise e as respostas que foram dadas à crise, que considera terem sido injustas porque:

*“Houve pessoas que passaram muito mal, é injusto, dá-me raiva.” (E17, 70 anos)*

Já para Rita, os significados atribuídos à crise e à austeridade vão no sentido de uma injustiça social muito grande. A professora reformada do Ensino Primário mostra-se indignada com quem teve de pagar a crise e questiona-se:

*“E porque vão aos reformados? E porque não vão ao bolso dos capitalistas? É uma injustiça social muito grande.” (E17, 70 anos)*

### **Um Futuro comprometido**

Esta segunda categoria é constituída por duas dimensões: “Insegurança, incerteza e revolta” (três casos) e “Fim dos sonhos” (um caso) e fala-nos de como a ansiedade, incerteza e insegurança se instalaram nas preocupações do quotidiano e como os participantes ganharam uma outra perspetiva sobre o dia de amanhã. Os sentimentos associados a estes significados giram em torno do medo, do choque, da revolta e de alguma resignação.

#### ***Insegurança, incerteza e revolta***

Estas três participantes, todas elas atingidas pelos cortes nas reformas, falam-nos do clima de ansiedade e de incerteza, bem como do medo que se instalou na sociedade gerado pela crise e pelas medidas de austeridade. Marta diz-nos:

*“Foram tempos de muita ansiedade e muita incerteza. Eu sentia que as pessoas tinham medo, porque estavam sempre a pensar no dia da amanhã..” (E9, 83 anos)*

Para Laura, a crise e a austeridade têm associados significados que “*não se contabilizam em dinheiro*”. A austeridade fez-se valer de aspetos emocionais e passou a significar:

*“A insegurança do dia de amanhã (...) O medo, o que poderá acontecer. O suspense dos orçamentos de Estado, o que vem mais aí...” (E6, 83 anos)*

Também a professora reformada do Ensino Secundário, Teresa, admite ter ficado bastante perturbada com todo o mal-estar que se vivia então. A participante refere que “*preciso de viver com regras definidas*” e “*não sou nada aventureira*”, e em relação às medidas de austeridade, assume:

*“Uma pessoa fica com medo. Estas eram coisas que me revoltavam profundamente, mexer nas reformas. Gerava insegurança.” (E19, 69 anos)*

Teresa viu-se fortemente penalizada pelas medidas de corte nas pensões e que vieram gorar, de certa forma, os planos que fez ao longo de uma vida contributiva. Além do medo que sentiu, a participante confessa que esta situação fez nascer em si sentimentos de revolta:

*“Eu quando me retiraram o dinheiro senti muita revolta. Senti, porque achei que já não ganhava muito e já me tinham retirado a bonificação, e que o plano que eu tinha feito era para receber a minha reforma por inteiro.” (E19, 69 anos)*

Beatriz também sentiu bastante o “*mexer nas reformas*” por parte dos governantes. À semelhança de Teresa, sentiu uma profunda revolta e alguma impotência:

*“quando me tiraram os 500 euros, senti um choque muito grande, uma revolta muito grande. Se eu toda a minha vida descontei bastante, 500 euros de corte é muitíssimo numa reforma”. Contudo, a este sentimento de profunda revolta sucedia uma enorme sensação de impotência “Mas o que é que eu podia fazer? Nada!” (E23, 73 anos)*

### ***Fim dos sonhos***

Para José, a crise e a austeridade significaram que “*a vida estabilizou*” e, como tal, quanto ao futuro:

*“Os sonhos acabaram.” (E11, 75 anos)*

O professor reformado do Ensino Secundário mostra-se de certa forma conformado com esta situação, porque os sacrifícios que tem feito têm sido em função dos filhos e conclui:

*“Para os filhos, vai o dinheiro que antes ia para poupança.” (E11, 75 anos)*

## **O ESTADO ATUAL DO PAÍS**

Os participantes têm uma ideia muito cética da classe política no geral e não poupam duras críticas aos governantes pelo estado a que o país chegou. Mas, então, que ideia fazem as pessoas idosas sobre o estado atual em que o país se encontra? E de que modo anteveem um futuro próximo? É a categoria “*Perspetivas de mudanças sobre o estado do país*” que procura traçar uma resposta a estas interrogações. Fazem parte desta categoria quatro dimensões: “*As coisas agora estão um bocadinho cor-de-rosa*”: Os Otimistas moderados” (nove casos); “*As coisas têm vindo a piorar*”: os Pessimistas” (treze casos); “*O Mundo visto de dentro para fora*” (um caso); e, por último, “*O Presente percecionado à luz do passado*” (um caso).

## **Perspetivas de mudanças sobre o estado do país**

### ***“As coisas agora estão um bocadinho cor-de-rosa”: os otimistas moderados***

Esta dimensão agrega um conjunto de perceções que dá conta de algum otimismo e de alguma confiança, ainda que moderada, em relação ao rumo da economia, bem como de um estado de espírito diferente com o “*virar da página da austeridade*”, ou seja, com o alívio de algumas medidas de austeridade, principalmente com a reposição de rendimentos aos indivíduos e respetivas famílias. Para trás ficou um rasto de empobrecimento coletivo e de sacrifícios, e o pior da crise e da austeridade parece já ter passado. Observa-se uma ligeira diferença de género nestas perceções, a favor dos homens, e verifica-se que estas prevalecem sobretudo entre os participantes com níveis de escolaridade mais elevados.

Quando questionada sobre o estado atual do país, Teresa manifesta a seguinte opinião:

*“Para mim, já melhorou porque já repuseram e a perspetiva de justiça social já está a ficar melhor. O pior é que estão sempre a assustar com os papões e eu não sei se há mesmo papões.” (E19, 69 anos)*

Por sua vez, Duarte observa que o ânimo das pessoas mudou com o “*virar da página da austeridade*”:

*“É muito difícil reverter o que já foi feito. Aquele período de 2011 a 2015 foi péssimo. Só a reposição mudou um bocadinho, nem que seja psicologicamente mudou. E eu vejo que o estado de espírito das pessoas é diferente. Pelo menos as pessoas não estão tão oprimidas. Quando vejo o meu governo a bater o pé na UE a dizer não pode ser assim, consola-me um bocado. Não é como o Dr. Passos Coelho a dizer perante a UE que vai além da Troika....De facto, é uma coisa que fez tanta impressão.” (E15, 76 anos)*

Já Rita coloca algumas reservas ao “*virar da página da austeridade*”. O seu otimismo é, de alguma forma, contido porque na sua perspetiva, o dinheiro da reposição de rendimentos terá de sair de algum bolso:

*“Ele (Primeiro-Ministro António Costa) diz que não vêm mais medidas de austeridade, mas vêm, se está tirar de algum lado tem que sair. Aumenta a gasolina, vai buscar o dinheiro a nós. As coisas agora estão um bocadinho cor-de-rosa, mas eu não acredito.” (E13, 81 anos)*

### ***“As coisas têm vindo a piorar”: os pessimistas***

Esta dimensão concentra um conjunto de perceções que avaliam de forma muito negativa o estado atual do país e que mostram muita incerteza quanto às perspetivas de futuro. Estes participantes possuem níveis de escolaridade tendencialmente mais baixos e existe uma diferença de género significativa a favor das mulheres.

Vejam, então, o caso de Adélia, que diz: *“não gosto de ver os comunistas no governo”*.

Para esta participante o cenário traçado é bastante pessimista:

*“A situação está pior. Não vejo grandes melhoras. Vejo sim, um país comprometido e eu acho que é impossível, o país dar a volta por cima. Eu estou na mesma que há um ano atrás. Não tenho grande esperança que as coisas modifiquem.” (E21, 70 anos)*

Dina mostra-se igualmente bastante preocupada com a situação do país e o drama do desemprego vivido pelo filho, quando nada o fazia esperar:

*“|a situação do país |tem piorado, porque aconteceu isto ao meu filho. O meu filho ficou nesta situação de desemprego e ele chegou a ser subgerente.” (E12, 75 anos)*

De igual modo, dá o exemplo da banca e da economia para mostrar como a situação do país não deixa ainda ninguém descansado. Do ponto de vista da participante:

*“A banca tornou-se o reflexo do país. Qual é o banco que está bom? A banca é espanhola, estamos colonizados. A CGD. O banco do Estado. Está tudo em derrocada”. No que diz respeito à economia como vai crescer? As pessoas ainda têm medo de arrancar com negócios.” (E12, 75 anos)*

Já Manuel também não se manifesta nada otimista face ao futuro, antes pelo contrário. O participante não está a ver com bons olhos a devolução dos rendimentos, que considera ser uma política pouco prudente e que terá implicações a médio/longo prazo, em particular para as gerações mais jovens. Este bancário reformado considera que:

*“Este abrandamento da austeridade, a reposição do poder de compra... (...) uma política errada, porque alguém vai ter que pagar isto no futuro.” (E 20, 71 anos)*

O cenário que antevê é muito negro:

*“São os nossos filhos que vão pagar isto, mas usufruindo de um menor rendimento que os pais. vamos arranjar um 31 muito grande para os nossos netos”. (E 20, 71 anos)*

Quanto às perceções mais pessimistas, essas são mais intensas entre os participantes apoiados por IPSS. É o caso de Eva que, em relação ao estado do país, confessa:

*“As coisas para mim não estão nada melhores, tenho é muito medo que fiquem piores.” (E7, 77 anos)*

Gil, por sua vez, quando paga as despesas básicas, não lhe resta dinheiro para se governar para o resto do mês, por isso não tem quaisquer dúvidas de que o estado do país não é, definitivamente, o melhor:

*“A minha situação tem vindo a piorar.” (E10, 71 anos)*

### ***O mundo visto de “dentro para fora”***

Este conjunto de participantes institucionalizadas em lar percebe a situação do país como se se tratasse de uma realidade social à parte, em que “*as coisas estão mal*”, e da qual parecem já estar de certa forma distanciadas. Verifica-se que as percepções destas mulheres se limitam a avaliar o estado atual do país, mas de forma pouco fundamentada. São mulheres pouco escolarizadas e com origens familiares bastante humildes.

É o caso de Fátima que, com base na pouca informação que hoje tem sobre o que se passa em Portugal, desabafa:

*“Quando trabalhava tinha mais conhecimento do que se passava lá fora, sempre íamos falando, com a reforma as coisas mudaram”, mas pensa “que as coisas estão mal lá fora.” (E4, 74 anos).*

### ***O presente percebido à luz do passado***

Vejam, agora, a percepção de Violante, institucionalizada num lar desde 2010. Tem 89 anos, é analfabeta, não sabe ler nem escrever. A participante não faz uma distinção entre o mundo “*lá fora*” e o lar onde vive, e a sua percepção fundamenta-se numa comparação muito simples entre o presente e o passado:

*“Desde pequena comecei logo a dar bolotas aos porcos. Andava descalça e o meu pai comprou-me umas alpercatas, porque andava com os pés à geada. Trabalhei sempre no campo e muitas vezes descalça e fazia tudo, carregar sacos às costas, até varejar azeitonas. Acho que isto está melhor, porque as pessoas têm uma vida melhor do que no passado, em que quem era pobre andava descalço.” (E27, 89 anos)*

## **OS CONTORNOS DAS MUDANÇAS INTRODUZIDAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES**

Após termos conhecido um pouco melhor as consequências da crise e da austeridade nas vidas das pessoas idosas e de suas famílias, passamos em seguida a questionar quais são, então, as dimensões das práticas familiares em que as pessoas idosas introduziram mudanças, e quais são os contornos destas mudanças<sup>164</sup>. Para ir ao encontro da resposta a estas questões, foram identificadas seis dimensões: “Mudanças no lazer” (catorze casos); “Mudanças no consumo de bens” (dezoito casos); “Mudanças nas relações intergeracionais” (onze casos); “As dificuldades dos descendentes no presente e no futuro” (treze casos); “A delegação de tarefas domésticas” (um caso); e, por fim, “O pagamento dos medicamentos” (um caso).

---

<sup>164</sup> Os participantes institucionalizados não relataram mudanças significativas nas suas práticas familiares, dado que associam o lar a um ambiente protegido.

## **As Mudanças no lazer**

Os autores Zurawicki & Braidot (2005) consideram que, do ponto de vista dos consumidores, uma crise é interpretada como uma das ocorrências mais traumáticas na vida das famílias devido à deterioração substancial da situação económica. Esta primeira categoria engloba duas dimensões: a primeira, “Os cortes nas atividades de restauração” (cinco casos) e a segunda, “Os cortes nas viagens/férias” (nove casos)<sup>165</sup>. Ambas as dimensões se reportam sobretudo às mudanças que tiveram de ser feitas nas atividades de lazer, em função da redução do poder de compra provocado pela crise e pelas medidas de austeridade.

### ***Os cortes na restauração***

As narrativas revelam que os participantes, em função de um rendimento disponível mais curto e de uma conjuntura económica bastante desfavorável, não tiveram outra hipótese senão reduzirem os gastos com bens que não são de primeira necessidade, como é o exemplo de comer fora de casa.

Olhemos, deste modo, para a história de Gil. A sua incapacidade (visual) coincidiu com a entrada na reforma, com a emergência da crise e com o surgimento do resgate financeiro. Este participante revela que esta foi uma “*mistura explosiva*” de constrangimentos que alteraram de forma muito significativa o seu padrão de consumo. O participante trabalhou mais de quarenta anos como cozinheiro e admite que “*quando pago as despesas todas fico com menos de 60 euros para o mês*”. Gil manifesta alguma frustração por deixar de ir a um restaurante e/ou a um café, que eram atividades que lhe davam prazer, e que ficaram arredadas da sua vida, não por querer, mas sim por não poder:

*“Deixei de comer fora, porque sozinho não vou, agora é porque também não posso. Não é que não me apeteça... Mas não tenho vida para isso (...) Mas se fizer isso, fico sem dinheiro... E deixei de fazer tudo o que gostava, até tomar uma bica. Até isso hoje não faço.” (E10, 71 anos)*

Já Duarte faz questão de recordar que antes da crise “*havia um certo desafogo*”, “*era diferente*” e que “*a vida agora não é despreocupada*” e dá-nos um exemplo em como era o antes e como é agora o depois:

*“Tinha um estilo de vida que não tinha que fazer muitas contas. Encontrava um amigo e vamos lá comer fora... Agora não...” (E15, 76 anos)*

---

<sup>165</sup> Três participantes integram mais do que uma dimensão.

Por sua vez, Adélia dá-nos conta de um corte drástico nas despesas relacionadas com restauração e como pôs em prática um plano para ultrapassar as dificuldades colocadas pela menor disponibilidade financeira:

*“Eu comia imensas vezes fora e agora não. Mas, eu agora esforço-me mais por fazer mais comida em casa, por sair menos.” (E21, 70 anos)*

### ***Os cortes nas viagens e nas férias***

A crise e um menor rendimento disponível também levaram os participantes a cortar nas viagens e, para alguns, isso chegou a ser particularmente doloroso, porque implicou uma rutura com um determinado estilo de vida. É o que nos diz Duarte, que tinha por hábito fazer longas viagens pelo mundo, e que com a crise viu-se obrigado a recorrer às poupanças *“que eram aquelas que me permitiam ir viajar”*. O participante confessa num tom emocionado:

*“Essa foi mesmo a parte mais dura. Eu pude ir duas vezes ao Brasil em estadias prolongadas, a Goa (que era um antigo sonho meu), ao Egipto, a Zanzibar e deixei de poder de fazer estas viagens.” (E15, 76 anos)*

Ainda no que se refere a ter de cortar nas viagens, Adélia, para quem a crise foi *“uma catástrofe”*, refere que teve de começar a ter algumas preocupações em *“ter algum dinheiro disponível para fazer face às necessidades”* e que, para isso, deixou simplesmente de viajar:

*“Eu cortei nas viagens. Fazia cruzeiros, três semanas nos EUA ou em Cuba. Viajava bastante e já não viajo há algum tempo. Por exemplo, as passagens de ano, simplesmente eu não vou. Eu antes não achava que este dinheiro era mal gasto e agora acho. “  
“Passou a haver prioridades.” (E21, 70 anos)*

Também Eva teve de cortar nas despesas com viagens e, como tal, o resultado prático foi deixar de ir às excursões do INATEL, as quais, para si, eram excelentes momentos de convívio:

*“Deixei de comprar, deixei de sair, deixei de ir às excursões do Inatel, aumentaram tanto o preço. Passeei tanto, adorava aquilo. Dançávamos, cantávamos, era tão divertido. Foram os melhores tempos da minha vida!” (E7, 77 anos)*

Laura, que admite ser uma pessoa *“muito económica”*, também notou que o seu comportamento mudou de forma bastante significativa e que agora é uma consumidora muito mais sensível aos preços:

*“Agora penso duas vezes antes de viajar. 200 euros antes era barato, agora talvez não seja mais” (E6, 83 anos)*

## **As Mudanças no consumo de bens**

A segunda categoria é constituída por três dimensões: “Consumo de bens não duráveis” (nove casos); “Consumo de bens semi-duráveis” (sete casos); e por fim, “Consumo de bens duráveis” (dois casos)<sup>166</sup>. Estas dimensões identificam mudanças significativas nos padrões de consumo de diversos tipos de bens por influência do impacto da crise e da austeridade nos respetivos orçamentos familiares. Essas mudanças passaram pela adoção de um consumo mais racional e muito menos impulsivo, isto é, de um comportamento que não se viam na contingência de ter antes da crise.

### ***Consumo de bens não duráveis***

No consumo de bens não duráveis (consumidos imediatamente ou num curto prazo de tempo) nota-se uma maior preocupação destes participantes em gastar melhor o dinheiro, em comprar marcas brancas ou em comprar só o que faz falta, em planear as refeições de um dia para o outro, bem como a recorrer a algumas medidas de poupança que já iam muito ao encontro da sua maneira de ser e de estar na vida.

Ema observa que *“a vida encareceu um bocadinho”* e que, para confrontar a diminuição do seu poder de compra, agora quando vai às compras:

*“Temos que nos cingir às marcas brancas para trazer alguma coisa de jeito.” (E24, 73 anos)*

Por outro lado, Joana, que vive com o filho que *“agora é mais uma boca em casa”*, é da mesma opinião que Ema, pois tem-se apercebido como *“as coisas aumentaram, e que o dinheiro não dá para nada”*. No entanto, para fazer face ao aumento do custo de vida, esta auxiliar de serviços domésticos reformada, que nunca foi *“de comprar sem ter dinheiro para pagar”*, mudou a sua forma de comprar, pois agora:

*“Só compramos o que faz falta, só compramos as promoções.” (E3, 77 anos)*

Inês lamenta o *“aumento brutal do custo de vida”*, o qual *“nota-se imenso no supermercado”*. Esta enfermeira reformada assume que antes da crise ter atingido o país:

*“Podia comprar mais e não olhava muito aos preços...” (E17, 70 anos)*

---

<sup>166</sup> Três participantes integram mais do que uma dimensão.

Por último, José, que assume nunca ter feito “*uma vida regalada, por uma questão de filosofia de vida*”, sublinha que a crise fez com que passasse a ter uma maior preocupação com a gestão do orçamento familiar, bem como com a origem e a sustentabilidade dos alimentos que consome em casa:

*“Não compro nos supermercados, prefiro os produtos dos mercados. São mais baratos e têm maior qualidade.” (E11, 75 anos).*

Eva reconhece que com a crise “*daí para cá, não se poupa nada.*” A participante admite que teve que se adaptar a um menor poder de compra:

*“Tinha uma vidinha boa e agora não poder comprar aquilo que nos apetece...é duro. Tive que ir encolhendo. Se tinha que comprar carne, não comprava e foi assim que fui fazendo em relação a tudo.” (E7, 77 anos)*

Agora, para fazer face às dificuldades de um orçamento familiar cada vez mais reduzido, Eva vê-se na necessidade de fazer refeições de um dia para o outro:

*“Fiz um feijão com repolho logo para dar para amanhã, se não for assim não dá!” (E7, 77 anos)*

Gil conta-nos que também teve que se adaptar e pensar numa maneira para fazer face às necessidades na alimentação:

*“Quando sobra algum da minha reforma, sempre compro mais uns pacotes de leite.” (E10, 71 anos).*

Para além disto, Gil não pode dar-se ao luxo de recusar a oferta de bens alimentares disponibilizados pelos vizinhos:

*“Um senhor que fazia a distribuição de comidas para o restaurante onde trabalhava, também me costumava levar umas batatas, um repolho, umas cenouras e as vizinhas sempre me dão uns carapaus, umas cavalas...” (E10, 71 anos).*

Com a degradação generalizada das condições de vida, os participantes que se seguem passaram a sentir um conjunto de privações ao nível das necessidades mais básicas e viram-se obrigados a pedir ajuda a uma IPSS. São indivíduos pouco ou nada escolarizados, com uma saúde debilitada e um suporte familiar praticamente inexistente ou enfraquecido. É o caso de Ida, que vive só, num apartamento dividido com outras pessoas, e que diz que teve de pedir o apoio alimentar a uma IPSS. A participante faz questão de notar que sem estas refeições sociais, “*teria que sobreviver*”, pois “*não recebo ajudas de mais ninguém*”. Ida confessa que este apoio alimentar tem sido muito importante para se ir aguentando:

*“Tenho recebido à terça e quarta o jantar. Faz jeito. Eu pedi essa ajuda. Tive de pedir ajuda aqui à Dr.ª. Há 2 ou 3 anos. Ajudou-me muito.” (E16, 90 anos)*

A participante Lia também recebe ajuda alimentar de duas IPSS. A participante pediu ajuda porque os rendimentos são muito baixos e os filhos, que estão em Angola, têm tido muitas dificuldades em enviar ajudas por causa da situação do país, que “*não está nada bem...*”. Por outro lado, a filha que vive em Faro não tem como prestar apoio à mãe, porque “*ela não trabalha*”, porque tem “*daqueles maridos à antiga*”. A participante explica-nos porque motivo teve, então, de recorrer ao apoio alimentar:

*“Porque não tenho, não posso... pago o quarto, divido as despesas e fico sem nada. Sem estas ajudas da CXP e da PXC era muito difícil viver. Eu já venho aqui à PXC desde o ano passado. Eu da PXC recebo arroz, feijão, massa e está bom.” (E8, 77 anos)*

### ***Consumo de bens semi-duráveis***

No consumo de bens semi-duráveis (ex: roupa, calçado, entre outros), são observadas mudanças que passam simplesmente por deixar de comprar, em pensar melhor naquilo que realmente se precisa, em fazer poupanças para as compras de Natal, em comprar menos roupa ou oferecer menos prendas no Natal.

A quebra dos rendimentos com a entrada na reforma e os problemas de saúde em articulação com o aumento do custo de vida provocado pela crise foram determinantes para uma redução violenta do poder de compra de Gil, que faz questão de dizer que deixou de poder comprar peças de vestuário:

*“Não compro peças de roupa, as que uso são para gastar.” (E10, 71 anos)*

Por outro lado, Adélia refere que o seu poder de compra era substancialmente maior antes da crise e da austeridade, que o seu comportamento enquanto consumidora passou a ser mais contido e que agora costuma:

*“Pensar duas vezes naquilo que compro, porque me faz muita diferença.” (E21, 70 anos)*

Uma ideia muito semelhante é a de Rita, que se assume como “*uma pessoa económica*”. A participante observa “*um aumento do custo de vida muito grande*” e, como tal, os seus hábitos de consumo tiveram de mudar para se adaptar à nova realidade socioeconómica:

*“Com certeza que toda esta transformação na sociedade levou a este meu comportamento de pensar melhor ou seja pensar de outra maneira (...). A pessoa agora vive mais controladinha.” (E13, 81 anos)*

Por seu lado, Dina confessa que o padrão de consumo a que estava habituada sofreu uma alteração significativa com a crise, deixou de ser tão impulsiva e começou a ser mais refletida:

*“Olhe, eu via uma coisa, um casaco, parava e comprava... Ai que giro vou comprar... A partir daí não. Teve que começar a pensar naquilo que precisava comprar.” (E12, 75 anos)*

Uma outra resposta de Dina passou por orientar a gestão do orçamento familiar:

*“No sentido da poupança (...) e que já fazíamos. Como os subsídios de natal também estavam cortados, eu decidi fazer um mealheiro para o natal. Comecei a juntar as moedas de 2 euros, para juntar e distribuir o bolo pelo natal.” (E12, 75 anos)*

Dina e o marido também resolveram preparar o futuro dos filhos e dos netos, porque os últimos anos não têm sido nada fáceis, em particular para o filho mais velho que foi para o desemprego quando nada o fazia prever:

*“Agora decidimos arranjar as casas para as pôr a render, porque têm estado fechadas. Antes, não valia a pena!” (E12, 75 anos)*

Teresa também confessa que com a crise houve uma mudança profunda nos seus padrões de consumo, mas, no entanto, entre tantos cortes, destaca alguns aspetos positivos tais como uma maior valorização do dinheiro, bem como a consciência de que uma nova crise poderá voltar a acontecer, quando menos se esperar:

*“Deixei de fazer tantas compras, comprar menos roupa, aproveitar mais as coisas e olhe dar menos prendas, porque eu dava muitas prendas e se a crise teve alguma coisa de positivo, foi mesmo essa. Foi a pessoa começar a dar mais valor ao dinheiro e que esta situação pode voltar a acontecer.” (E19, 69 anos)*

### **Consumo de bens duráveis**

Uma menor disponibilidade financeira destes participantes fez com que passassem não só a comprar mais racionalmente, mas também a adiar compras de maior valor, como, por exemplo, eletrodomésticos, mobílias, automóveis, entre outros.

É o que nos diz Duarte, médico reformado, que observa uma mudança no seu comportamento, por comparação ao período antes da crise:

*“Por exemplo, gostava de mudar algo na mobília na minha sala. Agora é algo mais refletido. Se via uma coisa que queria tinha disponibilidade para comprar era logo. Agora não!” (E15, 76 anos)*

Também Carlos, professor reformado do Ensino Secundário, dá-nos um exemplo de como passou a adiar a compra de bens duráveis:

*“Tínhamos um frigorífico já velhote que tínhamos que substituir, pois agora vai ter que aguentar mais uns tempos. Um carro com já alguns anos, pois vai ter que aguentar mais uns tempos.” (E22, 70 anos)*

### **As Mudanças nas relações intergeracionais**

Esta categoria agrupa três dimensões: “Prestação de apoio financeiro aos filhos/netos” (oito casos); “Receção de apoio financeiro da parte dos filhos” (dois casos); e, por fim, “Deixar de ter contactos face-a-face por causa da emigração dos familiares” (um caso). Estas dimensões remetem para a influência da crise e da austeridade nas relações entre os familiares mais velhos e os familiares mais jovens e para as mudanças que se verificaram na prestação e receção de apoio, bem como na convivência entre os vários membros da família.

#### ***A prestação de apoio financeiro aos filhos e netos***

Esta dimensão agrega um conjunto de narrativas que revela um apoio dos pais mais velhos aos filhos adultos e mais jovens, que teve início ou se intensificou com a crise e a austeridade. Este tipo de apoio é predominantemente monetário e é sobretudo prestado pelas mães, em particular, aos filhos que não têm uma situação profissional completamente definida ou que se encontram em condições de precariedade laboral.

Vejamos o caso de Joana, que refere o facto de o filho ter agora conseguido um trabalho numa empresa de alarmes e que é por contratos a prazo, após várias experiências de desemprego e de emigração. Quando questionada se está a prestar alguma ajuda, a participante responde afirmativamente:

*“ Eu é que estou a ajudar, comecei a trabalhar aos 12 anos e agora sustento um filho de 50 anos.... Agora são os pais que têm que ajudar os filhos e os filhos já não vão para novos.” (E3, 77 anos)*

Quanto a Marta, tem três filhas com 46, 53 e 59 anos. A mais nova é agente imobiliária, mas chegou a trabalhar no aeroporto, até que saiu, “foi na leva dos despedimentos”, em 2011. É precisamente a filha mais nova que precisou de um maior apoio no período da crise e da austeridade, porque “ela tinha-se divorciado naquela altura e tudo foi ainda mais complicado”. Na perspetiva da professora primária reformada, “isto ainda não é um emprego”, porque a filha vive das comissões. Marta admite que se esforça por ajudar esta sua filha, bem como os netos:

*“Eu costumo ajudá-la ainda porque tudo aquilo é muito incerto. Os miúdos, a pagar as explicações, naquilo que posso”.. E esta neta que está em Lisboa também ajudo, tem um atelier de cerâmica. É muito incerto. O pior é os miúdos quando tiverem que ir para Lisboa. Deus me dê mais uns aninhos para poder ajudá-los.” (E9, 83 anos)*

Também Carlos admite que teve de prestar apoio ao único filho, divorciado e pai de três filhas, licenciado e funcionário público, que sofreu cortes no vencimento, na mesma altura em que as filhas mais velhas se encontravam a estudar na universidade em Lisboa. O participante refere que teve de se chegar à frente e ajudar:

*“tive que ajudar filho e netas, monetariamente.” (E22, 70 anos)*

Por sua vez, José, 75 anos de idade, casado, tem três filhos que “*são vítimas da crise, no geral*”. O participante diz que:

*“Qualquer um deles já não vive comigo, mas apoio-os.” (E11, 75 anos)*

Em jeito de desabafo, José lamenta:

*“A minha pensão dava perfeitamente para fazer uns bons passeios durante o ano, se não fossem os filhos.”*

Por último, Ema refere que a filha, ajudante de farmácia, viu o seu posto de trabalho ser extinto em 2011 e, por isso:

*“Tive que ajudar a minha filha em todo este processo da extinção do posto de trabalho.” (E24, 73 anos)*

Contudo, Ema adianta que a ajuda à filha ainda se mantém:

*“Agora também ajudo, porque recebe ao dia. Com uma agravante, instalaram o sistema de mealheiro. Agora não pode sacar o dinheiro que lhe cabe ao fim do dia porque a diretora técnica é que tem a chave. Chegam a juntar dois ou três dias. Assim não dá. E aquilo que ela trabalha...” (E24, 73 anos)*

### ***A receção de apoio financeiro da parte dos filhos***

Nesta dimensão incluem-se dois participantes que costumam ou costumavam receber apoio dos filhos. Nuno é viúvo, vive com a filha, desde que a esposa faleceu há onze anos. O participante conta que a filha reclamava da austeridade e que para ela “*isso dos cortes nos ordenados, era o prato do dia*”. O pedreiro reformado da construção civil reconhece que a filha é o principal suporte financeiro do lar e que a sua vida poderia ter sido bem mais complicada nesta fase, se não contasse com o seu apoio:

*“ | é a filha| que vai safando a coisa, eu não sei como seria se estivesse sozinho. Talvez fosse bem pior. Ela até ganha bem, é enfermeira chefe. Eu também tenho muito sorte de ter uma filha assim, ela é uma santa!” (E5, 82 anos).*

No caso de Eva, as filhas costumavam ajudar os pais, que têm baixas reformas, mas infelizmente tudo mudou. E é com mágoa que a participante reconhece:

*“Quando trabalhava ajudava sempre as minhas filhas. Ainda ajudei na entrada da casa da minha filha mais nova. Eu ajudava as minhas filhas, quando podia, agora já não posso. Agora são elas que têm que me ajudar a mim, quando podem.” (E7, 77 anos)*

Quanto à filha mais nova, “*foi muito afetada com os cortes*”. Eva confessa:

*“Era ela que me ajudava. Comprava-me os medicamentos, comprava-me a fruta e o leite”. Mas depois ela tem ficado mais doente e deixou de poder ajudar-me.” (E7, 77 anos)*

Além de sofrer de problemas de saúde, a neta está a estudar numa universidade em Lisboa e as despesas do agregado são maiores, o que faz com que a disponibilidade da filha em ajudar monetariamente a mãe seja agora bem mais reduzida.

### ***Deixar de ter contactos face-a-face por causa da emigração dos familiares***

Vejamos o que nos diz Miguel, ele próprio um emigrante que regressou a Portugal, na expectativa de proporcionar aos seus filhos um futuro melhor. Os dois filhos de Miguel nasceram na Austrália, mas já concluíram o Ensino Secundário em Portugal. O filho mais velho, engenheiro, 40 anos de idade, não conseguiu arranjar um emprego compatível com as suas habilitações e decidiu regressar à Austrália em 2012, no pico da crise, levando a esposa, também ela licenciada, e a filha pequena. Para se adaptar a esta mudança na dinâmica das relações familiares, o participante confessa:

*“A organização familiar passou a ser diferente.” (E18, 72 anos)*

Não restou outra hipótese a Miguel senão recorrer às novas tecnologias de comunicação para encurtar as distâncias colocadas pela emigração:

*“Ir acompanhando o crescimento dos netos através do skype. Ainda não conheço pessoalmente o meu netinho. Eles desde que o menino nasceu não vieram cá e eu não fui lá.” (E18, 72 anos)*

### **As dificuldades dos descendentes no presente e no futuro**

Esta categoria agrupa duas dimensões: “As vidas incertas e a preocupação/sofrimento dos familiares” (seis participantes) e “O futuro dos filhos/netos” (sete participantes), que dão conta de como as práticas familiares das pessoas idosas passaram a estar condicionadas pela incerteza do modo de vida das gerações mais jovens. Enquanto na primeira dimensão as preocupações e o sofrimento dos pais idosos estão mais focados nas trajetórias de incerteza

dos seus familiares no presente, na segunda dimensão os pais interrogam-se sobre qual será o futuro dos seus filhos e netos.

### *As vidas incertas e o sofrimento dos familiares*

Nesta dimensão revelam-se as experiências vividas pelos familiares mais próximos, filhos ou netos, em conseguirem arranjar um emprego menos precário e melhor remunerado, os dramas do trabalho sem qualquer expectativa de crescimento pessoal e profissional, bem como do desemprego no geral, que atingem todas as idades e níveis de educação.

É o caso de Joana, que vive com o filho de 50 anos de idade. Em relação ao filho, que tem apenas o 7.º ano de escolaridade, relata:

*“Teve um ano desempregado. (...) O meu filho foi muito afetado porque não conseguia arranjar emprego. Ele teve muitas dificuldades em arranjar emprego. Muitas mesmo!” (E3, 77 anos)*

A participante Joana revela não ter grandes ilusões relativamente ao panorama da oferta de empregos que se arranjam atualmente em Portugal e refere:

*“Há quatro meses que está a trabalhar, mas vamos ver o que acontece.” (E3, 77 anos)*

Já no caso da neta, desde que acabou há dois anos a licenciatura em Medicina Veterinária que “*tem andado a contratos*”. Joana adianta que:

*“O máximo que ganhava era 500 euros e só turnos na noite.” (E3, 77 anos)*

Joana revela ainda que estes turnos da noite eram muito difíceis de gerir pelos pais:

*“Os pais chegaram a dormir no carro à porta de uma clínica, só para ela se sentir segura. Porque deixavam a miúda sozinha, com os animais, sem enfermeiros, sem ninguém e sem segurança. Num local descampado.” (E3, 77 anos)*

Também José tem vivido com os seus filhos, em particular a mais velha e o mais novo, o drama do desemprego dos jovens licenciados. A filha é arquiteta, mas de momento está desempregada, e o participante confessa de forma resignada que “*a arquitetura está de rastos em Portugal*”. O mais novo é licenciado em Educação Física e “*está sem trabalho*”, porque também:

*“Está um pouco desmotivado com as condições que oferecem e com a remuneração. Enfim, (...) depois o mundo do trabalho não entusiasmou demasiado e tem andado a apalpar terreno, está à descoberta.” (E11, 75 anos)*

Perante estes percursos profissionais marcados pela incerteza e pela instabilidade profissional, este professor reformado do Ensino Secundário coloca a seguinte questão:

*“Quem é que arranja emprego com alguma estabilidade? A sociedade mudou, mudou...” (E11, 75 anos)*

Por sua vez, Ema, que tem uma filha que é ajudante de farmácia e que viu o seu posto de trabalho ser extinto por causa da crise, observa:

*“Trouxe-lhe muitas complicações, foi para o fundo de desemprego. Pela idade teve direito a menos subsídio e então ela inscreveu-se no centro de emprego e chamavam-na, mas não eram empregos que lhe seduzissem. Ela estudou só até ao 12.º ano.” (E24, 73 anos)*

Contudo, a filha de Ema, decidiu voltar a trabalhar novamente no ramo das farmácias e a participante confessa com desgosto que:

*“Isto que está aí é uma exploração tremenda. Pagam mal e porcamente.” (E24, 73 anos)*

### ***O Futuro dos filhos e dos netos***

Nesta dimensão é visível como os pais estão apreensivos com o futuro dos filhos e dos netos. A precariedade e a incerteza têm uma interferência negativa não só no modo como as pessoas idosas vivem o presente, mas também na perspetivação do futuro dos familiares. O amanhã é agora um risco, um dado muito imprevisível, nunca se sabe muito bem o que pode vir a acontecer e as expetativas já não se definem a longo prazo (Carmo *et al.*, 2014).

A participante Joana revela-se muito preocupada com o futuro da neta que, apesar de ter uma formação superior, tem andado a contratos precários e mal pagos:

*“Agora a minha neta namora um rapaz que é licenciado em Gestão, terminou o contrato e também já está desempregado há dois meses.” (E3, 77 anos)*

Perante esta realidade, Joana manifesta-se inquieta e interroga-se:

*“Qual o futuro destes jovens? Como vão pensar em família?” (E3, 77 anos)*

Também Rita, e sem se referir a um caso específico na sua família, confessa estar preocupada com o futuro das gerações mais novas:

*“A juventude não tem um futuro certo. Sou contra os contratos. Como é que os jovens formam família se não têm emprego?” (E13, 81 anos)*

Dina, por seu lado, tem três filhos, um rapaz mais velho com 49 anos e duas filhas com 44 anos de idade. A participante mostra-se bastante apreensiva com o desemprego do filho,

porque agora as oportunidades que têm surgido “é tudo à base de contratos” e, como tal, diz num tom pessimista:

*“Não vejo futuro para ele e nem para o país.” (E12, 75 anos)*

Por último, Duarte revela que “há uma coisa que me incomoda muito” e explica-nos por que razão se sente assim:

*“Os meus avós viveram de uma maneira, os meus pais viveram doutra, eu vivi melhor e os meus filhos ainda... Agora os meus netos já estão a viver pior e vão viver pior.” (E15, 76 anos)*

Mas o seu lamento não se esgota nestas palavras. Este médico reformado admite que quando falecer a esposa e o filho mais novo não vão conseguir manter o nível de vida do presente:

*“Outra coisa que tenho consciência é que quando eu fechar os olhos, a minha mulher não vai poder continuar. Vai ter que vender a casa. Eles não vão ter a qualidade de vida que têm agora e isso faz-me muita impressão.” (E15, 76 anos)*

### **A delegação de tarefas domésticas**

Esta categoria integra uma única dimensão, que revela uma mudança introduzida na delegação das tarefas domésticas, ou seja, uma participante que, por força da crise e das medidas de austeridade, se viu obrigada a reduzir as horas de trabalho da empregada doméstica. É o caso Teresa, de 69 anos de idade, que provém de um setor de classe mais favorecido e com maior poder de compra, neste caso dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE), e que se inscreve no tipo 1 das tipologias de curso de vida. Para fazer face à crise, uma das primeiras medidas com que Teresa se viu confrontada foi “*reduzir as horas da minha funcionária*”. A participante acrescenta, ainda, que além desta redução do horário ter tido um impacto nos rendimentos da empregada doméstica, esta por sua vez também teve mais dificuldades em compensar as horas que fazia em minha casa, devido à conjuntura de crise económica em que se vivia.

### **O pagamento de medicamentos**

Esta categoria integra também uma única dimensão, que dá a conhecer uma mudança introduzida no pagamento de medicamentos, ou seja, uma participante que, por força dos baixos rendimentos e do aumento do custo de vida, não consegue assegurar a compra da medicação prescrita pelos médicos. É o caso de Lia, 76 anos de idade, uma participante com fracos recursos económicos que se enquadra no tipo 4 da tipologia de curso de vida. Padece

de problemas de saúde graves e não tem qualquer apoio familiar a quem possa recorrer nas horas de maior necessidade. Por força das circunstâncias, a participante viu-se levada a pedir ajuda alimentar a uma IPSS, mas os apoios não se têm ficado por aqui. A participante também solicita apoio no pagamento de medicação, pois:

*“A gente gasta o dinheiro, os medicamentos, eu tenho lá a receita dos medicamentos que é para dar à Dr.ª da CVP. Não posso pagar... Não tenho como pagar!” (E8, 76 anos)*

## **OS SIGNIFICADOS ASSOCIADOS ÀS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES**

Após termos descortinado, em termos mais gerais, o que significa a crise e a austeridade para os participantes, resta-nos agora dar resposta especificamente a uma das questões iniciais da investigação: o que significam as mudanças nas práticas familiares para as pessoas idosas? A categoria “Contradições entre o esperado e a realidade” contém os significados associados às mudanças nas práticas familiares, na sequência da crise e da austeridade, e destaca o facto que nem sempre tudo corre como planeado na vida pessoal e familiar, o que em muitos casos é motivo para alguma frustração. É composta por duas dimensões: “Uma velhice diferente da esperada” (catorze casos) e “Uma vida dos familiares diferente da esperada” (dez casos)<sup>167</sup>. Enquanto a primeira dimensão integra narrativas de pessoas idosas, cujas mudanças nas práticas familiares significam uma velhice muito aquém do idealizada ao longo da vida, a segunda dá conta dos significados diretamente associados a alguma desilusão e frustração quanto à desestabilização do curso de vida dos filhos e/ou netos.

### **Contradições entre o esperado e a realidade**

#### ***Uma velhice diferente da esperada***

Nem sempre os planos que fazemos para o futuro correm como desejaríamos. É o caso de Ema, em que a crise atingiu não só a sua vida pessoal, mas como as vidas da filha e da neta. Foram vários os problemas que bateram à porta da família, em particular o desemprego e a precariedade laboral da filha e o acompanhamento ao longe também não foi nada fácil dos dramas de quem se ama. A participante confessa “*comigo foi viver sempre em função da minha filha*” e desabafa o seguinte:

*“Uma pessoa chega a uma certa idade em que era para levar uma vida mais regrada, mais descansada, com menos preocupações.” (E24, 73 anos)*

---

<sup>167</sup> Sete participantes integram simultaneamente a D1 e a D2.

Também Joana mostra-se bastante desolada com as mudanças provocadas pela crise nas suas práticas familiares, ao dizer que se inverteram os papéis na solidariedade entre pais e filhos:

*“Agora são os pais que têm que ajudar os filhos e os filhos já não vão para novos.” (E3, 77 anos)*

A participante Joana também se sente, de alguma forma, frustrada, porque pensava chegar de uma maneira mais digna a esta fase da vida, após uma infância marcada por dificuldades:

*“E quando eu pensava, isto porque tive uma infância difícil, passei muitas dificuldades, ter uma velhice mais digna, tenho que passar para estes sacrifícios e ainda por cima sozinha!” (E3, 77 anos)*

Joana confessa que não se tem sentido nada feliz com esta situação:

*“ Há dias que só me apetece chorar...” (E3, 77 anos)*

Também Eva se sente desiludida e revoltada por ter chegado a esta fase da vida com tantas privações, ao ponto de ter pedido ajuda a uma IPSS. A participante confessa:

*“Sinto-me mal, tenho passado mal porque trabalhei uma vida inteira, trabalhámos tanto os dois. E agora não podemos comer aquilo que nos apetece. Acredite que é verdade... Tinha uma vidinha boa e agora não poder comprar aquilo que nos apetece...é duro. Sinto-me revoltada.” (E7, 77 anos)*

De igual modo, também Ida revela a sua mágoa por estar a passar por dificuldades nesta fase da vida e por não ter ninguém de família a quem recorrer. Conta apenas com o apoio de uma IPSS. A participante lamenta algumas das decisões tomadas no início da sua vida adulta:

*“Eu não devia ter casado. Tinha tido uma vida melhor. O meu pai era muito bom, trabalhava numa moagem e não faltava nada.” (E16, 90 anos)*

Ida não teve filhos biológicos, mas refere:

*“Eu criei um menino, foi tudo para ele e o menino agora não quer saber da mãe. Só vivia para ele e agora estou sozinha”. (E16, 90 anos)*

A participante Ida admite alguma desilusão, porque o destino pregou-lhe algumas partidas:

*“Nunca pensei chegar a esta idade e ter-me acontecido tantas coisas más!” (E16, 90 anos)*

### ***Uma vida dos familiares diferente da esperada***

Por outro lado, nem sempre o que se sonhou para o futuro dos filhos, se torna realidade. Ainda mais nos dias que correm. É o exemplo de Miguel, que emigrou com a esposa para a Austrália tinha vinte e poucos anos. Em 2012, o filho mais velho seguiu-lhe as pisadas e viu-

se obrigado a voltar ao país que o viu nascer em busca de uma vida melhor. A emigração do filho não estava de todo nos planos do participante, que trabalhou para que a vida do filho pudesse ser de alguma forma diferente da sua vida de emigrante. Mas a crise trocou-lhe as voltas e o sentimento dominante é a frustração:

*“Snto-me frustrado, porque quando vim para Portugal não era este o objetivo. Tive oportunidade de lhe dar formação, para ter aqui uma vida melhor e a saída foi ter que sair de Portugal!” (E18, 72 anos)*

Na sequência da crise, o filho mais velho de Dina viu-se confrontado com um processo de rescisão voluntária na instituição bancária onde trabalhava há vários anos e onde chegou a ser subgerente. A participante sente, por isso, “*uma desilusão profunda*”, porque:

*“O meu filho tinha posição, casa própria, carro. Uma vida estabilizada.” (E12, 75 anos)*

A professora primária reformada Dina olha para o futuro do filho com muitas reservas, agora que a crise lhe passou uma grande rasteira:

*“Agora aos 49 anos, é tudo uma incógnita. Um ponto de interrogação!” (E12, 75 anos)*

Por último, Teresa não esconde alguma mágoa em ver os sobrinhos desempregados:

*“Tenho pessoas com licenciaturas e mestrado na família, desempregadas. Ainda hoje fiz uma transferência para uma sobrinha minha cuja bolsa de investigação acabou. Dez anos de bolsa e 36 anos! Pai não tem e a mãe tem problemas de saúde”.*

A professora reformada do Ensino Secundário Teresa é de opinião que o desemprego dos jovens (neste caso, qualificados) ainda é uma dura realidade na vida quotidiana:

*“A situação ainda não dá para estar descontraído, enquanto ainda houver jovens nesta situação.” (E19, 69 anos)*

## **AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES NOS DOMÍNIOS DA SAÚDE DAS PESSOAS IDOSAS**

A partir de 2011, através do programa de resgate estabelecido com a *Troika*, o país entrou num período de austeridade cujas medidas negociadas exigiam uma poupança no setor da saúde de 664 milhões de euros (Pita Barros, 2012). Apesar de ter sido dado por finalizado em 2014, o XIX Governo Constitucional fez cortes no sistema de saúde em dobro do que exigia o MdE negociado com a *Troika* (OCDE, 2013). As medidas de austeridade afetaram, de forma direta e indireta, a saúde dos portugueses e o respetivo sistema de saúde, o qual apesar de ser um dos melhor estruturados dos países resgatados, é dos piores financiados. Assim, e de

forma muito resumida, a medidas de austeridade vieram a traduzir-se tanto pela via da diminuição dos gastos públicos com o funcionamento dos serviços de saúde, como pela degradação financeira das famílias e do aumento do custo de vida (OPSS, 2012)<sup>168</sup>.

Os níveis da saúde da população mais idosa devem passar a representar uma preocupação muito especial da saúde pública portuguesa. É o OPSS (2012) quem o afirma. Em Portugal, os grupos mais envelhecidos, em conjunto com os mais desfavorecidos, os de menores recursos financeiros e com profissões de maior risco, são aqueles que têm apresentado piores resultados em saúde (Santana, 2002).

Portugal também faz parte de um lote de países em que a população maior de 65 anos faz uma autoavaliação pouco positiva, isto é, menos de 20% sente-se bem com o seu estado de saúde <sup>169</sup> (OCDE, 2015). São números pouco animadores, pois em 13 dos 34 países da OCDE a população maior de 65 anos sente-se bem de saúde, enquanto em alguns países europeus, mais propriamente na Suécia, Suíça, Noruega e Irlanda, essa auto-perceção dispara para mais de 60% da população idosa. Os resultados preliminares do projeto DO-HEALTH <sup>170</sup>, um estudo europeu cujo objetivo é procurar formas de melhorar a saúde dos idosos com mais de 70 anos, também concluíram que os idosos portugueses são considerados dos menos saudáveis da Europa. Apenas 9% são saudáveis a todos os níveis, cognitivo e físico, mas esta proporção fica muito aquém dos resultados obtidos noutros países europeus: 51% na Suíça, 58% na Áustria, 38% na Alemanha, e 37% em França.<sup>171</sup>

Para dar resposta a uma das últimas questões da nossa investigação, falta agora conhecer como se refletem as consequências das mudanças nas práticas familiares nos domínios da saúde. No que diz respeito ao domínio da saúde, foram identificadas duas categorias que se designaram de “A Crise e a Austeridade passam ao lado da Saúde” (oito casos) e “Quando a Saúde fica a perder” (catorze casos). Estas categorias assinalam a existência de dois padrões diferentes na saúde auto-reportada, em função das consequências da crise e do modo como se respondeu à crise. Se, por um lado, as narrativas sugerem o facto de a saúde das pessoas

---

<sup>168</sup> Contudo, com a entrada em funções, em finais de novembro de 2015, do XXI Governo Constitucional seriam postas em marcha uma série de alterações na orientação da Política de Saúde, que tiveram como prioridade a “redução das desigualdades entre cidadãos no acesso à saúde, em conjunto com o reforço do poder do cidadão no seio do Serviço Nacional de Saúde (SNS), promovendo disponibilidade, acessibilidade, comodidade, celeridade e humanização dos serviços” (Ministério da Saúde, 2016: 9).

<sup>169</sup> Em conjunto com a Hungria, Estónia, Polónia, Turquia, República Checa e Coreia do Sul.

<sup>170</sup> A participação portuguesa é assegurada por um grupo de investigadores da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC).

<sup>171</sup> Fonte: <https://www.tsf.pt/sociedade/saude/interior/estudo-europeu-conclui-que-populacao-idosa-portuguesa-e-pouco-saudavel-9597974.html> (acedido em 23-09-2018).

idosas não ter sido grandemente afetada, por outro, também nos conduzem claramente ao extremo oposto. Estes resultados dão ainda “voz” a outros participantes, que não se enquadram nos restantes padrões e que, por isso, foram enquadrados em duas categorias distintas: “*Sinto-me muito melhor aqui*”: quando a saúde fica a ganhar com a institucionalização” (um caso) e “*Este problema de saúde surgiu antes da crise*”: quando a saúde era um problema e depois veio a *Troika*” (dois casos)<sup>172</sup>.

### **As mudanças nas práticas familiares passam ao lado da Saúde**

Esta categoria é constituída por uma única dimensão, que dá conta das narrativas de oito participantes que não sentiram a sua saúde afetada pelas mudanças introduzidas nas práticas familiares. Um traço interessante consiste no facto destes participantes terem os respetivos filhos encaminhados na vida, isto é, de levarem vidas independentes e com percursos profissionais que não suscitam preocupações redobradas por parte dos pais. São narrativas que revelam uma resposta às mudanças nas práticas familiares, em termos de saúde, muito mais adaptativa<sup>173</sup>.

Vejamos, então, os excertos mais ilustrativos desta categoria. Atentemos ao que nos diz Inês, que introduziu mudanças no consumo de bens não duráveis, mas que não reporta qualquer efeito adverso na saúde. Inês refere, com algum conhecimento de causa, que a área da saúde em Portugal “(...) *está péssima*”. No entanto, não reporta qualquer dificuldade no acesso aos cuidados, sobretudo pelo facto de estar integrada num subsistema de saúde:

*“Até nisso não tive problemas porque tenho ADSE e tenho descontos na clinica. Gasto mais se for ao hospital. É verdade...”*. (E17, 70 anos)

À semelhança de Inês, também Duarte exerceu uma profissão na área da saúde e introduziu mudanças não no consumo de bens, mas nas atividades de lazer. No que toca à influência destas mudanças no seu estado de saúde, Duarte recorda:

*“Senti uma vez ou outra um incómodo, mas não ao ponto de afetar a minha saúde!”* (E15, 76 anos)

---

<sup>172</sup> Foram assinaladas três não respostas de participantes que não tinham uma opinião formada sobre o assunto (E2, E27 e E28).

<sup>173</sup> Uma outra particularidade identificada é o facto de três dos participantes (dois homens e uma mulher) terem exercido uma profissão na área da saúde (E 14, E17 e E15).

Apesar da sua idade mais avançada e embora se encontre institucionalizada num lar de idosos há doze anos, Maria não registou quaisquer consequências da crise e da austeridade no seu estado de saúde. Para esta participante, uma experiência de crise e de austeridade não é um evento completamente inédito na sua longa vida e recorda-se que:

*“(...) A gente já teve uma austeridade quando erámos pequenos! Só se comia por senhas, certas coisas. Não, sinto-me igual. Não sofri alterações.” (E1, 92 anos)*

### **As mudanças nas práticas familiares: quando a Saúde fica a perder**

Esta categoria inclui quatro dimensões: “Rostos Tristes, tempos difíceis” (cinco casos); “*Preocupa-me o futuro dos meus!*”: quem tem filhos (ou netos) tem cadilhos” (três casos); “*Sofro porque os meus sofrem*”: quem tem familiares sofre e não é pouco” (sete casos); e, por último, “*Má disposição e ansiedade, isso sim!*” (um caso)<sup>174</sup>. Estes participantes sentem uma deterioração das condições de saúde e percecionam os efeitos negativos e mais imediatos das mudanças que introduziram nas suas práticas familiares, em particular no seu bem-estar e na saúde mental, e que se têm manifestado em sintomatologia depressiva e ansiosa (tristeza, stress, humor deprimido e ansiedade)<sup>175</sup>.

### ***Rostos tristes, tempos difíceis***

O sofrimento psicológico destas mulheres deriva fundamentalmente da sua condição socioeconómica vulnerável, a qual se agravou substancialmente nos anos da crise e da austeridade. As participantes têm-se sentido tristes, apreensivas, sós e desesperançadas porque os rendimentos são cada vez mais insuficientes para dar a volta à situação. São idosas que vivem, maioritariamente, em situação de elevada vulnerabilidade social.

A participante Lia vive dos rendimentos provenientes de uma baixa pensão/reforma e lamenta a sua saúde e a degradação progressiva da sua condição financeira, em particular nos anos mais recentes, que a impossibilita de pagar a medicação de que necessita e de fazer os tratamentos que a sua saúde debilitada exige:

*“O que eu me lamento é mesmo a minha saúde e cada vez menos tenho como me tratar (...) a minha saúde, nem sei explicar o que sinto. Tenho muitas dores no corpo.” (E8, 76 anos)*

---

<sup>174</sup> Os participantes integram mais do que uma dimensão.

<sup>175</sup> Augusto (2014) admite que efeitos da austeridade sobre a saúde mental dos portugueses estão pouco ou nada estudados e chama a atenção para a necessidade de se fazer mais investigação, pois o inquérito à saúde mental mundial havia mostrado uma prevalência de doença mental em Portugal de 22,9%, em 2008, a mais alta dos dez países europeus inquiridos. A crise económica e social que atingiu Portugal, em 2011, provavelmente veio a agravar a situação, refere o autor.

No pico da crise, Ida começou a ser também apoiada por uma IPSS em alimentação, vestuário e ajudas técnicas, porque o dinheiro era pouco e não chegava para cobrir as despesas mais básicas. A participante lamenta estar só e sem recursos, e com a degradação generalizada das condições de vida tem-se sentido cada vez mais triste e nervosa:

*“ O que me custou mais foi ter ficado sozinha e ter que morar num quarto, porque não tenho dinheiro para alugar uma casa. Esta tristeza. Ver-me sozinha no quarto sem ninguém. Ando nervosa por causa disso. Não tenho ninguém de família a quem possa recorrer. Sinto-me em baixo. Olhe está pior cada dia, o dinheiro não dá para nada, vou esticando.” (E16, 90 anos)*

Também Eva começou a ser ajudada em géneros alimentícios por uma IPSS e, à semelhança de Ida, também apresenta um humor triste e sabe que em pouco ou nada pode contar com o apoio da família. Encontra-se desolada, desesperançada, os rendimentos são baixos. A participante faz um balanço crítico do estado em que o país se encontra, manifestando também alguns pensamentos de autorrecriminação e de culpa. A participante confessa:

*“(…) Sinto-me triste, desolada com isto tudo e não há esperança. Imaginava chegar aos 79 anos de outra maneira (...). Podia ter sido diferente. Se tivesse estudado, se tivesse arranjado um emprego na função pública.” (E7, 79 anos)*

O caso do Miguel é completamente diferente. A tristeza que o invade não provém da falta de recursos financeiros e da ausência ou da fragilidade do suporte familiar, como Ida, Eva e Lia, mas tem origem noutros motivos. O filho mais velho, de 40 anos, engenheiro, emigrou para a Austrália no auge da crise. Foi em busca de condições que Portugal não lhe oferecia, em particular um salário compatível com a sua formação. Miguel também esteve várias décadas emigrado na Austrália e quando regressou a Portugal estabeleceu um negócio por conta própria na expectativa de proporcionar aos filhos uma vida melhor. O participante sabe bem o que é estar lá fora e sente-se mais triste porque tinha idealizado outros planos para a família. Confessa-nos que a parte mais afetada da sua saúde é o humor:

*“Eu talvez o humor, a pessoa fique mais triste. Não seja tão feliz. Na parte sentimental. As coisas podiam ter sido diferentes. Custou-me ver o meu filho sair de Portugal, a minha netinha pequenina.” (E18, 72 anos)*

### ***“Preocupa-me o futuro dos meus!”: quem tem filhos (ou netos) tem cadilhos!***

O futuro dos filhos e dos netos tem ocupado a mente dos participantes e as incertezas que se desenham no seu horizonte têm sido motivo de uma preocupação constante que tende a influenciar, nuns casos de forma mais expressiva do que noutros, os seus níveis de saúde.

É o caso de Adélia, que padece de problemas crónicos de saúde. Esta participante viu-se obrigada a introduzir algumas mudanças no lazer e no consumo de bens e, para além disto,

viu-se a braços com a instabilidade profissional das duas filhas, que teve de ajudar nos momentos mais delicados. Adélia sente-se muito preocupada e confessa-nos que a ansiedade tem interferido no seu estado de saúde:

*“|esta situação| (...). Deixou-nos marcas. Sei lá se volta tudo ao mesmo? E se a minha filha é mandada embora? Já tem 50 anos, onde é que vai arranjar emprego. Mas veja, a última vez que mudei de emprego eu tinha 50 anos (...). Tudo isto nos deixa ansiosos. Falta de segurança, seja naquilo que for (...). E saber que, de um momento para o outro, tudo pode virar.” (E21, 70 anos)*

É interessante verificar como Adélia compara o seu percurso profissional com o percurso da sua filha, e como se apercebe das mudanças sociais profundas que ocorreram, em particular, no mercado de trabalho. Já José introduziu mudanças no consumo de bens e viu-se também obrigado a prestar ajuda financeira aos filhos. Tem três filhos na casa dos trinta, todos eles licenciados. Dois dos filhos não conseguiram ainda alcançar estabilidade profissional. Uma das filhas acabou por emigrar, aproveitando uma oportunidade num país da UE e que “*dentro de portas*” teimava em não aparecer. José revela-nos que a crise e a austeridade tiveram um impacto “relativo” no seu estado de saúde, devido à preocupação que mantém com o futuro profissional dos filhos, ao dizer que:

*“Mexe em parte...Preocupa-me o futuro dos meus filhos. Nós os mais idosos, ou os pais, somos os beneméritos dos mais jovens (...). Nesse sentido, preocupa-me o futuro dos meus filhos, mas não me tira o sono. Desde que vá financeiramente tendo para mim e para eles!” (E11, 75 anos).*

Por sua vez, Rita também teve de introduzir mudanças no consumo de bens e de prestar ajuda financeira, não aos filhos, mas aos netos. Refere-nos que estas mudanças tiveram consequências na sua saúde, embora não queira especificar-nos em detalhe quais. O seu foco de preocupação é com o futuro dos netos, vaticinando:

*““Não vão ter a vida boa que eu tive!” (E13, 81 anos)*

À semelhança de Adélia, também Rita e José conseguem percecionar as mudanças sociais profundas que têm ocorrido e que reservam aos seus filhos e netos um futuro marcado pela insegurança e incerteza e muito diferente da realidade que viveram.

### ***“Sofro porque os meus sofrem”:* quem tem familiares sofre e não é pouco**

De seguida apresentamos as narrativas de participantes (que apresentam a particularidade de serem todas mulheres) e cujas mudanças introduzidas nas relações intergeracionais, mais

especificamente preocupações com os filhos ou com outros familiares mais próximos, revelaram ter tido impactos negativos bastante significativos na sua saúde.

É o que nos transmite a narrativa de Joana, que tem uma saúde bastante debilitada e já foi submetida a uma complexa intervenção cirúrgica ao coração. O filho de 50 anos, separado, encontra-se agora a viver consigo. O estado emocional em que o filho se encontra, pela precariedade do seu vínculo laboral, não tem sido o melhor e acaba por prejudicar a saúde da mãe, que fica ansiosa. A participante confessa:

*“ Teve um ano desempregado. Já passou por Inglaterra e no Brasil. Agora conseguiu emprego nos alarmes, mas sou eu que lhe tenho que dar de comer. É por contratos, não sei como é. Eu pago as despesas todas cá da casa, só para ele ter um rumo na vida, sorte e ter a independência dele aos 50 anos.” (E3, 77 anos)*

*O meu filho anda muito nervoso, muito nervoso, porque não sabe o dia de amanhã. E eu fico ansiosa. E é mau porque já fui operada ao coração/aorta. A minha saúde é muito frágil e toda esta incerteza perturba. Sofro porque os meus sofrem.” (E3, 77 anos)*

Já Ema tem uma filha, técnica de farmácia, e uma neta, as quais vivem nos arredores de Lisboa. Esta participante tem uma doença que lhe condiciona de forma grave a mobilidade. Com a crise, a filha viu o seu posto de trabalho ser extinto em 2011, esteve desempregada e voltou novamente a trabalhar no ramo das farmácias. Porém, recebe mal e ao dia, quando recebe. A neta teve de largar os estudos e começou a trabalhar. O declínio progressivo da idade e o agravamento do seu estado de saúde faz a participante observar:

*“A vida deu uma volta de 360 graus!. Eu tinha a pensão cortada e tive que ajudá-las. Eu era uma pessoa dinâmica e agora já não consigo. Faço o trivial. As preocupações destes últimos anos tiraram-me anos de vida (...) comigo foi viver sempre em função da minha filha. O que lhe afeta a ela acaba por me afetar também.” (E24, 73 anos)*

Dina é uma antiga professora primária cuja reforma não escapou aos cortes da austeridade. Tem três filhos na casa dos 40 anos. Mas o filho mais velho, que não chegou a concluir a licenciatura, é de longe aquele que concentra as suas preocupações e anseios. Quando nada o fazia esperar, e após vários anos como subgerente numa instituição bancária, o filho acabou por sair na sequência de uma rescisão voluntária. Agora está desempregado, a receber subsídio de desemprego, com dois filhos estudantes a seu cargo. As perspetivas de futuro não são nada animadoras e estão envoltas em muitas incertezas. As preocupações de Dina com o filho mais velho têm-lhe tirado o sono:

*“Olhe, não tenha dúvida, uma pessoa anda muito mais enervada. Passei a tomar um comprimido para dormir. Preocupa-me muito. É muito difícil arranjar um emprego agora, sobretudo dentro daquele nível que ele tinha.” (E12, 75 anos)*

Por sua vez, Beatriz diz-nos visivelmente comovida que os cortes da austeridade precipitaram a morte do marido, deficiente das forças armadas, que ficou bastante chocado com o que aconteceu na sua reforma:

*“Uma das razões que acelerou mais a doença foi tirarem-lhe a reforma. Levava dia e noite a pensar naquilo. Mas de facto, sentiu muito, e nos últimos tempos, vagueava pela casa a dizer: tiraram-me isto e tiraram-me aquilo e não podiam. Isto porquê? Porque ele era ferido de guerra. Tudo isto foi a morte do meu marido. O que afetou a minha saúde foi vê-lo a ele tão deprimido. Isso foi a morte do meu marido, digo-o abertamente.” (E23, 73 anos)*

### **“Má disposição e ansiedade, isso sim!”**

Teresa admite ter-se sentido particularmente incomodada com as diversas medidas de austeridade que atingiram diretamente o seu agregado familiar e que lhe provocaram grande inquietação. A professora reformada do Ensino Secundário não se esqueceu das emoções desagradáveis que experimentou nos anos da crise e da austeridade, e faz questão de recordar:

*“(…) tudo isto dava má disposição e ansiedade, ai isso sim!” (E19, 69 anos)*

### **“Sinto-me muito melhor aqui ”: quando a saúde fica a ganhar com a institucionalização**

Esta categoria integra uma única dimensão que dá a conhecer o caso de uma institucionalização em lar que ocorreu por altura do agravamento da crise em Portugal, e em que se destacam os seus aspetos positivos. É o caso de uma mulher, de 72 anos de idade, que provém do Operariado e que se enquadra no tipo 4 do curso de vida. Trata-se de Glória, uma idosa com fracos recursos económicos, que conseguiu ser institucionalizada num lar, em 2010, numa das vagas comparticipadas pela Segurança Social. Nessa altura, já se começavam a sentir os primeiros sinais da crise. A saúde tinha vindo a piorar ao longo dos anos e as limitações físicas acabaram naturalmente por aparecer. É significativo o que a participante diz quando se refere ao papel da institucionalização:

*“A minha saúde melhorou muito. Olhe que eu sinto-me muito melhor aqui do que quando estava sozinha. Eu estava quase acamada e a fisioterapeuta fez exercícios comigo para ativar as pernas e, veja, já consigo pelo menos andar com andarilho. Nunca vivi tão bem! Agora estou segura. Já não tenho preocupações com a vizinhança.” (E26, 72 anos)*

Podemos, então, observar que a institucionalização, apesar de ser muitas vezes considerada uma experiência negativa, rejeitada e temida pelas pessoas idosas, trouxe no caso de Glória imensos benefícios. A idosa estava com pouca autonomia, derivada da patologia física e residia em condições habitacionais muito precárias. A institucionalização, num momento coincidente com o agravamento da crise, acabou por ser um *turning point*, um momento de rutura biográfica significativo na vida desta mulher.

**“Este problema de saúde surgiu antes da crise”: quando a saúde era um problema e depois veio a Troika**

Esta categoria integra uma única dimensão que reúne as narrativas de dois participantes que padeciam de problemas de saúde prévios e cujo curso evoluiu em simultâneo com as principais respostas à crise. São os casos de Gil e de Fátima, de 71 e 74 anos de idade, respetivamente, que se enquadram na categoria de classe dos Empregados Executantes (EE) e que se inscrevem no tipo 4 do curso de vida, um dos mais desfavorecidos da tipologia inscrita no quadro 16.

Veja-se a história de Gil, que não tem suporte familiar, vive só e não tem filhos. É apoiado por uma IPSS. Dois meses após completar os 65 anos de idade e já com o pedido de reforma formalizado, depara-se com uma perda de visão quase total e irreversível:

*“Estava pensando gozar a minha reforma e aconteceu-me isto. Este problema de saúde surgiu antes da crise. Mas não me permite fazer nada por mim. Se eu pudesse fazer algo por mim, sentia-me mais confortado. Perdi a vontade de tudo, sinto-me desmotivado. Não vejo como dar a volta. Não tenho como resolver a minha situação!” (E10, 71 anos)*

É, sobretudo, a deficiência visual, em conjunto com os baixos recursos, que levam o participante a manifestar uma diminuição do prazer em todas as atividades anteriormente consideradas agradáveis, a sentir-se desmotivado e com falta de esperança no futuro, incapaz de dar a volta à situação num contexto marcado pela degradação das condições económicas.

Já Fátima residia no Barreiro e veio para Faro em 2011 pela mão do filho, logo depois da morte do marido e cerca de um ano após ter-se reformado. Contudo, quando nada o fazia prever, sofre um duro golpe no seu estado de saúde, que lhe deixou algumas sequelas:

*“ E depois tive um esgotamento nervoso, por causa da falta que o meu marido me fazia e de ter vindo para cá para Faro. Foi tudo quase ao mesmo tempo!” (E4, 74 anos)*

Em seguida, dá entrada num lar de idosos, após uma curta estada na casa do filho, onde não se adaptou:

*“Ainda estive na casa dele, quer dizer não foi na casa dele, na casa dos sogros dele. Mas eu não me sentia bem. Eles são boas pessoas, mas eu não me sentia bem.” (E4, 74 anos)*

A participante não atribui ao contexto socioeconómico adverso qualquer influência no seu estado de saúde, pois:

*“Não me apercebi muito do resto que se passava lá fora porque a cabeça estava com maluqueira. Eu já tenho problemas de saúde, sobretudo do esgotamento nervoso, mas não foram por causa daquilo que a Dr.ª está a falar.” (E4, 74 anos)*

Nos últimos anos, Fátima passou por vários eventos de transição e adaptação (passagem à reforma, morte do cônjuge e institucionalização). A participante dá-nos a conhecer que os seus problemas de saúde derivam, em grande parte, do sofrimento psicológico vivenciado com a morte do esposo.

## **AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS DAS PRÁTICAS FAMILIARES NOS DOMÍNIOS DO BEM-ESTAR INDIVIDUAL E DA QUALIDADE DE VIDA (QdV)**

A saúde é frequentemente confundida com a Qualidade de Vida (QdV) (Ribeiro, 2006). Contudo, a saúde é uma das dimensões interligadas com a QdV. A OMS entende a QdV como a “*perceção do indivíduo sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações*” (WHOQOL,1994:28). Esta definição engloba os sistemas associados à doença e ao tratamento, à função física, aos aspetos psicológicos e aos aspetos sociais, aos associados à família ou ao trabalho e os económicos. Neste sentido, o conceito de QdV é equacionado no quadro da interação do indivíduo com os seus diferentes contextos de vida e com o respetivo meio (Hegarty, 1994; Guggenmoos-Holzmann *et al.*, 1995) e, portanto, deve ser concebida como uma experiência individual, uma vez que cada pessoa experimenta as mesmas situações de forma diferente, de um modo único e singular (Hegarty, 1994).

A QdV é um conceito largamente influenciado pela saúde física, estado psicológico, relações sociais e crenças sociais, nível de autonomia e independência, bem como pelas relações com o respetivo ambiente sociocultural (OMS, 1995). Anos mais tarde e na mesma linha de pensamento, a OMS (1998) vem dizer que o conceito se trata de uma avaliação do indivíduo, interligada com os contextos sociais, culturais e ambientais em que vive e que apresenta as seguintes características: i) subjetividade, ii) multidimensionalidade e iii) presença de dimensões positivas e/ou negativas.

A QdV permite traduzir a satisfação dos indivíduos com os aspetos da vida (que podem ser objetivos ou subjetivos) e que são importantes para si (Oleson, 1990). Schalock (1996) identifica oito componentes da QdV, as quais integram dimensões objetivas e subjetivas: as relações interpessoais, os direitos e a inclusão social, o desenvolvimento pessoal e o bem-estar emocional, o bem-estar material, o bem-estar físico. Já o bem-estar é um conceito que é utilizado no meio académico de forma abrangente, e que procura traduzir a medida da avaliação da qualidade de vida por parte dos indivíduos (Rees *et al.*, 2010).

Em resposta à questão inicialmente formulada, quais foram, então, as consequências das mudanças introduzidas nas práticas familiares no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas idosas?<sup>176</sup> As respostas são dadas por duas categorias: a primeira, “As mudanças nas práticas familiares passam ao lado do bem-estar e da Qualidade de Vida” (seis casos), e a segunda, “As mudanças nas práticas familiares: quando o bem-estar e a Qualidade de Vida ficam a perder” (sete casos). Quanto à terceira categoria “*Aqui passo bem*” enquadra os pontos de vista das participantes institucionalizadas relativamente ao bem-estar e à QdV no lar (três casos)<sup>177</sup>.

### **As mudanças nas práticas familiares passam ao lado do bem-estar e da QdV**

Esta primeira categoria integra uma única dimensão que nos dá a revelar as narrativas de seis participantes que não se sentiram afetados no bem-estar e na QdV, em virtude das mudanças que introduziram nas suas práticas familiares.

#### ***“Vivo praticamente igual”***

Dina tem vivido preocupada com a situação profissional do filho, que recentemente foi para o desemprego após ter trabalhado vários anos como subgerente de um banco. Contudo, menciona que este problema não produziu grandes impactos na sua QdV, ao declarar:

*“Eu vivo praticamente igual. A minha vida materialmente não tem tido grandes percalços. Nem grandes melhorias nem prejuízos com o 25 de abril.” (E12, 75 anos),*

Isto significa também que Dina tem uma conceção de QdV muito associada ao material. De salientar que a participante faz um vaivém no tempo, indo resgatar o 25 de abril à história coletiva para fazer uma comparação com as suas condições materiais. No olhar da participante, mais do que a recente crise e a austeridade, a instauração do regime democrático em Portugal é que define o antes e o depois das condições de vida dos portugueses.

Por seu lado, José, apesar de ter introduzido mudanças no consumo de bens e nas relações intergeracionais, é de opinião que a sua QdV “*estagnou*”, pois:

*“Não deixei de fazer nada daquilo que estava habituado. Continuou igual. E para os filhos, vai o dinheiro que antes ia para poupança. Agora é um investimento (ri).” (E11, 75 anos)*

---

<sup>176</sup> Os participantes institucionalizados não relatam mudanças nas suas práticas familiares, pelo que as implicações destas mudanças na QdV não são analisadas. Não obstante, é analisado o impacto da crise e da austeridade na saúde.

<sup>177</sup> Houve quatro participantes que não se mostraram disponíveis ou que não tinham uma ideia formada para falar sobre este tema. Na análise das entrevistas, verificou-se que alguns dos impactos relatados no bem-estar individual e na QdV eram principalmente mudanças efetuadas no lazer e no consumo, pelo que se optou por integrá-los nas respetivas categorias.

### **As mudanças nas práticas familiares: quando o bem-estar e a QdV ficam a perder**

Esta segunda categoria desdobra-se em três dimensões: “A Soma de todas as perdas” (cinco casos), “*Não foi só o dinheiro, havia planos para o futuro*” (um caso) e “*Afetaram, mas eu já tive anos piores*” (um caso), e dá a conhecer vários aspetos relacionados com as perdas verificadas nos domínios do bem-estar e da QdV, que os participantes atribuem às mudanças introduzidas nas suas práticas familiares.

#### ***A Soma de todas as perdas***

Esta primeira categoria integra participantes para os quais a perceção individual sobre a QdV é globalmente muito negativa. Esta avaliação está relacionada com uma diminuição do bem-estar material que, num primeiro momento, ocorreu com a entrada na reforma e que, em conjunto com a crise e a austeridade e as mudanças introduzidas nas práticas familiares, fez com que estes participantes sentissem que o seu bem-estar e qualidade de vida ficaram a perder. Estes participantes partilham o facto de viverem, na sua maioria, sós; de terem uma rede de apoio informal muito vulnerável ou praticamente inexistente; e de padecerem de problemas de saúde. Estes participantes também têm em comum o facto de não terem sofrido cortes nas pensões (dado os valores das mesmas serem baixos). De notar que quatro destes participantes (E7, E8, E10 e E16) encontram-se a ser apoiados por redes formais de ajuda, neste caso IPSS de apoio social.

Vejam, então, o caso de Ida, que se tem sentido triste e nervosa, ao ver-se, nesta fase da vida, sozinha, dividindo o apartamento com outras mulheres e homens, e com fracos recursos financeiros. A idosa, que deixou para trás uma vida de trabalho, viu-se obrigada a introduzir mudanças no consumo de bens, tendo, inclusivamente, de recorrer à ajuda de uma IPSS para garantir a sua alimentação diária. A participante tem noção da situação complicada em que se encontra e lamenta que a sua QdV tenha sido negativamente afetada, ao ponto de desabafar que:

*“ (...) Viver assim não é viver bem. É sobreviver (...) Venho aqui buscar comida (instituição) e vou-me remediando.” (E16, 90 anos)*

Por sua vez, Eva encontra-se desolada e frustrada com as suas condições materiais de vida. A perda de rendimentos não lhe permitiu manter o padrão de vida anterior à reforma e, nos últimos anos marcados pela crise e a austeridade, não está a conseguir viver com alguma dignidade e conforto material, recorrendo semanalmente à ajuda alimentar de uma IPSS. Os

anos mais recentes têm sido duros e o futuro não promete ser risonho. A participante refere que a sua QdV foi afetada de forma particularmente negativa:

*“A minha qualidade de vida nestes anos, foi muito, muito afetada. Quando trabalhava, dava para viver, agora não. No Alentejo, era diferente. Nós cultivávamos o que comíamos. Era a nossa subsistência. Aqui não. Fazia toda a diferença!” (E7, 79 anos)*

Por sua vez, Ema difere um pouco do padrão dos anteriores participantes, ao reconhecer que, a partir do momento que entrou na reforma, aos 57 anos, viu a sua qualidade de vida diminuir progressivamente e de forma significativa. Esta degradação fez-se notar, num primeiro momento, do ponto de vista material, e veio a agravar-se substancialmente com a crise e a austeridade e com as conseqüentes mudanças introduzidas nas práticas familiares, principalmente no lazer e nas relações intergeracionais. Num segundo momento sentiu-se igualmente na deterioração progressiva do seu estado de saúde. Na perspetiva da participante:

*“A minha qualidade de vida diminuiu desde que me reformei e depois veio o resto. A crise e por aí fora. Havia coisas que fazia e deixei de fazer. Tínhamos sempre o hábito de passar a passagem do ano fora, em Espanha. E eu ia cinco dias para Espanha. Mesmo que sejam baratas agora, já não vou. Não dá, e entretanto, a saúde piorou.” (E24, 73 anos)*

### **“Não foi só o dinheiro, havia planos para o futuro”**

Joana refere o facto de, nos últimos anos, a sua QdV ter sido afetada de forma negativa no plano material pela crise e pela austeridade e pelas mudanças introduzidas no consumo e, principalmente, nas relações intergeracionais. Atormentada pela situação profissional do filho, bem como da neta licenciada, a participante, que sofre de problemas de coração, diz mesmo que esta diminuição não se resumiu apenas ao aspeto material, mas teve igualmente um impacto negativo na perspetivação do futuro:

*“Afetaram, sim e como e não foi só o dinheiro, o aumento do custo de vida. Digo-lhe que antes disto tudo, daquilo que falou da crise, vivíamos melhor, ou melhor sentíamos que estava tudo bem, havia planos para o futuro.” (E3, 77 anos de idade)*

### **“Afetaram, mas eu já tive anos piores”**

Para Marta, que sofreu na pele os cortes e aumentos de impostos, e que teve de se chegar à frente para ajudar a filha mais nova e os netos, a crise e a austeridade afetaram de forma negativa a sua QdV, mas faz questão de observar que:

*“ (...) Eu já tive anos piores, aqueles que lhe falei, sozinha e com três filhas. Nesse tempo tive de abdicar e de recorrer à família, que me ajudavam sempre (...). Esses foram os tempos que me marcaram, os anos mais difíceis da minha vida.” (E9, 83 anos)*

Para esta participante, os anos mais dolorosos foram aqueles que, devido a uma crise conjugal, ficou sozinha com as três filhas menores e teve de ser ajudada pela família. Apesar da crise e da austeridade não terem sido os eventos mais negativos da sua longa vida, ainda assim, levaram-na a perder noites de sono, como já observámos anteriormente.

### **“Aqui passo bem”: a QdV das pessoas idosas institucionalizadas**

Um dos objetivos da institucionalização passa por garantir a qualidade de vida da pessoa idosa. Um idoso que entra num lar é, na maior parte dos casos, um indivíduo vulnerável, porque está a afastar-se da sua rede informal (família, amigos e vizinhança, por exemplo), a deixar para trás a sua residência, os seus objetos pessoais, as suas rotinas quotidianas, o que pode afetar a sua QdV. Mas o que dizer quando a institucionalização representa mais ganhos do que perdas? O que pensar quando a crise e a austeridade parecem não se terem feito sentir na qualidade de vida oferecida pelo lar aos seus utentes? Esta categoria contém três casos que dão um rosto e voz a estas questões.

Vejam, então, os excertos mais significativos desta categoria. É o caso de Glória, que nasceu numa família pobre. Nos últimos anos, esteve praticamente acamada e recebendo ajudas, até conseguir ter vaga num lar participado pela Segurança Social. Nessa altura, já se começavam a sentir os primeiros sinais da crise. É significativo o que diz Glória quando se refere ao papel da institucionalização:

*“A minha saúde melhorou muito. Olhe que eu sinto-me muito melhor aqui do que quando estava sozinha. Aliás, confessa que “Nunca vivi tão bem!” antes recebia ajuda de pessoas que iam a casa levar-me comida. Sinto-me melhor aqui (lar).” (E27, 72 anos)*

Também Maria foi viver para um lar, mas com o marido, o qual, entretanto, viria a falecer de doença prolongada. A participante que, passou pela crise e pela austeridade institucionalizada num lar de idosos, diz que:

*“(…) Estou protegida, não me falta nada!” (E1, 92 anos)*

Já Violante, quando questionada a propósito da sua QdV, diz, sem pensar duas vezes, que a institucionalização foi um evento positivo para si e para os seus familiares:

*“Aqui passo bem. Para a minha filha e genro foi bom, porque assim saem e vão para todo o lado, descansados, porque eu estou bem.” (E27, 89 anos).*

Através do olhar destas participantes, não nos apercebemos que o clima de recessão económica possa ter feito sentir-se na QdV prestada pelo lar aos seus utentes. Contudo, apesar

de a institucionalização ter sido positiva, temos que ter presente que estas mulheres viveram sempre com pouco ou muito pouco, são pouco escolarizadas e, acima de tudo, nunca tiveram a oportunidade de ter uma vida desafogada.

## **AS LIGAÇÕES ENTRE CATEGORIAS E ENTRE CATEGORIAS E PERFIS SOCIODEMOGRÁFICOS**

A construção de um mapa central de categorias serviu para darmos resposta à penúltima pergunta de investigação e para, explorarmos, num primeiro momento, algumas das ligações das estruturas sociais (género, idade, classe social e curso de vida) com as categorias, e, num segundo momento, as ligações entre categorias e os perfis dos entrevistados <sup>178</sup>.

Através da “lente de género”, são captados os seguintes efeitos modeladores:

- na categoria “Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições políticas”, denota-se uma ligeira diferença de género em favor dos homens (seis participantes), por comparação às mulheres (quatro participantes);
- na categoria “Nem todos sentiram a crise” encontramos apenas mulheres;
- na categoria “A crise foi sentida”, encontram-se todos os homens da amostra (nove participantes) e a grande maioria das mulheres (catorze participantes);
- na categoria “As Medidas de austeridade foram sentidas”, existe um maior peso dos homens (sete em nove contra treze em dezanove das mulheres);
- na categoria “Estado atual do país”, as mulheres partilham das perspetivas mais pessimistas (mais de metade das participantes) e os homens, pelo contrário, são os mais otimistas (cinco em nove participantes);
- na categoria “As mudanças no lazer”, verifica-se uma pequena diferença a favor dos homens (seis participantes), por comparação às mulheres (cinco participantes);
- na categoria “As mudanças no consumo de bens”, existe uma proporção ligeiramente maior de mulheres (onze), que corresponde a mais de metade do total de participantes;
- na categoria “As mudanças nas relações intergeracionais”, verifica-se uma diferença assinalável a favor das mulheres (oito participantes), por comparação aos homens (três participantes);
- na categoria “As dificuldades dos descendentes no presente e no futuro”, existe um maior peso das mulheres (oito), que corresponde a quase metade das participantes;

---

<sup>178</sup> O mapa central de categorias foi introduzido numa folha de cálculo *Excel* e encontra-se no Apêndice 7.

- na categoria “A crise e a austeridade passam ao lado da saúde”, existe um maior peso dos homens (cinco em nove participantes da amostra);
- na categoria “Quando a saúde fica a perder”, existe um maior peso das mulheres (onze), que correspondem a mais de metade do total de participantes;
- na categoria “A Crise e a Austeridade: passam ao lado do bem-estar e da Qualidade de Vida (QdV)”, encontram-se homens, com a exceção de uma mulher;
- na categoria “A Crise e a Austeridade: quando o bem-estar e a Qualidade de Vida ficam a perder, encontram-se mulheres, com a exceção de um homem.

Assim, e após uma primeira análise dos dados, podemos realçar algumas das variações imprimidas pelo género, designadamente aquelas se fazem notar:

- na categoria “As medidas de austeridade foram sentidas”, onde existe uma maior proporção de homens, por comparação às mulheres;
- nas mudanças introduzidas nas práticas familiares, em particular no domínio do lazer, em que se observa uma pequena diferença a favor dos homens;
- por fim, e ao nível das consequências da crise e da austeridade na saúde e na QdV, as perdas são reportadas maioritariamente por mulheres, principalmente no que respeita à QdV, ao passo que os homens, não se sentiram grandemente afetados.

Já no que se refere ao efeito estruturante e diferenciador da classe social, este destaca-se principalmente:

- na categoria “Os governantes pisaram a linha vermelha”, na qual os participantes pertencem aos setores de classe mais favorecidos (ex. Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais e Profissionais Técnicos e de Enquadramento), com a exceção de dois casos que são exemplos de classes menos favorecidas;
- na categoria “Não se pode acreditar nas instituições”, onde se verifica que a maioria dos participantes pertence a classes sociais mais favorecidas;
- na categoria “A austeridade como uma política económica mal aplicada”, na qual todos os participantes pertencem a classes sociais mais favorecidas;
- na categoria “O agravamento da pobreza”, na qual todos os participantes são provenientes de classes sociais mais desfavorecidas;
- na categoria “A perda da identidade nacional”, na qual todos os participantes são de classes sociais mais favorecidas (exceto um caso);
- na categoria “O agravamento dos conflitos intergeracionais”, na qual todos os participantes são provenientes de classes sociais favorecidas;

- na categoria “Insensibilidade social do governo”, na qual todos os participantes pertencem a classes sociais mais favorecidas (exceto um caso);
- na categoria “Futuro comprometido”, na qual todos os participantes são de classes sociais mais desfavorecidas;
- nas avaliações relativas ao “estado atual do país”, uma vez que os otimistas são predominantemente das classes sociais mais favorecidas (exceto um caso) e os pessimistas pertencem, sobretudo, às classes sociais mais desfavorecidas;
- na categoria “A Crise e a Austeridade: passam ao lado do bem-estar e da QdV”, a maioria dos participantes são de classes sociais mais favorecidas;
- na categoria “A Crise e a Austeridade: quando o bem-estar e a Qualidade de Vida ficam a perder”, as perdas reportadas na QdV são identificadas pelos participantes provenientes dos setores mais desfavorecidos da estrutura de classes, à exceção de dois casos.

Porém, a classe social já não explica grandes diferenças, no que toca:

- ao sentir a crise e as medidas de austeridade, uma vez que a esmagadora maioria dos participantes diz ter sentido ambas, independentemente de pertencerem ou não a setores de classe favorecidos ou desfavorecidos;
- às dimensões das práticas familiares em que foram introduzidas mudanças, os contornos destas mudanças e os seus significados, uma vez que se revelaram transversais a vários setores de classe, dos mais favorecidos aos desfavorecidos;
- às perdas na saúde, pois os participantes afetados tanto se inserem em posições de classe mais favorecidas, como se dispersam por outros setores de classe menos favorecidos.

Por fim, e da análise dos dados, observa-se, então, que o posicionamento social exerce uma forte influência:

- ao nível das avaliações sobre os governantes, da aplicação das medidas de austeridade, e dos significados em questão. Os participantes de classes sociais mais favorecidas, aqueles que têm à partida um maior volume de capitais escolares e socioprofissionais, são aqueles que se mostram mais críticos e opinativos;
- ao nível das avaliações sobre as consequências da austeridade, pois os participantes mais desfavorecidos tendem a associá-las a aspetos mais materiais, ao passo que os mais favorecidos, tendem a reportar questões mais de natureza simbólica;

- na avaliação que os participantes fazem do “estado atual do país”, uma vez que as perspectivas pessimistas são manifestadas pelos participantes dos setores de classe mais desfavorecidos e as otimistas, pelos participantes de setores de classe favorecidos;
- nas consequências da crise e da austeridade no bem-estar e na QdV. porque os participantes provenientes dos setores mais desfavorecidos da estrutura de classes são aqueles que parecem ter registado maiores perdas nestes domínios.

No que se refere ao efeito modelador da idade, verifica-se que:

- na categoria “Quando a austeridade não se fez sentir”, quase metade dos participantes têm idades acima dos 80 anos;
- mais de metade dos participantes que manifestam perspectivas pessimistas relativamente ao “estado atual do país” têm idade igual ou superior a 80 anos;
- na categoria “A Crise e a Austeridade: passam ao lado da saúde”, metade dos participantes são octogenários.

Tendo por base a análise do papel do curso de vida, observam-se as seguintes particularidades que passamos a discriminar:

- na categoria “Os governantes pisaram a linha vermelha”, a esmagadora maioria dos participantes têm os tipos de curso de vida 1 e 3 (oito em dez participantes);
- na categoria “A austeridade foi mal aplicada”, existe um claro predomínio dos participantes com os tipos de curso de vida 1 e 3 (oito em dez participantes);
- na categoria “O agravamento da pobreza”, os participantes inserem-se nos tipos 2 e 4 do curso de vida;
- na categoria “O agravamento dos conflitos intergeracionais”, todos os participantes encontram-se no tipo 1 do curso de vida;
- curiosamente, na categoria “Quando a austeridade não se faz sentir” encontram-se participantes com os tipos 2 e 4 do curso de vida, exceto um que tem o tipo 3;
- os participantes que se manifestam otimistas relativamente ao “estado atual do país” inserem-se nos tipos 1 e 3 do curso de vida, com a exceção de um caso;
- os participantes que se manifestam pessimistas relativamente ao “estado atual do país” são, maioritariamente, participantes com os tipos 2 e 4 do curso de vida;
- na categoria “Futuro comprometido”, encontram-se apenas participantes com os tipos 1 e 3 do curso de vida;
- na categoria “Quando o bem-estar e a QdV ficam a perder”, integram-se participantes com os tipos 2 e 4 do curso de vida, com a exceção de apenas um caso.

Já nas categorias seguintes, o curso de vida está presente de forma transversal:

- no sentir a crise e a austeridade, uma vez que esta situação se verificou independentemente de os participantes pertencerem ou não a cursos de vida mais favorecidos ou desfavorecidos;
- nas dimensões das práticas familiares em que foram introduzidas mudanças, os contornos e os significados destas mudanças, uma vez que se mostraram não ser influenciados pelo curso de vida dos participantes;
- por último, nas consequências da crise e da austeridade na saúde, uma vez que estes domínios revelaram não ser determinados pelo curso de vida dos participantes.

Contudo, o curso de vida tem um papel determinante, ao influenciar:

- as avaliações sobre as causas da crise, a aplicação da austeridade e os seus significados, verificando-se que os participantes pertencentes aos tipos de curso de vida mais favorecidos e com maiores recursos económicos e culturais são efetivamente aqueles que se manifestam mais críticos;
- a perspetiva de que uma das consequências da austeridade foi o “agravamento da pobreza”, uma vez que foi manifestada por participantes integrados em cursos de vida mais desfavorecidos;
- a perspetiva de que uma das consequências da austeridade foi o “agravamento dos conflitos intergeracionais”, uma vez que foi partilhada por participantes com cursos de vida favorecidos;
- as perspetivas sobre o “estado atual do país”, observando-se que os pessimistas estão distribuídos em dois tipos do curso de vida com maiores desvantagens, ao passo que no caso dos otimistas, acontece precisamente o inverso;
- “o não sentir a austeridade”, uma vez que os participantes inscritos em tipos de curso de vida com maiores desvantagens, entre os quais os institucionalizados, não sentiram a crise devido às baixas pensões/reformas, ou porque se encontravam em situações de dependência, atendendo às limitações colocadas pela sua idade mais avançada, ou ainda porque foram “protegidos” pela institucionalização;
- as perdas registadas no bem-estar e na QdV, dado que os participantes mais penalizados são aqueles que apresentam um maior leque de desvantagens acumuladas ao longo do longo seu percurso de vida.

## **OS PERFIS SOCIOLÓGICOS DAS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE E DA AUSTERIDADE NAS VIDAS E PRÁTICAS FAMILIARES DAS PESSOAS IDOSAS**

Temos vindo a descrever os resultados identificando, as inúmeras categorias e dimensões resultantes da análise realizada. É chegado agora o momento de apresentar os principais padrões de ligações existentes nos resultados, designadamente entre categorias e entre categorias e perfis sociodemográficos. Neste sentido, é possível definirmos quatro perfis sociológicos: “Socialmente desvantajoso” (o qual designámos de perfil 1), “Misto/intermédio” (perfil 2), “Socialmente vantajoso” (perfil 3) e, por último, “Os Institucionalizados” (perfil 4). De igual modo, procurámos identificar se a cada perfil está associado um determinado conjunto de categorias com ligações “fortes” entre si. Este exercício permitiu revelar que as perspetivas das pessoas idosas entrevistadas são efetivamente moldadas pelos seus perfis sociológicos – designadamente, no que se refere às avaliações e opiniões sobre as causas e consequências da crise e da austeridade, entre outros –, no modo como a crise e a austeridade se repercutiram nas suas práticas familiares e os significados associados e, por fim, nas consequências das mudanças nas práticas familiares nos seus níveis de saúde e bem-estar. Vejamos, de seguida, como é que estas interligações se materializam em cada um dos quatro perfis, cujos traços distintivos são descritos de forma sintética nos Quadros 17 a 20<sup>179</sup>.

---

<sup>179</sup> Os Perfis Sociológicos podem ser visualizados no Apêndice 7.

PERFIS	DIMENSÕES CONSTITUTIVAS	P	CONSEQUÊNCIAS DA CRISE E DA AUSTERIDADE NAS VIDAS E PRÁTICAS FAMILIARES
<b>Socialmente desvantajoso</b>	Baixos recursos escolares  Inserção em classes sociais desfavorecidas  Cursos de vida com moderadas/elevadas desvantagens distributivas e categoriais <sup>180</sup>	<b>E2</b>	<p>Não expressam uma avaliação crítica da atuação dos governantes e das instituições políticas (maioria dos participantes).</p> <p>Os únicos participantes que acham que as medidas de austeridade provocaram um agravamento da pobreza encontram-se neste perfil (dois participantes).</p> <p>São pessimistas relativamente ao estado atual do país.</p> <p>Sentiram a crise e as medidas de austeridade (maioria dos participantes).</p> <p>Introduziram mudanças em duas ou mais dimensões das práticas familiares, exceto nas tarefas domésticas.</p> <p>Metade introduziu mudanças no consumo de bens não duráveis e alguns tiveram que recorrer à ajuda alimentar de vizinhos ou de IPSS.</p> <p>Metade introduziu alterações nas viagens/férias.</p> <p>Os únicos participantes que receberam ajuda financeira dos filhos encontram-se neste perfil (dois participantes).</p> <p>Mais de metade dos participantes atribuiu significados de “contradições entre o esperado e a realidade” às consequências da crise e da austeridade nas suas práticas familiares.</p> <p>Sentem que a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida foram negativamente afetadas (maioria dos participantes).</p>
		<b>E3</b>	
<b>E5</b>			
<b>E7</b>			
<b>E8</b>			
<b>E10</b>			
<b>E21</b>			
<b>E24</b>			
	<b>Total</b>	<b>8</b>	

Quadro 17- Síntese do perfil 1 “Socialmente desvantajoso”

### Perfil 1 “Socialmente desvantajoso”

O perfil 1 “Socialmente desvantajoso” é constituído por oito participantes e é principalmente composto por mulheres (seis mulheres e dois homens). A maior parte tem idades compreendidas entre os 70 e os 82 anos. No que respeita ao estado civil, predominam os viúvos. Cerca de metade destes participantes vive só e a outra metade vive acompanhada. A maioria tem dois filhos (cinco participantes) e apenas um homem não tem qualquer descendência. São pessoas idosas com percursos escolares curtos, mais de metade tem níveis de escolaridade equivalentes ou inferiores ao 1.º ciclo do Ensino Básico (antiga 4.ª classe). No que se refere ao curso de vida, inserem-se nos tipos caracterizados por moderadas/elevadas desvantagens distributivas e categoriais, isto é, no tipo 4 (seis participantes) e no tipo 2 (dois

<sup>180</sup> As desigualdades distributivas decorrem de diferentes distribuições de recursos escolares, enquanto as desigualdades categoriais remetem para as desigualdades entre classes sociais (Costa, 2012a).

participantes). Já em relação aos setores de classe, são maioritariamente Empregados Executantes (EE) (cinco participantes), enquanto dois participantes são provenientes do Operariado<sup>181</sup>.

A maioria não expressa uma avaliação crítica da atuação dos governantes e do estado do país, pois apenas um participante é de opinião de que “governantes pisaram a linha vermelha” e só dois consideram que os “governantes nacionais se subjugaram aos interesses externos”. Os únicos participantes que pensam que a austeridade provocou um “agravamento da pobreza” inserem-se neste perfil. É unânime o pessimismo destes participantes no que toca ao estado do país. Todos os participantes sentiram a crise e a grande maioria também sentiu as medidas de austeridade<sup>182</sup>.

No perfil 1, encontramos participantes em todas as dimensões das práticas familiares onde foram introduzidas mudanças, exceto na dimensão das tarefas domésticas. A maioria fez mudanças em duas ou mais dimensões das práticas familiares: três participantes introduziram duas mudanças (E5, E8 e o E10); um participante introduziu três mudanças (E3); e, por último, três participantes introduziram quatro mudanças (E7, E2 e E24).

Apenas uma minoria introduziu mudanças nos serviços de restauração, porque muito provavelmente já não compravam regularmente estes serviços, e os que introduziram mudanças deixaram pura e simplesmente de ir (ex.: ir tomar o café a uma pastelaria). Metade introduziu mudanças nas viagens/férias, que se traduziram em cortes radicais (ex. deixar de fazer), o que foi doloroso para alguns participantes (E7 e E21). Metade introduziu mudanças no consumo de bens não duráveis, especificamente de bens alimentares, que se refletiram em fazer comida de um dia para o outro e, em casos extremos, em pedir ajuda alimentar a vizinhos ou a instituições sociais. No respeitante aos bens semi-duráveis, existem casos em que se deixou de comprar roupa (E10). No caso dos bens duráveis, não se registaram alterações.

Os únicos participantes que receberam ajuda financeira dos filhos encontram-se neste perfil.

Mais de metade dos participantes (sete) atribuiu significados de “contradições entre o esperado e a realidade” às consequências da crise e da austeridade nas suas práticas

---

<sup>181</sup> Uma participante (E2) era doméstica e nunca trabalhou.

<sup>182</sup> Dois destes participantes (E7 e E10) dizem não ter sentido muito as medidas de austeridade, uma vez que foram poupados aos cortes nas pensões e reformas. Contudo, vieram a sofrer com a aplicação de outras medidas, tais como a introdução do duodécimo do subsídio de Natal e a restrição no acesso aos apoios sociais. Outros dois participantes também não sentiram muito as medidas de austeridade, uma vez que são os respetivos familiares que gerem os “dinheiros” e por isso não têm a certeza se sofreram cortes ou não nas pensões (E2 e E5).

familiares. Por último, e no que se refere às consequências na saúde, um pouco mais de metade (cinco participantes) refere que a “saúde, bem como o bem-estar e a QdV ficaram a perder” com a crise e a austeridade, sendo que metade dos participantes reporta perdas conjuntas na saúde e no bem-estar.

PERFIS	DIMENSÕES CONSTITUTIVAS	P	CONSEQUÊNCIAS DA CRISE E DA AUSTERIDADE NAS VIDAS E PRÁTICAS FAMILIARES
<b>MISTO/INTERMÉDIO</b>	Ligeiro predomínio de baixos recursos escolares	<b>E16</b> <b>E18</b> <b>E20</b> <b>E23</b> <b>E25</b>	Expressam uma avaliação crítica da atuação dos governantes e das instituições políticas (maioria dos participantes).
	Inserção em classes sociais “intermédias” (maioritariamente pequenos patrões do comércio)	<b>Total 5</b>	São maioritariamente pessimistas relativamente ao estado atual do país.  Sentiram a crise e as medidas de austeridade.
Ligeiro predomínio de cursos de vida com moderadas/elevadas desvantagens distributivas e categoriais	Introduziram mudanças em apenas numa dimensão das práticas familiares (exceto um participante).  A maioria (três participantes) atribuiu significados de “contradições entre o esperado e a realidade” às consequências da crise e da austeridade nas suas práticas familiares.  Sentem que a saúde foi negativamente afetada (maioria dos participantes).  Não sentem que o bem-estar e a qualidade de vida foram negativamente afetadas (exceto um participante).		

Quadro 18- Síntese do perfil 2- “Misto/Intermédio”

### Perfil 2 “Misto/Intermédio”

No perfil 2 enquadram-se os participantes que estão situados entre o perfil 1 e o 3. Neste conjunto encontra-se um ligeiro predomínio de homens (três homens e duas mulheres) e de divorciados e de viúvos (dois divorciados, dois viúvos e um casado). Estes participantes têm idades compreendidas entre os 71 e os 90 anos e residem sós (exceto num caso). Três participantes têm três filhos e dois não têm qualquer descendência. Os percursos escolares são heterogéneos e variam entre a antiga 4.<sup>a</sup> classe (três participantes), o Ensino Secundário (um participante) e, por fim, o Ensino Superior (um participante). No que refere ao curso de vida, dois participantes integram-se no tipo 4, dois no tipo 3 e um no tipo 2. Em termos de posições de classe, três participantes são pequenos patrões do comércio e dois são Empregados Executantes (dos serviços).

Quanto às causas da crise, dois participantes referem que os governantes nacionais “pisaram a linha vermelha” e um é de opinião de que a austeridade foi uma “política económica mal

aplicada”. Todos admitem ter sentido a crise e as medidas de austeridade. Três dos participantes são “pessimistas” e dois são “otimistas moderados” no que se refere às avaliações que fazem do estado do país.

No conjunto das dimensões das práticas familiares, é de notar que quatro participantes fizeram apenas uma única mudança (E16, E18 e E25), ao passo que um participante fez quatro mudanças (E23). Porém, no que diz respeito ao significado destas mudanças nas práticas familiares, a maioria (três participantes) refere as contradições entre o esperado e a realidade. Quanto aos significados, apenas um participante (E23) interligou a crise e a austeridade à “insensibilidade social do governo”.

Neste perfil 2, a maioria dos participantes referiu que a saúde ficou a perder (três participantes), mas não sentiram que o bem-estar e a QdV tivessem sido afetados de forma particularmente negativa (exceto um participante).

PERFIS	DIMENSÕES CONSTITUTIVAS	P	CONSEQUÊNCIAS DA CRISE E DA AUSTERIDADE NAS VIDAS E PRÁTICAS FAMILIARES
<b>SOCIALMENTE VANTAJOSO</b>	Recursos escolares médios/elevados	<b>E6</b> <b>E9</b> <b>E11</b> <b>E12</b>	Expressam uma avaliação crítica da atuação dos governantes e das instituições políticas (maioria dos participantes).
	Inserção em classes sociais favorecidas	<b>E13</b> <b>E14</b> <b>E15</b>	Expressam desconfiança relativamente aos políticos e às instituições políticas (maioria dos participantes).
	Cursos de vida com moderadas/elevadas vantagens distributivas e categoriais	<b>E17</b> <b>E19</b> <b>E22</b>	Os únicos participantes que acham que houve uma perda de identidade nacional e um agravamento dos conflitos intergeracionais encontram-se neste perfil (quatro participantes).
		<b>Total</b> <b>10</b>	São otimistas moderados relativamente ao estado atual do país (maioria dos participantes). Sentiram a crise e as medidas de austeridade (exceto um participante). Introduziram mudanças em duas ou mais dimensões das práticas familiares, exceto no pagamento dos medicamentos. A maior parte (quatro participantes) introduziu mudanças no consumo de bens semi-duráveis, e os únicos participantes que introduziram mudanças no consumo de bens duráveis encontram-se neste perfil (dois participantes). Mais de metade (sete participantes) atribuem significados de “contradições entre o esperado e a realidade” às consequências da crise e da austeridade nas suas práticas familiares. A maior parte prestou ajuda financeira aos descendentes (quatro participantes). Julgam que o futuro está comprometido (maioria dos

PERFIS	DIMENSÕES CONSTITUTIVAS	P	CONSEQUÊNCIAS DA CRISE E DA AUSTERIDADE NAS VIDAS E PRÁTICAS FAMILIARES
			participantes). Sentem que a saúde foi negativamente afetada (maioria dos participantes). Não sentem que o bem-estar e a qualidade de vida foram negativamente afetadas (exceto um participante).

Quadro 19- Síntese do perfil 3 - “Socialmente vantajoso”

### Perfil 3 “Socialmente vantajoso”

Este terceiro perfil “Socialmente vantajoso” integra dez participantes e é majoritariamente composto por mulheres (seis participantes), observando-se a presença de quatro homens. A maior parte tem idades compreendidas entre os 69 e os 83 anos, sendo majoritariamente casados (sete). Todos têm formação superior e ocupam posições sociais mais favorecidas na estrutura de classe (são Profissionais Técnicos e de Enquadramento). Todos os participantes têm filhos. No que se refere ao curso de vida, fazem parte do tipo 1 (sete participantes) e do tipo 3 (três participantes), os mais favorecidos da tipologia constante no Quadro 16.

No terceiro perfil, os participantes são de opinião de que “os governantes pisaram a linha vermelha” e, por outro lado, de que a “austeridade foi mal aplicada”. Todos sem exceção fazem alusão ao facto de “não se poder acreditar nos políticos e nas instituições políticas”. Dois participantes consideram que houve uma “perda da identidade nacional” e um “agravamento dos conflitos intergeracionais” como consequências da austeridade. Já no que respeita ao estado do país, a maioria assume-se como “otimistas moderados” (sete participantes). Todos os participantes dizem ter sentido a crise e quase todos (excetuando um caso), referem ter sentido as medidas de austeridade.

Existem participantes neste perfil em todas as dimensões das práticas familiares onde foram estabelecidas mudanças, exceto na dimensão do pagamento dos medicamentos. A grande maioria estabeleceu mudanças em uma ou mais dimensões das práticas familiares: dois participantes estabeleceram uma única mudança (E6 e E17); dois estabeleceram duas mudanças (E9 e o E12); e, por último, cinco participantes estabeleceram três mudanças (E11, E13, E15, E19 e o E22). No perfil 3, as mudanças nos serviços de restauração foram diminuir e não cortar radicalmente, o mesmo acontecendo no que respeita às viagens/férias. No caso dos bens não duráveis, as mudanças não chegaram a afetar a compra de bens alimentares e no que respeita aos bens semi-duráveis, as mudanças traduziram-se em diminuir a compra, em olhar mais aos preços e em deixar de comprar por impulso. No que respeita aos bens duráveis,

as alterações traduziram-se em adiar a compra de um frigorífico, de um carro ou de mobília nova. A maior parte dos participantes teve que prestar ajuda financeira aos descendentes (quatro participantes).

Quanto aos significados, metade dos participantes associam a crise e a austeridade à “insensibilidade social do governo”, ao passo que os participantes que admitiram um “futuro comprometido” pertencem todos a este perfil. Por sua vez, mais de metade (sete participantes) fazem alusão aos significados nas práticas familiares, designadamente no que toca às “contradições entre o esperado e a realidade”. No que refere à saúde, mais de metade (seis participantes) admitem que “a saúde ficou a perder”, e apenas quatro referem que a crise e austeridade não os atingiram ao ponto de afetar a saúde. Quanto ao bem-estar e QdV, apenas um participante se sentiu afetado, ao passo que em três participantes, a crise e a austeridade “lhes passou ao lado”.

#### Perfil 4 “Os Institucionalizados”

PERFIS	DIMENSÕES CONSTITUTIVAS	P	CONSEQUÊNCIAS DA CRISE E DA AUSTERIDADE NAS VIDAS E PRÁTICAS FAMILIARES
OS INSTITUCIONALIZADOS	Baixos recursos escolares	<b>E1</b>	Não expressam uma avaliação crítica da atuação dos governantes e das instituições políticas (exceto um caso).
	Inserção em classes sociais desfavorecidas	<b>E4</b> <b>E26</b> <b>E27</b> <b>E28</b>	
	Cursos de vida com moderadas/elevadas desvantagens distributivas e categoriais	<b>Total</b> <b>5</b>	Não sentiram a crise, nem a austeridade.  Não introduziram mudanças nas práticas familiares.  A saúde ficou a ganhar com a institucionalização (uma participante), assim como o bem-estar e a qualidade de vida (três participantes).

Quadro 20- Síntese do perfil 4- “Os Institucionalizados”

O perfil 4 reúne os cinco participantes que combinam vulnerabilidade social e providência de bem-estar formal. Trata-se de mulheres, com idades compreendidas entre os 72 e os 92 anos, onde prevalecem as não casadas (três viúvas, uma casada e uma solteira). Estas mulheres possuem fracos recursos escolares (quatro detêm a antiga 3.<sup>a</sup>/4.<sup>a</sup> classe e uma é analfabeta). Apenas uma participante não tem filhos. Quatro participantes incluem-se no tipo 4 da tipologia do curso de vida e uma no tipo 2, dois dos tipos com elevadas desvantagens distributivas e relacionais. Duas eram domésticas, duas Empregadas Executantes (EE) e uma provém do Operariado (O).

Estas mulheres não expressam uma avaliação crítica da atuação dos governantes e das instituições políticas (à exceção de um caso), revelam não ter sentido a crise e a austeridade e

não terem introduzido quaisquer mudanças nas suas práticas familiares. Quer a saúde (uma participante), quer o bem-estar e a qualidade de vida (três participantes) tiveram ganhos com a institucionalização em lar.

## **A “PROVA” DA CRISE E DA AUSTERIDADE: AS CONTRADIÇÕES ENTRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOMINANTE DA VELHICE E A REALIDADE VIVENCIADA**

Que caracterização da “prova da crise e da austeridade” é revelada pelas experiências e perspectivas das pessoas idosas? Como se fazem sentir, como se entrecruzam as consequências da crise e da austeridade nas vidas quotidianas das pessoas idosas? E de que modo gerem o impacto destas transformações e contextos? São estas as interrogações que buscam uma resposta nesta secção, com base na perspectiva dos próprios protagonistas.

Os resultados sugerem que o elemento central da “prova da crise e da austeridade” é a contradição entre a construção social dominante da velhice e a realidade vivenciada. É esta a dificuldade (ou o conflito entre o esperado e vivido) que condensa a um nível biográfico uma determinada situação histórica e social, se mobilizarmos os argumentos teóricos de Martuccelli (2006; 2009a, 2009b; 2010 e 2015). De facto, as mudanças registadas nas diferentes dimensões das práticas familiares, particularmente no lazer, no consumo de bens e nas relações intergeracionais, tendem a afastar-se das expectativas sociais sobre a velhice que predominam nas sociedades contemporâneas. Mais, é possível detetar nas narrativas dos participantes uma construção social dominante sobre a velhice que é marcada por duas grandes dimensões: i) a velhice como etapa do curso de vida associada ao lazer, ao descanso, à ausência de grandes sacrifícios e preocupações; e ii) a velhice como etapa do curso de vida associada à ausência de responsabilidades de prestação de cuidados e de ajudas aos descendentes, principalmente aos filhos adultos.

A primeira dimensão é observada em narrativas que associam a velhice a uma fase da vida mais regrada, mais descansada e com menos preocupações, rica em atividades dedicadas ao lazer e ao recreio. Por exemplo, José tem uma pensão de reforma que lhe permitia gozar esta fase da vida de forma completamente diferente e concretizar certas viagens que nunca teve a oportunidade de realizar. Contudo, estes planos têm sido postos de lado, porque o participante se tem visto na obrigação de ajudar os filhos que, se por um lado, já têm uma formação superior, por outro, não têm um mínimo de estabilidade profissional:

*“A minha pensão dava perfeitamente para fazer uns bons passeios durante o ano, se não fossem os filhos. Nunca fiz um cruzeiro. Gostava de fazer um cruzeiro.” (E11, 75 anos)*

Já a segunda dimensão ganha forma em narrativas que dão conta do sacrifício dos pais idosos em ajudar os filhos adultos, numa fase da vida em que supostamente já não deveriam ter de o fazer. O caso de Ema é particularmente revelador, pois esperava ter chegado à fase mais adiantada da sua vida muito mais despreocupada, sem ter de carregar com o fardo pesado dos problemas da sua filha.

*“Se nós vivíamos mal, passou-se a viver pior. Eu vejo que não há abertura que nos possa facilitar a vida. Eu vejo pela minha filha”. (E24, 73 anos).*

Também Joana não esperava ter de vir a ajudar o filho e, neste caso, sem alguém próximo para lhe dar algum tipo de apoio:

*“E quando eu pensava, isto porque tive uma infância difícil, passei muitas dificuldades, ter uma velhice mais digna, tenho que passar estes sacrifícios e ainda por cima sozinha. Há dias que só me apetece chorar... Agora são os pais que têm que ajudar os filhos e os filhos já não vão para novos.” (E3, 77 anos)*

Esta construção social da velhice corresponde à “nova” terceira idade, que se distingue da “antiga” terceira idade, muita associada a pobreza, dependência e isolamento social, que predominou até em meados do séc. XX (Higgs & Gilleard, 2015). Segundo Paul Higgs e Chris Gilleard (2015), assistiu-se no período moderno, especialmente nas sociedades mais desenvolvidas, a uma fragmentação da velhice em terceira idade e quarta idade, devido ao rápido crescimento da população idosa. A terceira idade é, segundo estes autores, um “campo cultural”, cujas propriedades essenciais são: i) o consumo como fonte de distinção social e como meio de rejeição ou negação da verdadeira velhice; ii) a “ética da ocupação” (Ekerdt, 1986 apud Gilleard & Higgs, 2007: 25) como capital cultural essencial da terceira idade; iii) a verdadeira velhice, como estatuto socialmente desvalorizado atribuído à comunidade dos “velhos”, que constitui uma fronteira que identifica os limites da cultura da terceira idade. Por sua vez, a quarta idade é, segundo Higgs e Gilleard (2015), um “imaginário social” (idêntico à noção de “consciência coletiva” de Durkheim), que projeta a “verdadeira velhice”, ou seja, o lado mais sombrio da velhice associado ao declínio e à decadência. A quarta idade não corresponde necessariamente a uma etapa do curso de vida nem a um grupo etário, sendo sobretudo uma representação coletiva daquilo que é mais temido e mais desagradável na velhice (Higgs & Gilleard, 2016).

A “invenção da terceira idade” deu-se no mundo ocidental por volta dos anos 70 do séc. XX (Lenoir, 1979) e situa-se entre a entrada na reforma e a verdadeira velhice (Fernandes, 2016a). A terceira idade está hoje em dia muito associada às noções de envelhecimento ativo e envelhecimento bem-sucedido, que são muito apelativas para as pessoas que ocupam o campo cultural da terceira idade (Rudman, 2015; Lamb *et al.*, 2017). Quem é que não deseja envelhecer de uma forma saudável, ativa e bem-sucedida? Isto explica, em parte, a popularidade destas noções. Assim, nas sociedades ocidentais a construção social da velhice, em particular da “terceira idade”, está hoje muito associada às noções de envelhecimento ativo e envelhecimento bem-sucedido. Uma vez chegados a esta fase do curso de vida ou a este lugar social, percebido como um momento de oportunidade e atividade (Settersten, 2017), as pessoas idosas esperam ter tempo para o lazer e para a realização de atividades de enriquecimento pessoal (Laslett, 1989 apud Gilleard & Higgs, 2002: 370) e não esperam ter determinado tipo de responsabilidades, nomeadamente responsabilidades profissionais e responsabilidades de cuidarem dos filhos (Settersen, 2017).

Contudo, a crise e a austeridade conduziram à estruturação de uma realidade que não tem enquadramento na construção social dominante da velhice descrita. Por um lado, alguns participantes lamentam que os seus rendimentos não conseguiram acompanhar o aumento do custo de vida e, como tal, estão a passar por vários sacrifícios que não se imaginavam vir a passar nesta fase mais adiantada da vida. São os casos, por exemplo, de Eva, Gil, Lia e Ida:

*“Foi tudo afetado. Tinha muitas amigas, era muito divertida e agora... Agora afastei-me delas, porque não tenho possibilidades de as acompanhar e não me sinto bem. Não tenho uma roupa nova, nada. O meu marido então não entra num café sequer, porque não tem. Fez muito diferença (...) Deixei de comprar, deixei de sair, deixei de ir às excursões do Inatel.” (E7, 77 anos)*

*“E deixei de fazer tudo o que gostava, até tomar uma bica. Até isso hoje não faço! (...). Há coisas que não posso mesmo fazer. Este mês tenho estado a leite e pão. Quando sobra algum da minha reforma, sempre compro mais uns pacotes de leite. Este mês tive de comprar a garrafa de gás e fiquei sem o dinheiro.” (E10, 71 anos)*

*“Agora, vivo sozinha, quer dizer moro num apartamento que divido com outras duas “irmãs”. Eu estou num quarto. Eu já vivo nestas condições... Já vivi assim noutra casa. Pago 100 euros pelo quarto, divido as despesas. Não dá para ter uma casa, tem de ser assim (...). Sinto muitas saudades dos meus filhos. Só falamos pelo telefone. Não tenho como ir. O dinheiro que recebo não dá.” (E8, 76 anos)*

*“O que me custou mais foi ter ficado sozinha e ter que morar num quarto, porque não tenho dinheiro para alugar uma casa. Isso custou-me mais. Agora está lá um homem no apartamento e embirra comigo, mas não arranjo um outro quarto. Não encontro mais barato nem perto de tudo. Sofri e sofro!” (E16, 90 anos)*

Já Lia e Ida tiveram mesmo de se valer da solidariedade formal para conseguir satisfazer algumas das necessidades mais básicas, como a alimentação e a roupa:

*“Eu pedi ajuda porque não tenho, não posso... Sem estas ajudas da XXX. e da ZZZ era muito difícil viver. Eu já venho aqui à XXX desde o ano passado. Eu comecei primeiro no Bom João e a Dr.<sup>a</sup> pôs-me na lista para receber arroz, massas, frutas. Eu esperei até conseguir esses alimentos. Eu da XXX recebo arroz, feijão, massa e está bom. A minha filha cá de Faro não tem como ajudar-me!” (E8, 76 anos)*

*“Venho aqui jantar [IPSS] é perto do quarto. É só atravessar a rua. Às vezes tenho senhoras amigas que me dão alguma roupa. Eu preciso de um casaquinho, tenho que vir cá ver se arranjo. Não recebo ajudas de mais ninguém. Sem esta ajuda teria que sobreviver!” (E16, 90 anos)*

Por outro lado, alguns participantes como Joana, José, Dina, Adélia e Ema não tiveram outra hipótese senão chegar-se à frente e ter de ajudar os filhos adultos, ou seja, uma circunstância que não seria socialmente expectável nesta fase mais avançada das suas vidas:

*“Eu é que estou a ajudar, comecei a trabalhar aos 12 anos e agora sustento um filho de 50 anos...” (E3, 77 anos)*

*“Eu desde 2011, deixei de ter hipótese de por algum tostão de lado. Também é verdade que os filhos até certa altura exigiam menos em termos financeiros. Passaram a ser adultos, comem melhor, vestem melhor, passaram a ter as suas exigências sociais E para os filhos, vai o dinheiro que antes ia para poupança. Agora é um investimento (ri).” (E11, 75 anos)*

*“Não é que não se possa suportar. Não é que eu com a reforma do meu marido não possamos ajudar. Mas não estamos cá sempre e é preciso preparar as coisas. Agora decidimos arranjar as casas para as pôr a render, porque têm estado fechadas. Antes, não valia a pena.” (E12, 75 anos).*

*“No caso das minhas filhas, foi a situação profissional instável das minhas filhas e que continuo a ter que ajudar. Especialmente, a mais velha, que tinha um bom salário, um salário fixo e mais comissões. Começaram a pôr a fasquia muito alta e os rendimentos dela desceram muito. As duas ainda precisam de ajuda. Graças a Deus, não precisei de ser ajudada. A mim, foi precisamente o contrário. Tive que ajudar ainda mais as filhas.” (E21, 73 anos)*

*“Nessa altura, eu tive de ajudá-las. Eu tinha a pensão cortada e tive que ajudá-las. Foi difícil. A minha neta teve que deixar de estudar de dia para trabalhar.” (E24, 73 anos)*

Neste conjunto de situações, os participantes têm-se debatido com realidades não normativas (Settersten, 2003b), isto é, com eventos e transições fora do “calendário social”. Por outras palavras, estão a enfrentar desafios “fora do tempo”, ou seja, desafios que supostamente não deveriam estar a enfrentar ou assumindo papéis sociais que estão mais associados a outras fases do curso de vida. Existe um considerável volume de literatura na área das ciências sociais que demonstra os impactos negativos dos eventos e transições não normativas (as que

estão fora da ordem esperada, inesperadas ou reversas) nas vidas dos indivíduos (Neugarten, 1970; Elder & Rockwell, 1976; São José, 2012) e alguns autores sugerem mesmo um agravamento do bem-estar individual (Benson & Furstenberg, 2003). Não obstante, há autores que consideram que estes impactos mais negativos só se dão em certas circunstâncias, principalmente quando os indivíduos estão numa situação de vulnerabilidade social (Furstenberg, 2005).

#### **IV PARTE - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES**

Tendo sido apresentados os resultados, importa agora realizar a discussão dos mesmos, principalmente daqueles que nos parecem ser mais relevantes do ponto de vista sociológico. Esta investigação representa uma tentativa de compreender, em profundidade, como a “sociedade de austeridade” (Ferreira, 2011; Ferreira 2012a, 2012b) se tem manifestado ao longo dos anos nas vidas quotidianas das pessoas idosas, sobretudo nas suas “práticas familiares”. Ainda se sabe muito pouco sobre esta problemática e, em Portugal, o conhecimento é praticamente inexistente. Em torno do objetivo principal, foram inicialmente pensadas um conjunto de questões que conduziram a recolha e a análise de resultados: em primeiro lugar, identificar as dimensões das práticas familiares das pessoas idosas em que foram introduzidas mudanças e os contornos particulares destas mesmas mudanças. A segunda interrogação dizia respeito aos significados e sentidos atribuídos pelas pessoas idosas a estas mudanças. A terceira questão procurava compreender as consequências das mudanças introduzidas nas práticas familiares nos domínios da saúde, e do bem-estar e QdV individuais.

A quarta interrogação era a de perceber a influência do curso de vida e da interação de estruturas sociais como o género, a idade e a classe social nas mudanças introduzidas nas práticas familiares, nos seus significados e consequências. Por último, procurámos caracterizar a “prova da crise e da austeridade” a partir das experiências e das perspetivas das pessoas idosas.

Para responder a este rol de questões, o protocolo metodológico baseado na abordagem biográfica/narrativa orientou as entrevistas em profundidade a vinte e oito indivíduos, entre os 69 e os 92 anos de idade, de ambos os sexos e residentes no concelho de Faro, que constituíram, deste modo, o material empírico desta investigação. A amostra, selecionada através da combinação de diferentes estratégias de recrutamento (intencional, conveniência e bola de neve), incluiu pessoas idosas com um perfil sociológico diversificado. As entrevistas tiveram lugar entre outubro de 2016 e março de 2017.

Esta investigação produziu vários temas emergentes, que complementaram os temas iniciais previstos no guião das entrevistas, enriquecendo assim o *corpus* empírico que foi submetido a análise. A análise dos dados (de fonte primária) e a interpretação dos resultados conduziram à compreensão das dimensões mais subjetivas da crise e da austeridade, aquelas que uma abordagem quantitativa não consegue captar, e revelou ter sido assim uma opção versátil e adequada em termos metodológicos. As narrativas biográficas interligaram um recorte temático com um recorte biográfico/interpretativo, de forma a proporcionar um encadeamento

heurístico dos eventos especialmente significativos para cada participante no seu curso de vida. De igual modo, procurou-se pôr em perspectiva as “provas” confrontadas e que entrecruzaram várias dimensões da vida quotidiana das pessoas idosas, bem como dar visibilidade aos modos plurais como as geriram e as ultrapassaram ou não.

### **Das causas da crise ao estado atual do país**

Como se pode observar, foram muitos os temas introduzidos pelos próprios entrevistados (temas emergentes), o que revela, por um lado, grande disponibilidade para abordarem o tópico de investigação e, por outro lado, elevada capacidade para identificarem diversos aspetos com ele relacionado. Como houve oportunidade de referir, nem todos os entrevistados emitiram a sua opinião sobre as causas da crise. De entre aqueles que a emitiram, a generalidade aponta a irresponsabilidade dos políticos e das instituições políticas, assim como a subjugação destas a interesses externos como as verdadeiras causas da crise. Esta responsabilização é acompanhada por uma descrença e uma desconfiança nos governantes e nas instituições democráticas. Isto vai ao encontro das conclusões de estudos quantitativos sobre vários países, incluindo Portugal (OCDE, 2014a; Ramos *et al.*, 2016). Aliás, Portugal é um dos países europeus onde se encontram os níveis mais baixos de confiança nas instituições políticas (Ramos *et al.*, 2016). Na ótica de Fukuyama (1996), baixos níveis de confiança nas instituições políticas podem colocar em risco o equilíbrio económico, social, político e cultural das sociedades. Newton (2006) entende que baixos níveis de confiança podem querer dizer que algo não está a funcionar bem no sistema político, como a *performance* dos políticos ou das instituições, mas também podem apenas um reflexo de que as expectativas dos cidadãos estão numa fasquia demasiado alta. Por seu lado, Norris (1999) salienta que os indivíduos que mais desconfiam das instituições são os mais críticos e exigentes. Deste modo, a insatisfação com as instituições até pode ser entendida como um sinal positivo para a democracia.

A grande maioria dos entrevistados revela ter sentido a crise. Porém, enquanto alguns sentiram a crise diretamente nas suas vidas, outros sentiram-na sobretudo de uma forma mais indireta, isto é, através das consequências que a crise teve na vida quotidiana dos seus familiares próximos. Já a crise não se fez sentir entre as participantes institucionalizadas, que já se encontravam no lar ou que entraram pouco tempo depois. São mulheres originárias de setores de classe desfavorecidos e que integram o perfil 4 “Os Institucionalizados”. Os resultados sublinham também os aspetos positivos da institucionalização, entre os quais, a

satisfação das necessidades mais básicas e a proteção face a situações de risco, aspetos que podem ser explicados pelas experiências vividas ao longo de uma vida marcada por um vasto historial de privações.

Relativamente à aplicação das medidas de austeridade, todos os entrevistados que se manifestaram sobre este tema, exceto um, consideram que a austeridade foi mal aplicada, ora porque as medidas foram injustamente distribuídas, ora porque foram demasiado fortes, ora porque foram pura e simplesmente um erro. Apesar de a maioria de fontes noticiosas terem reproduzido o discurso governamental de que não havia alternativa à austeridade (Fernandes, 2016b), os entrevistados revelam algum distanciamento de tal narrativa. A este respeito, alguns entrevistados identificam ainda o agravamento da pobreza, particularmente na população idosa, como uma das consequências da crise, o que, segundo as conclusões do estudo conduzido por Farinha Rodrigues e colaboradores (2016), tem correspondência na realidade, enquanto outros identificam consequências que vão para além das condições materiais de existência, tais como a perda de identidade nacional e o agravamento do conflito entre gerações. Para alguns dos entrevistados, a crise e a austeridade significaram uma clara insensibilidade social do governo de então, enquanto para outros significou um comprometimento do futuro.

No que toca ao último tema emergente – estado atual do país –, quase metade dos entrevistados mantém-se pessimista, embora haja um número significativo de otimistas moderados. O elevado custo de vida é um dos argumentos que mais pesa no estado de espírito dos participantes que se mostram desesperançados com o rumo da governação nacional. Por outro lado, a devolução dos rendimentos pelo XXI Governo Constitucional está à cabeça das razões que justificam um certo otimismo e alguma dose de confiança, ainda que moderada, bem como de um estado de espírito diferente em relação à anterior atuação governativa.

### **As várias dimensões das práticas familiares em que as pessoas introduziram mudanças e os contornos destas mudanças**

No que se refere às mudanças introduzidas pelas pessoas nas práticas familiares como consequência da crise e da austeridade, estas desdobram-se em seis dimensões: i) no lazer; ii) no consumo de bens; iii) nas relações intergeracionais; iv) no presente e no futuro da família; v) na delegação de tarefas domésticas; e, por último, vi) no pagamento de medicamentos. Temos, assim, uma grande panóplia de dimensões de vida onde se registaram mudanças. Isto demonstra que a crise e a austeridade afetaram negativamente não apenas as dimensões mais

básicas (no sentido de vitais) das pessoas idosas, tais como o consumo de bens, mas também as dimensões menos básicas, tais como o lazer e as relações intergeracionais. Podemos, assim, concluir que a crise e a austeridade levaram a mudanças de largo espectro nas vidas das pessoas idosas, mais concretamente nas suas práticas familiares.

Verificou-se que a grande maioria dos participantes revela ter introduzido mudanças em duas ou mais dimensões das práticas familiares. Nos participantes com um perfil “Socialmente vantajoso”, as mudanças nas práticas familiares traduziram-se numa diminuição do consumo de bens e de atividades de lazer, na adoção de um consumo mais controlado e racional, mas não numa cessação completa destes consumos. Por seu lado, no domínio das relações intergeracionais, as mudanças refletiram-se na prestação de apoio financeiro a filhos e netos, mas não na receção de qualquer tipo de apoio. Contudo, entre os participantes com um perfil “Socialmente desvantajoso”, e no que diz respeito ao domínio do consumo de bens e de serviços de lazer, as mudanças foram bastante mais radicais. É entre estes participantes que se encontram situações de deixar de pura e simplesmente ir tomar um café a uma pastelaria, fazer excursões e comprar certos bens alimentares. Para além disto, é entre estes participantes que se encontra o recurso ao apoio alimentar de instituições particulares de solidariedade social.

No domínio das relações intergeracionais, encontram-se ainda neste perfil situações de receção de apoio financeiro por parte dos filhos. Isto remete, também, para a importância das condições sociais de existência no momento em que a crise e a austeridade se instalaram na sociedade portuguesa. Isto quer dizer que nos participantes com um perfil “Socialmente vantajoso”, que correspondem a padrões de vida designados por Mauritti (2004) como “Velhice autónoma” e “Velhice distintiva”, observou-se que ainda restava margem de manobra para ser introduzida alguma austeridade nas suas práticas familiares. Em sentido contrário, entre os participantes enquadrados no perfil “Socialmente desvantajoso”, que correspondem aos padrões de vida “Velhice de pobreza” e “Velhice precária” identificados por Mauritti (2004), observou-se que os cortes que eram possíveis introduzir já haviam sido feitos há algum tempo, em muitos casos tiveram início com a entrada na reforma e a conseqüente diminuição de rendimentos. Os mais desfavorecidos já não dispunham, pois, de folga para fazer quaisquer cortes, uma vez que se encontravam numa situação de vulnerabilidade social e as mudanças que se viram obrigados a introduzir nas suas práticas familiares empurraram-nos, ainda mais, para as margens sociais da sociedade portuguesa e, nalguns casos, para situações de exclusão social. Deste modo, e por esta ordem de razões,

estamos em condições de afirmar que a crise e a austeridade produziram consequências mais gravosas junto das pessoas idosas mais carenciadas, o que vai ao encontro de alguma literatura já produzida neste âmbito. Como tivemos a oportunidade de rever no capítulo 5, Ginn (2013) destaca que no Reino Unido não só os cortes executados nas pensões e subsídios foram contraproducentes e injustos, como também agudizaram as desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres. Por sua vez, em Portugal, Farinha Rodrigues e colaboradores (2016) chegaram precisamente às mesmas conclusões, ao contrário de uma certa ideia que circulou quase incessantemente em praça pública, de que teriam sido os mais pobres a ser poupados ao pior da crise e da austeridade. Conclui-se que, pese embora o carácter transversal das mudanças nas práticas familiares, os contornos específicos destas mudanças variam em função dos perfis sociológicos das pessoas idosas, encontrando-se os contornos mais graves entre as pessoas idosas inseridas no perfil “Socialmente desvantajoso”.

As mudanças nas relações intergeracionais são reveladoras de que, num quadro de esvaziamento do Estado Social, a crise e a austeridade parecem ter reforçado a “solidariedade intergeracional”, sobretudo nas trocas que se verificam dos pais idosos para os filhos adultos. Isto significa algo muito característico da sociedade portuguesa: a “Sociedade-providência”, popularizada por Boaventura de Sousa Santos (1998), que parece deste modo manter a sua vitalidade. Contudo, a solidariedade familiar que se caracteriza pela ajuda das pessoas idosas aos seus filhos adultos parece ir contra as expectativas sociais das primeiras, o que pode ser motivo de algumas tensões ou ambivalências nas relações intergeracionais.

### **Os significados atribuídos às mudanças nas práticas familiares**

As mudanças nas práticas familiares significaram, para a grande maioria das pessoas idosas entrevistadas, uma contradição entre o esperado e a realidade, mais especificamente, entre a velhice idealizada e a velhice realizada, e entre a vida dos familiares esperada e a vida existente. Na primeira contradição, as pessoas idosas esperavam usufruir de uma velhice descansada e sem grandes preocupações e com a possibilidade de realizarem atividades de lazer e de recreio. Todavia, o que encontram nas suas vidas quotidianas distancia-se, até nalguns casos bastante, destas expectativas (que os participantes haviam interiorizado como positivas e que esperavam um dia vir a realizar). E este defraudar de expectativas é motivo de insatisfação e de desalento.

Por sua vez, na segunda contradição, as pessoas idosas esperavam que os seus descendentes, principalmente os seus filhos adultos, já tivessem uma vida profissional estruturada e sem

grandes turbulências, mas o que presenciam é precisamente o contrário. O curso de vida dos filhos está muito mais fragmentado e precário e tem seguido, por força das circunstâncias, um rumo muito diferente daquele que foi idealizado pelos pais. E isto tudo gera desilusão, preocupação e frustração, levando a que muitos pais prestem apoio financeiro aos filhos, por forma a garantir-lhes a manutenção de um certo padrão de vida.

Contudo, enquanto a primeira contradição se coloca de uma forma mais vincada às pessoas idosas com um perfil “Socialmente desvantajoso”, particularmente entre aqueles que tiveram que pedir ajuda alimentar, a segunda contradição tem um carácter mais transversal, dado que se encontra entre pessoas idosas com diferentes perfis sociológicos, embora se note um ligeiro predomínio da ajuda financeira aos filhos adultos no perfil “Socialmente vantajoso”. Portanto, as vantagens e desvantagens acumuladas ao longo do curso de vida acabam também por moldar, de certa forma, os significados das mudanças nas práticas familiares.

### **As consequências das mudanças nas práticas familiares na saúde, no bem-estar e na qualidade de vida individuais**

Com a exceção das idosas institucionalizadas, a generalidade dos participantes sentiu os efeitos particularmente negativos das mudanças introduzidas nas práticas familiares em função da crise e da austeridade, em especial no bem-estar e na saúde mental (ex. tristeza, stress, humor deprimido, ansiedade e noites de sono perdidas). A saúde é aqui percebida mais em termos mentais, do que em termos físicos. Os nossos resultados apontam para um quadro de sofrimento psicológico e, apesar de não serem generalizáveis, estão muito próximos dos obtidos por Serra (2014), que ao analisar os efeitos da crise financeira na saúde mental concluiu que, em 2012, os portugueses (15+) se sentiam ansiosos (60%), com humor depressivo (43%), tristes (53%) e com a sensação de que a vida se agravava progressivamente (95%). De igual modo, os resultados do estudo realizado por Cardoso e colaboradores (2015) chegam a conclusões muito semelhantes. Estes resultados coincidem, ainda, com a principal conclusão do relatório de primavera “*Acesso aos Cuidados de Saúde: um direito em risco*”, onde se refere que a “crise continua a exercer os seus efeitos sobre a saúde de todos os portugueses, com especial ênfase sobre os grupos mais vulneráveis” (OPSS, 2015: 154). Também o relatório “*Access to healthcare in crisis*”, realizado pelo Eurofound (2014), reporta um conjunto de conclusões muito similares. Já os nossos resultados confirmam a necessidade de políticas públicas na saúde pública, por forma a minimizar os danos negativos da crise, que podem não se manifestar de forma imediata, mas podem ter efeitos a médio e longo prazo, e

de modo a evitar consequências graves, em termos humanos e económicos (Silva *et al.*, 2015b).

Por seu lado, a grande maioria das pessoas idosas com um perfil “Socialmente desvantajoso” referiu que o seu bem-estar e qualidade de vida individuais foram afetadas pelas mudanças introduzidas nas suas práticas familiares. A crise e a austeridade tiveram um impacto negativo na perspetivação do futuro e vieram agravar de forma substancial as perdas que já se vinham a acumular desde a transição da atividade profissional para a reforma. Já as pessoas idosas com um perfil “Misto/intermédio” e as pessoas idosas com um perfil “Socialmente vantajoso” não sentiram que o bem-estar e a qualidade de vida tivessem sido particularmente afetados (exceto dois participantes). Mais uma vez se verifica que as consequências da crise, da austeridade e, concomitantemente, das mudanças introduzidas nas práticas familiares, ao nível do bem-estar e da qualidade de vida, não se encontram transversalmente junto da generalidade das pessoas idosas, mas sim, e quase exclusivamente, entre as pessoas com um perfil “Socialmente desvantajoso”. Podemos constatar que o autopoicionamento face à vida e ao bem-estar está diretamente relacionado com a posição socioeconómica e com as condições materiais de existência. Importa, por fim, referir que a maior parte das idosas institucionalizadas revelaram que o seu bem-estar e qualidade de vida ficaram a ganhar com a institucionalização (uma participante afirmou que a sua saúde também ficou a ganhar com a institucionalização).

### **O papel do curso de vida e da intersecção do género com a idade e a classe social**

São, maioritariamente, as pessoas idosas com cursos de vida dos tipos 1 e 3 que avaliam criticamente a atuação dos governantes e das instituições políticas, que são otimistas relativamente ao estado atual do país e que, paradoxalmente, são as mesmas que consideram que o futuro está comprometido. Por seu lado, as pessoas com os cursos de vida dos tipos 2 e 4, são na sua grande maioria aquelas que afirmam não terem sentido os efeitos da austeridade (porque tinham rendimentos demasiado baixos), que se sentem pessimistas relativamente ao estado atual do país e que afirmam que o bem-estar e a QdV foram negativamente afetados pelas mudanças introduzidas nas práticas familiares. As distâncias de posicionamentos aqui observadas podem ser, assim, atribuídas ao papel do curso de vida.

A importância do curso de vida faz-se notar também no papel das disrupções e transições no percurso biográfico dos participantes (quer as socialmente expectáveis e programadas, quer as inesperadas), tais como a entrada na reforma e/ou o aparecimento de uma incapacidade ou limitação física, assim como pelas trajetórias dos cônjuges, dos filhos e dos netos. Situações

como a filha que se divorciou na altura da crise ou a filha que deixou de poder ajudar financeiramente porque a sua própria filha entrou no ensino superior, bem como a neta que deixou de estudar para ajudar a mãe que ficou desempregada são exemplos do papel desempenhado pela interligação das trajetórias de vida das pessoas idosas com as trajetórias de vida dos seus familiares mais próximos e que têm impactos decisivos nas vidas de ambas, dando corpo a um dos princípios mais importantes propostos pela perspectiva do curso de vida, as “vidas interligadas” (Settersten Jr, 2015).

Quanto ao papel da intersecção do género com a idade e a classe social, este é determinante sobretudo no que respeita às consequências das mudanças das práticas familiares no bem-estar e na qualidade de vida individual. Ora, neste caso, as pessoas idosas negativamente afetadas no bem-estar e na QdV são mulheres (à exceção de um homem), com idades entre os 71 e 79 anos e pertencem a classes sociais socialmente desfavorecidas. É de referir o facto de que as pessoas idosas que se viram obrigadas a recorrer à ajuda alimentar providenciada pelas IPSS são mulheres (à exceção de um caso), com idades acima dos 75 anos e são provenientes de classes sociais desfavorecidas. A este respeito, Ginn (2013) sublinha que as consequências mais severas das políticas de austeridade no Reino Unido se fizeram sentir junto dos grupos mais vulneráveis, em especial as mães solteiras e as reformadas que viviam sozinhas. Isto significa que a crise e a austeridade são agravantes das desigualdades sociais e que, na categoria das pessoas idosas socialmente mais desfavorecidas, as mais penalizadas são as mulheres. São estas que correm um maior risco de pobreza na velhice, por comparação aos homens, não só porque as suas pensões são inferiores, mas também porque revelam um maior índice de morbilidade e de sobrevivência na velhice (Carrilho & Patrício, 2010). Os nossos resultados apontam no sentido de que as consequências negativas das mudanças nas práticas familiares ao nível da saúde, e sobretudo ao nível do bem-estar e QdV, se fazem sentir quase exclusivamente junto de mulheres, pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas e, tendencialmente, com idades iguais ou superiores a 75 anos.

### **Postos à prova da crise e da austeridade**

No contexto das dinâmicas estruturais, as situações de crise são parte integrante da existência em sociedade e incorporam componentes de contingência e de singularidade com efeitos variados na vida dos indivíduos. As transformações que decorrem da crise e da austeridade formam um desafio coletivo, socialmente produzido e desigualmente distribuído, e que pode chegar a constituir uma crise biográfica (Martuccelli, 2006), com implicações profundas nas

vivências e nas percepções individuais e com um impacto considerável no curso de vida. Autores como Beck (1992) avançam também a ideia de que com o agravamento da crise do Estado-Providência, os problemas dos indivíduos, não solucionados na esfera institucional, são redefinidos em riscos individuais e que, por sua vez, isso gera e legitima as desigualdades sociais. Neste sentido, há uma individualização do fazer face aos riscos sociais em que o Estado se retira num contexto de um “Quase-Estado-Providência”, por contraposição a uma “Sociedade-providência” que se mobiliza, com a particularidade de serem os mais velhos em muitas das situações a servir de suporte social aos membros mais novos da família.

Com efeito, os resultados empíricos permitem sustentar que este desafio colocou à prova as pessoas idosas entrevistadas. Os resultados permitem concluir que a configuração biográfica da “crise e da austeridade” é um fosso que tende a separar uma construção social dominante da velhice e a realidade que é efetivamente vivenciada. No fundo, as pessoas idosas estão numa situação de vulnerabilidade não só pessoal, mas também social. Ora, no caso concreto, os elementos centrais desta “prova” são o assumir de responsabilidades de prestação de apoio, financeiro e de outra natureza, aos filhos adultos, e as incertezas e os sacrifícios nunca antes imaginados nesta fase da vida, que não são de todo compatíveis com o calendário social. É como se se mantivesse a dependência que caracteriza a infância, mas que na vida adulta, os pais idosos não esperavam de todo vir a reencontrar.

Apesar de todas as pessoas idosas não institucionalizadas terem enfrentado a mesma prova, esta assumiu contornos diferentes em função dos respetivos perfis sociológicos. As situações de confronto entre uma velhice descansada e sem grandes preocupações e sacrifícios, muito associada ao paradigma do envelhecimento ativo, e a velhice quotidianamente vivenciada é mais vincada entre as pessoas idosas com um perfil “Socialmente desvantajoso”. Por sua vez, a contradição entre uma velhice sem grandes responsabilidades familiares e uma velhice realmente em que estas responsabilidades familiares são uma realidade tem um carácter mais transversal, embora a ajuda financeira aos filhos e netos se encontre sobretudo junto das pessoas idosas com um perfil “Socialmente vantajoso”. Fazer face a estes desafios comuns dá azo a respostas singulares. Importa considerar as opções e fazer escolhas que resultam em consequências com maior ou menor impacto nas vivências individuais e nas práticas familiares. Estes achados vão, precisamente, ao encontro do proposto por Martucelli (2006), quer isto dizer que as provas são distribuídas de forma socialmente diferenciada, independentemente da vontade dos indivíduos, e que, neste caso específico, forçaram as

peças idosas a encontrar nos respetivos contextos os recursos para defrontar estes desafios e superar os momentos difíceis.

Como últimas notas conclusivas, gostaríamos de enfatizar as ideias que nos merecem particular referência do ponto de vista sociológico. Em primeiro lugar, a crise económico-financeira e a “sociedade de austeridade” posta em prática para a combater, levaram, por um lado, ao agravamento das debilidades respeitantes à provisão formal e informal, e por outro, da vulnerabilidade socioeconómica em que a maioria das pessoas idosas já se encontrava. Isto significa que as condições sociais de existência das pessoas idosas tinham, necessariamente, que se agravar ao mesmo tempo que o Estado e as famílias assistiam a uma diminuição da sua capacidade de provisão de bem-estar. Em segundo lugar, a “sociedade de austeridade”, como macroestrutura, colocou as pessoas idosas face a uma prova/desafio bastante exigente. Esta prova traduz-se numa contradição entre a construção social dominante da velhice e a realidade efetivamente vivenciada. Esta contradição contém duas propriedades essenciais: i) uma velhice real (marcada por sacrifícios, dificuldades e incertezas não esperadas) diferente da velhice idealizada/esperada (construída em torno do lazer e de atividades de autorrealização, e livre de grandes preocupações e incertezas); e ii) uma vida dos familiares descendentes, principalmente dos filhos adultos, real (marcada pela precariedade, insegurança e sacrifícios) diferente da vida esperada (caracterizada pela segurança laboral, estabilidade financeira e ausência de grandes sacrifícios). Esta última propriedade faz com que as pessoas idosas tenham que assumir responsabilidades familiares fora do “relógio social”. Em terceiro lugar, as respostas das pessoas idosas à crise foram moldadas pelos seus perfis sociológicos. A este respeito, convém sublinhar que encontramos dois grandes “mundos sociais”: um mundo social sem institucionalização em lar de idosos, e um mundo social com institucionalização em lar de idosos. No primeiro mundo social identificámos três perfis sociológicos: i) “Socialmente desvantajoso”; ii) “Misto/intermédio”; e iii) “Socialmente desvantajoso”. Os contrastes entre o primeiro perfil e o terceiro perfil são claros: a) apesar de as pessoas idosas em ambos os perfis terem introduzido mudanças em duas ou mais dimensões das práticas familiares, as mudanças mais radicais e mais gravosas encontram-se junto daquelas que pertencem ao perfil “Socialmente desvantajoso”; b) enquanto a maioria das pessoas idosas em ambos os perfis terem revelado que os seus níveis de saúde foram negativamente afetados, são apenas as que pertencem ao perfil “Socialmente desvantajoso” (a maioria) que referem que os seus níveis de bem-estar e qualidade de vida também foram negativamente afetados. Para além disto, todas as pessoas idosas pertencentes ao perfil “Socialmente desvantajoso”

são pessimistas relativamente ao futuro do país, ao passo que a maioria das que pertencem ao perfil “Socialmente vantajoso” exibem um otimismo moderado. O segundo mundo social funcionou como uma espécie de "casulo" para as pessoas idosas nele inseridas, dado que a residência em lar de idosos fez com que a crise e a austeridade não fossem sentidas, tendo os níveis de saúde e/ou de bem-estar e qualidade de vida melhorado na maior parte dos casos. Em quarto e último lugar, e decorrente do que foi já assinalado nos pontos anteriores, a “prova da crise e da austeridade” foi democraticamente criada (no sentido que foi colocada a todas as pessoas idosas de um modo similar), mas os contornos das mudanças que originou nas vidas das pessoas idosas, em particular nas suas “práticas familiares”, foram mais severos entre as pessoas idosas com um perfil sociológico “Socialmente desvantajoso”. Importa acrescentar que neste perfil encontram-se predominantemente mulheres.

### **Limitações, implicações e sugestões**

Face à escassez de conhecimento sobre esta realidade social, esta pesquisa qualitativa é um contributo efetivo para se começar a fazer luz sobre uma área social muito pouco iluminada. Por isso, o facto de não se poderem fazer comparações e generalizações não são uma limitação, pois estas também não são os objetivos das investigações qualitativas.

Contudo, esta escassez de matéria-prima empírica deve ser encarada ela própria como uma oportunidade, isto é, uma “porta de entrada” para que outros estudos exploratórios venham a aprofundar e a alargar a base de conhecimento nesta área. Esta investigação contém ainda outras limitações que importa, para finalizar, reconhecer. É o caso da fraca participação dos homens na amostra e que é reveladora do próprio desequilíbrio de género na categoria das pessoas idosas, consequência da sobremortalidade masculina. Até que ponto uma amostra composta por homens apresentaria resultados semelhantes ou diferentes? É esta diferença de género que fica por ser explorada em estudos futuros, dando um especial relevo ao papel das mulheres, dada a sua maior vulnerabilidade ao risco de pobreza e que tão frequentemente está associada a diversos eventos de vida como a maternidade, o divórcio, a viuvez e a velhice.

Como pistas para futuras investigações, e com vista a aprofundar os nossos resultados, seria também interessante desenvolver um estudo longitudinal de *follow up*, procurando retomar o contacto com algumas destas pessoas idosas, apesar das dificuldades colocadas pela idade média da amostra (77 anos), que foi recolhida entre 2016 e 2017, e pelo próprio declínio natural das condições físicas e cognitivas inerentes a esta fase da vida. Este estudo de *follow-up* iria permitir a recolha de novas evidências empíricas, bem como avaliar a evolução das

mudanças identificadas, tanto nas vidas das pessoas idosas, como nas práticas familiares, tendo agora como pano de fundo “o virar da página da austeridade”. De igual modo, seria interessante o desenvolvimento de futuras investigações em outros concelhos do país, de forma a identificar particularidades territoriais nas mudanças introduzidas nas práticas familiares. Por último e do ponto de vista sociológico, sugere-se que, no futuro, se possa dar voz a outros protagonistas desta “história coletiva”, ao entrecruzar as perspetivas das pessoas idosas com os pontos de vista dos “filhos adultos” e das instituições particulares de solidariedade social, no caso dos idosos institucionalizados.

Finalmente, há um conjunto de resultados alcançados que sugerem medidas em termos de políticas públicas. É possível reverter ou mitigar os efeitos negativos de algumas mudanças. É, igualmente, possível antecipar alguns dos efeitos da crise e da austeridade, em particular na saúde das populações, uma vez que são situações onde os fatores protetores estão enfraquecidos e, por outro, os fatores de risco estão reforçados. É preciso que se aposte em ações de intervenção e de proximidade com a população idosa, em especial na saúde mental, que é a base do bem-estar e do funcionamento equilibrado dos indivíduos. Contudo, isto não significa voltar ao ponto de partida devido às cicatrizes profundas que a crise e as respostas à crise parecem ter deixado nas vidas quotidianas. É importante também que se dê uma maior visibilidade às investigações sociológicas que se debruçam sobre as vidas e práticas familiares das pessoas idosas em Portugal, de modo a poder-se desconstruir certos estereótipos idadistas de que as pessoas idosas são um fardo pesado para a sociedade. Efetivamente, não são.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, S. (2003) Evolução das Estruturas domésticas em Portugal. *Revista Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 43, 13-30.
- Aboim, S. (2010a) Género, família e mudança em Portugal, in Wall, K.; Aboim, S. Cunha, V. (eds.) *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 39-66.
- Aboim, S. (2010b) Cronologias da Vida Privada, in Machado Pais, J. & Ferreira, V. *Em Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa*, 107-148.
- Abrantes, P.; Aníbal, A. & Paliotes, F. (2010) Do método biográfico em Sociologia da Educação. *Sociologia da Educação Revista Luso-Brasileira*, 2, pp. 5-31.
- Abrantes, P. (2013) ¿Cómo se escribe la vida? Un estudio de la socialización a través del método biográfico. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 75, núm. 3, pp. 439-464.
- Achenbaum, A. (2010) Past as Prologue: Toward a Global History of Ageing, in Dannefer, D., D. & Phillipson, C. (eds) *The Sage Hand-book of Social Gerontology*, London, England, Sage, 20-32.
- Addabbo, T., Bastos, A., Casaca, S. F., Duvvury, N. & Ní Léime, Á. (2015) Gender and labour in times of austerity: Ireland, Italy and Portugal in comparative perspective. *International Labour Review*, 154: 449–473.
- Age-Platform Europe (2012) *Older People also suffer because of the crisis*, Brussels  
Disponível: <http://www.ageplatform.eu/images/stories/EN/olderpeoplealsosufferbcotthecrisis-en.pdf> (acedido em 30-06-2014 e 06-04-2015)
- Albuquerque, P., Arcanjo, M., Escária, V., Nunes, F. & Pereirinha, J. (2006) Retirement and the poverty of the elderly in Portugal. ISEG, *Working papers* nº 15-2006/de/cisep
- Albuquerque, C. (2014) A austeridade de Maastricht, in Ferreira, E. (org.) *A austeridade cura? A austeridade mata?*, Lisboa, Edição AAFDL, 263-288.
- Albuquerque, P. (2014b) Intergenerational private transfers: Portugal in the European context. *European Journal of Ageing*, 11(4), 301–312.
- Alexandre, H. & Martins, M. (2009) Características do Modelo de Previdência de Bem-Estar como fator de fragilidade económica e social dos cidadãos e famílias numa perspetiva de género, 7º Congresso Nacional da Administração Pública Lisboa, 10-11 de Novembro de 2009
- Alheit, P. (1992) The Biographical Approach to Adult Education, in Mader, W. (ed.) *Adult Education in the Federal Republic of Germany: Scholarly Approaches and Professional Practice*, Vancouver, University of British Columbia.
- Alheit, P. (1997) *Theoretically founded applied biographical research*, Bremen, Universität Bremen, IBL.

Allan, G., Hawker, S. & Crow, G. (2001) Family diversity and change in Britain and Western Europe. *Journal of Family Issues*, vol. 22, nº7, 819-837.

Allan, G. (2007) Marriage, Sex, and Childbirth, in Ritzer, G. (ed.) *Blackwell Encyclopedia of Sociology*, Blackwell Publishing.

Almeida, J.F & Pinto, A. (1972) Significação Conotativa nas Ciências Sociais. *Análise Social*, Vol IX, n.º 35-36, 644-688.

Almeida, J., Costa, A., & Machado, F. (1994) Recomposição socioprofissional e novos protagonismos” in Reis, A (coord.) *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 307-330.

Almeida, A, Guerreiro, M., Lobo, C., Torres, A. & Wall, K. (1998) Relações Familiares. Mudança e Modernidade, in Viegas, J. & Costa, A.F. (orgs.) *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

Almeida, J.F, Capucha, L. Costa, Machado, F.L. & Torres, A. (2007) A Sociedade, in Reis, A. (coord.) *Retrato de Portugal — Factos e Acontecimentos*, Lisboa, Instituto Camões/Círculo de Leitores.

Almeida, A. (2014) *Na droga há sempre droga, nunca há crise: impacto da crise no fenómeno droga na perspectiva dos próprios consumidores*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Almeida, S. (2015) *A Ponte Invisível: os técnicos de redução de riscos e minimização de danos como mediadores do impacto da crise económica sobre os consumidores de drogas*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Alonso, A. (2010) A introdução da interseccionalidade em Portugal: Repensar as políticas de igualdade(s). *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 90.  
Disponível: <http://rccs.revues.org/1760> (acedido em 25-10-2017)

Altman, R. (2008) *The Theory of Narrative*, Columbia University Press.

Alves, J. (2015) *A evolução da crise e efeito de medidas de austeridade implementadas nas representações sociais da crise económica portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Alves, N. (2015b) A dinâmica da Pobreza em Portugal, in Diogo, F., Castro, A. & Perista, P. (orgs) *Pobreza e Exclusão Social em Portugal, contextos, transformações e estudos* Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 65-77.

Andrade, A. (2013) *Impacto da crise nas respostas/medidas de combate à pobreza e exclusão social no distrito de Coimbra. Relatório de Mestrado em Sociologia*, Coimbra, Faculdade de Economia

Disponível:[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25406/1/Relat%C3%B3rio%20Est%C3%A1gio\\_Ana%20Andrade.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25406/1/Relat%C3%B3rio%20Est%C3%A1gio_Ana%20Andrade.pdf) (acedido em 15-07-2014)

Andreotti, A., Garcia, S., Aitor, G., Pedro, H., Yuri, K., & Enzo, M. (2001) Does a Southern European Model Exist?. *Journal of European Area Studies*, 9(1), 43–62. Disponível:<http://doi.org/10.1080/1460846012006194>

Anthias, F. (2013) Intersectional What? Social Divisions, Intersectionality and Levels of Analysis. *Ethnicities* 13 (1): 3–19.

Antikainen, A. & Komonen, K. (2003) Biography, life course, and the sociology of education, in C.A. & Antikainen, A. (ed.) *The International Handbook on the Sociology of Education*, Lanham, Rowman & Littlefield, 143-159.

Antonakakis, N. & Collins, A. (2015) O impacto da austeridade fiscal sobre a mortalidade por suicídio: Evidências em toda a “periferia da zona do euro”. *Soc. Sci. Med.* 2016; 145, 63–78. Disponível: [doi: 10.1016 / j.socscimed.2015.09.033](https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.09.033)

Antonucci, T., Birditt, K., Sherman, C., & Trihn, S. (2011) Stability and change in the intergenerational family: A convoy approach. *Ageing and Society*. 31. 1084 - 1106.

Apitzsch, U. (1990) Migration und Biographie. Zur Konstitution des Interkulturellen in den Bildungsgängen junger Erwachsener der 2. *Migrantengeneration*. Habilitationsschrift, Bremen.

Arts, W. & Gelissen, J. (2002) Three Worlds of Welfare Capitalism or More? A State-of-the-Art Report. *Journal of European Social Policy*, 12: 2, 137-158.

Atkinson, R. (2012) The life story interview as a mutually equitable relationship, in Gubrium, J., Holstein J., Marvasti, A. & McKinney, K. (eds.) *The Sage Handbook of Interview Research: The complexity of the craft*, Los Angeles, CA, Sage, 115-128.

Attias-Donfut, C. (1995) Le double circuit des transmissions, in Attias-Donfut, C. (org.) *Les Solidarités entre Générations: Vieillesse, Familles, État*, Paris, Éditions Nathan.

Attias-Donfut, C. (1998) *La dynamique de entraide intergénérationnelle*, 1ères Rencontres Sauvy, INED.

Attias-Donfut, C. & Ogg, J. & Wolff, F. (2005) European patterns of financial and time transfers. *European Journal of Ageing*. 2. 161-173.

Augusto, G. (2014) Mental health in Portugal in times of austerity. *Lancet Psychiatry* 1(2),109–10.

Avram S., Figari F., Leventi C., Levy H., Navicke E., Matsaganis M., Militaru E., Paulus A., Rastringina O. & Sutherland H. (2013) The distributional effects of austerity measures: a comparison of nine EU countries. *EUROMOD Working Paper EM2/13*, Colchester, ISER, University of Essex.

Bahle, T., Kohl, J. & Wendt, C. (2010) Welfare State, in Immerfall, S. & Therborn, G (eds.) *Handbook of European Societies Social Transformations in the 21st Century*, Springer Science.

Disponível: <http://doi.org/10.1007/978-0-387-88199-7>

Banco de Portugal

Disponível: <http://www.bportugal.pt/ptpt/estabilidadefinanceira/aestabilidadefinanceirapaef/oprogramaassistenciafinanceiraportugal/Paginas/inicio.aspx>

(acedido em 06-04-2015)

Banco de Portugal (2014) A Economia Portuguesa

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/ra14ep\\_pt.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/ra14ep_pt.pdf)

Bandeira, M. (2006) Demografia, Atividade e Emprego: contributos para uma demografia do trabalho. *Sociologia Problemas e Práticas* 52, 11-39.

Bandeira, M., Azevedo, A., Sousa Gomes, C., Tomé, L., Mendes, M., Guardado Moreira, M. & Batista, I. (2014) *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa, 1950-2011 Evolução e Perspetivas*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

Barr, N. (1993) *The Economics of the Welfare State*, London, Weidenfeld and Nicolson. 2ªed.

Barrett, A. & O'Sullivan, V. (2014) The wealth, health and well-being of Ireland's older people before and during the economic crisis. *Applied Economics Letters*, 21:10, 675-678.

Disponível: [DOI: 10.1080/13504851.2014.884687](https://doi.org/10.1080/13504851.2014.884687)

Barroso, A. (2013) O neoliberalismo contra o Estado-Providência. *Estudos Do Século XX*, 13, 1-17.

Disponível: [http://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622\\_13\\_5](http://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_13_5).

Barthes, R. (1982) *Introduction to the Structural Analysis of Narrative*, Ed. Susan Sontag, London, Jonathan Cape.

Bauman, Z. (1998) *Globalization: The human consequences*, Columbia University Press.

Bauman, Z. (2001) *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Bauman, Z. (2007) *Modernidade e Ambivalência*, Lisboa, Relógio D'Água.

Bauman, Z. (2013) *Liquid modernity*, John Wiley & Sons.

Bauman, Z & Bordoni, C. (2016) *Estado de Crise*, Lisboa, Relógio d'Água Editores.

Baynham, M. (2015) Identity: brought about or brought along? Narrative as a privileged site for researching intercultural identities, in Dervin, F. & Risager, F. (eds) *Researching Identity and Interculturality*, London, Routledge, 67 – 88.

Beck, U. (1992) *Risk Society: Towards a New Modernity*, London, Sage.

Beck, U. (1996) Risk society and the provident state, in Lash, S., Szerszinski, B. & Wynne, B. (eds) *Risk, Environment and Modernity: Towards a New Ecology*, London, Sage, 27 –43.

- Beck, U. (2000) Risk Society Revisited: Theory, Politics and Research Programmes, in Adam, B., Beck, U. & Loo, J. (eds.) *The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory*, Sage, 211-29.
- Beck, U. (2002) *Liberdade ou Capitalismo*, São Paulo, UNESP .
- Beck, U., Giddens, A. & Lash, S. (2000) *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*, Oeiras, Celta Editora.
- Beck, U. & Beck-Gernsheim, E. (1995) *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity.
- Beck, U. & Beck-Gernsheim, E. (2002) *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*, London, Sage.
- Becker, H. (1994) *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo, Editora Hucitec.
- Becker, H. (2012) Expert voice, in Baker, S. & Edwards, R. (eds) *How many qualitative interviews is enough? Expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research*, National Centre for Research Method, 15.
- Begg, I., Mushövel, F. & Niblett, R. (2015) The Welfare State in Europe Visions for Reform, in Bertelsman Stiftung (ed) *Vision Europe Summit, Redesigning European Welfare States-Ways Forward*, Gutersloh, 12-37.
- Bengtson, V. & Schrader, S. (1982) Parent-child relation, in Mangen, D. & Peterson, A. (eds.) *Research instruments in social gerontology* (Vol. 2), Minneapolis, University of Minnesota Press, 115-186.
- Bengtson, V. & Roberts, R. (1991) Intergenerational solidarity in aging families: An example of formal theory construction. *Journal of Marriage and Family*, 58: 4, 856- 870.
- Bengtson, V., Lowenstein, A., Putney, B. & Gans, D. (2003) Global aging and the challenge to families, in Bengtson, V. & .Lowenstein, A. (eds.) *Global aging and challenges to families*, New York, Walter de Gruyter.
- Bengtson, V., Elder Jr., G. & Putney, N. (2005) The life-course perspective on ageing: linked lives, timing, and history, in Johnson, M. (ed.) *The Cambridge Handbook of Age and Ageing*, Cambridge University Press, Cambridge, 493-501.
- Bengtson, V., Giarrusso, R., Mabry, J., & Silverstein, M. (2002) Solidarity, conflict, and ambivalence: Complementary or competing perspectives on intergenerational relationships?. *Journal of Marriage and Family* 64: 568-576.
- Bengtson, V. & Oyama P. (2007) *Intergenerational Solidarity: Strengthening Economic and Social Ties*, New York, United Nations Headquarters.
- Benmarhnia, T., Zunzunegui, M., Llácer, A. & Béland, F. (2014) Impact of the economic crisis on the health of older persons in Spain: research clues based on an analysis of mortality. SESPAS report 2014. *Gaceta Sanitaria*, Volume 28, Supplement 1, 137-141.

- Benson, J. & Furstenberg, F. (2003) Subjective perceptions of adulthood among urban youth: are demographic transitions still relevant? *Network on transitions to adulthood, Research Network Working Paper 3*, MacArthur Foundation.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1966) *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*, Garden City, N.Y., Doubleday.
- Berger, L. & Mailloux-Poirier, D. (1995) *Pessoas idosas: uma abordagem global*, Lisboa, Lusodidacta.
- Bernardo, L., Silva, M. & Correia, T. (2014) A saúde pública como investimento social, in Carmo, R. & Barata, A. (org.) *Estado Social. De todos para Todos*, Lisboa, Tinta da China, 91-134.
- Bertaux, D. (org) (1981) *Biography & Society: The Life History Approach in the Social Sciences*, Sage Studies in International Sociology.
- Bertaux, D., & Kohli, M. (1984) The life story approach: A continental view. *Annual Review of Sociology*, 10, 215-237.
- Bhattacharyya, G. (2015) *Crisis, Austerity, and Everyday Life: Living in a Time of Diminishing Expectations*, Palgrave Macmillan.
- Billari, F. & Liefbroer, A. (2010) Towards a new pattern of transition to adulthood? *Advances in Life Course Research*. 15 (2–3):59-75.
- Blyth, M. (2013) *Austerity: The history of a dangerous idea*, Oxford University Press.
- Blumer, H. (1954) *What is wrong with social theory?* *American Sociological Review*, 18, 3-10.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994) *Investigação Qualitativa em Educação*, Coleção Ciências da Educação, Porto, Porto Editora.
- Bonoli, G. (2004) Modernising post-war welfare states: Explaining diversity in patterns of adaptation to new social risks. *Comparative Political Studies*, 40(June), 12–16.  
[Disponível: http://doi.org/10.1177/0010414005285755](http://doi.org/10.1177/0010414005285755)
- Bonoli, G. (2006) New social risks and the politics of post-industrial social policies, in Armingeon, K. & Bonoli, G. (eds.) *The Politics of Post-Industrial Welfare States*, London, Routledge, 3-26.
- Bonoli, G. (2007) Time Matters Postindustrialization, New Social Risks, and Welfare State Adaptation in Advanced Industrial Democracies. *Comparative Political Studies*, 40(5), 495–520.  
[Disponível: http://doi.org/10.1097/00019052-199702000-00002](http://doi.org/10.1097/00019052-199702000-00002)
- Borchorst, A. & Teigen, M. (2010) Political intersectionality: Tackling inequalities in public policies in Scandinavia. *Køn & Forskning*, 2–3, 19–28.

- Bornat, J. (2008) Biographical Methods, in Alasuutari, E., Bickman, P. & Brannen, J. *The Sage Handbook of Social Research Methods*, London, Sage, 344–356.
- Borsch Supan, A. (2002) Labour Market effects of population ageing, *Working paper MEA*.
- Bourdieu, P. (1984) *Questions de Sociologie*, Paris, Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1986) *Razões Práticas – sobre a teoria da ação*, Lisboa, Celta Editora
- Bourdieu, P. (1998) The abdication of the state in the weight of the world: social suffering in contemporary society, in Bourdieu, P. *The weight of the world: social suffering in contemporary society*, Cambridge, Polity Press, 181-188.
- Bourdieu, P. (2000) *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*, Trad. Lucy Magalhães, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Bourdieu, P. (2004) *Para uma sociologia da ciência*, Lisboa, Edições 70.
- Bourdieu, P. (2005) *Esboço para uma auto-análise*, Lisboa, Edições 70.
- Bourdieu, P. (2013) *A distinção-crítica social do julgamento*. São Paulo, Editora Zouk/Edusp.
- Bowen, G. (2006) Grounded theory and sensitizing concepts. *International Journal of Qualitative Methods*, 5(3), 1-9.
- Bowleg, L. (2008) When Black + Lesbian + Women (does not equal) Black Lesbian Woman: The Methodological Challenges of Qualitative and Quantitative Intersectionality Research, *Sex Roles*, 59, 312–325.
- Boyle, M. & Larragy, J. (2010) *Feeling the pinch: one year on – older people’s experience of the recession in Ireland*, Dublin, Older and Bolder.  
Disponível: <http://www.thehealthwell.info/node/45438> [Accessed: 12th May 2017]
- Branas C., Kastanaki A., Michalodimitrakis M., Tzougas, J., Kranioti, E., Theodorakis, P., Carr, B., & Wiebe, D. (2015) The impact of economic austerity and prosperity events on suicide in Greece: a 30-year interrupted time- series analysis. *BMJ Open* volume 5 e005619, issue 1.
- Brandt, M., & Deindl, C. (2013) Intergenerational transfers to adult children in Europe: Do social policies matter? *Journal of Marriage and Family*, 75(1), 235–251.
- Brazys, S. & Hardiman, N. (2015) From ‘Tiger’ to ‘PIIGS’: Ireland and the use of heuristics in comparative political economy. *European Journal of Political Research*, 54, 23–42.
- Bresser-Pereira, L. (2010) A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? *Novos estudos CEBRAP*, (86), 51-72.  
Disponível: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100003>
- Browne, I. & Misra, J. (2003) The Intersection of Gender and Race in the Labor Market. *Annual Review of Sociology*, 29, 487-513.

- Bruner, J. (1986) *Actual minds, possible worlds*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Bruto da Costa, A., Baptista, I., Perista, P. & Carrilho, P. (2008) *Um olhar sobre a Pobreza, vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.
- Bruto da Costa, A. (2015) *Prefácio*, in Diogo, F.; Castro, A. & Perista, P. (org) *Pobreza e Exclusão Social em Portugal, contextos, transformações e estudos*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 7-15.
- Bryman, A. (1988) *Quantity and quality in social research*, London, Unwin Hyman.
- Burawoy, M. (1983) Between the Labor Process and the State: The Changing Face of Factory Regimes Under Advanced Capitalism. *American Sociological Review*, 48(5), 587–605.
- Cabral, M., Ferreira, P., Silva, P., Jerónimo, P & Marques, T. (2013) *Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do Tempo, Redes Sociais e Condições de Vida*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Caeiro, J. (2010) *Política Social e Estado-Providência*, Lisboa, Universidade Lusíada.
- Caine, V., Estefan, A. & Clandinin, J. (2013) A Return to Methodological Commitment: Reflections on Narrative Inquiry. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 57:6, 574-586,  
Disponível: [DOI: 10.1080/00313831.2013.798833](https://doi.org/10.1080/00313831.2013.798833)
- Caldas de Almeida, J., & Xavier, M. (2013) *Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental* (Vol. 1), Lisboa, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa.
- Callan, T., Leventi, C., Levy, H., Matsaganis, M., Paulus, A. & Sutherland, H. (2011) The Distributional Effects of Austerity Measures: a Comparison of Six EU Countries. *EUROMOD Working Papers EM6/11*, Institute for Social and Economic Research, Colchester.
- Calha, A. (2014) *Entre brobdingnag e lilliput: a apresentação de si na narrativa autobiográfica produzida nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Calhoun, C. (2011) From the current crisis to possible futures, in Calhoun, C. & Derluigian, G. (eds) *Business as Usual: The Roots of the Global Financial Meltdown*, New York, New York University Press.
- Câmara Municipal de Faro (2011) *Relatório da Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Faro*  
Disponível: <http://www.cm-faro.pt/menu/135/revisao.aspx>
- Câmara Municipal de Faro (2012) *Relatório do Estado do Ordenamento do Território 2010*.  
Disponível: <http://www.cm-faro.pt/menu/135/revisao.aspx>
- Canotilho, M. (2015) The impact of the crisis on fundamental rights across Member States of the EU: Country Report on Portugal, European Parliament Committees.

Disponível: <http://www.europarl.europa.eu/studies.9978-92-823-6570-0>. (acedido em 15-02-2015)

Capucha, L. (2005) *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.

Capucha, L. (2014) Envelhecimento e Políticas Sociais em Tempos de Crise. *Sociologia, Problemas e Práticas*, CIES-IUL/Editora Mundos Sociais, N.º 74, 113-131.

Capucha, L. (2015) Impacto da Programa de Austeridade na Pobreza em Portugal, in Rodrigues, M. & Silva, P. A. (orgs.) *Governar com a Troika: Políticas Públicas em tempo de austeridade*, Coimbra, Almedina.

Caramelo, M. (2013) *Impacto da crise nas IPSS do Distrito de Coimbra*. Relatório de Mestrado em Sociologia, Coimbra, Faculdade de Economia.

Disponível: [https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/24774/1/Mariana\\_final%20%281%29.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/24774/1/Mariana_final%20%281%29.pdf) (acedido em 15-07-2014)

Cardoso, S., Santos, M., Baptista, M., & Clemente, S. (2012) Estado e políticas sociais sobre a velhice em Portugal (1990-2008). *Análise Social*, (204), 606-630.

Cardoso, A. & Silva M. (2015) Crise e impactos da crise em espaços rurais: o caso de uma aldeia do noroeste de Portugal. *VI Congresso de Estudos Rurais, Entre Heranças e Emancipações*, Instituto de Ciências Sociais.

Cardoso, G., Loureiro, A., Mateus, P., Silva, M., Santana, P. & Almeida, J. (2015) Utilização de serviços de saúde mental em Portugal em tempos de crise económica, in Santana, P. (coord.) *Território e Saúde Mental em tempos de Crise*, Coimbra, 75-92.

Cardoso, J. & Rocha, M. (2003) Corporativismo e Estado Providência (1933-1962). *Ler História*, 45, com base na comunicação apresentada no XXII Encontro de APHES, Aveiro, 15-16 Novembro 2002. 111-135.

Caritas Europa (2013) *The Impact of the European Crisis: A Study of the Impact of the Crisis and Austerity on People*.

Caritas Europa (2014) *The European Crisis and Its Human Cost – A Call for Fair Alternatives and Solutions*.

Caritas Europa (2015) *A study of the impact of the crisis and austerity on people, with a special focus on Cyprus, Greece, Ireland, Italy, Portugal, Romania and Spain*.

Carmo, R. (2013) *Portugal, uma sociedade de classes. Polarização social e vulnerabilidade*, Lisboa, Edições 70.

Carmo, R., Cantante, F. & Alves, N. (2014) Time projections: youth and precarious employment. *Time & Society*. v. 23, n.3, 337-357.

Carmo, R., Cantante, F. & Carvalho, M. (2015) *Desigualdades como problema: que políticas. Observatório das Desigualdades*.

Carmo, R. & Barata, A. (2017) Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização. *Revista do Serviço Público*, v. 68, n. 2, 319-341.  
Disponível: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/> (acedido em 06-04-2015)

Carolo, D. (2014) *Despesa e Redistribuição na Segurança Social em Portugal: análise da Reforma de 2007*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Carreira da Silva, F. (2013) *O Futuro do Estado Social*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Carreira da Silva, F., & Valadez Martinez, L. (2015) SOPHIE'S CHOICE: Social attitudes to welfare state retrenchment in bailed-out Portugal. *European Societies*.  
Disponível: <http://doi.org/10.1080/14616696.2015.1035299>

Carreira da Silva, F. & Vieira, M. (2016) Direitos sociais na Constituição. Uma análise da constitucionalização dos direitos sociais em Portugal, 1975-76. *Relações Internacionais (R:I)*, (49), 69-94.  
Disponível: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992016000100005&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000100005&lng=pt&tlng=pt).

Carrilho, M. & Patrício, L. (2010) A situação demográfica em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 48, 101-138.

Carrilho, M. & Craveiro, M. (2015) A situação demográfica recente em Portugal, *Revista de Estudos Demográficos* n.º 54.

Casaca, S. (2005) Flexibilidade, emprego e relações de género, a situação de Portugal no contexto da União Europeia, in Kovács, I. (org.) *Flexibilidade de Emprego. Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta Editora, 55-84.

Casaca, S. (2007) Flexibilidade de emprego em Portugal e na União Europeia: colocando a dimensão género no centro do debate, in Henriques, F. (coord.) *Género, Diversidade e Cidadania*, Lisboa, Colibri, 131-154.

Casaca, S. (2010) A igualdade de género e a precarização do emprego, in Ferreira, V. (org.) *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal, Políticas e Circunstâncias*, Lisboa, CITE, 261-289.

Casaca, S. & Damião, S. (2011) Gender (in)equality in the labour market and the southern European welfare states, in Addis, E., Villota, P., Degavre, F. & Eriksen, J. (orgs.) *Gender and Well-Being: The Role of Institutions from Past to Present*, London, Ashgate, 184-199.

Casaca, S. (2013) As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar. *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 72, 31-52.

Cassiers, I. (2005) De l'État providence à l'État social actif : Quelles mutations sous jacentes ? *Regards Économiques*, 36.

Castel, R. (1995) *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Fayard, Paris.

- Castells, M. (1999) *A sociedade em Rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura*, São Paulo, Paz e Terra.
- Castles, F. (1993) *Families of Nations: Patterns of Public Policy in Western Democracies.*, Aldershot, Hants, Dartmouth Publishing Group.
- Castles, F. (2004) *The Future of the Welfare State: Crisis Myths and Crisis Realities*, Oxford, Oxford University Press.
- Catalano, R. & Bellows, B. (2005) Commentary: If economic expansion threatens public health, should epidemiologists recommend recession?. *Int J Epidemiology*, 34 (6): 1212-1213. Disponível: [doi: 10.1093/ije/dyi145](https://doi.org/10.1093/ije/dyi145)
- Charmaz, K. (2003) Grounded theory: Objectivist and constructivist methods, in Denzin, N. & Lincoln, Y. (eds.) *Strategies for qualitative inquiry*, Thousand Oaks, CA, Sage, 249-291.
- Chesnais, J. (1995) *Le crépuscule de l'Occident. Démographie et Politique*, Paris, Robert Laffont.
- Chisolm, J. (1999) The sandwich generation. *Journal of Social Distress and the Homeless*, 8 (3), 177-191.
- Christians, G. (2000) Ethics and politics in qualitative research, in Denzin, N. & Lincoln, Y. (eds.) *Handbook of qualitative research*, Thousand Oaks, CA, Sage, 133–155.
- Clandinin, D. & Murphy, S. (2007) Looking ahead: Conversations with Elliot Mishler, Don Polkinghorne, and Amia Lieblich, in Clandinin, D. (ed.) *Handbook of narrative inquiry: Mapping a methodology*, Thousand Oaks, CA Sage, 632-650.
- Clandinin, D. (2013) *Engaging in Narrative Inquiry*, Walnut Creek CA, Left Coast Publisher.
- Clark, T. (2014) *Hard Times: The Divisive Toll of the Economic Slump*, New Haven, CT, Yale University Press.
- Clarke A. (2000) Using biography to enhance the nursing care of older people. *British Journal of Nursing* 9(7), 429–433.
- Clarke, J & Newman, J. (2012) The Alchemy of Austerity. *Critical Social Policy* 32, 299-319.
- Clausen, J. (1998) Life reviews and Life Stories, in Giele, J. & Elder Jr., G. (eds.) *Methods of Life Course Research, Qualitative and Quantitative Approaches*, California, Sage.
- Coleman, J. (1986) Social theory, social research, and a theory of action. *The American Journal of Sociology*, Vol. 91, No. 6., 1309-1335.
- Comissão Europeia (2015) *The 2015 Ageing Report: Underlying Assumptions and Projection Methodologies*. Disponível: [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/publications/european\\_economy/2014/pdf/e8\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2014/pdf/e8_en.pdf)

Conde, I. (1993) Problemas e virtudes na defesa da Biografia. *Sociologia Problemas e Práticas*, N.º 13, 39-57.

Connelly, F. & Clandinin, D. (1990) Stories of experience and narrative inquiry. *Educational Researcher*, Vol. 19, No. 5 (Jun-Jul), 2-14.

Connelly, F. & Clandinin, D. (2006) Narrative inquiry, in Green J., Camilli, G. & Elmore, P. (eds.) *Handbook of complementary methods in education research*, Mahwah, NJ, Lawrence Erlbaum, 477– 487.

Connidis, I. (2014) Age Relations and Family Ties Over the Life Course: Spanning the Macro–Micro Divide. *Research in Human Development*, 11:4, 291-308,  
Disponível: [DOI: 10.1080/15427609.2014.967050](https://doi.org/10.1080/15427609.2014.967050)

Connidis, I. (2015) Exploring ambivalence in family ties: Progress and prospects. *Journal of Marriage and Family*, 77, 77–95.

Conselho Económico e Social (2012) *O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade, Relatório Final*, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa  
Disponível: [http://www.ces.pt/download/1483/Relatorio%20Final\\_UCP\\_ago%202012.pdf](http://www.ces.pt/download/1483/Relatorio%20Final_UCP_ago%202012.pdf)  
(acedido em 06-04-2015)

Cooper, F. (2006) Against bipolar black masculinity: Intersectionality, assimilation, identity performance, and hierarchy. *UC Davis Law Review*, 39, 853–906.

Correia, C. (2014) *Recrutamento e seleção num contexto de crise económica: um estudo de caso*. Dissertação de mestrado em Gestão de Recursos Humanos, Universidade do Minho.

Correia, T., Carapinheiro, G., Silva, J. & Vieira, J. (2015) *O sistema de saúde português no tempo da Troika: a experiência dos médicos*, Lisboa, ISCTE-IUL/Ordem dos Médicos.  
Disponível: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8981> (acedido em 11-06-2015)

Costa, A. (2008) *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Lisboa, Celta.

Costa, A. (2012a) *Desigualdades sociais contemporâneas*, Lisboa, Mundos Sociais.

Costa, H. (2012b) From Europe as a Model to Europe as Austerity: The Impact of the Crisis on Portuguese Trade Unions. *Transfer – European Review of Labour and Research*, 18(4), 397-410.

Costa, R. (2014) Rituais familiares: práticas e representações sociais na construção da família contemporânea. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVIII, 81 – 102.

Costa, A., Mauritti, R., Martins, S., Nunes, N. & Romão, A. (2015) A constituição de um espaço europeu de desigualdades. *Observatório das Desigualdades e-Working Papers*, N.º 1/2015, 1-21; ISCTE-IUL, CIES-IUL,  
Disponível: <http://wp.me/P4h6tu-p3>

Costa Pinto, A. (2006) O Legado do Autoritarismo e a Transição Portuguesa para a Democracia, 1974-2004, in Loff, M., & Pereira, C. (coord.) *Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto, Editora da Universidade do Porto, 37-70.

Costa, A. & Caldas, J. (2013) A União Europeia e Portugal entre os resgates bancários e a austeridade: um mapa das políticas e das medidas, in Observatório sobre Crises e Alternativas/Centro de Estudos Sociais (CES) *A Anatomia da Crise: identificar os problemas para construir alternativas-1.º Relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas*, Coimbra, 72-107.

Disponível: [http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio\\_Anatomia\\_Crise\\_final\\_.pdf](http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final_.pdf)  
(acedido em 11-08-2014)

Costa, S. & Farinha, L. (2012) O endividamento das famílias: uma análise microeconómica com base nos resultados do ISFF. *Relatório de Estabilidade Financeira-Maio de 2012*, Banco de Portugal.

Costa, H., Dias, H. & Soeiro, J. (2014) As greves e a austeridade em Portugal: Olhares, expressões e recomposições. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103 [Online], Disponível: <http://rccs.revues.org/5584>.

Crenshaw, K. (1989) Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 138–67.

Crenshaw, K. (1991) Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review* 43 (6): 1241–1299

Crenshaw, K. (1993) Beyond Racism and Misogyny, in Matsuda, M., Lawrence, C. & Crenshaw, K. (eds) *Words that Wound*, Boulder, CO, Westview Press.

Crenshaw, K. (2004) Intersectionality: the Double Bind of Race and Gender, interview with Kimberlé Crenshaw. *Perspectives*, American Bar Association.

Disponível:

[https://www.americanbar.org/content/dam/aba/publishing/perspectives\\_magazine/women\\_perspectives\\_Spring2004CrenshawPSP.authcheckdam.pdf](https://www.americanbar.org/content/dam/aba/publishing/perspectives_magazine/women_perspectives_Spring2004CrenshawPSP.authcheckdam.pdf) (acedido em 25-10-2017)

Creswell, J. (2003) *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*, Thousands Oaks, Sage Publications.

Creswell, J. & Poth, C. (2017) *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*, Sage publications.

Crotty, J. (2012) The great austerity war: What caused the US deficit crisis and who should pay to fix it?. *Cambridge Journal of Economics*, 3, 79-104.

Crouch, C. (1997) The terms of the neoliberal consensus. *The Political Quarterly*, 68 (4), 352–360.

Crouch, C. (1999) *Social Change in Western Europe*. Oxford, Oxford University Press.

Dannefer, D. (1987) Aging as Intracohort Differentiation: Accentuation, the Matthew Effect, and the Life Course. *Sociological Forum*, 2(2), 211-236.  
Disponível: <http://www.jstor.org/stable/684472>

Dannefer, D. (2000a) Bringing Risk Back, in Schaie, K. & Hendricks, J. (eds) *The Regulation of the Self in The Evolution of the Aging Self*, New York, Springer, 269–80.

Dannefer, D. (2000b) Paradox of Opportunity: Education, Work, and Age Integration in the United States and Germany. *The Gerontologist*, Volume 40, Issue 3, 282–286.  
Disponível: <https://doi.org/10.1093/geront/40.3.282>

Dannefer D. (2003a) Toward a Global Geography of the Life Course, in Mortimer, J. & Shanahan, M. (eds) *Handbook of the Life Course. Handbooks of Sociology and Social Research*, Boston MA, Springer.

Dannefer, D. (2003b) Cumulative advantage/disadvantage and the life course: Cross-fertilizing age and social science theory. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 58B, 327–337.  
Disponível: <https://doi:10.1093/geronb/58.6.S327>

Davis, K. (2008) Intersectionality as a buzzword. A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, Vol.9 (1), 67-85.

De Grauwe, P. (2012) *A self-inflicted Crisis*, Centre for European Policy Studies (CEPS) Commentary Thinking ahead for Europe.

Delgado, A. & Wall, K. (coord.) (2014) *Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística/ ICS Imprensa de Ciências Sociais.

Delicado, A., Ramos, A., Ferreira, J., Guerra, J. & Rowland, J. (2015) Confiança, in Ferrão, J. & Delicado, A. (eds) *Portugal Social em Mudança, Portugal no contexto europeu em anos de crise*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 59-67.

Delory-Momberger, C. (2004) *Les histoires de vie : de histoires de vie l'invention de soi au projet de formation*, Paris, Anthropos.

Delory-Momberger, C. (2012) Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. *Revista Brasileira de Educação*, 17(51), 523-536.  
Disponível: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782012000300002> (acedido em 25-10-2017)

Denzin, N. (1981) *Biography and Society*, Beverly Hills, CA, Sage Publications.

Denzin, N. (1989) *Interpretative biography*, Newbury Park, Sage Publications.

Denzin, N. & Lincoln, Y. (2005) Introduction: The discipline and practice of qualitative research, in Denzin, N. & Lincoln, Y. (eds.) *Handbook of qualitative research*, Thousand Oaks, CA, Sage, 1–32.

D'Houtard, A. & Field, M. (1989) *La santé: approche sociologique de ses représentations et de ses fonctions dans la société*, Coll. Espace social, Presses universitaires, Nancy.

Dias, C., Fonseca, R., Contreiras, I. & Pereira, J. (2013) Efeitos da Austeridade na Saúde da População, evidência internacional e experiência portuguesa, in Ferreira, E. (coord.), *A Austeridade Cura? A Austeridade Mata?*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 927-950.

Diogo, F., Castro, A. & Perista, P. (org) (2015) *Pobreza e Exclusão social em Portugal, contextos, transformações e estudos*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus.

Doetsch, J., Pilot, E., Santana, P., & Krafft, T. (2017) Potential barriers in healthcare access of the elderly population influenced by the economic crisis and the troika agreement: a qualitative case study in Lisbon, Portugal. *International Journal for Equity in Health*, 16, [184].

Dornelas, A. (2013) Portugal: a construção do Estado-Providência em contexto desfavorável, in Carreira da Silva, F. (org.) *Os Portugueses e o Estado-Providência. uma perspetiva comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 45-85.

Duarte, D. (2014) *Impacto da crise no consumo das famílias*. Dissertação de mestrado em Economia (Economia Financeira), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Duval, R. & Elmerov, J. (2006) *What effects is EMU having on the Euro Area and its member countries?*, Frankfurt.

Dykstra, P. (2011) Key findings from the multilinks research programme. Deliverable 6.1 for the FP-7 funded project “How demographic changes shape intergenerational solidarity, well-being, and social integration: A multilinks framework”.

Disponível:[http://www.multilinks-project.eu/uploads/papers/0000/0049Multilinks\\_key\\_findings\\_final\\_report\\_D6.1.pdf](http://www.multilinks-project.eu/uploads/papers/0000/0049Multilinks_key_findings_final_report_D6.1.pdf)

Economou, C., Kaitelidou, D., Katsikas, D., Siskou, O. & Zafiropoulou, M. (2014) Impacts of the economic crisis on access to healthcare services in Greece with a focus on the vulnerable groups of the population, *Social Cohesion and Development* (2), 99-115.

Edmonson, R. (2009) Establishing a humanistic Gerontology, challenges and opportunities, in Edmonson, R. & Kondratowitz, H. (eds) *Valuing Old People: a humanist approach to ageing*. Bristol, Policy Press.

EIGE (2015) *Gender gap in pensions in the EU*, Research note to the Latvian Presidency, Latvia.

Disponível:[http://www.cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/Gender\\_gap\\_in\\_pensions.pdf](http://www.cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/Gender_gap_in_pensions.pdf)

EIGE (2016) Poverty, gender and intersecting inequalities in the EU: Report, Review of the implementation of Area A, *Women and Poverty of the Beijing Platform for Action*.

Elder Jr., G. (1985) Perspectives on the life course, in Elder, G. (ed) *Life Course Dynamics: Trajectories and Transitions, 1968–1980*, Ithaca, NY, Cornell Univ. Press 23–49.

Elder Jr., G. (1994) Time, agency and social change: perspectives on the life course. *Social Psychology Quarterly*, 57, 5-15.

Elder Jr., G. (1997) The life course and human development, in Lerner, R., (ed) *Handbook of child psychology, Theoretical models of human development*. New York, John Wiley, 939–991.

Elder Jr., G. (1999) *Children of the Great Depression. Social Change in Life Experience*, Westview Press, Boulder, Colorado.

Elder, Jr, G., Johnson, M. & Crosnoe, R. (2003) The Emergence and Development of Life Course Theory, in Mortimer, J & Shanahan, M. (eds) *Handbook of the life course*, Springer Books, 3-19.

Elias, N. (1993), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Dom Quixote.

Emihovich, C. (1995) Distancing passion: Narratives in social science. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 8, 37-48.

Engler, P. & Klein, M. (2017) Austerity measures amplified crisis in Spain, Portugal, and Italy. *DIW Economic Bulletin n.º 8/2017 OF*, 89-94.

Erben, M, (ed) (1998) *Biography and Education, A Reader*, London, Taylor and Francis.

Esping-Andersen, G. (1990) *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Princeton, Princeton University Press.

Esping-Andersen, G. (ed.) (1996) *Welfare States in Transition*. London, Sage.

Esping-Andersen, G. (1999) *Social foundations of postindustrial economies*, OUP Oxford.

Esping-Andersen, G. (2000) Um Estado Providência para o Século XXI, in Rodrigues, M. (coord) *Para Uma Europa de Inovação e do Conhecimento. Emprego, reformas económicas e coesão social*, Oeiras, Celta Editora.

Esping-Andersen, G. (ed.) (2002) *Why We Need a New Welfare State*, Oxford University.

Estanque, E. (2012) *A classe média. Ascensão e declínio*, Lisboa, FMMS.

Estanque, E., Costa, H. & Soeiro, J. (2013) The New Global Cycle of Protest and the Portuguese Case. *Journal of Social Science Education*, 12(1), 31-40.

Eurofound (2014) *Access to healthcare in times of crisis*, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

Eurofound (2015) *Families in the economic crisis: Changes in policy measures in the EU*, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

European Commission (2016) *Report on equality between women and men 2015*.

Disponível: [http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/annual\\_reports/2016\\_annual\\_report\\_2015\\_web\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/annual_reports/2016_annual_report_2015_web_en.pdf)

European Foundation Center (2012) *Impacto dos Planos de Austeridade dos Governos Europeus nos Direitos das Pessoas com Deficiência, Relatório de Portugal*, Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

Eurostat (2014) Estatísticas (online)

Disponível: <http://ec.europa.eu/eurostat>

Eurostat (2015) Estatísticas (online)

Disponível: <http://ec.europa.eu/eurostat>

Eurostat (2016) Estatísticas (online)

Disponível: <http://ec.europa.eu/eurostat>

Eurostat (2016b) *Eurostat Regional Yearbook*

Disponível: <http://ec.europa.eu/eurostat>

Farinha Rodrigues, C. (2003) Inequality and Poverty in retirement age groups: an analysis for Portugal. *Economic Research and Forecasting Department, Working Paper n°32*

Farinha Rodrigues, C. (2012) *Desigualdade Económica em Portugal*, Lisboa, Aletheia Editores.

Farinha Rodrigues, C. & Andrade, I. (2013) The Age Old problem of Old age poverty in Portugal. Working Paper n.º 27/2013/DE/CEMAPRE, 1-25.

Farinha Rodrigues, C. & Andrade, I. (2016) A Pobreza dos Idosos em Portugal, 2006 – 2014, *Atas V Congresso Português de Demografia*, Fundação Calouste Gulbenkian, 201-230.

Farinha Rodrigues, C., Figueiras, R. & Junqueira, V. (2016) *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As Consequências Sociais do Programa de Ajustamento*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Fernandes, A. (1997) *Velhice e sociedade. Demografia, família e políticas sociais em Portugal*, Oeiras, Celta editora.

Fernandes, A. (2001) Velhice, solidariedades familiares e política social: itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (36), 39-52.

Fernandes, A. (2012) *Envelhecimento e saúde: uma análise de género*, Relatório Final (PTDC/CS-SOC/103608/2008).

Fernandes, A. (2016a) A Proteção Social na Velhice Estará em Risco?, In Fernandes, A., Albuquerque, P. & Fonseca, A. (orgs.) *A (Re) Forma das Reformas. Uma análise sociológica, económica e psicológica da reforma e do sistema de pensões*, Coimbra, Almedina, 9-53.

Fernandes, D. (2016b) as medidas de austeridade debaixo da Troika: uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público. *Journal on Semiotics and Culture Eikon* 1

Ferrarotti, F. (1988) Sobre a Autonomia do Método Biográfico, in Nóvoa, A. & Fnger, M. (org.) *O Método (auto)biográfico e a Formação*, Lisboa, Ministério da Saúde - Departamento de Recursos Humanos, 17-34.

Ferreira, A. (2011) A “sociedade de austeridade”: Poder, medo e direito do trabalho de exceção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 95, 119-136.

Disponível: <http://rccs.revues.org/4417> (acedido em 04-06-2014)

Ferreira, A. (2012a) Política do Direito como Política de Austeridade. *Atas do VIII Congresso Português de Sociologia, 40 anos de Democracia, Progressos, Contradições e Prospetivas*, 2-13.

Disponível: [http://www.aps.pt/viii\\_congresso/VIII\\_ACTAS/VIII\\_COM0390.pdf](http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0390.pdf) (acedido em 27-05-2016)

Ferreira, A. (2012b) *A “sociedade de austeridade”: Poder, medo e direito do trabalho de exceção*, Ed. *Vida Económica*.

Ferreira, E. (coord.) (2013) *Troika Ano II: uma avaliação de 66 cidadãos*, Coimbra, Edições 70.

Ferreira, E. (coord.) (2013) *A Austeridade Cura? A Austeridade Mata?*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Ferreira, J. (2007) Depoimento, in Teixeira, N. & Pinto, A. (org.) *Portugal e a Integração Europeia 1945-1986 – A Perspetiva dos Atores*, Lisboa, Temas e Debates, 127-138.

Ferreira, V. (1999) Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, 199-227.

Ferreira, V. (2010) A evolução das desigualdades entre salários masculinos e femininos. Um percurso irregular, in Ferreira, V. (org.) *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal – Políticas e Circunstâncias*, Lisboa, CITE, 139-190.

Disponível: [http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Igualdade\\_CITE\\_NET.pdf](http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Igualdade_CITE_NET.pdf)

Ferreira, V. & Monteiro, R. (2015) Austeridade, emprego e regime de bem-estar social em Portugal: em processo de refamilização? *Ex aequo [online]*, N. ° 32, 49-67.

Ferrera, M. (1996) The Southern Model of Welfare in Social Europe. *Journal of European Social Policy*, 6(1), 17-37.

Ferrera, M. & Hemerijck, A. (2003) Recalibrating Europe’s welfare regimes, in Zeitlin, J. & Trubek, D. (eds.) *Governing Work and Welfare in the New Economy. European and American Experiments*, Oxford, Oxford University Press.

Ferrera, M., Hemerijck, A., & Rhodes, M. (2000). *O Futuro da Europa Social: Repensar o Trabalho e a Protecção Social na Nova Economia*, Oeiras, Celta Editora.

Ferrera, M. & Rhodes, M. (2000) Recasting Welfare States: An Introduction. *West European Politics*, 23 829, 1-10.

Ferrera, M. (2000) Reconstructing the Welfare State in Southern Europe, in. Kuhnle, S. (ed.). *Survival of the European Welfare Systems*, London, Routledge, 166-181.

Ferrera, M. (2008) *The European Welfare State: Golden Achievements, Silver Prospects*, *West European Politics*, 31:1-2, 82-107.

Ferrera, M. (2010) The South European Countries, in Castel, F., Leibfried, S., Lewis, J. & Pierson, C. (eds.) *The Oxford Handbook of the Welfare State*, Oxford, Oxford University Press, 616-629.

Few-Demo, A. (2014) Intersectionality as the new critical approach in feminist family studies: Evolving racial/ethnic feminisms and critical race theories. *Journal of Family Theory & Review*, 6, 169–183.

Figueiredo, D. (2004) Cuidados familiares: cuidar e ser cuidado, in Sousa, L., Figueiredo, D. & Cerqueira, M. *Envelhecer em Família – Os cuidados familiares na velhice*, Porto, Âmbar, 59-94.

Fine, M. (1994) Working the hyphens: Reinventing self and other inequalitative research, in Denzin, N. & Lincoln, Y. (eds) *Handbook of qualitative research*, Thousand Oaks, CA, Sage, 70-82.

Fine, M. & Norris, J. (1989) Intergenerational relations and family therapy research: What we can learn from other disciplines. *Family Process*, 28 (3), 301-315.

Fine, M., Weis, L., Weseen, S., & Wong, L. (2000). For whom? Qualitative research, representations, and social responsibilities, in Denzin, N. & Lincoln, Y. (eds.) *Handbook of qualitative research*, Thousand Oaks, CA, Sage, 107–131.

Fischer, W. (1982) *Time and Chronic Illness. A Study on Social Constitution of Temporality*, Berkeley (Habilitation thesis, University of Bielefeld).

Fischer-Rosenthal, W. (1995) The problem with identity: biography as solution to some (post-modernist dilemmas). *Comenius*, 15, 250–265.

Flaquer, L. (2000) Family policy and welfare state in Southern Europe, *WP. 185* Barcelona, Institut de Ciències Polítiques i Socials.

Fleury, S. (1994) *Estados sem cidadãos*, Rio de Janeiro, Fiocruz.

Flora, P. (org) (1986) *Growth to Limits*, Berlim, De Gruyter.

Flora, P. & Heidenheimer, A. J., (orgs.) (1995) *The Development of Welfare States in Europe and America*, London, Transaction Publishers.

Fundo Monetário Internacional (2014) *Fiscal policy and income inequality*  
<https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2014/012314.pdf> (acedido em 17-05-2018)

Fonseca, D. (2016) *Movimentos sociais e sindicalismo em tempos de crise : o caso português: alianças ou tensões latentes?*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade de Coimbra.

Fonseca, P.& Ferreira, M. (2016) “Paulo Portas e a legitimação discursiva das políticas de austeridade em Portugal” *Análise Social*, 221, (4.º), 886-921.

Fotopoulou, A. (2012) Intersectionality Queer Studies and Hybridity: Methodological Frameworks for Social Research. *Journal of International Women's Studies*, vol. 13, 19- 32.

Frade, C. & Coelho, L. (2015) Surviving the crisis and Austerity: The coping strategies of Portuguese households, *Indiana Journal of Global Legal Studies*, 22, 2, 631-664.

Disponível em: <http://ijgls.indiana.edu/latest/> (acedido em 27-05-2016)

Fraga, A. (2014) *Impacto das reformas e austeridade na administração pública sobre os funcionários públicos: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais, Lisboa, ISCTE-IUL.

Frank, A. (2000) The standpoint of storyteller. *Qualitative Health Research*, 10, 354–365.

Franklin, B., Hochlaf, D. & Holley-Moore (2017) *Public health in Europe during the austerity years: a research report from ILC-UK*.

Frasquilho, D., Matos, M., Salonna, F., Guerreiro, D., Storti, C. , Gaspar, T. & Caldas-de-Almeida, (2016) Mental health outcomes in times of economic recession: a systematic literature review. *BMC Public Health* 16:115

Disponível em: [DOI 10.1186/s12889-016-2720-y](https://doi.org/10.1186/s12889-016-2720-y)

Frazão, J. (2014) *O impacto psicológico da crise*. Dissertação de Mestrado em psicologia Social e das Organizações, Lisboa, ISCTE-IUL.

Freeman, M. (1997) Death, narrative integrity, and the radical challenge of self-understanding: A reading of Tolstoy’s Death of Ivan Ilych. *Ageing and Society*, 17, 373-398.

Furstenberg, F. (2005) Non-normative life course transitions: reflections on the significance of demographic events on lives, In Ghisletta, P., LeGoff, J. & Spini, R. (eds.) *Towards an Interdisciplinary Perspective on the Life Course Advances in Life Course Research*, 10, London, Elsevier Science, Ltd., 159-176.

Fukuyama, F. (1996) *Confiança. Valores Sociais e Criação de Prosperidade*, Lisboa, Gradiva.

Gal, J. (2010) Is There an Extended Family of Mediterranean Welfare States? *Journal of European Social Policy*, 20, 283-300.

George, L. & Gold, D. (1991) Life Course Perspectives on Intergenerational and Generational Connections. *Marriage & Family Review*, 16.1–2: 67–88.

George, J. (2011) *Luiz Pacheco. Maldição e consagração no meio literário português*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia da Literatura, Universidade Nova de Lisboa.

- George, L. (2007) Age structures, aging and lifecourse, in Ferraro, K. & Wilmoth, J. (eds) *Gerontology: Perspectives and Issues*, New York, Springer, 149-162.
- George, L. (2009) Conceptualizing and measuring Trajectories, in Elder Jr., G., & Giele, J. (eds.) *The Craft of the Life Course Research*, New York, The Guilford Press, 163-186.
- Georgios, N., Theofanis, T. & Sarafis, P. (2018) Health status, economic crisis, and austerity: A comparison between Greece and Portugal. *Interscientific Health Care*, Vol 10, Issue 1, 13-26.
- Gergen, K. & Gergen, M. (1986) Narrative form and the construction of psychological science, in Sarbin, T. (ed.) *Narrative psychology: the storied nature of human conduct*, New York, Praeger.
- Giddens, A. (1992) *The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, A. (1998) *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Gil, A. (1999) Redes de solidariedade intergeracional na velhice. *Cadernos de Política Social*, Associação Portuguesa de Segurança Social, n.º 1, 93-114.
- Gilleard, C. & Higgs, P. (2002) The third age: class, cohort or generation?. *Ageing and Society*, 22, 369-382.
- Gilleard, C. & Higgs, P. (2007) The Third Age and the Baby Boomers. Two Approaches to the Social Structuring of Later Life. *International Journal of Ageing and Later Life*, 2 (2), 13-30.
- Gilham, B. (2000) *The Research Interview*, London, England, Continuum.
- Giner, S. (1986) Political Economy, Legitimation and the State in Southern Europe, in O'Donnell, G. & Schmitter, P. (eds.) *Transitions from Authoritarian Rule* Prospects for Democracy, Baltimore, John Hopkins University Press, 11-44.
- Ginn, J. (2013) Austerity an Inequality. Exploring the Impact of cuts in Uk by Gender and Age. *Research on Ageing and Policy* 1 (1), 28-53.
- Glatzer, M. (2015) Testing the resilience of civil society to the Euro Crisis, Portugal's Welfare State and the Third Sector in the European Union, in Stefanova, B. (ed) *The European Union beyond the Crisis: Evolving Governance, Contested Policies, and Disenchanted Publics*, London, Lexington Books.
- Glennerster, H. (2010) The Sustainability of Western Welfare States, in Castles, F. Leibfried, S., Lewis, J., Obinger, H. & Pierson, C. (eds.) *The Oxford Handbook of the Welfare State*, Oxford, Oxford University Press, 680-702.
- Gomes, N. (2012) *Os projetos organizacionais da economia social no contexto da crise atual*. Dissertação de Mestrado em Gestão, Lisboa, ISCTE-IUL.

Gonçalves, C. (2004) Pobreza e exclusão social nas famílias com idosos em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 35, Lisboa, INE, 143-169.

González, M., Jurado, T., & Naldini, M. (1999) Introduction: Interpreting the transformation of gender inequalities in *southern Europe*. *South European Society and Politics*, 4(2), 4-34.

González, P. (2014) Gender Issues of the Recent Crisis in Portugal. *Revue de l'OFCE*2/2014, N ° 133, 241-275.

Goodley, D. (2000) *Self-advocacy in the Lives of People with Learning Difficulties: The Politics of resilience*, Buckingham, Open University Press.

Goodson, I. (1992) *Studying teachers' lives*, New York, Columbia University, Teachers

Gorbunova, E., Sanches, E. & Costa Lobo, M. (2015) A Satisfação com a Democracia – Portugal no Contexto Europeu, in Ferrão, J. & Delicado, A. (eds) *Portugal Social em Mudança, 2015. Portugal no contexto europeu em anos de crise*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 9-18.

Gough, I. (2016) Welfare states and environmental states: a comparative analysis. *Environmental Politics*, 25, 4–47.

Disponível em: <http://doi.org/10.1080/09644016.2015.1074382>

Governo de Portugal (2011) Programa de Emergência Social

Disponível em:

[http://www.mercadosocialarrendamento.msss.pt/programa\\_emergencia\\_social.jsp](http://www.mercadosocialarrendamento.msss.pt/programa_emergencia_social.jsp) (acedido em 01-02-2018)

Governo de Portugal (2014) *A Gestão do Programa de Ajustamento, 1000 dias, 450 metas cumpridas (2011-2014)*

Disponível em:

<https://www.portugal.gov.pt/media/1413075/20140508%20seapm%20gestao%20paef.pdf> (acedido em 01-02-2018)

Governo de Portugal (2015) *Programa do XXI Governo Constitucional*

Disponível em:

<https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx> (acedido em 01-02-2018)

Governo de Portugal (2018) Programa de Estabilidade 2018 - 2022

Disponível em:

<http://app.parlamento.pt/> (acedido em 01-06-2018)

Green, J. & Thorogood, N. (2009) *Qualitative methods for health research*, Thousand Oaks, CA: Sage.

Green, M. (2018) Austerity and the new age of population health?. *Scandinavian Journal of Public Health*, Vol 46, Issue 1, 38 – 41.

Grundy, E. & Henretta, J. (2006) Between Elderly Parents and Adult Children: A New Look at the Intergenerational Care Provided by the “Sandwich Generation”. *Ageing and Society*, 26, 707-722.

Disponível: <http://dx.doi.org/10.1017/S0144686X06004934>

Gubrium, J. & Holstein, J. (1998) Narrative Practice and the Coherence of Personal Stories. *Sociological Quarterly*, 163-187.

Gubrium, J. & Holstein, J. (eds) (2000) *Aging and the Everyday Life*, Malden, Massachusetts, Blackwell.

Gubrium, J. & Holstein, J. (2002) (eds) *Handbook of interview research: context and method*, Thousand Oaks, Sage.

Gubrium, J. & Holstein, J. (2008) *Analyzing Narrative Reality*, Los Angeles, Sage.

Guerra, I. (2006) *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Lucerna.

Guerra, I. & Costa-Pinto, T. (2015) Da Pobreza à Vulnerabilidade: transformações identitárias e no agir colectivo, in Diogo, F., Castro, A & Perista, P. (orgs) *Pobreza e Exclusão Social em Portugal, contextos, transformações e estudos*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 107-79.

Guerreiro, M. & Romão, I. (1995). Famille et travail au Portugal. La coexistence de différentes dynamiques sociales, in Willemsen, T., Frinking, G. & Vogels, R. (eds.) *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg, TUP, 151-165.

Guerreiro, M., Lourenço, V. & Pereira, I. (2006) Boas Práticas de Conciliação entre Vida Profissional e Vida Familiar. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 4.<sup>a</sup> Ed.

Guerreiro, M., Torres, A. & Lobo, C. (2007) Famílias em mudança Configurações, valores e processos de recomposição, in Guerreiro, M., Torres, A. & Capucha, L. (orgs.) *Quotidiano e Qualidade de Vida, Portugal no Contexto Europeu*, Lisboa, Celta Editora, vol. III quotidiano e qualidade de vida, 1-37.

Guggenmoos-Holzmann, I., Bloomfield, K., Brenner, H., & Flick, U. (1995) *Quality of life and health: Concepts, methods and applications*, Berlin, Blackwell-Wissenschafts.

Guibentif, P. (1997) Les transformations de l'appareil portugais de sécurité sociale. Comparer les Systèmes de Protection Sociale en Europe du Sud, in Ascoli, U., Bouget, D., Ferrera, M., Maravall, J., Mény, Y. & Rhodes, M. (coords.) *Comparer les systèmes de protection sociale en Europe du Sud*, Volume 3, Rencontres de Florence, Paris, Mire, 49-69.

Guillén A. & Matsaganis, M. (2000) Investigating the “social dumping” hypothesis in southern Europe: welfare policies in Greece and Spain during the last 20 years. *Journal of European Social Policy*, 10 (2) 120-145.

Gunnell, D., Donovan, J., Barnes, M., Davies, R., Hawton, K., Kapur, N. & Hollingworth, W. & Metcalfe, C. (2015) *The 2008 Global Financial Crisis: effects on mental health and suicide. Policy Report 3/2015*, Bristol, Bristol Policy.

Disponível: <http://www.bris.ac.uk/medialibrary/sites/policybristol/documents/PolicyReport-3-Suicide-recession.pdf> (consultado em 14-12-2017)

Gunther, R., Diamandouros, P. N., & Puhle, H. J. (1995) *The politics of democratic consolidation: Southern Europe in comparative perspective*, JHU Press.

Habermas, J. (1982) *Theorie des kommunikativen Handelns*, Frankfurt/M: Suhrkamp.

Habermas, J. (1991) *The Theory of Communicative Action. Vol. I: Reason and the Rationalization of Society*, Cambridge, Polity Press.

Hagestad, G. (1992) Family networks in an ageing society: Some reflections and explorations, in Heuvel, W., Illsley, R., Jamieson, A & Knipscheer, C. (eds.) *Opportunities and challenges in an ageing society*. Amsterdam, Royal Academy of Arts and Science.

Hagestad, G. (2006) Transfers between grandparents and grandchildren: The importance of taking a three-generation perspective. *Zeitschrift für Familienforschung* 18 (2006) 3, S. 315-332.

Hancock, A. (2007) When multiplication doesn't equal quick addition: examining intersectionality as a research paradigm. *Perspectives on Politics* 5(1): 63–79.

Hancock, A. (2013), *Empirical Intersectionality: A Tale of Two Approaches*. *U.C. Irvine L. Rev.*259

Disponível: <https://scholarship.law.uci.edu/ucilr/vol3/iss2/6>

Hank, K. (2006) Proximity and contacts between older parents and their children comunicação apresentada na European Population Conference, 22 de Junho de 2006, Liverpool.

Hank, K. (2007) Proximity and Contacts Between Older Parents and Their Children: A European Comparison. *Journal of Marriage and Family*, 69, 1, 157-173.

Hardy, B. (1968) Towards a poetics of fiction: An approach through narrative, *Novel*, 2, 5-14.

Harper, S. (2004) Papéis dos avós nas famílias multigeracionais dos nossos dias. Comunicação apresentada no Congresso dos Avós, Lisboa (2004, 26 de Novembro).

Hatch, J. (2002) *Doing Qualitative Research in Education Setting*, State University New York Press.

Hee-kim, J. (s/d) *Understanding narrative inquiry: the crafting and analysis of stories research*, Sage Publications.

Hegarty, S. (1994) Integration and the teacher, in Meyer, C., Pijl, S. & Hegarty, S. (eds.) *New perspectives in special education: A six country study of integration*, London, New York Routledge, 125-131.

Heikkinen, H. (2002) Whatever is narrative research? in Huttunen, R., Heikkinen, H. & Syrjälä, L. (eds.) *Narrative research: Voices from teachers and philosophers*, Jyväskylä, Finland, SoPhi, 13-25.

Heinz, W. (2016) Conceptual foundations of qualitative life course research *Sociologia*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, 20 –37

Helpage International (2015) *Global Age Watch 2015*, London.

Hemerijck, A. (2006) Recalibrating Europe's Semi-Sovereign Welfare States. Disponível: <http://www.wz-berlin.de/ars/ab>

Hemerijck, A. (2008) Welfare Recalibration as Social Learning. Paper given at the ESPAnet Doctoral Researcher Workshop 'The Politics of Recalibration: Welfare Reforms in the Wider Europe', 5–7 June 2008. University of Bologna, Bologna, Italy.

Hemerijck, A. (2012) When Changing Welfare States and the Eurocrisis Meet. *Sociologica*, 1, 1–50.

Disponível: <http://doi.org/10.2383/36887>

Heron, E., & Dwyer, P. (1999) Doing The Right Thing: Labour's Attempt to Forge a New Welfare Deal Between the Individual and the State. *Social Policy and Administration*, 33(1), 91–104.

Disponível: <http://doi.org/10.1111/1467-9515.00133>

Herzog, H. (1995) Research as a communication act: A study on Israeli women in local politics, in Hertz, R. & Imber, J. (eds.) *Studying elites using qualitative methods*, Thousand Oaks, CA, Sage, 171-186.

Hespanha, P., Ferreira, S. & Pacheco, V. (2013) *A anatomia da crise: identificar os problemas para construir alternativas*, 1.º Relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas, CES

Disponível: [http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio\\_Anatomia\\_Crise\\_final\\_.pdf](http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final_.pdf)  
(acedido em 04-06-2014)

Higgs, P. & Gilleard, C. (2015) *Rethinking Old Age. Theorising the Fourth Age*. London, Palgrave.

Higgs, P. & Gilleard, C. (2016) *Personhood, identity and care in advanced old age*. Bristol, Policy Press.

Hitlin, S. & Johnson, M. (2015) Reconceptualizing agency within the life course: The power of looking ahead. *American Journal of Sociology*, 120,1429-1472.

Högberg, B. (2014) Ageing, health inequalities and welfare state regimes—a multilevel analysis. *Sociologiska institutionen*, 1-55

Holstein, J. & Gubrium, J. (1995) *The active interview*, Thousand Oaks, CA, Sage.

Huber, E. & Stephens, J. (2006) Combating old and new social risks, in Armingeon, K. & Bonoli, G. (eds.) *The Politics of Post-Industrial Welfare States*, London, Routledge Taylor & Francis Group, 143-168.

Disponível: <http://doi.org/10.4324/9780203099520>

Hughes (2014) Living with Cancer Aged 75 and Older: A Biographical Narrative Case-Study. *The Qualitative Report*, volume 19, n. ° 34, 1-16.

IFRC (2013) *Think Differently- Humanitarian Impacts of the Economic Crisis in Europe*, Geneva.

Disponível em:

[http://www.ifrc.org/PageFiles/134339/1260300Economic%20crisis%20Report\\_EN\\_LR.pdf](http://www.ifrc.org/PageFiles/134339/1260300Economic%20crisis%20Report_EN_LR.pdf)(a  
cedido em 01-06-2016)

Instituto Nacional de Estatística (2001) *XV Recenseamento Geral da População*, Resultados Definitivos Estatísticas (online)

Disponível: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

Instituto Nacional de Estatística (2011) *XV Recenseamento Geral da População*, Resultados Definitivos Estatísticas (online)

Disponível: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

INE (2013) Retrato Territorial de Portugal 2011,

Instituto Nacional de Estatística (2014) Estatísticas (online)

Disponível: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

Instituto Nacional de Estatística (2014) *Anuário Estatístico de Portugal 2011*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2015) Estatísticas (online)

Disponível: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

INE (2018) *Portugal em números 2016*, Lisboa, INE

Instituto de Segurança Social (2014) Estatísticas (online)

Disponível: <http://www4.seg-social.pt/estatisticas>

Iversen, T. & Cusack, T. (2000) The causes of welfare state expansion: deindustrialization or globalization? *World politics*, 52(03), 313-349.

Janesick, V. (2000) The choreography of qualitative research design – minuets, improvisation and crystallization, in Denzin, N. & Lincoln, Y. (eds.) *Handbook of qualitative research*, London, Sage Publications, 400-479.

Jessop, B. (2013) Putting neoliberalism in its time and place: a response to the debate. *Social Anthropology*, 21(1), 65–74.

Disponível: <http://doi.org/10.1111/1469-8676.12003>

Jorge, R. (2014) *Os 10 Erros da Troika em Portugal. Austeridade, sacrifícios e empobrecimento*, Lisboa, Esfera dos livros.

Josselson R. & Lieblich, A. (eds). (1995) *Interpreting Experience. The Narrative Study of Lives*, Vol. 3, London, Sage, 27–44.

Jovchelovitch, S. & Bauer, M. (2000) Narrative interviewing [online]. London, LSE Research Online.

Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/2633>

Judt, T. (with Timothy Snyder) (2010) *Thinking the 20th Century*, London, England, William Heinemann.

Kaplan, L. (2014) *People Living with HIV in the USA and Germany: A Comparative Study of Biographical Experiences of Chronic Illness*, Springer.

Karamessini, M. (2008) Continuity and change in the southern European social model. *International Labour Review*, 147(1), 43–70.

Disponível: <http://doi.org/10.1111/j.1564-913X.2008.00023.x>

Karanikolos, M., Mladovsky, P., Cylus, J., Thomson, S., Basu, S., Stuckler, D., Mackenbach, J., & Mckee, M. (2013) Financial crisis, austerity, and health in Europe. *Lancet*, 381 (9874), 1323–31.

Disponível: <http://www.thelancet.com/article/S0140673613601026/fulltext> [Accessed May 13, 2015].

Katrougalos, G. (1996) The South European Welfare Model: The Greek Welfare State in Search of an Identity. *Journal of European Social Policy*, 6:1, 39-60.

Kaufmann, F. (2012) *European Foundations of the Welfare State*, Berghahn books.

Kauffman, J. (1996) *L'Entretien Compréhensif*, Paris, Armand Colin.

Kelchtermans, G. (1999) The biographical method, in Levering, B. & Smeyers, P. (eds) *Learning to see education. An introduction to interpretative research*, Amsterdam, Boom, 132–153.

Kiernan, K. (2004) Changing European Families: trends and issues, Scott, J., Treas, J. & Richards, M. (eds) *The Blackwell Companion of Sociology of Families*, Oxford, Blackwell, 17-33.

Knieling, J. & Othengrafen, F. (ed.) (2016) *Cities in Crisis*, Abingdon, Routledge.

Kohli, M. (1981) Biography: account, text, method, in Bertraux, D. (ed) *Biography and Society, The life story approach in social sciences*, London, Sage Studies in International Sociology, 61-75.

Kohli, M. (1985) Die Institutionalisierung des Lebenslaufs. Historische Befunde und theoretische Argumente. *Kohlner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychol.* 37:1–29

Kohli, M., & Albertini, M. (2006). *The impact of welfare and family regimes on transfers between older parents and their adult children.*

- Kohli, M. (2007) The institutionalization of the life course: Looking back to look ahead. *Research in Human Development*, 4, 253-271.
- Kok, J. (2007) Principles and Prospects of the Life Course Paradigm. *Annales de démographie historique*, 113 (1), 203-230.
- Korpi W. (2002) The Great Trough in Unemployment: A Long-Term View of Unemployment, Inflation, Strikes and the Profit/Wage Ratio. *Politics & Society* 30 (3), 365-426.
- Korpi, W. (2003) *Welfare States regress in western europe: politics, institutions, globalization and europeanization*, N. 5/2003).
- Kotz, D. (2009) The Financial and Economic Crisis of 2008: A Systemic Crisis of Neoliberal Capitalism. *Review of Radical Political Economics* 41 (3), 305-317.
- Krugman, P. (2009) *The Return of Depression Economics and the Crisis of 2008*, New York. W. W. Norton & Company.
- Krugman, P. (2015 ) Ninguém entende a dívida  
Disponível:[http://www.leituras.eu/ninguementeadivida/#sthash.CATX9GVu.QwbVvYOZ.dpbs\[consultado em 21-04-2015\]](http://www.leituras.eu/ninguementeadivida/#sthash.CATX9GVu.QwbVvYOZ.dpbs[consultado em 21-04-2015])
- Kuhnle, S. (2000) The Scandinavian Welfare State in the 1990's: Challenged but Viable. In Ferrera, M., Rhodes, M., (eds.) *Recasting European Welfare States* (pp. 209-228). West European Politics (Special Issue), avril, 23(2).
- Künemund, H & Motel M. (2000) Verbreitung, Motivation und Entwicklungsperspektiven privater intergenerationeller Hilfeleistungen und Transfers, In: Kohli M. & Szydlik, M (edS). *Generationen in Familie und Gesellschaft*, Opladen, Leske, 122–137.
- Kvale, S. (1996) *InterViews: An introduction to qualitative research interviewing*, Thousand Oaks, CA, Sage.
- Kvist, J. (2013) The post-crisis European social model: developing or dismantling social investments? *Journal of International and Comparative Social Policy*, 29:1, 91-107.
- Labov, W. & Waletzky, J. (1967) *Narrative analysis. Essays on the Verbal and Visual Arts*, Seattle, U. of Washington Press, Reprinted in *Journal of Narrative and Life History* 7:3-38, 1997
- Lalanda, P. (1998) Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise social*, 871-883.
- Lamb, S., Robbins-Ruszkowski, J. & Corwin, A. (2017) Introduction: Successful Aging as a Twenty-first-Century Obsession. In Lamb, S. (ed.) *Successful Aging as a Contemporary Obsession*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1-23.
- Lanzieri G. (2011) The Greying of the Baby Boomers - A Century-Long View of Ageing in European Populations. *Eurostat – Statistics in Focus* 23/2011.

- Lässig, S. (2008) Biography in Modern History – Modern Historiography in Biography, in Berghahn, V. & Lässig, S. *Biography Between Structure and Agency*, NY, Berghahn Books.
- Lechner, E. (2009) Diálogos de vida: as entrevistas biográficas no estudo da imigração, in Lechner, E. (org.) *Histórias de vida: olhares interdisciplinares*, Porto, Afrontamento, 91-105.
- Leibfried, S. (1992) Towards a European welfare state? On integrating poverty regimes into the European Community, in Ferge, Z. & Kolberg, J. (orgs.) *Social Policies in a Changing Europe*, Frankfurt, Campus Verlag, 245-80.
- Legido Quigley, H., Karanikolos, M., Plaza, S., Freitas, C., Bernardo, L., Padilla, B., Machado, R., Diaz-Ordaz, K., Stuckler, D. & Mckee, M. (2016) Effects of the financial crisis and *Troika* austerity measures on health and health care access in Portugal. *Health Policy*, 120, 833-839.
- Leite, J., Costa, H., Silva, M., Almeida, J. (2013) Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho, in Observatório sobre Crises e Alternativas (org.), *A anatomia da crise: identificar os problemas para construir alternativas* (1.º relatório/preliminar). Coimbra/Lisboa, 108-160.
- Lenoir, R. (1979) L'invention du 'troisième âge'. Constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse. *Actes de la Recherche en sciences sociales*, 26-27, 57-82.
- León, M., Pavolini, E., & Guillén Rodríguez, A. (2015) Welfare Rescaling in Italy and Spain: Political Strategies to Deal with Harsh Austerity. *European Journal of Social Security* (EJSS), 17(2), 182–202.
- Leontowisch, M. (ed) (2012) *Researching later life and ageing: expanding qualitative research horizons*, Palgrave Macmillan.
- Lesthaeghe, R. (1995) The second demographic transition in Western countries: An interpretation, in *Gender and family change in industrialized countries*, Oxford, Clarendon Press. 17-62.
- Lesthaeghe, R. (2010) The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. *Population and Development Review*. 36 (2):211-251.
- Lewis, J. (1992) Gender and the Development of Welfare Regimes. *Journal of European Social Policy*, vol. 2, no. 3, 159-173.
- Lewis, J. & Kiernan, K. (1996) The Boundaries Between Marriage, Nonmarriage, and Parenthood: Changes in Behavior and Policy in Postwar Britain. *Journal of Family History* - 21. 372-387.
- Lisi, M. & Pereira, J. (2015) Personalização das campanhas em eleições legislativas: o contexto importa?: campanhas antes e depois da *Troika* (2009-2011), in Freire, A., Lisi, M. & Viegas J. (eds.) *Crise económica, políticas de austeridade e representação política*, Parlamento, 56, Lisboa, Assembleia da República, 137-156.

- Loopstra, R., McKee, M., Katikireddi, S. V., Taylor-Robinson, D., Barr, B., & Stuckler, D. (2016) Austerity and old-age mortality in England: a longitudinal cross-local area analysis, 2007–2013. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 109(3), 109–116. Disponível:<http://doi.org/10.1177/0141076816632215> (acedido em 01-05-2017)
- Lopes, J. (2004) *A economia portuguesa no século XX*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- Lopes, A. (2006) *Welfare Arrangements, Safety Nets and Familial Support for the Elderly in Portugal*, PhD Thesis, London, University of London.  
Disponível:<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id06id1180&sum=sim> (acedido em 07-04-2015)
- Lopes, A. (2010) Idosos e riscos de exclusão social: as dimensões monetária e não monetária na discussão sobre instrumentos de política social. *Sociologia Online*, n.º 5, 103-122.
- Lopes, A., Parente, C., & Marcos, V. (2014) Entre o Estado e o Terceiro Setor: modos de regulação. O Terceiro Setor português em foco, in Parente, C. (ed.) *Empreendedorismo Social em Portugal*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 75-101.
- Lourtie, P. (2011) Portugal no contexto da crise do euro. *Relações Internacionais (R:I)*, (32), 061-105.  
Disponível:[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992011000400005&lng=pt&tlng=p](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000400005&lng=pt&tlng=p) (acedido em 01-02-2018)
- Lüscher, K. (2002). Intergenerational ambivalence: Further steps in theory and research. *Journal of Marriage and Family*, 64, 585–593.
- Lüscher, K. (2005). Looking at ambivalences: The contribution of a “new-old” view of intergenerational relations to the study of the life course, in Levy, R. , Ghisletta, P., Le Goff, J., Spini, D. .Widmer, E. (eds.) *Towards an interdisciplinary perspective on the life course. Advances in life course research*, Oxford, 93–128.
- Lüscher, K., Hoff, A., Lamura, G., Renzi, M., Sánchez, M. Viry, G., & de Salles Oliveira, P. (eds.) (2015) *Generations, intergenerational relationships, generational policy: A multilingual compendium*. Konstanz: Universität Konstanz.
- Lutz, W., Sanderson, W. & Scherbov, C. (2004) *The End of World Population Growth in the 21st Century*, New Challenges for Human Capital Formation & Sustainable Development, Londres, Taylor & Francis
- Machado, F. & Costa, A. (1998) Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social", in Viegas, J. & Costa, A. (orgs) *Portugal, que Modernidade?* Oeiras: Celta Editora, 17-44.
- Machado, F. L., Costa, A. F., Mauritti, R., Martins, S. & Casanova, J. & Almeida, J.F. (2003) Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45-80.

- Maciel, A. (2015) Baixa fecundidade: adaptação tardia às mudanças estruturais ou consolidação da preferência por famílias de reduzidos padrões. [Tese de doutoramento.] Universidade de Évora.
- Macmillan, R. & Copher, R. (2005) Families in the Life Course: Interdependency of Roles, Role Configurations, and Pathways. *Journal of Marriage and Family*, 67(4), 858-879.
- Magalhães, P. (2009) *A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspetiva dos Cidadãos*, Lisboa, SEDES.
- Mamede, R. (2015) *O que fazer com este país*, Lisboa, Editora Marcador.
- Manow, P. (2015) Workers, Farmers and Catholicism: A History of Political Class Coalitions and the South-European Welfare State Regime. *Journal of European Social Policy*, 25:1, 32-49.
- Marshall, T. (1950, 1996) *Citizenship and Social Class*, London, Pluto Press.
- Marshall, V. (1996) The state of theory in aging and the social sciences, in Binstock, R.& George, L. (eds.) *Handbook of aging and the social sciences*, San Diego, Academic, 12-30.
- Martins, J. (2013) *Das políticas às práticas de educação de adultos. Lógicas de acção, sentidos e modos de apropriação localmente produzidos*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Vol I., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Martins, J. (2015) O Estado social ativo: Um novo paradigma legitimador das políticas públicas em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (108), 157–174.  
Disponível: <http://doi.org/10.4000/rccs.6150>
- Martuccelli, D. (2006) *Forgé Par L'Épreuve*, Paris, Armand Colin.
- Martuccelli, D. (2009a) Qu'est-ce qu'une sociologie de l'individu moderne ? Pour quoi, pour qui, comment ? *Sociologie et sociétés*, vol. 41, n° 1, 15-33.
- Martuccelli, D. (2009b) La teoría social y la renovación de las preguntas sociológicas. *Papeles del CEIC. Septiembre*, 1-31
- Martuccelli, D. & Singly, F. (2012) *Les Sociologies de L'individu*, Paris, Armand Colin.
- Martuccelli, D. (2010) *La société singulariste*, Paris, Armand Colin.
- Martuccelli, D. (2015) Les deux voies de la notion d'épreuve en sociologie. *Sociologie* [Online], N°1, vol. 6 | 2015, connection on 09 January 2018. Disponível: URL : <http://journals.openedition.org/sociologie/2435>
- Mason, J. (2002) *Qualitative Researching*, London, Sage.
- Mason, J. (2012) Expert voice, in Baker, S. & Edwards, R. (eds) *How many qualitative interviews is enough? Expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research*, National Centre for Research Method, 29-30.

Mateus, A. (Coord.) (2013) *25 anos de Portugal europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Matsaganis, M. & Leventi, C. (2014) The Distributional Impact of Austerity and the Recession in Southern Europe. *South European Society and Politics*, 19:3, 393-412.

Mauritti, R. (2004) Padrões de vida na velhice. *Análise Social*, XXXIX (171), 339-363.

Mauritti, R., Botelho, M., Nunes, N. & Craveiro, D. (2015) A Austeridade na Educação. *Observatório das Desigualdades e-Working Papers*, N.º 3/2015:3-20; ISCTE-IUL, CIES-IUL.

Disponível: <http://wp.me/P4h6tu-p3>.(acedido em 25-04-2016)

Maxwell, J. (1999) *La modélisation de la recherche qualitative*, Fribourg, Presses Universitaires de Fribourg Suisse.

McCall, L. (2005) The complexity of intersectionality. *Journal of Women in Culture and Society*, 30(3), 1771–1800.

Disponível: <http://www.jstor.org/stable/3600243>

McChesney, K. & Bengtson, V. (1988) Solidarity, intergeneration and cohesion in families: Concept and theories, in Mangen, D., Bengtson V. & Lardy, P. (eds.) *Measurements of intergenerational relations*, Beverly Hills, Sage, 15-30.

Mendes, J. (2015) *Sociologia do Risco. Uma breve introdução e algumas lições*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Mercille, J. (2015) *The Political Economy and Media Coverage of the European Economic Crisis: The Case of Ireland*, London, Routledge.

Merleau-Ponty, M. (2002) *Phenomenology of perception*, London, Routledge.

Midgley, J. (1997) *Social welfare in global context*, Thousands Oaks, Sage.

Mills, C. W. (1959) *A Imaginação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar.

Ministério da Saúde (2014) *Relatório Anual sobre o Acesso e Cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas 2013*.

Disponível:

[https://www.sns.gov.pt/wpcontent/uploads/2016/07/20140724\\_RA\\_Acesso\\_2013V12.pdf](https://www.sns.gov.pt/wpcontent/uploads/2016/07/20140724_RA_Acesso_2013V12.pdf)

Ministério da Saúde (2016) *Relatório Anual sobre o Acesso e Cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas 2015*.

Disponível:

<https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio-Anual-sobre-o-Acesso-a-Cuidados-Sa%C3%BAde-no-SNS-2015-MS.pdf>

Mishler, E. (1986) *Research Interviewing: context and narrative*, Cambridge, MA.

- Mishler, E. (1999) *Storylines: Craft artists' narratives of identity*, MA, Harvard University Press.
- Mishra, R. (1984) *The welfare state in crisis: social thought and social change*, Wheatsheaf Books.
- Molander, G. (1999) Askel lyhenee, maa kutsuu. Yli 80-vuotiaiden kuolema eletyn elämän valossa. Suomen Mielenterveysseura. [The death of persons over 80 seen in the light of their lived life.
- Monedero, J. (2003) *La trampa de la gobernanza: Nuevas formas de participación política*, Mexico, Cámara de Diputados.
- Monzón Campos, J. & Chaves Ávila, R. (2012) *The social economy in the European Union*, International Centre of Research and Information on the Public, Social and Cooperative Economy, European Economic and Social Committee.
- Morel, N. (2006) Providing coverage against new social risks in Bismarckian welfare states: the case of long-term care, in Bonoli, G. & Armingeon, K. (ed.) *The politics of post-industrial welfare states*, Routledge, 227–247.  
Disponível: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00823686>
- Morel, N., Palier, B., & Palme, J. (eds) (2011) *Towards a social investment welfare state?*, Stockholm, Policy Press Scholarship.
- Moreno, L. & Sarasa S. (1992) The Portuguese welfare state: dimensions and specific features. comunicação apresentada à conferência anual RC19 Comparative Studies of Welfare State Development, 4-6 de Setembro, Universidade de Bremen.  
Disponível: <http://www.csic.es/iesa>.
- Morgan, D. (1996) *Family Connections: An Introduction to Family Studies*, Cambridge, Polity Press.
- Morgan, D. (2011a) Locating Family Practices. *Sociological research online*, 16 (4).
- Morgan, D. (2011b) *Rethinking family Practices*, Hampshire, New York, Palgrave Macmillan.
- Morgan, D. & Astolfi, R. (2013) Health Spending Growth at Zero: Which Countries, Which Sectors Are Most Affected?. *OECD Health Working Papers*, No. 60, OECD Publishing.  
Disponível: <http://dx.doi.org/10.1787/5k4dd1st95xv-en>
- Morin, E. (1976) Pour une crisologie. *Communications*, 25, *La notion de crise*, 149-163.  
Disponível: [http://www.persee.fr/doc/comm\\_0588-8018\\_1976\\_num\\_25\\_1\\_1388](http://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1976_num_25_1_1388)
- Mosca, I. & Barrett, A. (2014) *A New Look at the Recession and Ireland's Older People: The Emigration of Adult Children and the Mental Health of their Parents*, Dublin, The Irish Longitudinal Study on Ageing (TILDA).

- Mota, P. (2017) *Austeridade Expansionista, Como matar uma ideia zombie?* Edições Almedina.
- Mozzicafreddo, J. (1994) O Estado-Providência em transição. *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 16, 11-40.
- Mozzicafreddo, J. (1997) *Estado-Providência e cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Mozzicafreddo, J. (2002), *Estado-Providência e cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Mylonas, Y. (2012) Media and the economic crisis of the EU: The “culturalization” of a systemic crisis and Bild-Zeitung’s framing of Greece. *TripleC*, 10(2), 646–671.
- Mudrazija S. (2014), The Balance of Intergenerational Family Transfers: a Life Cycle Perspective, *European Journal of Ageing*, 11:249-259.
- Munro Hendry, P. (2009) Narrative as Inquiry. *The Journal of Educational Research*, 103:2, 72-80.  
Disponível: [DOI: 10.1080/00220670903323354](https://doi.org/10.1080/00220670903323354)
- NESC (2013) The Social Dimensions of the Crisis: The Evidence and its Implications, *Report n.º 134*, 1-168.  
Disponível: [http://files.nesc.ie/nesc\\_reports/en/NESC\\_134\\_The\\_Social\\_Dimensions\\_of\\_the\\_Crisis\\_Main\\_%20Report.pdf](http://files.nesc.ie/nesc_reports/en/NESC_134_The_Social_Dimensions_of_the_Crisis_Main_%20Report.pdf)
- Neugarten, B. (1970) Dynamics of transition of middle to old age: Adaptation in the life cycle. *Journal of Geriatric Psychology*, 4, 71-87.
- Newton, K. (2006) Institutional confidence and social trust: Aggregate and Individual Relations, in Torcal, M. & Montero, J. *Political Disaffection in Contemporary Democracies*, New York, Routledge 81-100
- Nico, M. & Rodrigues, E. (2011) Organização do trabalho doméstico em casais do mesmo sexo. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 65.
- Nico, M., Cunha, V. & Casimiro, C. (2016) Nota de Apresentação. *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, 8 – 19.
- Norris, P. (1999) *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, Oxford, Oxford University Press.
- Novais, J. (2014) *Em defesa do Tribunal Constitucional*, Coimbra, Almedina.
- Ntountoulakia, E., Vassiliki, P., Papaioannou, D., Guthrie, E., Konstantinos, K., Kotsisa, K., Fountoulakisc, N., Carvalho, A. & Hyphantis, T. (2017) The relationship of the perceived impact of the current Greek recession with increased suicide risk is moderated by mental illness in patients with longterm conditions. *Journal of Psychosomatic Research*, Volume 96, 98–105.  
Disponível: [http://www.jpsychores.com/article/S0022-3999\(16\)30519-0/pdf](http://www.jpsychores.com/article/S0022-3999(16)30519-0/pdf)

Nye, F. & Rushing, W. (1969) Towards Family Measurement Research, in Hadden, J. & Borgatta, E. (eds), *Marriage and Family*, Itasca, Peacock.

O'Connor, J. (1993) Gender, Class and Citizenship in the Comparative Analysis of Welfare Regimes: Theoretical and Methodological Issues. *British Journal of Sociology*, 44(3), 501-518.

O'Connor, J. (1996) From Women in the Welfare State to Gendering Welfare State Regimes – Trend Report. *Current Sociology*, 44(2), 1-24.

O'Connor, J., Orloff, A. & Shaver, S. (1999) *States, Markets, Families: Gender, Liberalism, and Social Policy in Australia, Canada, Great Britain, and the United States*, Cambridge, Cambridge University Press.

Oleson, M. (1990) Subjectively Perceived Quality of Life. *Journal of Nursing Scholarship*, 22, 187-190. [doi:10.1111/j.1547-5069.1990.tb00205.x](https://doi.org/10.1111/j.1547-5069.1990.tb00205.x)

Olson, K. & Shopes, L. (1991) Crossing Boundaries, Building Bridges: Doing Oral History among Working-class Women and Men, in Gluck, S. & Patai, D. *Women's Words: the feminist practice of oral history*, New York, Routledge.

Orszag, J. & Snower, D. (1999) Expanding the welfare system: a proposal for reform, in Buti, M., Franco, D., & Pench, L. (eds.) *The Welfare State in Europe – Challenges and reforms*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 116-135.

OECD (2013) *Health at a glance 2013, OECD Social Indicators*, OECD Publishing.

OECD (2014a) *Society at a glance 2014: OECD Social Indicators*, OECD Publishing.  
Disponível: [http://dx.doi.org/10.1787/soc\\_glance-2014-en](http://dx.doi.org/10.1787/soc_glance-2014-en)

OECD (2014b) *Health at a glance: Europe 2014*, Paris, OECD Publishing.

OECD (2014c) *OECD Regional Outlook 2014: Regions and Cities: Where Policies and People Meet*, OECD Publishing.  
Disponível: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264201415-en>

OECD (2014d) *OECD Economic Surveys: Portugal 2014*, OECD Publishing.

OECD (2015) *Health at a Glance 2015*, Paris, OECD Publishing.  
Disponível: [http://dx.doi.org/10.1787/health\\_glance-2015-table1-en](http://dx.doi.org/10.1787/health_glance-2015-table1-en)

Offe, C. (1985) *Disorganized Capitalism*, Oxford, Polity Press.

Oliveira, I. & Mendes, M. (2010) A diferença de esperança de vida entre homens e mulheres: Portugal de 1940 a 2007. *Análise Social*, XLV (194), 115-139.

OPSS (2012) *Crise e Saúde - Um país em sofrimento, Relatório de Primavera, Observatório da Saúde n.º 9*, Coimbra, Edições Mar de palavra.

OPSS (2013) *Duas Faces da Saúde*, Relatório de Primavera.

OPSS (2014) *Saúde: síndrome de negação*, Relatório de Primavera.

OPSS (2015) *Acesso aos Cuidados de Saúde: um direito em risco*, Relatório de Primavera.

OPSS (2016) *Saúde, Procuram-se novos caminhos*, Relatório de Primavera.

Disponível: [https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key\\_findings\\_wpp\\_2015.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key_findings_wpp_2015.pdf)

OMS (1995) WHOQOL Group. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): Position paper from the World Health Organization. *Social Science & Medicine*, 41, 1403-1409.

OMS (1998) WHOQOL Group. The World Health Organization Quality of Life Assessment : Development and general psychometric properties. *Social Science & Medicine*, 46, 1569-1585-

Organização das Nações Unidas (2015) *World population prospects: The 2015 revision*, Department of Economic and Social Affairs, Population Division.

Pais, J. (2002) *Sociologia da Vida Quotidiana – teorias, métodos e estudos de caso*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Palier, B. (2006) The politics of Reforms in Bismarckian Welfare Systems: a general presentation. *Revue Française des Affaires Sociales*, Vol 5. 47-72.

Patsios, D., Hillyard, P., Machniewski, S., Lundström, F. & Taylor, D. (2012) Inequalities in old age: the impact of the recession on older people in Ireland, North and South, *Quality in Ageing and Older Adults*, 13, 1: 27-37.

Pedroso, P. (2014) *Portugal and the Global Crisis The impact of austerity on the economy, the social model and the performance of the state*. Friedrich-Ebert-Stiftung.

Peet, R. (2011) Inequality, crisis and austerity in finance capitalism. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, Volume 4, Issue 3, 383–399.

Pereirinha, J. (1997) A (re) definição dos direitos sociais face à crise do Estado Providência e ao fenómeno da exclusão social. *Intervenção Social*, 15/16(1950), 131–152.

Pereirinha, J. (coord.) (2008) *Género e Pobreza: Impactos e Determinantes da Pobreza no Feminino*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Pérez, S. & Matsaganis, M. (2017) The Political Economy of Austerity in Southern Europe. *New Political Economy*, 1-16

Disponível: <https://doi.org/10.1080/13563467.2017.1370445>

Perista, H., Gomes, M. & Silva, M. (1992) *A pobreza no feminino na cidade de lisboa*, CIDM.

Petmedisou, M. (2013) Southern Europe, in Greve, B. (ed.) *The Routledge Handbook of the Welfare State*, Oxon, Routledge, 183-192.

Petmesidou, M. & Guillén, A. (2014) Can the Welfare State as We Know It Survive? A View from the Crisis-Ridden South European Periphery. *South European Society and Politics*, 19:3, 295-307,

Disponível: [DOI: 10.1080/13608746.2014.950369](https://doi.org/10.1080/13608746.2014.950369)

Petmesidou, M., & Guillén, A. (2015) Economic crisis and austerity in Southern Europe: threat or opportunity for a sustainable welfare state? *OSE Research Paper* No.19, Brussels.

Disponível: <http://www.ose.be/EN/publications>.

Petry, J. (2013) From PIIGS to the drive to austerity: the discursive construction of the eurozone crisis and its impact on european welfare states, paper presented at *DVPW, joint Conference, Drei-Länder- Tagung: Politik der Vielfalt*, 19-21 September 2013, University of innsbruck, Austria.

Phillipson, C. (1998) *Reconstructing Old Age: New Agendas in Social Theory and Practice*, London, Sage.

Phillipson, C., Bernard, M. Philips, J.&. Ogg, J. (2001) *The family and community life of older people*, London, Routledge

Phillipson, C. (2012) Globalization, Economic Recession and Social Exclusion: challenges and responses, in Scharf, T. & Keating, C. (2012) (eds) *From exclusion to inclusion in old age: a global challenge*, The Policy Press, 17-33.

Phoenix, A. (2006) Editorial: Intersectionality. *European Journal of Women's Studies* 13(3), 187–92.

Pierson, P. (1994) *Dismantling the Welfare State? Reagan, Thatcher and the Politics of Retrenchment*, Cambridge, Cambridge University Press.

Pierson, P. (1998) Irresistible forces, immovable objects: post-industrial welfare states confront permanent austerity. *Journal of European Public Policy*, 5-4, 539-560.

Pierson P. (ed.) (2001) *The New Politics of the Welfare State*, Oxford, Oxford University Press.

Pierson, P. (2011) *The welfare state over the very long run*, University of Bremen, Centre for Social Policy Research (ZeS).

Pierson, P. (2004) *Politics in Time*. Princeton, Princeton University Press.

Piketty, T. (2014) *Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge, MA, The Belknap Press of Harvard University Press.

Pillemer, K., & Luscher, K. (eds.). (2004) *Intergenerational ambivalences: New perspective on parentchild relations in later life*, Stamford, CT: Elsevier/JAI Press.

Pintelon, O., Cantillon, B., Bosch, K. & Whelan, C. (2013) The social stratification of social risks: the relevance of class for social investment strategies. *Journal of European Social Policy* Copyright, 23 (1), 52–67.

Disponível: <http://doi.org/10.11177/0958928712463156>

Pinto, A., Magalhães, P., Sousa, L. & Gorbunova, E. (2012) *A Qualidade da Democracia em Portugal: A perspetiva dos cidadãos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Pires, A. (1997) Échantillonnage et recherche qualitative. Essai théorique et méthodologique, in Poupart, J., Deslauriers, J., Groulx, L., Laperrrière, A., Mayers, R. & Pires, A. (eds) *La Recherche Qualitative. Enjeux épistémologiques et méthodologiques*, Montréal, Gaëtan Morin Éditeur, 113-169.

Pires, R. (2014) Modelo teórico de análise sociológica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (74), 31-50.

Disponível: <https://dx.doi.org/10.7458/SPP2014743199>

Phoenix, A. (2006) Editorial: Intersectionality. *European Journal of Women's Studies*, vol. 13 (3), 187-192.

Pita Barros P. (2012) Health policy reform in tough times: the case of Portugal. *Health Policy*, 106, 17–22.

Plummer, K. (1995) Life story research, in Smithe, J., Harré, R. & Vanlanghove, L. (eds) *Rethinking methods in psychology*, London, Sage, 50-64.

Plummer, K. (2001) *Documents of life 2: an invitation to a critical humanism*, London, Sage.

Plumer, B. (2012) IMF: Austerity is much worse for the economy than we thought. *The Washington Post*.

Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2012/10/12/imf-austerity-is-much-worse-for-the-economy-than-we-thought/>

Polkinghorne, D. (1988) *Narrative Knowing and the human sciences*, Sunny Press, New York.

Polkinghorne, D. (1995) Narrative configuration in qualitative analysis, in Hatch, J. & Wisniewski, R. (eds) *Life history and narrative*, London, Farmer Press, 5–24.

Polletta, F., Bobby Chen, P., Gardner, B. & Motes, A. (2011) The Sociology of Storytelling. *Annual Review Sociology*, 109-130.

Pordata (2014) Estatísticas (online)

Disponível: [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

Pordata (2015) Estatísticas (online)

Disponível: [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

Portas, P. (2011) “Discurso do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros no debate do programa do xix Governo Constitucional”. *Diário da Assembleia da República*, Sábado, 2 de julho de 2011, I Série, Número 4, 64-71.

Disponível : <http://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/DAR1Serie.aspx>,

Portugal, S. (2000) Retórica e ação governativa na área das políticas de família desde 1974. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 56, 81-98.

Portugal, S. (2008) As mulheres e a produção de bem-estar em Portugal. *Oficina do CES*, 319.

Pibáñ, J. (ed.) (2007) *Liquid Society and Its Law*, Aldershot, UK, Ashgate.

Primo Braga, C. & Vincelette, G. (eds) (2010) *Sovereign debt and the financial crisis, default book series*, Washington Dc, The World Bank.

Programa de Emergência Social (2011)

Disponível: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dasolidariedade-e-seguranca-social/documentos-oficiais/20110805-programa-emergencia-social.asp>.

Quartilho, M. (2015) Do biológico ao social, em tempos de adversidade. *Cadernos de Psiquiatria Social e Cultural*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 17-38.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Gradiva.

Rafferty, A. (2014) Gender equality and the impact of recession and austerity in the UK. *Revue de l'OFCE* 2/2014 N° 133, 335-361. (acedido em 28-05-2016)

Disponível: [www.cairn.info/revue-de-l-ofce-2014-2-page-335.htm](http://www.cairn.info/revue-de-l-ofce-2014-2-page-335.htm).

Ragin, C. (2012) Expert voice, in Baker, S. & Edwards, R. (eds) *How many qualitative interviews is enough? Expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research*, National Centre for Research Method, 34.

Ramos, R. (2009) *História de Portugal*, Lisboa, a Esfera dos Livros.

Ramos, A., Brites, R. & Vala, J. (2016) Confiança nas instituições políticas em países europeus. O papel dos valores, da experiência democrática e da perceção de eficácia do sistema político numa perspetiva multinível, In Machado, F. L., Almeida, A. N. de, Costa, A. F. da (org.) *Sociologia e sociedade: estudos de homenagem a João Ferreira de Almeida*, Lisboa, Mundos Sociais, 345-367.

Ramsay, K., & Letherby, G. (2006) The experience of academic non-mothers in the gendered university. *Gender Work and Organization*, 13(1), 25-44.

Ranci, C. (2011) The political economy of social vulnerability. The social and political determinants of new social risks in western European countries. *Cahiers de recherche du Programme Villes & territoires n° 2011-04*, 3-24.

Raphael, D. (1996) Eleven debates concerning its measurement, in Renwick, R. & Nagler, M. (eds.) *Quality of life in health promotion and rehabilitation: Conceptual approaches, issues and applications*, Thousand Oaks, Sage, 146- 165.

Raphael, D., & Schlesinger, B. (1994). Women in the sandwich generation: Do adult children living at home help? *Journal of Women & Aging*, 6, 21-45.

- Rees, G., Bradshaw, J., Goswami, H. & Keung, A. (2010) Understanding children's well-being: a national survey of young people's well-being, London, the children's society.
- Reeves, M., Mackenbach, J., Whitehead, M. & Stuckler, D. (2015) Pensions, austerity and unmet medical need among older people: Aaron Reeves, *European Journal of Public Health*, Volume 25.
- Rein, M. (1994) *Solidarity between generations: A five-country study of the social process of aging*. Laxenburg, IIASA.
- Reis, J. (2013) Compreender a Crise: A economia portuguesa num quadro europeu desfavorável, in Anatomia da Crise: identificar os problemas para construir as alternativas, 1.º Relatório do Observatório sobre Crise e Alternativas, 12-64.
- Reis, J. (2014) *A Economia Política do Retrocesso*, Coimbra, Almedina.
- Rhodes, M. & Palier, B. (1997) Conclusion générale, in Ascoli, U., Bouget, D., Ferrera, M., Maravall, J., Mény, Y. & Rhodes, M. (coords.) *Comparer les systèmes de protection sociale en Europe du Sud*, Volume 3, Rencontres de Florence, Paris, Mire, 607-612.
- Ribeiro, J. (2006) As variáveis psicológicas positivas como amortecedores entre situações de doença grave traumática e stress, in Costa, P., Pires, C., Veloso, J. & Pires, C. (org.) *Stresse Pós-Traumático - Modelos, Abordagens e Práticas*, Leiria, Editorial Diferença, 13-19.
- Ribeiro, R., Frade, C., Coelho, L., & Ferreira-Valente, A. (2015) Crise económica em Portugal: Alterações nas práticas quotidianas e nas relações familiares, in Silva, I., Pignatelli, M. & Viegas, S. (coord.) *Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa 2015*, 5155-5171.
- Riemann, G. (2003). A Joint Project Against the Backdrop of a Research Tradition: An Introduction into "Doing Biographical Research. Forum: Qualitative Social Research, [S.l.], v. 4, n. 3.  
Disponível: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/666/1440>>. Date accessed: 09 jan. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.17169/fqs-4.3.666>
- Riessman, C. (2008) *Narrative Methods for the Human Sciences*, Los Angeles, Sage.
- Riessman, C. & Speedy, J. (2007) Narrative inquiry in the psychotherapy professions: A critical review, in Clandinin, D. (ed.) *Handbook of narrative inquiry: Mapping a methodology*, Thousand Oaks, Ca, Sage, 426-456.
- Riessman, C. K., & Quinney, L. (2005) Narrative in Social Work: A Critical Review. *Qualitative Social Work*, 4, 391-412.  
Disponível: <http://dx.doi.org/10.1177/1473325005058643>
- Ritchie, J. & Spencer, L. (1994) Qualitative data analysis for applied policy research, in Bryman, A. & Burgess, R. (eds) *Analyzing Qualitative Data*, London, Routledge, 305-331.
- Ritchie, J. & Lewis, J. (2014) *Qualitative Research Practice. A Guide for Social Science Students & Researchers*, Los Angeles, Sage.

- Roberts, B. (2002) *Biographical research*, Buckingham, Open University.
- Roberts, B. & Kyllonen R. (2006) Editorial Introduction: Special Issue – ‘Biographical Sociology’. *Qualitative Sociology Review*, Vol. II, Issue 1.
- Rodrigues, D. (2015) *Perfil de internamentos por Depressão Major no SNS português nos anos de 2008 e 201 : variação em período de crise económica*. Mestrado em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública/Universidade Nova de Lisboa.
- Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, F., Mendes, M. & Januário, S. (1999) Políticas Sociais e Exclusão em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 31, 39-67.
- Rodrigues, M. & Silva, P. (2015) (orgs.) *Governar com a Troika: Políticas Públicas em tempo de austeridade*, Almedina.
- Rodrigues, T. & Martins, M. (2014) (coord.) *Envelhecimento e Saúde. Prioridades Políticas num Portugal em Mudança*, CEPESE.
- Romão, A. (2014) A Crise “mata”, a Austeridade “enterra”, in Ferreira, E. P. (org.) *A austeridade cura? A austeridade mata?* , Lisboa, Edição AAFDL, 247-261.
- Rosa, M. & Chitas, P. (2010) *Portugal: os Números*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rosanvallon, P. (1981) *A Crise do Estado Providência*, Lisboa, Editorial Inquérito.
- Rosas. F. (2006) A Revolução Portuguesa de 1974/1975 e a institucionalização da democracia in Loff, M., & Pereira, C. (coord.) *Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto, Editora da Universidade do Porto, 15-36.
- Ross G. (2016) Austerity and New Spaces for Protest: The financial Crisis and its Victims, in Ancelovici, M., Dufour, P. & Nez, H. (eds.) *Street Politics in the Age of Austerity: from the Indignados to Occupy*. Amsterdam, Amsterdam University Press.
- Rosenthal, G. (1993) Reconstruction of life stories: Principles in selection in generating stories for narrative biographical interviews, in Josselson, R. & Lieblich, A. (eds.) *Narrative study of lives*, Vol. 1, London, Sage, 59-91.
- Rubin, H.& Rubin, I. (2012) *Qualitative Interviewing: the art of hearing data*, London Sage.
- Rudman, D. (2015) Embodying positive aging and neoliberal rationality: Talking about the aging body within narratives of retirement. *Journal of Aging Studies*, 34, 10-20.
- Ruhm, C. (2000) Are recessions good for your health? *The Quarterly Journal of Economics* 115(2): 617-650.
- Sakellarides, C., Castelo-Branco, L., Barbosa, P. & Azevedo, H. (2014) The impact of the financial crisis on the health system and health in Portugal, Copenhagen, WHO Disponível:[http://www.euro.who.int/\\_data/assets/pdf\\_file/0006/266388/The-impact-of-the-](http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0006/266388/The-impact-of-the-)

[financial-crisis-on-the-health-system-and-health-in-Portugal.pdf?ua=1](#) (acedido em 14-12-2017).

Salgueiro, T. (2013) *Impacto da Crise Socioeconómica na Saúde Mental e no Consumo de Substâncias*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Santana, P. (2002) Poverty, social exclusion and health in Portugal. *Social Science & Medicine*, 55 (1), 33–45.

Santos, B. de S. (1987) O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais: o caso das políticas de saúde. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, 13–74.

Santos, B. de S. (1990) O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 30, 13-44.

Santos, B. de S. (1991) *State, wage relations and social welfare in the semiperiphery—the case of Portugal*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

Santos, B. de S. (1992) O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na sempiferia: o caso português n.º 32, Oficina do CES, Coimbra.

Santos, B. de S. (1993) O Social e o Político na Transição Pós-Moderna. *Lua Nova*, 31, 181-208.

Santos, B. de S. (1994) Etat, rapports salariaux et protection sociale à la semi-peripherie — Cas du Portugal, *Peuples Méditerranéens*, 66, 23-66.

Santos, B. de S. (1997) O Estado, a sociedade e as políticas sociais, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23.

Santos, B. de S. (1998) O Estado-Providência em Portugal: entre Globalizações Conflitantes, Coimbra, CES.

Santos, B. de S. (2005) A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 7-44.

Santos, B. de S. (2006) *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Porto, Afrontamento, 2006.

Santos, B. de S. & Jenson, J. (orgs) (2000) *Globalizing Institutions: Case studies in Regulation and Innovation*, Aldershot, Ashgate.

Santos, B. S. de & Ferreira, S. (2002) A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflitantes, in Hespanha, P. & Carapinheiro, G. (orgs.) *Risco social e incerteza: pode o Estado social recuar mais?*, Porto, Afrontamento.

Santos, E. (2012) *Sem crescimento não há consolidação orçamental*, Lisboa, Edições Sílabo.

Santos, E. (2015) Os Impactos macroeconómicos do Programa de Ajustamento, in Rodrigues, M. & Silva, P. (orgs) *Governar com a Troika: Políticas Públicas em tempo de austeridade*, Coimbra, Almedina.

São José, J. (2012) Entre a gratificação e a opressão: os significados das trajetórias de cuidar de um familiar idoso. *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Número temático: Envelhecimento demográfico*, 123-150.

São José, J. (2017) *Advanced Topics of Research Methods I*, University of Algarve, Faculty of Economics.

Sarabiego, J. & Matos, A. (2017) Entre a crise e a austeridade: potencialidades e desafios das novas formas de ativismo dos recentes movimentos sociais globais em Espanha e Portugal, *Actas del II Congreso Internacional Move.net*

Saraceno, C., & Keck, W. (2010) Can we identify intergenerational policy regimes in Europe? *European Societies*, 12(5), 675-696.

Sarasa, S. & Moreno, L. (eds.) (1995) *El Estado del bienestar en la Europa del sur*, Madrid, CSIC/IESA.

Sardica, J. (2011) *O século XX português*, Texto Editores.

Schalock, R. (1996) Reconsidering the conceptualization and measurement of quality of life. In Schalock, R. (ed.) *Quality of life: Conceptualization and measurement*, Washington, DC, American Association on Mental Retardation, 123-139.

Scharf, T. & Keating, N. (2012) *From Exclusion to Inclusion in Old Age: A Global Challenge*, Bristol, England, Policy Press.

Schmidt, I. (2010) European Capitalism: Varieties of Crisis. Alternate Routes. *A Journal of Critical Social Research*, 22, 71–86.

Schostak, J. (2006) *Interviewing and representation in qualitative fieldwork*, New York, Open University Press.

Seeger, M.W., Sellnow, T. & Ulmer, R. (2003) *Communication and Organizational Crisis*, Praeger, Westport, CT.

Seidman, I. (1991) *Interviewing as Qualitative Research*, New York, Teachers College Press.

Sennett, R. (2006) *The Culture of the New Capitalis*, New Haven, CT, Yale University Press.

Seixas, J., Tulumello, S., Corvelo, S. & Drago, A. (2015) Dinâmicas sociogeográficas e políticas na Área Metropolitana de Lisboa em tempos de crise e de austeridade [Sociogeographical and political dynamics in the Metropolitan Area of Lisbon in times of crisis and austerity]. *Cadernos Metrópole*, 17 (34), 371-399.

Serpa, J. (2015) *Negócios informais implementados por mulheres em contexto de crise: contributo para um estudo na região de Lisboa*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE-IUL.

Serra, F. (2014) *Efeitos da crise económica na saúde mental: Portugal na União Europeia (2004-2012)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Disponível: <http://esa.un.org/wpp/> [acedido em 15-12-2014]

Settersten Jr., R. (1999) *Lives in Time and Place: The Problems and Promises of Developmental Science*, Baywood, Amityville, New York

Settersten Jr., R. (2003A) *Invitation to the Life Course. Toward New Understandings of Later Life*, New York, Baywood Publishing.

Settersten Jr. R. (2003b) Propositions and Controversies in Life-Course Scholarship, in *Invitation to the Life Course. Toward new understandings of later life*, Richard A. Settersten, Jr., Amityville, New York: Baywood Publishing Company, 15-45.

Settersten Jr., R. (2015) Relationships in Time and the Life Course: The Significance of Linked Lives, *Research in Human Development*, 12:3-4, 217-223.

Disponível: [DOI: 10.1080/15427609.2015.1071944](https://doi.org/10.1080/15427609.2015.1071944)

Settersten Jr., R. (2017) Some Things I Have Learned About Aging by Studying the Life Course. *Innovation in Aging*, Volume 1, Issue 2, 1 September 2017, igx014

Disponível: <https://doi.org/10.1093/geroni/igx014>

Shorter, E. (2001) *A Formação da Família Moderna*. Lisboa, Terramar

Silva, Santos, A. (2001) A Ruptura com o Senso Comum nas Ciências Sociais, in Silva, A. & Pinto, M. (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Afrontamento, 35-58.

Silva, L. (2008) Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal. *Arquivos da Memória*, nº4, 6-25.

Silva, M., Cardoso, G., Saraceno, B. & Almeida, J. (2015b) A saúde mental e a crise económica, in Santana, P. (coord.) *Território e saúde mental em tempos de Crise*, Coimbra.

Silva, P. (2002) O modelo de welfare da Europa do Sul: Reflexões sobre a utilidade do conceito. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 38, 25–59.

Silva, P., Sousa, S. & M. (2014) Maturação e convergência: a evolução da proteção social, in Alexandre, F., Bação, P., Lains, P., Portela, M. & Simões, M. *A Economia Portuguesa na União Europeia - 1986-2010*, Atual Editora.

Silva, P., Joaquim, C. & Pereira, M. (2015a) O Programa de Ajustamento e as Pensões, in Rodrigues, M. & Silva, P. (orgs.) *Governar com a Troika: Políticas Públicas em tempo de austeridade*, Coimbra, Almedina.

Silverstein M.& Bengtson V. (1997) Intergenerational solidarity and the structure of adult child –parent relationships in American families. *American Journal of Sociology*. 103:429–460.

Silverstein, M. & Gianrusso, R. (2011) Aging individuals, families and societies: micro, meso, macro linkages in the life course, in Settersten Jr., R. & Angel, J. (eds) *Handbook of sociology of aging*, Springer, 31-50.

Sivak, T. (2014) [Os ucranianos em Portugal: impacto da Crise na interculturalidade](#). Dissertação de Mestrado em Línguas e Relações Empresariais, Universidade de Aveiro.

Social Protection Committee (2015) *Social Europe: Aiming for inclusive growth: Annual report of the Social Protection Committee on the social situation in the European Union (2014)*, European Commission, Brussels.

Sobotka, T. (2011) Fertility in Central and Eastern Europe after 1989: collapse and gradual recovery. *Historical Social Research*, 36(2), 246-296.

Soeiro, J., Cardina, M. & Serra, N. (2013) (eds.) *Não Acredite em tudo o que Pensa. Mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa, Tinta-da-China.

Soros, G. (2008) *The new paradigm for financial markets: the credit crisis of 2008 and what it means*, Basic Books.

Soulet, M. (1996) Crise do Estado-Providencia e recomposição da intervenção social. *Intervenção Social*, 13-14, 107–25.

Spencer, L., Ritchie, J., Ormston, R., O’ Connor, W. & Barnard, M. (2014) Analysis: Principles and Processes, in Ritchie, J., Lewis, J., Nicholls, C. & Ormston, R. (ed.) *Qualitative Research Practice. A Guide for Social Science Students & Researchers*, Los Angeles, Sage, 269-293.

Squire, C., Andrews, M., Davis, M., Esin, C., Harrison, B. Hyden, L. & Hyden, M. (2014) *What is narrative research?*, Bloomsbury Publishing.

Squires, J. (2009) Intersecting Inequalities. *International Feminist Journal of Politics* 11, 496-512.

Stiglitz, J. (2009) *The financial crisis of 2007-2008 and its macroeconomic consequences*, Initiative for Policy Dialogue Working Paper Series.

Stockhammer, E. (2013) the Euro Crisis and Contradictions of Neoliberalism in Europe. *Wp*, (January), 1–21.

Stoleroff, A. (2013) A crise e as crises do sindicalismo: há uma revitalização possível? in Varela, R. (org.) *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 207-239.

Strauss, A. & Corbin, J. (1990) *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*. London, Sage Publications.

Streeck, W. (2011) *The Crisis in Context Democratic Capitalism and Its Contradictions*, MPIfG Discussion Paper 11/15, 1-28.

Stuckler, D. & Basu, S. (2014) *A economia desumana: porque mata a austeridade*, Editorial Bizâncio, Lisboa.

Stuckler, D., Reeves, A., Loopstra, R., Karanikolos, M. & McKee, M. (2017) Austerity and health: the impact in the UK and Europe, *European Journal of Public Health*, vol. 27,. 18-21.  
Disponível: [DOI: 10.1093/eurpub/ckx167](https://doi.org/10.1093/eurpub/ckx167),

Suhrcke, M. & Stuckler, D. (2012) Will the recession be bad for our health? It depends' *Social Science & Medicine*, vol 74, no. 5, 647-653.  
Disponível: [DOI: 10.1016/j.socscimed.2011.12.011](https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2011.12.011)

Svallfors, S. (ed.) (1999) *The End of the Welfare State?* Taylor & Francis.

Svallfors, S. & Taylor-Gooby, P. (1999) (eds.) *The End of the Welfare State? Responses to State Retrenchment*, London, Routledge.

Swallow, V., Newton, J. & Lottum, C. (2003) How to manage and display qualitative data using 'Framework' and Microsoft Excel. *Journal of Clinical Nursing*, 12, 610–612.

Taylor-Gooby (2002) The Silver Age of the Welfare State: Perspectives on Resilience. *Journal of Social Policy*, 31, 597-621.

Swartz, T. (2009) Intergenerational Family Relations in Adulthood: Patterns, Variations, and Implications in the Contemporary United States. *Annual Review Of Sociology* 35:191-212.

Szydlik, M. (2008) Intergenerational Solidarity and Conflict – two scenarios: conflict and autonomy. *Journal of Comparative Family Studies*, 97-114.

Taylor-Gooby, P. (2004) New Risks and Social Change, in Taylor-Gooby, P. (ed.) *New Risks, New Welfare: The Transformation of the European Welfare State*, 1–28.

Taylor-Gooby, P. (2008) The New Welfare State Settlement in Europe. *European Societies*, 10(1), 3–24.

Disponível: <http://doi.org/10.1080/09571260701526964>

Teixeira, J., Truninger, M., Horta, A., Alexandre, S. & da Silva, V. (2012) Alimentação, Austeridade e Criatividade: consumo e cidadania nas cantinas escolares, *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*, 2-12.

Teixeira, N. (2005) Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa 1890-2000, in Pinto, A. (coord.) *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote.

Tekin, E., McClellan, C. & Minyard, K. (2013) Health and health behaviors during the worst of times: evidence from the Great Recession. *National Bureau of Economic Research Working Paper* No. 19234, NBER, Cambridge, MA.

Therborn, G. (1995) *European modernity and beyond: the trajectory of European societies, 1945-2000*, London, Sage.

Therborn, G. (2006) Meaning, mechanisms, patterns, and forces: an introduction, in Therborn, G. (ed.) *Inequalities of the World, New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, London, Verso.

Therborn, G. (2013) Where are the PIGS? Still a Southern European Welfare Regime?. *European Societies*, 15(4), 471–474.

Disponível: <http://doi.org/10.1080/14616696.2013.838021>

Titmuss, R. (1974) *Social Policy*, Londres, Allen and Unwin.

Tomassini, C. (2005) The Demographic Characteristics of the Oldest Old in the United Kingdom. *Population Trends*, 120, 15-22.

Torres, A., Silva, F., Monteiro, T. & Cabrita, M. (2005) *Homens e mulheres entre a família e o trabalho*, Lisboa, CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Touraine, A. (2014) *After the crisis*, Polity Press.

Truninger, M., Teixeira, J., Horta, A., Alexandre, S. & da Silva, V. (2013) Estado Social e alimentação escolar: criatividade na austeridade. *Forum Sociológico*, 23, 11-19.

Truninger, M. & Teixeira, J. (2013) Consumo alimentar e pobreza em Portugal no contexto pós-crise 2008, *Plataforma Barometro Social*, 5ª serie de 2013.

Disponível: <http://barometro.com.pt/archives/1120>

Tsiligianni, I., Papadokostakis, P., Prokopiadou, D. & Stefanaki, I- & Tsakountakis, N., Lionis, C. (2014) Impact of the financial crisis on adherence to treatment of a rural population in Crete, Greece. *Quality in primary care*. 22. 238-44.

Valadas, C. (2013) Mudanças nas políticas: Do (des)emprego à empregabilidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 102, 89-110.

Vandenbroucke, F. (2001) The active welfare state: a social democratic ambition for Europe. *The Policy Network Journal*, Issue 1.

Van Gerven, M., & Ossewaarde, M. (2012) The Welfare State'S Making of Cosmopolitan Europe. *European Societies*, 14(1), 35–55.

Disponível: <http://doi.org/10.1080/14616696.2011.624188>

Van Kersbergen, K. (1995) *Social Capitalism: A Study of Christian Democracy and the Welfare State*, Londres, Routledge.

Van Kersbergen, K. (2002) The Politics of Welfare State Reform. *Swiss Political Science Review*, 8(2), 1–19.

Disponível: <http://doi.org/10.1002/j.1662-6370.2002.tb00392.x>

Varoufakis, Y. (2011) *Crisis*, Lexicon, Athens.

Vasconcelos, P. (2002) Redes de Apoio Familiar e Desigualdade Social: Estratégias de Classe. *Análise Social*, v. 37, n. 163, 507-544.

Wacquant, L. (2010) Crafting the neoliberal state: workfare, prisonfare and social insecurity. *Sociological Forum* 25, 197–220.

Wacquant, L. (2012) Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*, 25 (66), 505-518.

Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792012000300008&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000300008&lng=en&tlng=pt). (acedido em 11-03-2016)

Walker, A. (1990) The Economic “Burden” of Ageing and the Prospect of Intergenerational Conflict’, *Ageing and Society*, vol. 10, 4, 377–396.

Walker, A., Guillemard, A. & Alber, J. (1993) *Older People in Europe – Social and Economic Policies*, Brussels, European Commission, DGV.

Walker, A. (2012) The New Ageism. *The Political Quarterly*. 83.

Walker, A. (ed) (2014) *The New Science of Ageing*, Bristol, Policy Press.

Walker, A. (2015) Preface, in Walsh, K., Carney, G. & Leime, N. (2015) (eds) *Ageing through Austerity: Critical Perspectives from Ireland*, Policy Press.

Wall, K. (eds). (2002) Famílias [Número Especial]. *Análise Social*. 163, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, K. (org.) (2005) *Famílias em Portugal. Percursos, Interações e Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, K., Aboim, S., Cunha, V. & Vasconcelos, P. (2001) Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality. *Journal of European Social Policy*, 11(3), 213-233.

Wall, K. (2010) Os homens e a política de família, in Wall, K., Aboim, S. & Cunha, V. (eds.) *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 67-94.

Wall, K. (coord.), Leitão, M. & Atalaia, S. (2014) *Principais Desenvolvimentos das Políticas de Família, Relatório 2013*, Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Wall, K., Cunha, V. & Ramos, V. (2004b) Evolução das Estruturas Domésticas em Portugal, 1960-2001, in Wall, K. & Delgado, A. (coord.) *Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística/ICS Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, K., Almeida, A. de, Vieira, M., Cunha, V. (coord.) Rodrigues, L., Coelho, F., Leitão, M. & Atalaia, S. (2015a) *Impactos da crise nas crianças portuguesa : indicadores, políticas, representações*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, K., Cunha, V., Rodrigues, L. & Correia, R. (2015b) Famílias, in Ferrão, J. & Delicado, A. (eds) *Portugal no contexto europeu em anos de crise*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 31-46.

- Walsh, K., Scharf, T. Cullinan, J. & Finn, C. (2012) *Deprivation and its measurement in later life: findings from a mixed-methods study in Ireland*, Irish Centre for Social Gerontology. Disponível: [http://www.icsg.ie/sites/www.icsg.ie/files/personfiles/deprivation\\_report\\_0.pdf](http://www.icsg.ie/sites/www.icsg.ie/files/personfiles/deprivation_report_0.pdf)
- Walsh, K., Carney, G. & Leime, N. (2015) (eds) *Ageing through Austerity: Critical Perspectives from Ireland*, Policy Press.
- Warren, C. (2002) Qualitative interviewing, in Gubrium, J. & Holstein, J. (eds) *Handbook of interview research, context and method*, Thousand Oaks, Sage, 83-101.
- Warren, C. (2009) Interview as social interaction, in Gubrium, J., Holstein, J., Marvasti, A. & Mckinney, K. (eds) *The Sage Handbook of Interview Research: the complexity of the craft*, Sage Publications, 129-142.
- Weber, M. (1978) *Economy and Society*, Berkeley, University of California Press.
- Weber, M. (1981) Some categories of interpretive sociology. *The Sociological Quarterly*, 22 (2), 151-180.
- Weber, M. (2001) *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- Wenger, C. (2001) Interviewing Older People, in Gubrium, J. & Holstein, J. *Handbook of Interview Research*, Sage Publications, 259-278.
- Weedon, C. (1999) *Feminism, Theory and the Politics of Difference*. Oxford, Blackwell.
- White, L. & Riedmann (1992) Ties among adult siblings. *Social Forces*, 71, 85-102.
- WHOQOL Group (1994) Development of the WHOQOL: Rationale and current status. *International Journal of Mental Health*, 23(3), 24-56.
- Wieviorka, M. (2009) La Sociologie et la Crise. Quelle Crise, et quelle Sociologie?. *Cahiers internationaux de Sociologie* 2, n° 127, 181-198.
- Willson A., Shuey K., Elder G. Jr & Wickrama K. (2006) Ambivalence in mother – adult child relations : A dyadic analysis. *Social Psychology Quarterly*. 69:235–252
- Yeo, A, Legard, R., Keegan, J. Ward, K., Nichols, C. & Lewis, J. (2014) In depth interviews, in Ritchie, J., Lewis, J., Nicholls, C. & Ormston, R. (eds) *Qualitative Research Practice- A Guide for Social Sciences Students and Researchers*, 178-201.
- Yuval-Davis, N. (2006) Intersectionality and Feminist Politics. *European Journal of Women's Studies*, 13(3): 193–209.
- Zartaloudis, S. (2014) The Impact of the Fiscal Crisis on Greek and Portuguese Welfare States: Retrenchment before the Catch-up? *Social Policy & Administration* 48(4), 430-449.
- Zeller, N. (1995) Narrative rationality in educational research, in McEwan, E. & Egan, E. (eds.) *Narrative in teaching, learning, and research*, NY, Teachers College Press, 221-225.

Zinn, J. (2005) The biographical approach: A better way to understand behaviour in health and illness. *Health, Risk & Society*, 7:1, 1-9.

Žižek, S., & Zizek, S. (2011) *Living in the end times*, Verso.

Zurawicki, L & Braidot, N. (2005) Consumers during crisis: responses from the middle class in Argentina. *Journal of Business Research*, 58(8), 1100-1109.

## **APÊNDICE 1- PEDIDO DE COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL**

### **Assunto: Pedido de Colaboração para Tese de Doutoramento**

Patrícia Coelho, aluna do Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia, da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, encontra-se presentemente a desenvolver a sua Tese de Doutoramento intitulada “Postos à Prova- Práticas Familiares de Pessoas Idosas em tempos de Crise e de Austeridade”, sob a orientação científica do Professor Doutor José de São José ([jsjose@ualg.pt](mailto:jsjose@ualg.pt)) e coorientação do Professor João Eduardo Martins ([jrmartins@ualg.pt](mailto:jrmartins@ualg.pt)).

O objetivo central da investigação é compreender, aprofundadamente, como a “sociedade de austeridade” (Ferreira, 2011), enquanto recente configuração sócio histórica, se manifestou nas vidas quotidianas das pessoas idosas, em particular nas suas práticas familiares e como esta relação evoluiu ao longo dos anos da crise. Do ponto de vista espacial, a investigação tem como campo de observação o concelho de Faro e a inclusão dos participantes na amostra irá obedecer aos seguintes critérios: i) ter nacionalidade portuguesa; ii) ter residência no concelho de Faro; iii) ter idade igual ou superior a 65 anos, em 2012; e por último, iv) admitir ter sido atingido pelas medidas de austeridade implementadas em Portugal, com a assinatura do Memorando de Entendimento com a *Troika*, em 2011.

A presente fase do trabalho implica a realização de um número considerável de entrevistas a pessoas idosas, as quais apesar de terem de ser gravadas, serão absolutamente confidenciais e utilizadas para fins exclusivamente académicos. Os dados pessoais serão modificados, por forma a preservar totalmente a identidade dos participantes. A seleção será feita intencionalmente, sendo que se pretende alcançar a heterogeneidade de pessoas idosas, no que ao sexo, idade, classe social, residência e estrutura do agregado familiar diz respeito.

Neste sentido, venho solicitar a colaboração da instituição de V. Exa., de modo a poder ser cumprida com sucesso, esta importante fase do Doutoramento, o qual se apresenta como um estudo original, quer a nível nacional como internacional.

Certa que este pedido merecerá a melhor atenção de V. Exa., subscrevo-me.

Faro, 18 de janeiro de 2017

Patrícia Coelho (Doutoranda em Sociologia)

Tlm: 91 44xxxxx

## **APÊNDICE 2- GUIÃO DE ENTREVISTA**

### **GUIÃO DE ENTREVISTA**

Esta entrevista insere-se no âmbito da minha investigação de doutoramento, que analisa as consequências da crise e da austeridade nas práticas familiares das pessoas idosas. Trata-se de um trabalho académico que está a ser desenvolvido na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, com a orientação do Professor Doutor José de São José e co-orientação do Professor Doutor João Eduardo Martins.

Esta entrevista não tem uma duração pré-definida, por isso sintá-se à vontade para poder falar durante o tempo que considerar necessário. Peço-lhe, também, a sua permissão para poder gravar as entrevistas. Começarei por lhe fazer algumas perguntas de caracterização geral e, em seguida, procurarei fazer uma reconstituição do seu percurso biográfico, fazendo também algumas questões sobre a sua vida familiar. Esta reconstituição poderá seguir um fio cronológico, mas está totalmente à vontade para não o fazer, caso o entender. De seguida, gostaria de saber a sua opinião sobre alguns assuntos relativos à sociedade em geral, em particular sobre os anos mais recentes, aqueles que ficaram marcados por duras medidas de austeridade.

Tudo o que disser nesta entrevista é absolutamente confidencial e a sua identidade será totalmente preservada, bem como os dados pessoais serão modificados, e por forma a ninguém poder identificá-lo, ser-lhe-á atribuído um nome fictício. Por sua vez, quero frisar que todas as informações transmitidas serão utilizadas exclusivamente para fins académicos, e em momento, algum serão objeto de qualquer juízo moral. Posto isto, está totalmente à vontade para falar com toda a liberdade e também para não responder a alguma pergunta, para interromper a entrevista ou, ainda, para desistir da sua participação neste estudo.

Desde já agradeço o facto de ter acedido colaborar nesta investigação.

## I PARTE- INTRODUÇÃO

	Ações
<b>Introdução</b>	<p>Apresentar a investigadora e objetivos do estudo</p> <p>Solicitar o consentimento para participar na investigação e para gravar as entrevistas</p> <p>Garantir o anonimato e confidencialidade dos dados</p> <p>Informar e explicitar dúvidas</p>

## II PARTE- CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Tópicos	Questões Orientadoras
<b>Idade/ Naturalidade</b>	<p>Idade</p> <p>Naturalidade</p> <p>Concelho e país</p>
<b>Escolaridade</b>	<p>Qual o seu nível de escolaridade?</p> <p>Não sabe ler nem escrever</p> <p>Sabe ler e escrever</p> <p>1.º Ciclo do Ensino Básico (antiga 4.ª classe)</p> <p>2.º Ciclo do Ensino Básico</p> <p>3.º Ciclo do Ensino Básico (Curso Industrial/Curso Comercial)</p> <p>Ensino Secundário</p> <p>Ensino Superior (Bacharelato/Licenciatura/Outro)</p> <p>Indique o último ano que frequentou ou concluiu</p> <p>Indique a que idade tinha quando deixou de estudar</p>
<b>Profissão</b>	<p>É reformado/Pensionista</p> <p>Idade em que se reformou</p> <p>Qual a sua última profissão? Poderia descrever-me o que fazia na sua profissão?</p> <p>Essa foi a sua primeira profissão? Se não, o que fazia anteriormente, do ponto de vista profissional?</p>
<b>Situação Conjugal</b>	<p>Estado civil</p> <p>Casado</p> <p>Separado/divorciado</p> <p>Viúvo</p> <p>Outro</p> <p>No caso de não estar casado, vive em casal com alguém?</p> <p>Duração do atual estado civil ou relação de conjugalidade</p>
<b>Filhos</b>	<p>Tem filhos?</p> <p>Em caso afirmativo, indique:</p> <p>Idade</p> <p>Nível de Escolaridade</p> <p>Estado civil</p> <p>Condição perante o trabalho, profissão e situação na profissão</p> <p>Local de Residência</p>

Tópicos	Questões Orientadoras
<b>Composição do Agregado</b>	<p>E vive mais alguém consigo? Em caso afirmativo, indique: N.º de pessoas do agregado e a relação de parentesco Duração da atual composição do agregado</p> <p>E relativamente a cada membro do agregado, indique: Idade Nível de Escolaridade Estado civil Condição perante o trabalho, profissão e situação na profissão</p> <p>Tem outros familiares a viver próximo de si? Em caso afirmativo, indique: Relação de parentesco Idade Condição perante o trabalho, profissão e situação na profissão Local de Residência</p> <p>Em caso de viver sozinho, tem outros familiares a viver próximo de si? Em caso afirmativo, indique: Relação de parentesco Idade Condição perante o trabalho, profissão e situação na profissão Local de Residência</p>
<b>Local / Duração de Residência</b>	<p>Residência (indique a freguesia e o local) Faro e São Pedro Conceição e Estoi Santa Bárbara de Nexe Montenegro</p> <p>Duração da Residência no local (indique)</p>
<b>Habitação e Propriedade</b>	<p>Habitação Apartamento Moradia Lar Outro</p> <p>Tipo de Propriedade Proprietário ou Arrendatário? Outra situação. Qual?</p> <p>Duração da Residência na habitação (indique)</p>
<b>Fonte de Rendimentos</b>	<p>Indique os principais meios de vida: Trabalho Pensão Reforma Trabalho/biscates Outros</p>

### III PARTE -CRISE, AUSTERIDADE E PRÁTICAS FAMILIARES

Em 2011, Portugal teve que pedir ajuda financeira a entidades externas, à chamada *Troika*. Como contrapartida do apoio financeiro recebido, teve que impor diversas medidas, chamadas de medidas de austeridade, tais como cortes nos salários, nas pensões, aumento das taxas moderadoras na saúde, aumento de impostos, entre outras. Eu gostaria que falássemos agora sobre a crise e a austeridade e principalmente sobre as suas consequências na sua vida pessoal e familiar.

<b>Tópicos</b>	<b>Questões Orientadoras</b>
<b>Perceção do fenómeno</b>	Já tinha ouvido falar da crise e da austeridade? O que pensa sobre este assunto?
<b>Medidas de Austeridade que afetaram a vida individual e familiar</b>	Os cortes nos salários e nas pensões, assim como o aumento de impostos, foram uma das medidas de austeridade adotadas pelo governo português. Foi afetado/a diretamente por algumas destas medidas? E a sua família também foi afetada?
<b>Mudanças nas práticas familiares</b>	Acha que a sua vida/vida dos seus familiares mudou desde que foram introduzidas as medidas de austeridade? Como é que foi vivida esta fase da sua vida? Que domínios/aspectos da sua vida e vida dos seus familiares é que foram afetados? Existe mais algum domínio/aspecto que tenha sido afetado? (por exemplo, nos padrões de consumo, no acesso aos serviços de saúde, a actividades de lazer, nos relacionamentos familiares, entre outros). Qual foi o domínio/aspecto mais afetado? A situação que me descreveu tem vindo a melhorar ou a piorar ao longo do tempo?
<b>Respostas face às mudanças</b>	Tomou alguma medida para fazer face à situação que me descreveu? Fez algumas alterações na sua vida de modo a fazer às dificuldades que me descreveu? Recebeu alguma ajuda para fazer face à situação que me descreveu?
<b>Significados das mudanças nas práticas familiares</b>	O que pensa relativamente à situação que descreveu? De que modo vê as mudanças que teve de fazer na sua vida familiar? O que sente relativamente à situação que me descreveu?
<b>Consequências das mudanças nas práticas familiares</b>	As mudanças na sua vida/vida dos seus familiares, que identificou anteriormente, tiveram impactos na sua saúde? Se sim, de que forma? Considera que estas mudanças afetaram a sua qualidade de vida? Se sim, de que forma?  Existe mais alguma coisa que gostasse de referir relativamente às consequências que a crise e a austeridade tiveram na sua vida?

## IV PARTE

Conclusão	Ações
	Fim da entrevista Agradecimento da participação Disponibilização para qualquer esclarecimento

### APÊNDICE 3 - BREVE SÍNTESE DAS BIOGRAFIAS (OU HISTÓRIAS DE VIDA) DOS ENTREVISTADOS

**E1 Maria** – tem 92 anos de idade, é natural do Ameixial, em Loulé, e completou a antiga 4.<sup>a</sup> classe. O pai era cantoneiro e trabalhava para o Estado. Toda a sua vida Maria foi doméstica, tratava da casa e dos filhos. O marido era camionista. Tiveram dois filhos, agora com 66 anos e 61 anos, que não prosseguiram os estudos além do antigo 5.<sup>o</sup> ano, pois “(...) *saíram do liceu e foram logo trabalhar*”. Estão ambos reformados. Os três netos estão todos empregados. Maria foi viver para um lar com o cônjuge, o qual, entretanto, viria a falecer dois anos depois de doença prolongada. Porém, Maria decidiu permanecer no lar porque “*Nunca estive sozinha na minha vida, morei com os meus pais até casar. Na minha casa tive sempre muita gente, muitas visitas*”. Tem três bisnetos.

**E2 Ana**- tem 82 anos de idade, natural de Ferreira do Alentejo, sabe ler e escrever com a ajuda de um professor particular que trabalhava para a família. Toda a sua vida foi doméstica. O marido era delegado de vendas e faleceu há dois anos, vítima de doença prolongada. É pensionista e vive de alguns rendimentos prediais. Teve um AVC que lhe deixou algumas sequelas cerebrais. Tem dois filhos “*eu não me lembro das idades*” refere, mas têm situações profissionais estáveis: um deles é professor licenciado, em Grândola, e o mais novo trabalha nos seguros, em Faro. Tem quatro netos, três do filho mais velho e um do mais novo. Tem bisnetos.

**E3 Joana**- tem 77 anos de idade, é natural da Mina de São Domingos, em Mértola, fez apenas a 4.<sup>a</sup> classe e diz que “*sei ler e escrever. Não muito bem*”, porque “*éramos crianças e toca a trabalhar*”. Trabalhou muitos anos como auxiliar de serviços domésticos, até se reformar aos 60 anos de idade. É viúva há 8 anos de um bancário e padece de graves problemas de coração. Tem dois filhos, um rapaz e uma rapariga: a filha tem 55 anos e o filho tem 50 anos. A filha, doméstica, mora em Setúbal, é casada com um médico, e ambos têm uma filha que é Médica Veterinária. O filho é divorciado, tem dois filhos de 19 e 24 anos, trabalha nos “alarmes” e vive na sua casa há um ano.

**E4 Fátima** - tem 74 anos de idade, nasceu em Vendas Novas, filha de uma professora regente. Aos 13 anos começou logo a trabalhar numa fábrica de cortiça. A Auxiliar de Ação Médica reformou-se aos 66 anos de idade e, logo depois, vê-se confrontada com o falecimento do marido. O filho tem 45 anos de idade, é fisioterapeuta, e foi buscá-la ao Barreiro, cidade onde residia, para morar consigo em Faro. Contudo, Fátima sofreu logo em seguida um esgotamento nervoso. Em seguida, resolve dar entrada num lar de idosos, pois “*Ainda estive na casa dele, quer dizer não foi na casa dele, na casa dos sogros dele. Mas eu não me sentia bem. Eles são boas pessoas, mas eu não me sentia bem*”. Não tem netos.

**E5 Nuno**- tem 82 anos de idade, “*algarvio de Beja*”, só completou a 3.<sup>a</sup> classe porque “*a minha madrasta dizia que se eu não fosse trabalhar me punha fora de casa*”. Cumpriu o serviço militar, nos anos 1950, a defender o território ultramarino português de Diu das investidas da União Indiana. Toda a sua vida, Nuno foi pedreiro na construção civil, umas vezes patrão, outras vezes por conta de outrém, até se reformar aos 59 anos de idade. Foi viver para um lar em Faro com a esposa, cuja doença degenerativa se havia agravado. Após o falecimento da esposa, decide sair do lar e toma a decisão de ir viver com a filha, 57 anos de idade, divorciada, enfermeira num hospital público. Tem outro filho com 52 anos de idade

que é distribuidor de bebidas. Tem três netos, um da filha mais velha e dois do filho mais novo que vive em Beja.

**E6 Laura-** tem 83 anos de idade, natural do Ervedal, concelho de Avis, é a mais velha de três irmãos. Aprendeu a ler aos 3 anos e foi considerada “*a melhor aluna do concelho*” na Escola Primária, tendo sido uma das “*poucas mulheres*” a terminar uma licenciatura na Faculdade de Ciências, em 1952. Casada com um advogado, é professora reformada do Ensino Secundário, desde 1995, e “*se tivesse que escolher novamente uma profissão, era Professora do Ensino Secundário*”. Tem uma filha de 49 anos, licenciada e que trabalha na Administração Pública, mas não tem netos.

**E7 Eva** – tem 79 anos de idade, é natural da Aldeia dos Fernandes, concelho de Almodôvar, e antes de vir para Faro chegou a trabalhar no campo. É analfabeta e não conseguiu frequentar uma escola quando era adulta, mas “*ainda tentei ir para uma escola de adultos, mas depois arranjei um trabalho e tinha as minhas filhas para cuidar*”. O marido tem 86 anos de idade e também é analfabeto. Trabalharam ambos em fábricas. Tem alguns problemas de saúde, alguns dos quais precipitaram os papéis para a reforma, tinha apenas 57 anos de idade. Tem duas filhas, a mais velha, de 58 anos, trabalhou vários anos numa agência de viagens e está desempregada desde 2011, teve uma grave depressão e pediu a reforma antecipada. A mais nova, de 52 anos, trabalha numa repartição de finanças e está gravemente doente. Tem um neto da filha mais velha, que já é pai de dois filhos, e uma neta da filha mais nova que é estudante universitária.

**E8 Lia-** tem 76 anos de idade, nasceu em Angola. Não estudou “*Os meus pais não me puseram na escola. Casaram-me muito cedo*”. Teve doze filhos, cinco rapazes e sete meninas, apenas dez sobreviveram e considera-se “*pobre, mas rica na minha família.*” Os filhos têm idades entre os 50 e os 30 anos. Após o marido ter falecido, veio morar para Portugal pela mão de uma filha que casou com um português e que um certo dia lhe disse: “*Vamos, (...) não ficas cá sozinha... Vim ver como era e fiquei*”. Ainda trabalhou alguns anos como cozinheira, mas por pouco tempo e só após o marido ter falecido, mas as condições de saúde não lhe permitiram continuar. Divide um apartamento no centro da cidade e diz que “*Eu já vivo nestas condições... Já vivi assim noutra casa*”. É apoiada em géneros alimentícios e ajudas técnicas por duas IPSS. Os filhos que estão em Angola têm poucas condições para poder ajudá-la.

**E9 Marta** - tem 83 anos de idade, é natural de Faro, e foi criada pelos avós maternos, porque a mãe faleceu ainda era uma criança. É viúva há dois anos de um Agente Comercial. Reformou-se aos quarenta anos de serviço como professora primária. Ia fazer 60 anos e “*já estava saturada do ensino*”. Tem três filhas, na casa dos 40 e 50 anos. Apenas uma delas é licenciada. As restantes, a contabilista e a agente imobiliária, estudaram só até ao 12.º ano de escolaridade. A filha mais nova é divorciada e tem dois filhos, um com 16 e outro com 17 anos, ambos estudantes. A do meio também é divorciada e tem dois filhos gémeos de 22 anos que estão em Lisboa a estudar na universidade. A filha mais velha é viúva e tem duas filhas. A mais velha é advogada e trabalha numa empresa municipal. A mais nova é artista e tem um atelier, em Lisboa. Tem dois bisnetos.

**E10 Gil** - tem 71 anos de idade, nasceu em Portimão, e tem dois irmãos. Completou apenas a 4.ª classe, porque “*não tínhamos posses*” e sempre trabalhou como cozinheiro. Não tem suporte familiar, vive só, não tem filhos. Dois meses após completar os 65 anos de idade e já

com o pedido de reforma formalizado, depara-se com uma perda de visão quase total e irreversível, decorrente de uma doença ocular degenerativa. É apoiado por uma IPSS.

**E11 José** – tem 75 anos de idade, é casado, e é natural de Ourém, um “*dos mais novos*” de uma prole de nove filhos de pais que “*trabalhavam no campo*”. É licenciado e foi professor do Ensino Secundário, até se reformar aos 65 anos de idade. A esposa era administrativa na função pública. Tem três filhos na casa dos trinta e todos são licenciados. A filha do meio emigrou para um país da União Europeia, onde de momento conseguiu alcançar alguma realização profissional que não obteve em Portugal. Os outros dois estão desempregados e vão vivendo de biscates. Não tem netos.

**E12 Dina**- tem 75 anos de idade, nascida e criada em Olhão, completou o Magistério Primário. Foi professora do Ensino Primário até se reformar em 1995. Tinha 54 anos de idade e mais de trinta e cinco de serviço. É mãe de três filhos: um rapaz mais velho com 49 anos e duas filhas com 44 anos de idade. O filho mais velho tem apenas o 12.º ano de escolaridade e encontra-se desempregado, ao passo que as filhas são ambas licenciadas e funcionárias públicas. Vive com o marido, mais velho com 86 anos de idade, o qual trabalhou muitos anos numa fábrica. Tem cinco netos, todos estudantes, sendo que a mais velha estuda na universidade em Lisboa.

**E13 Rita**- tem 81 anos de idade, é natural de Faro, e é viúva há 16 anos, de um Empresário. Casou e teve os três filhos, um rapaz e duas raparigas, em Angola, tendo regressado a Portugal com a descolonização, em 1975. Começou a trabalhar aos 20 anos de idade e reformou-se aos 54 anos de idade, “*quando o Ministério da Educação deu possibilidades para isso*”. Os filhos têm 57 anos, 49 e 48 anos de idade e apenas a do meio concluiu uma licenciatura, e é funcionária pública. O mais velho tem um negócio por conta própria na área naval e a mais nova trabalha numa empresa. Tem cinco netos, quatro são estudantes, e apenas o mais velho, de 29 anos de idade, já trabalha numa companhia aérea no Dubai.

**E14 Hugo**- tem 80 anos de idade, nasceu em Coimbra, e é o último de seis irmãos. Poucos meses após ter concluído o Curso Geral de Enfermagem, rumou a Angola onde durante mais de vinte anos foi Chefe de Enfermagem, sendo responsável por dois Hospitais com serviços de Urgência. Com a descolonização vê-se obrigado a regressar a Portugal, onde passa a trabalhar como profissional na área da saúde oral, em Faro. Esteve no ativo até há sensivelmente cinco anos atrás. Já se casou e divorciou por duas vezes. Agora vive sozinho, apesar de estar numa relação. O último divórcio, há dois anos atrás, coincidiu com a saída do consultório e foi bastante problemático “*Vivi uns anos bem ainda com a 2.ª, mas depois começaram a nascer os filhos dos enteados...*”. Este foi um evento na sua vida que lhe deixou marcas profundas. Tem três filhos, de 56, 54 e 52 anos de idade, todos do primeiro relacionamento, duas raparigas e um rapaz. A filha mais nova vive fora de Portugal e trabalha num grande laboratório farmacêutico. Todos têm situações financeiras e profissionais estáveis. Tem oito netos, apenas três vivem em Faro. Já tem bisnetos.

**E15 Duarte**- tem 76 anos de idade, é natural de Lisboa, e viveu muitos anos em Moçambique, país para onde os pais emigraram ainda era uma criança e diz que “*Vivi lá até vir para a Universidade de Coimbra, pois não havia universidade nas colónias*”. Após a conclusão do curso de Medicina regressou a Moçambique, para cumprir o serviço militar, já casado e com quatro filhos de tenra idade. Porém, e apesar de desejar permanecer no país após a descolonização, decide voltar para Portugal “*por várias circunstâncias, o ambiente de*

guerra, a saída em massa dos portugueses, o ensino ter decaído, pensei se os miúdos (a mais velha já tinha 16 anos) ficam aqui, não vão conseguir ter um futuro melhor...”. Faro foi a cidade que o acolheu em 1979. Duarte trabalhou 38 anos como médico, tendo-se reformado definitivamente em 2007. É casado pela 2.ª vez e a sua esposa é “(...) muito mais nova! Tem 36 anos!”. Vive com o filho de ambos de 7 anos de idade e um enteado de um relacionamento anterior. Os outros quatro filhos do primeiro relacionamento, na casa dos 40 e 50 anos, encontram-se empregados e com situações profissionais estáveis. Dos cinco netos, dois já são licenciados, um deles está no Reino Unido. Os restantes ainda são estudantes.

**E16 Ida-** tem 90 anos e nasceu em Vila Real de Santo António. Órfã de mãe muito cedo, foi criada pelo pai. Fez apenas a antiga 4.ª classe, mas “*As minhas irmãs estudaram, foram para Lisboa com as madrinhas*”. O que já não aconteceu consigo, pois na vila “*não havia colégios para estudar, tínhamos de vir para Faro*” e o pai não quis. Veio morar para Faro, porque “*casei com um rapaz de Faro e depois (...) deixei-me ficar*”. A relação não deu certo e acabaram por divorciar-se. Ida diz mesmo que “*divorciei-me e fiquei sozinha e fiquei sozinha por isto. Uma amiga (...) que já tinha outra criança e precisava de trabalhar pediu-me para tomar conta do menino. Eu então criei o menino até ser homem e por isso não arranjei mais ninguém*”. Não teve filhos biológicos. Trabalhou como empregada de quartos e anos mais tarde começou a explorar uma pensão, tendo-se reformado com mais de 60 anos de idade. Divide um apartamento, porque não tem recursos para arrendar uma habitação. O filho adotivo vive em Lagos, mas mantém pouco contacto com a “mãe”.

**E17 Inês-** tem 70 anos de idade, é natural do Alvito, e é casada também com um administrativo reformado da função pública. A enfermeira reformou-se em 2002, tinha 57 anos de idade e recentemente arranjou um part-time numa clínica “*para distrair-me, para convívio*”. Tem duas filhas: uma tem 41 e outra tem 39 anos de idade, ambas licenciadas e com empregos estáveis, são casadas e moram em Faro. Tem três netos ainda crianças.

**E18 Miguel-** tem 72 anos de idade, nasceu em Faro onde completou a 4.ª classe e autointitula-se um “*licenciado do Estado Novo*”. Vive com a esposa, com quem explora um pequeno negócio de tabacaria/papelaria que é uma das fontes de rendimentos do casal. Tomou a iniciativa de emigrar aos 24 anos, apesar de ter “*aqui trabalho*”. Passados uns anos, regressou a Portugal na expectativa de proporcionar aos seus filhos um futuro melhor. Os dois filhos nasceram na Austrália, mas já concluíram o Ensino Secundário em Portugal. São ambos licenciados. O filho mais velho, engenheiro, 40 anos de idade, não conseguiu arranjar um emprego compatível com as suas habilitações e decidiu regressar à Austrália em 2012, no pico da crise, levando a esposa, também ela licenciada, e a filha pequena. O filho mais novo permanece em Faro. Tem dois netos.

**E19 Teresa-** tem 69 anos de idade e é natural do Arquipélago dos Açores, onde viveu até vir estudar para a Universidade, onde se licenciou. Vive com o esposo, médico reformado. A filha vive nos Açores, onde exerce a prática clínica, e não teve grandes problemas de empregabilidade “*Sabe, eu tive a sorte da minha filha ter um curso na área da saúde e de ter ido para os Açores*”. Trabalhou trinta e oito anos no ensino e reformou-se em 2010. A participante “*Gostava de dar aulas*”, mas meteu os papéis para a reforma “*(...) por causa da avaliação dos professores. Não estava para isso*”.

**E20 Manuel-** tem 71 anos de idade, está separado e em relação ao seu estado civil revela “*Não vivo com ninguém, estou absolutamente só*”. O sexto filho de uma contabilista e de uma

doméstica nasceu em Angola, fruto da 3.<sup>a</sup> geração de portugueses no ex-território ultramarino, e regressou a Portugal em 1974. Fez o 5.<sup>o</sup> ano comercial e “(...) *depois mais tarde fiz cá o 11.<sup>o</sup> ano*”. Era bancário, reformou-se aos 57 anos, apesar de ter trabalhado uns tempos numa imobiliária. O participante tem duas filhas, de 31 e 32 anos de idade, ambas com o 12.<sup>o</sup> ano de escolaridade. A filha mais velha está desempregada e está grávida. Quanto à mais nova, tem um filho de cinco anos, vive sozinha e trabalha numa ourivesaria. Das duas filhas, apenas a mais nova vive em Faro.

**E21 Adélia-** tem 70 anos de idade, é casada, natural de Tavira, e é a penúltima de dez irmãos. Confessa com orgulho “*tenho uma família enorme*”. Fez o 9.<sup>o</sup> ano de escolaridade e “*sempre fui agente de viagens, sempre ligada ao turismo*”, tendo passado por diferentes empresas do ramo. O esposo trabalhou muitos anos numa empresa, até se reformar aos 61 anos, na sequência de um processo de reestruturação. Além disso, teve uma doença grave que lhe concedeu um grau de incapacidade. Tem duas filhas de 50 e 44 anos de idade, ambas divorciadas e com o 12.<sup>o</sup> ano de escolaridade, que vivem em Faro. A mais velha trabalha no setor comercial e a mais nova no setor imobiliário. Tem três netos, sendo que mais velha completou um curso superior.

**E22 Carlos-** tem 72 anos de idade, é natural de Setúbal, mas filho de pais algarvios. Não tem irmãos. É professor reformado do Ensino Secundário, onde trabalhou cerca de 42 anos. Vive com a esposa que era igualmente colega de profissão. Tem um filho de 50 anos, licenciado e que trabalha na Administração Pública. As netas mais velhas já são licenciadas. A mais nova frequenta o 1.<sup>o</sup> ciclo do Ensino Básico.

**E23 Beatriz-** tem 73 anos de idade, é natural de Lisboa, filha de uma Professora de Música e de um Engenheiro. Após ter concluído um curso superior, casou-se com o “*grande amor da sua vida*”, mas “*A nossa vida deu uma reviravolta porque ele quis ir para Angola e foi lá que nasceu o meu 2.<sup>o</sup> filho. Quando o meu filho tinha 9 meses, ele faleceu*”. Veio morar para Faro, na sequência da descolonização de Angola, em 1975. Consigo trouxe os filhos ainda crianças. Tem dois filhos, uma rapariga, licenciada com 50 anos de idade, casada e que tem um filho de 14 anos, e um filho de 45 anos de idade, que tem dois filhos. Este é técnico de elevadores e neste momento está a viver fora de Portugal. Trabalhou como instrutora de condução até se reformar. Atualmente, é viúva há cerca de um ano do segundo relacionamento, com um militar reformado.

**E24 Ema-** tem 73 anos de idade, é natural de Faro e estudou até ao 9.<sup>o</sup> ano de escolaridade. Aos 22 anos de idade parte para Lisboa para fazer um estágio, onde trabalhou até aos 52 anos como operadora de telecomunicações. É solteira e tem uma filha de 41 anos, técnica de farmácia, e uma neta de 24 anos, que largou os estudos para começar a trabalhar. Tem uma doença que lhe condiciona de forma grave a mobilidade. Em 2006, regressou a Faro, por motivos de saúde, após ter vivido mais de três décadas nos arredores de Lisboa.

**E25 Tiago-** tem 71 anos de idade, nasceu em Ourique, foi comerciante e fez apenas a antiga 4.<sup>a</sup> classe, mas relembra “(...) *já era bem bom. E sempre com a mesma professora. Ela era muito exigente e isso foi muito bom para nós. Depois, fui trabalhar. Aliás já desde os 7 anos que trabalhava*”. Aos 12 anos parte com os pais para Angola onde “*Davam 4 hectares de terra e uma casa. Nós éramos sete. Depois tivemos que mudar para 9 hectares, produzíamos arroz e fartura de tudo. Levaram-nos para lá todos*”. Ainda conseguiu permanecer por Angola até 1979, mas “*Os angolanos foram ficando com as nossas coisas e eu pensei que*

*aquilo iria melhorar, mas não melhorou*". É viúvo e vive só, não teve filhos, mas diz com orgulho "tenho 10 sobrinhos".

**E26 Glória-** tem 72 anos de idade, nasceu em Olhão, numa família pobre "*Vivíamos mal, mas comida nunca faltou na mesa*". Era a mais velha de cinco irmãos. É solteira, fez a antiga 4.<sup>a</sup> classe e começou a trabalhar aos 12 anos, a servir na casa de uma senhora, em Faro. Queria sair de casa, pois "*(...) estava aborrecida, os meus pais batiam-me muito*". Entretanto, ficou sem trabalho e sem casa e o Governo Civil de Faro atribuiu-lhe um pré-fabricado num bairro social localizado numa área bastante degradada da cidade de Faro. "*Depois passou o tempo e já não tive possibilidades em sair daquele meio*", confessa-nos a participante. Glória não tem suporte familiar, não mantém contacto com familiares próximos e não teve filhos. Foi institucionalizada num lar de idosos em 2010, já com graves problemas de mobilidade.

**E27 Violante-** tem 89 anos a caminho dos 90, nasceu em Grândola, filha de trabalhadores rurais, e confessa que "*Foi uma vida muito pobrezinha, mas feliz*". É analfabeta, não sabe ler nem escrever e recorda que "*Trabalhava todos os dias no campo e pagavam à semana*". Tem apenas uma filha, já com 70 anos e que vive com o marido em Pinhal Novo. São ambos reformados. O único neto tem 50 anos e emigrou para França há coisa de 2 ou 3 anos. Antes de vir para o lar em Faro, há cerca de 6 ou 7 anos, morava sozinha em Pinhal Novo, tinha acabado de ficar viúva há pouco tempo. O marido "*fazia de tudo um pouco, era um bom homem e bom trabalhador*". Vivia numa habitação arrendada, porque "*não tinha possibilidades*" e faz questão de notar que "*a minha casa era muito modesta*".

**E28 Rosa** –tem 74 anos e nasceu em Boliqueime, concelho de Loulé. Filha única de pais que trabalhavam no campo. Completou a 3.<sup>a</sup> classe e depois foi vender flores. Trabalhou até casar, "*ainda precisei da autorização do meu pai para casar*", mas "*depois vieram os filhos e fiquei em casa a tomar conta deles*". Tem oito filhos: dois rapazes e cinco raparigas e mais uma filha que é adotada. Não sabe as idades dos filhos, nem tem uma ideia onde se possam encontrar no momento. A filha adotada é que dava algum apoio aos pais. Em 2014, foi institucionalizada no lar com o marido, pelo facto de este ter ficado cego. Vivia no campo, num local isolado e as ajudas eram poucas.

## APÊNDICE 4 – MAPA DE CATEGORIAS

### CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA CRISE E DA AUSTERIDADE EM PORTUGAL

#### As Causas das Crise

Categoria 1. Os governantes pisaram a linha vermelha	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. A corrupção	E11 E14 E18	E12 E13 E17
D2. O défice e o endividamento excessivo	E18 E20	E6 E13 E19 E21
D.3 A crise de valores	E20	-
<b>Total</b>	<b>4</b> <sup>183</sup>	<b>6</b> <sup>184</sup>

Quadro Caracterização da categoria 1.Os governantes pisaram a linha vermelha/Sexo

Categoria 1. Os governantes pisaram a linha vermelha	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. A corrupção	-	E11 E12 E17 E18	E13 E14
D2. O défice e o endividamento excessivo	E19	E18 E20 E21	E6 E13
D.3 A crise de valores	-	E20	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>6</b> <sup>185</sup>	<b>3</b> <sup>186</sup>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Os governantes pisaram a linha vermelha/Faixas Etárias

Categoria 1. Os governantes pisaram a linha vermelha	Indicador Individual de Classe			
	2 PTE	2 EDL	4 EE	5 EDL
D1. A corrupção	E11 E12 E13 E17	E14	-	E18
D2. O défice e o endividamento excessivo	E6 E13 E19	-	E20 E21	E18
D.3 A crise de valores	-	-	E20	-
<b>Total</b>	<b>6</b> <sup>187</sup>	<b>1</b>	<b>2</b> <sup>188</sup>	<b>1</b> <sup>189</sup>

Quadro - Caracterização da categoria 1.Os governantes pisaram a linha vermelha / Indicador Individual de Classe

Categoria 1.	Tipologia de Curso de Vida
--------------	----------------------------

<sup>183</sup> Os participantes E18 e E20 integram duas dimensões distintas.

<sup>184</sup> A participante E13 integra a D1. e a D2.

<sup>185</sup> Os participantes E18 e E20 integram duas dimensões distintas.

<sup>186</sup> A participante E13 integra a D1. e a D2.

<sup>187</sup> A participante E13 integra a D1. e a D2.

<sup>188</sup> O participante E20 integra duas dimensões distintas.

<sup>189</sup> O participante E18 integra duas dimensões distintas.

<b>Os governantes pisaram a linha vermelha</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
D1. A corrupção	E11 E12 E17	E18	E13 E14	-
D2. O défice e o endividamento excessivo	E6 E19	E18 E21	E13 E20	-
D.3 A crise de valores	-	-	E20	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>2<sup>190</sup></b>	<b>3<sup>191</sup></b>	<b>-</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1.Os governantes pisaram a linha vermelha/Curso de Vida

<b>Categoria 2. Portugal subjugou-se a interesses externos</b>	<b>Sexo</b>	
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
D1. A adesão ao Euro	E10	E7
D2. A crise provocada	E22	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Quadro – Caracterização da categoria 2.Portugal subjugou-se a interesses externos/Sexo

<b>Categoria 2. Portugal subjugou-se a interesses externos</b>	<b>Faixas Etárias</b>		
	<b>65-69</b>	<b>70-79</b>	<b>80+</b>
D1. A adesão ao Euro	-	E7 E10	-
D2. A crise provocada	-	E22	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>-</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. Portugal subjugou-se a interesses externos/Faixas Etárias

<b>Categoria 2. Portugal subjugou-se a interesses externos</b>	<b>Indicador Individual de Classe</b>		
	<b>2 PTE</b>	<b>5 EE</b>	<b>7 O</b>
D1. A adesão ao Euro	-	E10	E7
D2. A crise provocada	E22	-	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. Portugal subjugou-se a interesses externos/ Indicador Individual de Classe

<b>Categoria 2. Portugal subjugou-se a interesses externos</b>	<b>Tipologia de Curso de Vida</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
D1. A adesão ao Euro	-	E7	-	E10
D2. A crise provocada	E22	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. Portugal subjugou-se a interesses externos/Curso de Vida

<sup>190</sup> O participante E18 integra a D1. E a D2.

<sup>191</sup> O participante E13 integra a D1. e a D2, ao passo que o E20 se encontra na D2. e na D3.

## O PAPEL DO PODER POLÍTICO E DAS INSTITUIÇÕES NUM CONTEXTO DE CRISE E DE AUSTERIDADE

Categoria 1. Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições políticas	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições políticas	E5 E10 E11 E14 E15 E22	E1 E3 E17 E19
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>4</b>

Quadro – Caracterização da categoria 1. Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições políticas/ Sexo

Categoria 1. Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições políticas	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições	E19	E10 E11 E15 E17 E22	E1 E5 E3 E14
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>4</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições políticas/ Faixas Etárias

Categoria 1. Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições políticas	Indicador Individual de classe					
	2 PTE	2EDL	5 EE	7 O	9 EE	N/A
D1. Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições políticas	E11 E15 E17 E19 E22	E14	E10	E5	E3	E1
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições políticas/ Indicador Individual de Classe

Categoria 1. Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições políticas	E11 E15 E17 E19 E22	-	E14	E1 E3 E5 E10
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>4</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Não se pode acreditar nos políticos, nem nas instituições políticas/Curso de Vida

## CRISE SENTIDA OU NÃO SENTIDA?

Categoria 1. Nem todos sentiram a Crise	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. Nem todos sentiram a crise	-	E1 E4 E26 E27 E28
<b>Total</b>	-	<b>5</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Nem todos sentiram a Crise /Sexo

Categoria 1. Nem todos sentiram a crise	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. Nem todos sentiram a crise	-	E4 E26 E28	E1 E27
<b>Total</b>	-	<b>3</b>	<b>2</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Nem todos sentiram a Crise /Faixas Etárias

Categoria 1. Nem todos sentiram a crise	Indicador Individual de Classe			
	4 EE	9 O	9 EE	N/A
D1. Nem todos sentiram a crise	E4	E27	E26	E1 E8
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Nem todos sentiram a Crise /Indicador Individual de Classe

Categoria 1. Nem todos sentiram a crise	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. Nem todos sentiram a crise	-	-	-	E1 E4 E26 E27 E28
<b>Total</b>	-	-	-	<b>5</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Nem todos sentiram a Crise /Curso de Vida

Categoria 2. A Crise foi sentida	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. Foi tudo afetado pela crise	E10	E7 E8 E21 E23
D2. <i>“Senti a crise” e “como estava aqui sozinha senti-me muito desprotegida”</i>	-	E24
D3. <i>“Um objetivo que não se alcançou e uma alteração na possibilidade de compra e poupança”</i>	E11	-
D4. <i>“Isso foi a coisa que mais me custou”</i> : a quebra contratual e a perda de confiança nas instituições	E15	E19
D5. <i>“Dançar conforme a música”</i>	E14 E20 E25	E2 E16 E17

Categoria 2. A Crise foi sentida	Sexo	
	Homens	Mulheres
D6. “Deu para Viver”, mas a minha Família foi afetada pela crise	E22	E6 E9 E12 E13
D7. A minha Família sim, foi afetada pela crise	E5 E18	E3
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>14</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. A Crise foi sentida/Sexo

Categoria 2. A Crise foi sentida	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. Foi tudo afetado pela crise	-	E7 E8 E10 E21 E23	-
D2. “Senti a crise” e “como estava aqui sozinha senti-me muito desprotegida”	-	E24	-
D3. “Um objetivo que não se alcançou e uma alteração na possibilidade de compra e poupança”	-	E11	-
D4. “Isso foi a coisa que mais me custou”: a quebra contratual e a perda de confiança nas instituições	E19	E15	-
D5. “Dançar conforme a música”	-	E17 E20 E25	E2 E8 E14
D6. “Deu para Viver”, mas a minha Família foi afetada pela crise	-	E12 E22	E6 E9 E13
D7. A minha Família sim, foi afetada pela crise	-	E3 E18	E5
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>7</b>

Quadro -Caracterização da categoria 2. A Crise foi sentida /Faixas Etárias

Categoria 2. A Crise foi sentida	Indicador Individual de Classe							
	2 PTE	2EDL	4EE	5EE	5EDL	7 O	9EE	N/A
D1. Foi tudo afetado pela crise	-		E21	E10 E23	-	E7	E8	-
D2. “Senti a crise” e “como estava aqui sozinha senti-me muito desprotegida”	-	-	E24	-	-	-	-	-
D3. “Um objetivo que não se alcançou e uma alteração na possibilidade de compra e poupança”	E11	-	-	-	-	-	-	-
D4. “Isso foi a coisa que mais me custou”: a quebra contratual e a perda de confiança nas instituições	E15 E19	-	-	-	-	-	-	-
D5. “Dançar conforme a música”	E17	E14	E20	-	E16	-	-	E2

Categoria 2. A Crise foi sentida	Indicador Individual de Classe							
	2 PTE	2EDL	4EE	5EE	5EDL	7 O	9EE	N/A
					E25			
D6. <i>“Deu para Viver”</i> , mas a minha Família foi afetada pela crise	E6 E9 E12 E13 E22	-	-	-	-	-	-	-
D7. A minha Família sim, foi afetada pela crise	-	-	-	-	E18	E5	E3	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. A Crise foi sentida / Indicador Individual de Classe

Categoria 2. A Crise foi sentida	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. Foi tudo afetado pela crise	-	E7 E21	E23	E8 E10
D2. <i>“Senti a crise” e “como estava aqui sozinha senti-me muito desprotegida”</i>	-	-	-	E24
D3. <i>“Um objetivo que não se alcançou e uma alteração na possibilidade de compra e poupança”</i>	E11	-	-	-
D4. <i>“Isso foi a coisa que mais me custou”</i> : a quebra contratual e a perda de confiança nas instituições	E15 E19	-	-	-
D5. <i>“Dançar conforme a música”</i>	E17	-	E14 E20	E2 E16 E25
D6. <i>“Deu para Viver”</i> , mas a minha Família foi afetada pela crise	E6 E12 E13 E22	-	E9	-
D7. A minha Família sim, foi afetada pela crise	-	E18	-	E3 E5
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>8</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. A Crise foi sentida /Curso de Vida

# A AUSTERIDADE EM PORTUGAL ENQUANTO RESPOSTA À CRISE: APLICAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS

## A aplicação da Austeridade

Categoria 1. A Austeridade como uma política económica mal aplicada	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. Injustamente aplicada	E11 E15	E9 E12 E13 E19
D2. Uma terapia de choque	E18	-
D3. Um erro	E14 E22	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>4</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. A Austeridade como uma política económica mal aplicada/Sexo

Categoria 1. A Austeridade como uma política económica mal aplicada	Faixas etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. Injustamente aplicada	E19	E9 E11 E12 E15	E13
D2. Uma terapia de choque	-	E18	-
D3. Um erro	-	E22	E14
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>2</b>

Quadro – Caracterização da categoria 1. A Austeridade como uma política económica mal aplicada /Faixas Etárias

Categoria 1. A Austeridade como uma política económica mal aplicada	Indicador Individual de Classe		
	2 PTE	2 EDL	5EDL
D1. Injustamente aplicada	E9 E11 E12 E13 E15 E19	-	-
D2. Uma terapia de choque	-	-	E18
D3. Um erro	E22	E14	-
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Quadro -Caracterização da categoria 1. A Austeridade como uma política económica mal aplicada /Indicador Individual de

Classe

Categoria 1. A Austeridade como uma política económica mal aplicada	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. Injustamente aplicada	E11 E12 E15 E19	-	E9 E13	-
D2. Uma terapia de choque	-	E18	-	-
D3. Um erro	E22	-	E14	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>-</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. A Austeridade como uma política económica mal aplicada /Curso de Vida

Categoria 2. A Austeridade como uma política económica bem aplicada	Sexo	Idade	Indicador Individual de Classe	Tipologia de Curso de Vida
D1. Justamente aplicada	E6 Mulher	83	2 PTE	1

Quadro - Caracterização da categoria 2. A Austeridade como uma política económica bem aplicada

## As consequências da Austeridade

Categoria 1. O agravamento da pobreza	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. O agravamento da pobreza	E10	E7
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. O agravamento da pobreza/Sexo

Categoria 1. O agravamento da pobreza	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. O agravamento da pobreza	-	E7 E10	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>

Quadro. Caracterização da categoria 1. O agravamento da pobreza/Faixas Etárias

Categoria 1. O agravamento da pobreza	Indicador Individual de Classe	
	5 EE	7 O
D1. O agravamento da pobreza	E10	E7
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. O agravamento da pobreza/Indicador Individual de Classe

<b>Categoria 1.</b> <b>O agravamento da pobreza</b>	<b>Tipologia de Curso de Vida</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
D1. O agravamento da pobreza	-	E7	-	E10
<b>Total</b>	-	<b>1</b>	-	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. O agravamento da pobreza/Curso de Vida

<b>Categoria 2.</b> <b>A perda da identidade nacional</b>	<b>Sexo</b>	
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
D1. A perda da identidade nacional	E15	E6 E7
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. A perda da identidade nacional/Sexo

<b>Categoria 2.</b> <b>A perda da identidade nacional</b>	<b>Faixas Etárias</b>		
	<b>65-69</b>	<b>70-79</b>	<b>80+</b>
D1. A perda da identidade nacional	-	E7 E15	E6
<b>Total</b>	-	<b>2</b>	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. A perda da identidade nacional/Faixas Etárias

<b>Categoria 2.</b> <b>A perda da identidade nacional</b>	<b>Indicador Individual de Classe</b>	
	<b>2 PTE</b>	<b>7 O</b>
D1. A perda da identidade nacional	E6 E15	E7
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. A perda da identidade nacional/Indicador Individual de Classe

<b>Categoria 2.</b> <b>A perda da identidade nacional</b>	<b>Tipologia de Curso de Vida</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
D1. A perda da identidade nacional	E6 E15	E7	-	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	-	-

Quadro - Caracterização da categoria 2. A perda da identidade nacional/Curso de vida

<b>Categoria 3.</b> <b>O agravamento dos conflitos intergeracionais</b>	<b>Sexo</b>	
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
D1. O agravamento dos conflitos intergeracionais	1	E12 E19
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Quadro - Caracterização da categoria 3. O agravamento dos conflitos intergeracionais/Sexo

<b>Categoria 3.</b> <b>O agravamento dos conflitos intergeracionais</b>	<b>Faixas Etárias</b>		
	<b>65-69</b>	<b>70-79</b>	<b>80+</b>
D1. O agravamento dos conflitos intergeracionais	E19	E12 E22	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>-</b>

Quadro - Caracterização da categoria 3. O agravamento dos conflitos intergeracionais/Faixas Etárias

<b>Categoria 3.</b> <b>O agravamento dos conflitos intergeracionais</b>	
	<b>2 PTE</b>
D1. O agravamento dos conflitos intergeracionais	E12 E19 E22
<b>Total</b>	<b>3</b>

Quadro - Caracterização da categoria 3. O agravamento dos conflitos intergeracionais/Indicador Individual de Classe

<b>Categoria 3.</b> <b>O agravamento dos conflitos intergeracionais</b>	<b>Tipologia de Curso de Vida</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
D1. O agravamento dos conflitos intergeracionais	E12 E19 E22	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Quadro - Caracterização da categoria 3. O agravamento dos conflitos intergeracionais/Curso de Vida

## AS MEDIDAS DE AUSTERIDADE SENTIDAS

Categoria 1. As Medidas de Austeridade sentidas	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. Os cortes nas reformas e nos subsídios	E15 E20	E3 E6 E12 E13 E17 E19 E21 E23 E24
D2. A introdução dos duodécimos do subsídio de Natal	E10 E18	E9 E12 E16 E21
D3. “As alcabalas todas dos descontos”	E25	E19
D4. O aumento da ADSE	E15 E22	E6 E12 E13 E17
D.5 O aumento do IRS	E11	E3 E6 E9 E12 E13 E17
D6. O aumento do IMI	E15 E25	E12 E13 E17
D7. O aumento do IVA	E11	E3 E8
D8. O aumento na tributação das mais valias	-	E23
D9. O aumento das propinas	E22	-
D10. As restrições no acesso a benefícios sociais	-	E7
<b>Total</b>	<b>7</b> <sup>192</sup>	<b>13</b> <sup>193</sup>

Quadro Caracterização da categoria 1. As Medidas de Austeridade sentidas /Sexo

<sup>192</sup> Os participantes E15, E22 e E25 integram mais do que uma dimensão.

<sup>193</sup> As participantes E3, E6, E9, E12, E13, E17, E19, E21 e E23 integram mais do que uma dimensão.

Categoria 1. As Medidas de Austeridade sentidas	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. Os cortes nas reformas e nos subsídios	E19	E3 E12 E15 E17 E20 E21 E23 E24	E6 E13
D2. A introdução dos duodécimos do subsídio de Natal	-	E10  E12 E18 E21	E9 E16
D3. “As alcabalas todas dos descontos”	E19	E25	-
D4. O aumento da ADSE	-	E12 E15 E17 E22	E6 E13
D.5 O aumento do IRS	-	E3 E11 E12 E17	E6 E9 E13
D6. O aumento do IMI	-	E12 E15 E17 E25	E13
D7. O aumento do IVA	-	E3 E8 E11	-
D8. O aumento na tributação das mais valias	-	E23	-
D9. O aumento das propinas	-	E22	-
D10. As restrições no acesso a benefícios sociais	-	E7	-
<b>Total</b>	<b>1<sup>194</sup></b>	<b>15</b>	<b>4<sup>195</sup></b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. As Medidas de Austeridade sentidas / Faixas Etárias

<sup>194</sup> A participante E19 integra a D.1 e D3.

<sup>195</sup> As participantes E6, E9 e E13 integram mais do que uma dimensão.

Categoria 1. As Medidas de Austeridade sentidas	Indicador Individual de Classe					
	2 PTE	4 EE	5 EDL	5 EE	7 O	9 EE
D1. Os cortes nas reformas e nos subsídios	E6 E12 E13 E15 E17 E19	E20 E21 E24	-	E23	-	E3
D2. A introdução dos duodécimos do subsídio de Natal	E9 E12	E21	E16 E18	E10	-	
D3. “As alcabalas todas dos descontos”	E19	-	E25	-	-	-
D4. O aumento da ADSE	E6 E12 E13 E15 E17 E22	-	-	-	-	-
D.5 O aumento do IRS	E6 E9 E11 E12 E13 E17	-	-	-	-	E3
D6. O aumento do IMI	E12 E13 E15 E17	-	E25	-	-	-
D7. O aumento do IVA	E11	-	-	-	-	E3 E8
D8. O aumento na tributação das mais valias	-	-	-	E23	-	-
D9. O aumento das propinas	E22	-	-	-	-	-
D10. As restrições no acesso a benefícios sociais	-	-	-	-	E7	-
<b>Total</b>	<b>9<sup>196</sup></b>	<b>3<sup>197</sup></b>	<b>3<sup>198</sup></b>	<b>2<sup>199</sup></b>	<b>1</b>	<b>2<sup>200</sup></b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. As Medidas de Austeridade sentidas /Indicador Individual de Classe

<sup>196</sup> Os participantes E6, E9, E11, E12, E13, E15, E17, E19 e E22 integram mais do que uma dimensão.

<sup>197</sup> A participante E21 integra a D1. e a D2.

<sup>198</sup> O participante E25 integra a D3. e a D6.

<sup>199</sup> A participante E23 integra a D1. e a D8.

<sup>200</sup> A participante E3 integra a D5. e a D7.

Categoria 1. As Medidas de Austeridade sentidas	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. Os cortes nas reformas e nos subsídios	E6 E12 E15 E17 E19	E21	E13 E20 E23	E3 E24
D2. A introdução dos duodécimos do subsídio de Natal	E12	E18 E21	E9	E10 E16
D3. “As alcabalas todas dos descontos”	E19	-	-	E25
D4. O aumento da ADSE	E6 E12 E15 E17 E22	-	E13	-
D.5 O aumento do IRS	E6 E11 E12 E17	-	E9 E13	E3
D6. O aumento do IMI	E12 E15 E17	-	E13	E25
D7. O aumento do IVA	E11	-	-	E3 E8
D8. O aumento na tributação das mais-valias	-	-	E23	-
D9. O aumento das propinas	E22	-	-	-
D10. As restrições no acesso a benefícios sociais	-	E7	-	-
<b>Total</b>	<b>7<sup>201</sup></b>	<b>3<sup>202</sup></b>	<b>4<sup>203</sup></b>	<b>6<sup>204</sup></b>

Quadro -Caracterização da categoria 1. As Medidas de Austeridade sentidas /Curso de Vida

Categoria 2. Quando a Austeridade não se fez sentir	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. “A reforma é baixa, não sofri cortes” e Impostos e Consultas “também não pago”	E10 E14 E18	E1 E7 E27 E28
D2. “Outros é que gerem dinheiros e se teve cortes não sabe”	E5	E2 E4 E26
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>7</b>

Quadro -Caracterização da categoria 2. Quando a Austeridade não se fez sentir /Sexo

<sup>201</sup> Os participantes E6, E11, E12, E15, E17, E19 e E22 integram mais do que uma dimensão.

<sup>202</sup> A participante E21 integra a D1. e D2.

<sup>203</sup> As participantes E13 e E23 integra mais do que uma dimensão.

<sup>204</sup> As participantes E3 e E25 integram mais do que uma dimensão.

Categoria 2. Quando a Austeridade não se fez sentir	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. “A reforma é baixa, não sofri cortes” e Impostos e Consultas “também não pago	-	E7 E10 E18 E28	E1 E14 E27
D2. “Outros é que gerem dinheiros e se teve cortes não sabe”	-	E4 E26	E2 E5
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>5</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. Quando a Austeridade não se fez sentir /Faixas Etárias

Categoria 2. Quando a Austeridade não se fez sentir	Indicador Individual de Classe						
	2EDL	5EDL	5 EE	7 O	9 EE	9 O	N/A
“A reforma é baixa, não sofri cortes” e Impostos e Consultas “também não pago	E14	E18	E10	E7	-	E27	E1 E28
“Outros é que gerem dinheiros e se teve cortes não sabe”	-	-	E4	E5	E26	-	E2
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. Quando a Austeridade não se fez sentir / Indicador Individual de Classe

Categoria 2. Quando a Austeridade não se fez sentir	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. “A reforma é baixa, não sofri cortes” e Impostos e Consultas “também não pago	-	E18	E14	E1 E7 E10 E27 E28
D2. “Outros é que gerem dinheiros e se teve cortes não sabe”	-	-	-	E2 E4 E5 E26
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>9</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. Quando a Austeridade não se fez sentir / Curso de Vida

## OS SIGNIFICADOS DA CRISE E DA AUSTERIDADE

### A Insensibilidade social do Governo

Categoria 1. A Insensibilidade social do Governo	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. Traição do Estado	E15 E22	E13 E19 E23
D2. Injustiça Social	-	E13 E17
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>4<sup>205</sup></b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. A Insensibilidade social do Governo/Sexo

Categoria 1. A Insensibilidade social do Governo	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. Traição do Estado	E19	E15 E22 E23	E13
D2. Injustiça Social	-	E17	E13
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>1<sup>206</sup></b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. A Insensibilidade social do Governo/Faixas Etárias

Categoria 1. A Insensibilidade social do Governo	Indicador Individual de Classe	
	2 PTE	4 EE
D1. Traição do Estado	E13 E15 E19 E22	E23
D2. Injustiça Social	E13 E17	-
<b>Total</b>	<b>5<sup>207</sup></b>	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. A Insensibilidade social do Governo/Indicador Individual de Classe

Categoria 1. A Insensibilidade social do Governo	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. Traição do Estado	E15 E19 E22	-	E13 E23	-
D2. Injustiça Social	E17	-	E13	-
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>2<sup>208</sup></b>	<b>-</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. A Insensibilidade social do Governo/Curso de vida

<sup>205</sup> A participante E13 integra a D1. e a D2.

<sup>206</sup> A participante E13 integra a D1. e a D2.

<sup>207</sup> A participante E13 integra a D1. e a D2.

<sup>208</sup> A participante E13 integra a D1. e a D2.

<b>Categoria 2. Um Futuro comprometido</b>	<b>Sexo</b>	
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
D1. Insegurança e incerteza	-	E6 E9 E19
D2. Fim dos sonhos	E11	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. Um Futuro comprometido/Sexo

<b>Categoria 2. Um Futuro comprometido</b>	<b>Faixas Etárias</b>		
	<b>65-69</b>	<b>70-79</b>	<b>80+</b>
D1. Insegurança e incerteza	E19	-	E6 E9
D2. Fim dos sonhos	-	E11	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Quadro -Caracterização da categoria 2. Um Futuro comprometido/Faixas Etárias

<b>Categoria 2. Um Futuro comprometido</b>	<b>Indicador Individual de Classe</b>
	<b>2 PTE</b>
D1. Insegurança e incerteza	E6 E9 E19
D2. Fim dos sonhos	E11
<b>Total</b>	<b>4</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. Um Futuro comprometido/Indicador Individual de Classe

<b>Categoria 2. Um Futuro comprometido</b>	<b>Tipologia de Curso de Vida</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
D1. Insegurança e incerteza	E6 E19	-	E9	-
D2. Fim dos sonhos	E11	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. Um Futuro comprometido/Curso de Vida

## O ESTADO ATUAL DO PAÍS

Categoria 1. Perspetivas de mudanças sobre o estado do país	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. <i>As coisas agora estão um bocadinho cor-de-rosa</i> : Os Otimistas moderados	E11 E14 E15 E18 E22	E9 E13 E19 E23
D2. <i>As coisas têm vindo a piorar</i> : os Pessimistas	E5 E10 E20 E25	E2 E3 E6 E7 E8 E12 E16 E21 E24
D3. O Mundo visto de <i>“dentro para fora”</i>	-	E4 E26
D4. O Presente percecionado à luz do Passado	-	E27
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>16</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Perspetivas de mudanças sobre o estado do país / Sexo

Categoria 1. Perspetivas de mudanças sobre o estado do país	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. <i>As coisas agora estão um bocadinho cor-de-rosa</i> : Os Otimistas moderados	E19	E11 E15 E18 E22 E23	E9 E13 E14
D2. <i>As coisas têm vindo a piorar</i> : os Pessimistas	-	E7 E8 E10 E12 E20 E21 E24 E25	E2 E3 E5 E6 E16
D3. O Mundo visto de <i>“dentro para fora”</i>	-	E4 E26	-
D4. O Presente percecionado à luz do Passado		-	E27
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>9</b>

Quadro- Caracterização da categoria 1. Perspetivas de mudanças sobre o estado do país/Faixas Etárias

Categoria 1. Perspetivas de mudanças sobre o estado do país	Indicador Individual de Classe								
	2 PTE	2EDL	4EE	5EE	5EDL	7 O	9 0	9EE	N/A
D1. <i>As coisas agora estão um bocadinho cor-de-rosa</i> : Os Otimistas moderados	E9 E11 E13 E15 E19 E22	E14	-	E23	E18	-	-	-	-
D2. <i>“As coisas têm vindo a piorar”</i> : os Pessimistas	E6 E12	-	E20 E21 E24	E10	E16 E25	E5 E7	-	E3 E8	E2
D3. O Mundo visto de <i>“dentro para fora”</i>	-	-	E4	-	-	-	-	E26	-
D4. O Presente percecionado à luz do Passado	-	-	-	-	-	-	E27	-	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Perspetivas de mudanças sobre o estado do país / Indicador Individual de Classe

Categoria 1. Perspetivas de mudanças sobre o estado do país	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. <i>As coisas agora estão um bocadinho cor-de-rosa</i> : Os Otimistas moderados	E11 E15 E19 E22	E18	E9 E13 E14 E23	-
D2. <i>“As coisas têm vindo a piorar”</i> : os Pessimistas	E6 E12	E7 E21	E20	E2 E3 E5 E8 E10 E16 E24 E25
D3. O Mundo visto de <i>“dentro para fora”</i>	-	-	-	E4 E26
D4. O Presente percecionado à luz do Passado	-	-	-	E27
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>11</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Perspetivas de mudanças sobre o estado do país / Curso de Vida

## OS CONTORNOS DAS MUDANÇAS INTRODUZIDAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES

Categoria 1. As Mudanças no lazer	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. Os cortes nas atividades de restauração	E10 E15 E20 E22	E21
D2. Os cortes nas viagens/férias	E5 E15 E22 E25	E6 E7 E21 E23 E24
<b>Total</b>	<b>6<sup>209</sup></b>	<b>5<sup>210</sup></b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. As Mudanças no lazer/Sexo

Categoria 1. As Mudanças no lazer	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. Os cortes nas atividades de restauração	-	E10 E15 E20 E21 E22	-
D2. “Os cortes nas viagens/férias	-	E7 E15 E21 E22 E23 E24 E25	E5 E6
<b>Total</b>	-	<b>9<sup>211</sup></b>	<b>2</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. As Mudanças no lazer/ Faixas Etárias

Categoria 1. As Mudanças no lazer	Indicador Individual de Classe				
	2 PTE	4EE	5EE	5EDL	7 O
D1. Os cortes nas atividades de restauração	E15 E22	E20 E21	E10	-	-
D2. Os cortes nas viagens/férias	E6 E15 E22	E21 E23 E24	-	E25	E5 E7
<b>Total</b>	<b>3<sup>212</sup></b>	<b>4<sup>213</sup></b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. As Mudanças no lazer/Indicador Individual de Classe

<sup>209</sup> Os participantes E15 e E22 integram a D1. e a D2.

<sup>210</sup> A participante E21 integra a D1. e a D2.

<sup>211</sup> Os participantes E15, E21 e E22 integram a D1. e a D2.

<sup>212</sup> Os participantes E15 e E22 integram a D1. e a D2.

<sup>213</sup> A participante E21 integra a D1. e a D2.

<b>Categoria 1.</b> <b>As Mudanças no lazer</b>	<b>Tipologia de Curso de Vida</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
D1. Os cortes nas atividades de restauração	E15 E22	E21	E20	E10
D2. Os cortes nas viagens/férias	E6 E15 E22	E7 E21	E23	E5 E24 E25
<b>Total</b>	<b>3<sup>214</sup></b>	<b>2<sup>215</sup></b>	<b>2</b>	<b>4</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. As Mudanças no lazer/Curso de Vida

<b>Categoria 2.</b> <b>As Mudanças no consumo de bens</b>	<b>Sexo</b>	
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
D1. Consumo de bens não duráveis	E10 E11	E3 E7 E8 E16 E17 E23 E24
D2. Consumo de bens semi-duráveis	E10 E11	E7 E12 E13 E19 E21
D3. Consumo de bens duráveis	E15 E22	-
<b>Total</b>	<b>4<sup>216</sup></b>	<b>11<sup>217</sup></b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. As Mudanças no consumo de bens/Sexo

<b>Categoria 2.</b> <b>As Mudanças no consumo de bens</b>	<b>Faixas Etárias</b>		
	<b>65-69</b>	<b>70-79</b>	<b>80+</b>
D1. Consumo de bens não duráveis	-	E7 E8 E10 E11 E17 E23 E24	E3 E16
D2. Consumo de bens semi-duráveis	E19	E7 E10 E11 E12 E21	E13
D3. Consumo de bens não duráveis	-	E15 E22	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>11<sup>218</sup></b>	<b>3</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. As Mudanças no consumo de bens/Faixas Etárias

<sup>214</sup> Os participantes E15 e E22 integram a D1. e a D2.

<sup>215</sup> A participante E7 integra a D1. e a D2.

<sup>216</sup> Os participantes E10 e E11 integram a D.1 e a D2.

<sup>217</sup> A participante E7 integra a D.1 e a D2.

<sup>218</sup> Os participantes E7, E10 e E11 integram a D1. e a D2.

Categoria 2. As Mudanças no consumo de bens	Indicador Individual de Classe					
	2 PTE	4EE	5EE	5 EDL	7OI	9EE
D1. Consumo de bens não duráveis	E11 E17	E24	E10 E23	E16	E7	E3 E8
D2. Consumo de bens semi-duráveis	E11 E12 E13 E19	E21	E10	-	E7	-
D3. Consumo de bens não duráveis	E15 E22	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7<sup>219</sup></b>	<b>2</b>	<b>2<sup>220</sup></b>	<b>1</b>	<b>1<sup>221</sup></b>	<b>2</b>

Quadro- Caracterização da categoria 2. As Mudanças no consumo de bens/Indicador Individual de Classe

Categoria 2. As Mudanças no consumo de bens	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. Consumo de bens não duráveis	E11 E17	E7	E23	E3 E8 E10 E16 E24
D2. Consumo de bens semi-duráveis	E11 E12 E19	E7 E21	E13	E10
D3. Consumo de bens não duráveis	E15 E22	-	-	
<b>Total</b>	<b>6<sup>222</sup></b>	<b>2<sup>223</sup></b>	<b>2</b>	<b>5<sup>224</sup></b>

Quadro- Caracterização da categoria 2. As Mudanças no consumo de bens/Curso de Vida

Categoria 3. As Mudanças nas relações intergeracionais	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. Prestação de apoio financeiro aos filhos/netos	E11 E22	E3 E9 E13 E21 E23 E24
D2. Receção de apoio financeiro da parte dos filhos	E5	E7
D3. Deixar de ter contactos face-a-face por causa da emigração dos familiares	-	E18
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>8</b>

Quadro - Caracterização da categoria 3. As Mudanças nas relações intergeracionais/Sexo

<sup>219</sup> O participante E11 integra a D1. e a D2.

<sup>220</sup> O participante E10 integra a D1. e a D2.

<sup>221</sup> A participante E7 integra a D1. e a D2.

<sup>222</sup> O participante E11 integra a D1. e a D2.

<sup>223</sup> A participante E7 integra a D1. e a D2.

<sup>224</sup> O participante E10 integra a D1. e a D2.

<b>Categoria 3. As Mudanças nas relações intergeracionais</b>	<b>Faixas Etárias</b>		
	<b>65-69</b>	<b>70-79</b>	<b>80+</b>
D1. Prestação de apoio financeiro aos filhos/netos	-	E3 E11 E21 E22 E23 E24	E9 E13
D2. Receção de apoio financeiro da parte dos filhos	-	E7	E5
D3. Deixar de ter contactos face-a-face por causa da emigração dos familiares	-	E18	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>3</b>

Quadro - Caracterização da categoria 3. As Mudanças nas relações intergeracionais/Faixas Etárias

<b>Categoria 3. As Mudanças nas relações intergeracionais</b>	<b>Indicador Individual de Classe</b>					
	<b>2 PTE</b>	<b>4 EE</b>	<b>5EDL</b>	<b>5 EE</b>	<b>7 O</b>	<b>9 EE</b>
D1. Prestação de apoio financeiro aos filhos/netos	E9 E11 E13 E22	E21	-	E23 E24	-	E3
D2. Receção de apoio financeiro da parte dos filhos	-	-	-	-	E5 E7	-
D3. Deixar de ter contactos face-a-face por causa da emigração dos familiares			E18	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Quadro -Caracterização da categoria 3. As Mudanças nas relações intergeracionais/Indicador Individual de Classe

<b>Categoria 3. As Mudanças nas relações intergeracionais</b>	<b>Tipologia de Curso de Vida</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
D1. Prestação de apoio financeiro aos filhos/netos	E11 E22	E21	E9 E13 E23	E3 E24
D2. Receção de apoio financeiro da parte dos filhos	-	-	-	E5 E7
D3. Deixar de ter contactos face-a-face por causa da emigração dos familiares	-	E18	-	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

Quadro - Caracterização da categoria 3. As Mudanças nas relações intergeracionais/Curso de Vida

Categoria 4. As dificuldades dos descendentes no presente e no futuro	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. As vidas incertas e a preocupação/ sofrimento dos familiares	E11	E7 E9 E12 E21 E24
D2. O futuro dos filhos/netos	E11 E15	E3 E7 E12 E13 E19
<b>Total</b>	<b>2<sup>225</sup></b>	<b>8<sup>226</sup></b>

Quadro - Caracterização da categoria 4. A Família no presente e no futuro/Sexo

Categoria 4. As dificuldades dos descendentes no presente e no futuro	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. As Vidas incertas e a preocupação/ sofrimento dos familiares	-	E7 E11 E12 E21 E24	E9
D2. O Futuro dos filhos/netos	-	E3 E7 E11 E12 E15 E19	E13
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>8<sup>227</sup></b>	<b>2</b>

Quadro -Caracterização da categoria 4.A Família no presente e no futuro/Faixas Etárias

Categoria 4. As dificuldades dos descendentes no presente e no futuro	Indicador Individual de Classe			
	2 PTE	4 EE	7 O	9 EE
D1. As Vidas incertas e a preocupação/sofrimento dos familiares	E9 E11 E12	E21 E24	E7	-
D2. O Futuro dos filhos/netos	E11 E12 E13 E15 E19	-	E7	E3
<b>Total</b>	<b>6<sup>228</sup></b>	<b>2</b>	<b>1<sup>229</sup></b>	<b>1</b>

Quadro -Caracterização da categoria 4.A Família no presente e no futuro/Indicador Individual de Classe

<sup>225</sup> O participante E11 integra a D1. e D2.

<sup>226</sup> As participantes E7 e E12 integram a D1. e D2

<sup>227</sup> Os participantes E7, E11, E12 integram a D1. e D2.

<sup>228</sup> Os participantes E11 e E12 integram a D1. e a D2.

<sup>229</sup> A participante E7 integra a D1. e D2.

<b>Categoria 4.</b> <b>As dificuldades dos descendentes no presente e no futuro</b>	<b>Tipologia de Curso de Vida</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
D1. As Vidas incertas e a preocupação/sofrimento dos familiares	E11 E12	E7 E21	E9	E24
D2. O Futuro dos filhos/netos	E11 E12 E15 E19	E7	E13	E3
<b>Total</b>	<b>4<sup>230</sup></b>	<b>2<sup>231</sup></b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Quadro- Caracterização da categoria 4.A Família no presente e no futuro/Curso de Vida

<b>Categoria 5.</b> <b>As Mudanças na delegação de tarefas domésticas</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Indicador Individual de Classe</b>	<b>Tipologia de Curso de Vida</b>
D1. Reduzir as horas da empregada doméstica	E19 Mulher	69	2 PTE	1

Quadro Caracterização da categoria 5. As Mudanças na delegação de tarefas domésticas

<b>Categoria 6.</b> <b>As Mudanças no pagamento de medicamentos</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Indicador Individual de Classe</b>	<b>Tipologia de Curso de Vida</b>
D1. Não conseguir comprar a medicação	E8 Mulher	76	9 EE	4

Quadro Caracterização da categoria 6. As Mudanças no pagamento de medicamentos

<sup>230</sup> Os participantes E11 e E12 integram a D1. e a D2.

<sup>231</sup> A participante E7 integram a D1. e a D2.

## OS SIGNIFICADOS ASSOCIADOS ÀS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES

Categoria 1. Contradições entre o esperado e a realidade	Sexo	
	Homens	Mulheres
D.1 Uma velhice diferente da esperada	E5 E10 E11 E15 E22	E3 E6 E7 E8 E9 E16 E21 E23 E24
D2. Desestabilização do curso de vida dos familiares	E11 E18	E3 E7 E9 E12 E19 E21 E23 E24
<b>Total</b>	<b>6<sup>232</sup></b>	<b>11<sup>233</sup></b>

Quadro -Caracterização da categoria 1. Contradições entre o esperado e a realidade/Sexo

Categoria 1. Contradições entre o esperado e a realidade	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. Uma velhice diferente da esperada		E3 E7 E8 E10 E11 E15 E21 E22 E23 E24	E5 E6 E9 E16
D2. Desestabilização do curso de vida dos familiares	E19	E3 E7 E11 E12 E18 E21 E23 E24	E9
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>12<sup>234</sup></b>	<b>4<sup>235</sup></b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Contradições entre o esperado e a realidade/ Faixas Etárias

<sup>232</sup> O participante E11 integra a D1. e a D2.

<sup>233</sup> As participantes E3, E7, E9, E21, E23 e E24 integram as D1. e D2.

<sup>234</sup> Os participantes E3, E7, E11, E21, E23 e E24 integram as D1. e D2.

<sup>235</sup> A participante E9 integra a D1. e a D2.

Categoria 1. Contradições entre o esperado e a realidade	Indicador Individual de Classe					
	2 PTE	4 EE	5 EDL	5 EE	7 O	9EE
D1. Uma velhice diferente da esperada	E6 E9 E11 E15 E22	E21 E24	E16	E10 E23	E5 E7	E3 E8
D2. Desestabilização do curso de vida dos familiares	E9 E11 E12 E19	E21 E24	E18	E23	E7 -	E3
<b>Total</b>	<b>6<sup>236</sup></b>	<b>2<sup>237</sup></b>	<b>2</b>	<b>2<sup>238</sup></b>	<b>2<sup>239</sup></b>	<b>2<sup>240</sup></b>

Quadro Caracterização da categoria 1. Contradições entre o esperado e a realidade /Curso de Vida

Categoria 1. Contradições entre o esperado e a realidade	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. Uma velhice diferente da esperada	E6 E11 E15 E22	E7 E21	E9 E23	E3 E5 E8 E10 E16 E24
D2. Desestabilização do curso de vida dos familiares	E11 E12 E19	E7 E18 E21	E9 E23	E3 E24
<b>Total</b>	<b>6<sup>241</sup></b>	<b>3<sup>242</sup></b>	<b>2<sup>243</sup></b>	<b>6<sup>244</sup></b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. Contradições entre o esperado e a realidade/Curso de Vida

<sup>236</sup> Os participantes E9 e E11 integram a D1. e a D2.

<sup>237</sup> Os participantes E11 e E24 integram a D1. e a D2.

<sup>238</sup> A participante E23 integra a D1. e a D2.

<sup>239</sup> A participante E7 integra a D1. e a D2

<sup>240</sup> A participante E3 integra a D1. e a D2

<sup>241</sup> O participante E11 integra a D1. e a D2.

<sup>242</sup> As participantes E7 e E21 integram a D1. e a D2.

<sup>243</sup> As participantes E9 e E23 integram a D1. e a D2.

<sup>244</sup> As participantes E3 e E24 integram a D1. e a D2.

## AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES NOS DOMÍNIOS DA SAÚDE DAS PESSOAS IDOSAS

Categoria 1. A Crise e a Austeridade passam ao lado da Saúde	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. Não ao ponto de afetar a saúde	E5 E14 E15 E20 E25	E1 E6 E17
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. A Crise e a Austeridade passam ao lado da Saúde/Sexo

Categoria 1. A Crise e a Austeridade passam ao lado da Saúde	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. Não ao ponto de afetar a saúde	-	E15 E17 E20 E25	E1 E5 E6 E14
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

Quadro-Characterização da categoria 1. A Crise e a Austeridade passam ao lado da Saúde/Faixas Etárias

Categoria 1. A Crise e a Austeridade passam ao lado da Saúde	Indicador Individual de Classe					
	2EDL	2PTE	4EE	5EDL	7O	NA
D1. Não ao ponto de afetar a saúde	E14	E6 E15 E17	E20	E25	E5	E1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Quadro -Caracterização da categoria 1. A Crise e a Austeridade passam ao lado da Saúde /índice Individual de Classe

Categoria 1. A Crise e a Austeridade passam ao lado da Saúde	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. Não ao ponto de afetar a saúde	E6 E15 E17	-	E14 E20	E1 E5 E25
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. A Crise e a Austeridade passam ao lado da Saúde/Curso de Vida

Categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. Rostos Tristes, tempos difíceis	E18 E22	E7 E8 E16
D2. “Preocupa-me o futuro dos meus!”: quem tem filhos (ou netos) tem cadilhos!	E11	E21 E13
D3. “Sofro porque os meus sofrem”: quem tem familiares sofre e não é pouco	-	E3 E7 E9 E12 E21 E23 E24
D4. “Má disposição e ansiedade, isso sim!”	-	E19
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>11<sup>245</sup></b>

Quadro – Caracterização da categoria 2.A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder/Sexo

Categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. Rostos Tristes, tempos difíceis	-	E7 E8 E18 E22	E16
D.2 “Preocupa-me o futuro dos meus!”: quem tem filhos (ou netos) tem cadilhos!	-	E11 E21	E13
D3. “Sofro porque os meus sofrem”: quem tem familiares sofre e não é pouco	-	E3 E7 E12 E21 E23 E24	E9
D4. “Má disposição e ansiedade, isso sim!”	E19	-	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>10<sup>246</sup></b>	<b>3</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2.A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder/Faixas Etárias

Categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder	Indicador Individual de Classe						
	2EDL	2PTE	4EE	5EE	5EDL	7OI	9EE
D1. Rostos Tristes, tempos difíceis	-	E22	-		E18	E7 E16	E8
D.2 “Preocupa-me o futuro dos meus!”: quem tem filhos (ou netos) tem cadilhos!	-	E11 E13	E21		-	-	-
D3. “Sofro porque os meus sofrem”: quem tem familiares sofre e não é pouco	-	E9 E12	E21 E24	E23	-	E7	E3
D4. “Má disposição e ansiedade, isso sim!”	-	E19	-		-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>2<sup>247</sup></b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2<sup>248</sup></b>	<b>2</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2.A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder/Indicador Individual de Classe

<sup>245</sup> As participantes E7 e E21 integram duas dimensões distintas.

<sup>246</sup> As participantes E7 e E21 integram duas dimensões distintas.

<sup>247</sup> A participante E21 integra a D1. e a D3.

<sup>248</sup> A participante E7 integra a D1. e a D3.

Categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. Rostos Tristes, tempos difíceis	E22	E7 E18	-	E8 E16
D.2 “Preocupa-me o futuro dos meus!”: quem tem filhos (ou netos) tem cadilhos!	E11	E21	E13	-
D3. “Sofro porque os meus sofrem”: quem tem familiares sofre e não é pouco	E12	E7 E21	E9 E23	E3 E24
D4. “Má disposição e ansiedade, isso sim!”	E19	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>3<sup>249</sup></b>	<b>3</b>	<b>4</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder/Curso de Vida

Categoria 3. “Sinto-me muito melhor aqui ”: quando a saúde fica a ganhar com a institucionalização	Sexo	Idade	Indicador Individual de Classe	Tipologia de Curso de Vida
D1. “Sinto-me muito melhor aqui ”: quando a Saúde fica a ganhar com a Institucionalização	E26 Mulher	72	90	4

Quadro - Caracterização da categoria 4. “Este problema de saúde surgiu antes da crise”: quando a saúde era um problema e depois veio a *Troika*

Categoria 4. “Este problema de saúde surgiu antes da crise”: quando a saúde era um problema e depois veio a <i>Troika</i>	Sexo	Idade	Indicador Individual de Classe	Tipologia de Curso de Vida
D1. ““Este problema de saúde surgiu antes da crise”: quando a saúde era um problema e depois veio a <i>Troika</i>	E10 Homem E4 Mulher	71  74	5EE	4
<b>Total</b>				<b>2</b>

Quadro - Caracterização da categoria 5. “Este problema de saúde surgiu antes da crise”: quando a saúde era um problema e depois veio a *Troika*

<sup>249</sup> A participante E7 integra a D1. e a D3, ao passo que a E21 integra a D2. e a D3.

## AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS DAS PRÁTICAS FAMILIARES NOS DOMÍNIOS DO BEM-ESTAR INDIVIDUAL E QUALIDADE DE VIDA (QdV)

Categoria 1. A Crise e a Austeridade: passam ao lado do bem-estar e da Qualidade de Vida (QdV)	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. “Vivo praticamente igual”	E11 E14 E18 E20 E25	E12
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. A Crise e a Austeridade: passam ao lado do bem-estar e da Qualidade de Vida (QdV)/Sexo

Categoria 1. A Crise e a Austeridade: passam ao lado do bem-estar e da Qualidade de Vida (QdV)	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. “Vivo praticamente igual”	-	E11 E12 E18 E20 E25	E14
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>-</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1. A Crise e a Austeridade: passam ao lado do bem-estar e da Qualidade de Vida/Faixas Etárias

Categoria 1. A Crise e a Austeridade: passam ao lado do bem-estar e da Qualidade de Vida (QdV)	Indicador Individual de Classe				
	2PTE	2EDL	4EE	5EE	5EDL
D1. “Vivo praticamente igual”	E12	E14	E20	E11	E18 E25
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Quadro Caracterização da categoria 1. A Crise e a Austeridade: passam ao lado do bem-estar e da Qualidade de Vida/Indicador Individual de Classe

Categoria 1. A Crise e a Austeridade: passam ao lado do bem-estar e da Qualidade de Vida (QdV)	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. “Vivo praticamente igual”	E11 E12	E18	E14 E20	E25
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Quadro Caracterização da categoria 1. A Crise e a Austeridade: passam ao lado do bem-estar e da Qualidade de Vida/Curso de vida

Categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando o bem-estar e a Qualidade de Vida ficam a perder	Sexo	
	Homens	Mulheres
D1. A soma de todas as perdas	E10	E7 E8 E16 E24
D2. “Não foi só o dinheiro, havia planos para o futuro”	-	E3
D3. “Afetaram, mas eu já tive anos piores”	-	E9
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>6</b>

Quadro Caracterização da categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando o bem-estar e a Qualidade de Vida ficam a perder/Sexo

Categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando o bem-estar e a Qualidade de Vida ficam a perder	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. A Soma de todas as perdas	-	E7 E8 E10 E24	E16
D2. “Não foi só o dinheiro, havia planos para o futuro”	-	E3	-
D3. “Afetaram, mas eu já tive anos piores”	-	-	E9
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

Quadro Caracterização da categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando o bem-estar e a Qualidade de Vida ficam a perder/Faixas Etárias

Categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando o bem-estar e a Qualidade de Vida ficam a perder	Indicador Individual de Classe					
	2PTE	4EE	5EE	5EDL	7O	9EE
D1. A Soma de todas as perdas	-	E24	E10	E16	E7	E8
D2. “Não foi só o dinheiro, havia planos para o futuro”	-	-	-	-	-	E3
D3. “Afetaram, mas eu já tive anos piores”	E9	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Quadro - Caracterização da categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando o bem-estar e a Qualidade de Vida ficam a perder/Indicador Individual de Classe

Categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando o bem-estar e a Qualidade de Vida ficam a perder	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. A Soma de todas as perdas	-	E7	-	E8 E10 E16 E24
D2. “Não foi só o dinheiro, havia planos para o futuro”	-	-	-	E3
D3. “Afetaram, mas eu já tive anos piores”	-	-	E9	-
<b>Total</b>	-	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>

Quadro Caracterização da categoria 2. A Crise e a Austeridade: quando o bem estar e a Qualidade de Vida ficam a perder/Curso de vida

Categoria 1. “Aqui passo bem”: a Qualidade de Vida das pessoas idosas institucionalizadas	Sexo
	Mulheres
D1. “Aqui passo bem”	E1 E26 E27
<b>Total</b>	<b>3</b>

Quadro -Caracterização da categoria 1.“Aqui passo bem”: a Qualidade de Vida das Pessoas idosas institucionalizadas/ Sexo

Categoria 1. “Aqui passo bem”: a Qualidade de Vida das pessoas idosas institucionalizadas	Faixas Etárias		
	65-69	70-79	80+
D1. “Aqui passo bem”	-	1	2
<b>Total</b>	-	<b>1</b>	<b>2</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1.“Aqui passo bem”: a Qualidade de Vida das Pessoas idosas institucionalizadas/Faixas Etárias

Categoria 1. “Aqui passo bem”: a Qualidade de Vida das pessoas idosas institucionalizadas	Indicador Individual de Classe		
	9EE	9 O	NA
D1. “Aqui passo bem”	E26	E27	E1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Quadro - Caracterização da categoria 1.“Aqui passo bem”: a Qualidade de Vida das Pessoas idosas institucionalizadas/Indicador Individual de Classe

Categoria 1. “Aqui passo bem”: a Qualidade de Vida das pessoas idosas institucionalizadas	Tipologia de Curso de Vida			
	1	2	3	4
D1. “Aqui passo bem”	-	-	-	E1 E26 E27
<b>Total</b>	-	-	-	<b>3</b>

Quadro Caracterização da categoria 1.“Aqui passo bem”: a Qualidade de Vida das Pessoas idosas institucionalizadas/Curso de Vida

## APÊNDICE 5 - OPERACIONALIZAÇÃO DA *FRAMEWORK ANALYSIS*

### EXEMPLO TEMA 6- AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES NOS DOMÍNIOS DA SAÚDE DAS PESSOAS IDOSAS: DOS ELEMENTOS ÀS DIMENSÕES

E	Idade	Sexo	6.1 Saúde Elementos	Label 6.1	6.1 Saúde Dimensões
<b>E1</b> <b>Maria</b>	92	F	Saúde/ sente-igual	A	D.3 Saúde/está na mesma
<b>E2</b> <b>Ana</b>	82	F	Não responde	E	D.2 Não responde
<b>E3</b> <b>Joana</b>	77	F	Saúde/incerteza perturba (Ego e filho afetados)	Q	D.10 Saúde afetada Ego/familiares
<b>E4</b> <b>Fátima</b>	72	F	Saúde/já tinha problemas antes da crise	K	D.8 Saúde/ já tinha problemas antes da crise
<b>E5</b> <b>Nuno</b>	82	M	Saúde/está na mesma	C	D.3 Saúde/está na mesma
<b>E6</b> <b>Laura</b>	83	F	Saúde/problemas não é a pessoa indicada para falar	D	D.7 Não tem problemas saúde
<b>E7</b> <b>Eva</b>	79	F	Saúde/ tem graves problemas/a situação do país tira o sono Saúde/sente-se triste, desolada e sem esperança	G/V	D.11 Saúde/Dormir mal D.5 Tristeza
<b>E8</b> <b>Lia</b>	76	F	Saúde/cada vez tem menos como se tratar	F	D.4 Saúde/cada vez tem menos como se tratar
<b>E9</b> <b>Marta</b>	83	F	Saúde_ ainda hoje dorme mal _receio do dia de amanhã	R	D.11 Saúde/Dormir mal
<b>E10</b> <b>Gil</b>	71	M	Saúde/o seu problema de saúde não lhe permite fazer nada por si	U	D.8 Saúde/já tinha problemas antes da crise
<b>E11</b> <b>José</b>	75	M	Saúde_ mexe em parte, porque preocupa o futuro dos filhos	H	D.6 Afeta Saúde/Preocupação Futuro Filhos/Netos
<b>E12</b> <b>Dina</b>	75	F	Saúde/ mais enervada/Passou a tomar comprimido para dormir Preocupações/ futuro do filho e neta	S/Z	D.11 Saúde/Dormir mal D.6 Afeta Saúde_Preocupação Futuro Filhos/Netos
<b>E13</b> <b>Rita</b>	81	F	Saúde/sim pensar no futuro dos netos	I	D.6 Afeta Saúde/Preocupação Futuro Filhos/Netos
<b>E14</b> <b>Hugo</b>	80	M	Saúde/mas foi do divórcio/não da crise	J	D1. Não afeta Saúde
<b>E15</b> <b>Duarte</b>	76	M	Saúde/não afeta	B	D1. Não afeta Saúde
<b>E16</b> <b>Ida</b>	90	F	Saúde/ triste, nervosa, em baixo.	G	D.5 Tristeza
<b>E17</b> <b>Inês</b>	70	F	Saúde_ não afeta	B	D1. Não afeta Saúde
<b>E18</b> <b>Miguel</b>	72	M	Saúde_ afetada no humor, esta situação põe-no mais triste	G	D.5 Tristeza
<b>E19</b> <b>Teresa</b>	69	F	Saúde/situação dava má disposição e ansiedade	P	D.12 Ansiedade/mal-estar
<b>E20</b> <b>Manuel</b>	71	M	Saúde/não afeta	B	D1. Não afeta Saúde
<b>E21</b> <b>Adélia</b>	70	F	Saúde/situação afetou bastante/marido também Preocupações/situação profissional das filhas	0/X	D.10 Saúde afetada Ego/familiares D.6 Afeta Saúde/Preocupação Futuro Filhos/Netos
<b>E22</b> <b>Carlos</b>	70	M	Saúde/não passou a tomar Prozac/ sente desgosto profundo com a política	T	D.5 Tristeza
<b>E23</b> <b>Beatriz</b>	73	F	Saúde/tudo isto foi a morte do marido	M	D.10 Saúde afetada Ego/familiares
<b>E24</b> <b>Ema</b>	73	F	Saúde/preocupações dos últimos anos tiraram-lhe anos de vida/peso da idade	N	D.10 Saúde afetada Ego/familiares
<b>E 25</b> <b>Tiago</b>	71	M	Saúde/não afeta/mais uma fase da vida	B	D1. Não afeta Saúde
<b>E26</b> <b>Glória</b>	72	F	Saúde/melhorou muito com entrada no lar	L	D.9 Saúde/melhorou lar
<b>E27</b> <b>Violante</b>	89	F	Não responde	E	D.2 Não responde
<b>E28</b> <b>Rosa</b>	74	F	Não responde	E	D.2 Não responde

**EXEMPLO TEMA 6- AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES NOS DOMÍNIOS DA SAÚDE DAS PESSOAS IDOSAS: CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE: DAS DIMENSÕES ÀS CATEGORIAS**

Subtemas	6.1 Saúde_ Dimensões	6.1 Saúde Categorias
<b>6.1 Saúde</b>	D1. Não afeta saúde	A Crise e a Austeridade passam ao lado da Saúde
	D2. Não responde	Não responde
	D3 Saúde_ está na mesma	A Crise e a Austeridade passam ao lado da Saúde
	D4 Saúde_ cada vez tem menos como se tratar	A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder
	D5. Tristeza	A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder
	D6 Afeta Saúde Preocupação Futuro Filhos/Netos	A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder
	D7 Não tem problemas	A Crise e a Austeridade passam ao lado da Saúde
	D8 Já tinha problemas antes da crise	<i>“Este problema de saúde surgiu antes da crise”</i> : quando a Saúde era um problema e depois veio a <i>Troika</i>
	D9 Saúde melhorou_ Lar	<i>“Sinto-me muito melhor aqui”</i> : quando a Saúde fica a ganhar com a Institucionalização
	D10 Saúde afetada Ego/familiares	A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder
	D11 Saúde_ Dormir mal	A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder
	D12 Ansiedade/mal estar	A Crise e a Austeridade: quando a Saúde fica a perder

**EXEMPLO TEMA 6- AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS FAMILIARES NOS DOMÍNIOS DA SAÚDE DAS PESSOAS IDOSAS: CATEGORIAS, DIMENSÕES E EXCERTOS**

<p><b>Categoria</b> <b>A Crise e a Austeridade:</b> <b>quando a Saúde fica a</b> <b>perder</b></p>	<p><b>Excertos</b></p>
<p><b>D1. Rostos Tristes, tempos difíceis</b></p>	<p><i>“O que eu me lamento é mesmo a minha saúde e cada vez menos tenho como me tratar (...) a minha saúde, nem sei explicar o que sinto. Tenho muitas dores no corpo.” (E8, 76 anos)</i></p> <p><i>“ O que me custou mais foi ter ficado sozinha e ter que morar num quarto, porque não tenho dinheiro para alugar uma casa. Esta tristeza. Ver-me sozinha no quarto sem ninguém. Ando nervosa por causa disso. Não tenho ninguém de família a quem possa recorrer. Sinto-me em baixo. Olhe está pior cada dia, o dinheiro não dá para nada, vou esticando.” (E16, 90 anos)</i></p> <p><i>“(…) Sinto-me triste, desolada com isto tudo e não há esperança. Imaginava chegar aos 79 anos de outra maneira (...). Podia ter sido diferente. Se tivesse estudado, se tivesse arranjado um emprego na função pública.” (E7, 79 anos)</i></p> <p><i>“Eu talvez o humor, a pessoa fique mais triste. Não seja tão feliz. Na parte sentimental. As coisas podiam ter sido diferentes. Custou-me ver o meu filho sair de Portugal, a minha netinha pequenina.” (E18, 72 anos)</i></p> <p><i>“Mesmo que você não queira cria laços de solidariedade com as outras pessoas todas e faz-nos interessar pela história de todos e não só pela nossa história pessoal e familiar. Esse é o meu caso. O facto de haver desempregados e pessoas em miséria afeta-me psicologicamente.” (E22, 72 anos)</i></p>
<p><b>D2. “Preocupa-me o futuro dos meus!”: quem tem filhos (ou netos) tem cadilhos!</b></p>	<p><i>“ esta situação  (...). Deixou-nos marcas. Sei lá se volta tudo ao mesmo? E se a minha filha é mandada embora? Já tem 50 anos, onde é que vai arranjar emprego. Mas veja, a última vez que mudei de emprego eu tinha 50 anos (...). Tudo isto nos deixa ansiosos. Falta de segurança, seja naquilo que for. E saber que, de um momento para o outro, tudo pode virar.” (E21, 70 anos)</i></p> <p><i>“Mexe em parte...Preocupa-me o futuro dos meus filhos. Nós os mais idosos, ou os pais, somos os beneméritos dos mais jovens (...). Nesse sentido, preocupa-me o futuro dos meus filhos, mas não me tira o sono. Desde que vá financeiramente tendo para mim e para eles!” (E11, 75 anos)</i></p> <p><i>“Não vão ter a vida boa que tive!” (E13, 81 anos)</i></p>
<p><b>D3. “Sofro porque os meus sofrem”: quem tem familiares sofre e não é pouco</b></p>	<p><i>“Uma das razões que acelerou mais a doença foi tirarem-lhe a reforma. Levava dia e noite a pensar naquilo. Mas de facto, senti muito, e nos últimos tempos, vagueava pela casa a dizer: tiraram-me isto e tiraram-me aquilo e não podiam. Isto porquê? Porque ele era ferido de guerra. Tudo isto foi a morte do meu marido. O que afetou a minha saúde foi vê-lo a ele tão deprimido. Isso foi a morte do meu marido, digo-o abertamente.” (E23, 73 anos)</i></p> <p><i>Teve um ano desempregado. Já passou por Inglaterra e no Brasil. Agora conseguiu emprego nos alarmes, mas sou eu que lhe tenho que dar de comer. É por contratos, não sei como é. Eu pago as despesas todas cá da casa, só para ele ter um rumo na vida, sorte e ter a independência dele aos 50 anos.” (E3, 77 anos)</i></p> <p><i>O meu filho anda muito nervoso, muito nervoso, porque não sabe o dia de amanhã. E eu fico ansiosa. E é mau porque já fui operada ao coração/aorta. A minha saúde é muito frágil e toda esta incerteza perturba. Sofro porque os meus sofrem.” (E3, 77 anos)</i></p> <p><i>“A vida deu uma volta de 360 graus!. Eu tinha a pensão cortada e tive que ajudá-las. Eu era uma pessoa dinâmica e agora já não consigo. Faço o trivial. As preocupações destes últimos anos tiraram-me anos de vida (...) comigo foi viver sempre em função da minha filha. O que lhe afeta a ela acaba por me afetar também.” (E24, 73 anos)</i></p> <p><i>Olhe, não tenha dúvida, uma pessoa anda muito mais enervada. Passei</i></p>

<p><b>Categoria</b> <b>A Crise e a Austeridade:</b> <b>quando a Saúde fica a</b> <b>perder</b></p>	<p><b>Excertos</b></p>
	<p><i>a tomar um comprimido para dormir. Preocupa-me muito. É muito difícil arranjar um emprego agora, sobretudo dentro daquele nível que ele tinha.” (E12, 75 anos)</i></p> <p><i>“Ainda hoje posso dizer que durmo mal.” (E13, 81 anos)</i></p> <p><i>“Tive alguns problemas de saúde graves e isto no país agravou muito, isto tudo tira-me o sono...Saber que poderei não ter ninguém para me ajudar.” (E7, 79 anos)</i></p> <p><i>“Mexeu e bastante. Aquela velha ideia que nós tínhamos, isto é tudo pacato, isto é tudo normal. Não havia pessoas mandadas embora dos empregos. As pessoas da minha idade todas sentem o mesmo. Não há ninguém que eu não conheça que não esteja a ser afetado. Há uma instabilidade diferente da sociedade anterior. Eu todos os dias passei a tomar um antidepressivo. O meu marido também.” (E21, 70 anos)</i></p>
<p><b>D.4 “Má disposição e ansiedade, isso sim!”</b></p>	<p><i>“(…) tudo isto dava má disposição e ansiedade, ai isso sim! (...)” (E19, 69 anos)</i></p>

## APÊNDICE 6 - MATRIZ DE LUGARES DE CLASSE (TIPOLOGIA ACM)

### Anexo: Matriz de lugares de classe (tipologia ACM)

Grupos de profissões (ISCO 08 / CPP 2010)	Situação na profissão		
	Patrão	TPCP	TPCO
1 Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	EDL	EDL	EDL
2 Especialistas das atividades intelectuais e científicas	EDL	EDL	PTE
3 Técnicos e profissões de nível intermédio	EDL	EDL	PTE
4 Pessoal administrativo	EDL	TI	EE
5 Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	EDL	TI	EE
6 Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	EDL	TI	O
7 Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	EDL	TI	O
8 Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	EDL	TI	O
9 Trabalhadores não qualificados			
91 Trabalhadores de limpeza	EDL	TI	EE
92 Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	EDL	TI	O
93 Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes	EDL	TI	O
94 Assistentes na preparação de refeições	EDL	TI	EE
95 Vendedores ambulantes (exceto de alimentos) e prestadores de serviços na rua	EDL	TI	EE
96 Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares	EDL	TI	EE

#### Legenda:

EDL – Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais  
PTE – Profissionais Técnicos e de Enquadramento  
TI – Trabalhadores Independentes  
EE – Empregados Executantes  
O – Operários

## APÊNDICE 7- MAPA CENTRAL DE CATEGORIAS E PERFIS SOCIOLÓGICOS

APÊNDICE 7	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	
<b>ENTREVISTADO</b>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	
<b>CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA</b>																													
<b>SEXO</b>																													
Homem					1					1	1			1	1			1		1		1			1				
Mulher	1	1	1	1		1	1	1	1			1	1			1	1		1		1		1	1		1	1	1	
<b>IDADE</b>																													
92	82	77	72	82	83	79	76	83	71	75	75	81	80	76	90	70	72	69	71	70	70	73	73	71	72	89	74		
<b>ESTADO CIVIL</b>																													
Solteiro									1															1		1			
Casado					1	1					1	1		1		1	1	1		1	1							1	
Divorciado/Sep.													1		1					1									
Viúvo	1	1	1	1	1			1	1				1										1		1		1		
<b>FILHOS</b>																													
Não tem										1						1										1	1		
1 filho				1	1														1			1		1			1		
2 filhos	1	1	1		1		1										1	1		1	1		1						
3 filhos ou mais								1	1		1	1	1	1	1													1	
<b>NÍVEL DE ESCOLARIDADE</b>																													
Não sabe ler nem escrever							1	1																				1	
Sabe ler e escrever		1																											
1º ciclo (1º-4º)	1		1	1	1					1						1		1							1	1		1	
2º ciclo (5º e 6º)																													
3º ciclo (7º-9º)																					1			1					
Ensino Secundário (10º-12º)																					1								
Ensino Superior					1			1			1	1	1	1	1		1		1			1	1						
<b>CLASSE SOCIAL</b>																													

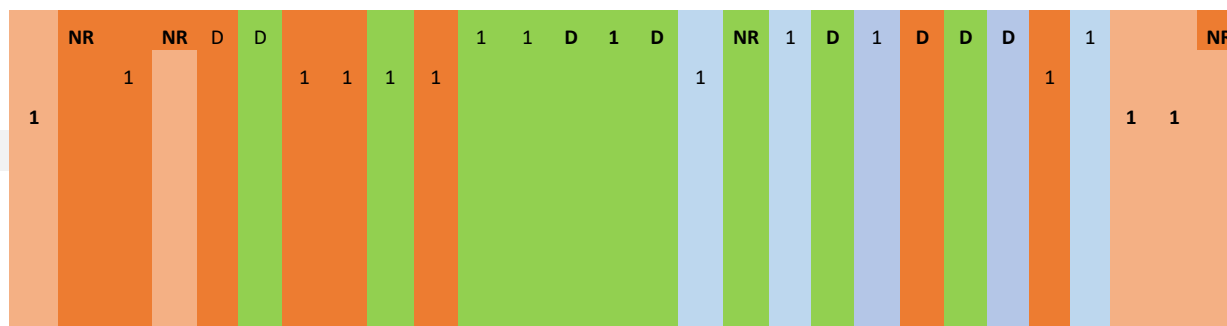




A Crise e a Austeridade: passam ao lado do bem-estar e da QdV

A Crise e a Austeridade: quando o bem-estar e a QdV ficam a perder

Aqui passo bem”: a QdV das Pessoas idosas institucionalizadas



Dados em branco são N/respostas

Nas domésticas coloquei um X

atualizado em 14-01

**Perfil 4**

**Perfil 1**

**Perfil 2**

**Perfil 3**